



Cira Arqueologia

N.º 6



Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira



Cira Arqueologia

N.º 6



**Câmara Municipal
de Vila Franca de Xira**
www.cm-vfxira.pt



Centro de Estudos
ARQUEOLÓGICOS
Vila Franca de Xira

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Vila Franca de Xira
Presidente Alberto Mesquita

PELOURO DA CULTURA

Vereadora Manuela Ralha

COORDENAÇÃO GERAL

Departamento de Educação e Cultura
Museu Municipal de Vila Franca de Xira
Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira-CEAX

COORDENAÇÃO EDITORIAL

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA-CEAX

João Pimenta

TEXTOS

Álvaro Pereira
Ana Beatriz
Ana Margarida Arruda
Ana Sofia Antunes
António Valongo;
Cleia Detry
Elisa Sousa
Eurico Henriques
Guilherme Cardoso
Henrique Mendes
Joana Gomes
João Luís Sequeira
João Pimenta
José Carlos Quaresma
José Pedro Henriques
Luísa Batalha
Luís Barros
Manuela Ralha
Nuno Monteiro
Rodrigo Banha da Silva
Tânia Casimiro

REVISÃO DE TEXTOS

João Pimenta
Henrique Mendes

DESIGN GRÁFICO E PAGINAÇÃO
DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Patrícia Victorino

EDIÇÃO

CD | 100 exemplares

DATA DA EDIÇÃO

Novembro 2018

CAPA

Fotografia de João Machado
Casa Romana Republicana de Monte dos Castelinhos

Os artigos são da inteira responsabilidade dos autores

ISSN

2183069X

Apresentação - Vereadora da Cultura	5
1	9
A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas JOÃO PIMENTA, ELISA DE SOUSA, HENRIQUE MENDES, EURICO HENRIQUES, ANA MARGARIDA ARRUDA	
2	50
Alguns elementos novos sobre Almaraz LUÍSA BATALHA, LUÍS BARROS	
3	70
Moinhos de vaivém e giratórios da Azougada (Moura, Portugal). Um contributo para o estudo da moagem no Alentejo interior em meados do I milénio a.C. ANA SOFIA ANTUNES	
4	100
Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal) ANA BEATRIZ SANTOS, ÁLVARO PEREIRA, JOANA GOMES, NUNO MONTEIRO, JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES, CLEIA DETRY	
5	127
Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017 JOÃO PIMENTA, HENRIQUE MENDES	
6	179
O sítio do Cemitério dos Prazeres (Lisboa): um assentamento romano no espaço rural de <i>Olisipo</i> RODRIGO BANHA DA SILVA	
7	199
Transição estratigráfica em Almoínhas (Loures, Portugal): evolução das importações finas na <i>Lusitania</i> entre c.100 e c.320 d.C.. JOSÉ CARLOS QUARESMA	
8	231
As ânforas da <i>villa</i> romana do Alto do Cidreira (Alcabideche – Cascais) GUILHERME CARDOSO	
9	243
Dois conjuntos de azulejos Hispano-Mouriscos. O Tejo e a Igreja do Senhor da Boa Morte (século XVI) TÂNIA MANUEL CASIMIRO, JOÃO LUÍS SEQUEIRA	
10	254
Pelo Tejo acima: dois séculos de porcelana em Vila Franca de Xira JOSÉ PEDRO HENRIQUES, TÂNIA MANUEL CASIMIRO	
11	270
Leitura do passado. Uma epígrafe Moderna da Rua do Arsenal 148, Lisboa ANTÓNIO VALONGO	



Cirra

Arqueologia

N.º 6

Revista Cira Arqueologia n.º 6

O Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira - CEAX, tem vindo a pautar desde a sua criação por uma dinâmica singular, que nos apraz. Essa dinâmica, plasma-se em diversos cenários que não só os costumeiros palcos das poeirentas escavações. Não que estes tenham algo de mal em si, mas importa sublinhar que para além dos imperiosos trabalhos de campo quer em contexto de obras de renovação e a reabilitação do tecido urbano do município Vilafranquense, quer de projetos de investigação, nunca foi descuidado o papel da ciência arqueológica e da Museologia quer no estudo e publicações quer na realização de exposições e ações de divulgação junto dos públicos do Museu Municipal.

O Museu assume assim a sua função, não só de colector passivo de objectos a organizar em tipologias e a arrumar nas prateleiras, mas como agente social, pautando e interagindo com a comunidade. Entendemos assim, o património como recurso singular para a inclusão social e económica das comunidades perante um caminho de desenvolvimento sustentável. Um excelente exemplo desta atuação é o sítio de Monte dos Castelinhos, e suas ruínas romanas de cuja existência e relevância histórica e patrimonial a população tem vindo a assumir e interiorizar com orgulho como suas.

A edição do sexto volume da Revista CIRA Arqueologia é um momento de contentamento, pois vem uma vez mais sublinhar o papel da centralidade do território de Vila Franca de Xira, no quadro do Vale do Tejo e da península de Lisboa. Com os seus onze artigos e mais de duzentas páginas de produção de conhecimento, confirmam a aposta do Município nesta publicação e é a prova que também em meio autárquico é possível trabalhar em prol da ciência.

A VEREADORA DA CULTURA

MANUELA RALHA

Museu Municipal de Vila Franca de Xira

Rua Serpa Pinto, 65
2600-263 Vila Franca de Xira
Tel.: 263 280 350

museumunicipalvfxira@cm-vfxira.pt
www.museumunicipalvfxira.pt
www.cm-vfxira.pt



Apresentação Revista
CIRA Arqueologia n.º 5,
no auditório do Museu
do Neo-Realismo no dia 9
de Setembro de 2017.
Fotografias Miguel Meste.



Inauguração da Exposição
"Do Tejo à Montanha
da Montanha à Lezíria.
A descoberta de uma
paisagem milenar." Que
ocorreu no dia 20 de
Maio de 2017 no Museu
Municipal Núcleo do
Mártir Santo. Fotografias
Mário Bastos.



Campo Arqueológico de Monte dos Castelinhos 2017. Fotografia João Machado e João Pimenta.

➤ A Eira da Alorna (Almeirim): as ocupações pré e proto-históricas¹

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA – CEAX; UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA).

ELISA DE SOUSA

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA). FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA – CEAX; UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA).

EURICO HENRIQUES

ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO CONCELHO DE ALMEIRIM.

ANA MARGARIDA ARRUDA

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA). FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA.

RESUMO

A intensidade dos trabalhos agrícolas levados a efeito, desde há longas décadas, na Eira da Alorna, em Almeirim, tem contribuído para a destruição de este importante sítio arqueológico. O estudo dos abundantes materiais recuperados à superfície que aqui apresentamos, e que resultam de recolhas feitas por equipas distintas e em contextos diversos, permitiu compreender não só a sua importância, mas também a sua longa diacronia de ocupação. Grupos humanos do Calcolítico terão sido os primeiros a instalar-se neste local, o que ficou evidenciado pelas cerâmicas campaniformes presentes no conjunto, mas a importância da instalação das comunidades das Idades do Bronze e do Ferro é assinalável, a avaliar pelo número de peças e pela diversidade dos tipos e das categorias representadas. A Eira da Alorna mereceu também ser avaliada, devidamente, no seu contexto regional, uma vez que se insere numa rede de povoamento, densa e contínua, que se implantou na margem esquerda do rio, e que com ele manteve uma relação privilegiada.

ABSTRACT

The development and intensity of agriculture in Eira da Alorna, Almeirim, has contributed to the destruction of this important archaeological site. The study of the many artifacts recovered on its surface that we present, retrieved by different teams and in different contexts, allowed us to understand not only its importance, but also the long diachrony of its human occupation. Chalcolithic human groups will have been the first to settle in this site, which was evidenced by the bell-beaker ceramics, but the importance of the occupation during the Bronze and Iron Age is remarkable, if we take in account the number of fragments and the diversity of types and categories presented. Eira da Alorna also deserves to be evaluated in its regional context, since it forms part of a dense and continuous settlement network which was established on the left bank of the river and with which it maintained a privileged relationship.

¹ Trabalho realizado no âmbito do Projecto Fenícios no Estuário do Tejo (FCT PTDC/EPH-ARQ/4901/2012).

1. Introdução

O sítio arqueológico da Eira da Alorna, Almeirim (Figura 1), corresponde ao CNS N.º 2165. Situa-se num amplo terraço quaternário do Tejo sobre uma curva da vala de Alpiarça, mesmo em frente à cidade de Santarém, gozando de uma ampla visibilidade sobre o planalto da Alcáçova medieval.

As mais antigas referências a uma eventual ocupação proto-histórica deste sítio remontam aos anos setenta, quando Schubart (1971, p. 166), no âmbito de um trabalho de revisão sobre a cerâmica da Idade do Bronze tardio, refere a existência de materiais com esta proveniência depositados no Museu Nacional de Arqueologia, nomeadamente um vaso completo com asa e acabamento cuidado, recolhido em circunstâncias desconhecidas².

Posteriormente, Gustavo Marques e Gil Migueis de Andrade mencionam a Eira da Alorna, atribuindo-lhe o n.º 51 da lista de sítios inseridos no seu questionável conceito de cultura de Alpiarça (Marques e Andrade, 1974).

Nos anos oitenta do século passado, e no contexto do levantamento da Carta Arqueológica do concelho de Almeirim, o sítio é uma vez mais referenciado e inventariado, tendo sido reconhecidas, pela primeira vez, ocupações pré-históricas e romanas, para além da da Idade do Bronze (Henriques, 1982 e 1987).

As prospecções que José Quinteira realiza no local, no âmbito da sua dissertação de mestrado sobre o povoamento romano na área da cidade de *Scallabis*, permitem-no inventariar a jazida como *Villa Romana* (Quinteira, 1996, p. 113 e 114).

A ponta de lança em liga de cobre aqui recolhida no decorrer de trabalhos agrícolas, que se insere dentro da “família” das pontas de lança com alvado e nervura central, foi publicada em 2015 (Soares *et al.*, 2015), sendo claro, de acordo com o estudo exaustivo efectuado por Cardoso *et al.* sobre as diversas tipologias desta categoria de artefacto (1992), que cabe no tipo Baiões, devendo a sua cronologia oscilar entre os finais da Idade do Bronze e a 1.ª Idade do Ferro.

Recentemente, o sítio de Eira da Alorna, ainda que mencionado como Quinta da Alorna, foi referenciado no âmbito da revisão do estado da arte sobre a Idade do Bronze Final no longo do vale do Tejo, sendo sugerida a existência de uma necrópole de incineração no local (Vilça e Cardoso, 2017, p. 259), interpretação que muito deve à existência do vaso depositado no Museu Nacional de Arqueologia mencionado por Schubart, em 1971, e já acima referido.

Desde os anos oitenta do século XX que a Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim tem desenvolvido um papel relevante na recolha e inventariação dos mais remotos vestígios de ocupação do seu território, entre os quais se contam os da Eira da Alorna. A frutífera colaboração recente de um dos signatários (J.P.) com esta instituição tem conduzido ao estudo e à divulgação das ricas coleções depositadas quer no Museu da Associação de Defesa do Património Histórico e Cultural, quer no Museu Municipal de Almeirim (Pimenta *et al.*, 2012).

Apesar de, como vimos, a riqueza arqueológica e a sua longa diacronia de ocupação terem sido reconhecidas e assinaladas desde cedo, nunca houve no local qualquer intervenção arqueológica devidamente organizada que visasse o seu estudo integrado, que, assim, tarda em ser efectuado. Paralelamente, mantém-se a intensa exploração agrícola do local, com as consequentes destruições de um rico e diversificado património arqueológico.

² Os autores agradecem ao Dr. António Carvalho, director do Museu Nacional de Arqueologia, todas as facilidades concedidas para o re-estudo desta peça.

Por outro lado, faltava um trabalho de síntese sobre o sítio, que incluísse a totalidade dos materiais da Eira da Alorna e o integrasse devidamente na densa e contínua rede de povoamento da margem esquerda do Tejo, entre Salvaterra de Magos e Alpiarça.

No âmbito do Projecto FETE – Fenícios no Estuário do Tejo, financiado pela FCT (PTDC/EPH-ARQ/4901/2012), efetuou-se um estudo detalhado destes espólios, do qual resulta o presente artigo.



Figura 1
Planta de localização do sítio de Eira da Alorna no mapa da Península Ibérica em geral e do vale do Tejo em particular.

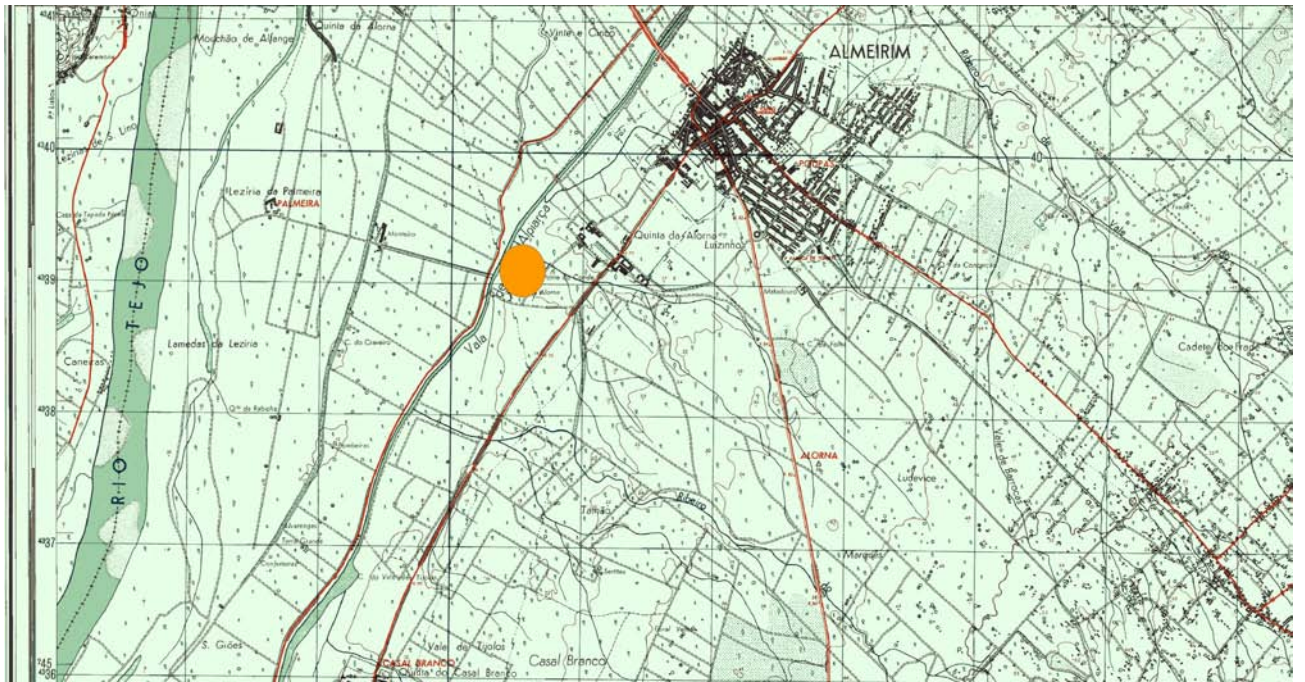


Figura 2 Localização da Eira da Alorna na folha n.º 363 da Carta Militar de Portugal 1:25000.

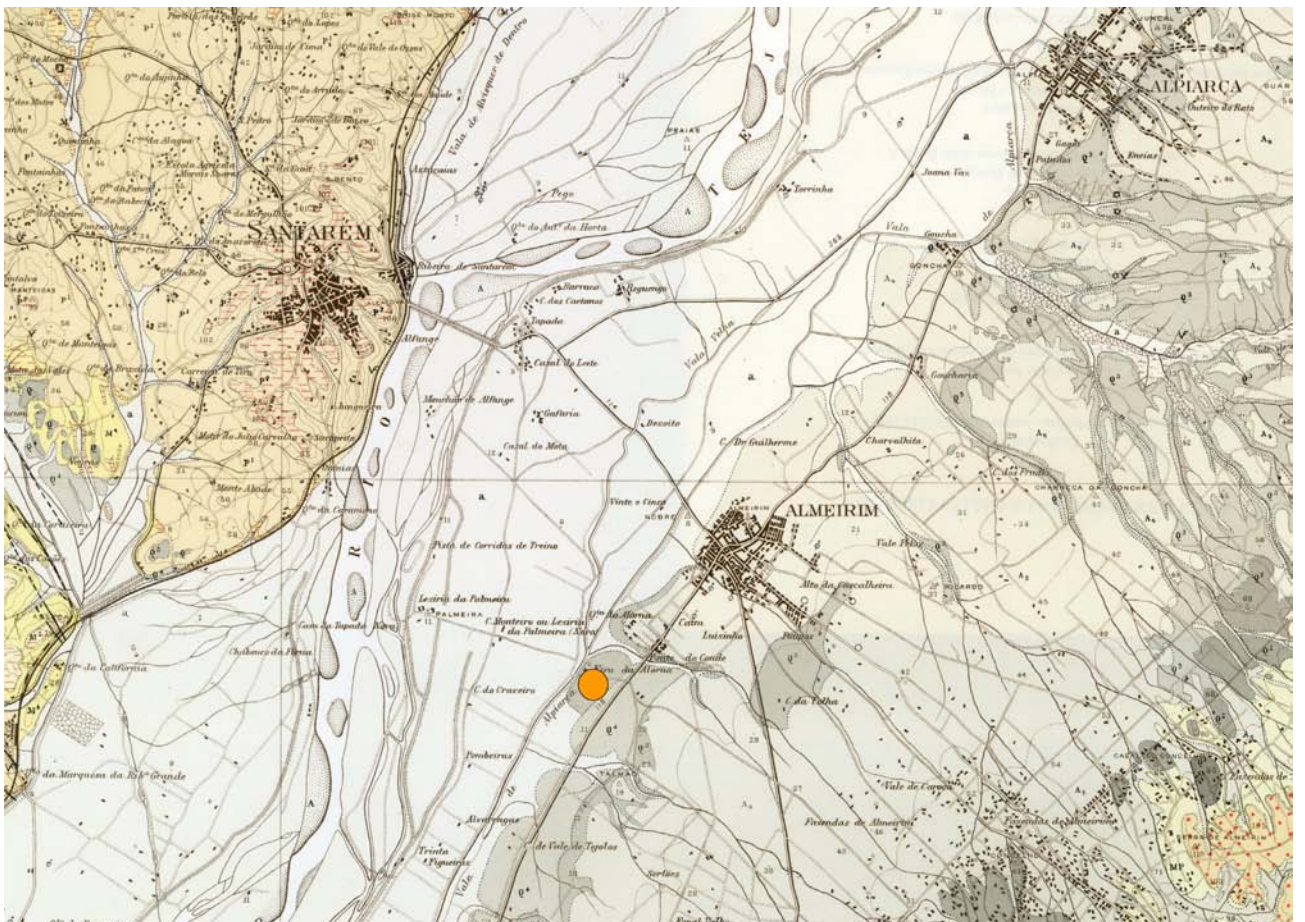


Figura 3 Eira da Alorna na folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000.

Figura 4
Vista geral do sítio com a Alcáçova de Santarém ao fundo. Fotografia de Henrique Mendes.



Figura 5
Terrenos da Eira da Alorna na sequência de trabalhos agrícolas. Ao fundo, o edifício setecentista da Quinta da Eira da Alorna. Fotografia de Henrique Mendes.

Figura 6
Pormenor do pequeno outeiro onde se implantam as ocupações proto-históricas após trabalhos agrícolas. Fotografia de João Pimenta.

4



5



6

2. A ocupação Calcolítica

A cerâmica

Uma ocupação calcolítica da Eira da Alorna ficou comprovada através da recolha de fragmentos de três vasos campaniformes, dois bordos e uma parede (Fig. 7, n.º 1-4). Trata-se, em dois casos, de taças de tipo Palmela, e, num outro, de um vaso campaniforme “clássico” ou acampanado. A decoração é incisa em todos, quer aquela que se verifica sobre o bordo da taça, quer a foi aplicada sobre a parede. Os motivos incorporam linhas zigzagueantes duplas que formam faixas em reserva, no n.º 1 e no 3, estando os espaços entre elas decorados com traços oblíquos (n.º 1) e verticais (n.º 3). No caso da parede, o n.º 2, uma linha também zigzagueante limita o final da área decorada, composta por caneluras horizontais sobre as quais se traçaram linhas verticais. O reticulado sobre o bordo foi conseguido através do cruzamento de linhas perpendiculares entre si.

A estas três peças da segunda metade do 3º milénio poderiam eventualmente juntar-se outros fragmentos cerâmicos, sem decoração, recolhidos à superfície, nas circunstâncias que descrevemos na Introdução. São os casos dos n.ºs 5-9, ou mesmo os n.ºs 22-26, que, contudo, podem também pertencer às ocupações proto-históricas. A ausência de contextos estratigráficos impede, porém, essa inclusão neste período, ou em qualquer outro.

A presença de vasos campaniformes em sítios ribeirinhos da margem esquerda do Tejo não constitui uma novidade absoluta, uma vez que outras ocupações de idêntica cronologia e “cultura material” têm vindo a ser identificados e valorizados em anos recentes (Andrade, Neves e Lopes, 2015; Andrade, 2017; Gonçalves, Sousa e Andrade, 2017). De facto, entre Muge e Almeirim abundam os sítios com “...ocupações campaniformes...” (Gonçalves, Sousa e Andrade, 2017, p. 117) “...implantados em área aberta, sem aparentes preocupações de carácter defensivo...” (*ibidem*, p. 118), onde se recolheu cerâmica campaniforme maioritariamente de estilo inciso. A Eira da Alorna pode incluir-se no designado Núcleo de Almeirim/Alpiarça, que incorpora também o Alto dos Cacos (Pimenta *et al.*, 2012; Sousa *et al.*, 2016), com condições topográficas idênticas ao sítio em apreço neste trabalho, mas também o Alto do Castelo (Harrison, 1977, p. 155), e Cabeço da Bruxa (Kalb e Hock, 1981-82; Gonçalves, Sousa e Andrade, 2017).

Os vários fragmentos de cerâmica dita de “revestimento” recolhidos (Fig. 15, n.ºs 29-34) devem também pertencer a este “horizonte” cronológico e cultural da ocupação humana da Eira da Alorna, embora reconheçamos que também se poderiam incluir na proto-histórica. A face externa é plana, mas possuem na face interna, como habitualmente, os negativos dos elementos vegetais que estariam protegidos pela camada de barro que isolaria os ambientes domésticos. Esses elementos estariam dispostos paralelamente, como comprovam os fragmentos n.ºs 29, 31-33 ou podiam mostrar-se entrelaçados, como fica claro através do n.º 30. Estas diferenças ficam, certamente, a dever-se ao local exacto onde estariam colocados, os últimos na junção da parede com o alicerce ou com a cobertura.

Os materiais líticos

Um fragmento de gume de um machado de pedra polida (Fig. 9, n.º 10) e dois artefactos de sílex, retocados e de pequenas dimensões (Fig. 9, n.º 11 e 12) fazem parte do conjunto de materiais da Eira da Alorna que podemos integrar na Pré-História.

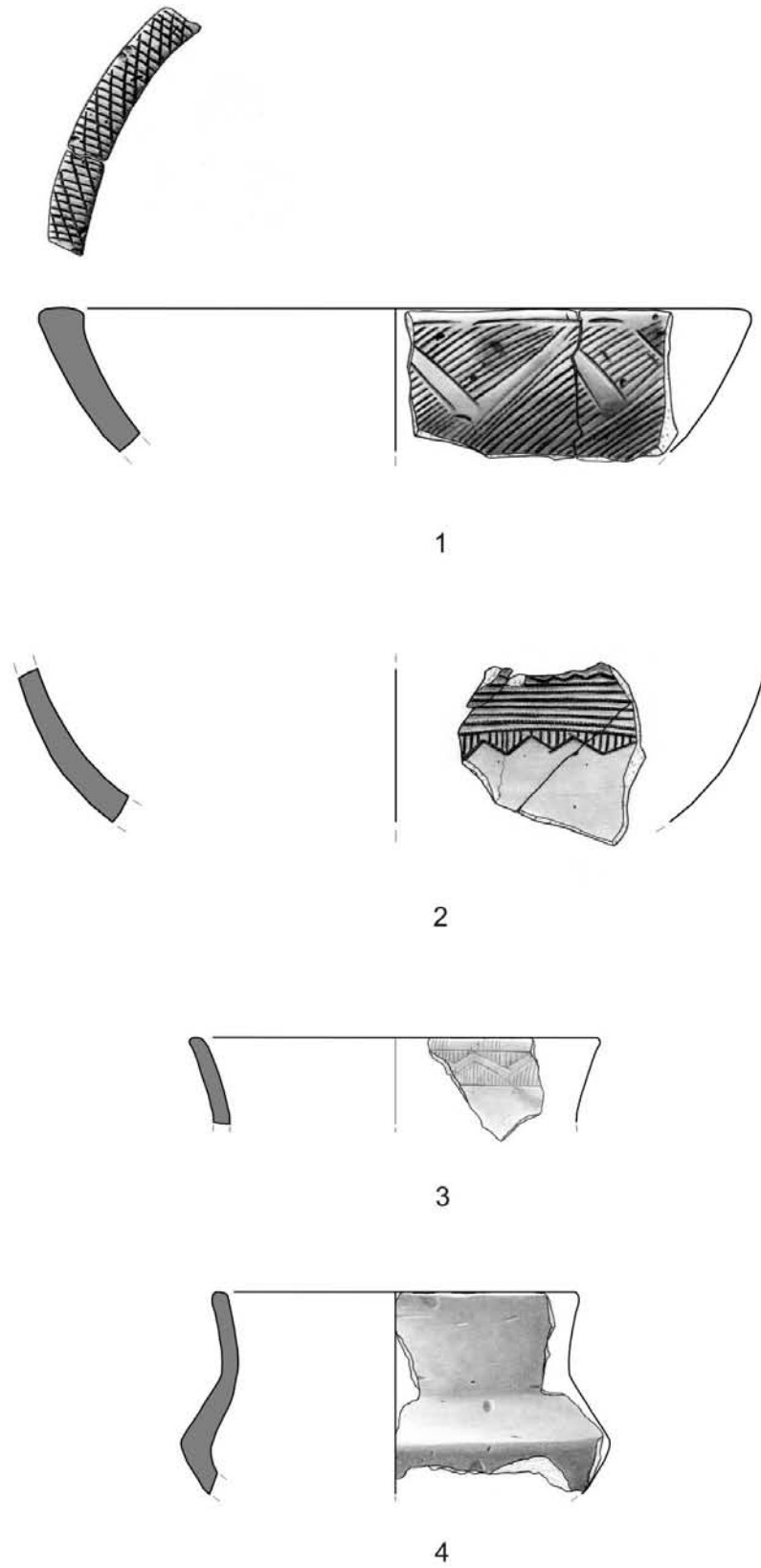


Figura 7
Cerâmicas
campaniformes.
Desenhos de
Inês Conde.

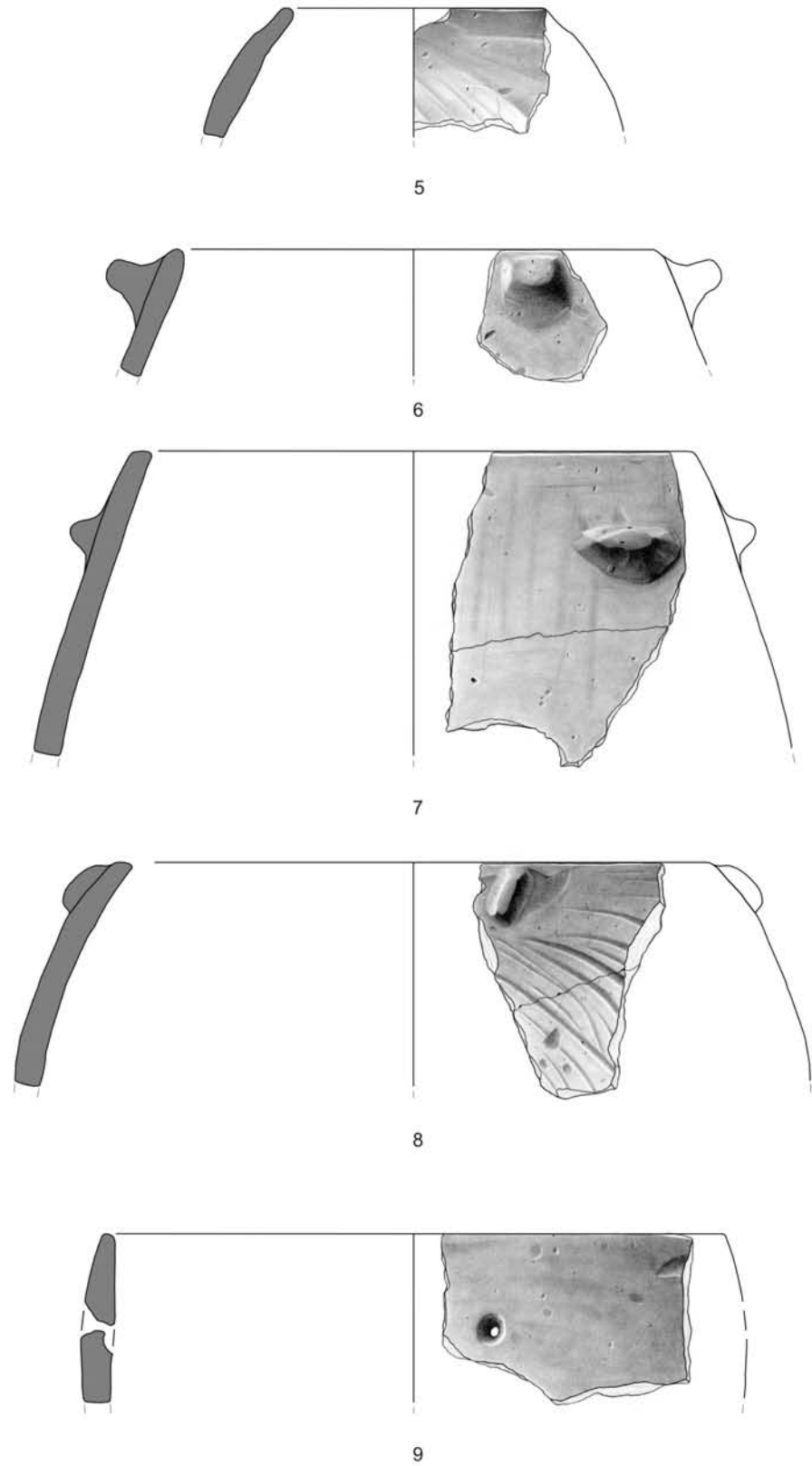


Figura 8
Cerâmicas manuais.
Desenhos de
Inês Conde.

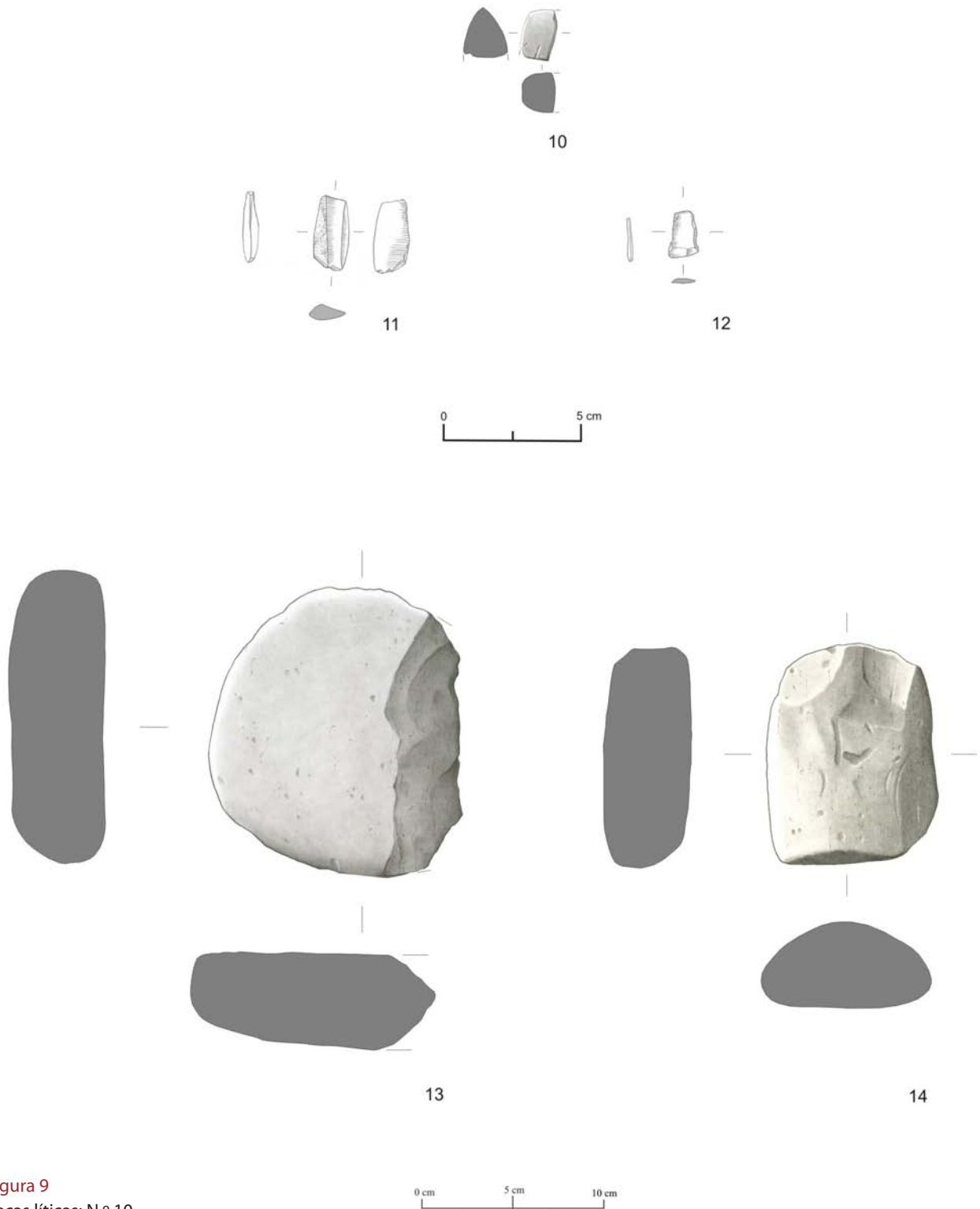


Figura 9

Peças líticas: N.º 10 gume de machado de anfibolito, n.º 11 e 12 pequena lâmina de sílex; N.º 13 e 14 dormente e movente de granito. Desenhos de Inês Conde.

Dois elementos de mó (um dormente, Fig. 9, n.º 13, e um movente, Fig. 9, n.º 14) associam-se, muito provavelmente também, a esta ocupação mais antiga do sítio, ficando documentada a moagem e, assim, o cultivo de cereais.

3. A Idade do Bronze

A cerâmica

O sítio da Eira da Alorna permaneceu ocupado durante a Proto-história, sendo numerosos os fragmentos cerâmicos que podemos associar à Idade do Bronze.

Entre eles, destacamos, desde logo, as taças com carenas baixas (n.ºs 35, 36, 37, 39), altas (n.ºs 38, 40-46) ou médias (n.º 38, 48), suaves (n.º 40, 43) ou muito marcadas (n.º 44, 45), algumas das quais possuem “pegas” alongadas (n.º 47, 84), dispostas horizontalmente, sendo por vezes perfuradas (n.º 47, 83, 85), que terão funcionado como elementos de prensão e/ou de suspensão. É uma das formas mais características do Bronze Final peninsular, sendo, evidentemente, abundante na região do Baixo Tejo, também nos sítios próximos daquele que é aqui tratado, parecendo, assim redundante uma apresentação exaustiva de paralelos, quer para a forma, quer para os referidos elementos que surgem, amiúde, sobre as carenas. Ainda assim, não podemos deixar de referir, pela proximidade geográfica, a sua presença no Alto dos Cacos (Sousa *et al.* 2016) e, pelas eventuais relações de dependência ou de outro tipo, na Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2015, p. 180, Fig. 6).

Os púcaros, com ou sem asa (n.º 27, 28, 49, 50, 51, 64), são muito mais raros no conjunto, ainda que deva fazer-se referência à peça completa, depositada no Museu Nacional de Arqueologia, e que, aparentemente, é também daqui proveniente (Schubart, 1971). A forma recolhe paralelos, sobretudo em ambientes funerários, como os da região vizinha de Alpiarça (Kalb e Hock, 1985; Vilaça, Cruz e Gonçalves, 1999), ou de tipo *potlatch*, como parece ser o caso da Moita da Ladra, em Vila Franca de Xira (Cardoso, 2013; Monteiro e Pereira, 2013). Sem contexto de contexto de recolha seguro, terá sido, certamente, a forma e o estado de conservação do “púcaro/urna” do MNA que contribuíram para a recente classificação como necrópole de incineração do sítio em apreço neste trabalho (Vilaça e Cardoso, 2017, p. 259), classificação que não rejeitamos, por completo, assumindo-se, contudo, que ele foi também, e sobretudo, um povoado.

Um outro recipiente bem conservado (n.º 28), este recuperado nos trabalhos de prospecção recentes, integra-se no grupo dos vasos de carena baixa, podendo recolher-se também na categoria dos púcaros, classificação que propomos dada a profundidade, relativamente elevada, a largura (diminuta) e a existência de uma asa. As paredes são côncavas, o bordo é evertido e possui uma asa de secção quadrangular na área mesial. As características gerais desta peça permitem fazer recuar a ocupação do sítio para o Bronze Médio, mais concretamente para uma cronologia da primeira metade do segundo milénio. A verdade é que os melhores paralelos para este vaso se encontram associados ao Bronze de Sudoeste, mais exactamente numa das duas cistas da necrópole dos Bugalhos, em Serpa (Soares, 2000: Soares *et al.*, 2009, p. 444, Fig. 11, A), ainda que, neste caso, o vaso seja ligeiramente mais largo e mais baixo do que o do vale do Tejo e a asa arranque do bordo, o que o transforma numa taça de carena baixa. As mesmas observações para a relação altura/largura são válidas para as peças dos hipogeus 2 e 3 da Horta do Pulgão, também em Serpa (Ponte *et al.*, 2012, Fig. 10, n.º 3,

Fig. 16), datados do Bronze Médio, e cujas asas se implantam no bordo, mas também junto à carena. Na mesma região do vale do Tejo em que a Eira da Alorna se integra existe uma outra taça de características similares, que foi, aliás, classificada como de “tipo Atalaia” (Pimenta *et al.*, 2012, p. 31, 35, Fig. 30 e 31), tendo sido associada a uma eventual necrópole localizada no sítio do Arneiro do Fidalgo.

No conjunto das cerâmicas recolhidas na Eira da Alorna, existe um pequeno grupo de taças hemisféricas, ou em calote (n.^{os} 66-68), que podem corresponder quer à ocupação da Idade do Bronze, quer à do Calcolítico, como já acima fizemos referência, quer mesmo à da Idade do Ferro. As condições da sua recolha não permitem uma adscrição inequívoca a qualquer um dos períodos, pelo que deixamos em aberto a questão, que só escavações arqueológicas com o devido controlo estratigráfico podem efectivamente resolver. A verdade é que este tipo de tigela tem uma longa diacronia de produção e de utilização, mesmo na região em que o sítio que estudamos neste trabalho se insere (por exemplo, Gruta do Correio Mor, Alcáçova de Santarém) e a sua datação só se torna possível quando se encontram em contextos primários de deposição, o que não é o caso das que aqui se trataram. Ainda assim, o alisamento cuidado das suas superfícies permite admitir a possibilidade de se tratar de vasos usados no final do 2.^o milénio, argumento de que também se recorreu o autor que estudou as ocupações da Gruta do Correio Mor, em Loures (Cardoso, 2003: 256)

Já os vasos de pequena dimensão que cabem na categoria dos esféricos altos (n.^{os} 79-82 e 64-66) parecem mais fáceis de integrar na Proto-história, dada a presença de mamilos e/ou pegas, situação que recolhe paralelos expressivos, por exemplo na Gruta do Correio Mor, em Loures (Cardoso, 2003: Fig.57, n.^o 8 e 9) ou na Serra do Socorro, em Mafra (Dias, 2017, p. 173, Est. 19). Na margem direita do baixo Tejo deve destacar-se a Alcáçova Santarém, onde a forma está documentada exclusivamente em níveis do Bronze Final (Arruda e Sousa, 2015, p. 182, Fig. 10).

Outros esféricos, de bordo reentrante, mas de maior dimensão que os anteriormente comentados (n.^{os} 5-8), e que devem corresponder a potes, apresentam a superfície externa espatulada, e a maioria possui mamilos e/ou pegas imediatamente sob o bordo.

Os mamilos sob o bordo estão também presentes em vasos fechados, de tendência ovoide (n.^{os} 22-26), cuja função deverá ter sido também o armazenamento. São frequentes em contextos do Bronze Final estremenho, como, por exemplo no Castelo dos Mouros, em Sintra (Cardoso, 1997-98), em Lisboa, na Tapada da Ajuda (Cardoso e Silva, 2004) e na Praça da Figueira (Silva, 2013), na Gruta do Correio Mor (Cardoso, 2003) e na Serra do Socorro, em Mafra (Dias, 2017).

Também potes serão os vasos cujas paredes são consideravelmente mais verticais que as dos fragmentos de amplo diâmetro que excluimos do grupo precedente (n.^{os} 52-58). A forma é habitual nos contextos domésticos coevos do Bronze Final, sendo abundante na região do Baixo Tejo, possuindo paralelos nos sítios já citados.

A mesma funcionalidade deve ser atribuída aos vasos de colo alto e bem diferenciado do corpo, de paredes verticais e corpo globular (n.^{os} 49-51). Uma vez mais, esta é uma morfologia associada ao Bronze Final estremenho, tendo vasos deste tipo sido recolhidos em múltiplos sítios de habitat da Estremadura.

As decorações são muito raras no conjunto das cerâmicas que associamos à Idade do Bronze. Foram reconhecidos dois bordos denteados, ambos correspondentes a potes/panelas de perfil em S (Fig. 22, n.^o 72 e 73). Esta decoração impressa neste tipo de recipiente é típica desta cronologia em vastas áreas peninsulares, nomeadamente no próprio baixo Tejo, como

é o caso da Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2015, p.182, Fig. 10), mas permanece no conteúdo dos inventários durante a primeira fase da Idade do Ferro, como foi reconhecido também naquele sítio (Arruda, 1999/2000, p. 174 e 175, Fig. 110-111; Sousa e Arruda, no prelo) e igualmente em Lisboa (*Ibidem*, p. 116). Assim, e mais uma vez, a sua atribuição ao Bronze Final, sendo muito provável, deve ser assumida com as necessárias reservas.

Em um fragmento de um pote de paredes verticais (n.º 75) é visível, quase imediatamente a seguir ao bordo, um cordão plástico de perfil sub-triangular que foi alvo de incisões em ambas as superfícies que o definem. Neste caso concreto, a dúvida sobre a sua atribuição cronológica é devida ao facto de poder integrar-se no Calcolítico final, cronologia que, como acima se viu, está documentada no sítio.

Finalmente, houve a oportunidade de reconhecer a existência de uma parede pertencente a uma taça de carena média, que exhibe, na superfície externa da parte inferior do corpo, decoração brunida, (n.º 74). Trata-se de sulcos finos e pouco profundos, que se cruzam, definindo um reticulado. É impossível não reconhecer as semelhanças entre esta peça e a que é proveniente da Alcáçova de Santarém (Arruda, 1999-2000, p. 177, 182, Fig. 112, n.º 3), quer em termos formais quer no padrão decorativo quer ainda na própria localização da decoração. Note-se, contudo, que a última foi recuperada em nível da Idade do Ferro, ainda que antigo. Convém também deixar aqui devidamente registado que o padrão não é comum nas fases do Bronze Final da área do Tejo, onde a decoração brunida está, sobretudo, associada a formas fechadas e altas, incidindo, preferencialmente, nos colos e ombros, como Sara Almeida teve já oportunidade de observar, tendo listado, exaustivamente, as ocorrências (Almeida, 2014, p.131, 141, Fig. 4), a que se podem associar descobertas mais recentes que reforçam as leituras daquela investigadora, nomeadamente as dos níveis do Bronze Final da Alcáçova de Santarém (Arruda e Sousa, 2015: p. 183, Fig. 11). Quando surge em vasos abertos, concretamente em taças carenadas, as decorações recaem na área superior da peça, concretamente entre a carena e o bordo (*Ibidem*), distanciando-se da da Eira da Alorna. Estas dissemelhanças podem traduzir uma cronologia distinta para este vaso em concreto, e assim a sua inclusão na Idade do Ferro, que, no entanto, parece ser aqui, como veremos, excessivamente tardia (século VII a.n.e.) para suportar a utilização de este tipo de recipientes com esta particular decoração.

O conjunto dos materiais cerâmicos recolhidos na Eira da Alorna incorpora um lote de sete peças, idênticas entre si, e ainda mal caracterizadas na nossa área de estudo. Trata-se de pequenos cilindros cerâmicos, perfurados verticalmente no centro (n.ºs 15-21), e que correspondem, muito provavelmente, a pesos de tear. A função parece relativamente clara, e a sua inclusão no Bronze Final pode ser defendida face aos paralelos que pudemos recolher para elas no Alentejo, quer em sítios de fossas/silos, como o Casarão da Mesquita 3, S. Manços, Évora (Santos *et al.*, 2008, p. 73, Fig. 19, n.º 9 e 10) e Horta do Cabral 6, Torrão, Alcácer (Matias *et al.*, 2017, p. 852, Fig. 7), quer em Evoramonte (Mataloto, 2013, p. 251, Fig. 8), onde foram recolhidos em contextos associados à segunda metade/final do II milénio a.n.e. Este tipo de peso de tear está também documentado no Sudeste peninsular (Jover y Lopez, 2013, p.161, Fig. 15), área em que “...las pesas de telar circulares o tronco-cilíndricas con una única perforación centrada aparecen después de c. 1750 cal BC...” (*Ibidem*, p. 160).

A actividade têxtil na Eira da Alorna fica assim demonstrada, e seria praticada, muito possivelmente, em teares verticais. Na Estremadura, este artefacto é quase desconhecido, havendo, contudo, registo de um outro peso com esta morfologia de Pragança, que não pode,

infelizmente, ser associado a nenhuma cronologia em concreto, apesar do sítio possuir uma muito bem documentada ocupação da final da Idade do Bronze.

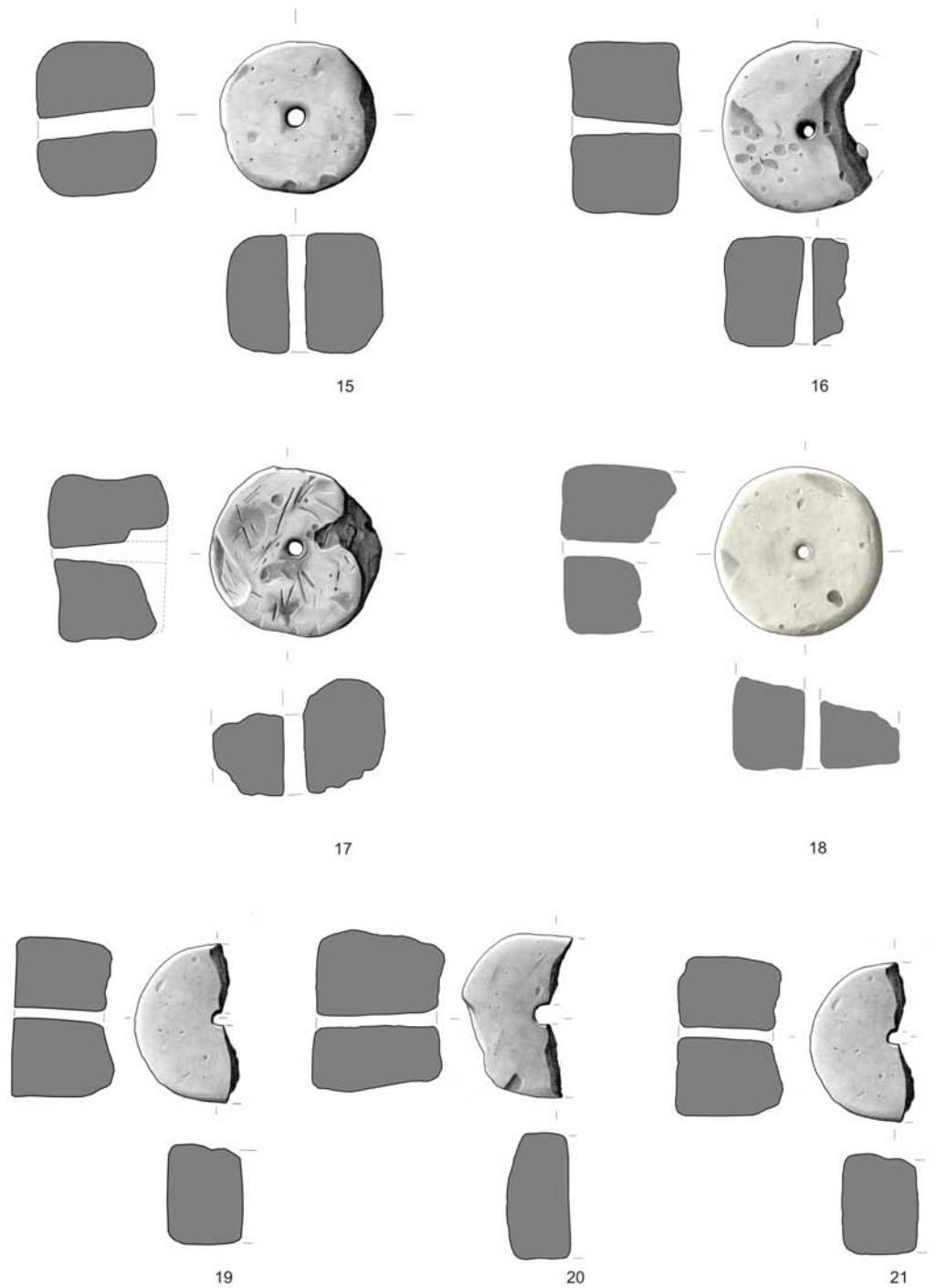


Figura 10
Pesos de Tear de
cerâmica manual,
atribuíveis ao Bronze
Final. Desenhos de
Inês Conde.

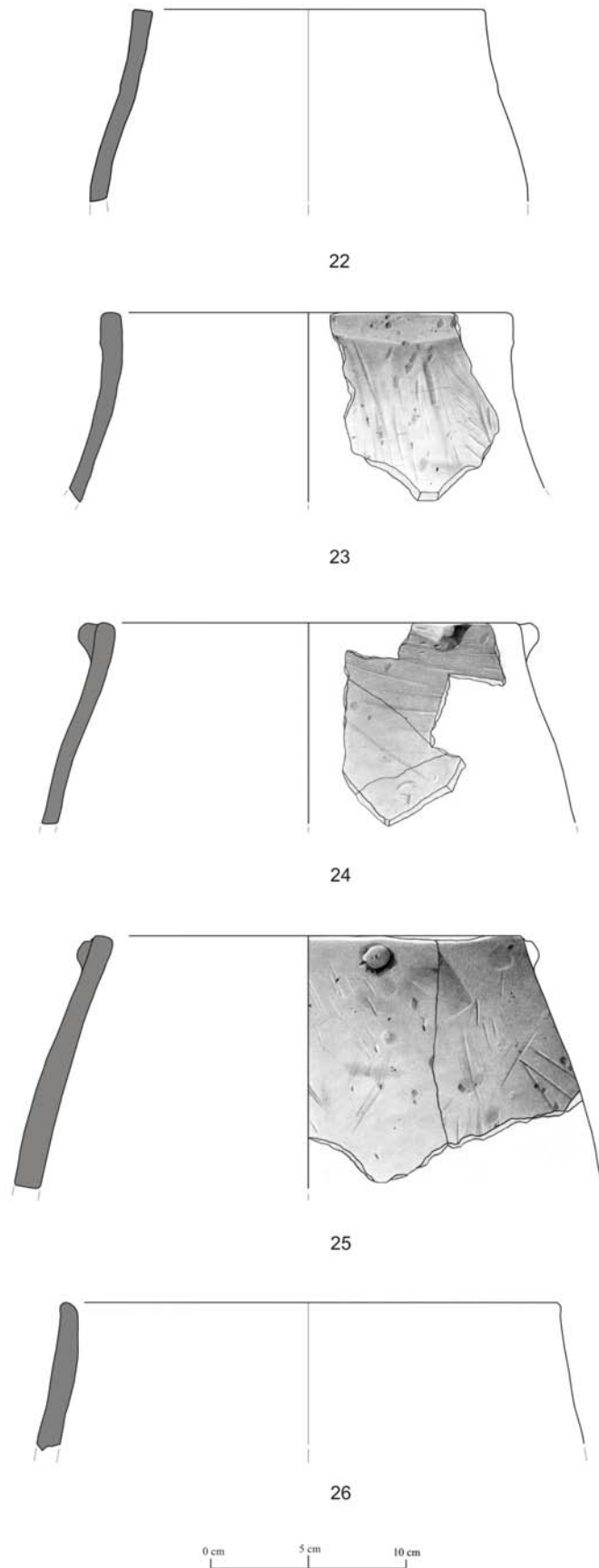


Figura 11
Contentores de armazenamento de cerâmica manual.
Desenhos de Inês Conde.

Figura 12

Duas peças completas atribuíveis ao Bronze Final. N.º 27 corresponde ao vaso depositado no Museu Nacional de Arqueologia com a designação de Quinta da Alorna – MNA 1563. Desenhos de Inês Conde.



27



28

0 cm 5 cm 10 cm

Figura 13

Vaso do Bronze Final depositado no Museu Nacional de Arqueologia com a designação de Quinta da Alorna – MNA 1563. Fotografia de João Pimenta.

Figura 14

Vaso do Bronze Final depositado no Museu da Associação de Defesa do Património Histórico Cultural de Almeirim. Fotografia de Henrique Mendes.



0 3 cm

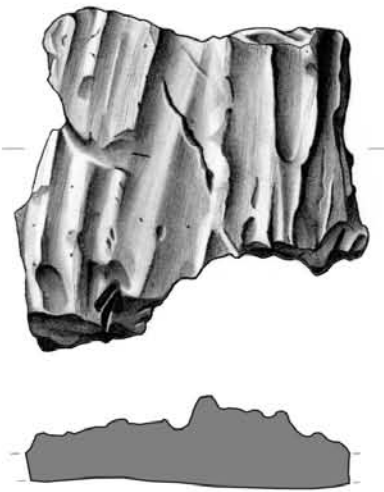
13



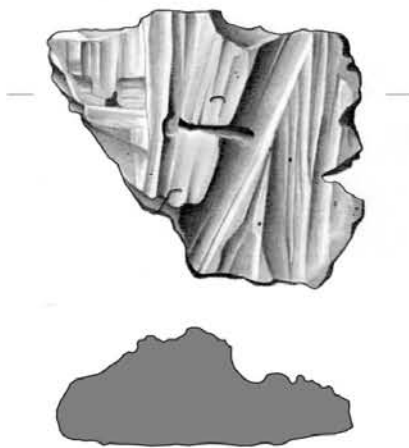
0 3 cm

14

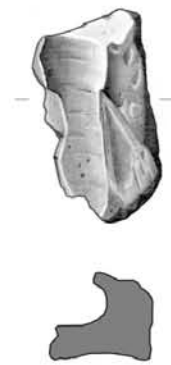
Figura 15
Fragmentos de
cerâmica de
revestimento.
Desenhos de
Inês Conde.



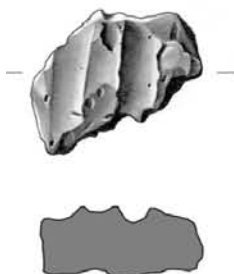
29



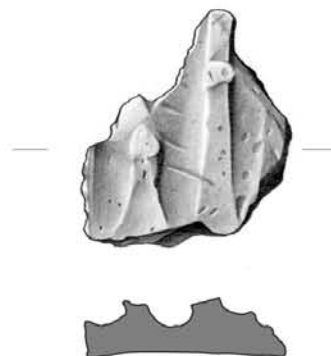
30



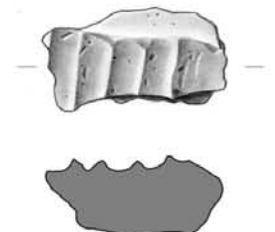
31



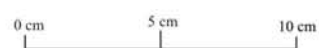
32



33



34



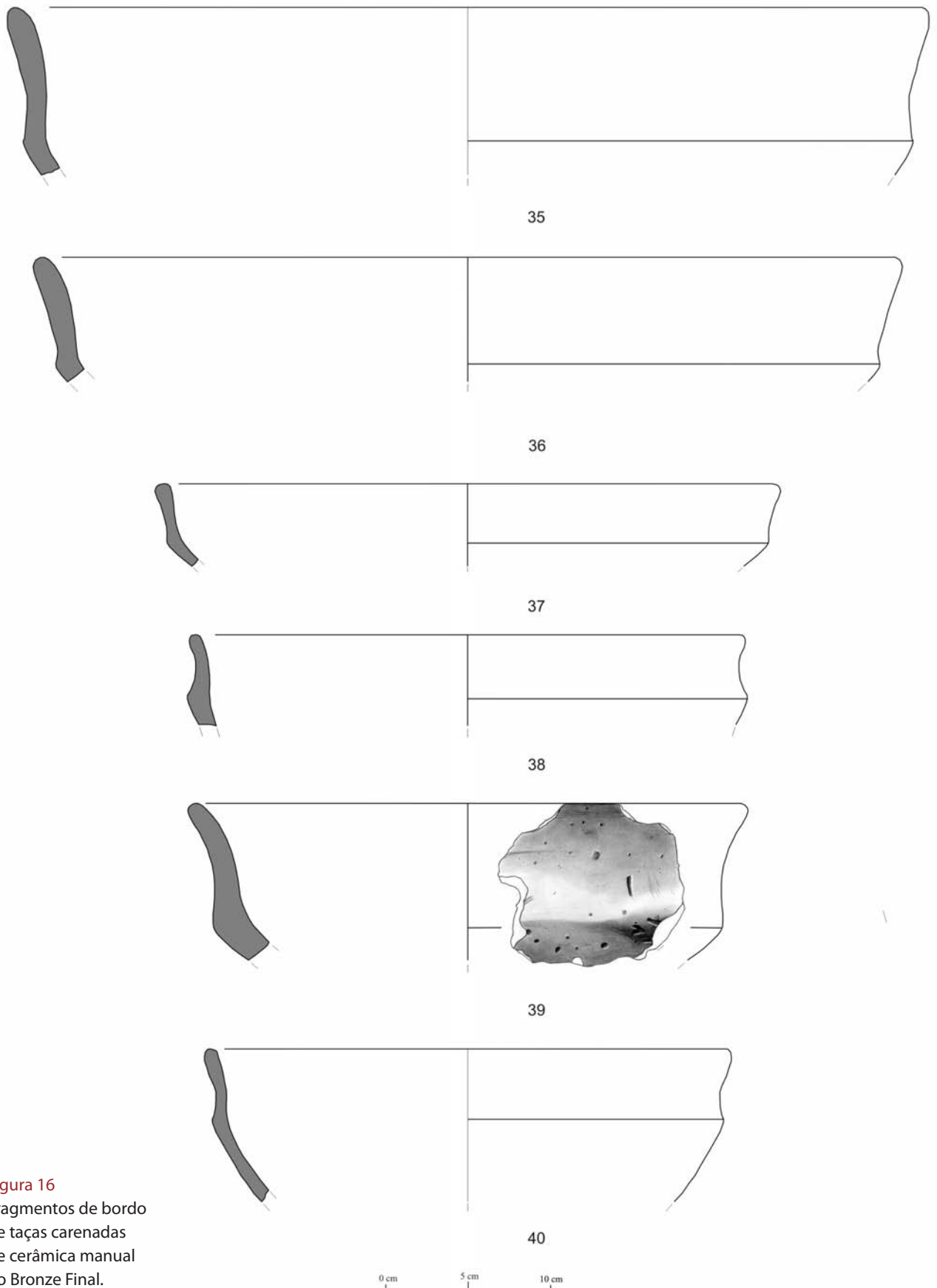


Figura 16
Fragmentos de bordo
de taças carenadas
de cerâmica manual
do Bronze Final.
Desenhos de
Inês Conde.

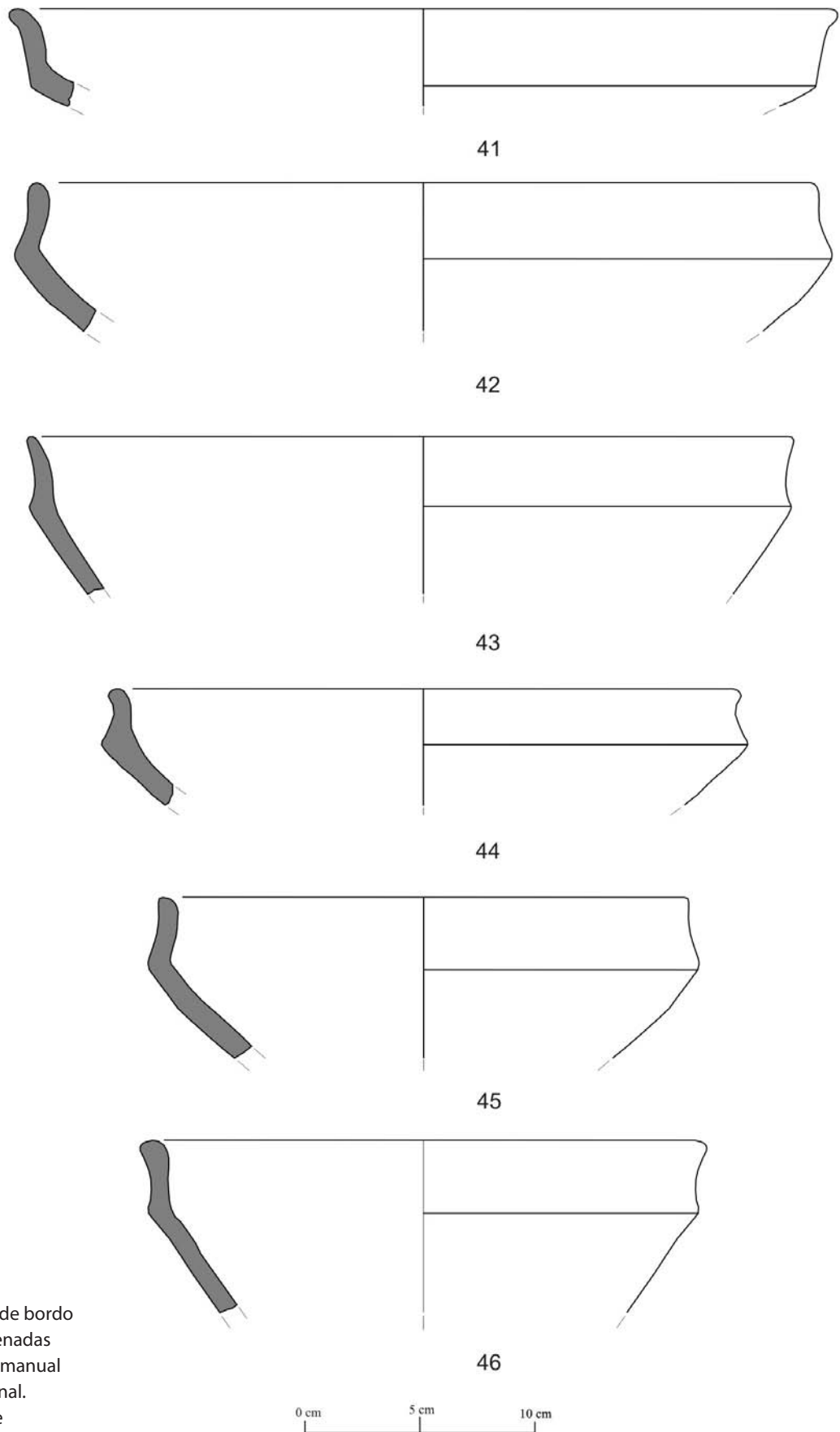
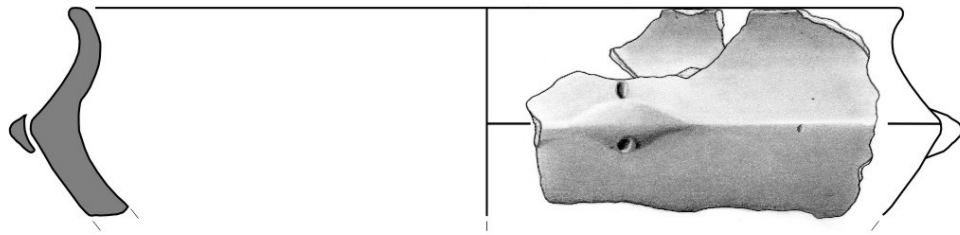
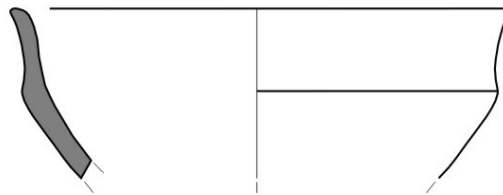


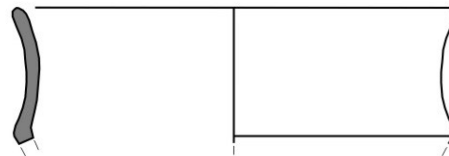
Figura 17
Fragmentos de bordo
de taças carenadas
de cerâmica manual
do Bronze Final.
Desenhos de
Inês Conde.



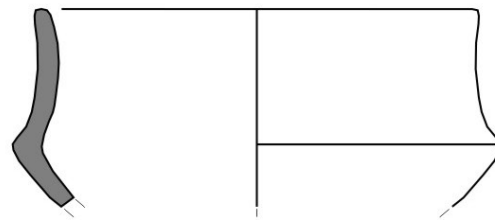
47



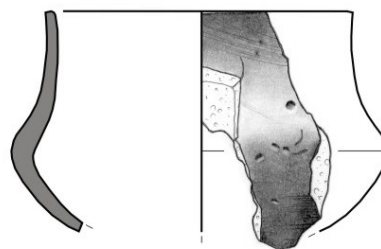
48



49

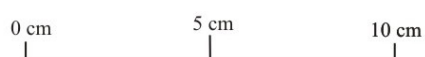


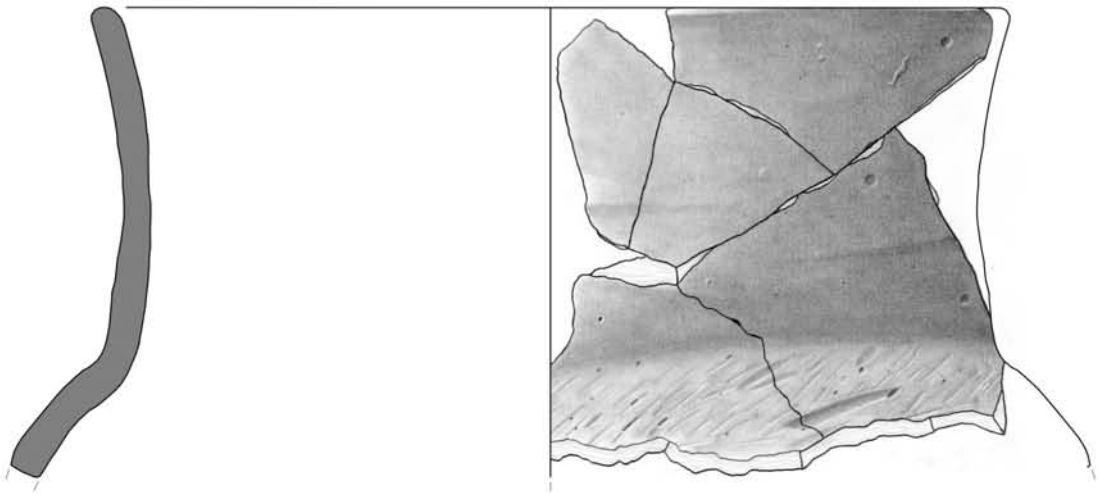
50



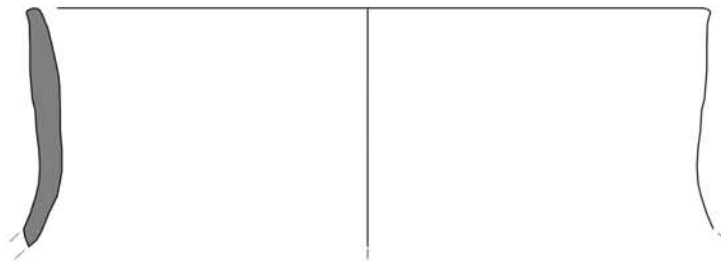
51

Figura 18
Fragmentos de bordo
de taças carenadas
de cerâmica manual
do Bronze Final.
Desenhos de Inês
Conde.

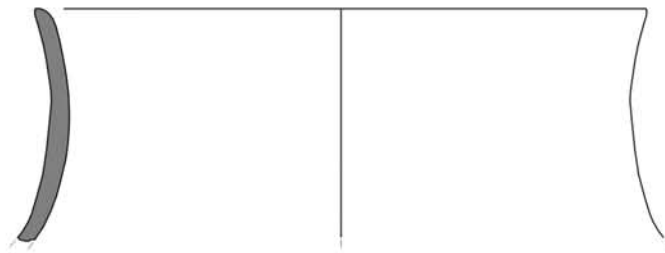




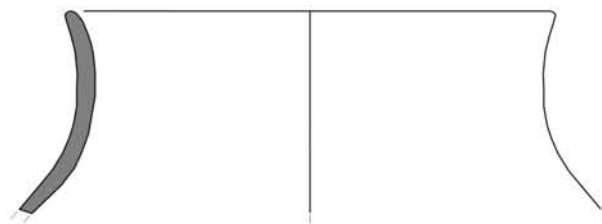
52



53



54



55

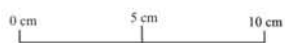
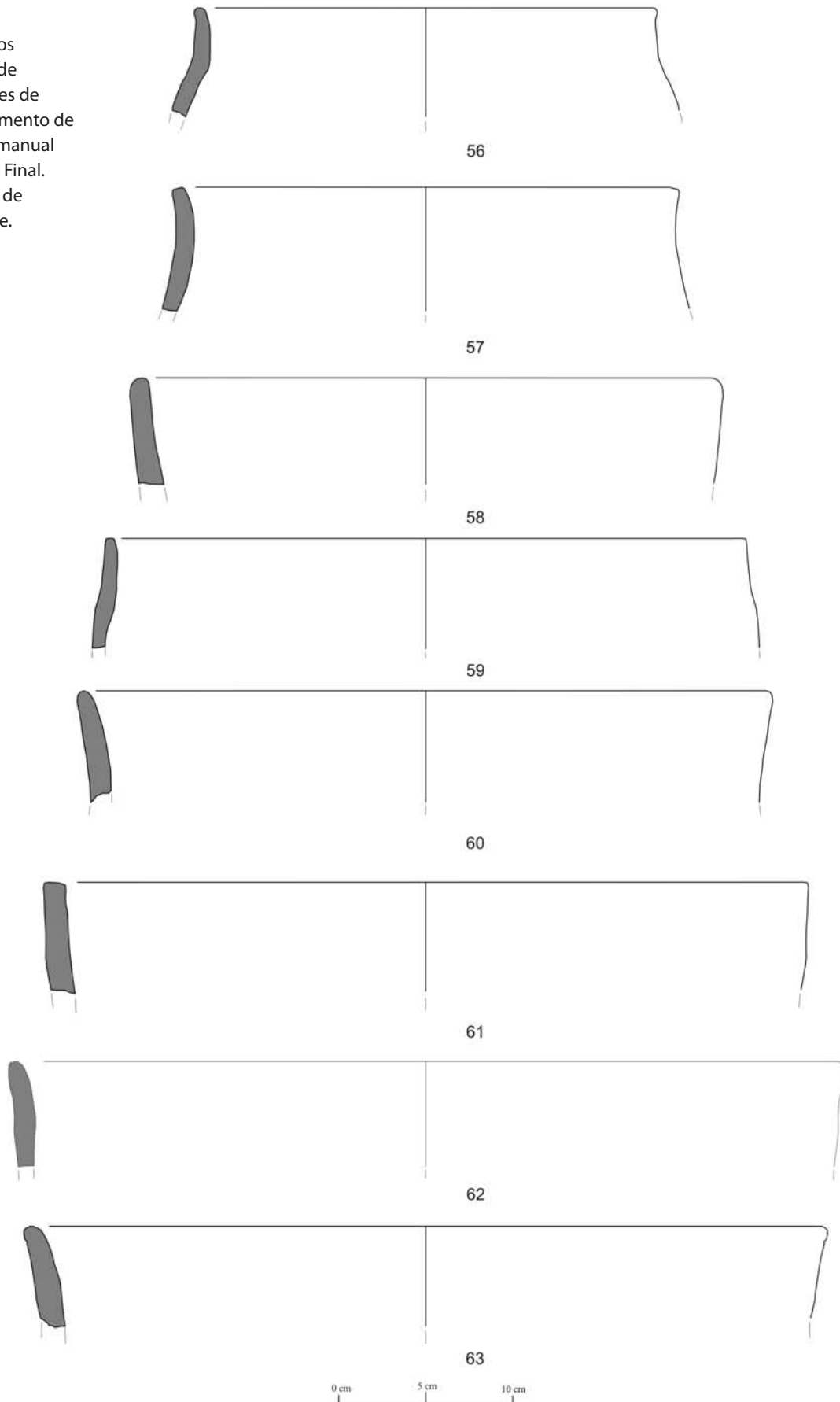


Figura 19
Fragmentos de bordo
de contentores de
armazenamento de
cerâmica manual
do Bronze Final.
Desenhos de Inês
Conde.

Figura 20
Fragmentos de bordo de contentores de armazenamento de cerâmica manual do Bronze Final. Desenhos de Inês Conde.



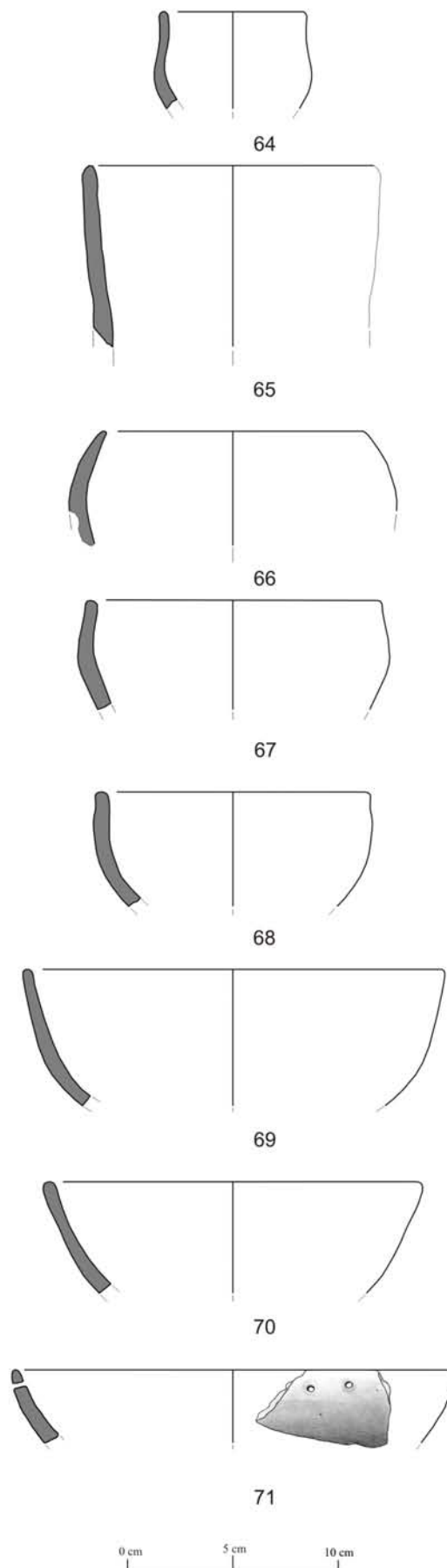


Figura 21
 Fragmentos de
 bordo de pequenos
 contentores (n.º 64 e
 66) e taças (n.º 67 a 71)
 de cerâmica manual
 do Bronze Final.
 Desenhos de
 Inês Conde.

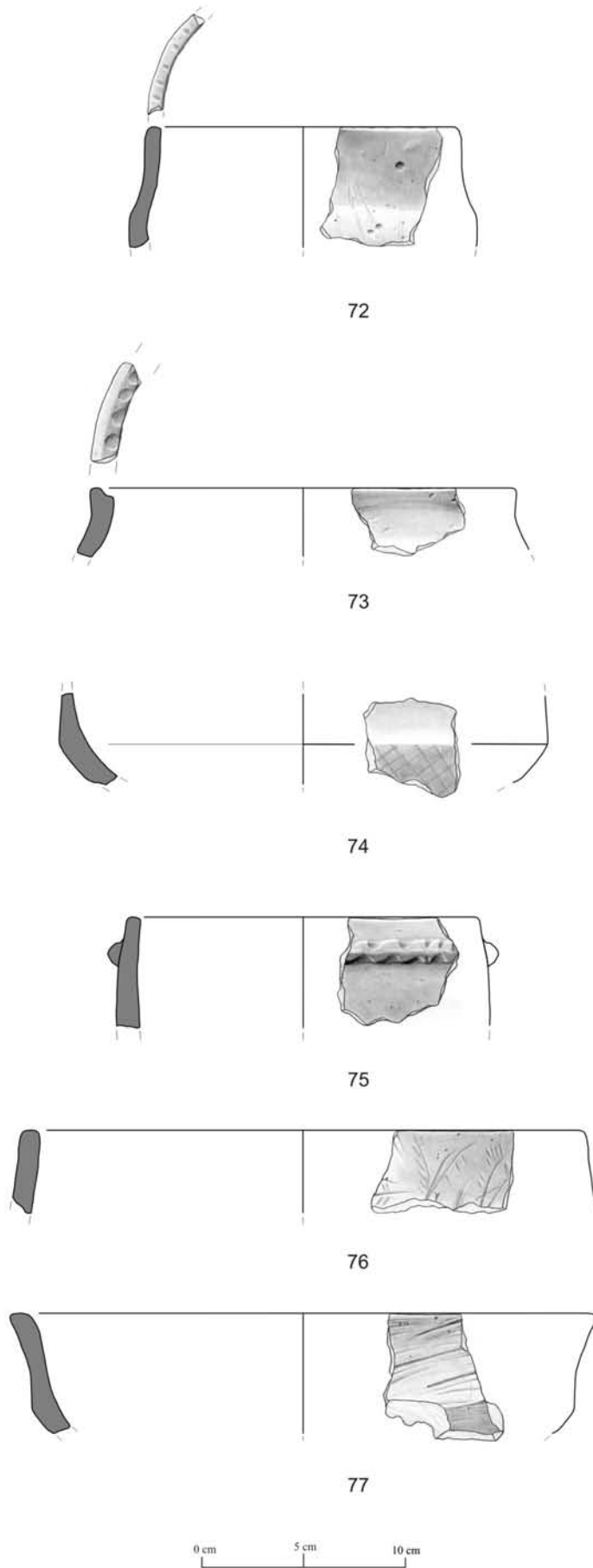
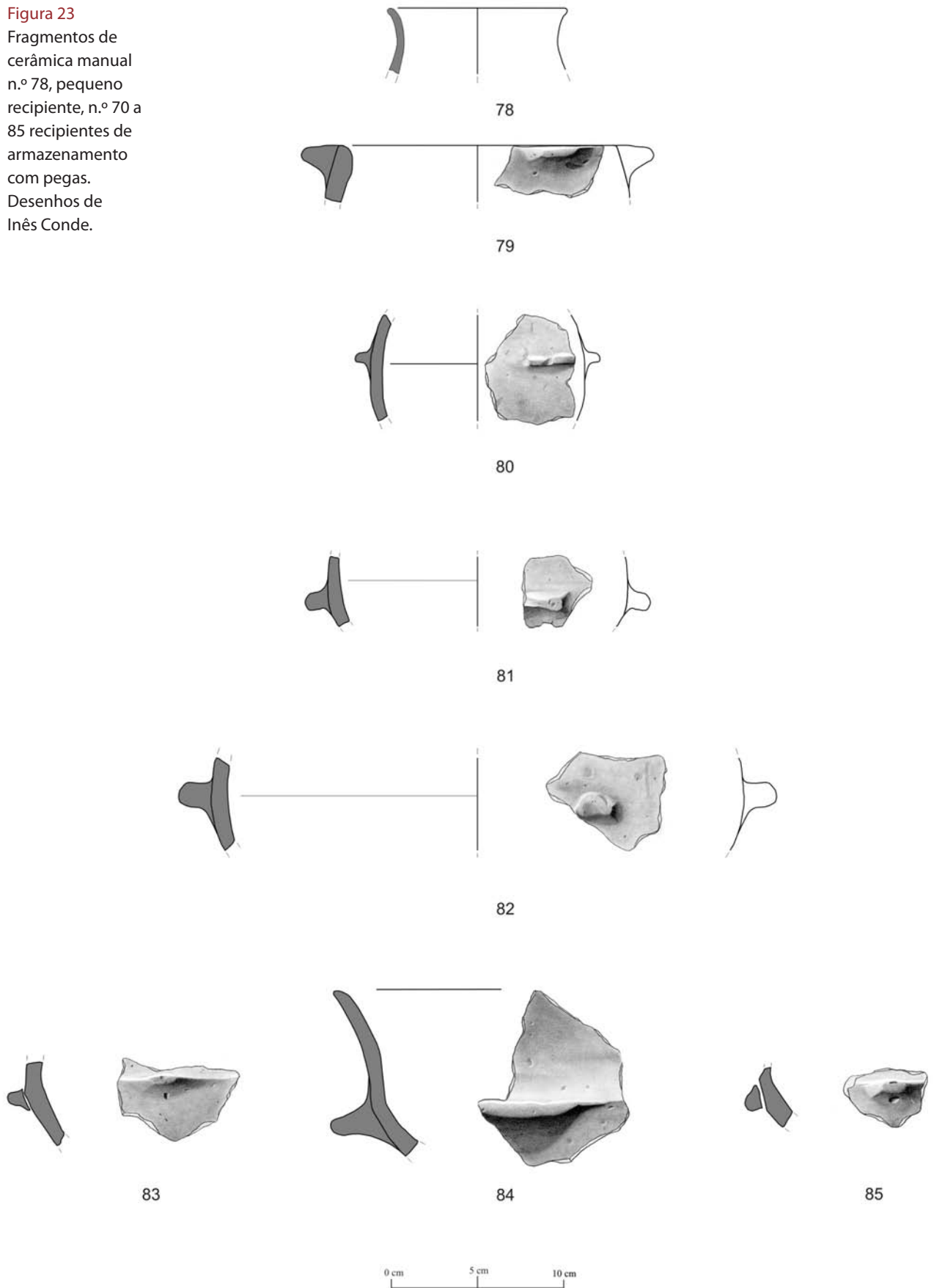


Figura 22
Fragmentos de
cerâmica manual com
decoreção. Desenhos
de Inês Conde.

Figura 23
 Fragmentos de
 cerâmica manual
 n.º 78, pequeno
 recipiente, n.º 70 a
 85 recipientes de
 armazenamento
 com pegas.
 Desenhos de
 Inês Conde.



O espólio lítico

Entre o conjunto de materiais da Eira da Alorna atribuíveis ao Bronze Final, contam-se dois elementos denticulados, pertencentes a foices, e obtidos sobre lasca de sílex, que apresentam o típico brilho associado ao corte de cereal na zona da serrilha. Trata-se de um muito característico tipo de artefacto, cuja presença nos sítios do final do segundo milénio é recorrente na área da Estremadura. Se os casos da Tapada da Ajuda, em Lisboa (Cardoso *et al.*, 1980-81; Cardoso e Silva, 2004), e do Abrunheiro, em Oeiras, impressionam pelo número de peças (várias centenas), deve assinalar-se a sua presença também em Lisboa, mas na Praça da Figueira (Silva, 2013, p.48, 51, 53, Fig.11) e, mais para o interior, na Serra do Socorro e no Cabeço de Alcaíça, ambos em Mafra (Ponce, 2013; Dias, 2017, p. 78, 177, Fotog. 26). A sua identificação num povoado implantado numa das mais férteis áreas do território português não causa qualquer estranheza, sendo apenas mais um dado a acrescentar à já longa série de evidências da importância da cultura cerealífera no Oeste peninsular, em geral, e no vale do Tejo, em particular (Fig.24, n.º 87 e 88 e Fig. 26).

Os artefactos metálicos

Apenas um artefacto metálico proto-histórico faz parte do conjunto dos materiais da Eira da Alorna. Trata-se de uma ponta de lança de alvado, fracturada próximo da ligação entre a lâmina e o alvado (Fig. 25; Fig. 24, n.º 86). A primeira, com 9 cm de comprimento e 2,4 de largura máxima, é biconvexa, com nervura longitudinal central, saliente, de secção quadrangular; o segundo, em grande parte fracturado, apresenta secção sub-circular.

A peça foi já alvo de publicação preliminar e de análises metalográficas (Soares *et al.*, 2015), tendo as últimas evidenciado um bronze binário, concretamente uma liga de cobre (90,1%) e estanho (8,3%), sem adições significativas de outros metais (1,2% de chumbo, 0,11% de arsénio, 0,05% de ferro) (*Ibidem*, p.15-16), compaginando-se, portanto, com a metalurgia do Bronze Final.

Foi já incluída no grupo genérico “tipo Baiões” (*Ibidem*), definido por Coffyn 1983 e retomado em 1985 (p. 218), tipo que tem, como se sabe, analogias formais e cronológicas com as do depósito de Vénat. Pontas de lança idênticas à identificada na Eira da Alorna foram registadas em “depósitos», alguns na Estremadura, como é o caso do dos Fieis de Deus (Melo, 2000, p. 38, Fig. 4, n.º 2), da qual diverge, contudo, nos contornos gerais da lâmina, mais alongada no Bombarral. A mesma divergência pode ser apreciada se comparamos a lança do baixo Tejo com a de Porto de Concelho, em Mação.

As pontas de lança do Bronze Final são raras em contextos de habitat, sendo, contudo, presença quase constante em ambientes rituais, como é o caso dos depósitos. Ainda assim, registre-se a do Castro da Ota, em Alenquer (Fig.24, n.º 86 e Fig. 25).

Comentário geral ao espólio da Idade do Bronze

Em termos gerais, pode considerar-se que a ocupação da Idade do Bronze da Eira da Alorna não diverge, em termos cronológicos e culturais, da que está registada na região do Baixo Tejo, em geral, e da de Santarém, Alpiarça, Almeirim, em particular. A sua cronologia deve localizar-se, maioritariamente, entre os séculos XI e IX a.n.e., sendo a baixela cerâmica dominada por produções cerâmicas integralmente de produção local. Contudo, há indícios que permitem defender a presença no sítio de comunidades ainda durante o Bronze Médio,

Figura 24
 N.º 86 lança de Bronze;
 n.º 87 e 88 dentes
 de foice de sílex.
 Desenhos de
 Inês Conde.

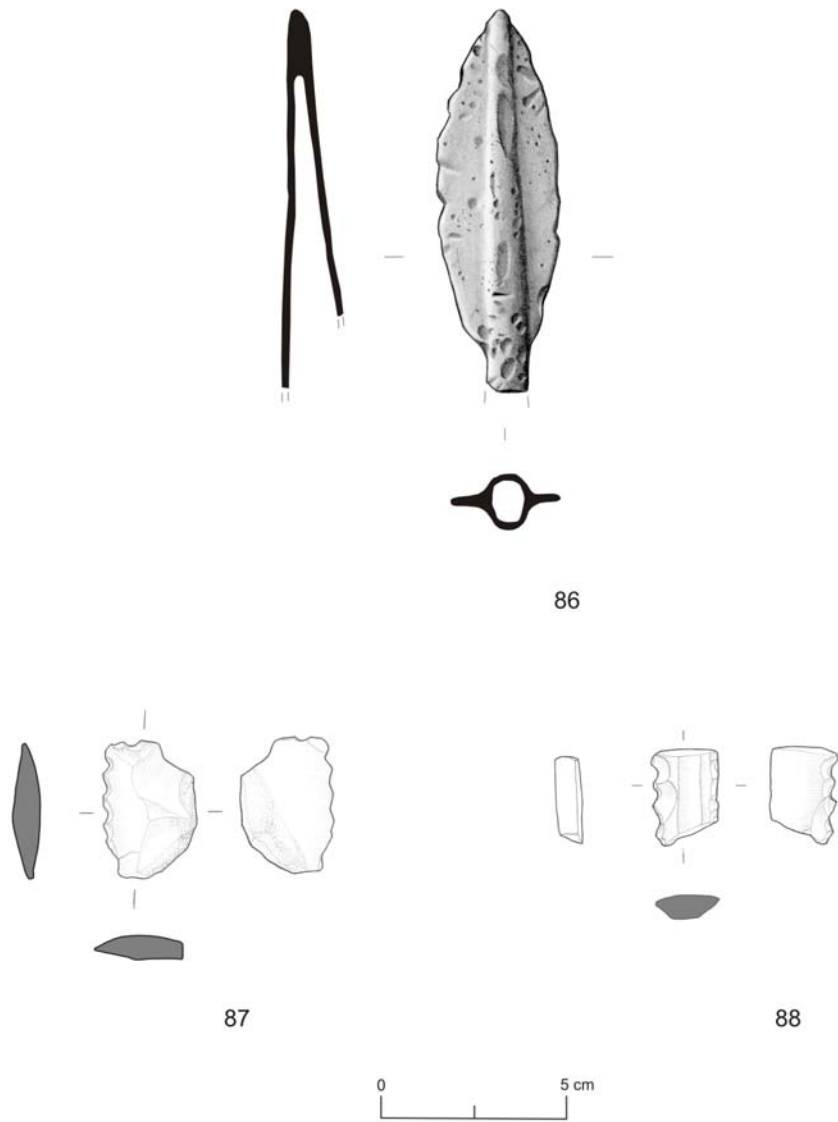
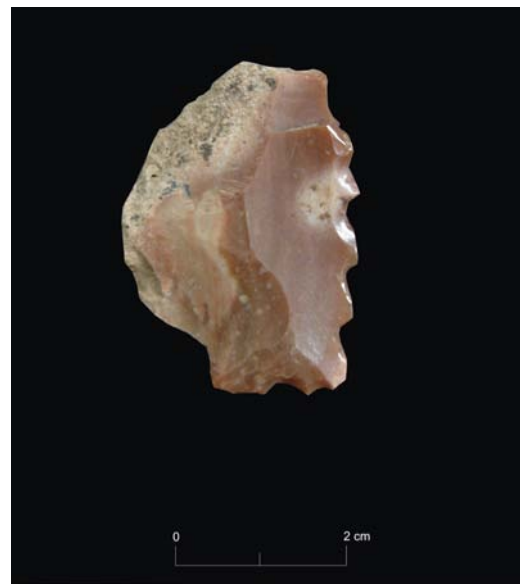


Figura 25
 Lança de Bronze
 recolhida na Eira da
 Alorna e, depositado
 no Museu da
 Associação de Defesa
 do Património
 Histórico Cultural de
 Almeirim. Fotografia
 de João Pimenta.



Figura 26
 Elemento de dente
 de foice de sílex com
 o típico brilho de
 cereal. Fotografia de
 Henrique Mendes.



como é o caso do púcaro de perfil completo (n.º 28), a que se poderiam associar também algumas taças hemisféricas e mesmo vasos de paredes verticais com ou sem mamilos e/ou pegas sobre o bordo ou imediatamente a seguir a este, cujas morfologias indicam uma longa transversalidade cronológica. Contudo, e como já referimos por diversas vezes, só escavações arqueológicas com controle estratigráfico, poderiam resolver esta, e outras, questões.

Como é frequente nestes contextos, os vasos decorados são muito raros, e apenas um apresenta decoração brunida reticulada, na parede externa (n.º 74). Algumas das superfícies externas dos vasos que correspondem a potes apresentam sinais de alisamento por escovagem (n.ºs 23, 25, 52), havendo casos em que se observa também um ligeiro brunimento (n.ºs 5, 7). Um único possui sulcos profundos colocados, de forma aleatória, sob o mamilo (n.º 7). A decoração denteada sobre o bordo foi observada, em apenas dois exemplares, ambos panelas de pequena dimensão, de perfil em S (n.º 72 e 73).

No conjunto das formas abertas, que se destinariam ao consumo de alimentos, as taças carenadas e as tigelas hemisféricas dominam em absoluto, possuindo muitas vezes as primeiras “pegas” alongadas sobre a carena. As fechadas correspondem maioritariamente a potes/panelas de grande e média dimensão, cujos bordos podem ser mais ou menos reentrantes. Sob estes, nota-se a presença de mamilos, em alguns dos fragmentos. Os potes de grande e média dimensão, de colo alto, cilíndrico ou hiperbolóide são pouco numerosos (n.ºs 52-55).

4. Ocupação da Idade do Ferro

O conjunto de artefactos que se integram claramente na Idade do Ferro é revelador da importância deste espaço entre os séculos VII e V/IV a.C.

As ânforas

O número de recipientes anfóricos é considerável e diversificado a nível morfológico. As características das suas pastas remetem maioritariamente para as produções que têm sido consideradas originárias da foz do estuário (Sousa, 2014; Sousa e Pimenta, 2014), excepto em alguns casos que serão devidamente indicados.

As produções mais antigas enquadram-se no tipo 1 do estuário do Tejo (Sousa e Pimenta, 2014), englobando um exemplar que é ainda claramente inspirado nos modelos produzidos no Sul da Península Ibérica, concretamente o tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres (fig. 31 – n.º 148), o que poderá indicar uma cronologia centrada em torno ao século VII a.C.

Contudo, a grande maioria das peças deste tipo 1 revela já características que se parecem ter-se desenvolvido no quadro da produção regional do estuário, exibindo diâmetros mais amplos e perfis de bordo mais desenvolvidos. Com efeito, as características morfológicas dos fragmentos do tipo 1 recuperados na Eira da Alorna são diversificadas, e provavelmente justificam uma revisão e subdivisão desta variante que, contudo, só poderá ser esboçada com base em análises contextuais específicas e em conjuntos com um enquadramento cronológico mais curto. Assim, observam-se alguns exemplares com bordos evertidos e de secção arredondada (fig. 31 – n.º 149, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 159), enquanto outros apresentam um perfil mais simples e um arranque do corpo mais oblíquo (fig. 31 – n.º 163, 167 e 168), o que poderá, neste caso, remeter para cronologias mais tardias, sendo semelhantes a vários fragmentos recuperados na Rua dos Correeiros (Sousa, 2014) e no Cabeço Guião (Arruda *et al.*, 2017a), cujas cronologias se centram já na segunda metade do 1º milénio a.C.

Duas peças encontradas na Eira da Alorna (fig. 31 – n.º 151 e 152) destacam-se por exibirem bordos claramente evertidos e ligeiramente engrossados no interior, dos quais arranca um corpo de perfil mais ovalado. Trata-se de particularidades morfológicas relativamente raras, até ao momento, no estuário do Tejo, sendo o paralelo mais próximo proveniente da Quinta do Almaraz (Olaio, 2015: Estampa 12 – n.º 41). Contudo, deve referir-se que estas duas peças da Eira da Alorna apresentam pastas mais grosseiras face ao resto do conjunto, podendo corresponder a produções mais interiores do estuário, o que justificaria, em parte, estas especificidades morfológicas.

Por último, resta referir, no conjunto do tipo 1 do estuário do Tejo, a presença de um bordo consideravelmente engrossado na área interna e que exhibe uma pequena saliência na superfície exterior (fig. 31 – n.º 153). Trata-se de uma variante registada também no Alto dos Cacos (Sousa *et al.*, 2016: fig. 8 – n.º 39) e na Quinta do Almaraz (Olaio, 2015: Estampa 5 – n.º 536, Estampa 7 – n.º 44). Infelizmente, em nenhum destes casos foi possível atribuir uma cronologia mais específica, ainda que a sua integração no “período orientalizante” seja admissível.

O tipo 3 do Estuário do Tejo, caracterizado pelo seu bordo bem assinalado na zona exterior, está representado por cinco exemplares (fig. 31 – n.º 160, 164, 165, 166, 169). Trata-se de uma morfologia que surge no repertório artefactual durante a segunda metade do século VI a.C., perdurando até à fase final da Idade do Ferro, sendo uma das formas mais recorrentes da região (Sousa e Pimenta, 2014).

Os exemplares integráveis no tipo 4, distinguíveis pela presença de bordos de tendência vertical e engrossados no interior, são mais raros no conjunto, contando com apenas dois exemplares (fig. 31 – n.º 162 e 163). Esta é uma forma típica da segunda metade do 1º milénio a.C., estando bem representada na Rua dos Correiros, assim como em várias outras estações arqueológicas do sul da Península de Lisboa (Sousa, 2014; 2017; Sousa e Pimenta, 2014).

Por último, cabe destacar, entre o conjunto anfórico recolhido na Eira da Alorna, a presença de um fragmento integrável no tipo 5 (fig. 31 – n.º 170), uma produção típica da área mais interior do estuário, e, até ao momento, escassamente representada fora desta região (Sousa e Pimenta, 2014).

Vários dos fragmentos de asas recolhidos durante as campanhas de prospecção são, provavelmente, pertencentes a estas morfologias de contentores de transporte de produtos alimentares. Correspondem, na grande parte dos casos, a asas de secção circular ou oval, podendo, neste último caso, exibir uma canelura acentuada na área exterior, sendo esta característica mais recorrente durante a segunda metade do 1º milénio a.C. (Sousa, 2014).

Cerâmica cinzenta

O conjunto de cerâmica cinzenta da Eira da Alorna é significativo, ainda que pouco variado a nível morfológico. As pastas são geralmente bicolores, com o núcleo alaranjado, correspondendo ao Grupo II definido para a Rua dos Correiros (Sousa, 2014: 131). Em alguns raros exemplares, o núcleo exhibe uma tonalidade acinzentada, integrando-se no Grupo III.

As formas mais recorrentes são as tigelas de perfil semi-hemisférico ou de paredes oblíquas, geralmente de bordo engrossado na área interna, e que correspondem aos tipos 1Aa (fig. 29 – n.º 112, 113, 115, 116, 117) e 1Ab (fig. 29 – n.º 111, 122) da Rua dos Correiros (Sousa, 2014). Um outro fragmento, de bordo assinalado no exterior, enquadra-se com facilidade no tipo 1Ac (fig. 29 – n.º 121). Destaca-se também, neste grupo, uma tigela de

perfil carenado (fig. 29 – n.º 120), permitindo uma aproximação ao tipo 1B do sítio da baixa pombalina.

Os pequenos vasos de cerâmica cinzenta, destinados ao consumo de líquidos, estão representados por duas formas distintas. A primeira, mais antiga, corresponde a um pequeno pote de corpo globular (fig. 29 – n.º 125B) típico dos horizontes artefactuais da segunda metade do século VI a.C. (Arruda, 1999-2000; Arruda *et al.*, 2000; Sousa, 2016). A segunda, com um colo mais pronunciado, é mais característica da segunda metade do 1º milénio (fig. 29 – n.º 125A), integrando-se no tipo 3Ba da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014).

No conjunto de cerâmica cinzenta identificou-se ainda um fragmento de bordo de diâmetro relativamente amplo (fig. 29 – n.º 124), possivelmente integrável no tipo 4Aa, uma forma característica da segunda metade do 1º milénio no Baixo Tejo (Sousa, 2014).

Alguns fragmentos de fundo, de base aplanada ou convexa, surgem também neste conjunto, pertencendo, muito provavelmente, às tigelas anteriormente referidas. Destaca-se ainda um outro fragmento de fundo com pé anelar, que poderá eventualmente remeter para horizontes cronológicos mais tardios. Por último, deve ainda assinalar-se um fragmento da parte superior e do arranque do colo de um vaso fechado, que muito provavelmente corresponde a um jarro. Estas morfologias são comuns na região do Baixo Tejo desde os meados do 1º milénio a.C., podendo atingir também a fase republicana (Pimenta *et al.*, 2005). O diâmetro reduzido do colo é um elemento que poderá indicar que se trata de uma morfologia mais tardia, uma vez que os protótipos conhecidos durante a fase pré-romana apresentam, regra geral, uma maior amplitude (Cardoso *et al.*, 2014; Sousa, 2014). O fragmento de asa de cerâmica cinzenta poderá também corresponder a esta mesma forma.

Cerâmica comum e pintada

O grupo constituído pela cerâmica comum e pintada é numeroso. As formas abertas são, contudo, consideravelmente escassas, englobando apenas um fragmento de bordo (fig. 29 – n.º 114) de uma tigela do tipo 1Ab da Rua dos Correeiros (Sousa, 2014) e um fragmento de fundo de base plana, provavelmente pertencente também a esta morfologia.

As formas fechadas são muito mais frequentes, ainda que correspondam, na sua maioria, a recipientes destinados ao armazenamento. Com efeito, muitos dos fragmentos recuperados integram-se ainda nas morfologias típicas da fase orientalizante. Correspondem a *pithoi*, alguns dos quais conservando ainda as respectivas asas de secção bífida, que apresentam colos rectos (fig. 27 – n.º 91; fig. 28 – n.º 100, 101, 102), mas, sobretudo, de perfil curvilíneo (fig. 29 – n.º 123; fig. 27 – n.º 89, 90, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98; fig. 28 – n.º 103, 104, 105, 106). Relativamente a estes últimos, deve ainda referir-se que alguns exemplares (fig. 27 – n.º 94, 97, 98; fig. 28 – n.º 103, 104 e 106) apresentam um perfil de bordo que se aproxima das variantes mais evolucionadas deste tipo de recipiente, e que se documentam em contextos de meados do 1º milénio a.C. na Rua dos Correeiros, onde foram classificadas de acordo com os tipos 10B e 10C (Sousa, 2014). Vários dos fragmentos de asas bífidas recolhidos no sítio pertencem, provavelmente, também a *pithoi* do período orientalizante.

Outras morfologias, com colos mais curtos e estrangulados, são já claramente integráveis nos tipos 10Aa (fig. 28 – n.º 107, 108 e 109) e 10Bb (fig. 28 – n.º 99) definidos para o sítio da Baixa Pombalina (Sousa, 2014). Relativamente aos primeiros, cabe ainda referir que um destes exemplares (fig. 28 – n.º 107) apresenta a pasta escassamente depurada, uma característica recorrente nesta morfologia que parece relacionar-se directamente com a sua função para a confecção de alimentos (Sousa, 2014).

Por último, resta referir um fragmento de produção aparentemente local, apresentando um bordo de perfil evertido, com uma canelura bem marcada na zona inferior do colo (fig. 28 – n.º 110), e que poderá corresponder a um recipiente de armazenamento ou cozinha. Não encontramos paralelos claros para esta forma nos conjuntos artefactuais sidéricos da região, o que poderá indicar que se trata de uma forma mais tardia.

O conjunto de cerâmica comum da Eira da Alorna raramente apresenta vestígios de decoração pintada, um elemento muito característico do repertório artefactual sidérico do Baixo Tejo, ainda que tal se deva, muito provavelmente, a factores pós-deposicionais. [Figs 27-31](#)

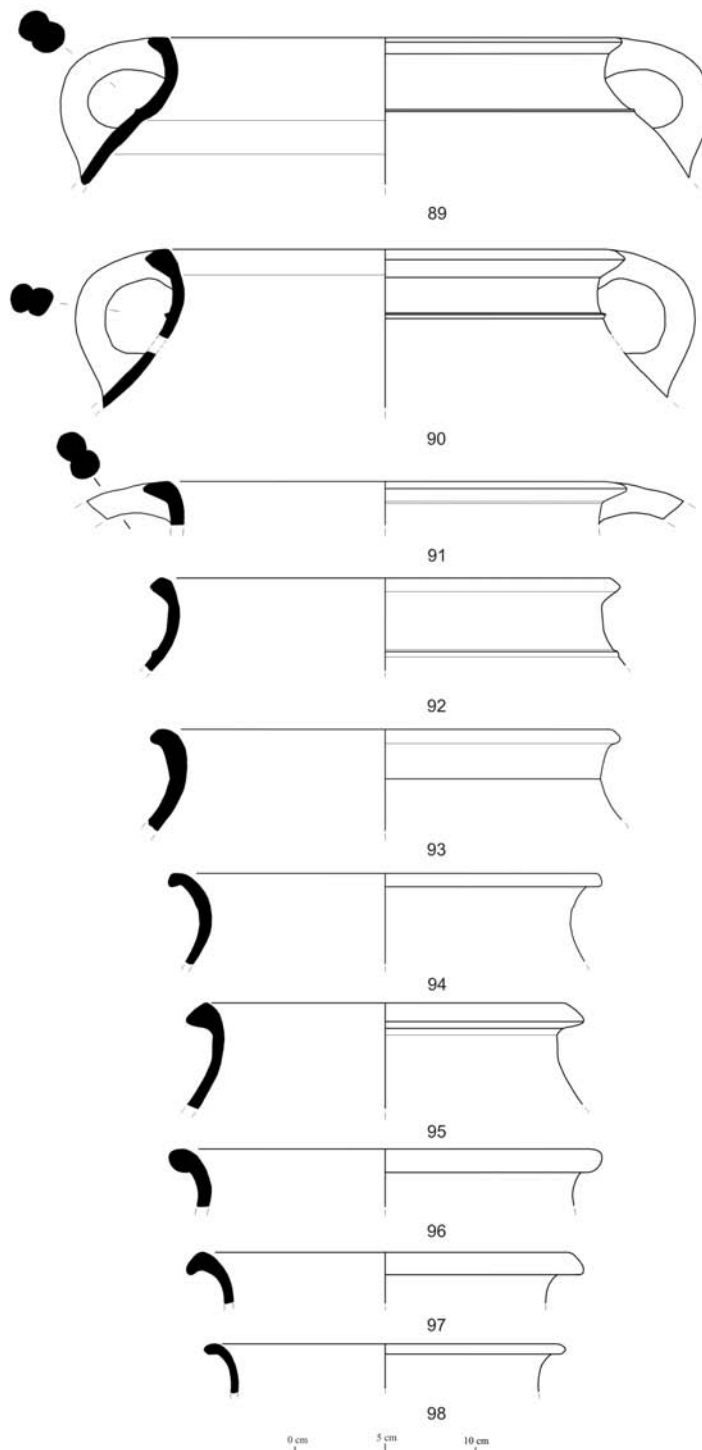


Figura 27
Contentores de
armazenamento
da Idade do Ferro.
Desenhos de
João Pimenta.

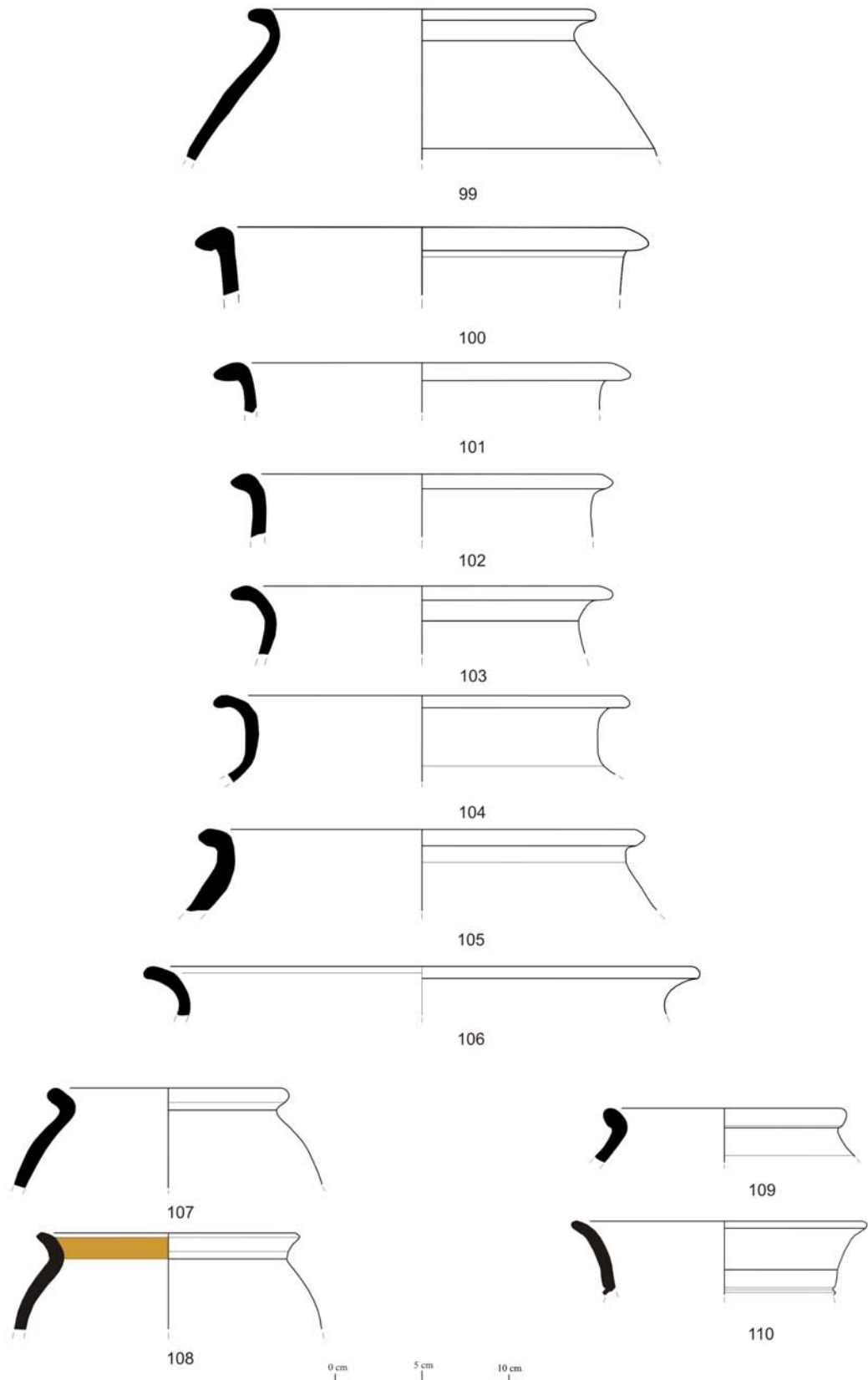


Figura 28
Contentores de
armazenamento
da Idade do Ferro.
Desenhos de
João Pimenta.

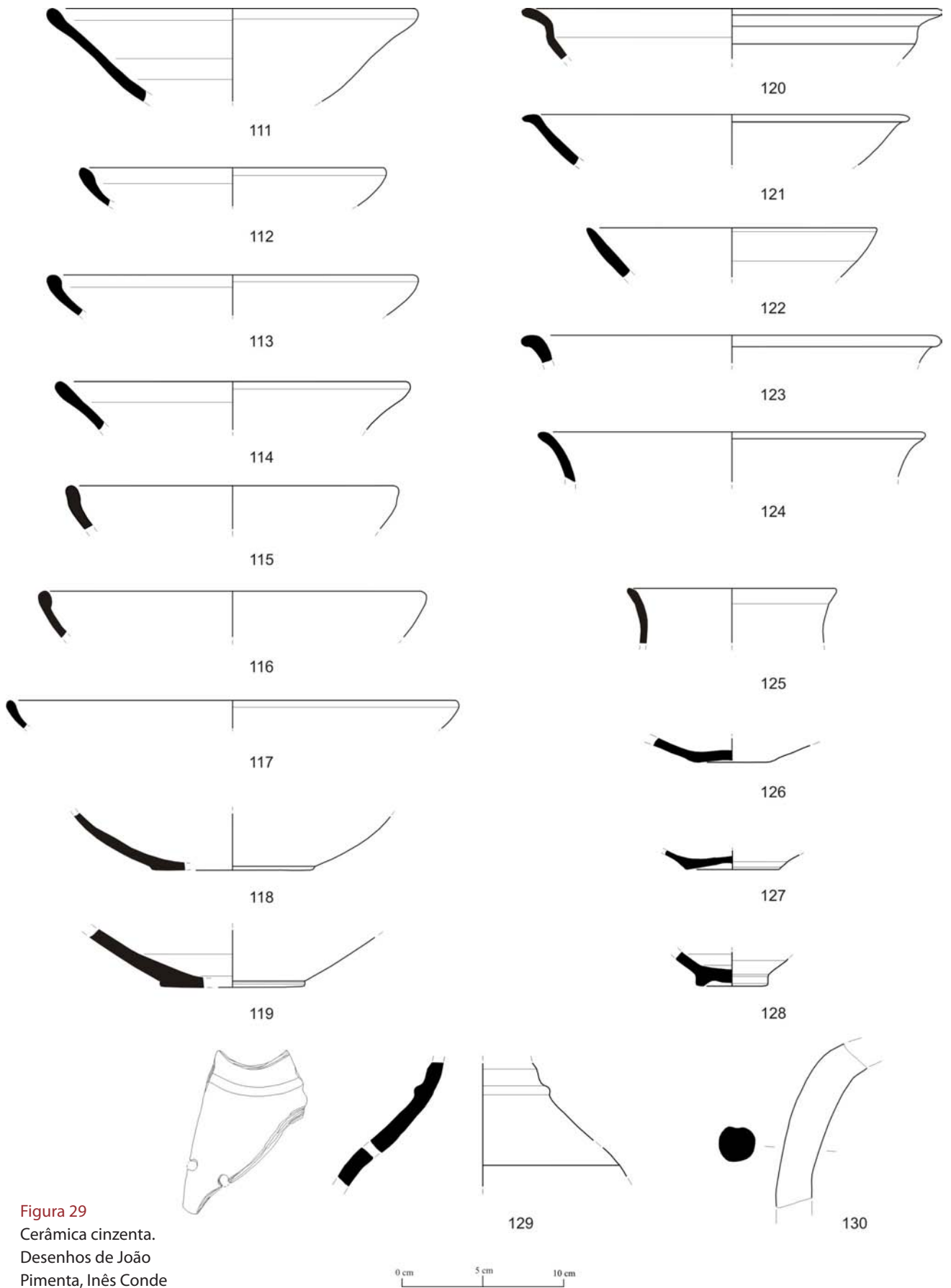


Figura 29
 Cerâmica cinzenta.
 Desenhos de João
 Pimenta, Inês Conde
 e Elisa de Sousa.

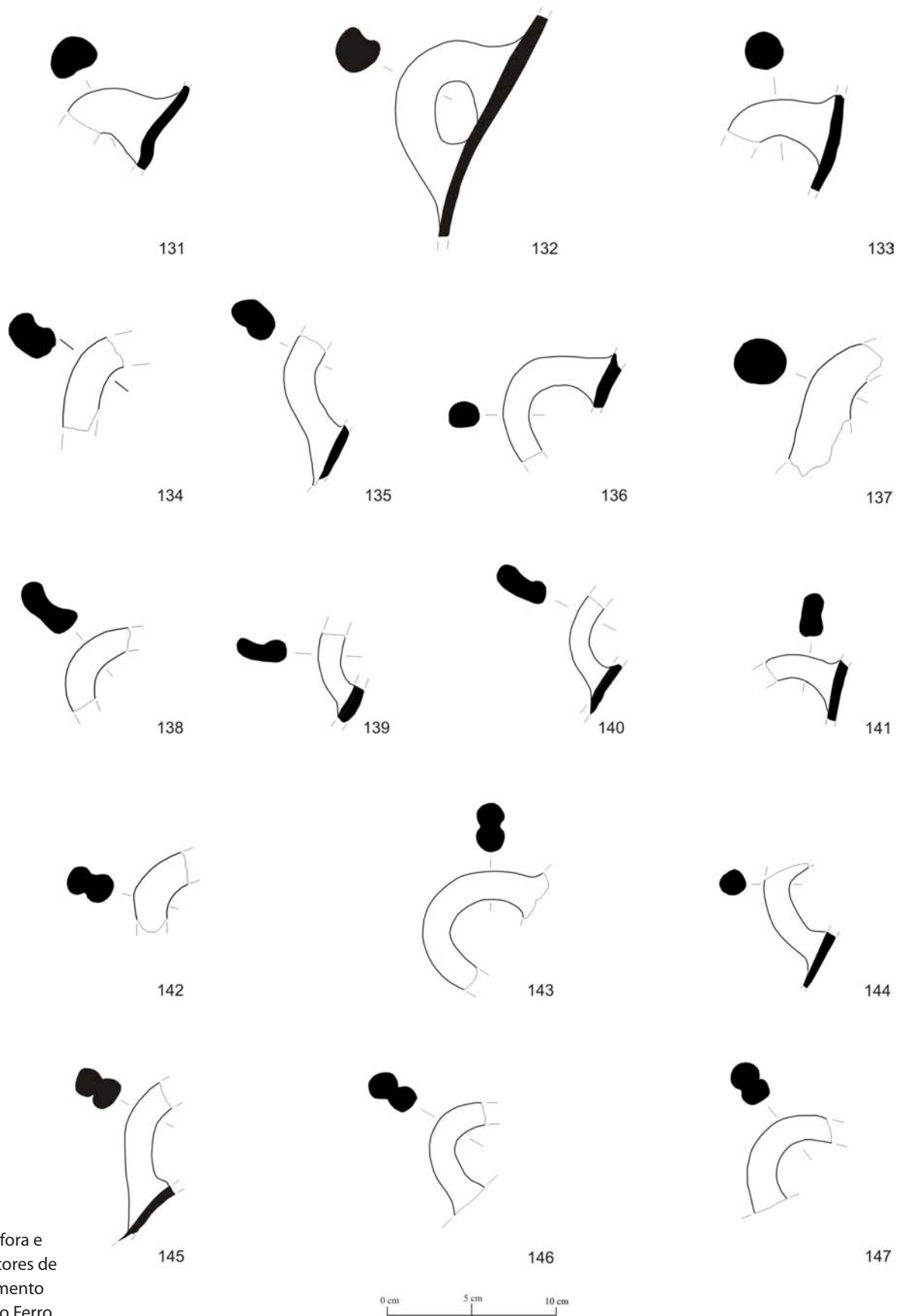


Figura 30
 Asas de ânfora e
 de contentores de
 armazenamento
 da Idade do Ferro.
 Desenhos de
 João Pimenta.

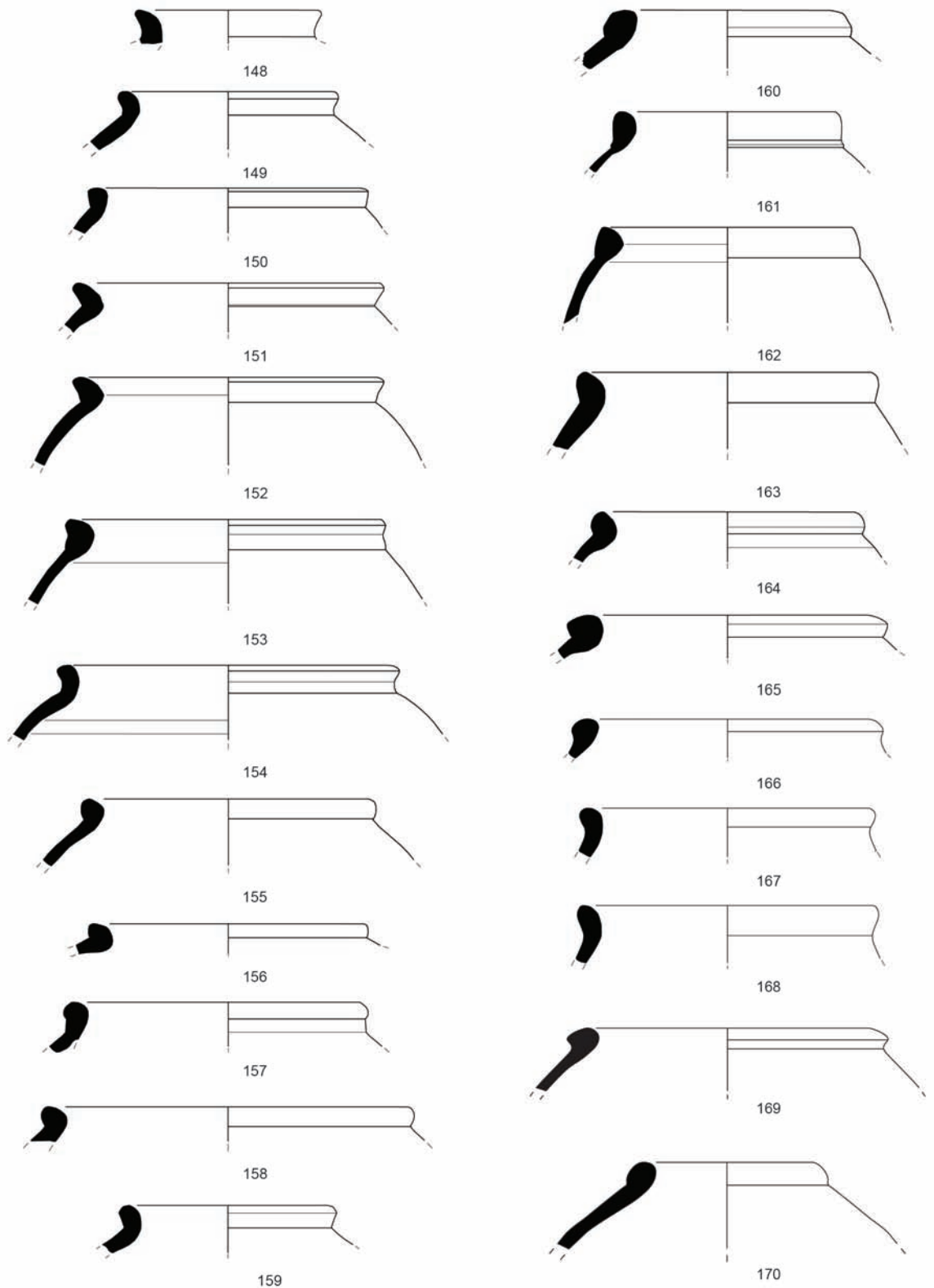


Figura 31
 Fragmentos de bocais
 de ânfora da Idade
 do Ferro. Desenhos
 de João Pimenta,
 Inês Conde e Elisa de
 Sousa.

Comentário geral ao espólio da Idade do Ferro

Os materiais da Idade do Ferro recolhidos na Eira da Alorna integram-se, cronologicamente, entre os séculos VII e V a.C., não se podendo excluir, contudo, a possibilidade de este limite inferior se poder estender até uma fase ainda mais tardia. Com efeito, a inexistência de informação contextual dificulta um enquadramento cronológico mais específico, considerando que muitas das formas representadas são produzidas de forma praticamente ininterrupta ao longo de grande parte do 1º milénio a.C. Contudo, a sua representatividade pode proporcionar algumas indicações relevantes para uma determinação de uma datação mais apertada da ocupação deste sítio durante a Idade do Ferro.

No conjunto anfórico, constata-se uma forte presença de contentores do tipo 1 do estuário do Tejo, uma tendência que parece indicar uma notável importância deste sítio durante o chamado “período orientalizante”. Com efeito, as morfologias atestadas, não só deste tipo em concreto, mas também do 3 (Sousa e Pimenta, 2014), poderiam indicar uma dinâmica comercial importante, sobretudo durante o século VI a.C. Contudo, a presença de um exemplar morfologicamente semelhante ao tipo 10.1.2.1 de Ramon Torres pode indicar que esta importância poderá remontar ainda para a centúria anterior. Também alguns dos fragmentos de bordo de *pithoi*, de bordo bem assinalado no exterior e colo recto e vertical, podem sugerir alguma antiguidade.

Os momentos mais tardios, já seguramente enquadráveis a partir dos meados do 1º milénio a.C., encontram-se um pouco menos bem documentados. Com efeito, as ânforas típicas deste período (tipos 4 e 5 do estuário do Tejo) são bastante mais escassas face às restantes morfologias, ainda que se deva reconhecer que algumas variantes dos tipos 1 e 3 continuam a ser produzidas, em quantidades muito significativas, durante esta fase mais tardia. Na cerâmica comum, formas evoluídas dos contentores de armazenamento, que encontram os seus paralelos mais próximos da tipologia estabelecida para a Rua dos Correeiros, datada entre o século V e os inícios do século IV a.C. (Sousa, 2014), estão relativamente bem documentadas no conjunto, mostrando que o sítio não perde a sua importância ao longo desta fase pré-romana.

Infelizmente, as categorias típicas do serviço de mesa, que poderiam auxiliar na determinação de balizas cronológicas mais específicas, são pouco diversificadas. A cerâmica de engobe vermelho não consta deste conjunto, e a cerâmica cinzenta é constituída maioritariamente por tigelas de perfil hemisférico ou paredes oblíquas, que são transversais a praticamente toda a Idade do Ferro e que chegam, inclusivamente, ao período romano. Cabe apenas destacar, neste último grupo, um fragmento de um pequeno pote de corpo globular que surge sistematicamente em contextos bem datados da segunda metade do século VI a.C. (Arruda, 1999-2000; Arruda *et al.*, 2000; Sousa, 2014), e de vasos do tipo 3Ba e 4Aa da Rua dos Correeiros, típicos da segunda metade do 1º milénio a.C. (Sousa, 2014), cronologia que é, aliás, coerente com os dados obtidos da análise das restantes categorias cerâmicas recolhidas no sítio.

Por último, cabe destacar a grande expressividade das produções que se admite terem uma origem na foz do estuário, possivelmente na área de Lisboa / Almaraz, sendo as produções macroscopicamente associáveis a uma origem local pouco representativas. Trata-se de uma realidade recorrente nos conjuntos artefactuais conhecidos para as zonas interiores do estuário do Tejo (Arruda *et al.*, 2014; 2017; Pimenta *et al.*, 2014a; Sousa *et al.*, 2016; Sousa, 2017), ficando, uma vez mais, comprovada também no sítio da Eira da Alorna. Sobre a inexistência de produtos importados de regiões mais longínquas, concretamente do sul do território peninsular, deve também assinalar-se que se trata de ocorrências relativamente raras em todo

o sul da Península de Lisboa, com a exceção dos grandes núcleos de povoamento, como é o caso de Lisboa, Almaraz e da Alcáçova de Santarém.

5. Outros materiais e outras cronologias

Como já se referiu na Introdução, a Eira da Alorna não foi abandonada no final da Idade do Ferro, sendo assinável a ocupação romano republicana que está consubstanciada num numeroso conjunto de materiais, entre os quais se destaca o pequeno entesouramento Sertoriano já publicado (Pimenta *et al.*, 2014b), que se encontra depositado no Museu de Almeirim. As restantes peças de esta cronologia serão estudadas num outro contexto e, assim, divulgadas num outro local. *Figs 31-32*



Figura 31

Localização dos sítios do Bronze Final em torno do sítio de Eira da Alorna. Mapa produzido a partir da folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000, colocando a azul as linhas de água e os terrenos de aluvião e presumivelmente alagáveis pelas periódicas cheias do Tejo: N.º 1 – Alcáçova de Santarém; N.º 2 – Morro de São Bento (Machado); N.º 3 - Almoester; N.º 4 – Quinta da Aramenha; N.º 5 – Necrópole do Tanchoal; N.º 6 – Povoado de Alto do Castelo; N.º 7 – Necrópole do Meijão; N.º 8 – Necrópole do Cabeço da Bruxa; N.º 9 – Alto dos Cacos; N.º 10 – Necrópole do Arneiro do Fidalgo; N.º 11 – Eira da Alorna; N.º 12 – Azeitada; N.º 13 - Vale de Tijolos; N.º 14 – Cortiçóis.



Figura 32

Localização dos sítios da Idade do Ferro em torno da Eira da Alorna. Mapa produzido a partir da folha n.º 31A Santarém, da Carta Geológica de Portugal 1:50.000. N.º 1 – Alcáçova de Santarém; N.º 2 – Cabeço Guião; N.º 3 – Alto do Castelo; N.º 4 – Cabeço da Bruxa; N.º 5 – Alto dos Cacos; N.º 6 – Eira da Alorna; N.º 7 – Vale de Tijolos; N.º 8 – Azeitada.

6. Discussão

O estudo dos materiais da Eira da Alorna, em Almeirim, permitiu verificar uma longa diacronia da ocupação deste sítio do vale do Baixo Tejo, que terá decorrido sem sobressaltos e, muito possivelmente, em continuidade.

A instalação de comunidades humanas no local ocorreu num momento tardio do Calcolítico, como a presença de vasos com decoração campaniforme permite defender sem qualquer hesitação. Esta instalação está de acordo com uma estratégia de povoamento que tem paralelos na área onde a Eira da Alorna se implanta, de acordo com um modelo que dá preferência a sítios baixos e ribeirinhos, e em que a relação com o rio é muito especialmente privilegiada. Será nesta época que se terá iniciado a construção de uma rede de povoamento particularmente densa, que se estende desde a antiga confluência do Tejo com o Sorraia, em Salvaterra de Magos até, pelo menos, Almeirim. Os sítios sucedem-se no terreno junto à margem do rio, ou das ribeiras subsidiárias, em alguns casos quase sem interrupção, parecendo que terão funcionado “em rede”, estabelecendo entre si relações que podemos considerar de coordenação.

Os vestígios do Bronze Médio são muito escassos em qualquer desses sítios, apesar de termos podido considerar a sua existência através, justamente, de alguns materiais recuperados na Eira da Alorna. O facto de este período ser dificilmente caracterizável através de quaisquer materiais que possam ser considerados “fósseis directores” poderá talvez explicar esta ausência, tão difícil de interpretar. A hipótese que avançamos neste trabalho, que terá de ser comprovada neste ou em outros sítios, poderá completar um quadro que parece muito coerente no que se refere à ocupação humana da margem esquerda do Baixo Tejo ao longo dos dois milénios que antecedem a mudança da Era.

A realidade que observámos no Calcolítico Final é particularmente visível durante o final da Idade do Bronze, quando a referida rede parece ter-se desenvolvido exponencialmente, com a Eira da Alorna a destacar-se também pela quantidade de materiais que foram recolhidos e que pudemos estudar neste trabalho. E, no mesmo sentido, se podem interpretar os dados referentes à Idade do Ferro, igualmente abundantes e significativos. Deve, contudo, chamar-se a atenção para os novos elementos aduzidos a esta mesma realidade neste momento, e que podem traduzir uma outra estrutura de funcionamento. Falamos, neste caso concreto, das ocupações em áreas destacadas na paisagem, em povoados aparentemente fortificados, concretamente do Alto do Castelo, em Alpiarça, sítio habitado, como se sabe, quer no Bronze Final (Kalb e Höck, 1982) quer na Idade do Ferro (Arruda *et al.*, 2014), e onde a cultura material de ambos os períodos é absolutamente paralelizável à da Eira da Alorna, como também à do Alto dos Cacos, do Porto de Sabugueiro ou do Cabeço da Bruxa. Merecendo destaque pela própria implantação topográfica e altimétrica, mas também pela dimensão da área ocupada, pode ter tido papel importante na coordenação da trama de povoados identificados nas suas imediações, mas mais próximos do rio, em modalidades que, contudo, não podemos ainda identificar devidamente.

A chegada de fenícios ao Baixo Tejo em torno ao início do século VIII a.n.e. não alterou pois significativamente as realidades pré-existentes nesta área restrita e ribeirinha da margem esquerda do rio, que parecem permanecer constantes e quase imutáveis a partir da segunda metade do terceiro milénio ao contrário do que se verificou no Alto Ribatejo e nas regiões interiores a ocidente do rio, como houve já oportunidade de evidenciar em outros trabalhos (Arruda, 2017; Arruda *et al.*, 2017a; Arruda *et al.*, 2017b).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, S. (2014) – Estilos e tendências na cerâmica de ornatos brunidos do sudoeste peninsular. In Vilaça, R.; Serra, M. (Coords), *Idade do Bronze do Sudoeste. Novas perspectivas sobre uma velha problemática*. Coimbra, p. 127-148.
- ANDRADE, M. (2017) – O sítio pré-histórico do Sobral do Martim Afonso (Salvaterra de Magos, Portugal): um curioso contexto do Neolítico Final/Calcolítico na margem esquerda do Baixo Tejo. *Ophiussa* 1, p. 17-49.
- ANDRADE, M.; NEVES, C.; LOPES, G. (2015) – Beyond the Mesolithic shell middens: a chrono-cartographic overview of the ancient peasant communities in Muge. In Bicho, N.; Detry, C.; Price, D.; Cunha, E., (eds.), *Muge 150th: The 150th Anniversary of the Discovery of the Mesolithic Shellmiddens*. Cambridge: 2, p. 29-44.
- ARRUDA, A. M. (1999-2000) - *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea 5-6. Barcelona.
- ARRUDA, A. M. (2017) – A Idade do Ferro Orientalizante no Vale do Tejo: as duas margens de um mesmo

- rio. In Celestino Pérez, S. e Rodríguez González, E. (eds.), *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 283-294.
- ARRUDA, A. M.; FREITAS, V.; VALLEJO SÁNCHEZ, J. (2000) - As cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-2, p. 25-59.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; SOARES, R. (2014) - Alto do Castelo's Iron Age occupation (Alpiarça, Portugal). *Zephyrus* 74, p. 143-155.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E. (2015) - Late Bronze Age in Alcáçova de Santarém (Portugal). *Trabajos de Prahistoria* 72-1, p. 176-187.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; BARRADAS, E.; BATATA, C.; DETRY, C.; SOARES, R. (2017a) - O Cabeço Guião (Cartaxo - Portugal): um sítio da Idade do Ferro do Vale do Tejo. In Celestino Pérez, S. e Rodríguez González, E. (eds.), *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid, CSIC, p. 319-361.
- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PIMENTA, J.; SOARES, R.; MENDES, H. (2017b): Phéniciens et Indigènes en contact à l'embouchure du Tage, Portugal. *Folia Phoenicia*. Pisa / Roma, 1, p. 243-251.
- CARDOSO, J. L. (1997-1998) - O povoado do Bronze Final do Castelo dos Mouros. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 7, p. 169-177.
- CARDOSO, J. L. (2003): A gruta do Correio-Mor (Loures). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 11, p. 229-321.
- CARDOSO, J. L. (2010-2011) - O casal agrícola do Bronze Final de Abrunheiro (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 18, p. 33-74.
- CARDOSO, J. L. (2013) - Moita da Ladra 2 (Vila Franca de Xira), um sítio ritual do Bronze Final da região de Lisboa. *Ciências e Técnicas do Património* 12 49-67.
- CARDOSO, J. L.; ROQUE, J.; PEIXOTO, F.; FREITAS, F. (1980-1981) - Descoberta de jazida da Idade do Bronze da Tapada da Ajuda. *Setúbal Arqueológica* 6-7, p. 117-147.
- CARDOSO, J. L.; GUERRA, M. F.; GIL, F. B. (1992) - O depósito do Bronze Final de Alqueva e a tipologia das lanças do Bronze Final português. *Mediterrâneo*. 1, p. 231-250.
- CARDOSO, J. L.; SILVA, I. M. (2004) - O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 7 (1), p. 227-271.
- CARDOSO, J. L.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; REGO, M. (2014) - Outorela I e Outorela II, dois pequenos sítios da Idade do Ferro a norte do Estuário do Tejo (concelho de Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 21, p. 393-428.
- COFFYN, A. (1983) - La fin de l'Âge du Bronze dans le centre-Portugal. *O Arqueólogo Português*. Série IV. N.º 1, p. 169-196.
- COFFYN, A. (1985) - *Le Bronze Final Atlantique dans la Péninsule Ibérique*. Paris: Diffusion de Boccard.
- DIAS, I. (2017) - *O Bronze Final na Serra do Socorro (Mafra, Torres Vedras)*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C.; ANDRADE, M. (2017) - O Barranco do Farinheiro (Coruche) e a presença campaniforme na margem esquerda do baixo Tejo. In Gonçalves, V. S. (Ed.), *Sinos e Taças. Junto ao oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa, p. 98-125.
- HARRISON, R. J. (1977) - *The Bell Beaker Cultures of Spain and Portugal*. Cambridge.
- HENRIQUES, E. (1982) - *Elementos para a Carta Arqueológica do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Texto manuscrito. 19/12/82. Processo 82/1 (242) DGPC.
- HENRIQUES, E. (1987) - *Levantamento Arqueológico do Concelho de Almeirim*. Almeirim. Processo 82/1 (242) DGPC.
- JOVER, F. J.; LOPEZ, J. A. (2013) - La producción textil durante la Edad del Bronce em el cuadrante suroriental de la península Ibérica: materias primas, productos, instrumentos y procesos de trabajo. *Zephyrus*. 71, p. 149-171.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1981-82) - Cabeço da Bruxa, Alpiarça (Distrito de Santarém). Relatório preliminar das escavações de Janeiro e Fevereiro de 1979. *Portugália* 2-3, p. 61-69.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1982) - Alto do Castelo, Alpiarça, Distrikt Santarém. Vorbericht über die grabung 1981. *Madriider Mitteilungen* 23, p. 145-151.
- KALB, P.; HÖCK, M. (1985) - *Cerâmica de Alpiarça. Exposição permanente na Galeria dos Patudos*. Câmara Municipal de Alpiarça. Casa Museu dos Patudos em colaboração com o Instituto Arqueológico Alemão de Lisboa.
- MARQUES, G.; ANDRADE, G. M. (1974) - Aspectos da proto-história do território português 1 - definição e distribuição geográfica da cultura de Alpiarça (Idade do Ferro) *In Actas do III Congresso Nacional de Arqueologia*. Porto, p. 125-148.

- MATALOTO, R. (2013) - Do vale à montanha, da montanha ao monte: a ocupação do final da Idade do Bronze no Alentejo Central. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 20, p. 221-272.
- MATIAS, H.; ANDRADE, M.; COSTA, C.; SAMPAIO, H.; SIMÃO, I.; SOARES, A. M.; SOARES, R. M.; MONTEIRO, P. (2017) - O sítio de fossas da Horta do Cabral 6. Contribuição para o conhecimento da Idade do Bronze na região do Torrão (Alcácer do Sal, Portugal). In *Arqueologia em Portugal: estado da questão*. Lisboa, p. 849-864.
- MONTEIRO, M.; PEREIRA, A. (2013) – Um depósito votivo da Idade do Bronze na Moita da Ladra (Vila Franca de Xira): Síntese dos trabalhos realizados e resultados preliminares. *Cira – Arqueologia* 2, p. 63-94.
- MELO, A. (2000) – Armas, utensílios e esconderijos. Alguns aspectos da metalurgia do Bronze Final: o depósito do Casal dos Fiéis de Deus. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 3-1, p. 15-120.
- OLAIO, A. (2015) - Ânforas da Idade do Ferro na Quinta do Almaraz (Almada). Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Edição policopiada.
- PIMENTA, J.; CALADO, M.; LEITÃO, M. (2005): Novos dados sobre a ocupação pré-romana da cidade de Lisboa. As ânforas da sondagem n.º 2 da Rua de São João da Praça, *Revista Portuguesa de Arqueologia* 8-2, p. 313–334.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos – Almeirim*. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; SOARES, R. (2014a) – Do pré-romano ao Império: a ocupação humana do Porto do Sabugueiro (Muge, Salvaterra de Magos). *Magos. Revista Cultural do Concelho de Salvaterra de Magos*. Salvaterra de Magos, 1, p. 39-58.
- PIMENTA, J., MENDES, H.; HENRIQUES, E. (2014b) - O Acampamento militar romano do Alto dos Cacos, Almeirim. *Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo (Vila Franca de Xira, 2013)*. *Cira Arqueologia* 3, p. 256-292.
- PONCE, M. (2013) - *O Bronze Final na Península de Lisboa. O caso do Cabeço de Alcainça na transição entre o 2º e o 1º milénio a.C.* Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Lisboa.
- PONTE, T. R. N.; SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; FRADE, J. C.; RIBEIRO, I.; RODRIGUES, Z.; SILVA, R. J.; VALÉRIO, P. (2012) – O Bronze Pleno do Sudoeste da Horta do Folgão (Serpa, Portugal). Os Hipogeus Funerários. *O Arqueólogo Português* V-2, p. 265-295.
- QUINTEIRA, A. J. F. (1996) – *Scallabis, análise contextual e perspectivas de estudo*. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Minho. Policopiado.
- SANTOS, F.; AREZ, L.; SOARES, A. M.; DEUS, M.; QUEIROZ, P.; VALÉRIO, P.; RODRIGUES, Z.; ANTUNES, A. S.; ARAUJO, M. F. (2008) - O Casarão da Mesquita 3 (S. Manços, Évora): um sítio de fossas “silo” do Bronze Pleno/Final na Encosta do albardão. *Revista Portuguesa de Arqueologia* 11-2, p. 55-86.
- SCHUBART, H. (1971) – Acerca de la cerámica del Bronce Tardío en el sur y oeste peninsular. *Trabajos de Prehistoria*. 28, p. 153-182.
- SILVA, R. B. (2013) - A ocupação da Idade do Bronze Final da Praça da Figueira (Lisboa): novos e velhos dados sobre os antecedentes da cidade de Lisboa. *Cira – Arqueologia* 2, p. 40-102.
- SOARES, A. M. (2000) –Necrópole do Bronze do Sudoeste dos Bugalhos (Serpa). *Vipasca* 9, p. 47-52.
- SOARES, A. M.; SANTOS, F. J.; DEWULF, J.; DEUS, M.; ANTUNES, A. S. (2009): Práticas rituais no Bronze do Sudoeste – alguns dados. *Estudos Arqueológicos de Oeiras* 17, p. 433-456.
- SOARES, A. M.; ARAÚJO, M. F.; VALÉRIO, P.; PIMENTA, J. (2015) – Composição elementar de artefactos metálicos de Vale de Tijolos e da Eira da Alorna (Almeirim): a metalurgia do Bronze Final no território nacional. *Cira – Arqueologia* 4, p. 11-18.
- SOUSA, E. (2014) - *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo*, Lisboa. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa.
- SOUSA, E. (2016) - A Idade do Ferro em Lisboa: uma primeira aproximação a um faseamento cronológico e à evolução da cultura material. *CuPAUAM* 42, p. 167-185.
- SOUSA, E. (2017) – Percorrendo o Baixo Tejo: Regionalização e Identidades Culturais na 2ª metade do 1º milénio a.C. In Celestino Pérez, S. e Rodríguez González, E. (eds.), *Territorios comparados: los vales del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en época tartésica*. Madrid: CSIC, p. 295-318.
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) - A produção de ânforas no Estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. In Morais, R.; Fernández, A.; Sousa, M. J. (eds), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia*. Porto, vol. 1, p. 303- 316.
- SOUSA, E.; ARRUDA, A. M. (no prelo) – A Idade do Ferro na Alcáçova de Santarém (Portugal): os resultados da campanha de 2001.

- SOUSA, E.; PIMENTA, J.; MENDES, H.; ARRUDA, A. M. (2016) – A ocupação Proto-Histórica do Alto dos Cacos (Almeirim, Portugal). *Cira – Arqueologia* 5, p. 9-32.
- VILAÇA, R.; CRUZ, D. J.; GONÇALVES, A.A. HUET B. (1999) – A Necrópole de Tanchoal dos Patudos (Alpiarça, Santarém). *Conimbriga* 38, p. 5-29.
- VILAÇA, R.; CARDOSO, J. (2017) – O Tejo português durante o Bronze Final. *Anejos de AEspa*. LXXX. *Territorios comparados: los valles del Guadalquivir, el Guadiana y el Tajo en epoca tartesica*. Mérida, p. 237-281.

➤ Alguns elementos novos sobre Almaraz

LUÍSA BATALHA ARQUEÓLOGA
LUÍS BARROS CHAIA/UNIVERSIDADE DE ÉVORA

RESUMO

Localizado na embocadura do rio Tejo com o Oceano Atlântico, Almaraz foi um lugar estratégico para a prática de comércio entre a sua comunidade indígena e os marinheiros / comerciantes fenícios. O comércio entre o Atlântico e o Mediterrâneo encontra-se patente através dos materiais arqueológicos da Idade do Ferro, depositados nos fossos ao longo das suas muralhas.

ABSTRACT

Almaraz is an archaeological site located on the top of a hill close to the mouth of River Tagus and the Atlantic Ocean.

It was a strategic port of call to the Phoenician merchant vessels aiming trade with the native population.

Assets related to this trade, between Atlantic and Mediterranean sea were found, during archaeological field works, in the ditches along the walls dated from 1st Iron Age

Nota Prévia

O presente artigo constitui o resultado do trabalho de licenciatura de um dos signatários, Luísa Batalha. O mesmo foi apresentado na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em Junho de 2006, com o título: “A Cerâmica de Englobe Vermelho da Quinta do Almaraz”. Presidiu ao júri: Professor Doutor Mário Varela Gomes (orientador da tese), Professora Doutora Rosa Varela Gomes e Professor Doutor Rodrigo Banha da Silva. O conjunto de materiais que engloba as cerâmicas cinzentas, objectos metálicos e outros relacionados com actividade metalúrgica, insere-se num trabalho apresentado em Maio de 2009, em Alcácer do Sal, com o título: “Alguns dados Novos sobre o Almaraz”, aquando da homenagem a João Carlos Faria.

1. Introdução

Este trabalho é uma pequena abordagem aos materiais recolhidos numa das secções do fosso sul do povoado fortificado do Almaraz.

Apresentam-se uma série de resultados de datações absolutas, obtidas através de análises a materiais orgânicos que demonstram uma ocupação do sítio entre os séculos IX a. C. e o VI a. C.

Analizam-se alguns dos mais significativos fragmentos de cerâmica que nos possibilitam caracterizar as formas e tipologias existente no sítio arqueológico, dando paralelos tipológi-

cos relativos, com outros sítios arqueológicos Ibéricos da I Idade do Ferro. Destacam-se as produções de verniz vermelho e de pastas cinzentas.

Entre as possíveis indústrias praticadas no local dá-se destaque à siderurgia, onde são notórios os vestígios da fundição de metais e de minérios.

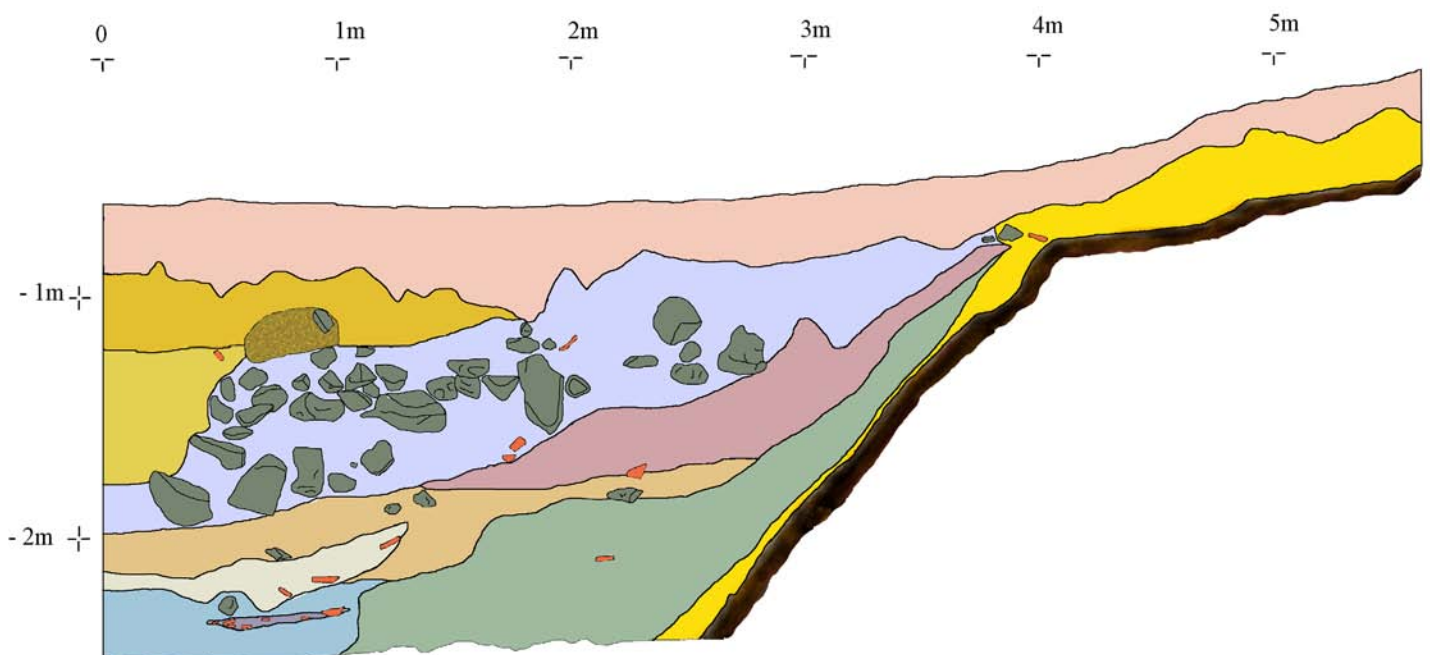
2. O povoado orientalizante da Quinta do Almaraz

2.1. Localização

A estação arqueológica da Quinta do Almaraz situa-se junto ao castelo de Almada, na margem esquerda do Tejo, num esporão sobranceiro ao rio, mais concretamente numa encosta de pendente Norte/Sul. A Norte, é delimitada pela arriba fósil de inclinação vertical, a Sul, Rua Elias Garcia e a Oeste, Travessa do Castelo. O local, tem como coordenadas geográficas, segundo a Carta Militar de Portugal, 486760 – 4282140 (C.M.P. 431 Lisboa, 1971; U.T.M. 29S MC, esc:1/25000) e encontra-se a uma altitude média de 55 metros acima do nível do mar, o que permite uma visibilidade de aproximadamente 360 graus e a partir do qual se avista a Serra da Arrábida a Sul, a Serra de Sintra a Norte e o rio Tejo desde a foz até à zona estuarina, o que lhe conferia ótimas características defensivas, possibilitava um controle eficaz a quem se aproximasse quer por terra quer por mar. O Almaraz possuía ainda um porto de abrigo natural. As escavações efectuadas na década de oitenta puseram a descoberto estruturas de armazenamento e um cais, (Barros e Henriques, 1988: 87).

Tal como outros assentamentos de filiação fenícia localizados ao longo do litoral Levantino Ibérico, através da Quinta do Almaraz era permitido o fácil acesso às zonas a montante do rio Tejo, daí o intercâmbio comercial de alguns produtos de influência orientalizante e a matéria-prima – neste caso o minério em bruto – com as populações do interior, sendo este posteriormente transformado no Almaraz. **FIGS. 1-3**

Figura 1
Corte Poente A e B 12



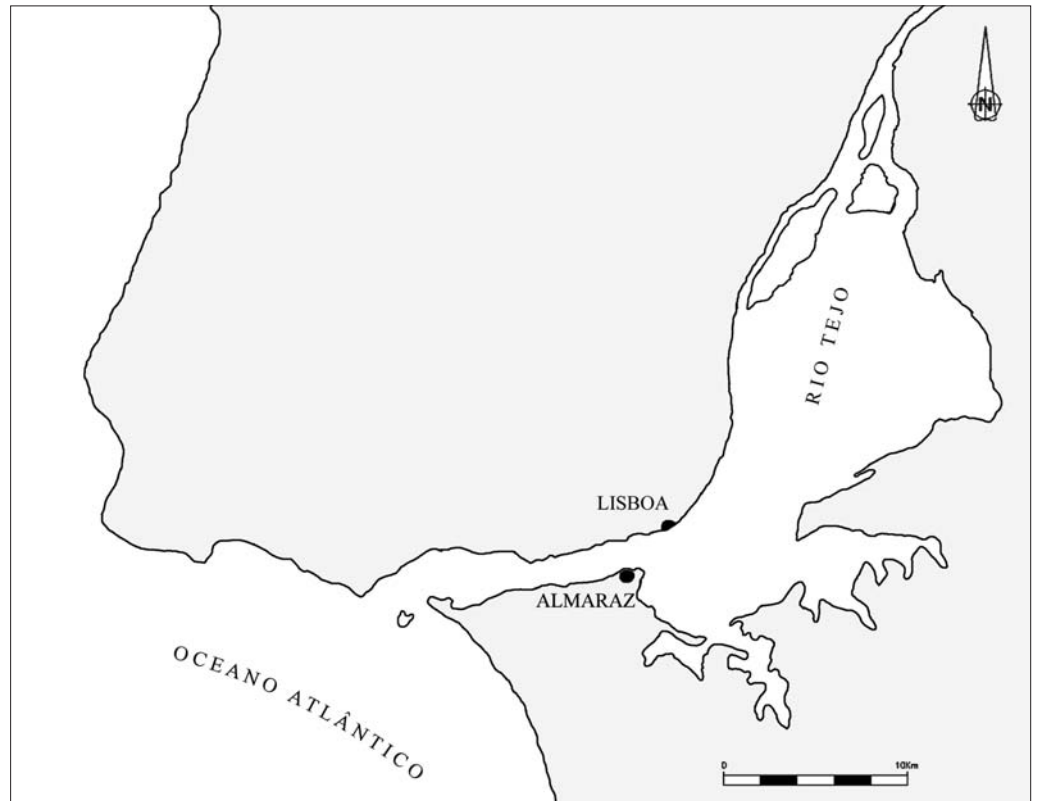


Figura 2
Mapa de localização do povoado do Almaraz na bacia do Tejo

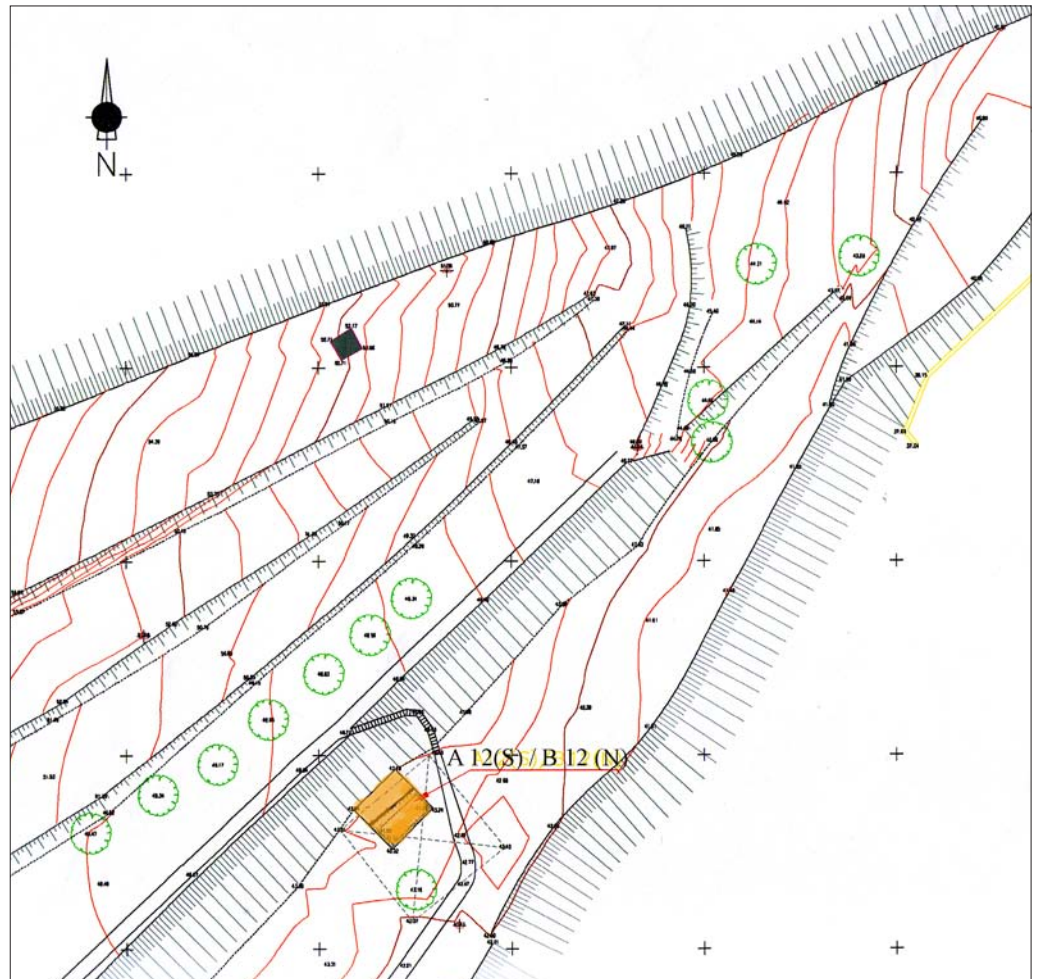


Figura 3
Localização do quadrado Q.A12, no espaço do povoado de Almaraz.

3.1. Interpretação cronológica e material

3.1.1. Datação relativa

Não foi possível determinar, através da combinação, tipologia, associação e estratigrafia, a datação relativa para este espólio e assim atribuir-lhe uma sequência cronológica.

Uma malha muito fina (0,10 m), não produziu uma leitura eficaz, ou seja, numa potência estratigráfica de 1 m, verificou-se que todas as camadas ofereciam as mesmas tipologias para os diversos tipos de cerâmica, consequência de um enchimento rápido do espaço.

3.1.2. Datação absoluta

A fim de determinar uma cronologia fiável para o Almaraz, recorreu-se ao sistema de datação absoluta do ^{14}C (I.T.N.), uma vez que o local apresenta características muito específicas quanto à sua estratigrafia.

Assim, numa primeira fase, foi possível detectar mais de dez datas para os contextos de influência orientalizante da Quinta do Almaraz.

Segundo os dados publicados em 2004 com base na análise de ossos, conchas e carvões, aceita-se como provável, uma cronologia que compreenda os séculos IX a. C. a VII a. C.

Para além das datações obtidas noutros pontos do sítio arqueológico de Almaraz foram submetidos a análise, de restos osteológicos do fosso junto à muralha, ST.2 (E), e do qual são provenientes as cerâmicas que consistem a base deste trabalho (Barros, Soares, 2004, p. 341).

O fosso acima mencionado, ST. 2 (S) A 12 (S)/B12 (N), foi escavado em duas camadas, 26 e 36, com um metro de diferença entre si.

Assim, para a camada 26, obteve-se a data corrigida (BP) 2430 ± 45 , calibrada a 1σ com intervalos entre: 731-692 (BC), 660-651 (BC), 544-408 (BC).

Camada 26, calibrada a 2σ , com intervalos entre 753-685 (BC), 688-610 (BC), 598-402 (BC).

Para a camada 36, obteve-se a data corrigida (BP) 2390 ± 50 , calibrada a 1σ , entre: 701-696 (BC), 538-397 (BC).

Camada 36, calibrada a 2σ , com intervalos entre 751-686 (BC), 667-637 (BC), 622-614 (BC), 595-387 (BC).

Os valores apresentados de ΔR foram obtidos pelo método proposto por Stuiver e Braziunas (1993, fig. 15).

Como podemos verificar, as datas de radiocarbono são idênticas entre si pelo que fica provado o momento único de deposição e enchimento do fosso. O facto de este ter oferecido um fragmento de cerâmica proto-coríntia, coloca a possibilidade de estarmos perante um enchimento do séc. VII a. C, confirmando assim as datações das cerâmicas de engobe vermelho, embora com algumas oscilações.

4.1 Descrição formal das peças

4.1.1. Cerâmica de fabrico manual

A cerâmica de fabrico manual encontra-se representada no Almaraz, principalmente através de grandes recipientes de armazenamento. Trata-se de potes de paredes muito espessas, com desengordurantes de calibre médio e as superfícies apresentam um acabamento rugoso. Alguns exemplares exibem decoração denteada no bordo ou ao longo do colo, (figura 4, n.º 2, 5, 7-11). Um pequeno pote apresenta igualmente decoração denteada no

bordo deste conjunto de cerâmicas fazem parte ainda dois fragmentos de tipologia indefinida, decorada com “ornatos brunidos,” apresentando um tratamento das superfícies mais cuidado, (figura 4, n.ºs 1 e 3). Em relação a estas cerâmicas não excluimos a hipótese de estarmos perante alguns exemplares do Bronze Final. Partindo do princípio que se trata de um enchimento num momento único, é possível que alguns fragmentos provenham do povoamento construído no Almaraz no final da Idade do Bronze. Esta tipologia encontra-se bem documentada na Baixa Estremadura, e ao longo do Vale do Tejo, bem como na Beira Interior, áreas de maior concentração destes materiais. Tomemos como referência os exemplares dos seguintes sítios: em relação ao fragmento da figura 4, n.º 1: Monte da Pena,

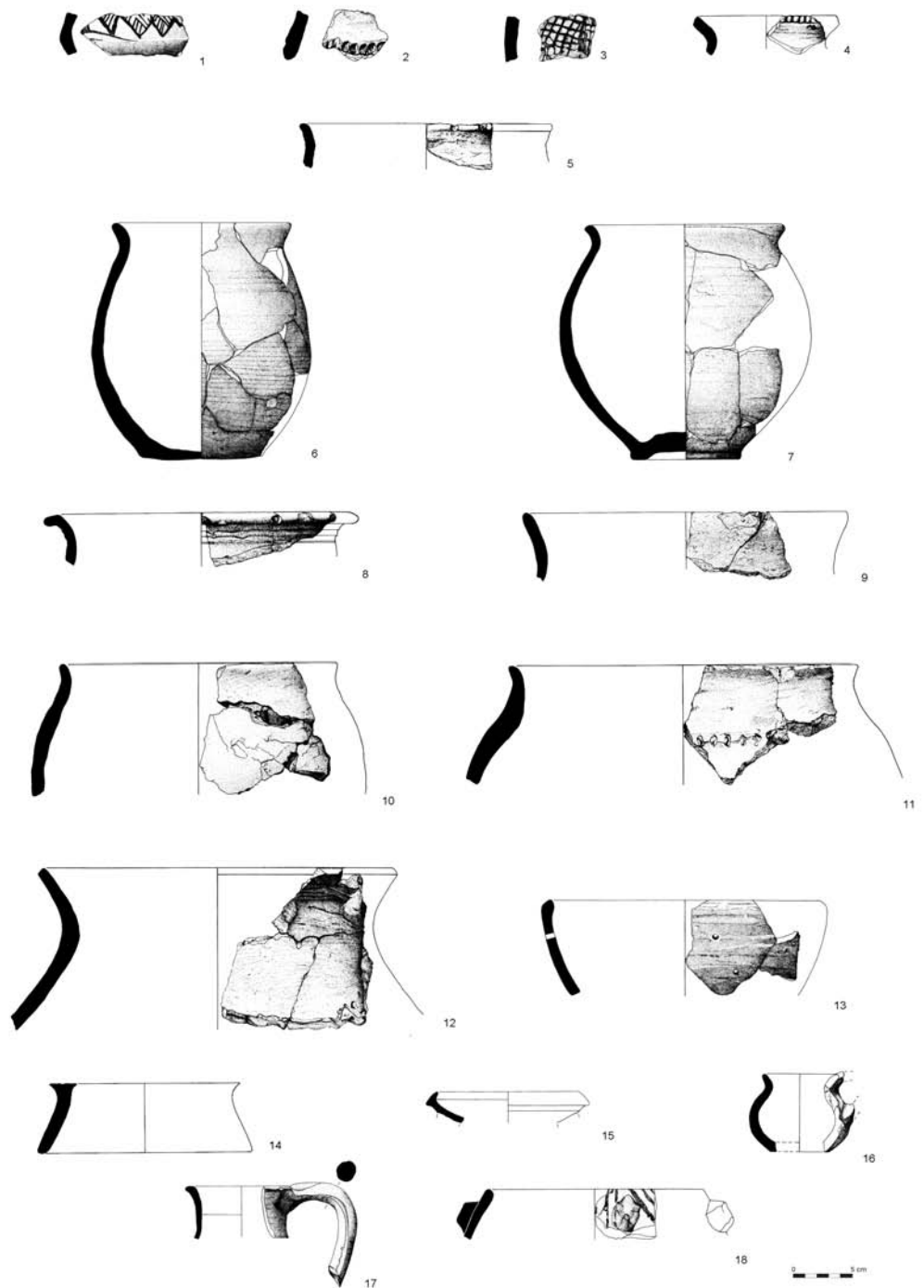


Figura 4

Cerâmica manual: ornatos brunidos, pequeno púcaro, e potes. Cerâmica a torno: panelas. Cerâmica cinzenta: suporte e trípede. Cerâmica pintada de importação.

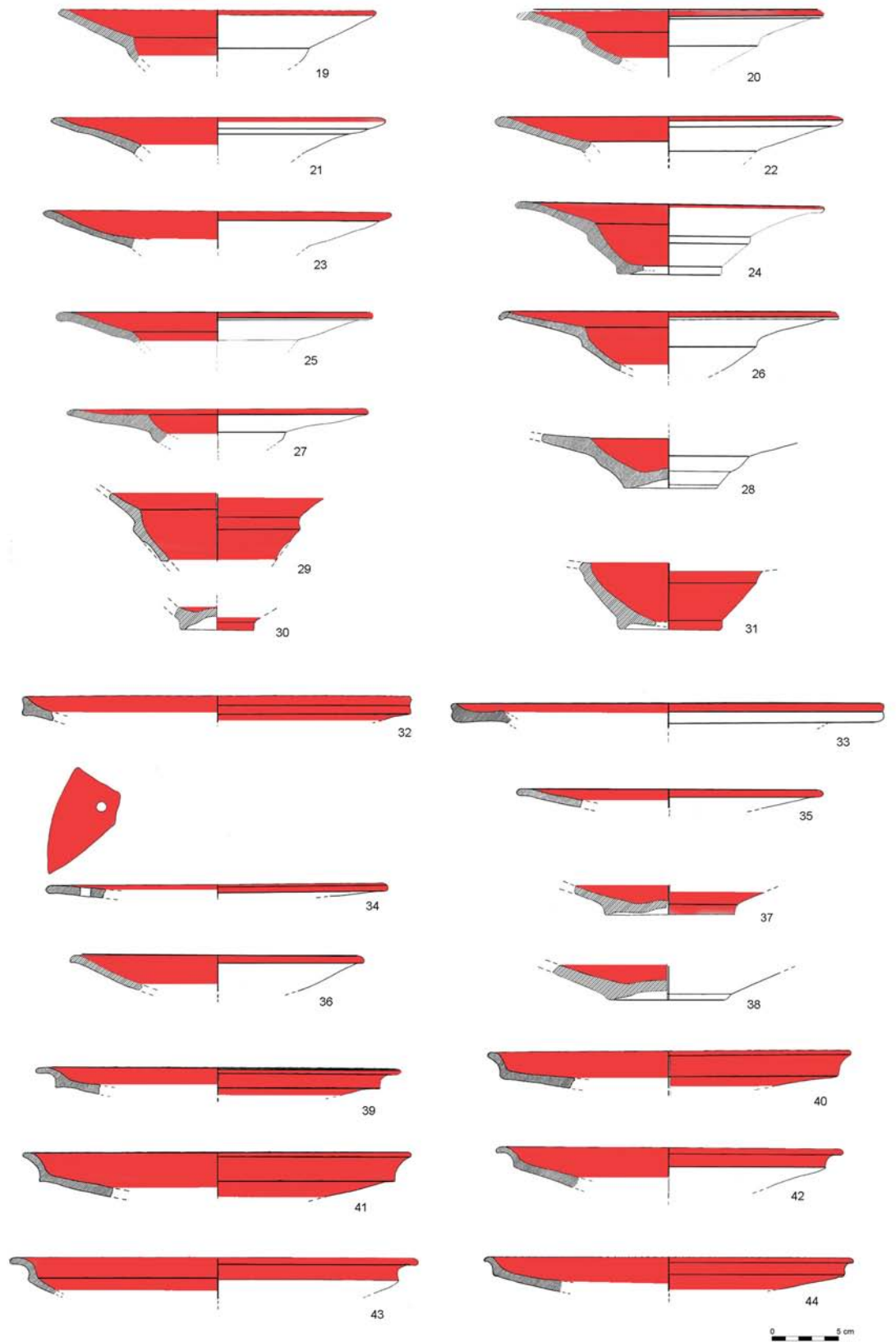


Figura 5
Cerâmica de engobe
vermelho: Pratos P1,
P3d, P3b e Almaraz 1.

Torres Vedras; Penedo do Lexim, Mafra e Castelo dos Mouros. O fragmento da figura 4, n.º 3 encontra bons paralelos, concretamente na Lapa do Fumo (Sesimbra), (Cardoso, 2004).

Um pequeno púcaro de cozedura oxidante com asa faz parte deste grupo de cerâmicas de fabrico manual. Tal como os restantes fragmentos, também este apresenta paredes espessadas com acabamento rugoso da superfície e faz parte certamente de um fabrico local uma vez que não foram encontrados paralelos para esta peça (figura 4, n.º 16).

4.1.2. Cerâmica de engobe vermelho

O estudo do espólio cerâmico de engobe vermelho da Quinta do Almaraz, incidiu num conjunto de peças que se inserem num vasto universo, representativo da forte influência fenícia neste povoado sobranceiro ao Tejo.

No que concerne à cultura material, o espólio cerâmico é o que demonstra maior representatividade no sítio do Almaraz. Tomemos como exemplo um universo de 21947 fragmentos recolhidos do quadrado U45.3 que permitiu identificar uma percentagem de espólio de engobe vermelho na ordem dos 8,8%.

No nosso caso, trata-se de um conjunto de 62 fragmentos, proveniente do sector ST.2 (E) de um total de 2114, uma vez que nem todo o espólio se encontra disponível para análise. Alguns apresentam perfil completo, com uma cronologia bem definida que situamos na Idade do Ferro, segundo as análises de ¹⁴C. Neste contexto, foi possível contabilizar 177 bordos de pratos, 195 bordos de taças, 81 fundos e 51 fragmentos de pratos com concavidade central.

Nesta amostra identificámos maioritariamente duas formas diferenciadas: pratos e taças.

4.1.2.1. Pratos

Em relação a esta forma, temos a destacar os bordos de grandes dimensões. Estes integram-se nos três tipos definidos para a região de Huelva – P1, P2 e P3, ou seja:

- Pratos até 35mm de largura de bordo – figura 6, n.ºs 52, 53 e 54.
- Pratos até 55mm de largura de bordo – figura 5, n.ºs 34 e 35.
- Pratos com bordo superior a 55mm de bordo – figura 5, n.ºs 19-27.

No que concerne aos pratos, do tipo P1 de Huelva, estes apresentam um diâmetro de bordo entre os 230 mm e os 280 mm, resultando num diâmetro médio de 255 mm. Os pratos P2 apresentam um bordo entre os 230 mm e os 250 mm, sendo o diâmetro médio de 240 mm. Por último, os pratos do tipo P3 apresentam um diâmetro entre os 220 mm e os 260 mm, sendo o diâmetro médio de 240 mm.

4.1.2.2. Taças

No que respeita a esta forma, observam-se taças com duas características específicas:

Taças (Tipo A). São taças de carena muito acusada, de paredes bicôncavas, forma característica do Almaraz.

Taças (Tipo B). Estas taças apresentam uma carena menos acusada e parede convexa, forma que regista abundantes paralelos em Espanha (forma 3b de Huelva).

Tal como aconteceu no estudo apresentado na revista “Estudos Orientais”, com o título “*Fenícios na margem Sul do Tejo*”, (Barros, Sabrosa e Cardoso: 1993) foi ainda reconhecida uma forma que segundo os autores poderá ter dado origem ao chamado “prato de peixe”. São as chamadas “Taças de Pé”, denominadas Almaraz 1.

Estas ostentam uma pronunciada depressão central e na actualidade apresentariam o aspecto de fruteiras. Foi-lhes atribuída uma cronologia de finais do séc. VII a. C. e princípios do século. VI a. C.

De realçar ainda que todos os fragmentos estudados apresentam formas abertas e fazem parte da chamada “loija de mesa”.

Peças fabricadas a torno rápido e apresentam pastas duras, ou de dureza média, bem depuradas, com verniz no revestimento da superfície interior, a fim de garantir a impermeabilização das mesmas. Por vezes o engobe também foi aplicado na superfície externa, até ao nível da carena das taças, uma vez que estas seriam usadas para levar à boca.

A análise macroscópica do tipo de pastas faz-nos crer que provém do mesmo barreiro, uma vez que os elementos não plásticos são comuns. Observa-se, especificamente, uma razoável percentagem de pequenos elementos calcários, presentes em quase todos os fragmentos. Do mesmo modo, a maioria apresentam características foliáceas, embora nalguns casos se verifiquem pastas com granulometria fina, de aspecto arenoso muito fino. Contudo, só um estudo petrográfico nos permitirá esclarecer esta questão e possivelmente, definir qual a proveniência das argilas. Ao que tudo indica existe a possibilidade de estarmos em presença de fabricos locais.

O engobe aplicado nas cerâmicas da I Idade do Ferro é de grande qualidade, variando no entanto as suas especificidades cromáticas. Deste modo, este pode apresentar-se nas cores salmão, vermelho acastanhado, vermelho avinhado ou simplesmente vermelho e as pastas são na sua maioria, claras, rosadas e avermelhadas.

Por vezes, verifica-se que algumas peças apresentam sinais de exposição ao fogo em dois contextos diferenciados. Num dos casos as peças sofreram exposição ao fogo pós – fractura, e noutra situação, esses vestígios resultaram do processo de cozedura.

São peças acetinadas e normalmente apresentam brilho, podendo este ser brilhante, mate, ou semimate.

A peça n.º 19, é um prato de bordo largo, próximo do tipo P.3.d, de Rufete Tomico, (2002, 42), mas sem a carena exterior que os caracteriza, (figura 5, n.º 19).

As peças que figuram no catálogo, figura 5, n. 20-31, são pratos com bordo de grande dimensão, do tipo P.3.d, de Rufete Tomico, (2002, n.ºs 37, 86, 115, 120, 123), para os quais encontramos paralelos na necrópole do Galeado, Castelo de Alcácer do Sal, Santa Olaia, Abul, Castro Marim, Huelva, Sevilha, Málaga, Cerro del Villar, La Fonteta, Sa Caleta (Eivissa), morro de Mezquilha, Doña Blanca (Ruís Mata, 1993, Ruíz Mata e Peres, 1995), Trayamar (Shubart, 1977) e quadrado U 45/3 da Quinta do Almaraz.

Esta integração tipológica permite afirmar que a grande maioria dos pratos do Almaraz é tardia dentro das cronologias tradicionais, uma vez que o prato P3d de Huelva tem sido uma constante nos sítios arqueológicos Andaluzeiros, mas apenas naqueles níveis cujas datações correspondem tradicionalmente ao século VI a. C. e seguintes. Em Huelva, são os extractos do período Tartéssico, a par da cerâmica grega que datam este tipo de pratos, ou seja, a partir da 1ª metade do século VI a. C.

Esta análise estaria correcta, não fosse o Quadrado U 45/3, ter apresentado quanto as estas peças, uma “convivência” tipológica, numa estratigrafia bem datada por ¹⁴C.

São efectivamente pratos mais profundos, em que o bordo é acentuadamente oblíquo e que constitui o próprio corpo da peça, prolongando-se este até ao fundo. A cavidade central parece evoluir para a forma dos chamados pratos de peixe. No caso do Almaraz, esta forma é nitidamente muito abundante.

Segundo Ana Margarida Arruda, “...deve salientar-se que não é apenas a largura dos bordos de engobe vermelho recolhidos naquele sítio do estuário do Tejo que deve ser valorizada. De facto, é necessário ter em consideração que os coeficientes obtidos se cifram maioritariamente, entre os n.ºs 30-32, o que significa que aos pratos de bordo mais largo, quase sempre correspondem diâmetros mais reduzidos”. (Arruda, 2000, p. 6-8)

Os pratos de bordo muito amplo (figura 5, n.^{os} 32,33), do tipo P.3.b, de Rufete Tomico, apresentam uma canelura na extremidade do bordo, ou bordo bífido e estão tradicionalmente inseridos na segunda fase do Tartéssico Final, ou seja, datam cronologicamente do séc. VI. (Tomico, 2002, p. 60). Contudo, de na região de Málaga encontram-se datados do século VII a.C.

Os n. 34-35, correspondem a pratos evolucionados do tipo P.3. de Rufete Tomico, (2002, p. 60). Possuem secção delgada e bordo afilado ou ligeiramente esvasado. A esta tipologia poderão eventualmente pertencer os fundos n. 19 e 20 (figura 5).

As formas apresentadas na figura 5, n. 32-36, inserem-se no tipo P.1 de Huelva, de Rufete Tomico (1988-89). Representam pratos de pequeno bordo e foram encontrados paralelos em Almaraz, Huelva, Morro de Mezquitilla, Cádiz, Sevilha, Abul, Cerro da Rocha Branca e Baía de Cadiz.

O conjunto de “taças de pé” (figura 5, n. 39-44 e figura 6, n. 45 e 49), são taças de base bem destacado, com uma depressão funda, estreita, circunscrita por um bordo de grande dimensão, apresentando caneluras nas paredes externas. São formas correntes na Quinta do Almaraz e foram datadas do final do século VII a. C. e inícios do século VI a. C.

Independentemente do facto de as taças carenadas de engobe vermelho terem uma longa tradição na cerâmica fenícia, é impossível não reconhecer que os exemplares de Almaraz revelam uma série de características relativamente incomuns nos sítios fenícios e orientalizantes da Península Ibérica, assemelhando-se no entanto, aos exemplares recolhidos no claustro da Sé de Lisboa, permitindo-nos conjecturar a possibilidade de terem origem no mesmo centro produtor.

O conjunto de taças representadas pelos n. 71-74 da figura 7, inclui-se no grupo de formas tipo B, ou seja, taças carenadas com o bordo côncavo e corpo ligeiramente convexo, as quais encontram significativos paralelos em território espanhol e que se identificam com a forma C 3b de Huelva de Rufete Tomico, (2002, p. 40). Para estas formas encontramos paralelos em Alcácer do Sal, Almaraz, Abul B e Sevilha.

A Quinta do Almaraz ofereceu um conjunto de taças idênticas às anteriores e estão representadas com os n. 46 a 48, 50, 55 a 70 (figura 6 e 7), integrando o conjunto das taças carenadas Tipo A, cuja tipologia apresenta um bordo de forma côncava e corpo de igual modo ligeiramente côncavo. Surgem em grande número neste povoado e não se verifica grande abundância de paralelos, sendo esta uma das características das peças que identificam este sítio.

Em Abul A, o horizonte IB/IC ofereceu algumas taças, com corpo ligeiramente côncavo, mas apresentam bordo direito, (Mayet, Silva, 2000: 85 e 109).

Os fundos, n. 73 a 78 da figura 7, não nos permitem definir a tipologia das peças, mas é possível que pertençam a taças carenadas, taças em calote ou até mesmo pratos tipo P.1 de Huelva. Saliente-se o facto de todos eles apresentarem ônfalo, nalguns casos bem pronunciado.

As taças em calote também encontram aqui representação na peça n. 79 da figura 7. Estas apresentam um bordo não espessado, com paralelos em Huelva, bem como na Costa do Levante e na Andaluzia, (Barros, Sabrosa e Cardoso, 1993, p. 157). Trata-se de uma forma muito comum nas cerâmicas cinzentas. De salientar que a peça n.º 60 apresenta na sua base um grafito de leitura incompreensível.

Por último, a peça n.º 80, figura 7, corresponde possivelmente a uma taça de grandes dimensões, apresentando um bordo espessado e esvasado. Trata-se de um fragmento revestido com engobe vermelho nas duas superfícies e para o qual não foram encontrados paralelos.

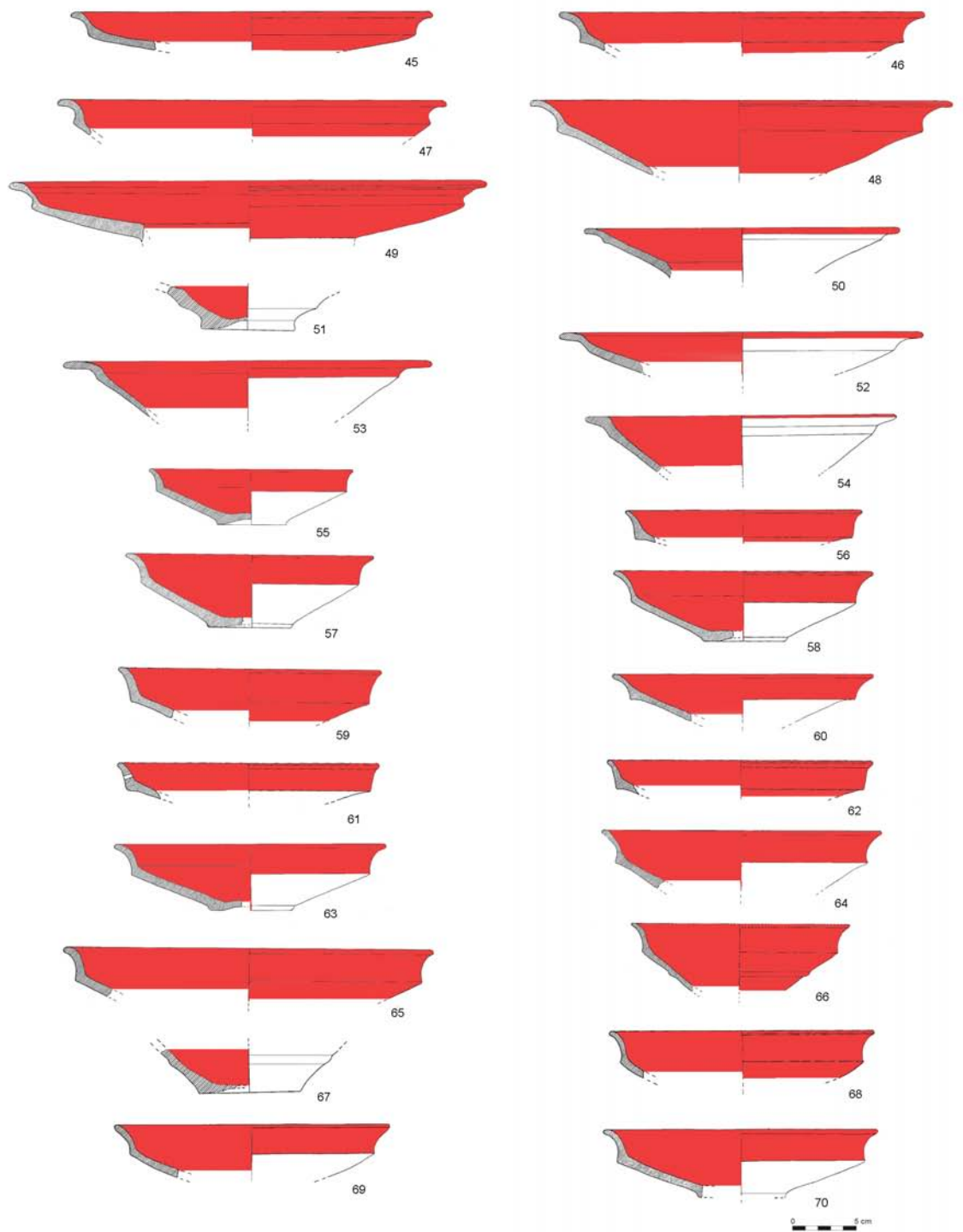


Figura 6
 Cerâmica de engobe
 vermelho: Almaraz1,
 Pratos P1, taças tipo A
 e tipo B.

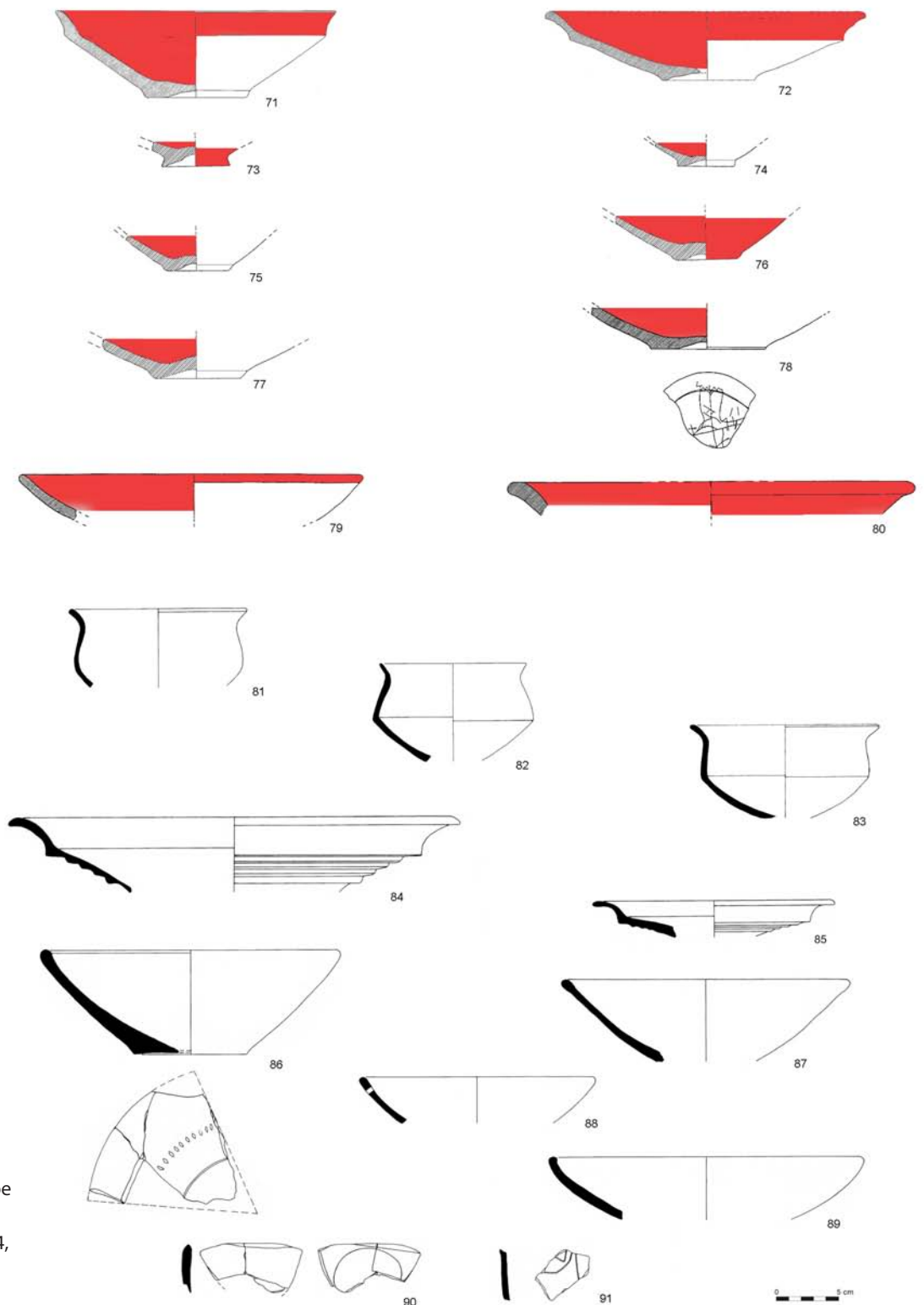


Figura 7

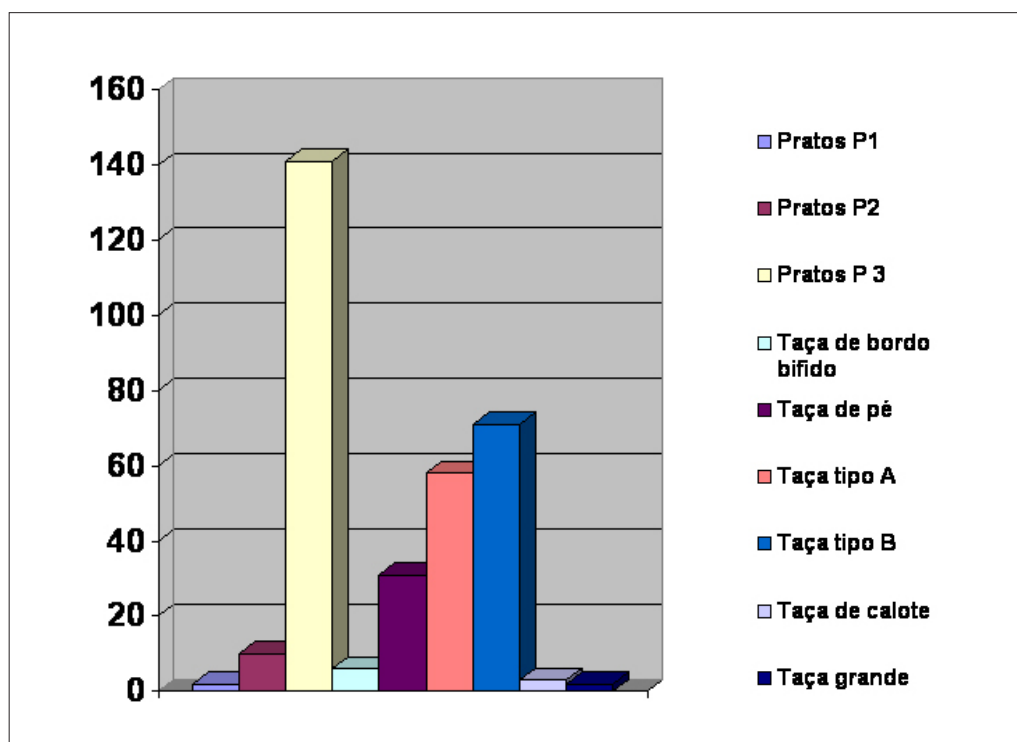
Cerâmica de engobe vermelho: fundos e taças tipo A, tipo C4, fundo de taça com grafito, recipiente de grande diâmetro com tipologia indeterminada.

Cerâmica cinzenta fina, taças em calote, lançadeira de tear e aba de prato com grafito.

5. Análise quantitativa

Tendo por base um universo de 2114 fragmentos de peças de cerâmica de engobe vermelho, recolhidas no quadrado em estudo, procedemos à análise quantitativa de percentagens tendo por base os fragmentos de bordos (n.e.m). Eliminaram-se os fragmentos de paredes e de pés para se evitar repetições que poderiam falsear os resultados.

Gráfico respeitante às percentagens de fragmentos com bordo contabilizados por tipos.



5.1. Cerâmica cinzenta

A exemplo da análise que efectuámos em relação à cerâmica de engobe vermelho, a cerâmica cinzenta exumada do fosso da quinta do Almaraz apresenta-se também ela fina e de muito boa qualidade. As pastas são duras, muito bem depuradas e o acabamento das superfícies acetinado e brilhante. Deste conjunto de peças destacamos três formas: os pratos de bordo esvasado com pé destacado, (figura 7, n. 84 e 85) as taças em calote, (figura 6, n. 68, 69, 70, 71 e figura 7, n. 86), e as taças de pequena dimensão, com bordo esvasado, ligeiramente estranguladas, e corpo hemisférico ou de carena, (figura 7, n. 81- 83). Esta forma não é comum à maioria dos assentamentos fenícios conhecidos. Surgiu em Lisboa nas escavações da Sé, designada como forma 3, com três subtipos, (Arruda *et al*, 2000: 36 e 37), aos quais não faremos corresponder os nossos exemplares, uma vez que os da Sé de Lisboa se encontram muito incompletos, enquanto as taças do Almaraz apresentam perfil quase completo no que se refere ao quadrado 12 (Q. A12) e completo no que respeita à taça proveniente da fossa de detritos, quadrado Q. U45.3, (Barros e Soares, 2004: 346). A taça n.º 81, figura 7, encontra algumas afinidades com as taças da forma 7 da Alcáçova de Santarém, (Arruda, 2000).

Tal como já tínhamos observado em relação aos pratos de pé destacado de engobe vermelho, também a mesma forma, mas em cerâmica cinzenta, apresenta excelente qualidade quer em relação à pasta, quer em relação ao tratamento das superfícies, polidas a torno, acetinadas e apresentando vários diâmetros. Trata-se de uma forma com um paralelo idêntico em Abul B, forma IC, (Mayet, Silva, 2000: 196, fig. 65, n.º 4). No caso dos exemplares do Almaraz, verifica-se uma maior exuberância decorativa, observável no conjunto de nervuras do corpo da peça.

As taças em calote inserem-se num vasto conjunto de peças presentes em todos os contextos de influência sidérica. No caso concreto do Almaraz, elas surgem na primeira camada de enchimento da fossa de detritos, numa datação de 14C, cujo balizamento se situa entre os séculos IX e VII a. C., (Barros e Soares, 2004). Dado que, segundo os autores, a colmatação do fosso do Almaraz ocorreu no séc. VII a. C., é certo que esta tipologia obedeça a estes critérios. Assim, quanto às taças n.º 86 e 87 da figura 7, esta forma surge nas escavações da Sé de Lisboa, inserida na tipologia 1C, (Arruda, 2000), em Santarém, designada por forma 1, (Arruda, 2000: 199), Alcácer do Sal, grupo B, (Silva *et al*, 1980-81: 170), da Fase III, séculos VII-VI a. C., Abul A, forma II A1, (Mayet e Silva, 2000) datada do séc. VII, Castro Marim, (Arruda, 2000: 47). Quanto à taça com bordo de inflexão interna, n.º 81 da figura 7, ela é, tal como a anterior, uma forma comum em todos os povoados da Idade do Ferro. Em Alcácer do Sal, insere-se no grupo A, (Silva *et al*, 1980-81: 170), numa cronologia entre os séc. VII e VI a. C., da chamada Fase III. Também em Cáceres, (Navascués *et al*, 2001: 87), ou ainda em Málaga, (Aymerich, 1981-1988: 199) onde esta forma se encontra datada para o séc. VII a. C. Por sua vez, a taça n.º 86 da figura 7, encontra-se inserida no designado grupo B da fase III do Castelo de Alcácer do Sal, com idêntica cronologia. (Silva *et al*, 1980-81)

Ainda de fabrico de cerâmica cinzenta, temos um pé destacado que só por si não nos permite a identificação e classificação do tipo de peça a que pertencia. (figura 7, n.º 87). Tratar-se-ia certamente de uma peça de grande dimensão, dada a espessura das paredes e a altura do pé.

O fragmento n.º 90 da figura 7 será ao que tudo indica uma lançadeira de tear. Esta escavação ofereceu vários exemplares, todos eles de forma triangular, encontrando-se fracturados num dos ângulos. Reaproveitada a partir da aba de um prato, a peça apresenta desgaste em torno das fracturas e polimento nas superfícies devido à utilização intensiva.

Deste conjunto de cerâmica cinzenta sobressai ainda um tripode de bordo em aba, com secção triangular, embora incompleto devido à ausência dos pés, (figura 7, n.º 88). Também usados possivelmente como almofarizes quando de maiores dimensões, acreditamos que estes recipientes de pequeno diâmetro, em cerâmica cinzenta e de paredes muito finas, seriam possivelmente utilizados como peças de mesa, talvez como molheiras, ou como defumadores. Esta forma não é inédita no Almaraz, tendo surgido com perfil completo no quadrado U 45/3. De características nitidamente orientalizantes, parece reunir o consenso quanto à cronologia, quer de Ramon Torres, (Torres, 1999, p. 178), quer de González Prats, (Prats, 1983, p. 200-204) que a situam cronologicamente entre a segunda metade do século VII a. C. e a primeira do século VI a. C.

5.1.2. Cerâmica oxidante a torno

Das cerâmicas em análise, este conjunto, embora mais reduzido, é simultaneamente o mais diversificado. Aqui se incluem a cerâmica fosca, a cerâmica pintada e as ânforas.

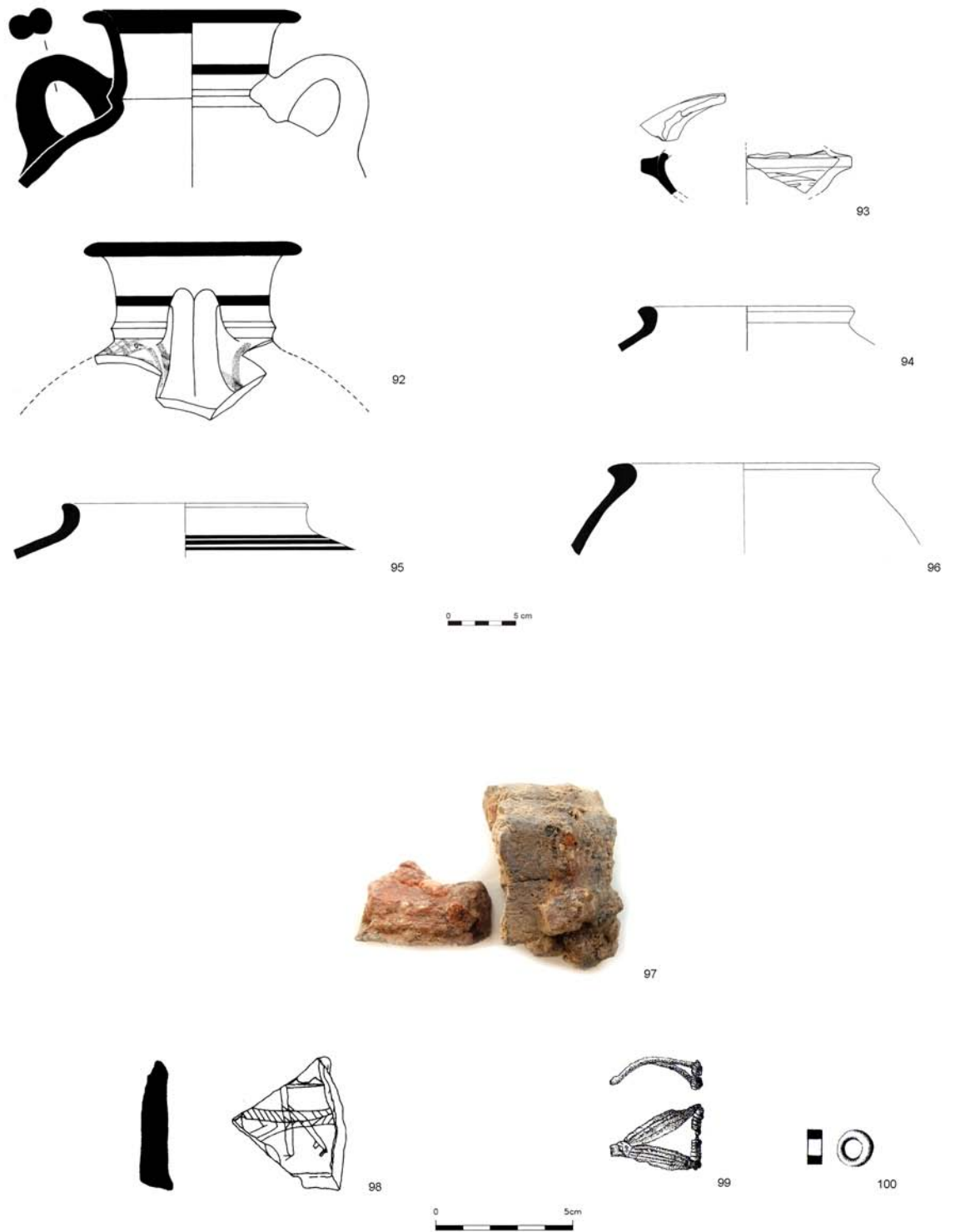


Figura 8
 Urna Cruz del Negro;
 peça indeterminada
 de engobe vermelho,
 ânforas e fragmento
 de algarviz. Metal:
 fíbula tipo Acebuchal
 e conta em bronze.

A cerâmica fosca encontra-se representada através de duas panelas de cozedura semi-oxidante, com pasta de dureza média e desengordurantes também de calibre médio, excepto os elementos micáceos que se apresentam muito finos. As superfícies apresentam cor bege e rosadas, existindo evidências de exposição ao fogo, (figura 4, n.ºs 12 e 13).

A presença desta forma regista-se em Abul A (Mayet e Silva, 2000: 61), Castelo de Alcácer do Sal, (Silva *et alii*, 1980-81: 16) e ainda na camada mais antiga (Almaraz 11) da fossa de detritos (Barros e Soares, 2004, p. 345).

O quadrado Q.A12, também ofereceu substancial quantidade de fragmentos de cerâmica pintada. É o caso da cerâmica pintada de importação, representada através do jarrinho com asa de secção circular que apresenta a superfície externa com engobe vermelho. A pasta é castanha e com raros desengordurantes finos (figura 4, n.º 16). Possuímos ainda um fragmento de bordo de pote com inflexão interna, e pequena pega vertical. Na superfície externa observam-se traços finos verticais e oblíquos pintados a vermelho sobre uma base bege. Apresenta uma pasta compacta, não foliácea, vermelha clara, o que indica estarmos certamente perante uma peça de importação (figura 4, n. 18). Também de filiação orientalizante, foram recolhidos vários fragmentos de cerâmica proto-Coríntia. Trata-se de um pequeno recipiente contentor de líquidos, provavelmente de óleos. Este encontra-se em difíceis condições de leitura, devido às características da pasta que neste caso é de muito má qualidade. No entanto, uma observação rigorosa permite perceber que temos uma pasta clara, as superfícies decoradas com bandas finas a negro e vermelho e que situamos cronologicamente dos inícios a meados do século. VII a.C.

Registámos ainda alguns fragmentos de cerâmica pintada em bandas policromas e bicromas, sem leitura tipológica. Predominam os tons beges, vermelhos e negro. As pastas são maioritariamente vermelhas, homogéneas e bem depuradas, com desengordurantes de calibre médio e fracturas regulares.

Deste conjunto destacamos o fragmento de bordo e asas, correspondendo ao exemplar de uma urna “Cruz del Negro”, (figura 8, n.º 92). Esta forma que está associada normalmente a contextos funerários, surge no fosso do Almaraz e não descartamos a hipótese de ter sido utilizada como ânfora ou jarra. Apresenta asas bífidas, bordo em aba e colo cilíndrico com aresta. Quanto ao corpo, é impossível identificá-lo como globular ou ovóide. De fracturas regulares, apresenta uma pasta dura, bem depurada, foliácea, compacta, com desengordurantes raros e de calibre médio. Esta peça apresenta ainda a particularidade de possuir, para além das bandas vermelhas no bordo e no colo, pintura reticulada também vermelha no arranque do bojo. Este tipo de decoração não é comum nesta tipologia. Contudo, em Castro Marim, surgiu uma urna com decoração reticulada ao nível do bordo, (Arruda, 2000, p. 45) e que se encontra datada do séc. VII a. C. do horizonte IV de Toscanos. Apesar do paralelismo do bordo e asas deste fragmento, com o bordo da peça nº53 da Necrópole do Senhor dos Mártires, (Arruda, 2000, p. 76), não o podemos fazer corresponder àquele tipo de corpo, uma vez que o fragmento do Almaraz se encontra incompleto. Importante salientar que esta forma, de cariz semita, encontra a sua maior expressividade em povoados indígenas, mas ao mesmo tempo disseminada em contextos fenícios, o que se tem confirmado nos povoados de influência orientalizante em território Português, é o caso de Conímbriga, Alcácer do Sal, Castro Marim, Santa Olaia, Lisboa, Abul e Almaraz.

Do conjunto de ânforas oferecidas pelo fosso do Almaraz, destacamos três formas: as que correspondem aos n.ºs 94 e 95 (figura 8) encontram paralelos na alcáçova de Santarém, (Arruda, 2000, p. 207, peças 7 e 4). A primeira, poderá pertencer ao grupo 4 de Santarém

(Arruda, 2000, p. 208) e segundo a autora, esta não se enquadra em nenhum grupo conhecido de ânforas de filiação orientalizante, sendo possível associá-las às ânforas de saco de Trayamar 1, com datação do séc. VI a. C. Quanto ao fragmento n.º 95 podemos englobá-lo no grupo 3 também de Santarém, apesar das dúvidas colocadas pela autora quanto à sua funcionalidade. Esta peça apresenta ainda decoração em bandas finas. O bordo de ânfora n.º 96 encontra paralelo na Sé de Lisboa, (Arruda, 2000: 123), com a peça n.º 7. Segundo a autora, esta forma insere-se no grupo 1.2.3.4. de Ramón Torres, do chamado «grupo de Villaricos», que datam do séc. V a. C. Embora as ânforas com maior diâmetro de bordo sejam mais tardias, estas formas não se enquadram cronologicamente no grupo artefactual que temos vindo a estudar, daí que em nossa opinião, seja necessário rever outras cronologias referentes a estudos mais antigos. Estes fragmentos apresentam fracturas regulares. As pastas são de dureza média, compactas, foliáceas e bem depuradas, com desengordurantes de calibre médio. Nas superfícies foi aplicado engobe branco e as pastas são vermelhas.

6. Metalurgia

A actividade metalúrgica encontra-se bem documentada no Almaraz, não só através dos vestígios de minério, mas também porque os cadinhos e algaravizes aqui descobertos, demonstram a existência de oficinas de fundição. Esta realidade foi comprovada com o mesmo tipo de materiais, em Santarém, (Arruda, 2000, p. 216), mas também em Málaga, Morro de Meztiquilla (Aubert, 1997, p. 45).

Os metais também se encontram representados no quadrado Q.A12. Destacamos as fíbulas «tipo Acebuchal» (figura 9, n.º 99) que faz parte do grupo das fíbulas peninsulares. Trata-se de um exemplar em bronze «Ponte 9» (Ponte, 2006, p. 138-146) com cronologia do séc. VII. Fíbula de pé levantado, eixo independente, arco em mola bilateral simétrico com 12 voltas. Neste caso com ausência de fuzilhão. O arco é bifurcado laminado e o apêndice caudal é zoomórfico. Esta fíbula encontra-se também presente em Caminha, Condeixa – Conímbriga, Cadaval, Torre de Palma e ainda na província de Albacete, (Gamo *et al*, 1992, p. 80). Outros fragmentos deste tipo de fíbula surgiram neste contexto, o que reflecte uma preferência pelo modelo, ou um gosto de época. Para além das fíbulas, as agulhas e contas em bronze, também fazem parte deste espólio (figura 9, n.º 100).

Por último e intencionalmente, referimo-nos às peças grafitadas com embarcações. Os exemplares que se conhecem têm proveniência na bacia do Tejo, concretamente da rua dos Correeiros, onde surgiu um exemplar de embarcação para navegação fluvial e costeira, mas da época púnica (Amaro, 1995). No Almaraz, os exemplares que surgiram até ao momento, mostram-nos ao que tudo indica, um barco de navegação fluvial e outro de navegação oceânica. Contudo, o exemplar que agora apresentamos é bem representativo de um tipo de navegação também oceânica, em que eram usadas embarcações de grande calado, próprias de um comércio intensivo e à distância (figura 8, n. 98). Inédita até ao momento, esta peça proporciona-nos uma leitura significativa do tipo de técnica e aperfeiçoamento nas redes de ligação comercial existentes na época. Por outro lado, o registo da actividade mercantil em suporte cerâmico, parece-nos elucidativo da impressão causada nos habitantes, quanto à dinâmica comercial que nesta época invadia e dominava o Tejo.

7. Considerações finais

A análise deste pequeno conjunto de fragmentos, vem corroborar um estudo já apresentado, (Barros, Cardoso e Sabrosa, 1993), em que foi evidenciada a tipologia, a técnica e a qualidade deste espólio, características que podemos comprovar através das análises de ^{14}C e que identificam estas peças cronologicamente na 1ª fase da I Idade do Ferro.

A presença de espólio de engobe vermelho de influência orientalizante da Quinta do Almaraz, não deverá ser interpretada como resultado de uma ocupação fenícia efectiva. Os vestígios de povoamento remontam ao Calcolítico, prolongam-se pela Idade do Bronze e quando os Fenícios abordaram o local pela primeira vez, é provável que ali tenham encontrado um aglomerado populacional bem organizado, O Almaraz insere-se num vasto conjunto de locais de comércio que proliferaram ao longo de toda a costa Meridional e Levantina do território ibérico, e assumiu um papel importante dentro do processo de dinâmica comercial e cultural que se estabeleceu entre os povos do Mediterrâneo e as populações indígenas do espaço peninsular.

Destes contactos entre os naturais e os comerciantes fenícios, resultaram evidências materiais, que se traduziram numa abundância de espólio de influência orientalizante, do qual se destaca as cerâmicas de engobe vermelho e a cerâmica cinzenta. No entanto, temos que considerar algumas hipóteses no que a estas tipologias diz respeito. Muito deste material não teria origem expressamente em contextos orientais, mas que o mesmo, poderia circular entre diversos portos comerciais, "...um comércio entre vizinhos" (Schubert, 1982, p 90). Assim se explica, segundo o autor, "uma leitura cronológica de peso para a ordenação temporal dos complexos indígenas."

Os "vizinhos", neste caso, poderiam estar muito próximos. Os resultados das escavações levadas a efeito no claustro da Sé de Lisboa, ou ainda em Santarém, com o seu conjunto de espólio variado, bem como os materiais de construção, apoiariam a tese de uma mesma realidade e convivência local. Consideramos mais plausível a hipótese de tão elevado número de materiais, com características tão específicas, seja produto da laboração de fornos para abastecimento local, dada a presença de trempes no Almaraz, bem como o tipo de pastas que evidenciam a utilização de barros de cariz local. Muito arenosas, uma vez que apresentam a característica comum de desengordurantes calcários, micáceos e quanto aos quartzos são basicamente fumadas. As pastas são de dureza média, excepto as de engobe vermelho e cinzentas que nalguns casos se apresentam muito duras. Se por um lado, constatamos a presença de alguns materiais exógenos, de clara proveniência Mediterrânea, por outro, o sítio apresenta tipologias muito específicas, já que este povoado, onde se manifesta a influência da cultura fenícia, tem vindo a oferecer um espólio cerâmico com formas bem individualizadas, se tivermos em conta outros assentamentos de influência sidérica. Temos ainda que avaliar o facto, de as peças de filiação orientalizante terem sido recolhidas em estruturas de cariz habitacional, ou com elas relacionadas, caso das lixeiras ou fossos, sendo fundamental conhecer os resultados de outras intervenções arqueológicas, que deste modo possam esclarecer e reestruturar o nosso discurso, pois até ao momento não foram publicados – daí ignorarmos se existem e onde – os centros oleiros de produção.

Em relação ao Almaraz e tendo em conta a amostragem deste estudo, a percentagem de taças com morfologia, C4 reduz-se a dois exemplares, enquanto nas cerâmicas cinzentas, a sua presença é manifestamente superior, o mesmo acontecendo em todo o contexto de cultura sidérica.

Por outro lado, as taças carenadas, tão comuns na loiça de engobe vermelho, também adquire características específicas, sobretudo as bicôncavas do tipo A, que correspondem ao tipo C3b de Rufete Tomico, para Huelva. As produções do Almaraz, se for o caso, evidenciam bordos mais esvasados, com o perfil da parede mais curvilíneo. O fundo normalmente é côncavo, pode apresentar-se com ou sem pé, podendo ser este, indicado ou anelar, (Barros, 1993, p. 178-179).

Mas foram os pratos do tipo P3 de Rufete Tomico, os que apresentam maior representatividade. Trata-se de uma tipologia que apresenta como principal característica uma carena bem acusada e um bordo largo e oblíquo.

Tem sido comumente salientado por alguns autores, que estes pratos surgiram, produto da evolução dos tipos P1 e P2. (H. Schubart, H. G. Niemeyer, 1976). Segundo a opinião de Schubart, a classificação cronológica dos seus estudos sobre os pratos de Toscanos, estabelece a evolução desta tipologia, com bordos de 20mm, e a sua evolução progressiva até ao século. VI a. C., em que chegam a alcançar 80 mm de largura. No entanto, em Almaraz, os pratos de forma P3d, coexistem nos mesmos níveis arqueológicos, com outros de bordo estreito e horizontal, P1 e P2 da mesma tipologia. Sabe-se que a produção deste último tipo de pratos se iniciou no momento antigo da Idade do ferro, existindo testemunhos seguros da sua utilização, a partir da 1ª metade do século. VIII a. C.

Não podemos ignorar as condicionantes geográficas que permitiram o comércio dos marítimos fenícios com o Almaraz. Este povoado, gozou do facto da proximidade do Oceano Atlântico e mais propriamente da sua óptima localização na margem esquerda do Rio Tejo. Favorecido por estes acessos, o Almaraz desenvolveu-se economicamente e foi certamente um espaço onde se verificou um comércio intensivo de grande importância, permitindo antever uma influência primordial num contexto geográfico de grande amplitude, especificamente em regiões a montante do Tejo.

O Almaraz insere-se no grupo de sítios cujo povoamento resulta de uma contínua permanência no local, contrariamente à falta de homogeneidade que se verificou nos territórios do interior, muitos deles do Bronze Final e que só voltaram a ser reocupados na II Idade do Ferro, enquanto noutros casos, os povoados foram fundados, sem que antes ali tivesse existido outro contexto cronológico.

Assim, Mário Varela Gomes e Armando Coelho Ferreira da Silva, afirmam, “Podemos concluir que uma apertada rede de estabelecimentos comerciais, procuravam o contacto com o *hinterland*, sendo capaz de relacionar comercialmente agentes económicos de duas culturas providas de instituições distintas, ou seja, entre a aristocracia peninsular e os mercadores semitas”, (Silva e Gomes, 1994, p. 134). Assim, na base deste interesse pela região, não esteve alheia a mineração aurífera, tal como acontecia noutros locais da Península, como por exemplo, a exploração das minas de prata de Rio Tinto.

No povoado do Almaraz, estão bem patentes os vestígios que nos indicam a presença de oficinas de fundição: restos de adobe, camadas de cinzas, escórias de fundição, uma conta em ouro, cadinhos de fundição aurífera, cadinhos de fundição e copolação de prata, bem como, restos de fundição de cobre, bronze, prata, ouro, ferro e chumbo. Não podendo esquecer os algaravizes, peças que permitiam a entrada do ar nos fornos de fundição (figura 8, n.º 97).

A riqueza dos solos, a abundância e a diversidade faunística, bem como uma rede hidrográfica extensa, constituíram factores determinantes que se reflectiram certamente em produções significativas de bens de consumo.

Conscientes de que não se trata de um estudo conclusivo, o mesmo constitui uma fonte de trabalho para futuras investigações, uma vez que existem questões em aberto, tais como

as que se relacionam com o tipo de povoamento, o extracto populacional de cariz indígena, ou ainda, Almaraz como centro produtor oleiro.

Esperamos assim, compreender objectivamente toda a funcionalidade de um espaço de primordial importância, inserido num contexto de influência orientalizante que definiu e marcou culturalmente as sociedades litorais da Península Ibérica na I Idade do Ferro.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUIDA, A. M. (2001) – Importações púnicas no Algarve: cronologia e significado. *In Os Púnicos no Extremo Ocidente*. Universidade Aberta. Lisboa, p. 69-98.
- ARRUIDA, A. M. (2000) – *Fenícios e o Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal, (séculos VIII-VI a. C.)*, II Vol., Lisboa. Dissertação de Doutoramento apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- ARRUIDA, A. M. (2000) – *Los fenicios en Portugal. Fenícios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VII-VI a. C.)*. Cuadernos de Arqueología Mediterránea. 5-6, Barcelona.
- ARRUIDA, A. M. ; FREITAS, V.T.; SÁNCHEZ, J.I.V. (2000) – Cerâmicas cinzentas da Sé de Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 3, N.º 2, p. 25-57.
- ARRUIDA, A. M. (2005) – O 1º milénio A.N.E. no centro e sul de Portugal: leituras possíveis no início de um novo século. *O Arqueólogo Português*. Série 4. N.º 23, p 9-156.
- ARRUIDA, A. M. (2005a) – Orientalizante e pós-orientalizante no Sudoeste Peninsular: geografia e cronologias. *Anejos de Archivo Español de Arqueología. Actas del III Simposio Internacional de Arqueología de Mérida*. Protohistoria del Mediterráneo Occidental. Vol. I, p. 277-303.
- AMARO, C. (1995) – *Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros*. Fundação Banco Comercial Português. Lisboa.
- AMARO, C. (1993) – Vestígios Materiais Orientalizantes do Claustro da Sé de Lisboa. Actas do colóquio: «Os Fenícios no território Português». *Estudos Orientais*, Lisboa, p.183-182.
- AUBET, M. E. (1999) – La secuencia arqueo-ecológica del Cerro del Villar. La Ceramica Fenicia en Occidente. Centros de producción y áreas de comercio. *In Actas del I Seminario Internacional sobre temas fenicios. Dirección General d'ensenyaments Universitaris investigació e Instituto de cultura "Juan Gil-Albert"*. Valencia /Alicante. p. 41-68.
- AUBET, M. E. (Coord.) (1997) – *Los fenicios en Málaga*. Universidad de Málaga. p 13-45.
- BARROS, L., CARDOSO, J. L. SABROSA, A. (1993) – Fenícios na Margem Sul do Tejo. *Estudos Orientais*, Lisboa, p. 143-181.
- BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1988) – Almaraz – um entreposto comercial na foz do Tejo. *2 as Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*. p. 87-89.
- BARROS, L.; HENRIQUES, F. (1988) – Vestígios de um cais pré-romano em Cacilhas. *2 as Jornadas de Estudos sobre o Concelho de Almada*, p. 101-102.
- BARROS, L., SOARES, M. (2004) – Cronologia absoluta para a ocupação orientalizante da Quinta do Almaraz, no estuário do Tejo (Almada, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa, p. 333-352.
- BARROS, L. (1998) – *Introdução à Pré e Proto-História de Almada*. Câmara Municipal de Almada, Museu Municipal, Núcleo de Arqueologia e História, p. 9-35.
- BEIRÃO, C. M. de; GOMES, M. V. (1983) – A necrópole da Idade do Ferro do Galeado (Vila Nova de Mil Fontes). *O Arqueólogo Português*. Série IV. Volume 1. Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisboa, p. 209-266.
- CAMPOS, J. M.; VERA, M., MORENO, M.T. (1988) – Protohistória de la Ciudad de Sevilla – El corte estratigráfico San Isidoro 85-6. *Monografías de Arqueología Andaluza*, 1, p. 68 e 75.
- CARDOSO, J. L. (2004) – A baixa Estremadura dos Finais do IV milénio a.C. até à chegada dos romanos: Um ensaio de História regional. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 12. Câmara Municipal de Oeiras.
- CORREIA, V. H. (1993) – Os Materiais Pré-Romanos de Conímbriga e a Presença Fenícia no Baixo Vale do Mondego. *Estudos Orientais. Actas do Encontro «Os fenícios No território português»*. Lisboa. 4, p. 229-283.
- DIAS, A. R.; NAVASCUÉS, J. J. E. (2001) – Extremadura Tartéssica: arqueologia de um processo periférico. *Edicions Bellaterra, S.A.* Barcelona, p. 178-179.

- GAMO, R. S. PRECIOSO, J. L.; COMBADIERA, L. S. (1992) – Las Fíbulas de la Provincia de Albacete. *Instituto de Estudios Albacetences de la Excm. Diputación de Albacete*.
- GRAN-AYMERICH, J. (1991) – Málaga phénicienne et punique. Recherches franco-espagnoles 1981-1988. *Recherche sur les Civilisations*. Paris.
- GOMES, M. V. (1993) – O estabelecimento fenício-púnico da Rocha Branca (Silves). *Estudos Orientais. Actas do Encontro «Os fenícios No território português»*. Lisboa, 4, 73-107.
- LÓPEZ AMADOR, J. J. (1996) – Tartésios y fenícios en Campillo (El Puerto de Santa María, Cádiz). *Una aportación a la cronología del Bronce Final en el Occidente de Europa*. El Puerto de Santa María.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2000) – L'Établissement Phénicien d'Abul – Le site Phénicien d'Abul (Portugal), comptoir et sanctuaire. *Diffusion de Boccard*, Paris. p. 237-242.
- MAYET, F.; SILVA, C. T. (2001) – O Santuário de Abul B uma presença púnica no Baixo Sado?. *Os Púnicos no Extremo Ocidente*, Universidade Aberta. Lisboa, p. 173-195.
- MATA, D. R. (1993) – Los fenicios de época arcaica – siglos VIII/VII a. C. – en la bahía de Cádiz. Estado de la questione. *Estudos Orientais. Actas do Encontro «Os fenícios no território português»*. Lisboa, 4, p. 23-72.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2010-2011) – Novos dados sobre a presença Fenícia no vale do Tejo. As recentes descobertas na área de Vila Franca de Xira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 18. Oeiras, p. 591-618.
- PRATS, A. G. (1983) – Estudio arqueológico del poblamiento antiguo de la Sierra de Crevillente – Alicante. *Lucentum (Anejo)*, p. 265-286.
- PRATS, A. G.; SEGURA, E. R.; MENARGUEZ, A. G. (1999) – La Fonteta, La Cerámica Fenicia en Occidente. *Actas del I Seminário internacional Sobre Temas Fenícios*, p. 257-301.
- STILLWELL, A. N.; BENSON, J. L. (1984) – *The Potter's Quarter – The Pottery. Corinth*. Vol XV. Part. I II. Princeton.
- PONTE, S. (2006) – *Corpus Signorum das Fíbulas Proto-Históricas e Romanas de Portugal*. Coimbra: Caleidoscópico.
- RENFREW, C. (1982) – *Theory and Explanation in Archaeology*, New York.
- RUIZ-GALVEZ PRIEGO, M. L. (1986) – Navegacion y comercio entre el Atlántico y el Mediterráneo al fins de la Edad del Bronce. *Trabajos de Prehistoria*, 43, p. 9-42.
- RUFETE TOMICO, P. (1988-89) – Las ceramicas com engobe rojo de Huelva. *Huelva Arqueologica*, vol. X-XI, 3, p. 10-40.
- RUFETE TOMICO, P. R. (1999) – Las Primeras cerámicas fenicias en los poblados tartésico de Huelva. La Cerámica Fenicia en Occidente. *Actas do I Seminário Internacional Sobre Temas Fenícios*, p. 215-240.
- RUFETE TOMICO, P. R. (2002) – *Final de Tartessos y el Período Turdetano en Huelva*. Huelva Arqueológica. 17. Huelva: Diputación provincial de Huelva.
- SCHUBART, H. (1982) – Asentamientos fenicios en la costa meridional de la Peninsula Ibérica. *In Primeras Jornadas Arqueológicas sobre colonizaciones orientales. Huelva Arqueológica, VI*. Disputación de Huelva, p. 71-99.
- SCHUBART, H. (1997) – El Asentamiento Fenicio del siglo VIII A.C. en el Morro de Mezquitilla (Algarrobo) – *Los Fenicios en Málaga*, Maria Eugenia Aubet (coord.), p. 13-45.
- SILVA, A. C. F.; GOMES, M. V. (1994) – *Proto-História de Portugal*. Universidade Aberta, p. 129-164.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F.; SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica*. 6-7. Setúbal, p. 149-218.
- SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a. C.* Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Repositório, ul. pt
- SOUSA, E. (2013) – A ocupação da foz do Estuário do Tejo em meados do 1º milénio a. C. *Cira Arqueologia*. N.º 2, p. 103-117.
- STUIVER, M.; BRAZIUNAS, T. F. (1993) – Modelling Atmospheric 14C Influences and 14C Ages of Marine Archeological Samples to 10, 000 BC. *Radiocarbon*. Tucson. 28: 2B, p. 137-189.
- TORRES, R. J. (1999) – La Cerámica Fenicia a torno de Sa Caleta. La Cerámica Fenicia en Occidente. *Actas del I Seminario Internacional Sobre Temas Fenícios, Arqueológica*, 17. Diputación Provincial de Huelva.

Catálogos/Enciclopédias

La Fonteta, (1996-19989). El emporio fenicio de la desembocadura del rio Segura, Exposición Monográfica, 1999, Guardamar del Segura (Alicante).

➤ **Moinhos de vaivém e giratórios da Azougada (Moura, Portugal). Um contributo para o estudo da moagem no Alentejo interior em meados do I milénio a.C.**

ANA SOFIA ANTUNES

RESUMO

Nas escavações realizadas nos anos 40 do século passado na Azougada (Moura) foram identificados diversos elementos relacionados com a moagem, ilustrados nos desenhos e nas fotografias de campo. Correspondem a quatro moinhos, dois de vaivém e dois giratórios manuais, existindo ainda referências a outras peças nos cadernos de campo, sendo o conjunto complementado com três moventes manuais. Os moinhos giratórios têm duas soluções de encaixe distintas, uma com pegas e outra possivelmente com entalhes verticais, ambas características do modelo ibérico nas suas morfologias mais antigas, que recuam pelo menos ao século V a.C..

Não se conhece com pormenor a matéria-prima das peças, embora pareça ser local. De qualquer modo, ainda que aquelas possam não ser importadas, o modelo do moinho giratório terá sido, acompanhando a cerâmica pintada e determinadas morfologias oleiras que marcam presença na Azougada a partir de meados do século V a.C. e cuja origem se vincula à área da cultura ibérica.

No estágio actual da investigação, os exemplares da Azougada constituem o testemunho mais ocidental de moinhos giratórios na Península Ibérica, numa cronologia de meados do I milénio a.C..

ABSTRACT

In the excavations carried out in the 1940s in Azougada (Moura), several milling related elements were identified, illustrated in the drawings and in the field photographs. They correspond to four mills (two manual and two rotary) and the set is complemented by three manual moving parts. There are also references to other pieces in the field notebooks. The rotary mills have two distinct fitting solutions, one with handles and the other possibly with vertical notches, both characteristics of the Iberian model in its older morphologies, which recede at least to the fifth century BC.

The raw material is not known in detail, although it seems to be local. In any case, even though the objects may not be imported, the model of the rotary mill will have been, accompanying the painted pottery and certain morphologies that are present in the Azougada from the middle of the fifth century BC and whose origin is linked to the area of Iberian culture.

At the present stage of the investigation, the Azougada specimens constitute the most western testimony of rotary mills in the Iberian Peninsula, in the middle of the first millennium BC.

Introdução

A Azougada localiza-se no Baixo Alentejo, no concelho de Moura (fig. 1). Implanta-se numa pequena elevação à beira da margem esquerda do Ardila, um importante afluente do rio Guadiana, próximo da foz e tem pouco mais de um hectare de dimensão. A sua ocupação centra-se no século V a.C. e prolonga-se até ao primeiro quartel da centúria seguinte.

Entre 1941 e 1948 e 1952-1953 foram ali realizadas escavações arqueológicas por José Fragoso de Lima, acompanhado por António Duarte e Marcelino Fialho Gomes até 1943, mas até à data apenas foi possível encontrar documentação de campo relativa aos anos de 1941 a 1947 (fig. 2). Embora se tenha perdido a maioria das relações dos artefactos com os respectivos contextos, devido, tanto à forma como os trabalhos foram realizados, como à escassez de publicação dos resultados por parte dos responsáveis pelas escavações, o estudo da cultura material permitiu reconhecer uma presença aristocrática e propor a existência de um santuário no local (eventualmente um santuário-guia), tendo o sítio funcionado como um polo de gestão do território envolvente (Antunes, 2008; 2009a; 2009b; 2017; no prelo a; no prelo b e no prelo c).

O presente estudo baseia-se num conjunto de testemunhos relativos à moagem, alguns dos quais apenas foi possível recuperar a partir das ilustrações e das descrições constantes nos cadernos de campo, desconhecendo-se o actual paradeiro das peças, podendo porventura encontrar-se ainda no terreno, já que seriam mais difíceis de transportar para os Museus em virtude do seu peso.

Nesses registos identificam-se quatro moinhos, dois de vaivém e dois giratórios manuais, existindo ainda referências a outras peças, sendo o conjunto de evidências complementado com três moventes acondicionados no Museu Nacional de Arqueologia, constituindo objetivo deste trabalho enquadrar os achados da Azougada com os dados disponíveis sobre os processos, as tecnologias e os contextos da moagem, em sítios coevos da Península Ibérica, de modo a problematizar a sua presença no sítio.

Mós barquiformes, de sela ou de vaivém

Numa das fotografias que Manuel Heleno tirou quando da sua visita à Azougada em 31 de Outubro de 1946, catalogada no Museu Nacional de Arqueologia com a referência MH_ft_Az_28, surge, com a superfície activa voltada para baixo, um dormente de mó de vaivém, de formato subrectangular alongado (fig. 3). Parece ter sido reaproveitado como material de construção, à semelhança do que sucede em diversos sítios pós-orientalizantes, descritos *infra*.

O facto de não ser possível observar a peça na íntegra desaconselha uma tentativa de integração tipológica específica, salientando-se, todavia, as semelhanças morfológicas com o dormente reciclado num muro de Las Cortinas-Aliseda, em Cáceres (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 195, fig. 4.1) – fig.4-, ou a aproximação aos dormentes VP2 do Cerro Manzanillo (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 201, fig. 9) e de La Mata del Campanario (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 205, fig. 12), entre outros, evidências que apoiam a sua atribuição ao tipo VP2 de Natalia Alonso (1995) ou ao tipo 1b-2b de Raquel Vilaça (1995, p. 314).

José Fragoso Lima faz ainda referência a «Uma mó, de granito, semi-circular, talqualmente a do Cabeço Redondo, característica do Eneolítico» e a «Uma outra pedra de granito,

Figura 1
Localização da
Azougada na
Península Ibérica.



Figura 2
Vista para a Azougada
desde a margem
direita do Ardila,
observando-se, no
topo do cabeço, os
trabalhos em curso
no dia 31 de Outubro
de 1946. Fotografia
de Manuel Heleno
(MH_ft_Az_21).



mais pequena, que julgo parte de mó», recolhidas à superfície ou na escavação realizada no “segundo aterro” (1988 [1942], p. 59).

Um outro exemplar, reaproveitado num muro, parece poder ser identificado numa das fotografias tiradas nesse dia, à qual talvez corresponda a legenda «Fot. n.º 17 uma pia achada na parede», anotada no caderno de campo (Heleno, 1946, fl. 4) – fig. 4. Uma vez que as revelações não contêm nenhuma descrição, nem sempre é possível fazer corresponder a legenda das fotografias do caderno de campo de Manuel Heleno com a respectiva imagem. Esta estrutura pertence a uma das construções ortogonais registadas na área central do sítio, descrito como um grande edifício.

No Museu Nacional de Arqueologia registam-se três objectos de quartzito que terão funcionado como moventes, sem prejuízo de um uso como percutores, sendo dois de formato sub-esférico, achatado no topo e na base (inv. 51387 – n.º 1- e 51388 – n.º 2) e o outro alongado, apresentando evidências de desgaste em ambos os extremos, ainda que mais acentuadas no distal (inv. 51386 – n.º 3) – figs. 6 e 7. No n.º 1 foi redigido com lápis de carvão “S”, que talvez signifique Sul. Manuel Pedro Madeira descreve em 24 de Outubro de 1946: «Percutor encontrado a 20 cm de profundidade» (1946b, fl. 28v), mas não é possível atribuir-lhe um contexto nem saber se corresponde a algum dos que chegaram até nós.

Constituem originalmente seixos de rio, sendo o aproveitamento de matérias-primas locais duras de grão fino um fenómeno comum em contextos orientalizantes e pós-orientalizantes, conforme ficou documentado no Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel, 2010, p. 315-317) e em La Mata del Campanario (Duque Espino *et al.*, 2010, p. 200; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206-207), entre outros.

Embora as mós de vaivém, também designadas de sela ou barquiformes, existam desde a Pré-História, o formato dos dormentes da Azougada, alongado e subrectangular, é recorrente em contextos sidéricos, podendo nomear-se a título de exemplo, o Passo Alto, o Cabeço Redondo, o Cerro Manzanillo, La Mata del Campanario ou Cancho Roano, descritos *infra*. Na Andaluzia, ocorrem tanto em sítios do litoral vinculados à influência fenícia, exemplificando-se com Cádiz (Gener Basallote, 2014), como em sítios do interior, de feição indígena (*e.g.* Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014).

Em muitos casos, sobretudo quando fracturados, mas por vezes completos, os dormentes surgem reaproveitados em pisos e nas paredes das construções. Ente outros exemplos, esta circunstância documentou-se em Acinipo (Ronda), em contextos dos séculos VIII-VII a.C., em El Carambolo (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 218), em Las Cortinas, em Cáceres (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 194) ou, no caso dos moinhos giratórios, na Praça de Armas de Puente Tablas (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 222), no Cerro de la Cruz, em Córdoba (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 110), em Alarcos (Rodríguez González e López-Menchero Bendicho, 2009, p. 216), em Ullastret (Genis, 1995, p. 119) ou em Els Villars (Alonso *et al.*, 2011, p. 4).

É usual a utilização destes moinhos em contexto doméstico sobre um suporte de tipo poial preparado para o efeito, conforme demonstram, entre outros, na Andaluzia, o Castellar de Librilla (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 219), na Estremadura espanhola, La Mata del Campanario (*e.g.* Duque Espino *et al.*, 2010; Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014) e no Alentejo, Corvo I (Maia e Maia, 1996; Mataloto, 2004, p. 123-124).

No período Pós-Orientalizante, as suas dimensões, com base no conjunto de La Mata, oscilam entre 50-90 cm x 25-45 cm nos exemplares de maior tamanho e 20-50 x 15-25 cm, nos médios-pequenos, sendo os primeiros utilizados preferencialmente nos postos

Figura 3
Fotografia de Manuel Heleno tirada no dia 31 de Outubro de 1946, observando-se um dormente de vaivém descontextualizado (MH_ft_Az_28).

Figura 4
Fotografia de Manuel Heleno tirada no dia 31 de Outubro de 1946, observando-se um dormente de vaivém reaproveitado num muro (MH_ft_Az_28).

fixos de moagem, ao passo que os outros seriam transportáveis (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 192).

Na margem esquerda alentejana do Guadiana, existem algumas evidências de mós manuais em contextos orientalizantes e pós-orientalizantes. Próximo da Azougada, no Castro dos Ratinhos (Moura), um dormente de vaivém subrectangular de grande dimensão, de granito, com superfície de desgaste concava, localizou-se *in situ*, encaixado sobre pedras, em cima do piso de argila cozida, junto à entrada de um compartimento da fase 1a do edifício de planta rectangular MN23 (fig. 8). Apresentava a superfície de trabalho polida, o que indicará a trituração de materiais brandos de origem vegetal, como as bolotas localizadas junto à lareira do compartimento da fase anterior (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 96, fig. 40.1; p. 100-101, fig. 41.1; p. 105, fig. 43.1 e p. 140, 158-159, 315 e 317).

Os autores consideram que a mó, pela sua grande dimensão e pela qualidade do seu talhe, poderá constituir um elemento reutilizado do antigo edifício, interpretado como santuário (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 247; Prados Martínez, p. 270).

As datações radiométricas efectuadas permitiram situar a fase 1a sensivelmente entre 730 e 760 a.C.. Este momento da ocupação sucede à fase 1b, balizada entre 830-760



3



4

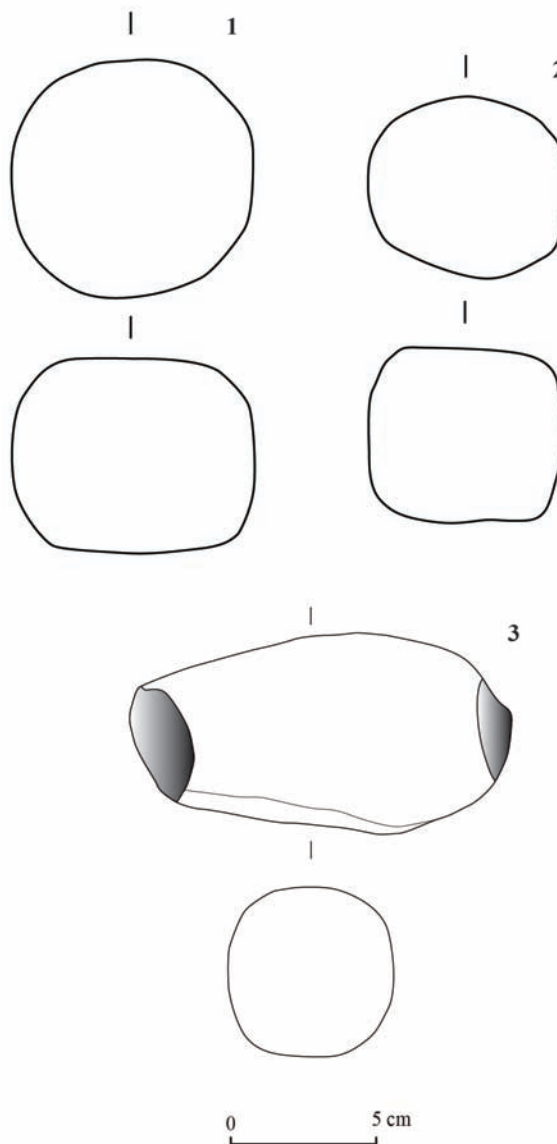


Figura 5
Dormente reciclado num muro de Las Cortinas-Aliseda, em Cáceres (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, fig. 4.1).

5



6



7

Figura 6
Moventes-percutores
da Azougada.
Fotografia de Ana
Sofia Antunes.

Figura 7
Moventes-percutores
da Azougada.

a.C., (Soares e Martins, 2010) e marcada pela construção do edifício MN23, considerado um santuário de influência fenícia, em função da componente cultural, da arquitectura e da métrica construtiva, o qual foi destruído por um incêndio (que inutilizou também uma parte da muralha que delimitava a “acrópole”). Na fase 1a, os alicerces do santuário foram reaproveitados num novo edifício, erguido segundo as técnicas construtivas do Bronze Final e no qual não se reconheceu já qualquer vocação sagrada, embora possa ter mantido um carácter de prestígio (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 140 e p. 147).

No compartimento N3 da fase 1b do santuário, construído em finais do século IX a.C., *circa* 830 a.C., pontuavam um movente de quartzito (que, para os autores, se deveria associar ao grande dormente porventura reaproveitado na fase posterior) e três dormentes barquiformes de granito, possivelmente obtidos a partir do mesmo bloco pétreo, localizados de encontro ao muro Norte deste espaço. As superfícies de uso revelam indícios de trituração de materiais duros, como rochas ou minerais (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 168, 197-198, 315-317 e 320-321).

O santuário, possivelmente dedicado ao culto de Asherá e de Baal, detinha planta em “L”, um comprimento de 10,92 m e uma largura de 7,80 m e encontrava-se segmentado modularmente, com bancos adossados às paredes revestidos de argila vermelha, à semelhança dos solos e dos alçados das paredes (Prados Martínez, 2010, 268-269) – fig. 9.

A atribuição cultural é justificada pela arquitectura, apesar da raridade de artefactos de matriz oriental ou orientalizante (existindo, não obstante, vasos de engobe vermelho, potes de tipos 8 e 11 de Tiro e ânforas de tipos 7-10 de J. Ramón Torres), bem como da ausência do uso do torno na produção local e da inexistência da metalurgia do ferro. É advogada a utilização de uma métrica semita na construção do edifício, nomeadamente o “codo de Ezequiel”, ou “codo fenício”, de 0,52 m, denunciando a existência de um projecto prévio e de um arquitecto com conhecimento específico do sistema usado, ainda que a mão-de-obra seja local, assinalando-se ainda o emprego de técnicas construtivas sem paralelo no Bronze Final regional, não só no santuário referido, como em dois edifícios de planta circular e na linha de muralha que circundava a “acrópole”, todos coevos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010; Prados Martínez, 2010, p. 266-270).

A função sagrada encontra-se testemunhada não só na planta (com paralelos em edifícios culturais do Próximo Oriente e particularmente da área nuclear fenícia), de “tipo siríaco” ou *Langbau*, que se desenvolve ao longo de três compartimentos que teriam correspondido ao *ulum*, *hekal* e *debir* (vestíbulo, antecâmara e câmara, respectivamente), cuja entrada se orienta na direcção do solstício de verão, como também na ausência de cultura material do quotidiano e no alinhamento pelo eixo longitudinal do edifício de um conjunto de elementos de particular significado simbólico, aos quais se juntam algumas peças (Prados Martínez, 2010, p. 268-269) – fig. 9

Pelo lado Sul, foi anexado um compartimento a esta construção rectangular, tornando o edifício num modelo arquitectónico de cariz cultural mais complexo. Aquele poderia talvez constituir uma torre, funcionando como um *migdol* semita, a partir da qual se celebrariam diversos ritos ao ar livre, seguidos desde o exterior pelos fiéis, a quem o acesso ao santuário estava vedado, reservando-se às elites religiosas e políticas (fig. 9). É equacionada a hipótese de a construção desta estrutura se relacionar com os três moventes de menor dimensão recolhidos no compartimento N3 (embora não seja descartada a possibilidade de estes terem sido reaproveitados no muro N) e com o grande movente identificado no compartimento da fase posterior, sendo habitual a prática de actividades produtivas e comerciais no interior de santuários, como pequenas oficinas de coroplastia e metalúrgi-

cas, fabrico de pão, entre outras (Prados Martínez, 2010, p. 269-270; Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 317).

No espaço central do *hekal*, que seria descoberto, onde se instalaram bancos corridos de taipa com argila vermelha, destaca-se a presença de uma lareira circular e de vestígios carbonizados de carvalho e de bolotas (Prados Martínez, 2010, p. 269).

O culto a Asherá, senhora da fecundidade, encontrar-se-ia representado por uma base para um possível pilar (árvore da vida), símbolo da renovação cíclica da vida, sob o qual se recolheram sete botões de ouro, número associado ao culto daquela divindade de origem cananea, cuja tecnologia de fabrico (em pseudo-filigrana) era oriental e se encontravam cosidos numa veste, da qual se conservou o negativo (Prados Martínez, 2010, p. 273).

O culto a Baal, ou a uma divindade indígena masculina associada, estaria patente no bétilo que antecedia a base do eventual pilar, o qual, ao projectar a sua sombra quando recebesse os primeiros raios de sol, fecundaria Asherá, inaugurando um novo ciclo anual de vida (Prados Martínez, 2010, p. 273).

As evidências de moagem são mais abundantes na fase de ocupação 1b, momento em que se enquadram, para além do santuário de influência fenícia, duas cabanas de planta circular construídas à *empektion*, com dois paramentos paralelos, interior e exterior. Na cabana MN13 recolheu-se um fragmento de dormente de arenito (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 188 e 247) e, na cabana P21, um dormente de granito subrectangular alongado e um movente de quartzito partilhavam o espaço com um conjunto de recipientes de armazenagem e outros vasos cerâmicos, os quais se encontravam *in situ* encostados à parede, que era rebocada. Em ambos os casos os dormentes inserem-se no tipo “1b-2b” de Raquel Vilaça e apresentam vestígios de trituração de matérias brandas, provavelmente vegetais, na superfície activa (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 200, 205, 247 e 317).

Estas cabanas, com cerca de 10 m de diâmetro, medida correspondente a 21 *codos* fenícios do tipo “Ezequiel” (“k”), apresentam uma métrica e uma técnica construtiva semelhantes à do edifício de planta ortogonal interpretado como santuário, sendo múltipla de 3 *codos* (7 x 3 k) e fazendo uso de alvenaria aparelhada e de reboco de argila vermelha, o que denuncia a erecção destes três edifícios de acordo com o mesmo projecto construtivo (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 249).

No edifício circular D1 recolheram-se também dois dormentes de granito e um movente de quartzito (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 150, 155-156 e 315) e no compartimento ortogonal CD1 identificou-se um dormente subrectangular de granito do tipo “1b-2b” de Raquel Vilaça (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 146-147, 150 e 315).

Ainda nesta fase, fragmentos de mós manuais foram reaproveitados no sistema defensivo do povoado, nomeadamente uma peça indeterminada de granito, na construção da cerca exterior da acrópole, um dormente de arenito, na muralha do sector oriental da Primeira linha e um dormente de granito, no caminho exterior empedrado entre a Primeira e a Segunda linha (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 200, 206-207, 210 e 213).

No Cabeço Redondo (Moura), edifício ocupado no século V a.C., foram registados na escavação quatro fragmentos de dormentes de mó de granito de vaivém (Soares, 2012, p. 91, est. LVIM; Soares e Soares, 2017, p. 434). José Fragoso de Lima referiu ainda nos anos 40 a existência de mós de granito semicirculares no Cabeço Redondo, constando também do relatório elaborado em 1990, na sequência da destruição do sítio, a menção à recolha de mós de granito em arco de círculo (Soares, 2012, p. 91; Lima, 1988 [1942], p. 29).

Ao longo da Ribeira do Alcarrache, as evidências de elementos de moagem são escassas, reportando-se sobretudo a pequenos sítios rurais. Em Serros Verdes 4, ocupado nos séculos

VI-V a.C., onde se identificaram possivelmente três edifícios, recolheu-se em contexto doméstico (Melro, Ramos e Albergaria, 2013a, p. 101; Albergaria e Melro, 2002) um dormente de grauvaque, de reduzida dimensão (15,7 x 10 cm), de formato subrectangular (Jorge, 2013, p. 100), presumindo-se portanto que corresponde a um moinho de vaivém.

No Monte das Candeias 6, onde se identificou uma parte de 3 edifícios, enquadrados no século III a.C. (Melro, Ramos e Albergaria, 2013a, p. 133-134; Albergaria e Melro, 2002), recolheram-se à superfície três fragmentos de dormente (subrectangular, no caso em foi possível identificar) e um de movente, de granito (Jorge, 2013, p. 131).

Em Estrela 1 recolheram-se dois fragmentos de movente de mó manual, de granito e de grauvaque (Jorge, 2013, p. 149). Neste sítio, ocupado entre os séculos III-II a.C., documentou-se um edifício composto por dois compartimentos numa primeira fase, rara em cultura material, reformulado numa segunda fase, altura em que lhe foi acrescentado outro compartimento, sendo deste momento proveniente a maioria dos artefactos deste sítio (Melro, Ramos e Albergaria, 2013a, p. 149; Albergaria e Melro, 2002).

No povoado fortificado do Castelo das Juntas recolheu-se um fragmento de dormente de granito, de forma indeterminada, cujo contexto específico não é revelado (Jorge, 2013, p. 240), centrando-se no século II a.C. e não devendo a fase mais antiga recuar do século III a.C. (Melro, Ramos e Albergaria, 2013b, p. 241; Albergaria e Melro, 2002).

No Passo Alto (Serpa), ocupado no século VI a.C., recolheram-se alguns fragmentos de dormentes de granito de vaivém, assentando um deles, a par de um instrumento de pedra polida de rocha siliciosa e de um percutor, no solo do compartimento A (fig. 10). Neste espaço foram ainda recolhidos diversos fragmentos de carvões, objecto de análise antracológica, que revelaram a presença de madeira de medronheiro (*Arbutus unedo*), de urze (*Erica arborea*), de oliveira/zambujeiro (*Olea europaea*), de catapereiro (*Pyrus*, provavelmente *P. bourgaeana*), de cortiça e de uma leguminosa de tipo giesta (*tipo Spartium junceum*), provavelmente utilizada como combustível em lareiras domésticas e fornos e como material de construção de estruturas e artefactos (Antunes, *et al.*, 2017, p. 137; Soares *et al.*, 2009, p. 547-548, fig. 9).

Na próxima Serra de Aracena, em Castañuelo, no século V a.C., existem diversas evidências de moinhos de vaivém, alguns dos quais *in situ* (Amo, 1978, p. 308; Jiménez Ávila, 2009c, p. 5).

Nos pequenos sítios rurais pós-orientalizantes de Reguengos de Monsaraz, recolheram-se fragmentos disformes de granito que corresponderão a mós no Ambiente 3 de Espinhaço 9 (Marques *et al.*, 2013, p. 26), enquanto um fragmento de dormente de granito se associava a uma possível lareira no Ambiente 3 de Monte Roncanito 4 (Marques *et al.*, 2013, p. 40) e no Ambiente 1 do Monte do Roncão 11 se recolheram fragmentos de mós de granito (Marques *et al.*, 2013, p. 47).

No Baixo Alentejo, Corvo I, ocupado entre o terceiro e o último quartel do século V a.C. (Arruda, 2001, p. 278-279), apresenta um conjunto de compartimentos de planta rectangular, implantados em redor de um pátio lajeado, que deveria ser descoberto, dois dos quais estariam relacionados com a moagem (Maia e Maia, 1996). Efectivamente, um dos compartimentos de pequena dimensão, localizado a Sul, apresenta o piso lajeado e pequenos poiais sobre os quais se apoiavam grandes dormentes (Mataloto, 2004, p. 123-124), à semelhança do modelo de organização interna do espaço constatado em La Mata del Campanario (Duque Espino *et al.*, 2010; Rodríguez Díaz e Ortiz, 2004; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014).

Inicialmente classificado como povoado (*e.g.* Maia, 1985-1986), a funcionalidade de Corvo I tem vindo a ser discutida, interpretando-se como espaço de culto (Arruda, 2001, p. 273 e *passim*; 2005) ou, à semelhança de Fernão Vaz, Malhada das Taliscas ou Espinhaço de Cão, como exemplos da arquitectura aúlica pós-orientalizante, que todavia não alcançaram a monumentalidade dos seus congéneres da Estremadura espanhola, por serem prévios à implementação dos espaços de planta tripartida e à monumentalização e fortificação dos edifícios de tipo palaciano como Cancho Roano e La Mata, no quadro da evolução da arquitectura sidérica (Jiménez Ávila, 2009a; 2009b).

No Porto das Lages, ocupado entre os séculos IV-III a.C. (Arruda, 2001, p. 212 e 222), assinalou-se a recolha de um dormente de mó manual (Correia, 1988-89, p. 85).

No Alentejo Central, no "monte" de finais do século VI-primeira metade do século V a.C. da Herdade da Sapatoa (Redondo) surgiram fragmentos de dormentes de granito descontextualizados, espalhados pela superfície do terreno (Mataloto, 2004, p. 93).

Muito próximo, na Herdade da Sapatoa 3, com uma ocupação centrada entre finais do século VI a.C. e a primeira metade da centúria seguinte, registou-se um possível posto de moagem no Ambiente V, denunciado por um pequeno poial, desactivado no final da fase A ou no início da fase seguinte (Mataloto, 2008, p. 233 e 236; 2009, p. 291; Mataloto e Matias, 2013, p. 225).

Prospecções realizadas no Alto Alentejo, no concelho de Monforte, identificaram sítios enquadráveis nos finais do segundo quartel do I mlénio a.C., onde marcavam presença mós de vaivém, nomeadamente no Cabeço do Raio, Fonte de São Domingos 2, Geodésico Besteiros 1 e Santeiro 2 (Boaventura e Mataloto, 2011, p. 113, 115-117, 123 e 130-131).

Na Estremadura espanhola, que conhece uma grande afinidade cultural com o interior do Alentejo, crescem as evidências relacionadas com a moagem nos períodos Orientalizante e Pós-Orientalizante. Em Las Cortinas (Cáceres), sítio do qual é proveniente o tesouro de Aliseda, embora existam evidências de diversos fragmentos de dormentes barquiformes, reaproveitados como material de construção, apenas foi identificado um exemplar completo, o qual se recolheu num espaço semi-coberto, na proximidade de um possível forno e de uma lareira (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 194).

No complexo de La Ayuela (Cáceres), com três fases construtivas, desde os séculos VII-VI a.C. até aos séculos VI-V a.C., que denunciam, a par da cultura material, que inclui alguns elementos de prestígio, uma realidade associada a uma elite rural, recolheram-se 77 peças relacionadas com a moagem, elaboradas com recursos geológicos locais, das quais apenas seis estão completas, sendo exclusivos os dormentes de vaivém. Nas fases 0-I e II os testemunhos relativos à moagem associam-se sobretudo a ambientes domésticos e produtivos, definindo a fase III uma particular concentração de peças no pátio central, o que sugere aos investigadores uma possível utilização deste espaço como área colectiva de moagem (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 198).

Numerosos exemplares (53) de dormentes e moventes deste género de mó, 13 dos quais completos ou quase, marcavam presença no sítio rural do Cerro Manzanillo (Badajoz), o qual tinha uma dimensão entre 0,05 e 0,08 ha., estava organizado em dois sectores funcionalmente distintos, *habitat* por um lado e espaço de armazenagem e de produção, que incluía uma área siderúrgica, por outro, e foi enquadrado entre o último terço do século VII e inícios da centúria seguinte, com duas fases construtivas (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 194 e 201).

Todos os elementos de moagem eram elaborados com recursos geológicos locais, disponíveis numa distância de 10 km e a maioria era de pequeno-médio tamanho. Embora

se distribuem por todo o espaço ocupado, aparentemente existe uma maior concentração destas peças nos compartimentos H8 e H6, destacando-se neste último a coexistência de dormentes e moventes. Também deve ser salientada a presença de dois dormentes e um movente junto ao forno / forja E14 (Rodríguez Díaz *et al.*, 2009, p. 117-119, fig. 51 e p. 124; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014; Ponce de León Iglesias, 2009).

Embora não tenham sido realizadas análises aos produtos moídos, os dados palinológicos indiciam a presença de *Cerealia* e o registo carpológico atesta a existência de trigo e cevada e uma ausência de leguminosas e frutas (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 201-202). Por outro lado, importa recordar que noutros contextos, nomeadamente em La Mata del Campanario (Rodríguez Díaz e Ortiz, 2004, p. 274-275; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206) e em San Cristóbal de Logrosán (Rodríguez Díaz *et al.*, 2001), algumas das mós foram utilizadas no âmbito de processos metalúrgicos.

Nas prospecções efectuadas no território envolvente do Cerro Manzanillo, nas *Veigas Altas* do Guadiana, a vasta maioria dos sítios sidéricos produziram evidências de mós de vaivém à superfície (Rodríguez Díaz, Pavón Soldevila e Duque Espino, 2009, p. 183-324, tabela II). A presença de elementos de mós à superfície parece ser uma característica distintiva dos sítios rurais sidéricos estremenhos, corroborada pelas evidências do entorno de El Chaparral (Sanabria Murillo, 2008, p. 110) e do território envolvente de La Mata del Campanario, traduzindo um panorama de disseminação de elementos de moagem que acompanhou o processo de expansão rural que caracteriza os séculos VI e V a.C. na região. No Tejo e Guadiana Médios, assiste-se à tendência para uma maior dimensão das mós no período Pós-Orientalizante (La Mata e Aliseda) em relação à etapa Orientalizante (La Ayuela e Cerro Manzanillo) – Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 211 – o que atesta a maior propensão agrária durante aquele. Em todo este processo, não será alheia a generalização da utilização do ferro nas alfaias agrícolas, potenciando a intensificação da produção.

No sítio rural pós-orientalizante de Pajares, já na Alta Estremadura espanhola, onde se identificou também um importante conjunto áureo, um dos compartimentos da Fase II continha uma grande quantidade de moinhos de vaivém e uma lareira, a par de abundantes restos de bolotas carbonizadas, o que sugere a sua funcionalidade na torrefacção destes frutos (Celestino Pérez, Salgado Carmona e Cazorla Martín, 2009, p. 204).

Em La Carbonera, escavou-se a área nuclear de um sítio rural ocupado no século V a.C., dotado de edifícios de cariz doméstico, onde se realizariam também actividades produtivas e artesanais relacionadas com o processamento de alimentos. A comprová-lo estão os dormentes barquiformes recolhidos e a base de moinho da ala NE do compartimento E-2, enquadrado na III e penúltima fase, correspondente a uma ampliação (Sánchez Hidalgo *et al.*, 2013, p. 1104, 1109 e 1122).

Adquirem destaque as numerosas mós (94, 77 das quais completas ou semi-completas), exclusivamente de vaivém, distribuídas de forma equilibrada entre as de pequeno-médio e de grande tamanho e elaboradas com recursos geológicos locais, de La Mata del Campanario (Badajoz), edifício interpretado como residência aristocrática de carácter rural, com uma cronologia compreendida entre o século VI e finais do século V a.C. (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 205).

O piso inferior está estruturado em função de três âmbitos funcionais, de distintas dimensões: doméstico-produtivo, armazenagem e possível área de descanso (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 202). No piso inferior registaram-se igualmente diversos contextos produtivos, entendidos numa perspectiva doméstica, destacando-se alguns pontos fixos de moagem.

O sector meridional do edifício acusa um marcado cariz doméstico-productivo. No canto sudeste do compartimento E-1, identificou-se sobre o piso um dormente barquiforme de média dimensão, possivelmente associado a um poial de adobe. O compartimento E-2 revelou a presença de diversos exemplares. Um dormente barquiforme de grande dimensão com resíduos de cereal, sobre o qual repousava um movente, estava colocado sobre um poial de pedra junto ao extremo este da parede norte e próximo de uma base rectangular de adobe e de uma lareira, configurando um posto de moagem, onde se realizaria o processo completo desde a moagem do cereal até à sua preparação e confecção (fig. 11). No mesmo compartimento, a este desta realidade e próximo de um pequeno forno, identificou-se outro poial pétreo, que seria provavelmente também utilizado como posto de moagem. Já o fragmento de dormente recolhido na sua envoltura será proveniente do derrube do piso superior. Adossado ao muro sul localizava-se uma base quadrangular de adobe, sobre a qual estava um dormente. Finalmente, no canto sudeste, identificou-se um dormente fora do seu contexto original, reutilizado como banco ou poial (Duque Espino *et al.*, 2010, p. 200; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206-207).

Os compartimentos E-7 e E-8 ocupam o centro do edifício e o primeiro foi interpretado como espaço polifuncional, integrando um armazém de líquidos (denunciado pela quantidade de ânforas e de recipientes de armazenagem) e onde também se desenvolviam tarefas de moagem e de limpeza de cereal e o segundo terá funcionado na acomodação de sólidos. Em E-7 identificou-se um posto de moagem, traduzido num poial de pedra com vestígios de revestimento vermelho e num dormente de grande dimensão, com resíduos de cereal, para além da presença de dormentes de menor tamanho e de afiadores-percutores na sua proximidade. Próximo da entrada deste compartimento, um dormente de média dimensão surgiu junto de uma pequena lareira subrectangular, na envoltura da qual se recolheram abundantes restos carpológicos, aparentemente relacionados com a limpeza de cereal (Duque Espino *et al.*, 2010, p. 200; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 202 e 206).

Fora do edifício, num compartimento (E-3) localizado entre as duas torres de entrada registaram-se dois dormentes, sendo um proveniente do derrube do piso superior e localizando-se o outro, com vestígios de bolota, sobre o solo (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206). Em E-12 documentou-se um posto de moagem, definido por um murete transversal sobre o qual se apoiava um dormente de grande dimensão, ligeiramente inclinado em direcção a uma superfície de adobe com o rebordo exterior definido por uma fiada de pedras e com vestígios de revestimento, na qual cairia o produto moído e que seria possivelmente recolhido por um recipiente que se encostaria a esta estrutura (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206-208).

O terraço superior terá funcionado como espaço colectivo de moagem, à semelhança da sala de moagem da Área Q do palácio ocidental de Ebla, salvaguardadas as devidas diferenças espaço-temporais, atendendo à quantidade de mós aí identificadas, que supera em muito a do piso inferior, totalizando entre 45 e 55 (completas ou quase), das quais 25 são de grande dimensão (Duque Espino *et al.*, 2010, p. 200; Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 208).

De acordo com as análises efectuadas, as mós de La Mata eram utilizadas tanto para a moagem de cereais e de bolota, como para triturar hematites e outros minérios de ferro no âmbito do processo metalúrgico (Rodríguez Díaz e Ortiz Romero, 2004, p. 274-275; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206). A presença de ocre não é de estranhar, tendo sido identificados resíduos de cassiterite num moinho de San Cristóbal de Logrosán, em Cáceres (Rodríguez Díaz *et al.*, 2001).

Em Cancho Roano foram recolhidos 32 exemplares de dormentes de vaivém maioritariamente de granito no edifício principal, provenientes sobretudo do pátio H-12 e do espaço de distribuição H-2, associados aparentemente à última fase de ocupação, distribuindo-se entre peças de grande e de média dimensão, consoante o seu comprimento seja de 50 ou de 30-35 cm (Maluquer de Motes *et al.*, 1986, p. 235-245). Seria importante conhecer com maior precisão o contexto arqueológico destas peças, de modo a confirmar a sua utilização efectiva no pátio ou a sua proveniência de um espaço elevado, derrubado, para verificar se o exemplo de La Mata, onde a maioria dos moinhos se localizava no terraço, seria um modelo mais abrangente.

No Sector Oeste surgiram mais 4 peças das mais pequenas, num dos casos associada aos dormentes acumulados no nível IV da zona Norte de O-1, mas sem configurar um posto de moagem e, no outro, aparentemente reaproveitado, em O-4, sobre as pedras do canal, com a superfície útil voltada para baixo. No Sector Norte apenas se reconheceu uma peça num contexto de reutilização como material de construção (Celestino Pérez e Jiménez Ávila, 1996, p. 119).

Em Los Caños (Zafra, Badajoz) surgiram dois dormentes de sela de grandes dimensões, um fragmento deslocado da posição original em H6 e um exemplar fracturado num dos extremos, associado a uma concentração de pedras que talvez constituísse um poial, em H10, sendo, desse modo, um posto de moagem. Em H5 identificou-se um poial pétreo com 0,70 x 0,50 cm, que poderá ter sido um posto de moagem (Rodríguez Díaz, Chautón Pérez e Duque Espino, 2010, p. 79, 81-82, 92-93 e 100-101).

Em El Chaparral (Badajoz), pequeno sítio rural ocupado num momento avançado do século V a.C., para além de um possível movente de gabro negro sem contexto preciso, um dormente barquiforme de granito localizava-se em E-3, próximo a uma das quatro estruturas empedradas circulares com 2,5 m de diâmetro exterior, preenchidas de forma organizada com pedras e terra, com abundância de carvões e adobes, aqui interpretadas como possíveis fornos de pão (Sanabria Murillo, 2008, p. 47-48, 67 e 95-97), mas entendidas como bases de silos aéreos por outros autores (Jiménez Ávila *et al.*, 2002, p. 466-467) e em outros sítios,

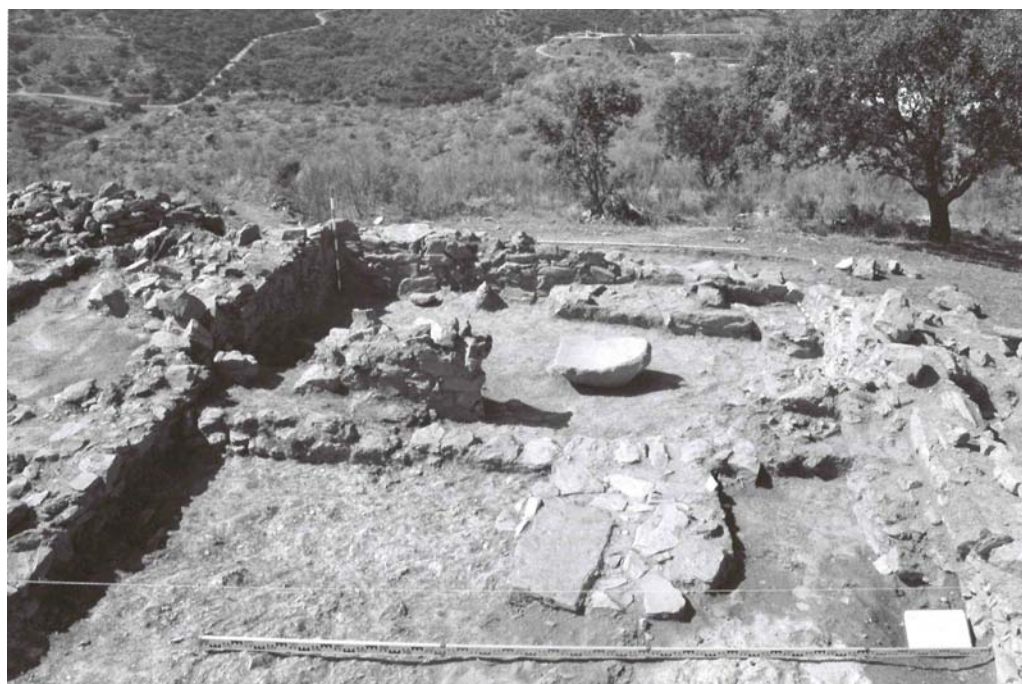


FIGURA 8
Dormente sobre o piso de um compartimento do edifício MN23 (fase 1a) do Castro dos Ratinhos (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 105, fig. 43.1).

caso de Tejada la Vieja, em Huelva (Fernández Jurado, 1989, p. 112-113, fig. 25) ou de El Palomar, em Badajoz (Jiménez Ávila e Ortega Blanco, 2001, p. 231-233; 2008, p. 254-257). A presença de carvões, adobes e argila queimados no interior de duas estruturas circulares de pedra com 2,5 m de diâmetro no sítio do século V de “Media Legua-2” (Badajoz), constitui um argumento a favor da sua interpretação como bases de forno (Sanabria Murillo, 2008, p. 63), não se descartando a hipótese de serem fornos metalúrgicos, cerâmicos ou domésticos. Estruturas deste tipo também existem na Azougada (Antunes, no prelo c).

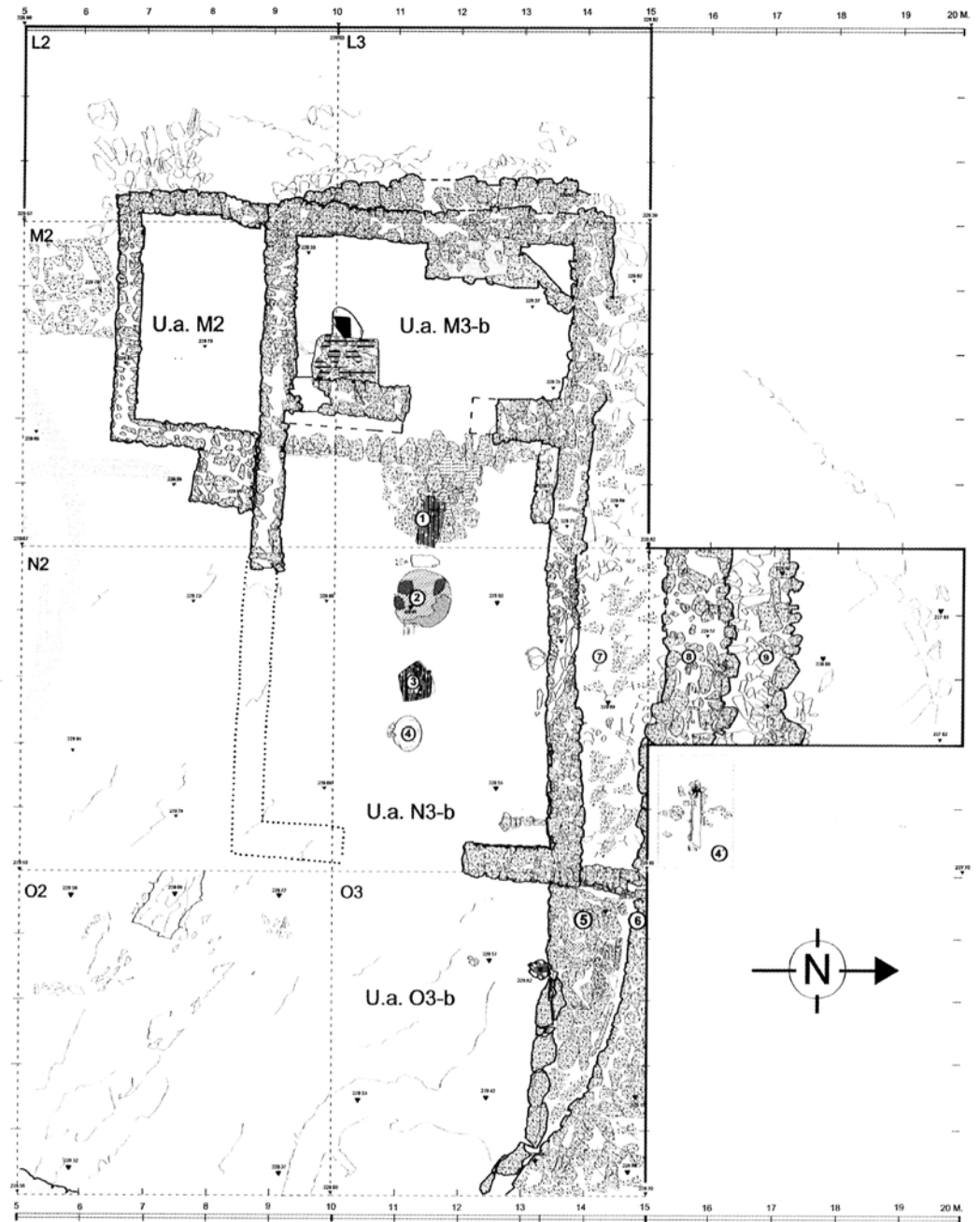


Figura 9
Planta do edifício MN23 (fase 1b) do Castro dos Ratinhos, interpretado como santuário de influência fenícia (Prados Martínez, 2010, p. 190, fig. 89).

- Interfases de destrucción de estructuras anteriores
- ① U.e. M23: losa ④ U.e. N36: base del betilo ⑥ U.a. MNOP43: Paso sobre muralla
- ② U.e. N32: altar y bellotas ④ Detalle: betilo de la fase "1b" amortizado en el suelo de la fase "1a"
- ③ U.e. N31: base y botones ⑤ U.a. MNOP43-b: u.e. O33 ⑦ U.e. N37: Relleno interior de muralla



10

Figura 10
Dormente
sobre o piso do
compartimento A do
Passo Alto (Soares *et al.*, 2009, fig. 9).



11

Figura 11
Posto de moagem
no compartimento
E2 de La Mata
del Campanario
(Rodríguez Díaz e
Ortiz Romero, 2004,
p. 113, fig. 19.C).

Moinhos giratórios manuais

O moinho giratório manual é composto por duas peças de pedra de formato circular e secção variada, encaixadas entre si por meio de planos inclinados e unidas por um eixo vertical, provavelmente de madeira. A componente inferior (*meta* ou peça passiva) permanece estática, enquanto a superior (*catillus* ou pedra activa) roda sobre si. O *catillus* pode apresentar pegas, encaixes ou entalhes laterais pelo exterior, destinados à acomodação das peças de madeira na vertical. Estas peças e o eixo são depois todos unidos por uma trave horizontal, de modo a facilitar a rotação do *catillus* (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 84). Alguns autores consideram que seriam necessárias duas pessoas para colocar a funcionar este tipo de mecanismo (Borges, 1978, p. 120), mas pode-se ponderar alguma autonomia quando em presença dos exemplares de menor dimensão.

Os moinhos giratórios baixos (encontrando-se os indivíduos que os moviam sentados num apoio ou ao nível do chão) são mais antigos do que os seus congéneres elevados, movimentados por indivíduos em pé ou por animais (no caso dos de maior dimensão).

Na documentação produzida à época da escavação arqueológica na Azougada foram registados dois exemplares de moinhos giratórios manuais, ambos correspondentes à parte activa. Um foi ilustrado por Manuel Pedro Madeira no dia 13 de Outubro de 1945, acompanhado da seguinte descrição: «Mó aparecida na vala do norte a 25 cm. Tem concavidade na parte superior e inferior» (1945, fl. 16) – fig. 12.

A peça, que aparenta ser de boa qualidade, tem perfuração central e duas pegas laterais simples, que alcançam metade da sua altura, correspondendo ao *catillus*, a parte superior e movente do mecanismo, que mediante um eixo que o atravessava através da perfuração central, se encaixava na peça inferior fixa, a *meta* (desconhecida). Esta podia ou não apresentar perfuração completa, consoante o eixo se fixasse no solo ou apenas nela, caso em que continha um orifício para o encaixe. Enquadra-se nos tipos A2e de Els Villars (Alonso *et al.*, 2014, p. 3, fig. 5) e 2e1/2e2 da cultura ibérica do nordeste peninsular (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 245, fig. 5).

Não é completamente claro o sistema de encaixe quando em presença de *catillii* com pegas. Em alguns casos estas detêm sulcos para permitir a fixação de uma corda que seria atada à trave horizontal (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 245). Desconhece-se se seria o caso da peça da Azougada. Outra abordagem, com base nos exemplares de pegas

enquadrados entre 450 e 300 a.C. de Pech Maho, advoga que este sistema, que designa por “tipo ibérico”, pelas idiossincrasias da sua configuração e do seu manuseamento, representaria um movimento semi-rotativo (Longepierre, 2012; 2014, p. 295) – fig. 13.

O outro exemplar de moinho giratório surge numa fotografia (fig. 14; MH_ft_Az_27) tirada por Manuel Heleno durante a visita que efectuou à escavação no dia 31 de Outubro de 1946, quando da sua *Excursão a Moura* (1946, fl. 2), à qual pertencerá uma das seguintes legendas, correspondentes, respectivamente, à última fotografia de um rolo e à primeira do outro (mas apenas se preservando uma delas): «34- Mó e casa junta [?] – N; 1- Mó e casa N» (1946, fl. 8). A transcrição da legenda da foto n.º 34 suscita algumas dúvidas relativamente à palavra redigida a seguir a casa, sendo a grafia pouco perceptível.

Corresponde a metade de um *catillus* de um moinho giratório manual de formato cilíndrico, do modelo designado ibérico (Alonso, 2014; 2015). Apresenta perfuração central, alçado exterior vertical e uma inclinação acentuada da parede interna, parecendo a sua face superior (que surge voltada para baixo) ser aplanada, aproximando-se dos tipos 7c e 7d de Longepierre (2014, p. 292). Não é possível perceber como seria o sistema de prensão, embora não pareça ter tido pegas, colocando-se a hipótese de ter sido dotado de um ou dois entalhes verticais, no que se enquadraria no tipo 2a do nordeste peninsular (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 245, fig. 5).

O facto de a peça se encontrar fracturada conduz a ponderar como improvável que tivesse sido encontrada e sobretudo que tivesse funcionado no contexto em que foi fotografada, sendo mais plausível que tenha sido reaproveitada como material de construção (porventura nos compartimentos observáveis) depois de inutilizada, fenómeno recorrente, ao qual se aludirá *infra*.

O compartimento localiza-se na vertente Norte do cabeço, podendo corresponder ao assinalado com o número 2 na planta esquemática que Manuel Pedro Madeira elaborou no mesmo ano (1946a, fl. 10v), já que se observa na fotografia o (0) do desenho, «[...] uma oliveira que deixei ficar» (1946a, fl. 10v) – fig. 15.

A ausência de escala impede conhecer a dimensão concreta das peças. Presume-se, todavia, que seriam moventes de pequena dimensão, possivelmente accionados apenas por uma pessoa, uma vez que, pelo menos no mundo ibérico, as mós de grande diâmetro apenas surgem em finais do século IV a.C.. Consideram-se de pequeno tamanho, com base nos exemplares romanos da Gália meridional, as mós que conhecem diâmetros entre os 30 e os 50 cm, apresentando as da área da cultura ibérica diâmetros entre 35 e 44 cm e oscilando os exemplares dos séculos VI-V a.C. entre 30 e 47 cm. Esta dimensão adapta-se ergonomicamente ao braço humano, possibilitando a execução da moagem por um indivíduo. Para compensar a menor dimensão, os moventes são usualmente mais pesados, de modo a serem profícuos (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 241-242 e 253; Alonso, 2014, p. 185). As partes activas não superam os 25 cm de altura (Alonso, 2015, p. 28).

Para além deste facto, outros elementos permitem apontar para uma cronologia antiga dentro do espectro de produção das mós giratórias manuais, nomeadamente a ausência de perfurações ou de entalhes verticais nas pegas, que surgem apenas nos séculos IV e III a.C.. Efectivamente, as peças mais antigas apresentam um encaixe vertical (tipo 2a), como em Alordá Park, entre 500 e 400 a.C., ou pegas superiores não perfuradas (tipo 2e), como em Alordá Park, nos níveis de 450 a.C. e de 500-400 a.C. e em Els Villars, entre 525-500 a.C., embora ambos os modelos de prensão se prolonguem para o século IV a.C. e até posteriormente (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 245 e 253). Conforme se descreveu *supra*, um dos *catillii* da Azougada detém pegas superiores não perfuradas e o outro poderá eventualmente deter um ou dois encaixes verticais.

Existem ainda referências textuais a outras mós nos cadernos de campo, cuja morfologia e contexto não é possível precisar. Em 1943, a 19 de Abril, decorrendo a escavação no «[...] aterro II (a contar de cima) [...]», entendendo-se aterro como plataforma, José Fragoso de Lima afirma que: «As mós de granito ... [palavras ilegíveis] [sic] aumentam o número. Já 3» (1943, fl. 1 e 3). No dia 22 do mesmo mês, este investigador reporta que chegou ao campo no fim do dia, tendo assistido «[...] ao aparecimento duma mó de granito [...]», a qual se encontraria próxima do que descreve como “fundo de cabana” (Lima, 1943, fl. 2), mas que poderá corresponder a uma estrutura do tipo forno/silo (Antunes, no prelo c). Em 20 de Outubro de 1944, durante a visita efectuada à escavação, Manuel Heleno elenca mós entre os materiais que surgiram nessa campanha (1944, fl. 24).

Do ponto de vista da tecnologia da moagem, em meados do I milénio a.C., assiste-se a uma importante evolução, com o surgimento do moinho rectangular de Olinto na Grécia ou na Anatólia, do moinho bicónico de tipo Morgantina (que evoluirá para o tipo Pompeia em época romana) no Mediterrâneo Central, registados em ambos os casos no naufrágio de El Sec no século IV a.C., suscitando a perspectiva do seu comércio (Arribas, 1987) e do moinho giratório cilíndrico na Península Ibérica, posteriormente apelidado de *mola hispaniensis* por Catão (*De Agr.*, 10.4) – Alonso, 2014; 2015.

A difusão do moinho manual giratório na Península Ibérica constituiu um fenómeno geográfica e cronologicamente desigual, surgindo de modo tardio em alguns locais, como é o caso de Mas Castellar de Pontòs, onde é introduzido apenas no século III a.C. (Pons e García, 2008, p. 173), ainda que ocorra com frequência nos séculos IV e III a.C. em diversas regiões.

No território peninsular, diversas evidências permitem recuar o surgimento do moinho giratório pelo menos ao século V a.C. no mundo ibero-púnico, durante o período Ibérico Antigo (Alonso, 1999, p. 241, 243, 251 e 255; Longepierre, 2012, p. 103; 2014, p. 290; Portillo, 2006). É o caso dos exemplares da fase IIb de Els Villars (Lleida), onde o dormente, realizado com matéria-prima alógena, foi recolhido num depósito que é integrado umas vezes em inícios (Alonso, 2014, p. 189) e outras em meados do século V a.C. (Alonso *et al.*, p. 3 e 10; Alonso, 2014, p. 188, fig. 3), tendo sido provavelmente importado da costa catalã. A fase II corresponde ainda à introdução da cerâmica a torno e dos primeiros artefactos de ferro (Alonso, 1995, p. 24; 1996, p. 189, fig. 5, 1/2; 2002; 2004, p. 117; 2014, p. 189; Alonso *et al.*, p. 3 e 10).

É também o caso do dormente da fase III de Los Villares (Valência), com enquadramento entre finais do século VI-inícios do século V a.C. (Alonso, 2014, p. 188, fig. 3), das duas mós da segunda metade de Quatrocentos da fase V de Puig de la Nau, em Castelló (Oliver y Gusi, 1995, p. 183; Alonso, 2014, p. 188, fig. 3), do dormente do século V a.C. da fase II de Tossal del Moro de Pinyeres, em Tarragona (Alonso, 2014, p. 188, fig. 3), da mó de finais do século V-início do século IV a.C. de La Escudilla, em Castelló (Alonso, 2014, p. 187-188, fig. 3) e, em Barcelona, do fragmento de dormente da fase Ib (525-400) de Turó de Ca n’Olivé (Alonso, 1995, p. 24, 1996, p. 180-190, fig. 5, 3/4; 2014, p. 190), de Alorda Park, cujos exemplares mais antigos recuam a meados do século V, com base nas cerâmicas áticas às quais se associavam, nomeadamente taças Cástulo e bordos de Vicup (Ascencio *et al.*, 2000-2001, p. 61; Sanmartí y Santacana, 1992, p. 89-90) e em Penya del Moro, balizados entre 500 e 300 (Alonso, 1996, p. 188; 2014, p. 187-188).

Els Villars merece destaque, uma vez que consiste no único caso conhecido à data de um sítio com produção local documentada de mós rotativas na Idade do Ferro peninsular, testemunhada nas diversas peças com defeitos de fabrico e inacabadas, revelando distintas etapas da produção. Se o exemplar de meados do século V a.C. terá sido importado, a partir da

centúria seguinte todas as peças são de produção local, aparentemente para consumo próprio e não para comércio. Não se apreciam variações morfológicas ao longo das fases de ocupação ibérica (Alonso *et al.*, 2011, p. 4), o que denuncia a dificuldade de caracterizar cronologicamente uma peça quando desprovida de um contexto seguro e munido de materiais datantes.

Os testemunhos de mós em contextos antigos, aos quais se acrescentam os dois exemplares franceses de Pech Maho (Aude), da segunda metade do século V a.C. (Portillo, 2006), conduziram alguns autores a propor uma possível origem do moinho giratório no mundo ibérico, centrada entre o nordeste peninsular e o sul de França (Languedoc), na transição entre os séculos VI e V a.C., anterior à sua difusão no Mediterrâneo Central, conhecendo de imediato uma rápida difusão no País Valenciano e no segmento inferior do Baixo Ebro, embora seja difícil de caracterizar a situação no interior peninsular (Alonso, 1997, p. 18; Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 239 e 241; Longepierre, 2012 e 2014, p. 290 e 299; Py, 1992).

Efectivamente, Natalia Alonso advoga que o movimento rotativo na moagem tem origem na Península Ibérica durante o Período Ibérico Antigo (séculos VI-V a.C.), consubstanciado no moinho giratório cilíndrico, transitando depois possivelmente para o Mediterrâneo Central, onde surge, em torno ao século V a.C., um tipo giratório bicónico, o qual em parte também teria evoluído a partir do moinho de tipo helénico, originando três tradições distintas (2014, p. 191; 2015, p. 29).

Apesar da rápida difusão e de constituir uma inovação tecnológica que traduz uma clara mais valia no processo da moagem, tornando-a mais expedita e gerando, portanto, mais produto final em menos tempo, o moinho giratório não substituiu o de vaivém.

Nos últimos anos têm surgido alguns dados relativos à introdução do moinho giratório na Península Ibérica em contextos anteriores ao século IV a.C. que extravasam a área catalã. Nos Castellones de Ceal (Jaén) referem-se mós entre finais do século V a.C. e inícios da centúria seguinte (Alonso, 2014, p. 188, fig. 3). Na Andaluzia Oriental, no espaço VII de Murtal de Alhama, interpretado como unidade doméstica, foram identificados fragmentos de moinhos giratórios de pedra vulcânica, num contexto que foi atribuído aos séculos VII-VI a.C. (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 219). Trata-se, no entanto, de um dado que tem de ser devidamente reavaliado, uma vez que apresenta uma cronologia muito recuada.

Mais consistentes são os vestígios do Cerro de la Mora (Moraleda de Zafayona), onde uma *meta* e um *catillus* com 50 e 40 cm de diâmetro, respectivamente, foram encontrados *in situ*, em contextos dos séculos V-IV a.C., em posição de uso, no canto de uma casa, o que sugere que poderia ter funcionado com sistema de vaivém, de acordo com os investigadores (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 221), ou semi-rotativo.

No sítio fortificado de Los Molinicos (Murcia) foi documentado um *catillus* no compartimento A82, pertencente a uma casa situada próximo da porta de acesso ao povoado e enquadrado entre finais do século V a.C. e meados da centúria seguinte (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 222).

Na Praça de Armas de Puente Tablas (Jaén) são frequentes os moinhos giratórios em contextos dos séculos IV e III a.C.. Todavia, merece destaque um fragmento reutilizado numa parede do sector do Palácio, erigido no século IV a.C., sendo, portanto, a peça mais antiga (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 222).

Em Coimbra del Barranco Ancho (Jumilla), dois exemplares podem ser balizados nos séculos V-IV a.C., estando um *in situ* no interior de um compartimento e tendo o outro, fragmentado, sido reaproveitado na sepultura 194, para a qual se atribui uma cronologia do primeiro quartel de 300 (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 222).

Em Portugal, conviria precisar as evidências de Santa Olaia (Montemor-o-Velho), sítio com uma cronologia de ocupação entre os séculos VII e IV-III a.C., onde se refere a presença de mós de vaivém (Rocha, 1908, p. 253-254, *apud* Arruda, 1999-2000, p. 240) e de mós giratórias manuais (Fabião, 1992, 146), de modo a analisar de modo fundamentado a introdução da nova tecnologia de moagem no litoral atlântico, na foz do Mondego.

No Noroeste Peninsular, é uma tecnologia que surge nos contextos da cultura castreja, sugerindo Carlos Fabião uma relação com a introdução do torno de oleiro (1992, p. 194 e 196), mas não há estudos mais detalhados sobre a cronologia da sua utilização.

No povoado das Mesas do Castelinho (Almodôvar), embora alguns autores refiram resultados inéditos que sugerem que «[...] la presencia de rotatorios parece concentrarse en la etapa romana-republicana del poblado [...]» (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 191), o estudo da fase de ocupação sidérica do sítio é claro quanto à inexistência de elementos de moagem no registo arqueológico correspondente, o que contrasta com os momentos posteriores (Estrela, 2010, p. 95), pelo que não é fácil aqui perceber o momento da introdução daquela tecnologia e se de facto ela é exclusiva.

Adquire destaque uma estrutura pétreia circular com cerca de 85 cm de diâmetro e 30 cm de altura conservada, construída com uma fiada de blocos pétreos, dispostos em redor de um bloco central colocado horizontalmente, localizada no canto Sul do compartimento do Ambiente 3 da Rua do Sembrano (Beja). A funcionalidade desta construção, de cronologia pré-romana, não é segura, mas pode constituir um suporte de moinhos giratórios, embora não se descartem outros instrumentos de produção, como bigornas ou safras, sem prejuízo de poder funcionar no âmbito doméstico como poial, lareira, forno ou até como altar ritual, considerando os dois exemplares de coroplastia encontrados (Grilo, 2007, p. 264-265).

Um elemento importante para o funcionamento do moinho giratório era a plataforma pétreia, maioritariamente circular, mas quadrangular em El Tartrato, na qual se apoiava, a qual lhe servia de embasamento, impedindo que virasse e proporcionava em simultâneo uma superfície uniforme para a acumulação do produto resultante da moagem, registando-se em diversos sítios ibéricos do este peninsular, da Catalunha ao País Valenciano, passando pelo vale do Ebro e pela Mancha. Os exemplares melhor conservados apresentam um canal para escoamento da farinha (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 247).

Apesar de mais tardios do que a cronologia de ocupação da Azougada, estes suportes estão também bem documentados no século II a.C. no Cerro de la Cruz (Córdova), um sítio importante para o estudo contextual e funcional da moagem (e não só), uma vez que foi abandonado repentinamente em 141 a.C., após um incêndio e uma destruição violenta na sequência de um episódio bélico, fossilizando a realidade do quotidiano nesse momento (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 104).

Identificaram-se plataformas nos compartimentos AB (fig. 16) e O. Têm um diâmetro de cerca de 110 cm (sendo que as mós têm um diâmetro médio de 50 cm) e uma altura em torno de 25 cm e são compostas por argila e pedras dispostas num anel duplo, sendo as do anel interior de menor tamanho do que as do exterior. No compartimento O, sobre o suporte, existia uma estrutura de adobe com um canal para a recepção da farinha (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 100-102, figs. 10 e 11).

Plataformas idênticas documentam-se noutros povoados ibéricos com ocupações balizadas entre os séculos III e I a.C.. É o caso, por exemplo, de Alt de Punxó, Torre de la Sal ou Tossal de San Miquel de Liria. No Puntal dels Llops (Valencia) foi identificado um moinho apoiado num embasamento cilíndrico de 85 cm de altura, feito de pedra e argila e revestido de argila esbranquiçada, dotado de canal para a farinha, o qual, contrariamente aos outros

Figura 12

Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira, com ilustração e descrição de *catillus* de moinho giratório manual (1945, fl. 16).

Figura 13

Proposta de reconstituição de funcionamento de moinho giratório com pegas em movimento de semi-rotação (Longepierre, 2014, p. 293, fig. 6).

Figura 14

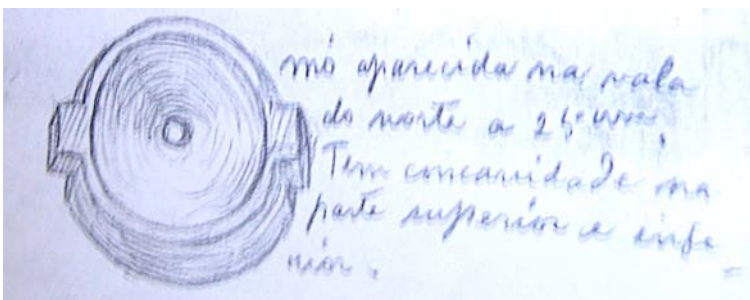
Fotografia de Manuel Heleno tirada no dia 31 de Outubro de 1946, observando-se um fragmento de movente de moinho giratório (MH_ft_Az_27).

exemplos mencionados, seria accionado por pessoas em pé ou por animais (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 102-103).

O estudo dos moinhos do Cerro de la Cruz permitiu matizar um conjunto de interpretações sobre os aspectos contextuais dos achados de elementos de moagem, chamando particularmente a atenção para o facto de a presença de um moinho num compartimento, sobretudo quando uma plataforma de embasamento está ausente e ainda que dotado de *meta* e *catillus*, não implicar necessariamente a sua utilização nesse espaço, nem a funcionalidade deste dedicada à moagem, já que estamos perante equipamentos móveis. Desde logo, há que distinguir entre moinhos *in situ*, em posição de trabalho e moinhos armazenados, como os que, em numero variável, se acomodavam em compartimentos repletos de ânforas no Cerro de la Cruz. A existência de uma plataforma comprova a realização da moagem no local. Já a colocação de um moinho a uma distância demasiado curta de uma parede, que impedisse a sua rotação, ou um grande afastamento entre a *meta* e o *catillus* sugerem reservas sobre o seu funcionamento nesse espaço e abrem a possibilidade de constituírem peças armazenadas (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 104 e 112; Alonso, 1999).

Por outro lado, há casos comprovados de postos de moagem adossados a paredes, como em El Tartrato, revelando a existência da semi-rotação, também denunciada quando as peças passivas apresentam um desgaste irregular. De qualquer modo, não existem dados para discutir se existiu um processo de transição da semi-rotação para a rotação completa ou se aquela deriva das condicionantes dos espaços onde se implementaram os postos de moagem (Alonso Martínez e Pérez Jordá, 2014, p. 253).

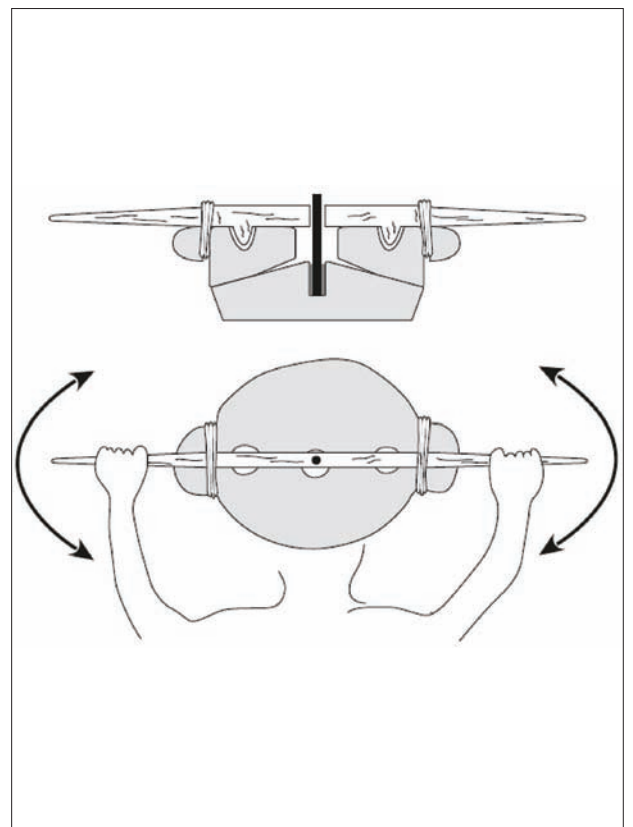
No Cerro de la Cruz, constatou-se ainda uma divisão funcional entre compartimentos, não se misturando os moinhos e o cereal, localizados em espaços adjacentes. O cereal era usualmente armazenado com outros produtos, guardados em ânforas e grandes recipientes



12



13



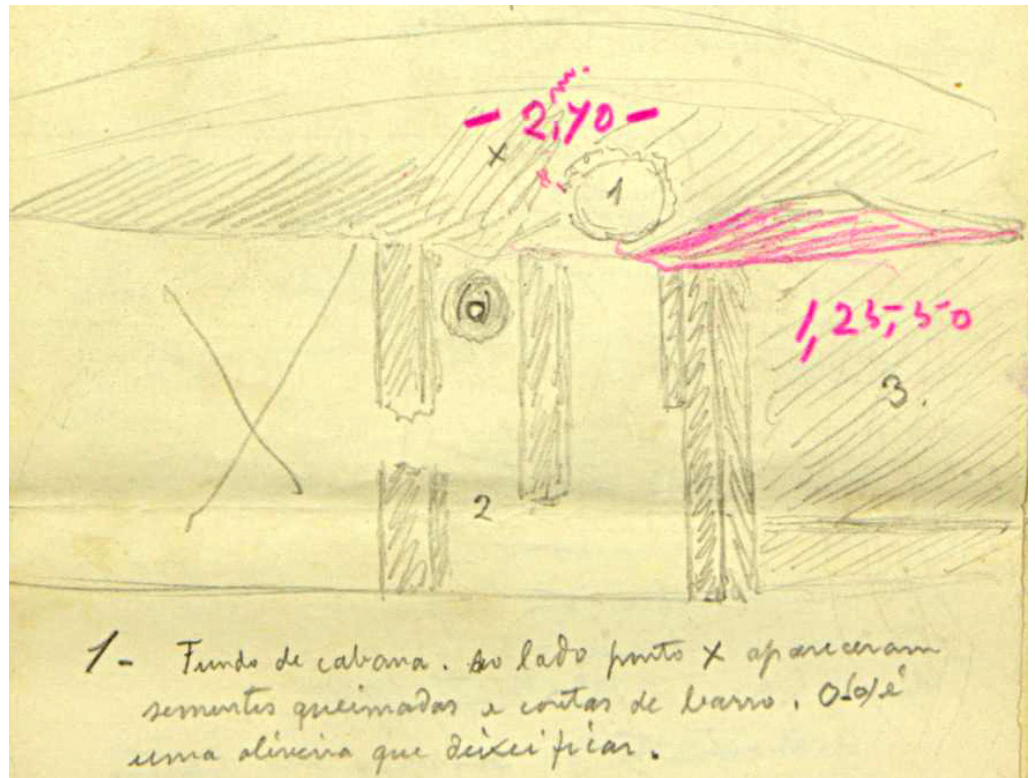
14

Figura 15

Excerto do caderno de campo de Manuel Pedro Madeira, com parte dos compartimentos observáveis na figura 14 (1946a, fl. 10v).

Figura 16

Compartimento AB do Cerro de la Cruz de Almedinilla com posto de moagem, incluindo moinho giratório sobre plataforma (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 228, fig. 15).



15



16

(vinho e azeite, porventura), o que sugere aos investigadores um modelo de controlo de bens comunitário ou dirigido por grandes famílias (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014, p. 112).

No armazém do sector III de Alarcos, apesar da inexistência de análises das mós, mas com base nas análises antracológicas dos restos vegetais carbonizados recolhidos na proximidade de um forno e da maioria dos moinhos de vaivém identificados neste espaço,

presume-se que se procedia à moagem de cereal, designadamente trigo e cevada, sendo residuais as leguminosas, testemunhadas por uma fava. Os investigadores advogam uma remodelação do edifício no sentido da ampliação da área de armazenamento, em detrimento da destinada à moagem, tendo alguns dos moinhos de ambos os tipos sido reutilizados como material de construção, especializando-se funcionalmente a área do forno nos actos de moer e tostar e o restante espaço no armazenamento. Neste caso, ocorreria uma coexistência do armazenamento e da moagem num mesmo espaço, tal como parece suceder no compartimento 5 de El Amarejo, em Bonete (Rodríguez González e López-Menchero Bendicho, 2009), mas situação distinta da que se documentou no século II a. C. no Cerro de la Cruz.

Discussão

O estudo dos mecanismos de moagem na Idade do Ferro da Península Ibérica encontra alguns obstáculos na escassez e na disparidade dos dados publicados, bem como na ausência de uma sistematização abrangente e de uma tipologia global das peças conhecidas, que impossibilita uma adscrição cronológica específica das mós na ausência de contextos fidedignos, sendo os estudos essencialmente de cariz local, com classificações vocacionadas para os conjuntos específicos de cada arqueossítio, nem sempre adaptáveis a outras realidades.

Todavia, a investigação tem realizado alguns esforços no sentido da consolidação do conhecimento sobre a moagem e da sistematização dos dados conhecidos, conforme testemunham os importantes trabalhos desenvolvidos por Luís Berrocal-Rangel (2006), por Alonso Rodríguez Díaz, Ignacio Pavón Soldevila, David M. Duque Espino e Moisés Ponce de León Iglesias (2014) e por M.^a Luisa Cerdeño, Marta Chordá e Francisco Burillo (2014) para a Estremadura e para a Meseta espanholas, por Natalia Alonso (1995, 1996, 1997, 2000, 2002, 2014 e 2015; Alonso e Pérez, 2014; Alonso *et al.*, 2011) e por M. Portillo (2006) para o Nordeste peninsular, por Andrés María Adroher Auroux e Eduardo Molina Piernas para a Andaluzia Oriental (2014) ou os estudos direccionados aos conjuntos artefactuais e contextuais de arqueossítios, como Ullastret (Genis, 1985 e 1986), Alorda Park (Ascencio *et al.*, 2000-2001), Alarcos (Rodríguez González e López-Menchero Bendicho, 2009), Cerro de la Cruz (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014) ou La Mata del Campanario (Duque Espino *et al.*, 2010; Rodríguez Díaz e Ortiz, 2004; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014), entre outros. Merecem também destaque, em França, os trabalhos dedicados a Lattes (Py, 1992) e à Gália meridional, no qual o cenário peninsular é reportado (Longepierre, 2012 e 2014). Para o território português, sublinhem-se os trabalhos de Raquel Vilaça (1995) e, embora centrado no período romano, de N. Borges sobre Conímbriga (1978).

É igualmente difícil efectuar uma caracterização dos processos e dos mecanismos de moagem no Alentejo na Idade do Ferro, uma vez que as mós parecem constituir elementos pouco valorizados (já que será inverosímil considerá-los pouco resistentes) no registo arqueológico, sendo escassas e pouco desenvolvidas as referências à sua ocorrência na maioria da bibliografia publicada.

São quase nulos os dados para o Alentejo, mas em outras regiões os produtos moídos eram variados, de acordo com as escassas análises realizadas. Os dados do Nordeste peninsular revelaram cevada e bolota no Barranc de Gàfols e em Bóbida Madurell e, neste último, também hematite, provavelmente para produzir um pigmento vermelho (Adroher Auroux

e Molina Piernas, 2014, p. 233). Também em La Mata se trituravam hematites e outros minérios de ferro nos moinhos de vaivém, para além de cereais e de bolota (Rodríguez Díaz e Ortiz, 2004, p. 274-275; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206), tendo a moagem no âmbito do processo metalúrgico sido ainda documentada em San Cristóbal de Logrosán, onde foram identificados resíduos de cassiterite numa mó (Rodríguez Díaz *et al.*, 2001). No Cerro Manzanillo, sublinha-se a presença de dois dormentes e um movente junto ao forno / forja E14 (Rodríguez Díaz *et al.*, 2009, p. 117-119, fig. 51 e p. 124; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014).

Recordem-se ainda os três dormentes barquiformes de granito do compartimento N3 do possível santuário do Castro dos Ratinhos, cujas superfícies de uso revelaram indícios de trituração de materiais duros, como rochas ou minerais (Berrocal-Rangel e Silva, 2010, p. 320-321).

No Cerro del Villar (Málaga), os moinhos (barquiformes) dos contextos dos séculos VII e VI a.C. do sector 3/4 da olaria eram utilizados no processamento das argilas e não na moagem de cereal (Delgado Hervás, 2010, p. 36; Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 233). Neste ponto, importa recordar a existência de testemunhos de produção oleira, traduzida num torno de oleiro (Lima, [1942] 1988, p. 59; Soares *et al.*, 2013) e metalúrgica (Antunes, 2017) na Azougada.

Quanto a produtos comestíveis, assinalam-se cereais e bolota em La Mata (Rodríguez Díaz e Ortiz, 2004, p. 274-275; Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 206), *Cerealía*, trigo e cevada no Cerro Manzanillo (Rodríguez Díaz *et al.*, 2014, p. 201-202) e trigo, cevada e leguminosas (fava) no armazém de Alarcos (Rodríguez González e López-Menchero Bendicho, 2009). Em Pajares, documentaram-se abundantes restos de bolotas carbonizadas na proximidade da área de moagem (Celestino Pérez, Salgado Carmona e Cazorla Martín, 2009, p. 204). No Castro dos Ratinhos havia evidências de bolotas carbonizadas e algumas das mós manifestavam traços condizentes com a trituração de materiais brandos de origem vegetal (Berrocal-Rangel e Silva, 2010).

Constata-se, com excepção da Azougada, uma exclusividade de moinhos de vaivém nos sítios pós-orientalizantes, associados a uma expansão da ocupação rural e a um provável incremento das práticas agrícolas e da produção, fenómeno que em paralelo decorria no Baixo Guadalquivir (Ferrer, Bandera e García, 2007, p. 197), bem como no Tejo e no Guadiana Médio. Ainda assim, a presença de poucos exemplares de mós em cada sítio, apontam mais no sentido do auto-consumo, em contexto doméstico-productivo, do que da exportação ou mesmo da moagem comunitária ou colectiva, conforme se documentou no terraço de La Mata del Campanario ou nos pátios empedrados de La Ayuela e do Cerro Manzanillo.

Não pode deixar de ser equacionada a moagem em contexto sacro ou cultural, para a qual os testemunhos orientalizantes do Castro dos Ratinhos dão um importante contributo. Conforme se descreveu *supra*, Fernando Prados Martínez interpretou um edifício de planta em “L” implantado no topo da elevação, na área designada por “acrópole”, como um santuário de influência fenícia, possivelmente dedicado a Asherá e a Baal, onde a presença de dormentes e moventes de moinhos de vaivém denuncia as actividades produtivas usuais em espaços sacros, sendo direccionadas para a natureza das funções rituais aí praticadas, que podiam envolver pão ou outros alimentos confecionados com frutos e cereais e peças coroplásticas e metálicas (2010, p. 269-270).

Noutra realidade cronológica (século III a.C.) e cultural, o caso do santuário de entrada ibérico do Cerro de las Cabezas de Valdepeñas (Ciudad Real) adquire destaque, por constituir um contexto que não é doméstico ou comunitário, podendo os quatro fragmentos de moinhos giratórios registados, adossados a um dos seus muros exteriores e associados a uma grande quantidade de cerâmica comum ibérica e a outros materiais num estrato de cinzas,

relacionar-se de algum modo com a natureza da divindade à qual se prestava devoção ou com um ritual associado ao culto aí ministrado, eventualmente concretizado no fabrico de alimentos para as oferendas (Moneo, Pérez e Vélez, 2001, p. 125-126; Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 234).

Neste ponto, importa evocar a dimensão ritual ou votiva de alguns elementos da cultura material da Azougada, como o *smithing god*, os recipientes com asas de mãos, ambos de bronze, o cantil de engobe vermelho com duas mãos incisadas sobre o bojo ou o molde para amuletos com touro sagrado pastando flores de lótus (Antunes, 2009a; 2009b; no prelo a; no prelo b), ainda que não seja possível relacioná-los, por desconhecimento específico dos contextos, com as mós. De qualquer modo, mantém-se como hipótese de trabalho a possibilidade de as mós da Azougada se poderem associar a actividades que não meramente domésticas.

No estádio actual da investigação e, de acordo com os dados que foi possível apurar, os exemplares da Azougada constituem o testemunho mais ocidental de moinhos giratórios na Península Ibérica, numa cronologia do século V-primeiro quartel do século IV a.C., havendo notícia de peças congêneres no Alentejo apenas a partir do período romano-republicano em Mesas do Castelinho. Não é expectável que a Azougada constitua um caso isolado nem um epifenómeno, pelo que importa incrementar a investigação sobre a moagem no Alentejo e documentar de forma mais detalhada os moinhos giratórios.

Todos os elementos de moagem identificados na Azougada surgiram descontextualizados ou sem contexto seguro. Não existem moinhos completos, tendo-se documentado dois dormentes de mós de vaivém e três moventes aparentemente dissociados e dois moventes de moinhos giratórios manuais. Os primeiros encontravam-se reutilizados em construções, o que denuncia a existência de mais do que uma fase construtiva, desconhecendo-se, todavia, se estaria relacionada com uma reformulação ou com uma ampliação do edificado. Os segundos contemplam um exemplar completo e outro conservado apenas pela metade (provavelmente também reutilizado) e parecem traduzir duas soluções de encaixe distintas, uma com pegas e outra possivelmente com entalhes verticais, características do modelo ibérico nas suas morfologias mais antigas, que recuam pelo menos ao século V a.C..

Também não é possível conhecer o local onde a moagem era realizada, para o que contribui o desconhecimento das bases ou plataformas sobre as quais as mós eram colocadas e dos postos de moagem.

O silêncio dos dados contextuais impede determinar a relação estabelecida entre ambas as tecnologias de moagem na Azougada, não sendo completamente seguro que o moinho giratório tenha substituído o de vaivém. Aliás, os dados da Península Ibérica (e não só) apontam para a convivência entre os dois tipos de moinhos em diversos sítios e para a perduração do moinho de vaivém ao longo de toda a Idade do Ferro, sem prejuízo de cronologias posteriores, como foi demonstrado ao longo deste trabalho.

Na Andaluzia Oriental, assiste-se à convivência dos moinhos giratórios com os de vaivém em contextos do século III a.C., conforme testemunham Mas Castellar de Pontós (Pons y Garcia, 2008), Molata de Casa Vieja (Puebla de Don Fradique) ou a Praça da Armas de Puente Tablas (Jaén) e do século II a.C., por exemplo no Cerro de la Cruz (Quesada Sanz, Kavanagh de Prado e Lanz Dóminguez, 2014) e em Ategua, embora, de um modo geral, os últimos perdurem até à Idade Média, conhecendo momentos de maior frequência de utilização na Antiguidade Tardia e entre os séculos VI e IX d.C. (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 222, 224 e 233).

A coexistência de ambas as técnicas de moagem parece estar documentada em época ibérica no grande edifício com mais de 400 m² do sector III de Alarcos, destinado ao arma-

zenamento de trigo, ao qual se associavam fornos de pão e recipientes de grande dimensão (García Huerta e Morales Hervás, 2009, p. 174-181) e onde se aprecia um dos maiores conjuntos conhecidos de moinhos *in situ*, sendo cinco giratórios (dos quais se identificaram apenas as peças passivas) e nove de vaivém. Outras evidências de moagem neste arqueossítio registaram-se nos compartimentos R-2 e R-3 do designado edifício tripartido, existindo ainda um fragmento reutilizado na parede do espaço R-1 (Rodríguez González e López-Menchero Bendicho, 2009, p. 218).

Também na margem esquerda portuguesa do Guadiana se regista a perduração dos moinhos de vaivém até ao século II a.C. no Castelo das Juntas e em Estrela 1 (Jorge, 2013, p. 149 e 240; Melro, Ramos e Albergaria, 2013b, p. 241; Melro, Ramos e Albergaria, 2013a, p. 149), acompanhando, neste caso, o conservadorismo da restante cultura material da II Idade do Ferro, com destaque para a cerâmica.

Talvez a coexistência entre ambas as tecnologias de moagem se explique pela especialização de um e do outro tipo em função de determinados produtos ou de determinados contextos, pelo menos na Andaluzia Oriental, já que os moinhos de vaivém parecem ser exclusivos de espaços domésticos, enquanto os giratórios são mais frequentes em espaços comunitários a partir dos séculos V-IV a.C. (Adroher Auroux e Molina Piernas, 2014, p. 233).

Infelizmente não é possível determinar com segurança a matéria-prima das mós da Azougada, embora aparentemente neste aspecto ser semelhantes aos blocos pétreos das construções ilustradas nas fotografias, donde constituiriam recursos locais. Algumas descrições referem mós de granito, mas seria fundamental comprovar esta atribuição geológica. No caso do *catillus* com pegas não foi aventada nenhuma atribuição de matéria-prima. Seria esta distinta da que era habitual encontrar localmente e Manuel Pedro Madeira não quis arriscar uma classificação? Ou, pelo contrário, a banalidade da sua matéria-prima tornou desnecessária a sua menção? Não podemos saber.

De qualquer modo, ainda que as peças em si possam não ser importadas, o modelo do moinho giratório certamente terá sido, atendendo aos dados disponíveis de momento, que apontam, como vimos, para o seu surgimento na área da cultura ibérica, com um possível foco inicial no nordeste peninsular, com extensão para o Languedoc e uma rápida difusão pelos territórios do Levante.

Importa neste ponto recordar a abundância de cerâmica pintada e a presença de determinadas morfologias oleiras (garrafas, cantil, funil, barril e vaso com pegas perfuradas) na Azougada a partir de meados do século V a.C. (Antunes, 2009a, p. 257, 306-349 e 446), cuja origem se atribui também à cultura ibérica. A existência do moinho giratório manual contribui para esclarecer a dúvida relativamente à origem dos eixos de circulação responsáveis pela chegada daquele tipo de cerâmica à Azougada, podendo ser oriunda da Andaluzia meridional ou, com alguma probabilidade, do Levante.

Embora estes eixos não tenham de ser exclusivos e, portanto, os contactos com o Sul não possam ser liminarmente afastados (apesar de a restante cultura material denunciar uma desvinculação com essa área, porventura relacionada com a “crise de 500 a.C.”), parece que é possível de facto documentar uma conexão à vertente oriental do mundo ibérico peninsular.

Efectivamente, acompanhando a consolidação das monarquias ibéricas, denota-se um maior desenvolvimento dessa cultura a partir da segunda metade de Quatrocentos, alcançando os seus tentáculos a Estremadura espanhola e o Alentejo, através da exportação de técnicas, de peças e de morfologias (ainda assim limitadas na sua diversidade), logo reproduzidas localmente, sem que isso represente uma iberização destes territórios, que se mantêm marginais relativamente àquele (Antunes, 2009a, p. 446), sublinhando-se a ausência dos ícones

mais destacados da sua cultura: a escultura e o sistema de escrita levantino e alto-andaluz (Jiménez Ávila, 2001, p. 205).

A grande quantidade de mós existente em alguns dos sítios do Guadiana Médio, como Cancho Roano ou La Mata, para além da sua generalização em todos os sítios rurais dos territórios da sua envolvência, que poderão talvez ser deles hierarquicamente dependentes e a existência de possíveis espaços de moagem comunitários, ou não domésticos, como o terraço de La Mata, onde se geraria um grande volume de farinhas e de outros produtos finais, indicia o papel centralizador dos edifícios aristocráticos na gestão da produção agrícola sob a sua alçada, desde a transformação, até à sua distribuição.

Partindo da identidade das importações de Cancho Roano com as do mundo ibérico, Javier Jiménez Ávila avançou a hipótese de a elevada produção agrícola peninsular redundar num excedente cerealífero que seria encaminhado para o Mediterrâneo Central e Oriental, nomeadamente para a Ática ou para a Magna Grécia, onde se assistia a um défice desse bem, agravado por um processo de crescimento demográfico (1997, p. 153). Como hipótese de trabalho, podemos questionar se a rápida expansão dos moinhos giratórios manuais na área ibérica se relaciona com a exportação de produtos transformados.

Quanto ao momento em que os moinhos giratórios manuais funcionaram na Azougada e, concomitantemente, em que a tecnologia foi aqui introduzida, é possível apenas ponderar um intervalo de tempo que abranje a presença da cerâmica pintada e lisa dita ibérica e o *terminus* da ocupação do sítio, entre meados do século V a. C. e o primeiro quartel da centúria seguinte.

BIBLIOGRAFIA

- ADROHER, A. e MOLINA, E. (2014) – La molienda en la Protohistoria del mediodía peninsular ibérico. In ALONSO, N., ed. – *Molins i mòlta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro*. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida: Universitat de Lleida, 24, p. 215-237.
- ALBERGARIA, J. e MELRO, S. (2002) – Trabalhos arqueológicos realizados no âmbito do Bloco 9. *Al-Madan*. Almada: Centro de Arqueologia de Almada. II.ª S.. 11, p. 128-133.
- ALONSO, N. (1995) – Les premiers meuls rotatives manuelles dans le nord-est de la Péninsule Ibérique. In AMOURETI, M. C. e COMET, M. C., eds. – *La transmission des connaissances techniques*. *Cahier d'Histoire des Techniques*. 3, p. 15-23.
- ALONSO, N. (1996) – Els molins rotatius: origen i expansió en la Mediterrànea Occidental. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida: Universitat de Lleida. 6, p. 183-198.
- ALONSO, N. (1999) – *De la llavor a la farina. Els processos agrícoles protohistòrics a la Catalunya Occidental*. Lattes: CNRS, (Monographies d'Archeologie Méditerranéenne, 4).
- ALONSO, N. (2002) – Le moulin rotatif manuel au nord-est de la Péninsule Ibérique: une innovation technique dans le contexte domestique de la mouture de céréales. In PROCOPIOU, H. e TREUIL, R., dir. – *Moudre et Broyer. L'interprétation fonctionnelle de l'outillage de mouture et de broyage dans la Préhistoire et l'Antiquité*. Paris: Ministère de la Recherche, p. 105-120.
- ALONSO, N. (2014) – Els molins rotatius: origen i expansió en la Medierrània occidental. In ALONSO, N., ed. – *Molins i mòlta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro*, *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida: Universitat de Lleida. 24, p. 183-198.
- ALONSO, N. e PÉREZ, G. (2014) – Molins rotatius de petit format, de gran format i espais de producció en la cultura ibèrica de l'est peninsular. In ALONSO, A., ed. – *Molins i mòlta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro*, *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida: Universitat de Lleida. 24, p. 239-255.
- ALONSO, N. (2015) – Moliendo en ibero, moliendo en griego: aculturación y resistencia tecnológica en el Mediterráneo occidental durante la Edad del Hierro, *Vegeta. Anuario de la Facultad de Geografía e Historia*. 15, p. 23-36.

- ALONSO, N.; AULINAS, M. T.; GARCIA, F.; MARTÍN, G.; PRATS, V. (2011) – Manufacturing rotary querns in the 4th c. BC fortified settlement of Els Vilars (Arbeca, Catalonia, Spain). In PEACOCK, D. e WILLIAMS, D., dirs.- *Bread for the people: The Archaeology of Mills and Milling. Proceedings of a colloquium held in the British School at Rome 4th – 7th November 2009*. Southampton: University of Southampton, p. 55-65 (Series in Archaeology 3. BAR International Series 2274).
- AMO Y DE LA HERA, M. (1978) – El Castañuelo. Un poblado céltico en la provincia de Huelva. *Huelva Arqueológica*. IV. Huelva, p. 299-340.
- ANTUNES, A. S. (no prelo a) – Unguentários de alabastro, de vidro e de cerâmica da Azougada (Moura). Em torno da natureza do sítio e do papel dos perfumes na Idade do Ferro Pós-Orientalizante Peninsular. *O Arqueólogo Português*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. S. V. 6.
- ANTUNES, A. S. (no prelo b) – O molde para amuletos com touro sagrado pastando flores de lótus da Azougada (Moura, Portugal). *X Coloquio Internacional del CEFYP. Homenaje al Profesor Jose María Blázquez. Mare Sacrum. Religión, cultos y rituales en el Mediterráneo. Cádiz, San Fernando*. 13-15 de Diciembre 2017. Cádiz: CEFYP.
- ANTUNES, A. S. (no prelo c) – Fornos/silos aéreos da arquitectura pós-orientalizante peninsular: a propósito de uns “fundos de cabana” e de umas estruturas circulares da Azougada. *Ophiussa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2.
- ANTUNES, A. S. (2008) – “Castro” da Azougada (Moura, Portugal): percursos do Pós-Orientalizante no Baixo Guadiana. *Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante. Mérida, 24-26 de Maio de 2006*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 327-351.
- ANTUNES, A. S. (2009 a) – *Um conjunto cerâmico da Azougada. Em torno da Idade do Ferro Pós-Orientalizante da margem esquerda do Baixo Guadiana*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento 5 de O Arqueólogo Português).
- ANTUNES, A. S. (2009 b) – “Castro” da Azougada (Moura, Portugal): sacralidade e dinamismo comercial no Baixo Guadiana durante o Pós-Orientalizante. *IV Simposio Internacional de Arqueología de Mérida. Santuarios, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental. 2 al 5 de noviembre de 2005*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 131-142.
- ANTUNES, A. S. (2017) – A Azougada (Moura) e o sistema metrológico da Idade do Ferro Pós-Orientalizante do Baixo e Médio Guadiana. *II Encontro da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa: AAP, p. 905-926
- ANTUNES, A. S.; SOARES, A.; DEUS, M.; SOARES, R. (2017) – Povoamento Orientalizante na margem esquerda do Guadiana. Uma leitura a partir do Passo Alto e do Castelo de Serpa. In JIMÉNEZ ÁVILA, J., ed.- *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 131-158 (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta 1).
- ARRIBAS, A. (1987) – Los molinos, in ARIBAS, A.; TRÍAS, M. G.; CERDÁ, D. e HOZ, J., eds.- *El barco de El Sec (Calvià, Mallorca). Estudio de los materiales*, Mallorca: Ajuntament de Calvià-Universitat de les Illes Balears, p. 563-588.
- ARRUDA, A. M. (2001) – A Idade do Ferro Pós-Orientalizante no Baixo Alentejo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 4-2, p. 207-291.
- ASENCIO, D.; BELARTE, M. C.; SANMARTÍ, J.; SANTACANA, J. (2001-2002) – Les meules rotatives du site ibérique d’Alorda Park (Calafell, Baix Penedès Tarragona). *Pyrenae*. 31-32, p. 57-73.
- BERROCAL-RANGEL, L. (2006) – De la mecánica a la molienda: un ensayo sobre los molinos giratorios de la España antigua. In: BLÁNQUEZ, J.; ROLDÁN, L.; VIALÁS, H., eds. – *Augusto Fernández de Avilés. En homenaje*, p. 275-297. (Serie Varia 6).
- BERROCAL-RANGEL, L.; SILVA, A. C. (2010) – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (O Arqueólogo Português, Suplemento 6).
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R. (2011) – O I milénio a.n.e. no concelho de Monforte: subsídio para o inventário do património arqueológico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 14, p. 107-140.
- BORGES, N. C. (1978) – Mós manuais de Conímbriga. *Conímbriga*. 17. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 113-132.
- CELESTINO PÉREZ, S.; JIMÉNEZ ÁVILA, F. J. (1996) – *El palacio-santuario de Cancho Roano.V. El Sector Oeste*. Badajoz: Museo Provincial de Badajoz.
- CELESTINO PÉREZ, S.; SALGADO CARMONA, J. A.; CAZORLA MARTÍN, R. (2009) – El siglo V a.C. en la Alta Extremadura. In SANABRIA MARCOS, P. J., ed. – *Lusitanos y vettones. Los pueblos prerromanos en la actual demarcación Beira Baixa-Alto Alentejo-Cáceres*. Cáceres: Museo de Cáceres, p. 197-211. (Publicaciones del Museo de Cáceres. Memorias del Museo de Cáceres 9).
- CORREIA, V. H. (1988-1989) – A estação da Idade do Ferro do Porto das Lages (Ourique, Beja), *Portugália*. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. N.S. IX-X, p. 81-99.

- ESTRELA, S. M. G. (2011) – *Os níveis fundacionais da Idade do Ferro de Mesas do Castelinho (Almodôvar): os contextos arqueológicos na (re)construção do povoado*. Dissertação de mestrado em Pré-História e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- FABIÃO, C. (1992) – O Passado proto-histórico e Romano. In: MATTOSO, J., dir. – *História de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- FERNÁNDEZ JURADO, J. (1989) – *Tejada la Vieja: una ciudad protohistorica. Huelva Arqueológica*. Huelva: Diputación Provincial de Huelva. IX.
- FERRER, E.; BANDERA, M. L. e GARCÍA, F. J. (2007) – El poblamiento rural protohistórico en el Bajo Guadalquivir. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A. e PAVÓN SOLDEVILLA, I., eds. – *Arqueología de la tierra. Paisajes rurales de la protohistoria peninsular*. Cáceres: Universidad de Extremadura, p. 195-224.
- GENER BASALLOTE, J. M.; NAVARRO GARCÍA, M. A.; PAJUELO SAÉZ, J. M.; TORRES ORTIZ, M.; LÓPEZ ROSENDO, E. (2014) – Arquitectura y urbanismo de la Gadir fenicia: el yacimiento del “Teatro Cómico” de Cádiz. In BOTO, M, ed. – *Los Fenicios en la Bahía de Cádiz. Nuevas investigaciones*. Pisa-Roma: Fabrizio Serra Editore, p. 14-50. (Colezione di Studi Fenici, 46).
- GENIS, M. T. (1986) – Cap a una tipologia dels molins d'època ibèrica a Ullastret. *Faventia*. 8/2, p. 99-113.
- GRILO, C. (2007) – A Rua do Sembrano e a ocupação pré-romana de Beja. *Vispasca. Arqueologia e História*. Aljustrel: Câmara Municipal de Aljustrel. II S.. 2, p. 261-268.
- HELENO, M. – *Cad. n.º 1. 1944. Excursão a Moura. Out.* [Manuscrito]. 1944. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- HELENO, M. – *Azougada e Outeiro de São Bernardo (Moura). Out. de 1946* [Manuscrito]. 1946. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (1997) – Cancho Roano y los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana. *Complutum*. Madrid. 8, p. 141-159.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2001) – Los complejos monumentales post-orientalizantes del Guadiana y su integración en el panorama del Hierro Antiguo del Suroeste Peninsular. *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CEPO-CEH.CSIC, p. 193-226.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009a) – Modelos arquitectónicos en la Protohistoria de Suroeste Peninsular: edificios «en tridente». *Santuários, oppida y ciudades: arquitectura sacra en el origen y desarrollo urbano del Mediterráneo Occidental, Anejos de Archivo Español de Arqueología XLV*. Mérida: CSIC, Instituto de Arqueología de Mérida, p. 89-100.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009b) – Arquitectura y modalidad: la construcción del poder en el mundo Post-Orientalizante. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid: CSIC. 82, p. 69-95.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2009c) – El poblado de Castañuelo (Aracena) y el post-orientalizante en la Sierra Norte de Huelva. *IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular. Aracena. 27-29 Noviembre 2008*. Aracena, Lisboa: Ayuntamiento de Aracena, IGESPAR, p. 3-33.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2001) – El poblado orientalizante de El Palomar (Oliva de Mérida, Badajoz). Noticia preliminar. *Arquitectura oriental y orientalizante en la Península Ibérica*. Madrid: CEPO-CEH.CSIC, p. 227-248.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J. (2008) – El poblamiento en llano del Guadiana Medio durante el Período Post-Orientalizante. *Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante. Mérida, 24-26 de Maio de 2006*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 251-281.
- JIMÉNEZ ÁVILA, J.; ORTEGA BLANCO, J.; LÓPEZ, A. M. (2002) – El poblado de ‘El Chaparral’ (Aljucén) y el asentamiento del Hierro Antiguo en la comarca de Mérida. *Mérida. Excavaciones Arqueológicas. Memoria 8*. Mérida, p. 457-485.
- JORGE, A. (2013) – Elementos de moagem. In ALBERGARIA, J. e MELRO, S., coords. – *Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana*. Évora: EDIA, p. 100, 131, 149 e 240. (Memórias d’Odiviana, Estudos Arqueológicos do Alqueva, 2.ª S.).
- LIMA, J. F. ([1942] 1988) – *Monografia arqueológica do concelho de Moura*. Moura: Câmara Municipal.
- LIMA, J. F. – *Cópia das notas tomadas no Castro da Azougada (Abril de 1943). Diário das Escavações no Castro da Azougada em Abril de 1943* [Manuscrito]. 1943. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- LONGEPierre, S. (2012) – *Meules, moulins et meulières en Gaule méridionale du Ile s.av. J.-C. au VIIIe s. ap. J.-C.*. Montagnac: Éditions Monique Mergoïl. (Monographies Instrumentum 41).
- LONGEPierre, S. (2014) – Les moulins de Gaule méridionale (450-1 av. J.-C.): types, origines et fonctionnement. In ALONSO, N., ed. – *Molins i molta al Mediterrani occidental durant l'edat del ferro*. *Revista d'Arqueologia de Ponent*. Lleida: Universitat de Lleida, 24, p. 289-309.

- MADEIRA, M. P. — *Escavações no Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946. 1.º semestre. 17 do 4 a 21 do 5/46. 3.ª campanha* [Manuscrito]. 1946a. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- MADEIRA, M. P. — *Castro da Azougada (Moura). Ano de 1946 de 26/8/46 a 28/10/46. 4.ª campanha* [Manuscrito]. 1946b. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- MAIA, M. G. P. (1985-1986) — Neves II e a «fácies» cultural de Neves —Corvo. *Arquivo de Beja*. Beja: Câmara Municipal de Beja. 2.ª S. III, p. 23-42.
- MAIA, M.; MAIA, M. (1996) — Arqueologia do couto mineiro de Neves-Corvo, *Mineração do Baixo Alentejo*. Castro Verde: Câmara Municipal, p. 83-93.
- MATALOTO, R. (2004) — Um “monte” da Idade do Ferro na Herdade da Sapatoa. *Ruralidade e povoamento no 1.º Milénio a.C. do Alentejo Central*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- MATALOTO, R. (2008) — O Pós-Orientalizante que nunca foi. Uma comunidade camponesa na Herdade da Sapatoa, *Sidereum Ana I. El Rio Guadiana en el Época Post-Orientalizante. Mérida, 24-26 de Maio de 2006*. Mérida: Instituto de Arqueologia de Mérida, p. 219-250.
- MATALOTO, R. (2009) — Através dos campos: arquitectura e sociedade na Idade do Ferro alto alentejana. *L'espai domèstic i l'organització de la societat a la protohistòria de la Mediterrània occidental (Ier millenni a.C.). Actes de la IV Reunió Internacional d'Arqueologia de Calafell (Calafell — Tarragona, 6 al 9 de març de 2007)*. *ArqueoMediterrània*, 11. Barcelona: Universidad de Barcelona, p. 279-298.
- MATALOTO, R.; MATIAS, C.† (2013) — Viver no Campo: o sítio da Herdade da Sapatoa 3 e o povoamento rural centro alentejano em meados do 1.º milénio a.C.. *VI Congresso Internacional de Estudos Fenício Púnicos. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa 25 de Setembro a 1 de Outubro de 2005*. Lisboa: FLUL. I, p. 216-235.
- MELRO, S.; RAMOS, A. C.; ALBERGARIA, J. (2013a) — Considerações finais. In ALBERGARIA, J. e MELRO, S., coords. — *Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana*. Évora: EDIA, p. 101, 133-134 e 149-150. (Memórias d'Odiana, Estudos Arqueológicos do Alqueva, 2.ª S.).
- MELRO, S.; RAMOS, A. C.; ALBERGARIA, J. (2013b) — Castelo das Juntas: modelo explicativo de ocupação. In ALBERGARIA, J. e MELRO, S., coords. — *Ocupação proto-histórica na margem esquerda do Guadiana*. Évora: EDIA, p. 241-243. (Memórias d'Odiana, Estudos Arqueológicos do Alqueva, 2.ª Série).
- MONEO, Teresa; PÉREZ, J.; VÉLEZ, J. (2001) — Un santuario de entrada ibérico en el Cerro de las Cabezas (Valdepeñas, Ciudad Real). *Complutum*. Madrid. 12, p. 123-136.
- MALUQUER DE MOTES, J.; CELESTINO, S.; GRACIA, F.; MUNILLA, G. (1986) — *El santuario protohistórico de Zalamea de la Serena, Badajoz, III, 1983-1986*. Barcelona: Consejo Superior de Investigaciones Científicas y Universidad de Barcelona. (Programa de Investigaciones Protohistoricas XVI).
- MARQUES, J. M.; GÓMEZ MARTÍNEZ, S.; GRILO, C.; BATATA, C. (2013) — *Povoamento rural no troço médio do Guadiana entre o Rio Degebe e a Ribeira do Álamo (Idade do Ferro e períodos Medieval e Moderno). Bloco 14 — Intervenções e Estudos no Alqueva*. Évora: EDIA. (Memórias d'Odiana. Estudos Arqueológicos do Alqueva, 2.ª S.).
- PONCE DE LEÓN IGLESIAS, M. (2009) — Geología del entorno de Cerro Manzanillo y procedencia de los materiales líticos para la arquitectura y elaboración de útiles de molienda. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; DUQUE ESPINO, D. M. e PAVÓN SOLDEVILLA, I., eds. — *El caseiro de Cerro Manzanillo (Villar de Rena, Badajoz) y la colonización agraria orientalizante en el Guadiana Medio*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 139-148. (Memorias de Arqueología Extremeña 12).
- PÉREZ, G. (2013) — *La agricultura en el País Valenciano entre elVI y el I milenio a.C.*. Tesis Doctoral, Prehistoria y Arqueología. Valencia: Universitat de València.
- PORTILLO, M. (2006) — *La mòlta i triturat d'aliments vegetals durant la Protohistòria a la Catalunya Oriental*. Tesis doctoral. Departament de Prehistòria, Història Antiga i Arqueologia. Barcelona: Universitat de Barcelona.
- PONS, Enriqueta e GARCIA PETIT, Lluís (2008) — *Prácticas alimentarias en el mundo ibérico: el ejemplo de la fosa FS362 de Mas Castellar de Pontós (Empordà-España)*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series 1753).
- PRADOS MARTÍNEZ, F. (2010) — La arquitectura sagrada: Un santuario del siglo IX a.C.. In BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. — *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado proto-histórico do Guadiana, 2004-2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 259-276. (O Arqueólogo Português, Suplemento 6).
- PY, M. (1992) — Meules d'époque protohistorique et romaine provenant de Lattes. *Lattara*. 5, p. 183-232.
- QUESADA, F.; KAVANAGH, E.; LANZ, M. (2014) — Los molinos del yacimiento del Cerro de la Cruz (Almedinilla, Córdoba): clasificación y análisis de los ejemplares de época ibérica y emiral. *Spal*. Sevilla: Universidad de Sevilla. 23, p. 83-118.

- ROCHA, A. S. (1908) – Memórias e explorações arqueológicas II. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira. *Portugália*. 2, p. 302-356.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; CHAUTÓN PÉREZ, H.; DUQUE ESPINO, M. (2010) – Paisajes rurales protohistóricos en el Guadiana Medio: Los Caños (Zafra, Badajoz), *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9-1, p. 71-113.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; DUQUE ESPINO, D.-M.; PAVÓN SOLDEVILA, I., eds. (2009) – *El caserío de Cerro Manzanillo (Villar de Rena, Badajoz) y la colonización agrícola orientalizante en el Guadiana Medio*. Mérida: Junta de Extremadura. (Memorias de Arqueología Extremeña, 12).
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; ORTIZ ROMERO, P. (2004) – “La Mata”, un edificio organizado. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; DUQUE ESPINO, D.-M.; PAVÓN SOLDEVILA, I., eds. – *El caserío de Cerro Manzanillo (Villar de Rena, Badajoz) y la colonización agrícola orientalizante en el Guadiana Medio*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 75-312. (Memorias de Arqueología Extremeña, 12).
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I.; DUQUE ESPINO, D.-M. (2009) – Contexto territorial e histórico. In RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; DUQUE ESPINO, D.-M.; PAVÓN SOLDEVILA, I., eds. – *El caserío de Cerro Manzanillo (Villar de Rena, Badajoz) y la colonización agrícola orientalizante en el Guadiana Medio*. Mérida: Junta de Extremadura, p. 183-324. (Memorias de Arqueología Extremeña, 12).
- RODRÍGUEZ, A.; PÁVON, I., DUQUE, D. M; PONCE, M. (2014) – Molinos y molienda en el mundo tartésico: el Guadiana y Tajo Medios, In ALONSO, N., ed – *Molins i mòlta al Mediterrani occidental durant l’edat del ferro*. *Revista d’Arqueologia de Ponent*. Lleida. Univesidad de Lleida. 24, p. 189-214.
- RODRÍGUEZ DÍAZ, A.; PAVÓN SOLDEVILA, I.; MERIDETH, C. (2001) – *El Cerro de San Cristóbal, Logrosán, Extremadura, Spain. The archaeometallurgical excavation of a Late Bronze Age tin-mining and metalworking site*. Oxford: Archaeopress (British Archaeological Reports International Series 922).
- RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, D.; LÓPEZ-MENCHERO BENDICHO, V. M. (2009) – Caracterización tipológica y funcional de molinos rotatorios y de vaivén asociados a un edificio de almacenamiento agrícola: Alarcos-Sector III. In GARCÍA HUERTA, R. e RODRÍGUEZ GONZÁLEZ, coords. – *Sistemas de almacenamientos entre los pueblos prerromanos peninsulares*. Ciudad Real, p. 209-224.
- SANABRIA MURILLO, D. (2008) – *Paisajes rurales protohistóricos en el Guadiana Medio: “El Chaparral” (Aljucén, Badajoz)*. Mérida: Junta de Extremadura. (Memorias de Arqueología Extremeña, 10).
- SÁNCHEZ HIDALGO, F.; SANABRIA MURILLO, D.; MÉNENDEZ MÉNENDEZ, A.; GIBELLO BRAVO, V. M.; JIMÉNEZ ÁVILA, J. (2013) – Entre Cancho Roano y La Mata: La estación rural post-orientalizante de La Carbonera (La Guarda – Campanario, Badajoz). *VI Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular. Villafranca de los Barros (Badajoz). 4-6 de octubre de 2012*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 1097-1132.
- SOARES, A. M. M.; ANTUNES, A. S.; QUEIRÓZ, P. F.; DEUS, M.; SOARES, R. M. G. M; VALÉRIO, P. (2010) – A ocupação sidérica do Passo Alto (V.V. de Ficalho, Serpa). *IV Encontro de Arqueologia del Suroeste Peninsular. Aracena. 27-29 Noviembre 2008*. Aracena, Lisboa: Ayuntamiento de Aracena, IGESPAR, p. 544-575.
- SOARES, R. (2012) – *Cabeço Redondo. Um edifício da Idade do Ferro Pós-Orientalizante na Herdade do Metum (Moura)*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa.
- SOARES, António M. Monge e MARTINS, J. M. M. (2010) – A cronologia absoluta para o Castro dos Ratinhos. Datas de Radiocarbono. In BERROCAL-RANGEL, L. e SILVA, A. C. – *O Castro dos Ratinhos (Barragem do Alqueva, Moura). Escavações num povoado protohistórico do Guadiana, 2004/2007*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, p. 409-414. (O Arqueólogo Português. Suplemento 6).
- SOARES, R.M.; SOARES, A.M.M. (2017) – O Cabeço Redondo (Moura). Um edifício monumental e singular na margem esquerda do Guadiana. In JIMÉNEZ ÁVILA, J. ed.– *Sidereum Ana III. El río Guadiana y Tartessos*. Mérida: Consorcio de la Ciudad Monumental, p. 421-442. (Publicaciones del Consorcio de Mérida. Serie Compacta 1).
- SOARES, R. M.; VALÉRIO, P.; SOARES, A. M. M. e ARAÚJO, F. (2013) – Rodas de oleiro no Pós-Orientalizante. Primeiros achados em território português no Cabeço Redondo (Sobral da Adiça, Moura). *VI Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros, p. 1134-1155.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos finais da Idade do Bronze*. IPPAR: Lisboa. (Trabalhos de Arqueologia 9).

➤ Estudo das faunas do período republicano do Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira, Portugal)

ANA BEATRIZ SANTOS

ÁLVARO PEREIRA

JOANA GOMES

NUNO MONTEIRO

JOÃO PIMENTA

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

HENRIQUE MENDES

CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA

CLEIA DETRY

UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

RESUMO

Apresenta-se o estudo da *fauna* (mamíferos e aves) recolhida no âmbito de várias campanhas de escavação no sítio de Monte dos Castelinhos, enquadradas no Projecto PIPA, Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE).

O estudo faunístico que aqui se descreve foi efectuado sobre os restos animais de época republicana (século I a.C.), permitindo reconstruir a dieta e ambiente das populações que outrora habitaram o sítio do Monte dos Castelinhos. Registou-se uma diversidade relativamente grande de mamíferos, sendo a ovelha (*Ovis aries*), a cabra (*Capra hircus*), os bovídeos (*Bos* sp.) e os suídeos (*Sus* sp.) os animais mais abundantes no conjunto. O veado (*Cervus elaphus*), o corço (*Capreolus capreolus*), o coelho-bravo (*Oryctolagus cuniculus*) e a lebre (*Lepus* sp.) foram os animais selvagens mais caçados. Registam-se alguns elementos mais raros pertencentes ao lince-Ibérico (*Lynx pardinus*), cão (*Canis familiaris*), equídeo (*Equus* sp.) e a rato (*Rattus rattus*). Em relação às aves, os restos são escassos estando representados por galinha-doméstica (*Gallus domesticus*) e perdiz-vermelha (*Alectoris rufa*). Por fim, os moluscos apresentaram elementos de ostra, amêijoia, berbigão e gastrópodes terrestres, mas estes não serão alvo de detalhe neste artigo.

Através deste estudo conseguimos traçar um perfil, não só da dieta, mas também do padrão de procura e produção alimentar destas populações, sendo possível verificar que se alimentavam de animais domésticos e também de caça.

Face aos animais capturados foi possível ainda observar que a região circundante do povoado deveria ser constituída por bosques intercalados com campos de pastagens.

ABSTRACT

We present a zooarchaeological study of the animal remains (mammals and birds) recovered during the excavations undertaken from 2008 to 2015 at “Monte dos Castelinhos”. This faunal study was carried out on the remains from the Republican period (first century BC), in order to reconstruct the diet and environment of the ancient inhabitants of Monte dos Castelinhos. A wide range of mammals was present. This includes sheep (*Ovis aries*), goat (*Capra hircus*), cattle (*Bos* sp.) and suids (*Sus* sp.) the most abundant animals in the assemblage. The red deer (*Cervus elaphus*), roe deer (*Capreolus capreolus*), wild rabbit (*Oryctolagus cuniculus*) and the hare (*Lepus* sp.) were the most hunted. We also recorded remains of the Iberian lynx (*Lynx pardinus*), dog (*Canis familiaris*), equid (*Equus* sp.) and rat (*Rattus rattus*). With regard to birds, the remains are scarce being represented by domestic chicken

(*Gallus domesticus*) and red partridge (*Alectoris rufa*). Finally, the molluscs include oyster, clams, cockles and terrestrial gastropods but will not be studied in detail for this article. Through this study it was possible to draw a profile, not only of the diet but also the pattern of demand and food production of these populations, it was possible to verify that these populations depended on domestic animals and hunting. The presence of cervids indicated that the surrounding area probably included both woods and grazing fields.

Introdução

Há mais de cem anos que se conheciam referências da existência de ocupações antigas no sítio de Monte dos Castelinhos, em Vila Franca de Xira, mas estas nunca foram devidamente investigadas resumindo-se a alguns achados isolados e a prospeções de superfície (Pimenta & Mendes, 2013, p. 11). Em 2007, na sequência de um incêndio, o sítio arqueológico voltou a despertar atenção tendo-se decidido, com base em informações mais antigas, fazer prospeções intensivas para tentar aferir a potencialidade do local. Após esta ser amplamente comprovada optou-se por realizar escavações, começando assim o Projecto de Investigação



Figura 1
Mapa com a localização do Monte dos Castelinhos.

Plurianual “*Monte dos Castelinhos: Povoamento e dinâmicas de ocupação em época romana republicana no Vale do Tejo*”, desenvolvido entre 2010 e 2013. Findo este projecto, iniciou-se um novo que ainda se encontra a decorrer, o PIPA, “*Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE)*”, de 2014 a 2018.

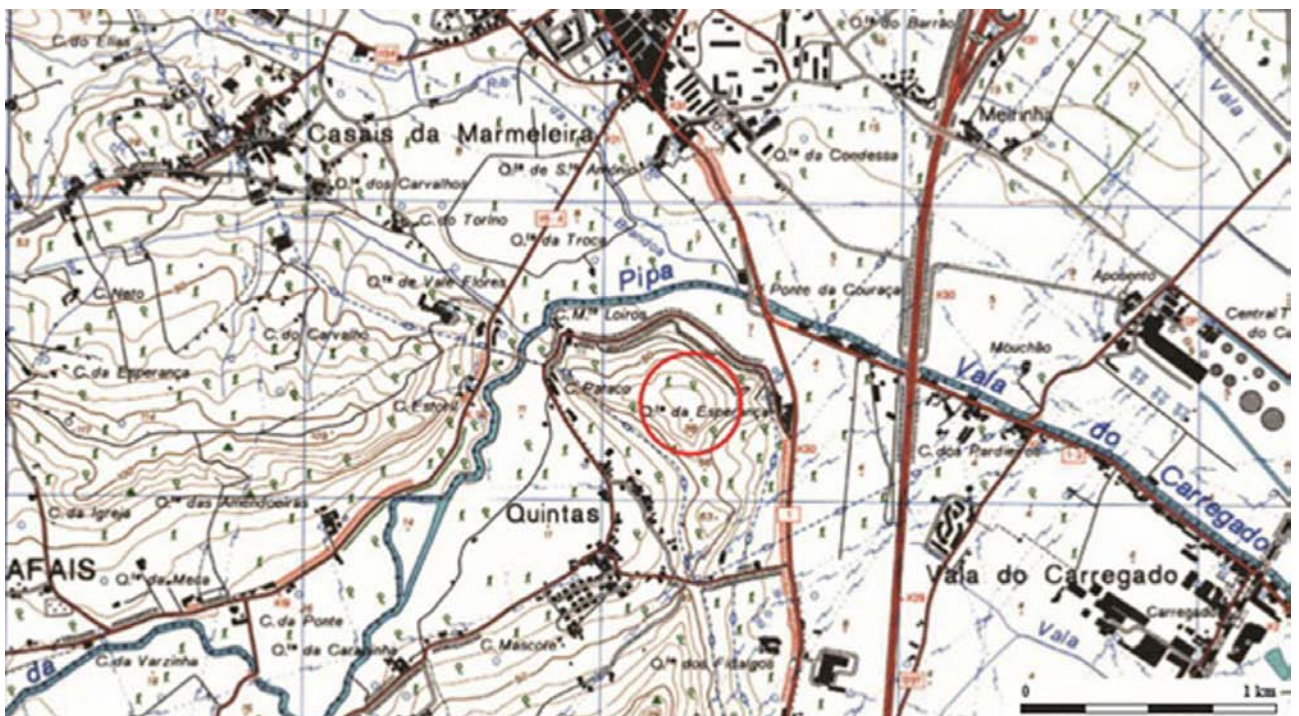
1. Contexto arqueológico

O sítio do Monte dos Castelinhos tem uma área de mais de 10 hectares e encontra-se implementado num local de ampla visibilidade e condições de defesa naturais, assumindo uma posição geoestratégica de controlo de uma zona de fronteira natural. Insere-se num extenso morro calcário sobranceiro à antiga foz do rio Grande da Pipa, na freguesia de Castanheira do Ribatejo, concelho de Vila Franca de Xira, situando-se na actualidade a cerca de dois quilómetros e meio da margem direita do rio Tejo (figura 1 e 2) (Pimenta & Mendes, 2008, p. 4). **Figs 1-2**

Assim, no decorrer da primeira escavação, em 2008, realizada no âmbito de um projecto de investigação arqueológico apresentado ao Museu Municipal de Vila Franca de Xira, a área foi dividida em três sectores, sendo de seguida abertas seis sondagens (actualmente 7) (figura 3 e 4).

O espólio faunístico que aqui se apresenta foi exumado nas escavações de 2008 a 2015, na sua maioria no sector 3, Sondagem 4, que se desenvolve a sul da estrada que conduz ao topo do povoado. Esta sondagem (figura 5) corresponde a uma zona bastante inclinada e com estruturas muito bem preservadas (Pimenta & Mendes, 2011, p. 14). Foi possivelmente o facto de se encontrar numa área de inclinação tão acentuada que permitiu a conservação das estruturas, pois não era uma área viável à utilização do arado (Pimenta & Mendes, 2008, p. 20). Foram também recolhidos restos faunísticos na sondagem 5, cujos vestígios identificados (presença de tijolos de quadrante com resíduos de argamassa branca, assim como de restos de cerâmica de

Figura 2
Localização do sítio Monte dos Castelinhos na Carta Militar Portuguesa 1:25 000, nº 390.



cobertura) permitiram supor a existência de estruturas preservadas (Pimenta & Mendes, 2009, p. 93). Assim como na sondagem 7, aberta em uma“(...) área aplanada numa plataforma distinta a nível de topografia da Sondagem 4” (Pimenta e Mendes, 2016, p. 53). Figs. 3-5



3

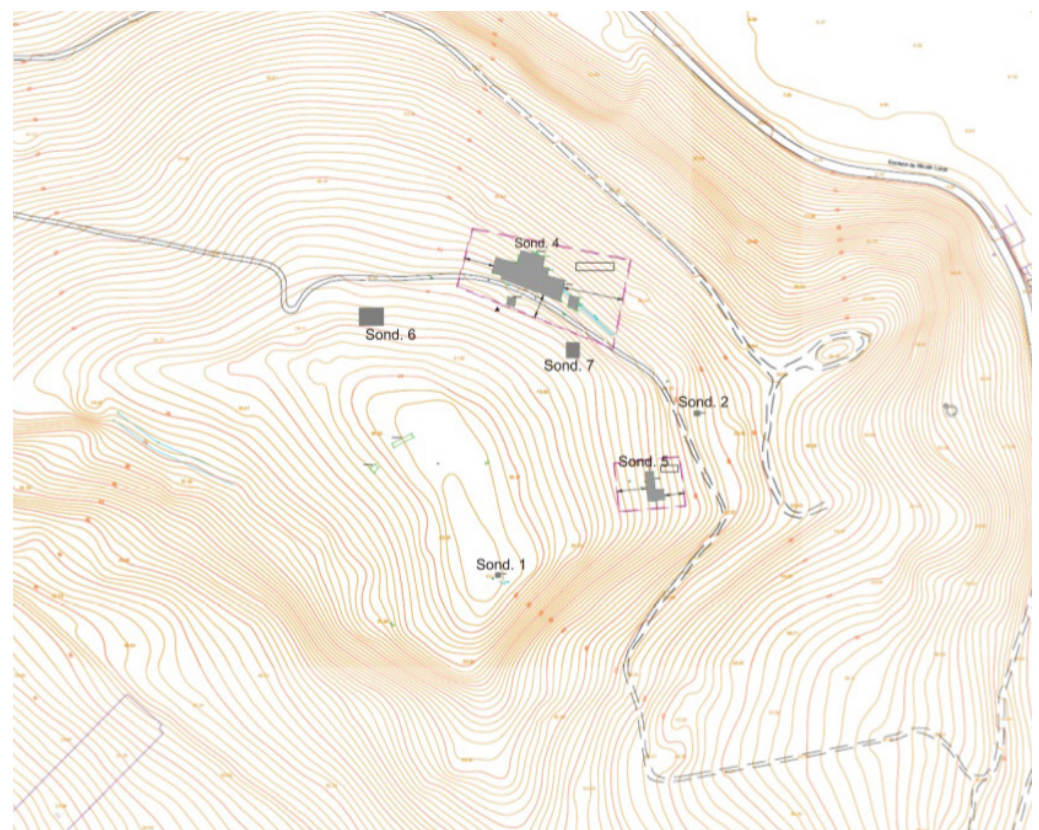


Figura 3
Localização dos sectores (Pimenta & Mendes, 2008, p. 10).

Figura 4
Levantamento topográfico do sítio com a localização da área das sondagens.

4

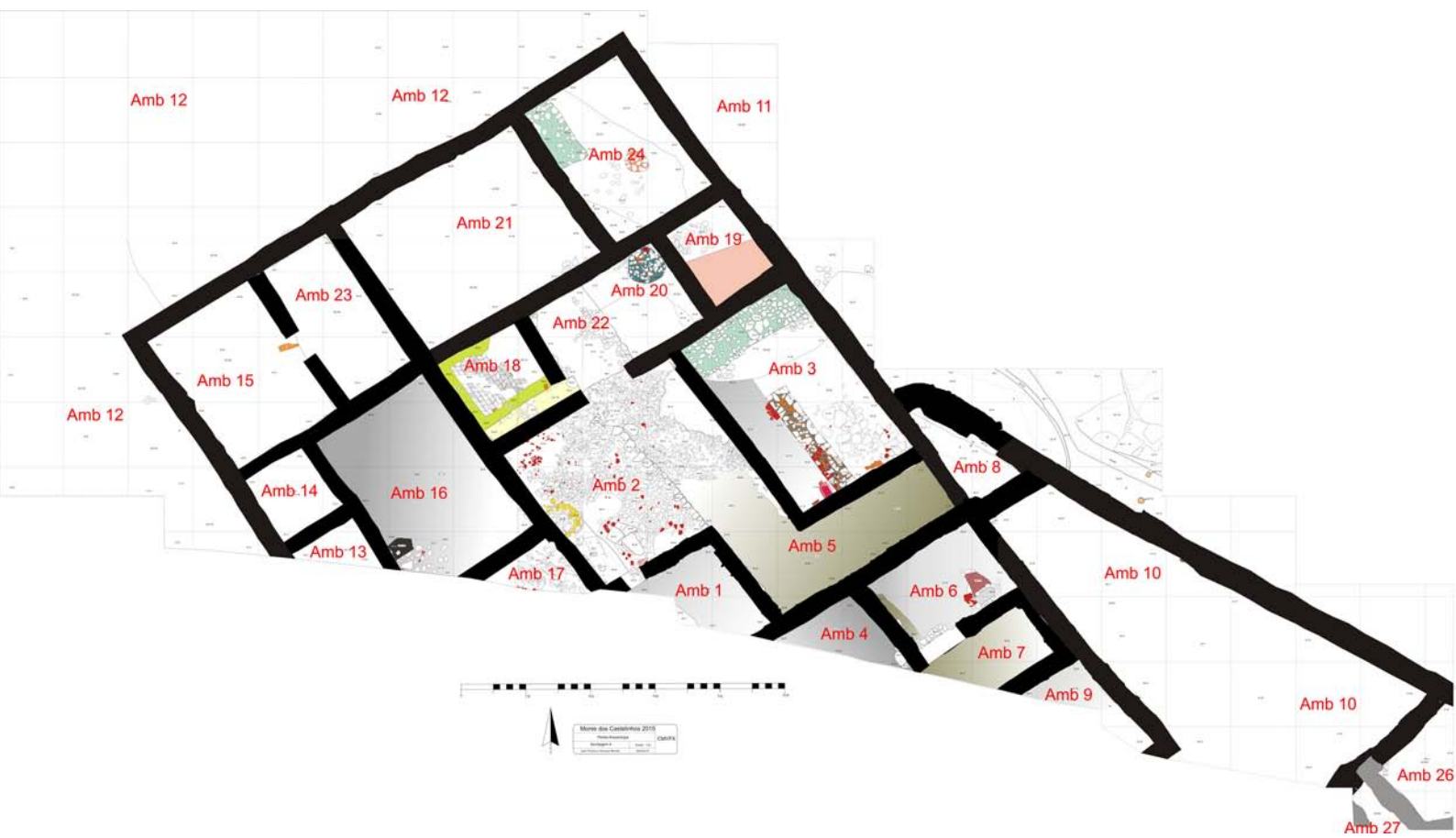


Figura 5
Planta da sondagem 4, com a localização dos ambientes, que permite entender as estruturas habitacionais do sítio.

Foi já intervencionada uma extensa área que permite fazer algumas observações sobre a arquitectura do sítio. A análise topográfica das estruturas até hoje identificadas confirma que a edificação deste sítio respeita um plano de cariz ortogonal, o que demonstra um alto padrão de romanização nestas construções (Pimenta, 2013, p. 31).

O facto de estas estruturas se encontrarem numa encosta com forte pendente, obrigou a que os níveis de calcários de base fossem escavados para que a construção de diversos compartimentos fosse feita em socalcos sucessivos. Estas técnicas de construção denotam uma longa tradição mediterrânea (Pimenta, 2013, p. 31).

É possível comprovar a inexistência de níveis pré-romanos através das muitas áreas já escavadas em diferentes pontos do sítio. Existem contudo, alguns elementos cerâmicos e líticos, recolhidos em contextos romanos, que permitem supor uma ocupação Calcolítica do morro (Pimenta & Mendes, 2011, p. 58).

Através da análise da sequência estratigráfica e arquitectónica identificada ao longo das escavações, nas diversas sondagens, foi possível individualizar 4 fases distintas de cronologia romana:

Fase 1 – Diz respeito a um primeiro desenho urbano, já nitidamente romano, do qual ainda pouco sabemos, visto ter sido desmantelado pelo urbanismo subsequente. Pertencem a esta fase dois compartimentos de cariz retangular, que utilizavam o substrato geológico como pavimento, e que usavam já *tegulae* como telhado, tendo sido identificados vários buracos de poste associados a estes compartimentos. Ainda não nos foi possível estabelecer uma crono-

logia para esta fase, estando os níveis associados a estas estruturas bem datados de meados do século I a.C., mas dificilmente recuam além do primeiro quartel do século I a.C. (Pimenta & Mendes, 2015, p. 107-108).

Fase 2 – Refere-se à fase de construção e edificação de um conjunto arquitectónico de matriz ortogonal com elevados padrões de romanização. Os níveis da fase anterior foram desmantelados e aterrados, sendo regularizados para a construção dos novos edifícios. Nestes níveis de aterro o espólio é abundante. É de ressaltar que as cerâmicas aqui recolhidas são idênticas às identificadas nos níveis de abandono/destruição que lhe sucedem. Foi ainda recolhido um numisma nestes níveis de construção, que corresponde a “(...) um As de liga de cobre de cunhagem hispânica da cidade de KASTILO/Castulo e cronologia de meados do século I a.C. (cerca de 85 a.C.). A presença desta moeda associada à vala de fundação de uma das paredes permite-nos aferir com segurança uma data para a construção deste conjunto, que terá de ser forçosamente posterior a 85 a.C. e como iremos ver anterior à fase de destruição, bem datada de 50/30 a.C.” (Pimenta & Mendes, 2015, p. 108).

Fase 3 – Coincide com o momento de abandono/destruição. O espólio aqui recolhido permite afirmar que este sector do povoado sofreu um abandono brusco e sincrónico, pouco tempo após ter sido edificado. No decorrer das intervenções foi possível identificar nestes níveis “(...) diversos elementos de armamento militar itálico compatíveis com um cenário bélico. Entre os materiais identifica-se diversas glandes de chumbo, pontas de lanças, dois *pilum*, duas balas de catapulta em arenito, e um invulgar escudo romano – *scutum*.” (Pimenta & Mendes, 2015, p. 108).

A presença de cerâmicas de verniz negro tipo campaniense, paredes finas, lucernas, ânforas e cerâmica comum, leva-nos a destacar a uniformidade do espólio recolhido. A presença de paredes finas de produções itálicas (formas II, III e VIII C de Mayet) encontra-se bem comprovada, tendo cronologias seguras entre os inícios do século I a.C. até Augusto (Pimenta & Mendes, 2014).

As cerâmicas de verniz negro tipo campaniense exumadas têm a sua cronologia balizada entre 90/80 e 40/20 a.C., sendo abundantes as produções da Colónia Latina de Cales e estando ausentes as produções de Nápoles. Esta ausência pode ser entendida como um factor cronológico importante, pois esta produção tem o seu término estabelecido geralmente nos meados do século I a.C. (Pimenta, Soria & Mendes, 2014, p. 104).

O espólio anfórico recolhido nestes níveis é abundante, sendo a maioria proveniente do vale do Guadalquivir. Tipologicamente vão de encontro ao recentemente proposto por Rui Almeida e cronologicamente situam-se entre os finais do segundo e meados do terceiro quartel do século I a.C. As ânforas de produções regionais, provenientes do vale do Tejo/Sado, encontram-se já presentes no momento de abandono/destruição do sítio (Pimenta & Mendes, 2015, p. 109).

Foram ainda exumados objectos de metal, dos quais se destacam diversos numismas de cunhagem hispânica e da península Itálica com cronologia centrada na primeira metade do século I a.C. e um conjunto de fíbulas em bronze, das quais foi possível classificar tipologicamente quatro exemplares de fíbula Alésia Pré-Aucissa com cronologias entre os meados do século I a.C. e Augusto (Pimenta & Mendes, 2015, p. 109).

Assim, como verificamos pelo que acabámos de expor, pode supor-se uma ocupação/abandono centrada em meados da segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.) (Pimenta & Mendes, 2015, p. 109).

Fase 4 – Diz respeito à fase menos conhecida do sítio, que “(...) atesta a presença humana em Monte dos Castelinhos após o colapso das estruturas edificadas da Fase 2. Se não existem

indícios de este conjunto ter sido reerguido, multiplicam-se porém, as valas de roubo de pedra, os níveis de estruturas negativas assim como a reutilização de um dos compartimentos, atestando a atividade humana em inícios do século I d.C.” (Pimenta & Mendes, 2015, p. 109-110).

A presença de *terra sigillata* de tipo itálica e sudgálica tanto nestes níveis como nos níveis de superfície permite assegurar que em algumas zonas do extenso povoado a ocupação perdurou no tempo (Pimenta & Mendes, 2015, p. 110).

O conjunto de faunas analisado no âmbito deste estudo corresponde maioritariamente à Fase 3, sendo assim um conjunto coerente do ponto de vista cronológico, enquadrado num espaço cronológico centrado na segunda metade do século I a.C. (50/30 a.C.).

Após vários anos de investigação foram surgindo diversas questões quando à funcionalidade e interpretação do sítio. Contudo, através da análise do urbanismo do sítio, é possível assumir que o local se destinava a “(...) alojar uma população exógena a este espaço. Contudo, as evidências de uma presença militar são fortes, autorizando-nos a supor o estabelecimento neste local de uma guarnição militar de apoio logístico à movimentação de tropas e ao controlo da transitabilidade na península de Lisboa e no baixo Tejo.” (Pimenta e Henrique, 2016, p. 60).

2. Metodologia

Realizou-se o estudo dos ossos e dentes, sendo estes analisados e registados de acordo com a metodologia de Davis (1992) – *A rapid method for recording information about mammal bones from archaeological sites* (PoSAC’s – Parts of the Skeleton Always Counted). Segundo esta metodologia todos os ossos são examinados, mas apenas os que possuem articulação, ou alguma característica distintiva que nos permita chegar à espécie, são contados. Para além disso apenas se estes apresentarem pelo menos metade da zona articular da epífise conservada, ou no caso dos dentes, 50% de um dente inferior e no caso das mandíbulas se estas incluírem pelo menos um dente.

Para a identificação taxonómica recorremos a Schmid (1972) e às colecções de referência do Laboratório de Arqueociências (LARC) da Direcção Geral do Património Cultural (DGPC). Já para o desgaste dos dentes de Ovelha/Cabra foram utilizadas as escalas de padrões de desgaste definida por Payne (1987) e para determinação das respectivas idades Deniz e Payne (1982), tendo sido utilizado para a análise da dentição dos suínos e dos bovinos o manual de Hillson (1999) e para o seu desgaste Grant (1982).

Os animais aqui em estudo foram gastando ao longo da sua vida, através da mastigação, os dentes de leite e substituindo-os por dentes definitivos, que continuaram a sofrer desgaste. Este processo resulta na exposição da dentina que, nas diversas etapas do desgaste, produz diferentes padrões que correspondem a diferentes fases etárias da vida do animal (Costa, 2011, p. 572). O registo da fase de desgaste através das escalas de desgaste definidas pelos autores referidos *supra* podem ajudar a dar uma perspectiva relativa da idade dos animais recuperados neste contexto.

Os ossos foram medidos utilizando craveiras para se poder obter informação que permitisse em alguns casos distinguir espécies, como por exemplo nos ossos identificados como sendo de *Sus sp.*, para ajudar a distinguir se se trata de javali (*Sus scrofa*) ou de porco (*Sus domesticus*). Para a osteometria seguiram-se os critérios definidos em Driesch (1976).

Foram ainda registadas características tafonómicas como marcas de corte e de fogo, o estado de conservação e de agentes não antrópicos, como carnívoros e roedores.

3. Resultados e discussão

As classes estudadas para este trabalho foram apenas as dos mamíferos e das aves, contudo a presença de moluscos também se encontra atestada, apesar de não entrar neste estudo. As espécies de moluscos observadas incluem o berbigão (*Cerastoderma edule*), a ostra (*Ostrea edulis*), a amêijoia (*Ruditapes decussatus*) e gastrópodes terrestres (e.g. *Helicidae*). Os restos de mamíferos e de aves aqui representados correspondem sobretudo a lixo alimentar, sendo na sua maioria animais que fazem parte da dieta alimentar humana, tendo inclusive alguns dos restos marcas de corte que provam o seu consumo.

Nos gráficos seguintes (gráficos 1 e 2) é possível observar a distribuição do Número de Restos Determinados (NRD) e do Número Mínimo de Indivíduos (NMI) por espécie de mamíferos e aves, com um total de 1006 restos correspondentes a pelo menos 77 indivíduos.

Gráfico 1 – Número de Restos Determinados (NRD) de mamíferos e aves, registados e identificados taxonomicamente, recuperados nas escavações do Monte dos Castelinhos.

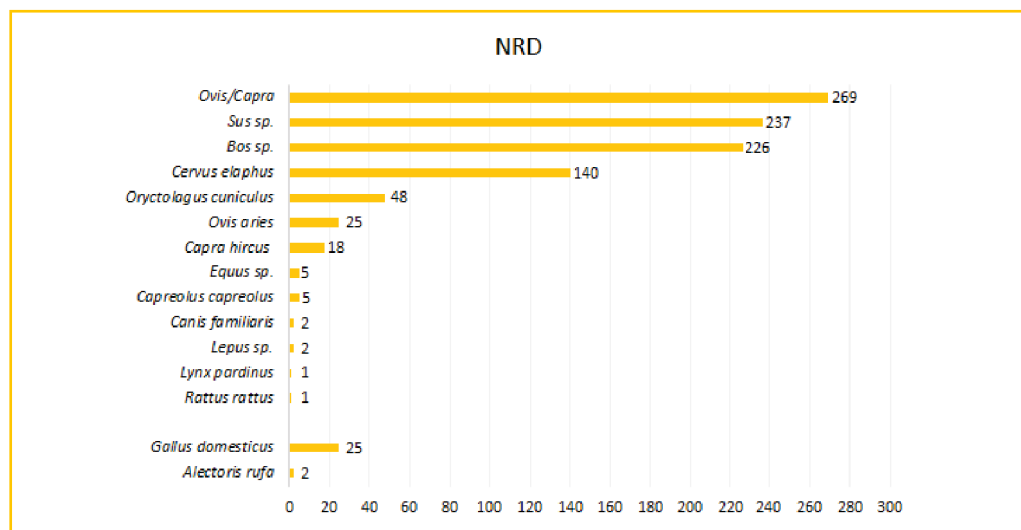
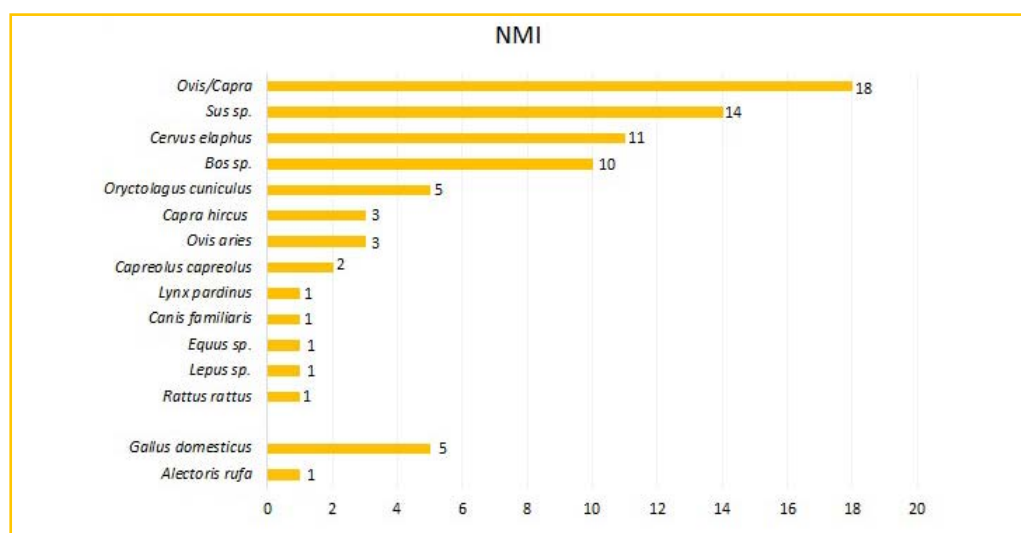


Gráfico 2 – Número Mínimo de Indivíduos (NMI) de mamíferos e aves registados e identificados taxonomicamente recuperados nas escavações do Monte dos Castelinhos.

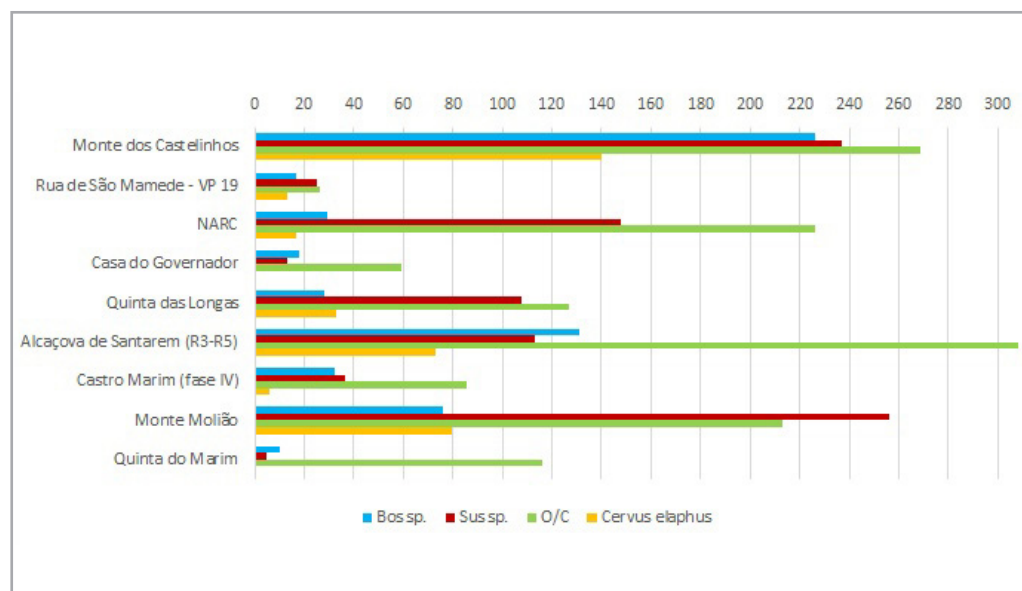


3.1. Veado (*Cervus elaphus*)

O veado está representado nesta amostra por um total de 140 restos (11 NMI), sendo um dos mais frequentes neste conjunto. A caça de grande porte encontra-se comprovada pela presença não só de veado, mas também de corço e, muito possivelmente, javali.

Esta espécie é frequente em diversos contextos arqueológicos (gráfico 3) demonstrando que a caça deste cervídeo era bastante importante no período romano, sobretudo em sítios de carácter menos permanente e por isso com menor investimento em animais domesticados. O facto de o Monte dos Castelinhos ser um sítio com uma ocupação de carácter provavelmente militar pode também ajudar a explicar o maior investimento na caça de grande porte. Tanto do ponto de vista social, pelo interesse que actividade cinegética deveria suscitar entre os militares, como do ponto de vista económico, em que a variação de contingentes militares poderia levar à necessidade de caçar mais animais para alimentar um maior número de homens. Seguramente por vezes não seria possível trazer rapidamente uma grande quantidade de animais domésticos para providenciar carne suficiente para esses contingentes, pelo que o recurso à caça seria uma rápida e eficaz solução.

Gráfico 3 – Comparação do Número de Restos Determinados (NRD) das quatro espécies principais recuperadas no Monte dos Castelinhos com o NRD das mesmas espécies recuperadas na Rua de São Mamede nº19 – Via Pública (Santos e Mota, no prelo), no NARC (Valenzuela-Lamas, 2014), na Casa do Governador (Valenzuela-Lamas, 2014), na Quinta das Longas (Cardoso e Detry, 2005), nos níveis romanos 3, 4 e 5 da Alcáçova de Santarém (Davis, 2006), na fase IV de Castro Marim (Davis, 2007), no Monte Molião (Detry e Arruda, 2013) e na Quinta do Marim (Antunes e Mourer-Chauviré, 1992).



3.2. Corço (*Capreolus capreolus*)

O corço está presente com cinco restos, representando pelo menos dois indivíduos, como constatamos pela existência de uma mandíbula de feto e de um úmero de maiores dimensões, já fundido. Este cervídeo de pequeno porte, por comparação com o veado, habita em flores-

tas e bosques com substrato arbustivo bem desenvolvido, tal como o veado e o coelho. Esta espécie é normalmente mais rara nos contextos arqueológicos, encontrando-se também em menor número que os veados nos níveis romanos da Alcáçova de Santarém (Davis, 2006).

3.3. Coelho (*Oryctolagus cuniculus*)

No Monte dos Castelinhos, o coelho encontra-se representado por pelo menos cinco indivíduos e 48 restos.

O coelho é um animal bastante abundante na fauna Ibérica. A elevada presença desta espécie faz com que se encontre muito bem representada em número de restos na maioria dos sítios conhecidos em Portugal.

3.4. Lebre (*Lepus sp.*)

A lebre distingue-se do coelho sobretudo pelas grandes orelhas e pelo seu tamanho superior, possuindo a lebre membros posteriores de grande comprimento, o que lhe permite atingir uma maior velocidade.

No conjunto em análise foi identificado um indivíduo pertencente a esta espécie. A lebre encontra-se representada também nos contextos romanos da Alcáçova de Santarém (Davis, 2006) e na Quinta das Longas (Cardoso & Detry, 2005, p. 379), sendo geralmente bastante mais rara do que o coelho em contextos arqueológicos.

3.5. Suídeos (*Sus sp.*)

Não foi possível confirmar com certeza a presença de javali (*Sus scrofa*), sendo então os exemplares de suínos designados como *Sus sp.* Foram identificados 237 restos ósseos e de dentes correspondendo a pelo menos 14 indivíduos.

As diferenças, por norma, registam-se no maior tamanho do javali em detrimento do porco, que é mais pequeno. Contudo, o javali da Península Ibérica é pequeno (Albarella *et al.*, 2005; Davis & Mataloto, 2012, p. 53), o que vem dificultar a distinção, já por si difícil. No caso de Monte dos Castelinhos as medidas obtidas são geralmente compatíveis com as de porco e nenhum dos elementos apresentavam medidas atribuíveis a javali.

A carne de suíno era muito apreciada pelos romanos. Este animal era sacrificado nos rituais de *suovetaurilia*, tal como os bovinos e a ovelha, assim como tinha uma carga simbólica ligada à fertilidade e à protecção da família (Costa, 2011, p. 576).

A presença de suínos está comprovada praticamente em todos os sítios conhecidos em Portugal (ver gráfico 3).

3.6. Gado Bovino (*Bos sp.*)

Tratando-se de um sítio romano republicano, quase se poderia afirmar que estes restos pertencem a *Bos taurus* (Boi doméstico), pois a probabilidade de pertencerem a *Bos primigenius* (Auroque) é muito reduzida, uma vez que este animal foi, muito provavelmente, extinto, ou pelo menos quase todo dizimado, durante a Idade do Bronze. Em Espanha, na Cueva del Conejar (Castaños, 1991), foram descobertos restos desta espécie ainda nos níveis datados da Idade do Bronze, já não se encontrando vestígios da mesma nos níveis da Idade do Ferro. Contudo, há algumas incertezas a respeito da cronologia da extinção, pelo que se optou pela

terminologia de *Bos sp.*, pois Cardoso (2002) fala de uma presença vestigial de auroques, durante a Idade do Ferro, na Sé de Lisboa.

No Monte dos Castelinhos, os bovinos estão representados por 226 restos (10 NMI) estando também presentes nos demais sítios estudados, com maior ou menor número de restos, como se pode ver no gráfico 3.

Este animal doméstico, era usado não só pela sua carne, mas também pelos seus produtos secundários, tal como a ovelha, a cabra e a galinha.

3.7. Ovelha e/ou Cabra (*Ovis aries*/*Capra hircus*)

Mais uma vez não se conseguiu chegar à espécie na maioria dos ossos, pois é uma separação difícil de fazer devido à semelhança dos esqueletos, sendo que quando isso foi possível a designação *Ovis aries* e *Capra hircus* foi empregue.

A ovelha foi introduzida na Europa durante o Neolítico (Davis, 2002, p. 44). Estas eram criadas para o fornecimento não só de carne, mas também de lã e de leite. Tal como já mencionámos *supra*, eram sacrificadas, juntamente com o porco e com os bovinos, nos rituais de *suovetaurilia* (Costa, 2011, p. 576).

Este conjunto é composto por 24 NMI, sendo que foi possível distinguir que três indivíduos são *Capra hircus* (cabra) e três *Ovis aries* (ovelha). O total de restos atinge os 312 elementos, tornando este conjunto o mais frequente dos vertebrados (25 restos foram atribuídos a ovelha e 18 a cabra mostrando algum equilíbrio entre estas duas espécies).

Nos conjuntos dos sítios já estudados em Portugal, os caprinos também se encontram muito bem representados sendo na maioria dos casos os animais com maior número de restos determinados (ver gráfico 3).

3.8. Equídeo (*Equus sp.*)

Nesta amostra recuperou-se um dente (figura 6), uma tibia e duas falanges (I e III) muito provavelmente de cavalo (*Equus caballus*). Segundo Davis (2006, p. 25) através da forma das dobras dos dentes podemos fazer a distinção entre os dentes de *Equus caballus* e *Equus asinus*. Ao observármos a figura 6 podemos verificar que a dobra interna é em forma de U, o que é espetável para um dente de cavalo, sendo esta em forma de V caso se trate de um dente de burro.

Apesar de a presença de cavalo não ser algo fora do normal num sítio desta cronologia, o consumo da carne destes seria raro, pois este animal era antes aproveitado para a guerra, transporte ou para as caçadas, contudo uma amostra tão pequena não permite tirar grandes ilações. **FIG. 6**

A falange I apresenta medidas compatíveis com as de cavalo (GL – 77,16 mm, BFd – 38,78 mm, SD – 29,42 mm) tal como a falange III (GB- 71,7mm, BF – 48,8 mm) quando comparadas com as medidas de referência, da Alcáçova de Santarém (Davis, 2006) e de São Miguel de Odrinhas (Davis & Gonçalves, 2017).

Figura 6

Dente pré-molar ou molar inferior de equídeo, muito provavelmente cavalo (*Equus caballus*) encontrado no sector 3 da sondagem 4, UE 17 datada do período Romano Republicano.

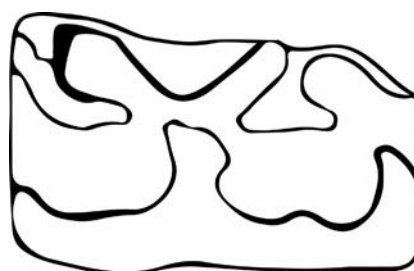
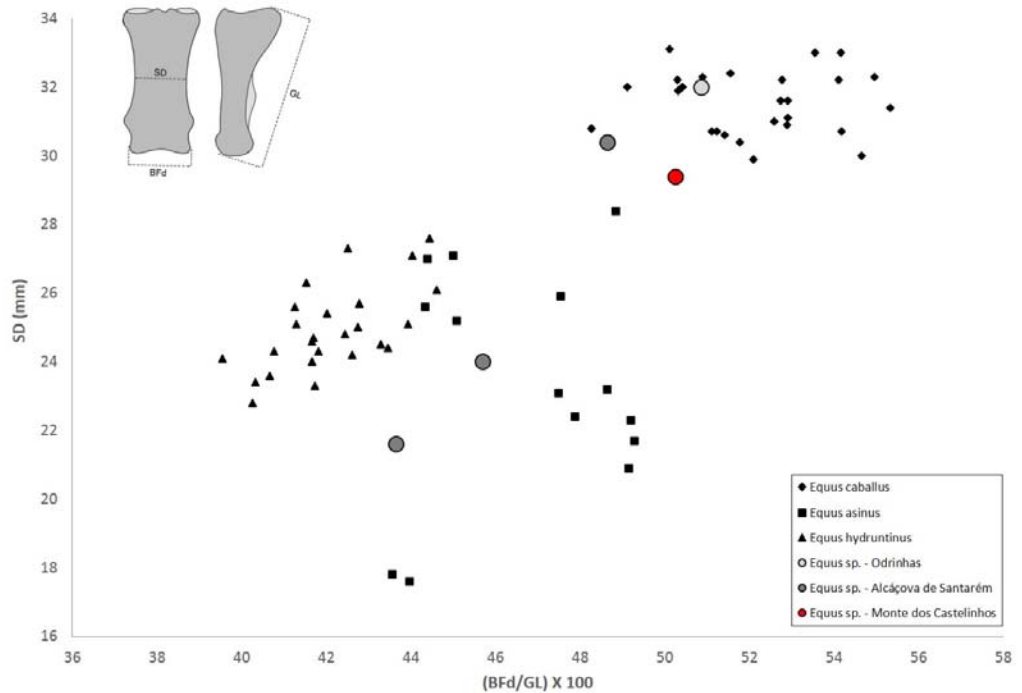


Gráfico 4 – Comparação das medidas obtidas na falange I de *Equus sp.* recuperado no Monte dos Castelinhos, com as medidas obtidas em falanges I na Alcáçova de Santarém (Davis, 2006) e em São Miguel de Odrinhas (Davis & Gonçalves, 2017).



Os vestígios mais antigos de cavalo na Península Ibérica datam do Paleolítico Superior (Cardoso, 1993). Não há ainda certezas se o cavalo se extinguiu para depois ser reintroduzido na Península Ibérica como espécie doméstica (Davis, 2006, p. 26). Mas a presença de cavalo selvagem no Mesolítico mostra a continuidade do cavalo selvagem no Holocénico (Detry, 2007).

Também na *villa* das Almoinhas se recuperou apenas um dente solto, não tendo sido possível tecer grandes comentários (Costa, 2011, p. 578). Na Casa dos Repuxos (Cardoso, 1995), no Monte Molião (Detry & Arruda, 2013) e em Torre de Palma (MacKinnon, 1999/2000), de forma residual, também se encontra atestada esta espécie.

3.9. Lince-Ibérico (*Lynx pardinus*)

É um felino de maior porte que o gato doméstico, cuja distribuição se restringe à Península Ibérica. Esta espécie encontra-se gravemente ameaçada de extinção, resultado da fragmentação do seu habitat natural e diminuição do número de presas, nomeadamente do coelho.

No Monte dos Castelinhos recolheu-se somente um rádio, de epífise já fundida, indicando a presença de um animal já adulto, identificado como pertencente a esta espécie.

Esta encontra-se também presente em sítios contemporâneos como Monte Molião (Detry & Arruda, 2013) e na Alcáçova de Santarém (Davis, 2006).

3.10. Cão (*Canis familiaris*)

No conjunto em estudo identificou-se pelo menos um indivíduo da espécie *Canis familiaris*, tendo-se recolhido fragmentos de costelas, maxilar, rádio, crânio, assim como um atlas

FIGURA 7

Fragmento de mandíbula cão (*Canis familiaris*), com os dentes dp3 e dp4 (este último com 10,6 mm de comprimento e com 3,8 mm de largura).



e uma mandíbula com o dp3 e o dp4 (figura 7), denunciando que este deveria ser ainda um juvenil (menos de 6 meses). A presença deste indivíduo neste local não é invulgar, pois o cão encontra-se domesticado há cerca de 12 000 anos (Detry & Cardoso, 2010, p. 2762), sendo utilizado para pastoreio e guarda de rebanhos, para caçadas e até mesmo para companhia. Há igualmente vestígios desta espécie na Quinta das longas (Cardoso & Detry, 2005, p. 375), na villa das Almoinhas (Costa, 2011, p. 579), na Alcáçova de Santarém (Davis, 2006) e no Monte Molião (Detry & Arruda, 2013). **FIG. 7**

3.11. Rato-preto (*Rattus rattus*)

Foi recuperada uma tíbia não fundida pertencente a *Rattus rattus*.

Ainda permanece incerta a data de introdução desta espécie na Europa. Há vestígios de restos de rato-preto no Egito, alguns deles datados já de período Romano (Ruffino & Vidal, 2010, p.2391).

Existem poucas evidências da sua presença nos contextos arqueológicos conhecidos na Península Ibérica, havendo menção de restos de rato-preto na villa romana de La Torrecilla de Iván Crispín, ocupada entre o século II e o VII d.C. (Morales *et. al.*, 2000, p. 182), assim como em contextos do primeiro quartel do século XIII em Mértola (Morales & Rodríguez, 1997).

Não podemos descartar também a hipótese de a presença desta espécie no contexto em estudo ser intrusiva.

3.12. Galinha doméstica (*Gallus domesticus*)

Os restos de aves identificados pertencem todos à ordem dos galiformes. A espécie de aves mais frequente no Monte dos Castelinhos é a galinha, representada com pelo menos cinco indivíduos e 25 elementos ósseos.

Esta espécie é comum em sítios datados do período romano como é o caso da Quinta das Longas (Cardoso & Detry, 2005) e da Alcáçova de Santarém (Davis, 2006).

A galinha foi introduzida a partir da Ásia pelos fenícios na Península Ibérica (Davis, 2007, p. 1), mas só começou a ser mais amplamente difundida e consumida no período romano.

3.13. Perdiz vermelha (*Alectoris rufa*)

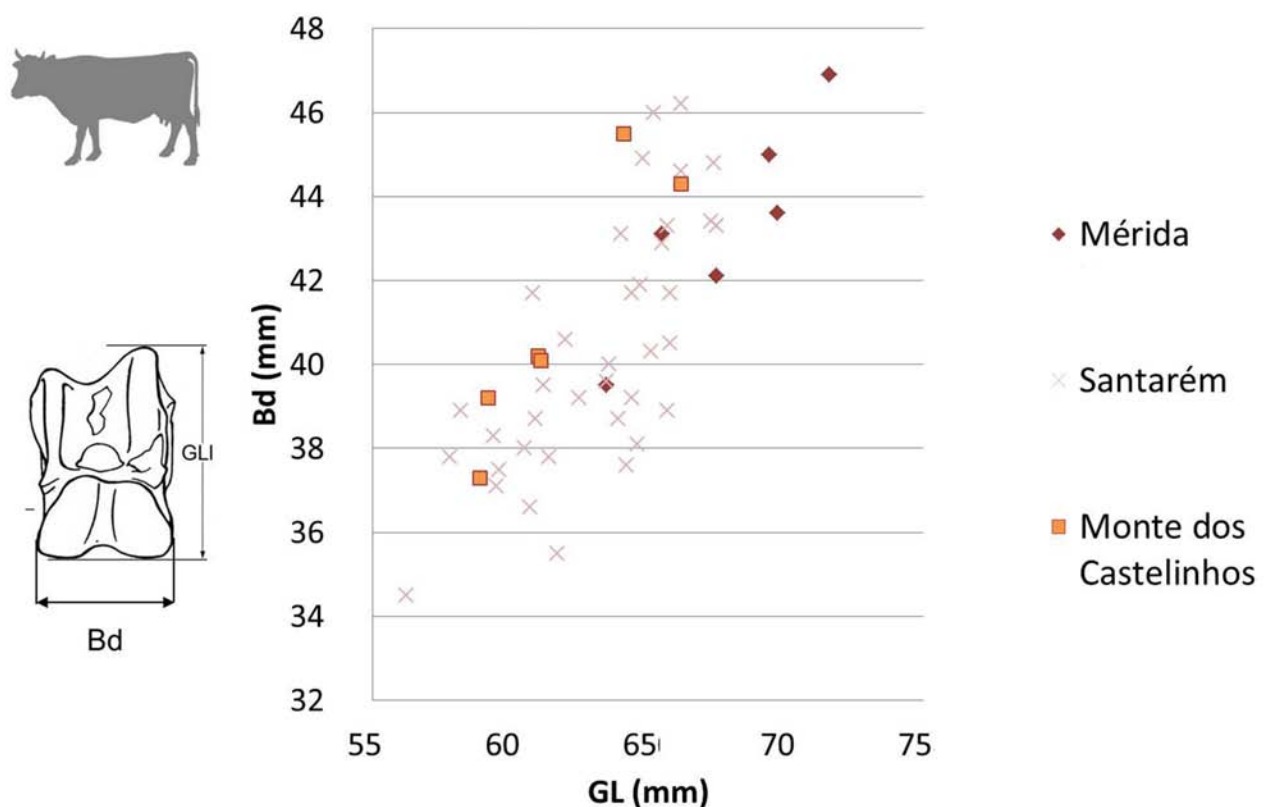
A perdiz está representada por apenas três restos da asa, dois coracóides e um carpo-metacarpo. Esta espécie seria caçada mas devido ao pequeno tamanho dos seus elementos

ósseos pode estar muitas vezes subrepresentada nas amostras por ser dificilmente recuperada. Esta espécie de galiforme selvagem ainda hoje é frequente na paisagem portuguesa e é com frequência registada nos conjuntos dos sítios arqueológicos do período romano (e.g. Alcáçova de Santarém – Davis, 2006; Monte Molião – Detry & Arruda, 2013).

3.13. Osteometria

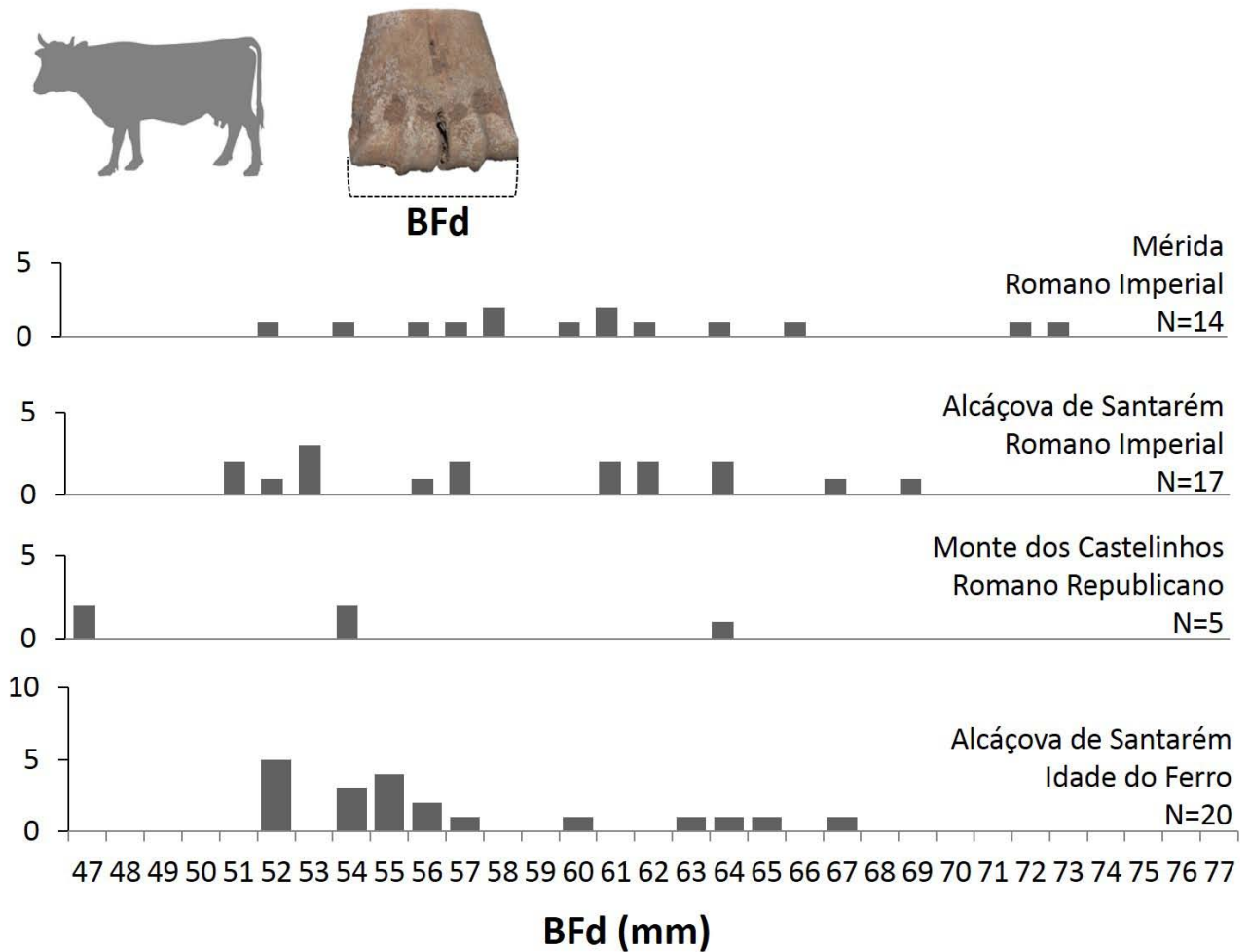
Os elementos recolhidos no Monte dos Castelinhos (Anexo 1), não diferem muito osteometricamente dos demais quando comparados com outros sítios do mesmo período se observarmos as medidas do astrágalo de *Bos* sp. (gráfico 5), um osso menos dependente da idade e do dimorfismo sexual.

Gráfico 5 Comparação das medidas dos astrágalos de *Bos* sp. recuperados no Monte dos Castelinhos com os de Mérida (medidas obtidas por C. Detry) e Santarém (Davis, 2006).



Se observamos os resultados para a largura distal do Metacarpo de *Bos* sp. (gráfico 6), para vários períodos na região do Vale do Tejo e da capital da Lusitânia, osso cujas dimensões são mais afectadas pelo dimorfismo sexual, verificamos que no caso do Monte dos Castelinhos, os elementos medidos apresentam-se bastante pequenos, representando provavelmente fêmeas.

Gráfico 6 Comparação das medidas dos Metacarpos de *Bos sp.* recuperados no Monte dos Castelinhos com os de outros sítios de época romana. Medidas da Alcáçova de Santarém obtidas por Davis (2006) e de (medidas obtidas por C. Detry) e Museu do Neo-Realismo (Detry & Pimenta,2017).



3.14. Idades de abate

Recorrendo à análise do desgaste dos dentes, através da observação da dentina já exposta, foi possível estimar a idade de abate de alguns animais domésticos. No gráfico seguinte (gráfico 7) podemos observar um histograma com classes de padrões de desgaste dos dentes de *Sus sp.* onde se percebe que os animais foram abatidos, na sua maioria, ainda jovens, o que no caso dos suídeos seria algo expectável, pois estes não produzem produtos secundários e sendo jovens a sua carne seria mais tenra.

Já no gráfico 8 podemos observar um histograma para o *Bos sp.*, onde, neste caso os animais parecem em geral apresentar um desgaste dentário mais acentuado. Os grandes bovídeos são muitas vezes usados primeiramente, pelos seus produtos secundários, como para a obtenção de leite ou para ajuda nos trabalhos agrícolas e no transporte de bens e

Gráfico 7 Estimativa da idade de abate de *Sus sp.*, através da análise do desgaste dos dentes classificadas por escalões de desgaste definidos por Grant (1982).

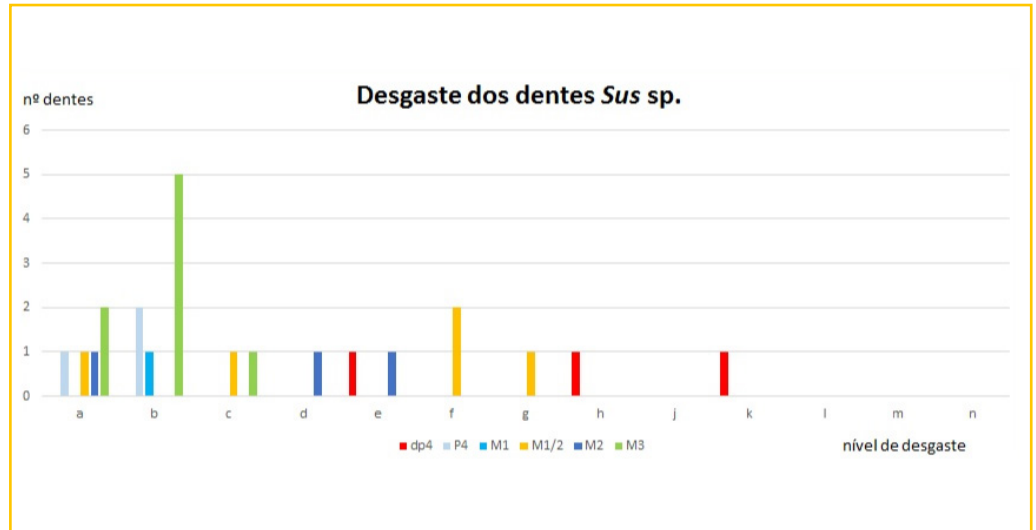


Gráfico 8 Estimativa da idade de abate de *Bos sp.*, através da análise do desgaste dos dentes classificadas por escalões de desgaste definidos por Grant (1982).

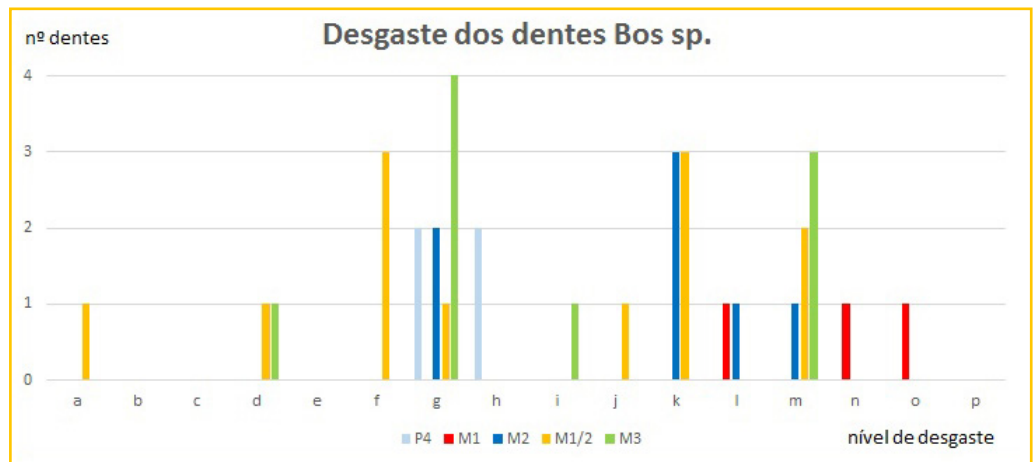


Gráfico 9 Estimativa da idade de abate de *Ovis/Capra*, através das escalas de padrões de desgaste definidas por Payne (1987) e a idade estimada por Deniz e Payne (1982).

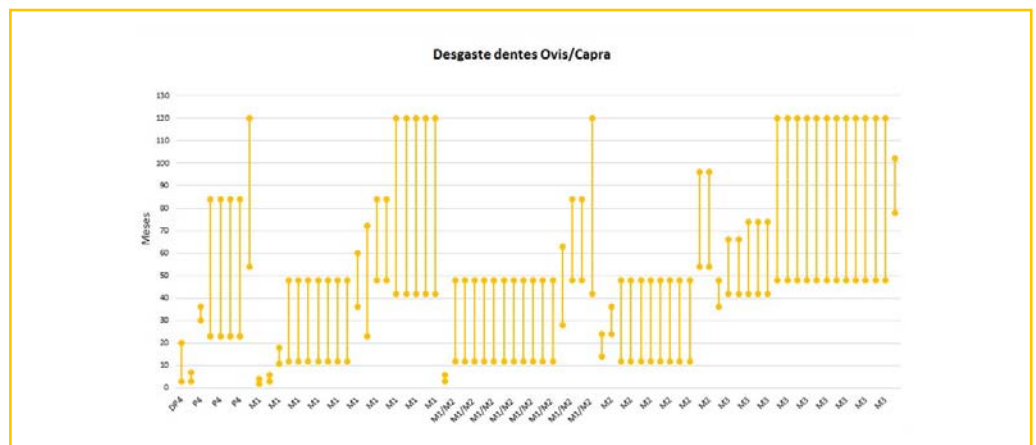
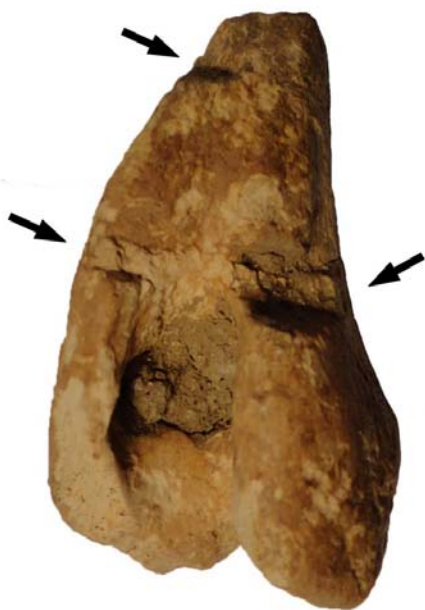


Figura 8
Fragmento de escápula com marcas de incisões.

Figura 9
Fragmento de úmero de *Sus sp.* com chop marks.



8



9

pessoas, sendo assim mantidos até idades mais tardias e só posteriormente abatidos para o aproveitamento da sua carne.

O mesmo verificamos no gráfico 9, onde observamos que a idade de abate das ovelhas ou cabras varia, sendo que alguns indivíduos seriam abatidos mais tardiamente, entre os 4 e os 10 anos, o que nos mostra que muitas vezes estes animais também eram mantidos pelos seus produtos secundários.

Analisando o nível de fusão dos ossos conseguimos estimar a idade de abate, uma vez que a existência de muitos ossos não fundidos (NF) na epífise não fundida (NFE) e da metáfise não fundida (NFM), indica que os animais ainda eram jovens.

Constatou-se então que a maioria dos animais foi abatida ainda relativamente jovem, algo que era frequente, pois a carne seria mais tenra e, por isso, mais apreciada. Contudo no caso dos *bovidae* parece haver presença de animais que foram abatidos com uma idade já mais avançada.

3.15. Marcas de corte e outras

As marcas antrópicas mais frequentes são as incisões (figura 8). Estas são golpes provocados por um objecto cortante e que estão relacionadas com duas fases diferentes de exploração da carcaça: o esfolamento do animal após a morte, muitas vezes reaproveitando-lhe a pele, e o esquartejamento da carcaça em nacos de carne destinados ao consumo (Costa, 2011, p. 579). Outras marcas de corte encontradas neste conjunto são as *chop marks* (figura 9), que são marcas curtas, largas e profundas, também resultantes do esquartejamento da carcaça, mas recorrendo a outro utensílio. Estas marcas, tanto as incisões como as *chop marks*, aparecem aqui representadas em alguns úmeros, tíbias, escápulas, pélvis, entre outros, na maioria relacionados com o esquartejar do animal para transporte e confecção da carne. **FIGS. 8-9**

A falange I de *Equus sp.*, muito provavelmente de *Equus caballus* pelas suas dimensões, apresenta umas pequenas marcas (figura 10), contudo estas não são claras o suficiente para se poder afirmar tratarem-se de incisões. Podem ser sinal da preparação do osso para a elaboração de um pequeno ídolo, mas esta hipótese é apenas uma especulação por agora. **FIG. 10**

Alguns ossos possuem também marcas de animais, isto é, encontram-se roídos (figura 11) ou com pequenos mordiscos (figura 12). Estas podem ser provocadas por pequenos carnívoros, animais selvagens que visitam ocasionalmente o sítio, ou mesmo por animais domésticos que habitam no local, como os cães. **FIGS. 11-12**

Alguns dos fragmentos ósseos apresentam marcas provocadas por raízes.

Um astrágalo de *Capra hircus* ostenta marcas de desgaste (figura 13), como se tivesse servido para polir ou raspar algo. Este osso aparece muitas vezes referido como sendo utilizado como peças de jogo, contudo, há também autores que apontam que ele poderia servir para tratar a pele, provocando assim o polimento. É uma função que, pelo menos por agora, ainda não possui dados suficientes.



Figura 10
Falange I de *Equus*
sp. com pequenas
marcas cuja origem
e intenção não
conseguimos precisar.

Figura 11
Astrágalo de *Sus*
sp. com marcas de
roeduras de animais.

Figura 12
Fragmento de úmero
de *Bos sp.* com marcas
animais.

Figura 13
Astrágalo *Capra*
hircus com marcas
de desgaste muito
semelhante ao
encontrado por Detry
& Arruda (2013) no
Monte Molião.

5. Conclusões

Este estudo permitiu identificar o tipo de alimentação dos habitantes de Monte dos Castelinhos da fase romano republicana.

Neste sítio seria praticado um regime pecuário misto com gado porcino, bovino e caprino embora a caça também tivesse um papel importante, atestada pela presença de veado, do corço, do coelho e da lebre. O recurso à caça, quase ao mesmo nível do que o recurso aos animais domésticos, pode dever-se à localização do sítio, com muitos arbustos e arvoredo, propondo alimento e esconderijo a estes animais, tornando-os abundantes na zona, e também à possibilidade de o sítio ter sido um quartelamento militar itálico, durante o período republicano, nos meados do século I a.C. (Pimenta & Mendes, 2011).

Assim, cerca de 92% da carne que era consumida, provinha do abate de ovelha, cabra, bovívdeo, porco e veado, seguindo-se, em menor escala de consumo, a galinha, a perdiz, o corço, a lebre e o coelho. Permanece a incógnita se o cavalo seria para consumo da carne também, mas com o número reduzido de restos não é seguro levantar conclusões. Por norma, como já referimos, não seria esse o caso, a não ser que houvesse um período de crise e escassez de alimentos, o que não parece verificar-se.

Agradecimentos

Agradecemos à equipa do LARC (Laboratório de Arqueociências) da DGPC (Direcção Geral do Património Cultural) que nos deu acesso à colecção de referência, para podermos tirar dúvidas de classificação e aos Dr. Simon Davis, Dr^a Silvia Valenzuela e Dr. Nelson Almeida que nos forneceram conhecimentos e bibliografia.

Por fim, agradecemos ao Dr. Simon Davis pela revisão e sugestões que em muito beneficiaram o nosso trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ALBARELLA, U.; DAVIS, S.; DETRY, C.; ROWLEY-CONWY, P. (2005) – Pigs of the “Far West”: the biometry of *Sus* from archaeological sites in Portugal. *Anthropozoologica*. 40:2, p. 27-54.
- ANTUNES, M. T.; MOURER-CHAUVIRÉ, C. (1992) – The Roman site (2nd to 5th centuries A.D.) at Quinta do Marim near Olhão (Algarve, Portugal): vertebrate faunas. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 375-382.
- CARDOSO, J. L. (1993) – Contributo para o conhecimento da alimentação em contexto islâmico: estudo de restos mamalógicos e malacológicos das Mesas de Castelhinho (Almodôvar). *Arqueologia Medieval*. Porto. 2, p.103-107.
- CARDOSO, J. L. (1995) – Os mamíferos no quotidiano romano. Algumas reflexões a propósito dos restos de Conímbriga. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 5, p. 299-313.
- CARDOSO, J. L. (2002) – Arqueofaunas: balanço da sua investigação em Portugal. *Arqueologia e História*. Lisboa. 54, p. 281-298.
- CARDOSO, J. L.; DETRY, C. (2005) – A lixeira baixoimperial da *villa* da Quinta das Longas (Elvas): análise arqueozoológica e significado económico-social. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8:1, p. 369-386.
- CASTAÑOS, P. M. (1991) – Animales domésticos y salvajes en Extremadura. Origen y evolución. *Revista de Estudios Extremeños*. Badajoz. 47, p. 9-67.
- COSTA, C. (2011) – A fauna mamalógica da villa romana das Almoinhas (Loures). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V. 1, pp. 561-589.
- DAVIS, S. (1992) – *A rapid method for recording information about mammal bones from archaeological sites*. London, Ancient Monuments Laboratory: 1-14.
- DAVIS, S. (2002) – The mammals and birds from the Gruta do Caldeirão, Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 5:2. pp. 29-98.
- DAVIS, S. (2006) – Faunal remains from Alcáçova de Santarém, Portugal. *Trabalhos de Arqueologia*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. 43. 144 pp.
- DAVIS, S. (2007) – Mammal and bird remains from the Iron Age and Roman periods at Castro Marim, Algarve. *Trabalhos do CIPA*. 107, Lisbon: Instituto Português de Arqueologia.
- DAVIS, S.; MATALOTO, R. (2012) – Animal remains from Chalcolithic São Pedro (Redondo, Alentejo): evidence for a crisis in the Mesolithic. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 15, pp. 47-85.
- DAVIS, S.; GONÇALVES, A. (2017) – Animal remains from the 4th–5th century AD well at São Miguel de Odrinhas, Sintra, Portugal: tiny sheep and a dwarf dog. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 20, p. 139-156.
- DENIZ, E.; PAYNE, S. (1982) – Eruption and wear in the mandibular dentition as a guide to ageing Turkish angora goats. In WILSON, B.; GRIGSON, C.; PAYNE, S. (eds.) – *Ageing and sexing animal bones from archaeological sites*, Oxford: BAR British Series 109, p. 155-205.
- DETRY, C. (2007) – *Paleoecologia e Paleoeconomia do Baixo Tejo no Mesolítico Final: O contributo do estudo dos mamíferos dos concheiros de Muge*. Dissertação apresentada à Universidade de Salamanca para a obtenção do grau de Doutor. Fotocopiada ou policopiada.
- DETRY, C.; CARDOSO, J. L. (2010) – On some remains of dog (*Canis familiaris*) from the Mesolithic shell-middens of Muge, Portugal. *Journal of Archaeological Science*. 37(11): 2762-2774.
- DETRY, C.; ARRUDA, A. M. (2013) – A fauna da Idade do Ferro e Época romana de Monte Molião (Lagos,

- Algarve): continuidades e rupturas na dieta alimentar. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, 15:2. p. 15-227.
- DETRY, C.; PIMENTA, J. (2017) – Animal remains from medieval and modern Vila Franca de Xira, Portugal: Excavations at the Neo-Realism Museum. *CIRA Arqueologia*. 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 238-259.
- DRIESCH, A. von den (1976) – *A Guide to the measurement of animal bones from archaeological sites*. Harvard: Harvard University, Peabody Museum Bulletin 1.
- GRANT, A. (1982) – The use of tooth wear as a guide to the age of domestic ungulates. In WILSON, B.; GRIGSON, C.; PAYNE, S. (eds.), *Ageing and sexing animal bones from archaeological sites*, Oxford: BAR British Series 109. pp. 91-108.
- HILLSON, S. (1999) – *Mammal bones and teeth. An introductory guide to methods of identification*. London: University College of London.
- MACKINNON, M. (1999/2000) – O papel dos animais na economia rural da Lusitânia romana: zooarqueologia de Torre de Palma. A Cidade. *Revista Cultural de Portalegre*. Lisboa. 13/14, p. 129-140.
- MORALES, A.; RODRÍGUEZ, J. (1997) – Black rats (*Rattus rattus*) from medieval Mertola (Baixo Alentejo, Portugal). *Journal of Zoology*, London 241:623-42.
- MORALES MUÑIZ, A.; von LETTOW-VORBECK, C. L.; TORRE RUIZ, M. A.; SERRANO ENDOLZ, L. & HERNÁNDEZ CARRASQUILLA, F.; (2000) – Los restos de fauna. In BLASCO BOSQUED, M.C.; LUCAS PELLICER, M. R. (ed. e coord.) – *El yacimiento romano de La Torrecilla: de Villa a Tugurium*. Universidad Autónoma de Madrid, Departamento de Prehistoria y Arqueología. p. 181-232
- PAYNE, S. (1987) – Reference codes for wear states in the mandibular teeth of sheep and goats. *Journal of Archaeological Science*, 14. pp. 609-614.
- PIMENTA, J. (2013) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In PIMENTA, João (Coord.) *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013) – O projeto de Monte dos Castelinhos. In PIMENTA, J. (Coord.) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 11-14.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueologia. p. 125-142.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2015) – Em torno do faseamento da ocupação. In PIMENTA, João (Coord.) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira – Em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira. p. 107-111.
- PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. In *Atas do Congresso de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 86-121.
- RUFFINO, L.; VIDAL, E. (2010) – Early colonization of Mediterranean islands by *Rattus rattus*: a review of zooarcheological data. *Biological Invasions*. 12, p. 2389–2394
- SANTOS, A.B.; MOTA, N. (no prelo) – The zooarchaeological study of the animal remains from the Roman period recovered in Rua de São Mamede (public street – nº19), Lisbon. *Encontro de Zooarqueologia Ibérica 2017 – Iberian Zooarchaeology Meeting 2017*. Universidade do Algarve, Faro, Portugal, 26 a 29 de Abril de 2017 – poster.
- SCHMID, E. (1972) – *Atlas of animal bones for prehistorians, archaeologists, and Quaternary geologists*. Amsterdam: Elsevier Science Publishers
- VALENZUELA-LAMAS, S. (2014) – Mammal remains from the Governor's House (Belém Tower, Lisbon) and Rua dos Correeiros (Baixa, Lisbon) in the context of fish processing factories in Lusitania. In DETRY, C.; DIAS, R. (eds). – *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*. Oxford: Archaeopress, pp. 57–68.

Cartografia

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 390 – Vila Franca de Xira [material cartográfico] / Serviços Cartográficos do Exército – Escala 1: 25000.

Relatórios

- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2008) – Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 08 (Vila Franca de Xira). Município de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2009) – Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 09 (Vila Franca de Xira). Município de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2011) – Relatório da escavação arqueológica do Monte dos Castelinhos 11 (Vila Franca de Xira). Município de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2016) – Projecto PIPA 2014-2018. Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE). Relatório de Escavação Arqueológica – 2015. Município de Vila Franca de Xira. Divisão de Património e Museus.

Taxa	Osso	N.Inv.	Bd	Dd	HTC	BT	SLC	GLI	GL	Bfd	WCM	DEM	WCL	DEL	SD
<i>Capra hircus</i>	AS	82	21,74					36,59							
		328	20,23					30,4							
		493	20,8					31,8							
		654	17,1					28,3							
	UM	55	27,11	22,46	12,13	25,8									
		269	30,48	25,96	13,62	30,37									
		320	27,88	24,45	14,74	27,07									
		398	28,5	23,4	12,4	28,9									
		691	29,8	25,1	13,2	27,1									
		754	30,1	26,3	14,6	29,4									
	Taxa Osso N.Inv. Bd Dd HTC BT														
<i>Capreolus capreolus</i>	UM	454		26,9	20,2	25,1									
Taxa Osso N.Inv. Bd Dd HTC BT SLC GLI GL Bfd WCM DEM WCL DEL SD															
<i>Cervus elaphus</i>	AS	1	29,5					48,47							
		144	27,35					45,92							
		251						48,08							
		364	31,2					49,3							
		417	28,9					47,5							
		596	47,21												
		1065	29,9	25,8					46,1						
		1068	41	26,2					48,7						
		1128	28,3	24,5					46,3						
		1163	31,7	27,7					50,4						
		1182	32,5	29,1					52,1						
	CA	35							87,66						
		75							96,52						
		593							87,06						
		594							80,46						
	ESC	57						37,46							
		211						32,51							
		248						31,43							

➤ Novos dados sobre o urbanismo de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). A campanha de escavações de 2017

JOÃO PIMENTA CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA - CEAX; UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

HENRIQUE MENDES CENTRO DE ESTUDOS ARQUEOLÓGICOS DE VILA FRANCA DE XIRA - CEAX; UNIARQ (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA)

1. Introdução (razões da intervenção)

Desde 2008 o Centro de Estudos Arqueológicos de Vila Franca de Xira (CEAX) tem vindo a desenvolver escavações arqueológicas no sítio de Monte dos Castelinhos, Castanheira do Ribatejo, Vila Franca de Xira. Estes trabalhos inserem-se no âmbito do Projeto de Investigação plurianual de Arqueologia, Monte dos Castelinhos e a romanização do baixo Tejo (MOCRATE), contando com o apoio de dezenas de estudantes das Faculdades de Letras da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Monte dos Castelinhos ocupa um extenso morro calcário que se ergue na antiga confluência do rio Grande da Pipa com as margens do Tejo, a cerca de 88 metros de altitude máxima (Figura 1). As características da sua implantação, com ampla visibilidade e fácil defesa, levam a que a sua localização assuma uma posição geoestratégia assumindo um claro controlo de uma zona de fronteira natural.

Desde o primeiro gizar do projeto de Monte dos Castelinhos, ficou claro que o sítio teria sido ocupado não só no período romano republicano, mas que esta ocupação se teria prolongado ao longo do século I d.C. Esta aceção assentou nas conclusões do estudo das coleções de materiais, resultantes das extensas prospeções aí efetuadas, quer nos anos oitenta, quer mais recentemente em 2008, deixando estas, antever uma ocupação alto-Imperial pelo menos até ao período Flaviano (Pimenta, Mendes e Norton, 2008; Silva, 2012).

Mais recentemente, com o desenvolver das escavações e com o alastrar dos trabalhos de reconhecimento do sítio às suas encostas de menor altimetria, deparámo-nos com evidências atestando uma presença mais tardia de época tardo-romana, sem que seja claro se existe hiatos na presença humana no morro dos Castelinhos. O elemento datante de cronologia mais recente, recolhido em escavação, corresponde, a um fragmento de *terra sigillata* Africana D do Tipo Hayes 59A, datado do século IV/V d.C., (Pimenta et al., 2015). Contudo a este fragmento, teremos ainda, que aduzir os elementos de superfície, recolhidos na base do morro, tais como um conjunto de numismas tardios do qual o mais recente é do Imperador Flavius Gracianus (367-383 d.C.) (Ver Pimenta et Al. 2015), a par de dois fragmentos de bocais de pratos de *sigillata Foceense* Tardia do Tipo Hayes 3, e de um fragmento de um fundo de grande prato de “Derivado de *sigillata* Paleocristã” (DSP). **FIG. 1**

Apesar destes indícios, as diversas campanhas de escavação efetuadas, não lograram atestar de forma contundente essa ocupação.

Objetivamente, as leituras estratigráficas, permitem afirmar de forma clara a relevância do sítio em época romana republicana, com duas distintas fases de ocupação e com nítidos sinais de uma destruição de cariz bélico bem datada da década de 40 a.C. (Pimenta e Mendes,

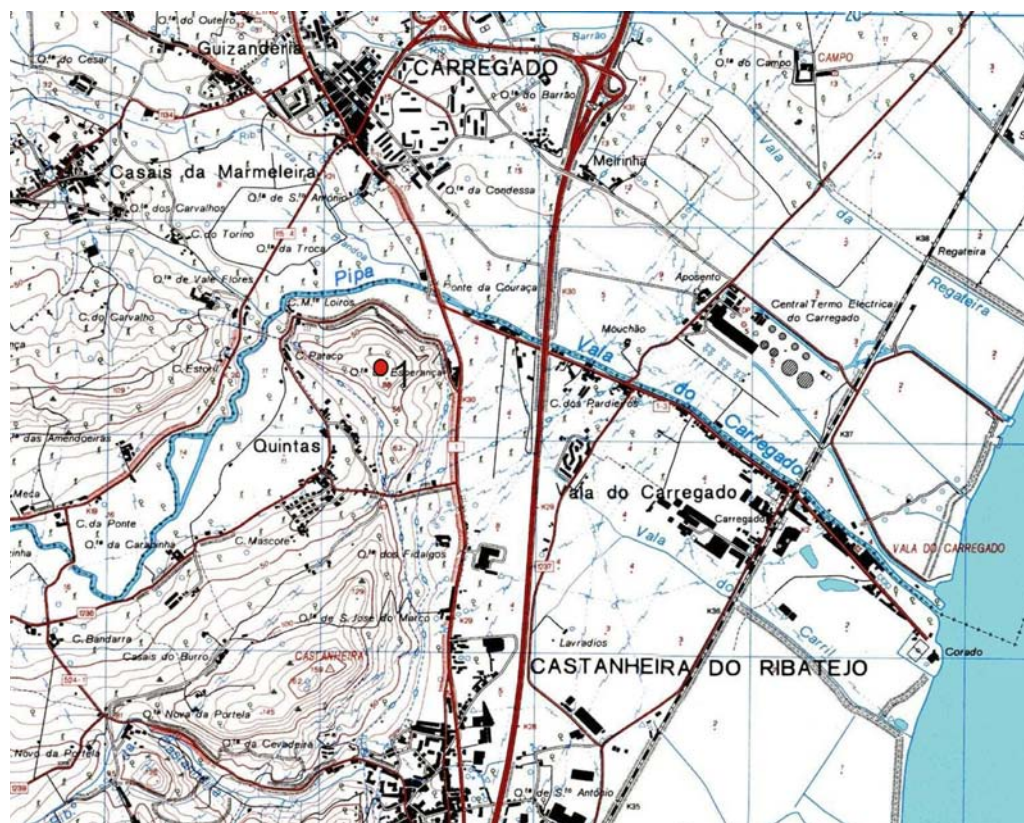


Figura 1
Localização do Monte dos Castelinhos na Carta Militar 1: 25.000.

2014). Na área da Sondagem 4 e 5, é clara a leitura de que após o colapso das estruturas edificadas da Fase 2, este conjunto não foi reerguido. Contudo, estão presentes estratigraficamente diversas interfaces, interpretados como, valas de roubo de pedra, e datadas pela presença de fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico, de inícios do século I d.C.

Um dos objetivos da presente campanha era precisamente o de iniciar uma nova área de Sondagem com o objetivo de tentar obter resultados que atestassem estas ocupações posteriores.

Tendo em conta, os vestígios de superfície, indicadores de uma cronologia mais avançada centrada no século I d.C., nomeadamente uma concentração de fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico e Sudgálica em uma área bem definida da encosta ocupado por olival decidiu-se em 2016 abrir uma nova área de Sondagem, a N.º 8 (ver figura 3).

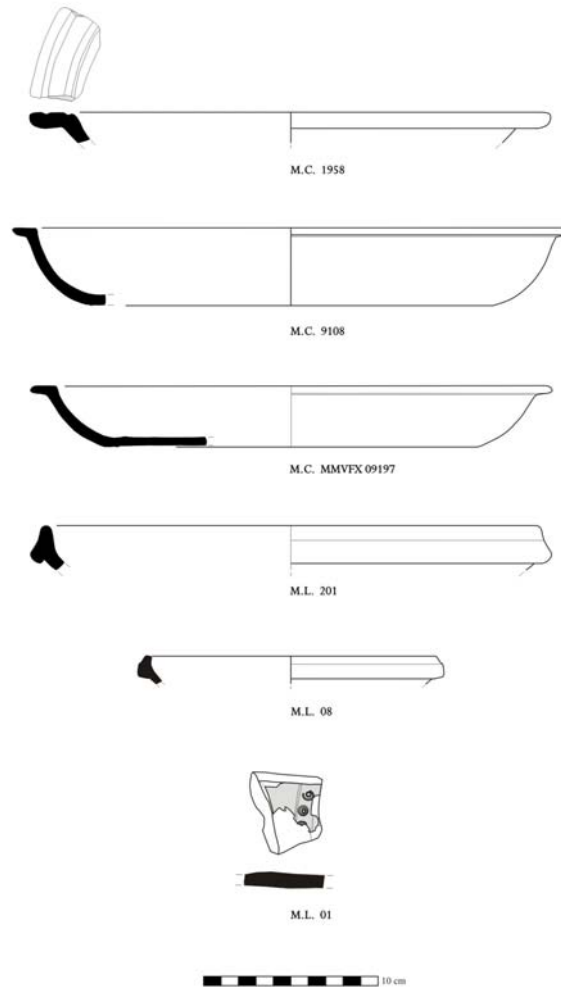
1.1. Sondagem 8

Ao contrário do que esperávamos à partida, esta zona, revelou-se bastante profícua com contextos e estruturas bem preservados. Ao iniciarmos os trabalhos de escavação, a área a intervir encontrava-se densamente ocupada por tojos e mato, o que se traduzia em uma situação impraticável para a realização dos trabalhos arqueológicos. Perante os objetivos a atingir, decidiu-se e acordou-se com os proprietários do terreno da Quinta da Marquesa, limpar uma ampla área bem delimitada no terreno. Uma vez concluída esta fase, efetuaram-se trabalhos de topografia para levantamento das curvas de nível da encosta e montou-se a quadrícula da área a intervir orientando-a ao norte geográfico.

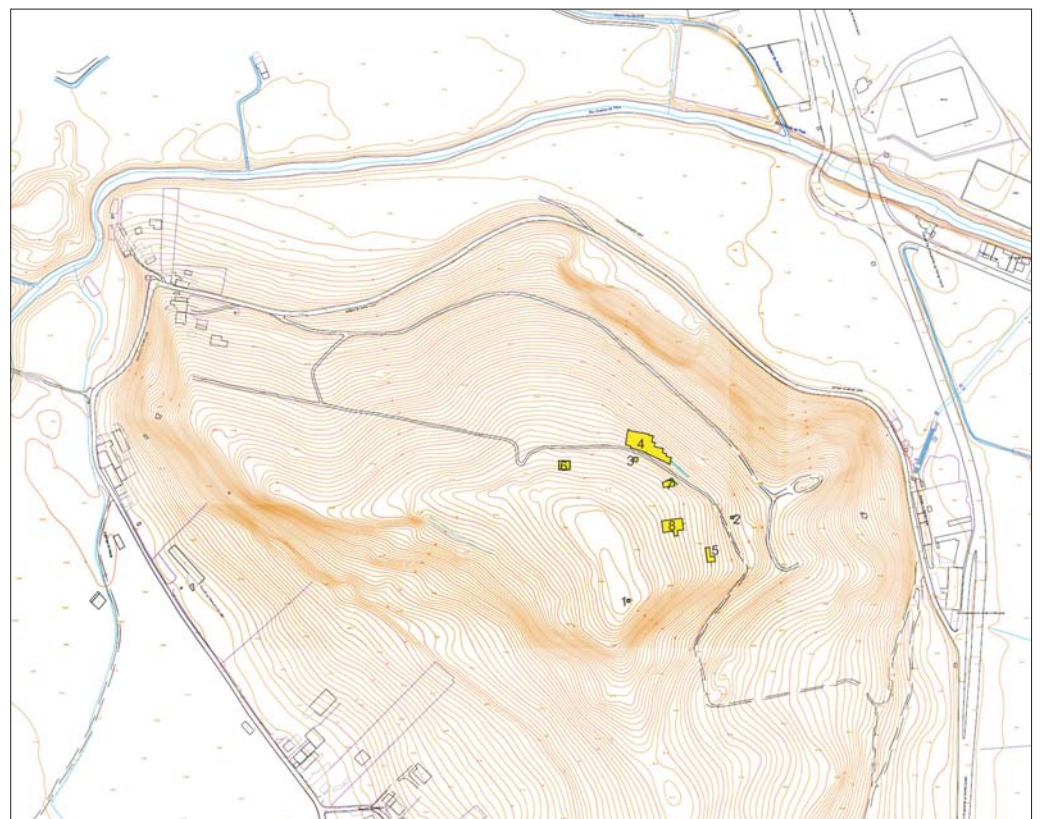
Ao iniciar-se os trabalhos de escavação, deparámo-nos ao remover os níveis do coberto vegetal, UE [0], com uma clara abundância de materiais romanos, em particular cerâmica

Figura 2

Fragmentos que atestam uma ocupação da antiguidade tardia no sopé de Monte dos Castelinhos, sítio de Ponte da Couraça: MC 1958 - Prato de *Terra Sigillata* Clara D do Tipo Hayes 58A; MC 9108 e MC MMVFX 09197 Prato de *Terra Sigillata* Clara D do Tipo Hayes 58B; MC 201 e MC 2 - fragmentos de taças de *Terra Sigillata Foceense* tardia da forma Hayes 3C e 3F/G. MC 01 - fragmento de fundo de prato de cerâmica cinzenta estampada dita "*Dérivée de Sigillé Paléochrétienne*" ou DSP.

**Figura 3**

Levantamento topográfico do Monte dos Castelinhos com a localização das áreas de Sondagens.



de construção e de cobertura (tégulas e ímbrices). Este nível composto, pela UE [64], caracterizava-se por um sedimento arenoargiloso de tom castanho-escuro, medianamente compacta, sendo composto por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de argamassa branca, raízes e carvões. O espólio é abundante, constituído por fragmentos de cerâmica comum, bojos e bordos de ânforas, fragmentos de campaniense e de *terra Sigillata* de tipo Itálico, a par de alguns elementos mais recentes tais como cerâmica vidrada melada e alguns fragmentos de faiança dos séculos XVIII e XIX. Destaca-se neste nível a recolha de uma glande de chumbo.

O evoluir da escavação, permitiu verificar, que esta unidade corresponde a um estrato de progressivo abandono e erosão deste sector do povoado, bastante perturbado por trabalhos agrícolas.

A escavação deste nível revelou uma maior complexidade estratigráfica e estrutural. De facto, logo após a sua remoção começou-se a vislumbrar diversas estruturas pétreas correspondendo a diversos compartimentos e aparentemente a uma área de circulação (Ambiente 40) datados de época romana (ver figura 4 e 5). Do ponto de vista metodológico, achou-se pertinente registar em área os níveis de abandono e colapso destas estruturas, assim sendo tentou-se remover progressivamente os níveis de abandono deixando os níveis de derrube das estruturas. Estas leituras sincrónicas permitiram registar dois amplos interfaces que cortam este urbanismo de cariz regular, UE [356] e [367].

A UE [356], corresponde a vala de implantação de uma oliveira, que corta a estratigrafia e as estruturas de época romana (ver figura 4). Encontrava-se preenchido pela UE [354]. A escavação desta unidade revelou um espólio escasso e heterógeno. Surge material romano a par de fragmentos de faianças do século XIX e elementos metálicos tipo arame (figura 6).

A UE [367], corresponde a uma ampla estrutura negativa que corta diversas estruturas e unidades pré-existentes, ver figura 4 e 8.

Ao iniciarmos a sua definição em plano, esta encontrava-se preenchida pela UE [368]. Correspondendo a uma camada arenosa de tom castanho-escuro, grão fino, medianamente solta. Composto por pedras de pequeno e médio calibre. A sua escavação revelou-se parca em espólio, surgindo apenas materiais de construção, como tégulas e ímbrices a par de alguns bojos de ânforas do vale do Guadalquivir, da bética costeira, assim como fragmentos de cerâmica comum. Não temos assim uma cronologia clara para a formação deste nível, que apenas podemos situar dentro do período romano. Esta unidade cobre três estruturas UE [389], [394] e [432], ver figura 7 e 8. Correspondendo, respetivamente ao alicerce de dois muros que deveriam fazer ângulo reto e à base em argamassa possivelmente de uma coluna ou pilar, ver figura 8. Não é claro de que tipo ou qual a funcionalidade deste espaço, visto que este se desenvolve para fora da área intervencionada. Contudo, verifica-se que este compartimento é construído no fundo desta ampla vala, diretamente sobre o substrato geológico, que aliás é utilizado como pavimento.

Associado a estas estruturas identificou-se a UE [393]. Trata-se de uma camada argilosa de tom castanho esverdeado muito homogénea, grão fino, medianamente compacta, composta por pedras de pequeno calibre, nódulos de argila. O espólio é escasso, destacando-se a recolha de um bordo de Lamboglia 5 em Campaniense B, uma imitação da mesma forma em cerâmica cinzenta e um fragmento de fundo de forma indeterminada de *terra sigillata* de tipo itálico. O conjunto de ânforas é assaz numeroso, composto por vinte e um fragmentos classificáveis, (8 NMI).

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	Dressel 7-11	2	1	8
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Dressel 20 Augustanas	8	3	
		Haltern 70	8	3	
		Urceus	3	1	

Tendo presente o conjunto de cerâmicas finas e de ânforas pode-se enquadrar com alguma segurança o espólio desta unidade em meados da primeira metade do século I d.C..

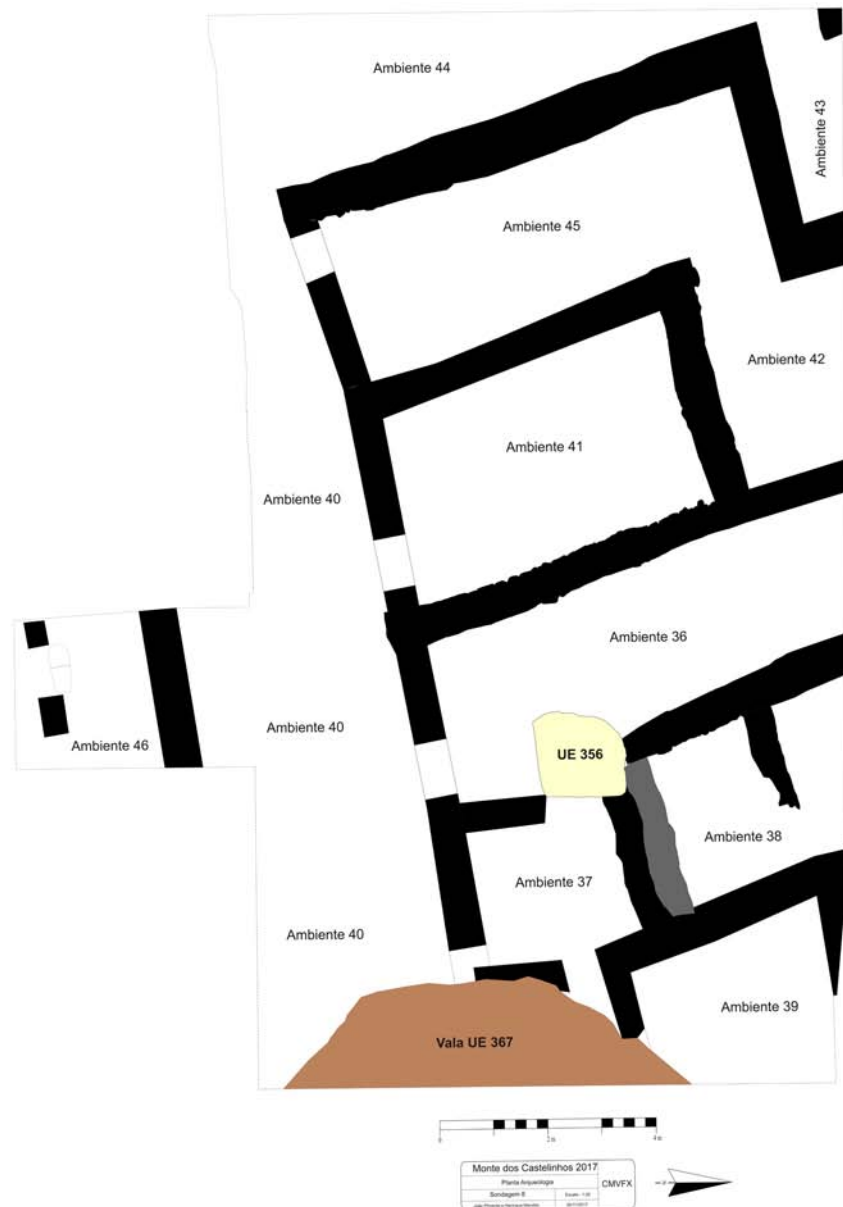


Figura 4
Planta parcial da área de Sondagem 8, com a denominação dos diversos ambientes identificados. Assim como com os dois interfaces que cortam este urbanismo UE 356 e UE 367.



5



6

Figura 5
Vista geral do início da intervenção na área de Sondagem 8.

Figura 6
Estrutura negativa UE [356] e consequente destruição de estruturas no ambiente 36.

Uma vez escavados estes dois interfaces, iniciou-se a escavação por ambientes dos edifícios colocados a descoberto. Estes foram numerados de forma sequencial de acordo com a ordem em que foram sendo definidos.

O Ambiente 37 corresponde a um pequeno compartimento que se encontra seccionado pela vala UE [367], ver figura 4 e 8. Apresenta planta grosseiramente quadrangular, definido



Figura 7
Estrutura negativa UE [367] e consequente destruição de estruturas no ambiente 36.

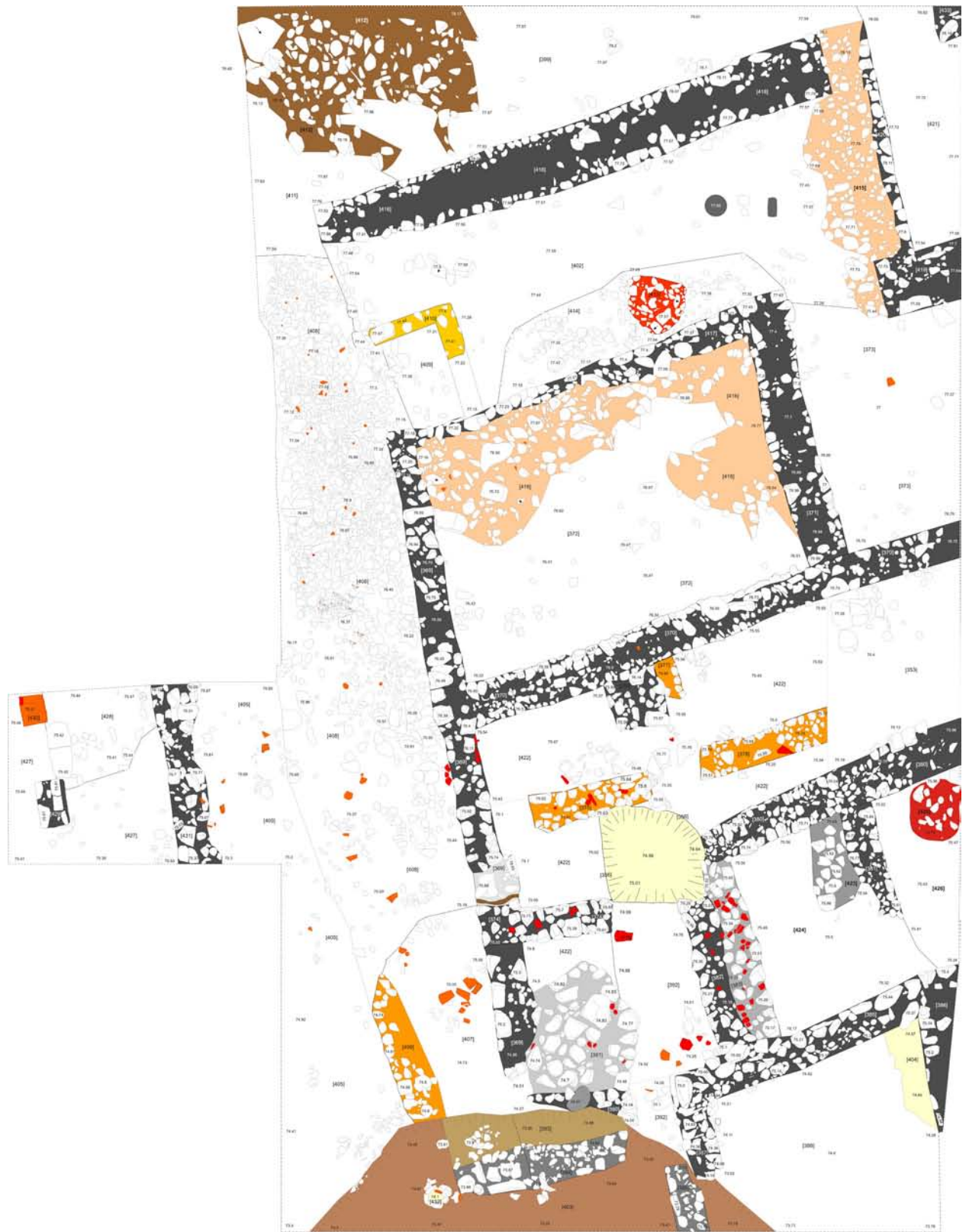
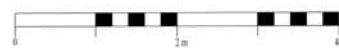


Figura 8
Planta final da área de
Sondagem 8.



Monte dos Castelinhos 2017		CMVFX
Planta Arqueológica		
Sondagem 8	Escala - 1:20	
Júlio Pinheiro e Henrique Moreira		3/05/2017



pela UE [369], UE [374], UE [382] e UE [390]. Evidencia 2,70 metros de comprimento por 2,50 metros de largura, correspondendo a 6,75 metros quadrados de área. Apesar do seu estado de preservação parece que este ambiente evidencia duas aberturas, comunicando quer com o Ambiente 36, quer com a área que não chegou até nós e que foi cortada pela vala UE [367].

Uma vez removido o nível UE [64], identificou-se no interior deste compartimento uma nova unidade a UE [355], que o preenchia de forma homogênea e que cobria o pavimento em lajes, UE [391]. Individualizou-se como uma camada areno argilosa de tom castanho claro. Grão fino, medianamente compacta. Composta por pedras de pequeno médio calibre, nódulos de carvão e grandes fragmentos de tégulas.

Nesta unidade recolheram-se cinco fragmentos de *terra tigillata* de tipo Itálico, nomeadamente três bojos e dois bocais, correspondendo estes a dois grandes pratos das formas 11 e 12 do *Conspectus* (Ettlinger, et al., 1990).

A nível das ânforas surgiram doze fragmentos, (5 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	Dressel 7-11	2	1	5
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Dressel 20 Augustanas	2	1	
		Haltern 70	8	3	

A cerâmica comum está representada por diversos fragmentos de panelas fragmentados em conexão. Recolheu-se ainda um cochoiro.

A par do pavimento em lajes calcárias, UE [391], (ver figura 9), colocou-se a descoberto a unidade [392]. Correspondendo esta a uma camada argilosa de tom castanho esverdeado, grão fino, compacta, composta por pedras de pequeno calibre e nódulos de argila. Por uma questão de preservação do conjunto a descoberto, esta unidade não foi escavada.

O Ambiente 38 evidencia planta retangular, sendo definido pelas paredes UE [382], UE [380], UE [385], não sendo claro qual o seu limite a Norte, ver figura 4 e 8. Apresenta na área preservada 4,40 metros de comprimento por 2,90 metros de largura, correspondendo a 12,76 metros quadrados de área, (figura 10).

Figura 9
Vista geral do
Ambiente 37.

Figura 10
Vista geral do
Ambiente 38.



Apesar de a sua escavação ainda não estar concluída, resulta evidente que este compartimento foi seccionado na última fase, sendo dividido ao meio pela parede UE [381], em dois compartimentos de menor dimensão. Parece corresponder a esta reformulação do espaço, o espessamento interno que o compartimento evidencia a Sul através da adição da parede UE [383].

Uma vez removido o nível de abandono UE [64], identificou-se no interior deste compartimento uma nova unidade a UE [361]. Nível que interpretamos como de derrube, essencialmente composto por blocos pétreos de média e grande dimensão a par de tégulas. Neste nível em que as cerâmicas finas estão ausentes, recolheu-se um pequeno conjunto de cinco fragmentos de ânforas (4 NMI), correspondendo respetivamente a dois bordos e uma asa de Haltern 70 do Guadalquivir; um colo com arranque de asa de Dressel 7/11 da Bética costeira e um bordo de Ovíde Lusitana. Entre a cerâmica comum, destaca-se um invulgar cantil em cerâmica comum, importado da província da Bética, fragmentado em conexão (ver figura 49, peça n.º 7294). Entre os metais sobressai a presença de uma glande de chumbo.

Sob este nível identificou-se a UE [362]. Camada areno argilosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta, composta por pedras de pequeno calibre, nódulos de argila, carvão e fragmentos de tégulas. O espólio é escasso encontrando-se igualmente ausentes as cerâmicas finas. As ânforas estão atestadas pela presença de quatro fragmentos classificáveis (3 NMI), correspondendo a dois bordos e uma asa de Haltern 70 do Guadalquivir, e um fragmento de ânfora de tipologia indeterminada da Bética costeira.

Esta unidade cobria o pavimento deste compartimento. Este chegou até nós em mau estado, sendo composto por lajes calcárias dispostas horizontalmente, UE [391], que só se encontravam bem preservadas junto ao muro, UE [381]. Do lado oposto registou-se uma área de combustão, UE [425], composta por uma estrutura circular em pedra.

Por uma questão de cronograma, não se concluiu a escavação deste compartimento. Tendo-se deixado por escavar as unidades onde esta realidade assentava e que parecem corresponder a uma fase prévia, UE [424] e [426].



Figura 11
Vista geral do
Ambiente 39.

O Ambiente 39 corresponde a um amplo compartimento de forma quadrangular que se encontra em parte seccionado pela vala UE [367], ver figura 4 e 8. É definido pelas paredes UE [385], UE [386] e UE [387], desenvolvendo-se o seu limite a Este para fora da área intervencionada. No espaço preservado, apresenta 3,60 metros de comprimento por 3,20 metros de largura, correspondendo a 11,52 metros quadrados de área, (figura 11).

Ao remover-se o nível UE [64], verificou-se que neste compartimento esta unidade afetou a estratigrafia quase por completo até aos níveis de base geológico UE [388]. Apenas se preservou a estratigrafia junto às paredes UE [385] e [386]. Aí identificou-se um extenso e compacto derrube, UE [384]. Nível essencialmente constituído por blocos calcários de média e grande dimensão e tégulas. Derrube do muro UE [385]. A sua escavação foi parca em espólio. Destaca-se a recolha de uma fíbula em bronze do tipo Aucissa em excelente estado de conservação.

Este nível assenta diretamente sobre o pavimento UE [404]. Nível de argamassa branca em muito mau estado, que foi aplicado sobre o próprio substrato geológico, UE [388], que foi afeiçoado e regularizado para o efeito.

O Ambiente 36 corresponde a um compartimento de forma retangular que se encontra em parte seccionado pela vala UE [356], ver figura 4 e 8. É definido pelas paredes UE [370], UE [369], UE [374] e UE [380]. Não é claro qual o seu limite para Norte, visto desenvolver-se para fora da área intervencionada. Apresenta dois vãos de comunicação. Um a Sul voltado à Rua Ambiente 40 e outro a Este para o Ambiente 37. No espaço preservado, apresenta 8,40 metros de comprimento por 2,60 metros de largura, correspondendo a 21,84 metros quadrados de área, (figura 12 e 13).

Ao remover-se o nível, UE [64], colocou-se a descoberto um extenso derrube que ocupa todo este Ambiente, a UE [353]. Corresponde a uma camada homogénea de matriz argiloarenosa de tom castanho, grão fino, medianamente compacta. Composta essencialmente por pedras de grande e médio calibre a par de grande quantidade de tégulas, parece corresponder ao colapso das paredes deste compartimento (ver figura 13).

O espólio é assaz abundante, sendo constituído essencialmente por cerâmica comum em que se destaca a presença de grandes contentores de armazenamento. As cerâmicas finas encontram-se atestadas pela presença de dez fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico. Identificando-se estes como sete fragmentos de parede, dois bordos um da forma 18 e outro de um grande prato da forma 11 do *Conspectus* (Ettlinger, et al., 1990), e um fundo com marca. Este evidencia a marca NAEVIVS, gravada numa cartela quadrangular, com paralelos em OCK.1231, com um fabrico nas oficinas de Pisa/Lyon e uma datação entre 1 e 20 d.C. (Oxé, et al, 2000, p. 296).

O conjunto de ânforas identificado é numeroso, composto por trinta e nove fragmentos classificáveis (21 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	T-7.4.3.3.	1	1	21
		Dressel 7-11	12	7	
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Ovóide 1	1	1	
		Ovóide 4	3	3	
		Oberaden 83	3	1	
		Haltern 70	11	4	
	Península itálica	Dressel 1	1	1	
	Tejo/Sado	Ovóide Lusitana	7	3	

Por último a nível dos metais destaca-se a recolha de uma fíbula em liga de cobre do tipo *Nauheim*.

Sobre esta unidade detetou-se uma nova estrutura, a UE [376], assim como o pavimento deste ambiente a, UE [357] e [395]. Começando pela estrutura UE [376], esta corresponde ao alicerce em alvenaria de um muro que definiria o espaço no interior deste compartimento. Em relação ao pavimento, tal como já vimos no Ambiente 37 e 38, também este espaço teve um pavimento pétreo, assumindo aqui a forma de calçada muito sólida constituída por grandes blocos calcários. Ainda que no extremo norte deste Ambiente o pavimento em calçada desapareça, mantendo-se apenas um piso em terra batida, UE [395].

Por uma questão de leitura estratigráfica decidimos desmontar este pavimento, quer para obter dados sobre a sua cronologia, quer para comprovar a existência de estruturas e estratigrafia de uma fase mais recuada e que pareciam estar a emergir. De facto, no próprio nível de pavimento de calçada, UE [357], parecia ver-se nitidamente a existência de uma parede anterior que afeiçoada foi utilizada no próprio pavimento.

Ao desmontar-se este pavimento, recolheu-se alguns materiais datantes, reutilizados na sua construção, nomeadamente um bocal e uma asa de ânfora Haltern 70 do vale do Guadalquivir.

Ao levantar-se o pavimento, comprovou-se a existência de pré-existências, tendo-se revelado uma ampla parede UE [375] e [376], com uma orientação Norte/Sul e uma outra que faz ângulo reto com esta, UE [377]. Estas estruturas assim como as unidades associadas a elas UE [358], [359] e [379], encontram-se afetadas pela construção das estruturas romanas que lhe sucedem sendo claramente de fases distintas.

Após a sua cuidada limpeza e raspagem, efetuou-se um registo destas novas realidades. Mais uma vez, tendo em conta a necessidade de se clarificar a cronologia decidimos escavar estas unidades.

A Oeste da parede UE [375] e [376], identificou-se a unidade UE [359]. Corresponde a um nível arenoargilosa de tom castanho-escuro. Grão fino, medianamente compacta. Composto por pedras de pequeno, médio calibre, fragmentos de lateres, tégulas, cerâmica comum. As cerâmicas finas encontram-se atestadas pela presença de cerâmica de verniz negro do tipo Campaniense B Calena, e *terra sigillata* de tipo Itálico. Entre esta individualizaram-se três fragmentos: uma parede e dois bordos um da forma 7 e outro de um grande prato da forma 12 do Conspectus (Ettlinger, et al., 1990). A nível das ânforas recolheram-se apenas três fragmentos classificáveis, correspondendo a um bocal e duas asas de Haltern 70 do Guadalquivir.

A nível dos metais destaca-se a presença de dois fragmentos de fíbula, uma em ómega e outra de mais problemática classificação.

A Este da parede UE [375] e [376], identificaram-se as unidades UE [358] e [379]. A primeira evidencia sedimento argiloarenosa de tom castanho, grão fino, medianamente compacta. Nível muito homogéneo, composto por pedras de pequeno calibre, cerâmica comum e raízes. Destaca-se a presença de dois fragmentos de bocais de ânfora Haltern 70 do Guadalquivir, e duas imitações de *terra sigillata* de tipo Itálico em cerâmica cinzenta respetivamente da forma 10.1.11 e da forma 14 do Conspectus (Ettlinger, et al., 1990). A UE [379], corresponde a uma camada areno argilosa de tom castanho avermelhado, grão fino, medianamente compacta, composta por pedras de pequeno médio calibre, grandes fragmentos de tégulas e nódulos de carvão. O espólio é escasso, tendo-se identificado um bocal de ânfora Haltern 70, e um fundo de ânfora ovoide Lusitana, a par de fragmentos de cerâmica Campaniense B Calena. Ambas as unidades assentam sobre o nível geológico UE [422].

Figura 12
Vista do final da
escavação do
Ambiente 36.

Figura 13
Pormenor do derrube
pétreo UE [353], que
cobria o Ambiente 36.

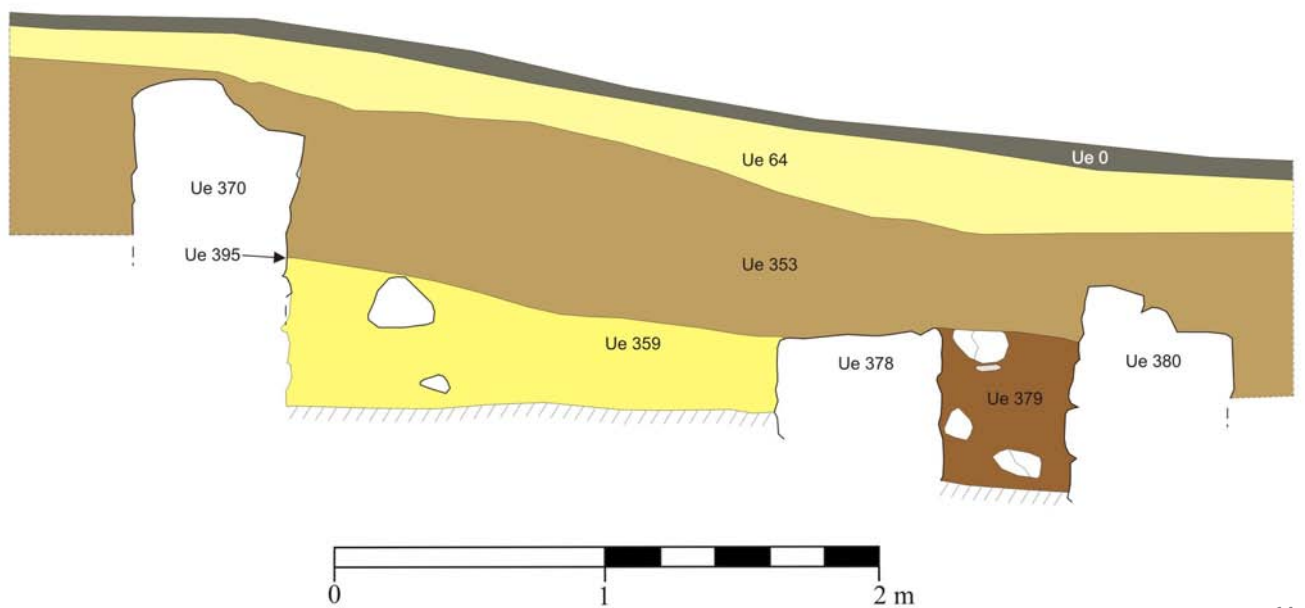
Figura 14
Perfil Norte Ambiente
36 Sondagem 8.



12



13



14

O Ambiente 41 destaca-se pela sua dimensão entre o conjunto arquitetónico colocado até ao momento a descoberto. Este espaço de planta retangular encontra-se definido pelas paredes UE [370], UE [369], UE [417] e UE [371], ver figura 4 e 8. Apresenta um vão de comunicação virada à rua Ambiente 40. Mede 5,70 metros de comprimento por 2,90 metros de largura, correspondendo a 16,53 metros quadrados de área, (ver figura 15).

Ao escavar-se o nível, UE [64], detetou-se um extenso nível de derrube/colapso que ocupa todo este Ambiente, a UE [372] e [416]. Por uma questão de cronograma não foi possível a conclusão da escavação destas unidades. Procedeu-se apenas á remoção parcial da UE [372], tendo-se verificado que esta cobre parcialmente o derrube pétreo UE [416].

A UE [372], evidencia um sedimento arenoso de tom castanho, grão médio/fino, medianamente compacta, composta por pedras de grande e médio calibre a par de grande quantidade de tégulas. O espólio é assaz abundante, sendo constituído essencialmente por fragmentos de cerâmica comum e de construção. As cerâmicas finas encontram-se bem atestadas, tendo-se recolhido setenta e cinco fragmentos de *terra sigillata*. Sessenta e cinco elementos de tipo Itálico e dez elementos de *terra sigillata* SudGálica.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 7	2	2	25
		Conspectus 8	2	2	
		Conspectus 12	2	2	
		Conspectus 18	4	4	
		Conspectus 22	11	11	
		Conspectus 23	2	2	
		Conspectus 32	1	1	
		Indeterminados Lisos	40		
		Marcas	1	1	
	TSSG	Drag 15/17	2	2	5
		Drag 18/31	2	2	
		Drag. 27	1	1	
		Indeterminados	5		

As ânforas estão igualmente bem representadas por quarenta e cinco fragmentos classificáveis (28 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	T-7.4.3.3.	1	1	28
		Dressel 7-11	5	5	
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Ovóide 4	1	1	
		Ovóide 6	2	2	
		Oberaden 83	6	6	
		Dressel 20 Augustana	4	2	
		Haltern 70	19	7	
	Mediterrâneo Oriental	Ródia	1	1	
	Tejo/Sado	Ovoide Lusitana	7	3	



Figura 15
Vista aérea do
Ambiente 41.

Entre os metais destaca-se a recolha de três numismas em bronze, contudo de momento não é possível a sua classificação pois encontram-se em fase de tratamento laboratorial.

Esta unidade como referimos, cobre o derrube UE [416]. Sendo este essencialmente composto por blocos pétreos de média e grande dimensão, correspondendo ao derrube das paredes deste compartimento. Este nível ficou por escavar por questões de cronograma da intervenção.

O Ambiente 42 encontra-se definido pelas paredes UE [371], UE [370] e UE [419], desenvolvendo-se para fora da área intervencionada ver figura 4, 8, 16 e 17. Apresenta um vão de comunicação virada ao Ambiente 45. Mede 2,80 metros de comprimento por 2,90 metros de largura, correspondendo a 8,12 metros quadrados de área.

Este ambiente encontra-se ainda por escavar. Tendo-se apenas colocado a descoberto e raspado a UE [373], que cobre de forma homogênea esta área. Trata-se de uma camada arenoargilosa de tom castanho, grão fino, medianamente compacta. Composta por pedras de pequeno e médio calibre. Apesar de não estar concluída a escavação, o espólio é abundante, sendo constituído por fragmentos de ânforas Lusitanas quebrados em conexão e ânforas do vale do Guadalquivir (dois fragmentos de bocal de Haltern 70). As cerâmicas finas encontram-se atestadas pela presença de doze fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico: tendo sido apenas possível a classificação formal de um exemplar, um bocal da forma 22 do *Conspectus* (Ettlinger, et al., 1990); sendo os restantes paredes e fundos. Destaca-se a presença de dois fragmentos de fundo com marca.

O Ambiente 43 foi apenas vislumbrado na presente campanha, tendo sido identificado no extremo noroeste da área intervencionada, ver figura 4 e 8. É composto pelas paredes UE [419], UE [420] e UE [419], desenvolvendo-se para fora da área intervencionada. Apresenta um vão de comunicação virada ao Ambiente 44. Mede 1,50 metros de comprimento por 3,10 metros de largura, correspondendo a 4,65 metros quadrados de área, (ver figura 18).

Ao remover-se o nível, UE [64], colocou-se a descoberto um nível que ocupa todo este Ambiente, a UE [397]. Esta unidade evidencia um sedimento arenoso de tom castanho acin-



16



17

zentado ou mesmo cinzento, grão fino, medianamente compacta, composta essencialmente por cinzas e carvões, pedras de pequeno e médio calibre e raízes. O espólio é escasso, surgindo apenas diversos fragmentos com colagem de uma tampa em cerâmica comum. Cobre o pavimento, composto por margas intencionalmente compactadas, UE [421].

O Ambiente 45 é definido pelas paredes UE [417], UE [420] e UE [418], ver figura 4 e 8. Apresenta dois vãos de comunicação, um voltado à rua Ambiente 40 e outro ligando com o Ambiente 42. Mede 8,60 metros de comprimento por 2,70 metros de largura, correspondendo a 23,22 metros quadrados de área, (ver figura 19 a 22).

Ao remover-se o nível, UE [64], detetou-se um extenso nível de derrube/colapso que ocupa todo este Ambiente, a UE [414], [415]. Por uma questão de cronograma não foi possível a conclusão da escavação destas unidades. Procedeu-se apenas á remoção parcial da UE [414], tendo-se verificado que esta cobre parcialmente o nível UE [402].

Esta nova unidade caracteriza-se por um sedimento argiloarenosa de tom castanho, grão médio/fino, medianamente compacta, composta por nódulos de argila amarela, pedras de pequeno calibre e raízes, abundantes fragmentos de tégulas, cerâmica e ânforas. Apesar de ainda não totalmente escavada, destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de trinta e dois fragmentos.

Figura 16
Trabalhos de escavação no Ambiente 42.

Figura 17
Pormenor de mó em granito reutilizada no muro ambiente 42.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 11	1	1	14
		Conspectus 12	1	1	
		Conspectus 13	1	1	
		Conspectus 14	1	1	
		Conspectus 15	2	2	
		Conspectus 19	1	1	
		Conspectus 22	6	6	
		Indeterminados Lisos	18		
		Marcas	1	1	



Figura 18
Ambiente 43.

As ânforas encontram-se presentes, tendo sido possível classificar nove fragmentos (5 NMI): Um bordo e duas asas de Oberaden 83 e quatro bocais, duas asas e um fundo de Haltern 70.

Por último sobressai entre o espólio recolhido nesta unidade a recolha de duas mós em granito, ver pormenor da sua localização nos níveis de abandono deste ambiente na planta representada na figura 8.

Junto á área de entrada virada à rua, Ambiente 40, detetou-se sob o nível de abandono UE [64], uma estrutura em argamassa, UE [410], ver figura 4 e 8. Esta construção, apesar de ainda não estar completamente definida em planta parece corresponder a um pequeno

tanque que ladearia a entrada neste compartimento. O seu interior encontra-se preenchido pela, UE [409], unidade que ficou por escavar para uma próxima campanha.

Aproximadamente a meio do compartimento, e encostado à sua parede Este, identificou-se uma estrutura em pedra de formato circular, UE [413]. Corresponde a uma área de empedrado de uma zona de combustão.

O Ambiente 44 corresponde na nossa interpretação a uma área exterior ao conjunto edificado, possivelmente uma rua, é definido pela parede UE [418], ver figura 4 e 8. Apresenta comunicação com a área de rua que definimos como Ambiente 40. Do interior da área edificada comunica-se para este ambiente através de um vão de porta com o Ambiente 43, figura 23.

Ao levantar-se o nível, UE [64], detetou-se uma maior complexidade estratigráfica neste espaço (ver figura 27). Detetou-se a UE [398], correspondendo a uma camada argiloarenosa de

Figura 19
Trabalhos de escavação no ambiente 45.

Figura 20
Pormenor dos trabalhos de escavação no ambiente 45 e da descoberta de uma mó de granito.

Figura 21
Estrutura em argamassa, UE [410], possível área de tanque.





Figura 22
Vista geral do final dos trabalhos no ambiente 45.

tom castanho-escuro, grão fino, medianamente compacta, constituída por carvões, nódulos de argila vermelha rubefacta e raízes. O espólio é abundante, sendo constituído por fragmentos de ânforas lusitanas quebrados em conexão, ânforas do vale do Guadalquivir, um almofariz bético, cinco fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico e uma Lucerna, figura 24 a 26.

Esta unidade cobria a UE [397] e a UE [399]. A UE [397], corresponde a uma camada que se estende igualmente ao Ambiente 43, de sedimento arenoso de tom castanho acinzentado ou mesmo cinzento, grão fino, medianamente compacta, constituída essencialmente por cinzas e carvões, pedras de pequeno e médio calibre e raízes. O espólio é assaz escasso. Parcialmente sob esta unidade detetou-se a UE [399]. Esta evidencia um sedimento argiloso-arenoso de tom castanho claro, grão fino, medianamente compacta. Composta por nódulos de argila amarela, pedras de pequeno calibre e raízes. Camada muito homogénea e parca em espólio cerâmico. Poderá corresponder a um possível derrube de adobes. Surgiu um fragmento de bordo de ânfora Haltern 70, três opérculos de ânfora de produção Lusitana e três fragmentos inclassificáveis de *Terra Sigillata* de tipo Itálico.

Esta unidade cobre um compacto nível de derrube pétreo UE [412], que parece corresponder ao colapso de uma estrutura que deverá existir para fora da área de escavação. Este nível ficou por escavar aguardando futura campanha, figura 23.

O Ambiente 40 corresponde a uma área exterior, que interpretamos como uma rua, com 3,80 metros de largura, sendo definida pela parede UE [369], que corresponde à fachada de um amplo edifício com três portas que comunicam com este espaço e pela parede UE [431], que parece delimitar uma distinta edificação, do qual apenas ainda se vislumbra o espaço que designámos como Ambiente 46, ver figura 4 e 8.

Nesta área a sequência estratigráfica encontrava-se particularmente bem preservada, tendo-se logo identificado após a remoção do nível de superfície UE [0], um nível de ocupação preservado composto pela estrutura UE [364] e pela UE [360].



23

Figura 23

Vista geral do final dos trabalhos no ambiente 44.



24

Figura 24

Fragmento de almofariz identificado na UE [398].



26

Figura 25

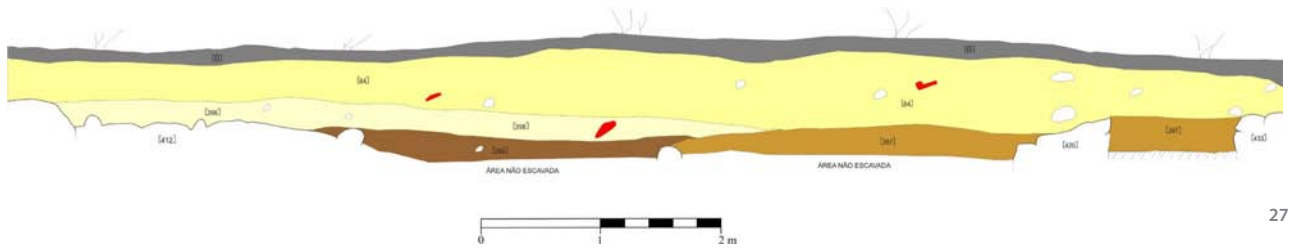
Bocal de ânfora Haltern 70 identificado na UE [398].



25

Figura 26

Testo de ânfora identificado na UE [398].



27



28

Figura 27
Perfil Oeste Ambiente
44 Sondagem 8.

Figura 28
Estrutura de
combustão UE [364],
identificado sobre
o abandono da rua
Ambiente 40.

A UE [364] corresponde a um nível essencialmente composto por argilas alaranjadas denotando evidências de fogo, sedimento de grão fino, compacta, composta por pedras de médio e grande calibre. Apresenta uma ampla dispersão de fragmentos de escória e ferro. A sua escavação apenas evidenciou alguns fragmentos de cerâmica comum. Parece corresponder a uma estrutura de combustão que encostava à parede de fachada UE [369], e que assenta sobre os níveis de abandono da rua, ver figura 28.

Sob esta estrutura individualizou-se a camada UE [360]. Trata-se de um extenso e homogêneo nível de sedimento arenoargilosa de tom castanho-escuro, grão médio, medianamente compacta, composto por pedras de pequeno, médio calibre, nódulos de argila amarela, ossos e raízes. Encosta à estrutura UE [369]. O espólio é assaz abundante, composto por escória de ferro, tégulas, pesos de tear, cerâmica comum de armazenamento, a par de ânforas. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cento e setenta e nove fragmentos, que surge a par de alguma *terra sigillata* Sudgálica, composta esta por onze fragmentos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 4	2	2	22
		Conspectus 12	1	1	
		Conspectus 14	1	1	
		Conspectus 18	7	7	
		Conspectus 19	1	1	
		Conspectus 20	2	2	
		Conspectus 22	7	7	
		Conspectus R10	20	1	
		Indeterminados Lisos	128	0	
		Marcas	10	0	
	TSSG	Ritt 9	1	1	8
		Drag 15/17	3	3	
		Drag 18/31	2	2	
		Drag 27	2	1	
		Drag 33	1	1	
		Indeterminados	2	0	
		Marcas	0	0	

Entre as produções Itálicas, o oleiro melhor atestado é Cneus Ateius com dois vasos, um com paralelo com a marca ATEIVS - OCK. 269 – Pisa, com uma datação entre 5 a.C. e 25 d.C., (Oxé, et al, 2000, p. 121) e outra com paralelo em OCK. 270, com produção em Arezzo, Pisa e em Lyon e com uma datação entre 15 a.C. e 30 d.C., (Oxé, et al, 2000, p. 269). Destaca-se ainda o prato MC 5460, identificado sobre o pavimento da rua, ver figura 32, com a marca C. MURRIVS FELIX *In planta pedis*, com registo idêntico em OCK. 1206 (1) - (Oxé, et al, 2000, p. 290). O início da sua produção encontra-se atestada em Arezzo, com uma datação cerca de 30 d.C. (Sangriso, 2013, p. 207).

O conjunto de ânforas é composto por catorze fragmentos de ânforas classificáveis (6 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	Dressel 7-11	2	1	6
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Dressel 20 Augustana	7	3	
		Halter 70	4	1	
	Tejo/Sado	Ovóide Lusitana	2	1	

Após remover esta unidade deparou-se com uma nova realidade. Esta é composta por um derrube pétreo UE [365], e pelo nível UE [366] que interpretamos como de abandono.

A UE [365], corresponde ao nível de derrube da parede UE [369], essencialmente composto por pedras de pequeno médio e grande calibre. A sua escavação revelou um espólio cerâmico abundante: fragmentos de ânforas, cerâmica comum, *terra sigillata* Itálica, cerâmica

campaniense e tégulas. Encosta à estrutura UE [369]. Assenta sobre a UE [366] e sobre o nível de pavimento UE [408].

Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cento e vinte e oito fragmentos, que surge a par de alguma *terra sigillata* Sudgálica, composta esta por vinte e um fragmentos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Terra sigillata	TSI	Conspectus 14	5	5	24
		Conspectus 18	5	5	
		Conspectus 19	1	1	
		Conspectus 20	2	2	
		Conspectus 22	8	8	
		Conspectus 27	1	1	
		Conspectus 31	1	1	
		Conspectus 32	1	1	
		Indeterminados Lisos	102	0	
		Marcas	2	0	
	TSSG	Drag 15/17	2	1	6
		Drag 18/31	2	2	
		Drag 27	2	2	
		Drag 30	1	1	
Indeterminados		9	0		
Marcas		0	0		

O conjunto de ânforas é composto por noventa fragmentos de ânforas classificáveis (34 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	Dressel 7-11	12	5	34
		Ovóide 1	2	1	
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Ovóide 4	2	1	
		Oberaden 83	3	3	
		Dressel 20 Augustana	20	7	
		Haltern 70	33	10	
		Urceus	3	1	
	Mediterrâneo Oriental	Ródia	1	1	
	Tejo/Sado	Ibero-púnica	2	1	
		Ovóide Lusitana	12	4	

A UE [366], é uma camada arenosa de tom castanho acinzentado, grão fino, medianamente compacta, composta por pedras de pequeno médio e grande calibre. A sua escavação

revelou um espólio cerâmico abundante: Encosta à estrutura UE [369], assenta sobre o nível de pavimento UE [408], sendo cortada pela vala UE [367].

Destaca-se a presença de *terra sigillata* Itálica, num total de vinte e três fragmentos, que surge a par de dois elementos de *terra sigillata* Sudgálica.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 22	2	1	3
		Indeterminados Lisos	19	0	
		Marcas	2	2	
	TSSG	Drag 27	1	1	1
		Indeterminados	1	0	
		Marcas	0	0	

O conjunto de ânforas é composto por trinta e três fragmentos de ânforas classificáveis (16 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Península itálica	Dressel 1	1	1	16
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	Dressel 7-11	2	2	
		Oberaden 83	8	5	
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Haltern 70	9	4	
		Tejo/Sado	Ovóide Lusitana	12	

Por último merece uma ressalva um numisma identificado nesta unidade, diretamente sobre o pavimento da rua, UE [408], ver figura 33. Trata-se de um numisma em bronze do Imperador Augusto com a *Caetra* – RPC 1-4. Cunhada no Noroeste Peninsular durante as Guerras Cântabras datada de cerca de 19 a.C. (Ripollès, et al, 2015).

O pavimento desta rua, UE [408], é construído em calçada seguindo esta o declive do próprio encosta, ver figura 32. Composta por lajes e blocos calcários e de arenito de pequena, média e grande dimensão unidos por um sedimento argiloso, evidenciando significativa robustez.

Na área mais a Oeste deste ambiente o pavimento UE [408], encontra-se ausente, tendo-se identificado sob o nível UE [366], uma ocupação pretérita. Esta é constituída pela parede UE [406], e pelas UE [405] e UE [407], contudo por questões de cronograma não foi ainda possível concluir a sua escavação. Contudo, resulta evidente que esta estrutura e respetivas unidades parecem corresponder em continuidade estrutural com as paredes UE [375], [377] e UE [378], identificadas na escavação em profundidade do Ambiente 36.

O Ambiente 46 corresponde ao interior de outra área edificada da qual apenas é perceptível uma pequena área pouco esclarecedora, ver figura 4 e 8. É definido pela parede UE [431], que parece delimitar a fachada deste edifício e por dois pilares, UE [429] e [430], que parecem delimitar uma área de entrada, ver figura 35 e 36.

A sequência estratigráfica identificada é similar à registada no Ambiente 40. Contudo, sob a UE [366], que cobre toda esta área, identificou-se uma maior complexidade nas relações entre as distintas unidades no interior deste Ambiente, ver figura 37.



29



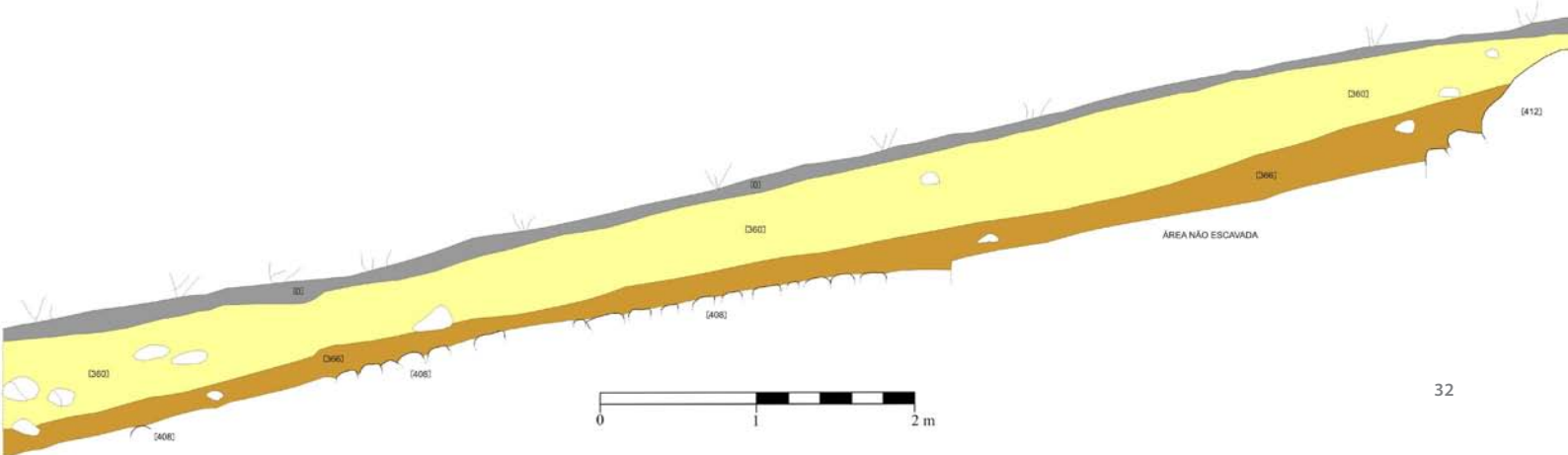
30

Figura 29
Pormenor do pavimento empedrado da rua Ambiente 40.

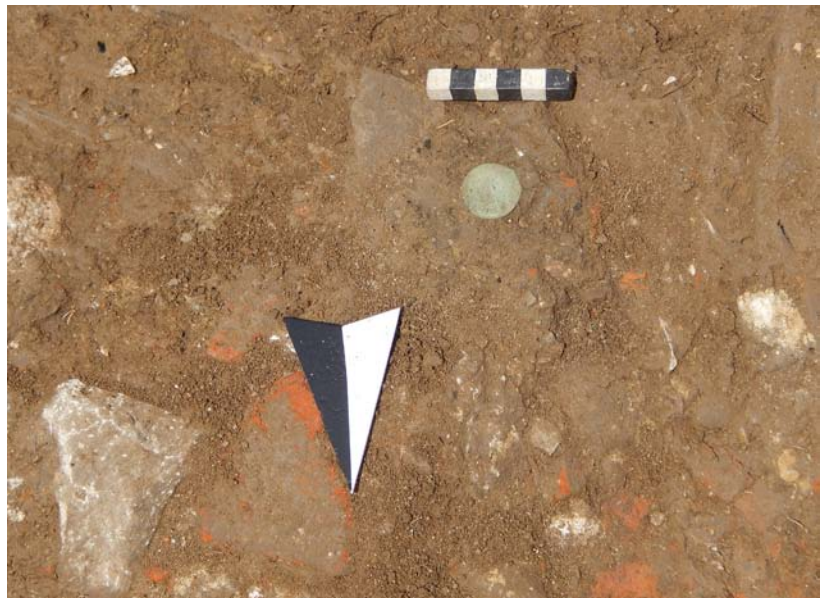
Figura 30
Vista geral do pavimento da rua Ambiente 40.



Figura 31
Perspetiva aérea do
Ambiente 40 e dos
compartimentos
limitrofes.



32



33

Figura 32
Perfil Sul Ambiente 40
Sondagem 8.

Figura 33
Pormenor de
numisma em bronze
do Imperador Augusto
com a Caetra – RPC
1-4, identificado sobre
o pavimento da rua
Ambiente 40.



Figura 34
Pormenor de prato de
Terra Sigillata de tipo
Itálico, identificado
sobre o pavimento da
rua Ambiente 40.

34

A primeira unidade registada e levantada foi a UE [401], trata-se de uma camada arenosa de tom castanho-escuro, grão médio fino, medianamente compacto, composta por abundantes pedras de pequeno calibre e raízes. Esta unidade corta a UE [400] e encosta na estrutura pétrea UE [429]. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cinquenta fragmentos.

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
<i>Terra sigillata</i>	TSI	Conspectus 4	1	1	13
		Conspectus 7	2	2	
		Conspectus 18	3	3	
		Conspectus 20	3	1	
		Conspectus 21	1	1	
		Conspectus 22	5	5	
		Conspectus 31	1	1	
		Indeterminados Lisos	34	0	
		Marcas	0	0	

As ânforas encontram-se representadas por vinte e seis fragmentos classificáveis (14 NMI):

CATEGORIA	ORIGEM	TIPO	FRAGS	NMI	TOTAL NMI
Ânforas	Península itálica	Dressel 1	1	1	14
	Ulterior / Bética (Costa Ocidental)	Dressel 7-11	3	1	
	Ulterior / Bética (V. Guadalquivir)	Ovóide 4	1	1	
		Ovóide 5	1	1	
		Oberaden 83	7	5	
		Haltern 70	9	4	
	Tejo/Sado	Ovóide Lusitana	4	1	

Seguiu-se a UE [400], que se distinguia por ser assaz homogénea e evidenciar um sedimento argiloarenosa de tom castanho esverdeado, grão fino, medianamente compacta. Composta por pedras de pequeno calibre e raízes. Destaca-se a presença de *terra sigillata* de tipo Itálico num total de cinco fragmentos.

Entre as produções de tipo itálico encontramos, dois bocais: um da forma 7 e um da forma 22 do Conspectus (Ettlinger, et al., 1990) a par de três fragmentos de parede.

Entre o espólio destacam-se os bordos de ânfora, nomeadamente um bocal da forma Haltern 70 e outro de uma ânfora da forma Dressel 7/11.

Uma vez removido esta extensa unidade, verificou-se que ela assentava parcialmente sob o pavimento deste ambiente em calçada, UE [429], e sobre laje de soleira existente entre as estruturas que interpretamos como pilar UE [429] e [430], assim como sobre uma nova unidade a UE [427]. Esta caracteriza-se por uma camada arenosa de tom castanho acinzentado. Grão médio fino, compacto, constituída por abundantes pedras de pequeno calibre e cerâmica de construção. Assenta sobre o pavimento, UE [428].

A par desta sequência estratigráfica, junto ao corte Oeste deste Ambiente registaram-se duas unidades que se desenvolvem para fora da área intervencionada, ver perfil estratigráfico representado na figura 9. Correspondem a duas pequenas unidades estratigráficas relacionadas com uma área de combustão, UE [434] e [435].

Por uma questão de cronograma não foi ainda possível concluir a escavação desta área.



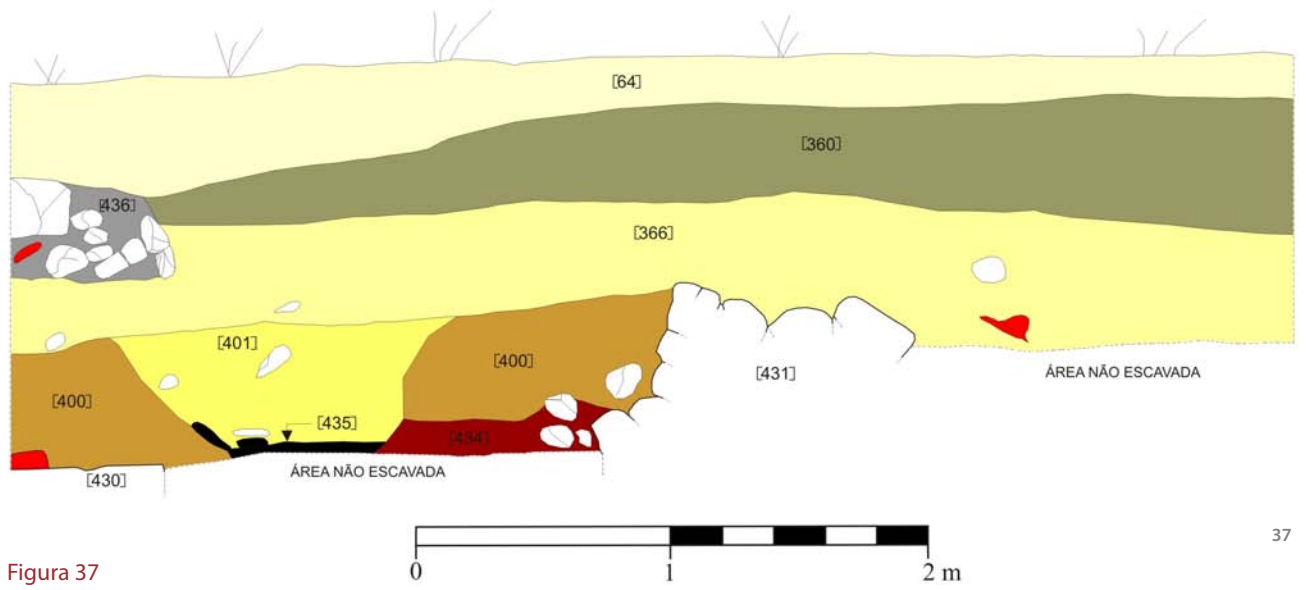
35



Figura 35
Perspetiva do final dos trabalhos de 2017 no Ambiente 46.

Figura 36
Pormenor de laje de soleira identificado no Ambiente 46.

36



37

Figura 37
 Perfil Oeste Ambiente
 46 Sondagem 8.



38

Figura 38
 Vista aérea da
 escavação da
 Sondagem 8.



Figura 39
Outra perspetiva aérea do decorrer
dos trabalhos de escavação da
Sondagem 8, em 2017.

5. Proposta de Faseamento

Apesar das dez campanhas de escavação arqueológica já efetuadas no Monte dos Castelinhos, sempre tivemos bem presente que leituras contundentes e de cariz perentório, num sítio desta dimensão seriam sempre algo precárias. Daí ter-se sempre mantido em aberto algumas hipóteses, nomeadamente a da sua continuidade após o período republicano (Pimenta, 2015).

Como referimos na introdução, um dos objetivos da abertura desta nova área de escavação era indagar as fases mais recentes de ocupação do sítio, nomeadamente a presumível ocupação alto-Imperial. Nesta fase dos trabalhos e ainda que a escavação não esteja concluída temos que admitir que os resultados alcançados excederam as nossas melhores previsões. Não só se detetou níveis preservados, bem datados já dos inícios do Império como estes se encontram associados a um urbanismo distinto do exumado nas Sondagem 4 e 5.

Temos assim na Sondagem 8, associações estratigráficas e estruturais que permitem distinguir três fases de ocupação:

I Fase – Nas zonas, em que foi possível até ao momento escavar em profundidade, identificou-se vestígios de muros e unidades estratigráficas que atestam a existência de uma fase de ocupação que assenta diretamente sobre os níveis geológicos, ver figura 40 e 41.

De momento não é segura a cronologia da sua construção. Os níveis que podemos associar a elas apenas nos permitem aferir a data da sua destruição e desmonte propositado. A presença nos níveis associados a estas estruturas de fragmentos de *terra sigillata* de tipo Itálico das formas 7 e 12 do *Conspectus* e de imitações de *terra sigillata* em cerâmica cinzenta respetivamente das formas 10.1.1. e 12-13 do *Conspectus* (Ettlinger, et al., 1990), a par de algumas imitações de cerâmicas campanienses em pasta cinzenta, destacando-se o fundo de taça possivelmente da forma Lamboglia 28 com decoração impressa em “losango”, típica da fase tardia de produção dos ateliers calenos (Pimenta, Sorria e Mendes, 2014; Soria, 2015), permite-nos propor uma cronologia Augustana para esse momento (ver figura 42).

Contudo, a presença de algum espólio mais antigo nestes níveis, nomeadamente a presença de fragmentos de cerâmica campaniense B, levanta a hipótese de podermos estar, tal como já registado nas Sondagens 4 e 5 do Monte dos Castelinhos, perante urbanismo romano republicano. De facto, as técnicas de construção são assaz idênticas às já conhecidas para esta estação. Poderemos assim, estar perante vestígios de uma alteração urbanística no sítio, em que o urbanismo pré-existente é derrubado e desmontado para dar lugar a um novo desenho.

II Fase – Corresponde a um novo desenho urbano, que se sobrepõe ao pré-existente, e que ainda que mantenha aproximadamente as orientações, reestrutura de forma distinta o espaço, compare-se a planta da figura 41 e a da 43. Tendo em conta os vestígios a descoberto, podemos distinguir claramente dois edifícios, separados por um arruamento com 3,80 metros de largura (ambiente 40). Ainda que não seja contundente, é possível que o Ambiente 44 possa corresponder igualmente a outra área de rua, cruzando com o Ambiente 40 em ângulo reto. O cuidado que detetamos na pavimentação desta rua, com um forte empedrado de disposição regular, revela um cariz urbano que até ao momento não identificamos na fase republicana.

Em relação aos dois edifícios, a informação é desigual. O situado a Norte da Rua, Ambiente 40, parece corresponder a uma ampla habitação, com uma organização complexa e em que diversos compartimentos abrem para a área de rua. Face aos dados da análise dos espólios recolhidos, parece que o Ambiente 36 corresponde a uma área de armazenamento e que o



Figura 40
 Planta simplificada da Sondagem 8, com as estruturas da Fase 1 a laranja e da Fase 2 a negro.

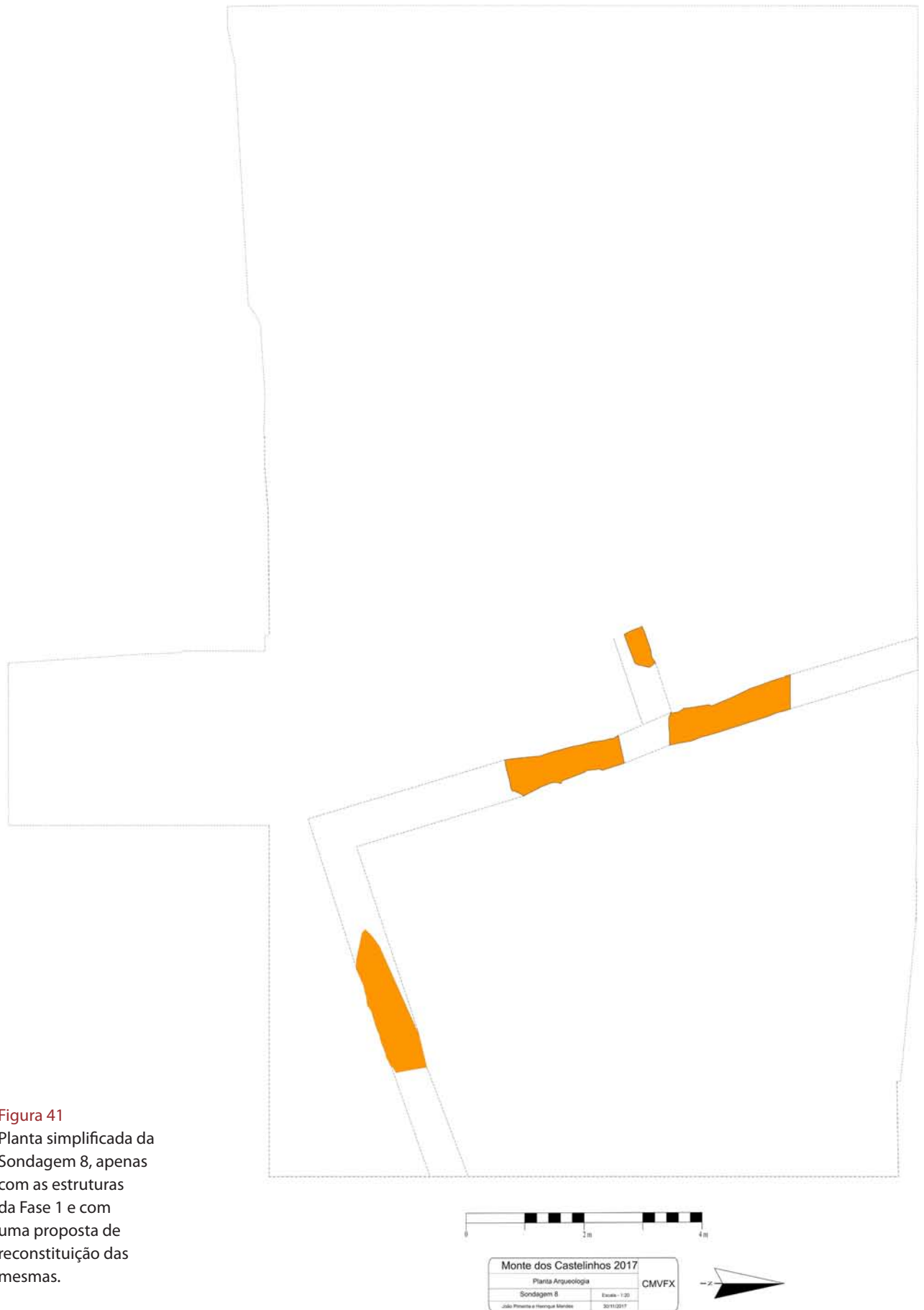


Figura 41
Planta simplificada da Sondagem 8, apenas com as estruturas da Fase 1 e com uma proposta de reconstituição das mesmas.

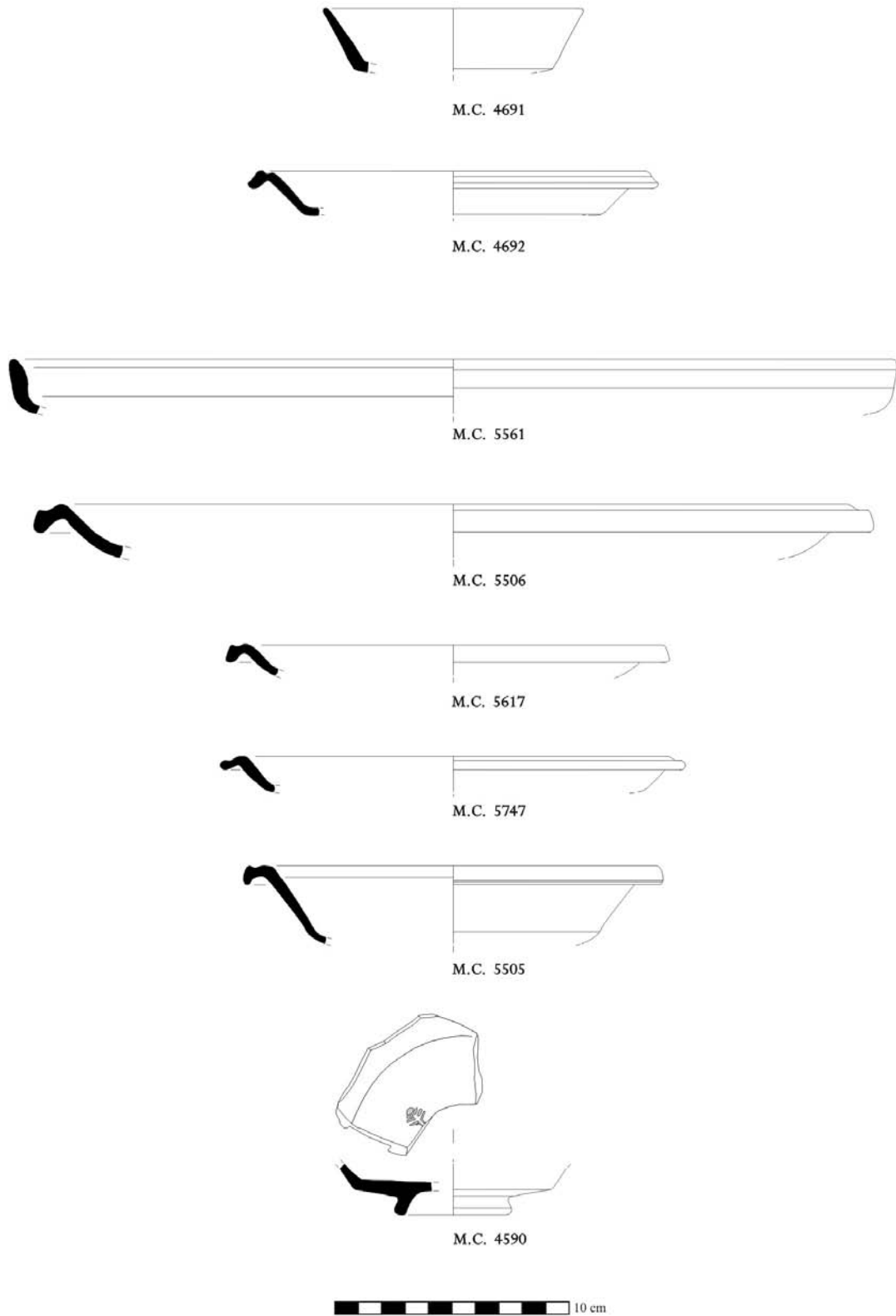


Figura 42

Cerâmicas finas associadas à primeira fase de ocupação detetada na sondagem 8: MC 4691 – Taça em T.S.I. Consp. 7; MC 4692 – Taça em T.S.I. Consp. 12; MC 5561 – Imitação em pasta cinzenta de um prato de campaniense da forma Lamboglia 7; MC 5506 – Imitação em pasta cinzenta da forma Consp. 10; MC 5617, MC 5747, MC 5505 imitações em pasta cinzenta das formas Consp. 12-13; MC 4590 imitação em pasta cinzenta de fundo de taça possivelmente da forma Lamboglia 28 com decoração impressa em “losango”.

Ambiente 45 a uma área multifuncional estando atestada a presença de mós e de uma área de fogo.

Relativo ao edifício situado a Sul da rua, temos pouca informação sobre a sua arquitetura, contudo a presença de dois pilares associados a uma área de entrada ou de degrau, revela alguma complexidade construtiva que apenas começamos a antever.

A datação desta Fase, de momento assenta apenas nas escassas áreas escavadas em profundidade. Contudo, parece sólido atribuir a sua construção ao período Augustano. Temos porém, que sublinhar, que apenas se escavou parcialmente o seu interior, tendo-se por questões metodológicas optado por colocar em área a descoberto os seus níveis de derrube e abandono.

Nos dois ambientes escavados até ao momento, (N.º 36 e 37), recolheram-se espólios coerentes sobre os seus pavimentos. Destaque-se aqui a omnipresença de *terra sigillata* de tipo itálico, estando presente as formas 11, 12 e 18 do *Conspectus*, um grande fundo de pátera com pé da Forma B 1.7 (Ettlinger, et al., 1990), e um pequeno fragmento de fundo com marca. Este evidencia a marca NAEVIVS, gravada numa cartela quadrangular, com paralelos em OCK. 1231. Esta marca encontra-se atestada como de fabrico nas oficinas de Pisa/Lyon e é lhe atribuída uma datação entre 1 e 20 d.C. (Oxé, et al, 2000, p. 296). Nestes níveis encontra-se igualmente bem representado a presença de cerâmicas cinzentas imitando os serviços de verniz negro do tipo Campaniense e de *terra sigillata*, assim como fragmentos de cerâmica Campaniense B, nomeadamente dois bocais de Lamboglia 3. Os exemplares MC 5480 e MC 4726 podem ser interpretados como imitações da forma 2 do *Conspectus*. O fragmento de bocal MC 5851 pode ser uma imitação da forma de campaniense Lamboglia 7 ou da forma 1 do *Conspectus* de *Terra Sigillata*. Os fundos MC 4723, MC 6811, MC 5478, apenas podem ser interpretados como reproduções de grandes páteras que tanto se podem inserir no mundo das Campanienses como da *terra sigillata*. Por último os fragmentos MC 4729, MC 4728 e MC 5644 correspondem a imitações da Forma Lamboglia 2 em cerâmica cinzenta reproduzindo inclusivamente as típicas estampilhas em losango, similares aos já reconhecidos na área da Sondagem 4 em contextos do século I a.C. (Pimenta, Soria e Mendes, 2014), ver figura 44.

Se os dados relativos á cronologia de ocupação deste espaço são ainda relativamente escassos, por não ter sido escavado o interior dos compartimentos. A informação recolhida nos níveis de derrube destas estruturas é assaz abundante, como aliás tentou-se deixar demonstrado na apresentação da estratigrafia. Entre as cerâmicas finas destaca-se a presença esmagadora de *terra sigillata* de tipo Itálico, equivalendo a 90% do conjunto das cerâmicas do tipo *sigillata*, com uma panóplia diversificada das formas Consp. 2, 4, 12, 14, 18, 19, 20 e 22. Destacando-se diversos fragmentos de um cálice da forma *Conspectus* R10 com uma cronologia Tiberiana (Ettlinger, et al., 1990), ver figura 45.

Detetaram-se até ao momento nestes níveis um conjunto de 20 marcas de *Terra Sigillata* Itálica 1. O oleiro melhor atestado é *Cneus Ateius* com dois vasos, um com paralelo com a marca ATEIVS - OCK. 269 - Pisa. Com uma Datação entre 5 a.C. e 25 d.C., (Oxé, et al, 2000, p. 121) e outra com paralelo em OCK. 270, com produção em Arezzo, Pisa e em Lyon e com uma datação entre 15 a.C. e 30 d.C., (Oxé, et al, 2000, p. 269). Destaca-se ainda o prato MC 5460, identificado sobre o pavimento do Ambiente 40 (Rua), com a marca C. MURRIVS FELIX *In planta pedis*, com registo idêntico em OCK. 1206 (1) - (Oxé, et al, 2000, p. 290),

1 Conjunto que se encontra em estudo para apresentação no próximo volume desta Revista pelos signatários em colaboração com Rodrigo Banha da Silva.



Figura 43
Planta simplificada da
Sondagem 8, com as
estruturas da Fase 2.



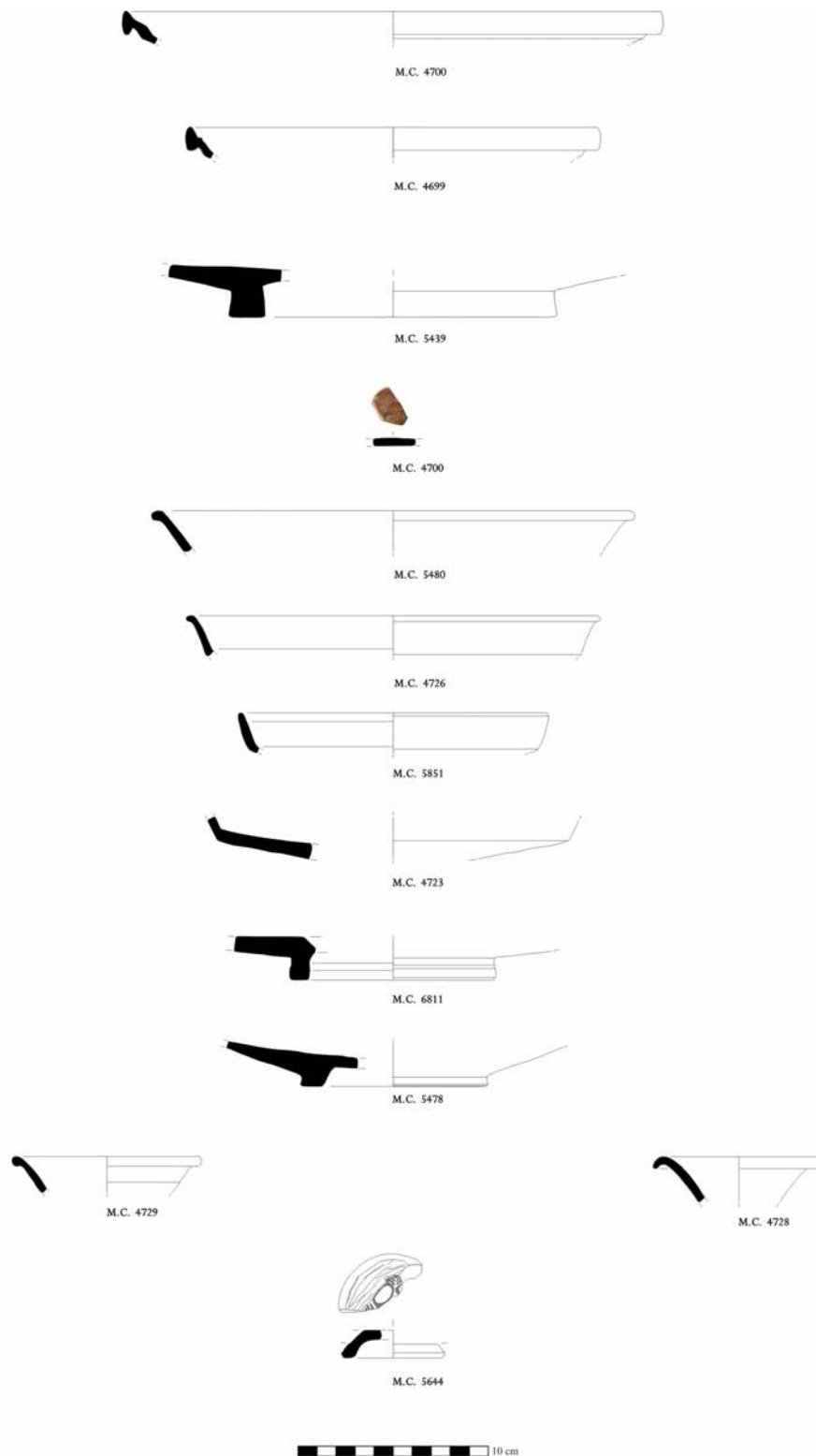


Figura 44

Cerâmicas finas identificadas diretamente sobre os pavimentos da Fase 2: MC 4700 e MC 4699 – Pratos em T.S.I. Consp 12; MC 5439 – grande fundo de pátera com pé da Forma Consp. B 1.7; MC 4700 – Fragmento de fundo de T.S.I. com a marca NAEVIVS; MC 5480 e MC 4726 – Imitações em cerâmica cinzenta da Forma 2 do Conspectus; MC 5851 pode ser uma imitação da forma de campaniense Lamb. 7 ou da forma Consp. 1 de T.S.I.; Os fundos MC 4723, MC 6811, MC 5478, correspondem a grandes páteras de imitação; Os fragmentos MC 4729, MC 4728 e MC 5644 correspondem a imitações da Forma Lamboglia 2 em cerâmica cinzenta.

O início da sua produção encontra-se atestada em Arezzo, com uma datação cerca de 30 d.C. (Sangriso, 2013, p. 207), ver figura 45.

Tendo presente os elementos datantes mais recentes, podemos situar o momento de abandono deste urbanismo, com alguma segurança, dentro do final do período Júlio/Cláudio. Um dos elementos mais assertivos para essa cronologia é a presença de *terra sigillata* Sudgálica (10% do conjunto das cerâmicas do tipo *sigillata*), nomeadamente das formas Drag. 15/17, Drag. 18/31, Drag. 24/25, Drag. 27, Drag. 30, a par da importação de cerâmica de paredes finas de produção Bética de decoração arenosa da Forma Mayet XXXVI. Face a esses elementos podemos situar esse momento de forma mais concreta, na sua terminal deste período, em cerca de 40/60 d.C., ver figura 45 e 46.

Não sendo aqui o lugar para apresentar detalhadamente os espólios, importa porém reter algumas linhas gerais destes contextos de derrube e colapso das estruturas. Estes pautam-se por uma abundância de material de construção, telhas e ímbrices atestando as soluções de cobertura deste conjunto edificado. As unidades são prolíferas em espólios cerâmicos e metálicos atestando o dinamismo comercial dos Castelinhos e o seu ritmo aquisitivo.

O conjunto de cerâmica de paredes finas é assaz representativo nestes níveis, encontrando-se em fase de tratamento e estudo². É interessante ressaltar a ocorrência de exemplares de fabrico que se podem genericamente designar como centro itálicos, das Formas II, VIII C, e XXIII ou XXV de Mayet (1975), coexistindo com as primeiras produções peninsulares dotadas de decoração de granitado arenoso e de provável fabrico Bético da Forma Mayet XXXVII. Se os copos Mayet II, VIII C. evidenciam cronologias que se estendem entre os meados do século I a.C. e Augusto (Ricci, 1985; Arruda e Sousa, 2003), já a taça a que atribuímos ainda que com alguma hesitação uma produção itálica com decoração em barbotina constituída por espinhos da Forma Mayet XXIII ou XXV é já característica do período augustano, e as duas taças de paredes finas da Forma Mayet XXXVII, tem cronologias da época de Tibério-Nero (López Mullor, 2013), ver figura 46.

O conjunto de lucernas encontra-se infelizmente muito fragmentado, não sendo fácil a sua classificação nem a perceção da sua gramática decorativa. Trata-se de produções itálicas genericamente englobadas dentro da designação de Lucernas Imperiais de Volutas. Podendo ser classificadas como da forma Dressel 9 B, com uma cronologia de início de produção em Tibério, alcançando o seu auge em meados do século I d.C. (Pereira, 2014, p. 62-63), ver figura 46.

Um dos grupos cerâmicos mais representativos é sem dúvida o das ânforas, atestando o cariz portuário de Monte dos Castelinhos. Não tendo este trabalho o propósito de desenvolver aprofundadamente esta temática, importa reter por questões de datação as linhas gerais da dinâmica comercial do sítio. Nos níveis em análise recolheu-se cerca de trezentos fragmentos classificáveis de ânfora³:

Dominam de forma esmagadora, tal como na fase republicana do sítio, os contentores do vale do Guadalquivir (69%). Entre estes, predomina os contentores da forma Haltern 70, com perfis de lábio que em função das recentes propostas de evolução tipológica desta forma, permitem genericamente considerá-los como “augustano-tiberianos” (Carreras Monfort, 2003; Berni Millet, 2011; Carreras Monfort e Berni Millet, 2016). Seguidos, dos contentores oleícolas da forma Oberaden 83/Ovóide 7 e dos primeiros modelos de ânforas da forma Dressel 20, (para uma discussão e revisão do estado da arte relativo às ânforas

² O estudo das cerâmicas de paredes finas do sítio encontra-se em curso pelos signatários em colaboração com Elisa de Sousa.

³ O estudo monográfico do conjunto de ânforas está em fase de conclusão por um dos signatários (J.P.)

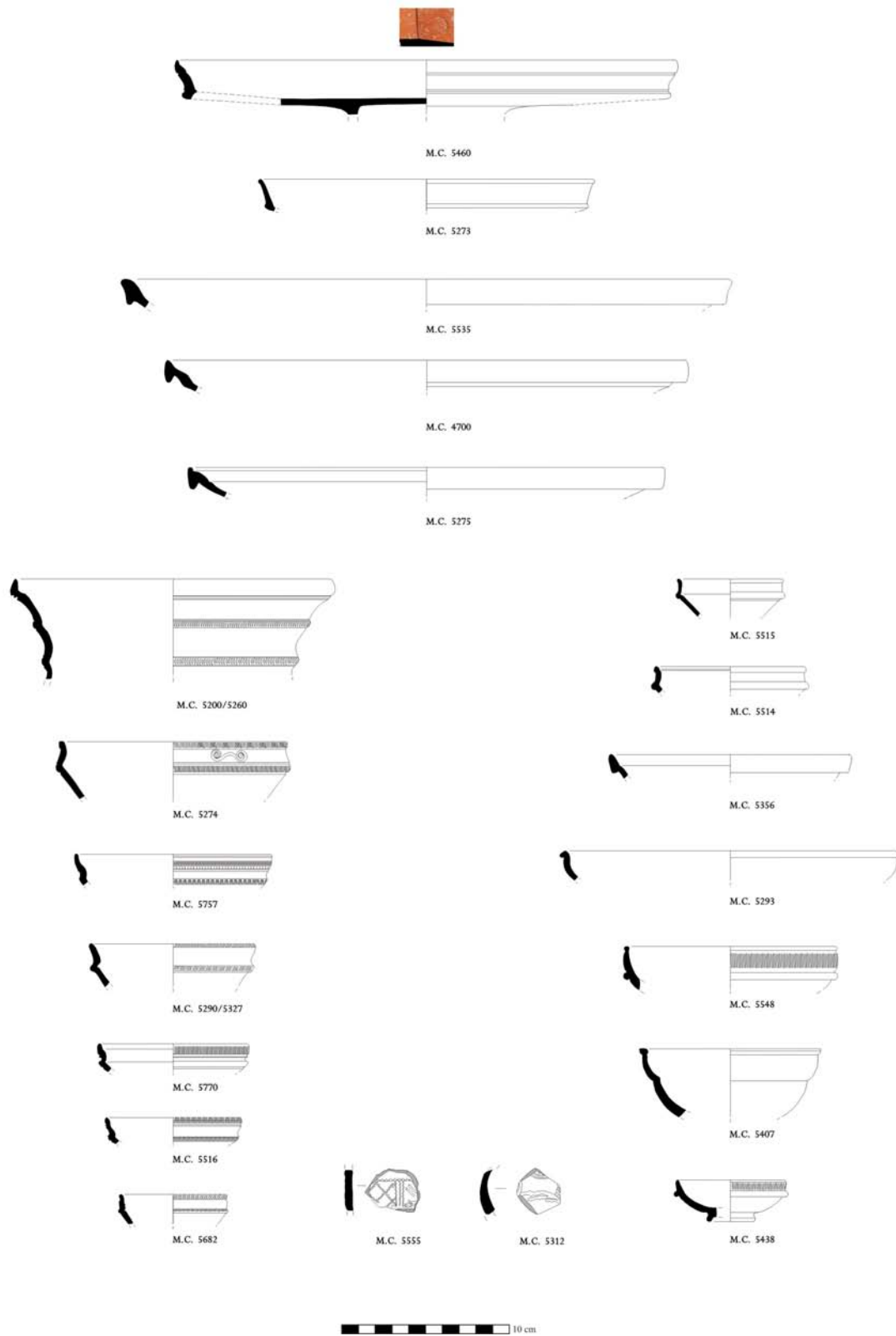


Figura 45

Cerâmicas finas identificadas nos níveis de derrube da Fase 2: MC 5470 – Prato de T.S.I. Consp 19 com a marca C. MURRIVS FELIX In planta pedis; MC 5273 – Prato de T.S.I. Consp 2; MC 5535, MC 4700 e MC 5275 – Pratos de T.S.I. Consp 12; MC 5200/5260 – Cálice de T.S.I. Consp. R10; MC 5274 – Taça de T.S.I. Consp 23; MC 5757, MC 5290/5327, MC 5770, MC 5516, MC 5682, MC 5515, MC 5514 – Taças de T.S.I. Consp 22; MC 5356 – Taças de T.S.I. Consp 14; MC 5293 – Prato em TSS Drag. 18/31; MC 5548 – Taça em TSS Drag. 24/25; MC 5407 – Taça em TSS Drag. 27, MC 8438 – Pequena taça de T.S.S. Drag 24/25. MC 5555 e MC 5312 – Fragmentos de taças em TSS decoradas.

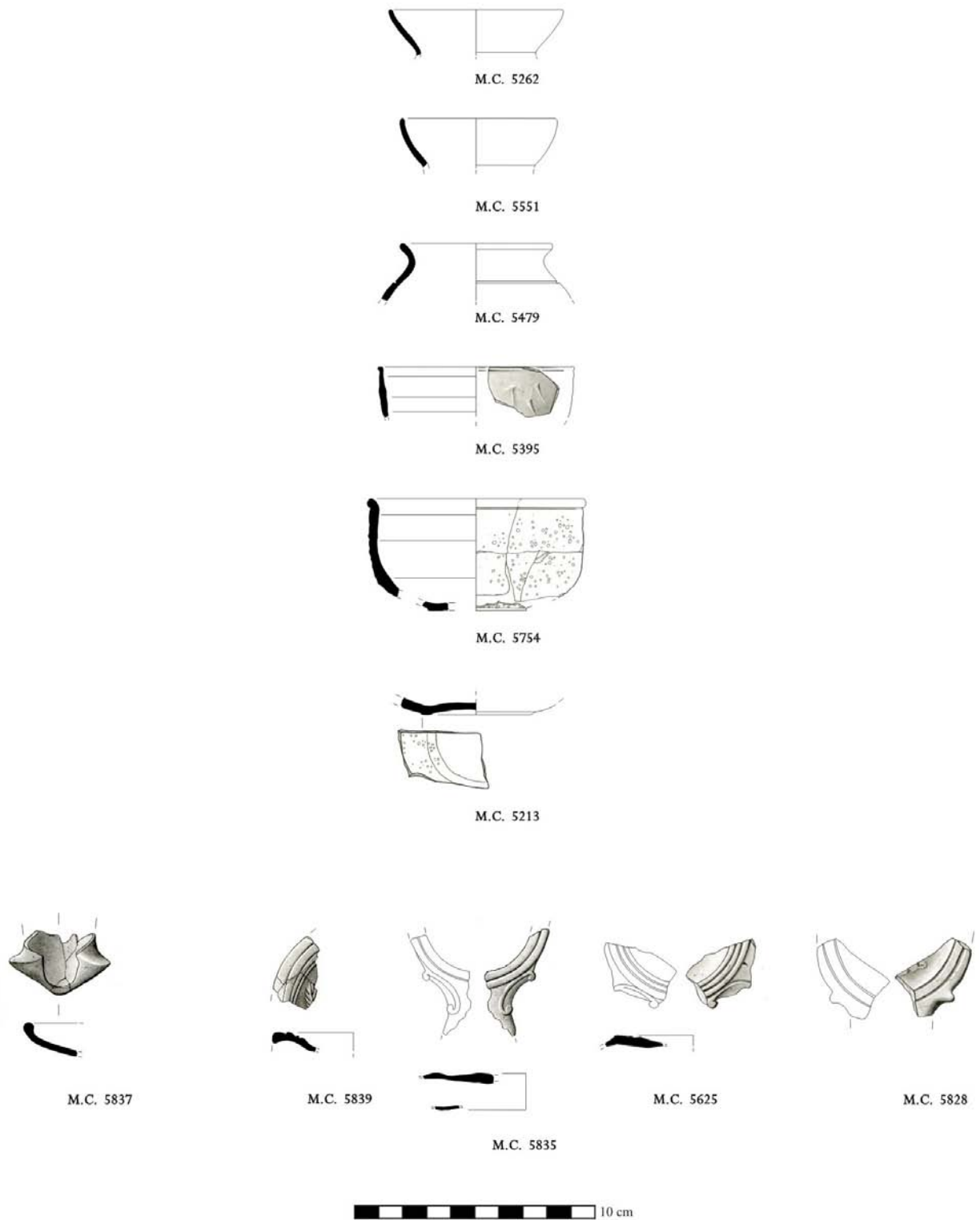


Figura 46

Paredes finas e Lucernas identificadas nos níveis de derrube da Fase 2: MC 5262 e MC 5551 – Copo de paredes finas de produção itálica da Forma VIII C.; MC 5479 – Copo de paredes finas de produção itálica da Forma II; MC 5395 – Copo de paredes finas de produção itálica com decoração em barbotina constituída por espinhos da Forma Mayet XXIII ou XXV; MC 5754 e 5213 – Taças de paredes finas de possível produção Bética da Forma Mayet XXXVII; Exemplos MC 5837, MC 5839, MC 5835, MC 5625, MC 5828 fragmentos de lucernas itálicas de volutas, possivelmente da forma Dressel 9 B.

Oberaden 83 e sua substituição progressiva pelos primeiros modelos de ânfora Dressel 20 ver Berni Millet, 1998; García Vargas, Almeida, González Cesteros, 2011 e González Cesteros, Almeida, 2016). Por último entre as produções do vale do Guadalquivir identificam-se diversos fragmentos de ânforas de fundo plano individualizadas sob a denominação de Tipo *Urceus* e com uma cronologia entre 20 a.C. e 50 d.C. com uma máxima eclosão no período de Augusto /Tibério (Morais, 2007 e 2008), ver figura 47.

As importações da área costeira da Bética encontram-se atestados por 14% dos elementos identificados. Sendo omnipresentes fragmentos passíveis de ser identificados como do grupo das Dressel 7/11. As evidentes afinidades formais entre as Forma 7 a 11 da tabela de Dressel e a grande diversidade ao nível do perfil de bordos dificultam em muito a sua correta classificação, quando nos deparamos, como é o caso, com materiais muito fragmentados. A cronologia de fabrico destes envases situa-se genericamente entre o último terço do século I a.C. e os finais do século I / inícios do século II d.C. (García Vargas, 1998, p. 76 a 92), ver figura 47.

A presença de ânforas Lusitanas encontra-se atestada por produções da área do Vale do Tejo/Sado (15%), e por dois fragmentos de bocal correspondendo a produções da zona de Peniche (1%).

Em relação ao primeiro grupo, identificam-se elementos de bocais moldurados, colos, asas e fundos correspondendo a morfologias ovóides, atestando assim as primeiras fases das olarias Lusitanas (Morais e Fabião, 2007; Morais e Filipe, 2016). Recentemente já tivemos oportunidade de apresentar que estas produções encontram-se bem atestadas no Monte dos Castelinhos em contextos da segunda metade do século I a.C. (Pimenta, 2017), ver figura 47.

De conhecimento ainda relativamente recente, (Cardoso e Rodrigues, 2005) a produção oleira em Peniche tem vindo a ser estudada e divulgada de forma sistemática e exemplar (Cardoso, Rodrigues e Sepúlveda, 2006; Cardoso et al. 2016, Cardoso et al. 2017).). Essa divulgação tem permitido o reconhecimento da sua presença e o mapear de uma precoce e ampla dispersão destas ânforas e dos seus conteúdos dentro e fora da Lusitânia, alcançando mesmo a capital *Emerita Augusta* (Bernal Casasola, Bustamente Álvarez, e Bejarano Osorio, 2017). Os dois fragmentos de bocal, identificados nestes níveis de abandono da Sondagem 8 podem ser classificados como do Tipo Peniche 4, com uma produção datada do período de Augusto / Tibério (Cardoso et al. 2016, p. 11-12).

A cerâmica comum associada a estes níveis, engloba uma plêiade de fabricos e de funcionalidades que justifica *per se* um estudo específico. Porém, tendo presente a cronologia em análise, e a raridade de níveis bem datados, parece-nos justificado uma apresentação de uma seleção dos materiais mais relevantes deixando-se para estudos ulteriores uma análise mais detalhada.

Como já foi registado para as fases republicanas dos Castelinhos, a presença de cerâmica comum oriunda da bética costeira e da bacia do Guadalquivir encontra-se bem representada (Pimenta, 2013 e 2015).

As tipologias presentes são em linhas gerais, as formas mais recorrentes em território português (Pinto e Morais, 2007, Quaresma, 2006), ainda que com algumas singularidades (ver figuras 48 e 49). Entre estas destaca-se a peça MC 7294, que corresponde ao bocal com arranque de asa de uma invulgar peça que interpretamos como um cantil. Sobressai no conjunto a presença de almofarizes que podem ser englobados nas formas 4^a, 5^a e 6^a Séries de Pinto e Morais, 2007. Sendo que ambas as morfologias evidenciam cronologias já de finais de Tibério a Cláudio prolongando-se até inícios do século II d.C. (Pinto e Morais, 2007, p. 238-239).

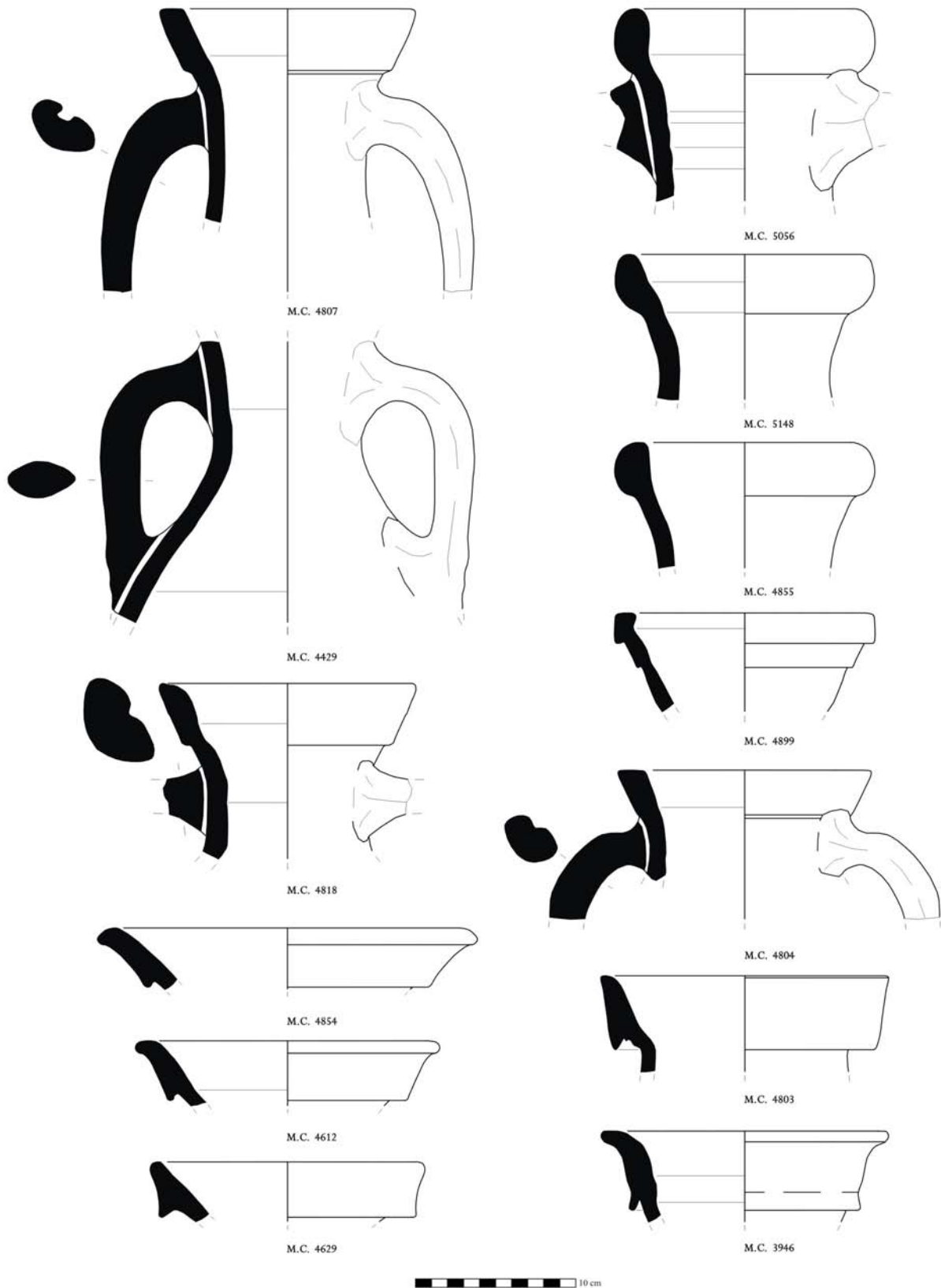


Figura 47

Conjunto de ânforas selecionado proveniente dos níveis de derrube da Fase 2: MC 4807, MC 4429, MC 4818, MC 5162 – Haltern 70 do vale do Guadalquivir; MC 4854, MC 4612, MC 4629 – Bocais de ânfora da Bética Costeira Tipo Dressel 7/11; MC 5056, MC 5148, MC 4855 – Oberaden 83/Ovóide 7 do Guadalquivir; MC 4899 – Tipo Urceus do Guadalquivir; MC 4804 – Ovóide Lusitana Uejo/Sado; MC 4803 e MC 3946 – Ânforas de Peniche.

O grupo das cerâmicas comuns de cariz regional e com fabricos atribuíveis aos vales do rio Tejo e Sado são como seria de esperar o grupo mais numeroso. Infortunadamente o panorama bibliográfico pauta-se por uma raridade de estudos dedicados a esta categoria cerâmica, ainda que recentemente tenha-se assistido a um incremento de dados para a fase a que nos reportamos, o período Júlio-Cláudio (Silva, 2015; Silva, no prelo; Silva, Nozes e Miranda, 2015, Grilo e Santos, 2016-2017). Encontra-se particularmente bem representado o grupo das cerâmicas de uso culinário como os potes/panelas e os tachos, com bons paralelos nos

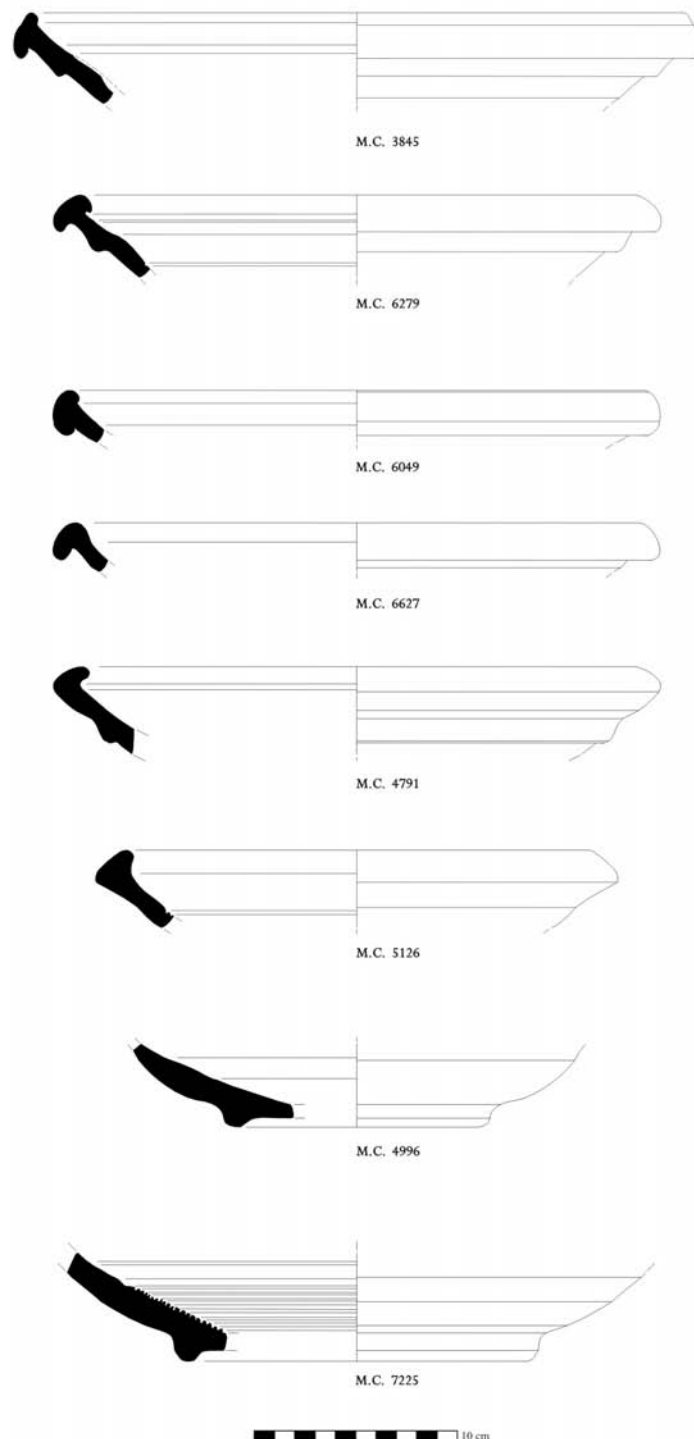


Figura 48
Conjunto de almofarizes béticos provenientes dos níveis de derrube da Fase 2: MC 3845, MC 6279 – Bocais da 4ª Série de Pinto e Morais. MC 6627, MC 4791, MC 5126 – Bocais da 5ª Série de Pinto e Morais; MC 6049 – Bocal da 6ª Série de Pinto e Morais; MC 4996, MC 7225 – Fundos de almofarizes.

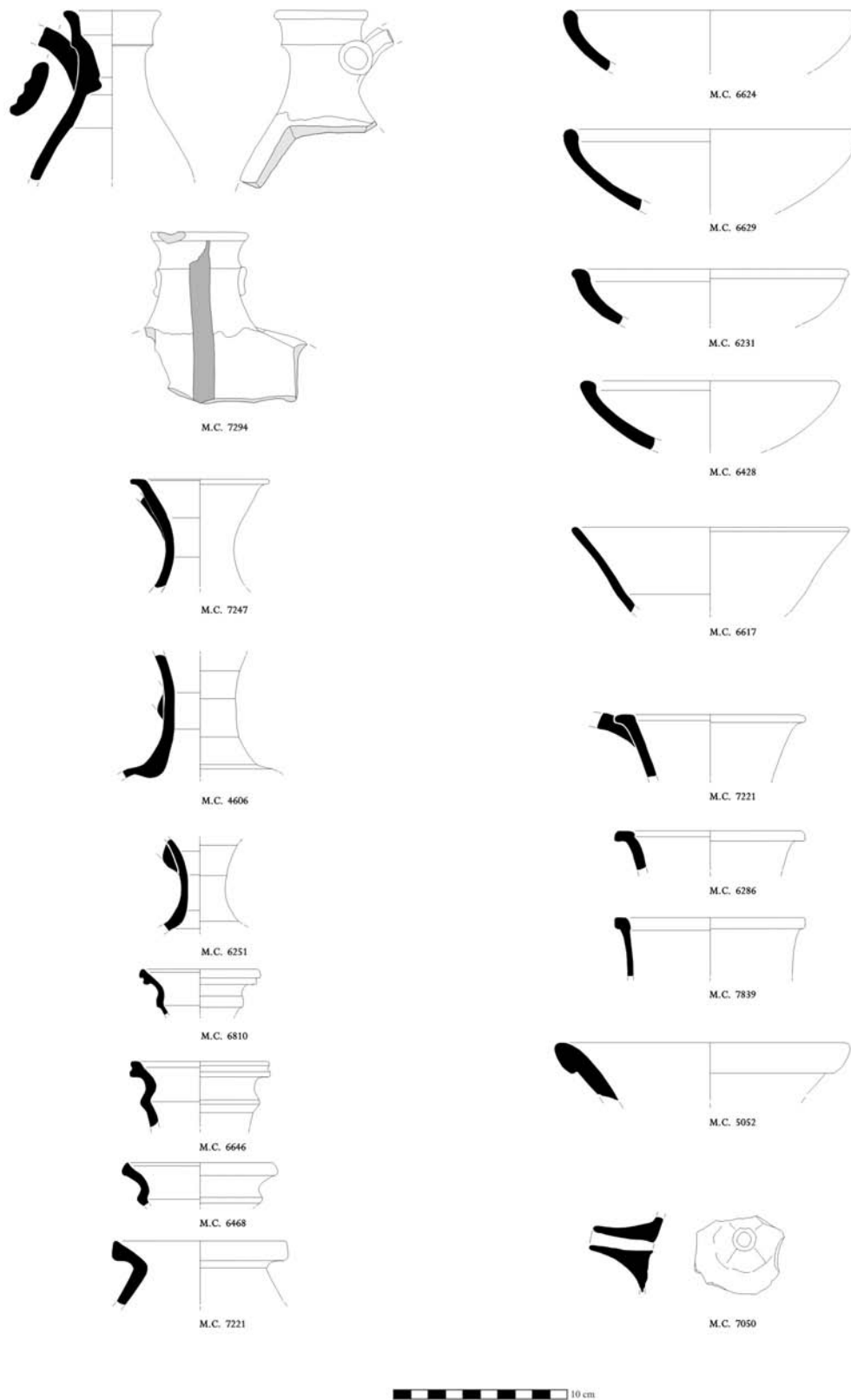


Figura 49

Conjunto de cerâmica comum bética proveniente dos níveis de derrube da Fase 2: MC 7294 – Cantil (?); MC 7277, MC 4606, MC 6251, MC 6251, MC 6810, MC 6646, MC 6468, MC 7221 – Bilhas; MC 6624, MC 6629, MC 6231, MC 6428, MC 6617 – Tijelas; MC 7221, MC 6286, MC 7839 – Potes; MC 5052 – Cântaro (?); MC 7050 – Fragmento de bico vertedouro de biberon – Guttus.

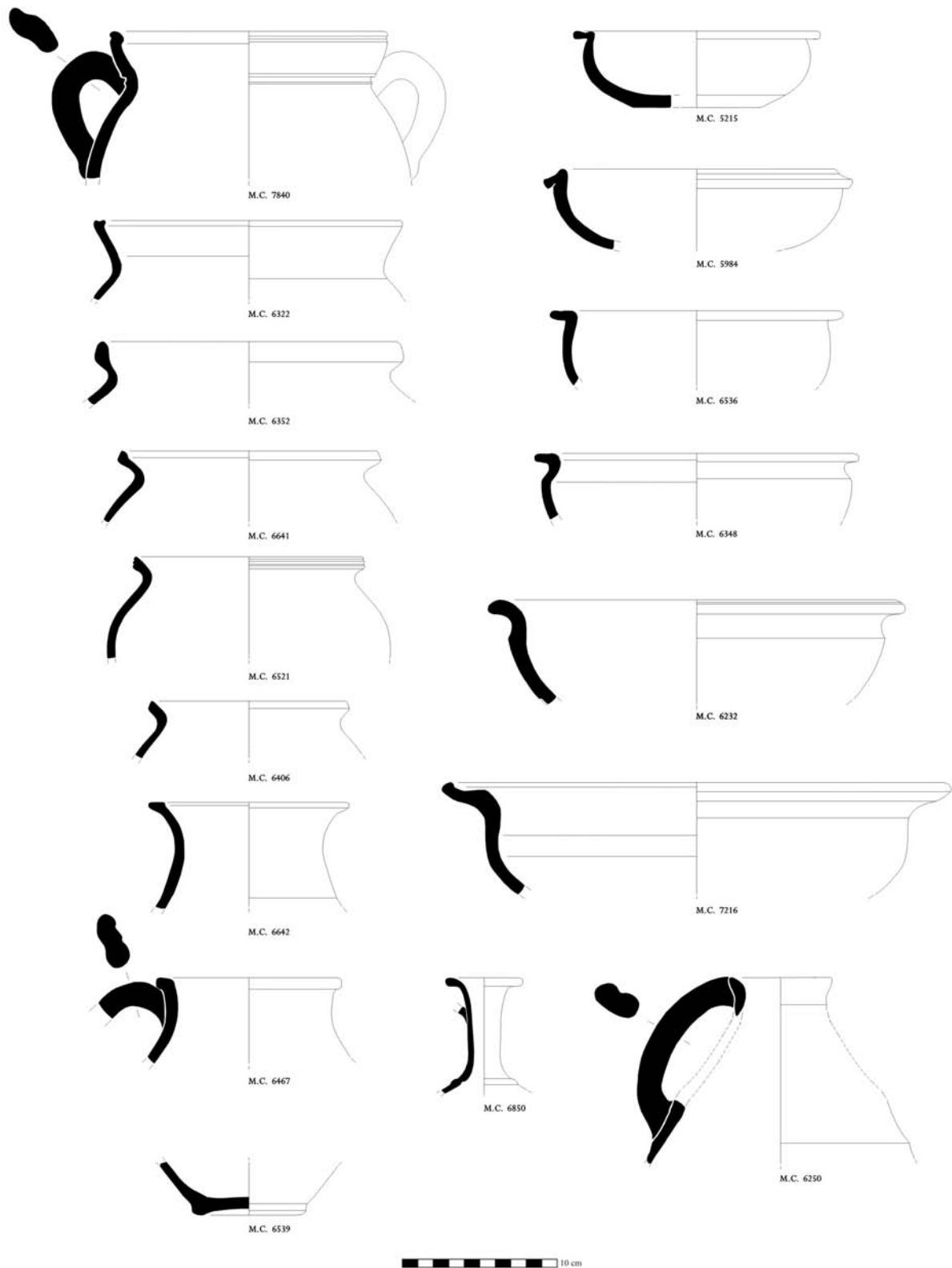


Figura 50

Conjunto de cerâmica comum regional do vale do Tejo/Sado proveniente dos níveis de derrube da Fase 2: MC 7840, MC 6322, MC 6352, MC 6641, MC 6641, MC 6521, MC 6406 – Potes/Panelas; MC 6642, MC 6647, MC 6539, MC 6250 – Jarros; MC 6850 – Bilha; MC 5215, MC 5984, MC 6536, MC 6348, MC 7217 – Tachos.

contextos Júlio-Cláudios de Lisboa (Silva, 2015) e nos contextos de época tardo-republicana e período Augustano do Castelo da Lousa (Pinto e Schmitt, 2010).

III Fase – Encontra-se documentada através de uma nova fase construtiva, para a qual não dispomos de evidências sólidas que nos permitam aferir uma cronologia bem definida.

Uma vez colapsado o urbanismo da fase II, é aberta uma extensa vala que corta as unidades de abandono assim como as próprias paredes dos edifícios, UE [367], ver figura 4. No interior dessa vala é construído uma estrutura de planta aparentemente quadrangular, com abertura virada a Sul e que se desenvolve para fora da área intervencionada, ver figura 51. Qual a datação desta Fase III? De momento não é fácil de aferir. Os espólios aí recolhidos remetem para uma cronologia antiga centrada ainda em meados do século I d.C.. Contudo, tendo em conta a sequência estratigráfica e o facto de esta vala UE [367], cortar os níveis de abandono acima descritos e as estruturas com eles relacionados, confere-lhe um *terminus post quem*, sendo esta estrutura negativa logicamente posterior aos níveis que corta. O facto de as estruturas serem edificadas no fundo desta vala, permite ver neste facto uma nova fase de construções no sítio, necessariamente ulterior ao período de Cláudio. Porém aguardamos que a continuação das investigações e o alargamento da área, permitam analisar melhor de que tipo de estruturas estamos a falar e qual a sua cronologia específica de construção e de abandono.

6. Considerações Finais

Em sùmula a abertura da nova área de Sondagem em Monte dos Castelinhos revelou-se muito prolífera e veio confirmar e consubstanciar a relevância científica e patrimonial desta invulgar estação arqueológica. O relevar de uma nova fase de urbanismo, com a construção de um novo traçado de ruas e de habitações, datado já de época Augustana permite-nos sublinhar que não só o sítio continua a existir após a fase de abandono datada do final do período republicano, como o sítio é considerado suficientemente relevante para ser dotado daquilo que pode ser interpretado à luz destas novas descobertas como de um projeto urbanístico.

Perante os resultados obtidos, é evidente que estamos perante um sítio singular para o estudo da romanização do vale do Tejo, que muito pode contribuir para uma nova leitura deste processo.

Ao tentarmos compreender a lógica de um povoado desta natureza, em torno do qual ainda muito desconhecemos, sobressai a sua implantação privilegiada de verdadeiro domínio sobre a estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis* (Pimenta e Mendes, 2007 e 2012).

Qual a importância que este sítio vem a assumir com a reorganização política e administrativa da província da Lusitânia é algo que de momento nos escapa, porém não deixa de ser pertinente a referência à localização da fronteira do território Olisiponense nesta zona (Alarcão, 1988).

Apesar de ainda não serem conclusivos, face a estes recentes resultados do projeto MOCRATE, julgamos ser pertinente voltar a trazer à coação a hipótese, proposta pela primeira vez em 2008 no âmbito da mesa redonda de *Olisipo* a *Ierabriga*, de que este sítio poderá corresponder à primitiva localização da *Ierabriga* das fontes clássicas (Pimenta e Mendes, 2012, p. 61; Mantas, 2011, 2012, p. 13 e reforçada em diversos trabalhos por exemplo Pimenta, 2013 e 2015, Mantas, 2016-2017).



Monte dos Castelinhos 2017	
Planta Arqueologia	
Sondagem 8	Escala: 1:20
João Pinheiro e Henrique Mendes	30/11/2017



Figura 51
Planta simplificada da
Sondagem 8, com as
estruturas da Fase 3.

A existência deste núcleo é referida nas fontes Clássicas, no Itinerário de Antonino, na cosmografia do anónimo de Ravena e na Geografia de Ptolomeu. A sua presumível localização tem vindo a oscilar desde o século XVI, entre a antiga Vila de Povos, as imediações de Alenquer (Paredes/Quinta do Bravo), e mais recentemente a cidade de Vila Franca de Xira (Guerra, 2012, Mantas, 2011, 2012, 2016-2017).

Dada a sua implantação na paisagem e a presença de estruturas defensivas, estaríamos em Monte dos Castelinhos perante uma localização adequada de um local com o sufixo *briga*. Tendo em conta a aparente perda de relevância do sítio em época Alto Imperial, em particular após o período dos Flávios, poderia, ter existido uma mudança da localização da antiga fortificação de *Ierabriga*, para uma nova implantação, onde a topografia e a abundância de água facilitaria a construção dos novos equipamentos que o gosto de influência itálica requeria. Tal parece consubstanciar-se na zona entre Paredes e as margens do rio Alenquer, onde a existência de necrópoles e a presença de uma monumental obra de captação de água remete para a existência de um núcleo de alguma relevância. Para uma síntese mais atualizada da densidade de povoamento nesta região ver Pimenta e Domingos, 2015.

Importa assim continuar as investigações para tentar entender a que nível é que essas alterações se fizeram sentir e qual a relevância que o Monte dos castelinhos adquiriu no novo quadro político de época Augustana. Estaremos perante um simples povoado ou perante algo mais? Sendo que a par desta problemática se coloca outra, o quando é que o sítio deixa de ter relevância ou seja quando é de facto foi abandonado...

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa. Publicações Europa América.
- ALARCÃO, J.; CARVALHO, P.C.; GONÇALVES, A. (2010) – *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002. STUDIA LUSITANA 5*. Museu Nacional de Arte Romana. Mérida.
- ALMEIDA, R. R. (2008) – *Las ánforas del Guadalquivir en Scallabis (Santarém, Portugal). Una aportación al conocimiento de los tipos minoritarios*. Col. Lección Instrumental. 28. Barcelona. Publicacions Universitat de Barcelona.
- ARRUIDA, A. M. e SOUSA, E. (2003) – Cerâmica de paredes finas da Alcáçova de Santarém. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 6, n.º 1. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa, p. 235-286.
- ARRUIDA, A. M. e VIEGAS, C. (2004) – Les Mortiers de L'Alcáçova de Santarém (Portugal). *Actes du Congrès de Vallauris*. SFECAG, p. 341-349.
- BARKER, P. (1986) – *Understanding archaeological excavation*. B. T. Batsford Limited. London
- BARKER, P. (1989) – *Techniques of archaeological excavation*. Courier International Ltd. B. T. Batsford Limited. London
- BERNAL CASASOLA, D.; BUSTAMENTE ÁLVAREZ, M.; BEJARANO OSORIO, A. (2017) – L. ARVENIVS RVSTICVS en Augusta Emerita (Mérida, Badajoz). Un ánfora de Peniche en el interior de Lusitania. *Bolletín Ex Officina Hispania*. N.º 8. Março de 2017. Sociedad de Estudios de la Cerámica Antigua en Hispania (SECAH), p. 53-55.
- BERNI MILLET, P. (1998) - *Las ánforas de aceite de la Bética y su presencia en la Cataluña romana*, Col. Lección Instrumental 4, Barcelona, Publicacions de la Universitat de Barcelona.
- BERNI MILLET, P. (2011) - Tipología de la Haltern 70 bética. *Ánforas romanas de Lugo*. Trabajos de Arqueología 3. Lugo, p. 80-107.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S. (2005) - Olaria romana do Morraçal da Ajuda. In *Actas do Congresso A Presença Romana na Região Oeste*. Bombarral. Câmara Municipal do Bombarral, p. 83-102.
- CARDOSO, G., RODRIGUES, S., SEPÚLVEDA, E. (2006) - A olaria romana de Peniche. In *Simpósio Internacional Produção e comércio de preparados piscícolas durante a Proto-História e a época Romana no Ocidente da Península Ibérica. Homenagem a Françoise Mayet*. Setúbal Arqueológica, Vol. 13, p. 253-278.

- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (2016) - Production during the Principate in Peniche (Portugal). Raw Materials, Kilns and Amphora Typology. In I.V. Pinto, R.R de Almeida, A. Martin (eds.). *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford, p. 3-17.
- CARDOSO, G.; RODRIGUES, S.; SEPÚLVEDA, E.; RIBEIRO, I. (2017) – A olaria romana do Morraçal da Ajuda: estruturas de produção. In *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Olaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)* (Fabião, C., Raposo, J., Guerra, A. y Silva, F. Eds.), Lisboa, UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, 49-88.
- CARRERAS MONFORT, C. (2003) - Haltern 70: a review. *Amphorae in Britain and in the Western Empire* (London, 1994). *Journal of Roman Pottery Studies*. 10. London, p. 85-91
- CARRERAS MONFORT, C.; BERNI MILLET, P. (2016) - «Halter 70 (Guadalquivir Valley)», *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/halter-70-guadalquivir-valley>). 08 julio, 2016.
- ETTLINGER, E.; HEDINGER, B.; HOFFMANN, B.; KENRICK, P.; PUCCI, G.; ROTH RUBI, K.; SCHNEIDER, G.; SHNURBEIN, S.V.; WELLS, C.M.; ZABEHLICKY-SCHEFFWNEGGER, S. (1990) - *Conspectus Formarum Terrae Sigillatae Italico Modo Confectae*. Dr. Rudolf Habelt GMBH, Römische-Germanische Kommission des Deutschen Archäologischen Instituts zu Frankfurt A.M., Materialien zu römischegermanische Keramik, 10, Bona.
- FABIÃO, C. (1998) – *O Mundo Indígena e a sua Romanização na área Céltica do território hoje Português*. Lisboa. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- FABIÃO, C.; PIMENTA, J. (Coord.) (2014) – Atas do Congresso Internacional de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- GARCÍA VARGAS, E.; ALMEIDA, R. R.; GONZÁLEZ CESTEIRO, H. (2011) – Los tipos anfóricos del Guadalquivir en el marco de los envases hispanos del siglo I a.C. Un universo heterogéneo entre la imitación y la estandarización. *SPAL. Revista de Prehistoria y arqueología*. N.º 20. Universidad de Sevilla.
- GONZÁLEZ CESTEROS, H. y ALMEIDA, R. R. de (2016) - “Chapter 3. Amphorae from the West: Hispania (Spain and Portugal) - A. Las ánforas de aceite de oliva béticas. De las Oberaden 83 hasta las Dressel 20 en el Kops Plateau de Nimega”, *Amphorae from the Kops Plateau (Nijmegen): trade and supply to the Lower-Rhineland from the Augustan period to AD 69/70* (Carreras Monfort, C. y Berg, J. van den Eds.), Oxford, Archaeopress Publishing Ltd., 47-60.
- GRILO, C.; SANTOS, C. (2016-2017) – A cerâmica comum da *Villa Romana* de Povos, Vila Franca de Xira. CIRA Arqueologia. N.º 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 86-115.
- GUERRA, A. (2012) – O troço inicial da Via Olisipo-Bracara. In *Cira Arqueologia*. N.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Pimenta, J. (Cord.). Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 24-40.
- LÓPEZ MULLOR, A. (2013) – Las cerámicas de Paredes Finas del final de la República Romana y el período Augusteo-Tiberiano. In *Manual de cerámica romana del mundo Helenístico al Imperio Romano*. Albert Ribera I Lacomba (Coord). 1ª ed. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. Madrid: Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias, Sección de Arqueología, p. 149-190.
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques a parois fines dans la Peninsule Ibérique*. Paris. Diffusion De Boccard.
- MANTAS, V. (2011) – As vias romanas da Lusitânia. *Studia Lusitana*. N.º 7. Museu Nacional de Arte Romano. Mérida.
- MANTAS, V. (2012) – A estrada romana de *Olisipo* a *Scallabis*. In *Cira Arqueologia*. N.º 1. Atas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Pimenta, J. (Cord.). Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 7-23.
- MANTAS, V. (2016-2017) – O miliário da Quinta de Santa Teresa (Alenquer) e outros problemas viários associados. In *Cira Arqueologia*. N.º 5. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 76-85.
- MORAIS, R. (2007) – Ânforas tipo Urceus de produção Bética e produções regionais e locais do NW peninsular. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 401-415.
- MORAIS, R. (2008) – Novos dados sobre as ânforas vinárias béticas de tipo Urceus. *SPAL*. 17. Universidade de Sevilla, p. 267-280.
- MORAIS, R. e FABIÃO, C. (2007) – Novas produções de fabrico Lusitano: Problemáticas e importância económica. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 127-133.

- MORAIS, R. y FILIPE, V. (2016) - Ovoide Lusitana (Lusitania Occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/ovoid-lusitan-western-lusitania>). 20 julio, 2016. (Consulta 12-03-2017).
- NUNES, J. C. ; FABIÃO, C. e GUERRA, A. (1988) – *O Acampamento Militar Romano da Lomba do Canho (Arganil)*. Museu Regional de Arqueologia Arganil. Arganil.
- OXÉ, A., COMFORT, H. y KENRICK Ph. (2000) - *Corpus Vasorum Aretinorum*, Bonn.
- PEACOCK, D. P.; WILLIAMS, D. F. (1987) – *Amphorae and the Roman Economy. An introductory guide*. London. Longman Publications.
- PEREIRA, C. (2014) - *Roman lamps of Scallabis (Santarém, Portugal)*. B.A.R. International Series 2627. Oxford.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2013) – *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (Coord.) (2015) – *O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga*. Museu Municipal de Vila Franca de Xira.
- PIMENTA, J. (2013a) – A Arquitetura do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 31-42.
- PIMENTA, J. (2013b) – O escudo romano de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 43-46.
- PIMENTA, J. (2015a) – Monte dos Castelinhos e a conquista romana na *Ulterior*. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 113-118.
- PIMENTA, J. (2015b) – Monte dos Castelinhos no quadro da província Romana da Lusitânia. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 119-122.
- PIMENTA, J. (2017) - Em torno dos mais antigos modelos de ânfora de produção lusitana. Os dados do monte dos castelinhos – Vila Franca de Xira. *Actas Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental. A Orlaria Romana (Seixal 17-20 de Fevereiro de 2010)*. (Fabião, C., Raposo, J., Guerra, A. y Silva, F. Eds.). Lisboa, UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa / Câmara Municipal do Seixal, 195-205.
- PIMENTA, J.; DOMINGOS, J. B. (2015) – O povoamento romano em torno do Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 125-134.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2007) - A escavação de um troço da estrada romana *Olisipo-Scalabis*, em Vila Franca de Xira. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 10. Número 2, p. 189-228.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2012) – Sobre o povoamento romano ao longo da via de *Olisipo a Scallabis*. In *Cira Arqueologia. N.º 1*. Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Scallabis. A rede viária romana no vale do Tejo. Pimenta, J. (Coord.). Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 41-64.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2013) – A sequência estratigráfica de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo Exposição Monte dos Castelinhos (Castanheira do Ribatejo) Vila Franca de Xira e a conquista romana no Vale do Tejo*. Museu Nacional de Arqueologia e Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 15-30.
- PIMENTA, J.; MENDES, H. (2014) – Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira. Um sítio singular para o estudo da romanização do Vale do Tejo. In *Actas da II Reunião Científica As Paisagens da Romanização – Fortins e ocupação do território no séc. II a.C. – I d. C.* Anejos de Archivo Español de Arqueologia. p. 125-142.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2015a) – A investigação em torno de Monte dos Castelinhos. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-22.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2015b) – Trabalhos realizados 2008 e 2014. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 23-106.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H. (2015c) – Considerações em torno do faseamento da ocupação. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 107-112.
- PIMENTA, J. ; MENDES, H.; DETRY, C.; FERNANDES, L. (2015) – - Catálogo de Peças. In *Catálogo da Exposição “O Sítio Arqueológico de Monte dos Castelinhos – Vila Franca de Xira- em busca de Ierabriga.”* Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 135-191.

- PIMENTA, J.; MENDES, H. e NORTON, J. (2008) - O Povoado Tardo-Republicano do Monte dos Castelinhos – Vila Franca De Xira. *Al-madan*. II Série, n.º 16, p. 26-37.
- PIMENTA, J.; HENRIQUES, E.; MENDES, H. (2012) – *O Acampamento romano de Alto dos Cacos* – Almeirim. Associação de Defesa do património Histórico e Cultural do Concelho de Almeirim.
- PIMENTA, J.; SORIA, V.; MENDES, H. (2014) – Cerâmicas de verniz negro itálico e imitações em pasta cinzenta de Monte dos Castelinhos - Vila Franca de Xira. In *Atas do Congresso de Arqueologia Conquista e Romanização do Vale do Tejo*. CIRA Arqueologia. N.º 3. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 86-121.
- PINTO, I. V. e MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio das ânforas. Cerâmica comum Bética no território português. In *Actas del Congreso Internacional Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en occidente durante la antigüedad*. Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005, p. 235-254.
- PINTO, I. V.; SCHMITT, A. (2010) – Cerâmica Comum. In *Castelo da Lousa – Intervenções Arqueológicas de 1997 a 2002*. *STUDIA LUSITANA* 5. Alarcão, J., Carvalho, P. e Gonçalves, A. (Coord.) Museu Nacional de Arte Romana. Mérida, p. 219-443.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão morfocronológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. 9. Fasc. 1. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 149 -166.
- RICCI, M. (1973) – Per una cronología delle lucerne tardo-repubblicane. In *Rivista di Studi Liguri*. XXXIX. 39, p. 168-234.
- RICCI, A. (1985) - Ceramica a pareti sottili. In *Atlante delle Forme Ceramiche*. Vol. II. Roma: Instituto della Enciclopedia italiana.
- RIPOLLÈS, P. P.; BURNETT, A.; AMANDRY, M.; CARRADICE, I.; BUTCHER, M. S. (2015) – Roman Provincial Coinage. Consolidated Supplement. I-III. (1992-2015). http://rpc.ashmus.ox.ac.uk/supp/rpc_cons_supp_1-3.pdf.
- SANGRISO, P. (2013) – Prosopografia e Produzione Ceramica: *I Murrii*. *Studio Classici e Orientali*. Vol. 59. Pisa University Press S.R.L., p. 207-227.
- SILVA, R. B. (2012) – *As “marcas de oleiro” na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa*. Dissertação para a obtenção do grau de Doutor em Historia, especialidade em Arqueologia, orientada pela Professora Dr.ª Rosa Varela Gomes, apresentada a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- SILVA, R. B. (2015) – O contexto alto-imperial da Rua dos Remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): Vidros, cerâmicas e análise contextual. In *Contextos Estratigráficos na Lusitânia (Do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. Monografias AAP. 1, p.41-67.
- SILVA, R. B. (no prelo) – O fácies cerâmico em Olisipo (Lisboa): o período Julio-Claudio. In *GARCÍA FÉRNANDEZ. M.I; RUIZ MONTEZ, P ed. – Actas del Simposio Internacional “Facies y contextos Cerámicos Alto-Imperiales en el Sul de la Península Ibérica (Granada, 2013)*. Universidad de Granada.
- SILVA, R. B.; NOZES, C.; MIRANDA, P. (2015) – O contexto [9033] da Praça da Figueira e a circulação de produtos oleiros em Olisipo. *Estudos e Relatórios de Arqueologia Tagana*. 2. Lisboa, p.1-16
- SORIA, V. (2015) – Um conúbio de sabedoria técnica e novas modas conviviais: as taças em pasta cinzenta imitante TSI de Monte dos Castelinhos (Vila Franca de Xira). *CIRA Arqueologia*. N.º 4. Museu Municipal de Vila Franca de Xira, p. 51-64.
- VIEGAS, C. (2003) – *A Terra Sigillata da Alcáçova de Santarém – Cerâmica, economia e comércio*. Instituto Português de Arqueologia. Lisboa. *Trabalhos de Arqueologia*. 26.
- VIEGAS, C. (2011) – *A Ocupação Romana do Algarve. Estudo do Povoamento e economia do Algarve central e oriental no período romano*. Estudos e Memórias 3. Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa Uniarq. Lisboa.

➤ O sítio do Cemitério dos Prazeres (Lisboa): um assentamento romano no espaço rural de Olisipo

RODRIGO BANHA DA SILVA CAL-CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA-DPC/CML, FCSH-UNL E CHAM-NOVA

RESUMO

No sítio do actual Cemitério dos Prazeres, em Lisboa, se descobriu em 1996, e de maneira fortuita, a pré-existência no local de um sítio romano. Apresentam-se agora os escassos dados inéditos relativos ao arqueossítio com o CNS 37436.

Relaciona-se, no texto, o sítio de Prazeres com as restantes ocupações do baixo vale da Ribeira da Alcântara, que incluem um eixo viário regional romano importante e a possível existência de um *locus* sagrado conectado com a deusa *Nabia*.

A panóplia de materiais inclui elementos que cobrem um espectro cronológico entre o séc. II a.C., pelo mais, e o séc. IV-V d.C., pelo menos, e incluem materiais de construção (olaria de construção e mosaico) que atestam a capacidade aquisitiva da comunidade.

O local levanta problemáticas pertinentes acerca da antiguidade relativa dos assentamentos rurais dos *agri olisiponenses* e da forma como esta assume expressão material arqueológica, aspectos essenciais para a construção de uma leitura da dinâmica de ocupação do espaço rural nas etapas iniciais da Época Romana que está, todavia, longe de suficientemente esclarecida.

ABSTRACT

The data and finds collected in a hazardous find of a new Roman site in Prazeres cemetery (Lisbon- national code site 37436) are presented.

The author relates Prazeres settlement to others already known in the lower valley of Alcântara, and to an important regional roman road and a probable nearby sacred *locus* dedicated to the Pre-Roman goddess *Nabia*.

The material set found includes pottery dated between 2nd c. B.C., for the most, and 4th-5th c. A.D., for the least, and includes *lateres*, *imbrices*, *tegulae* and black and white mosaic loose elements. These data confirms the settlement acquisition capacity.

On the other hand, albeit scarce, Prazeres Roman site data raises significant issues on the antiquity of Roman occupation of rural space in the region, and on its archaeological visibility and material expressions known so far: those are two key-points for the construction of our readings on the dynamics of rural occupation in the earliest stages of Roman Period which, by the way, are far from clarified.

1. Introdução

Em Maio de 1996, de forma ocasional, foi detectada uma ocupação de época romana no espaço do actual do Cemitério dos Prazeres (Lisboa). O sítio, desconhecido até então, corresponde a uma área profundamente urbanizada desde a instalação do espaço cemiterial, na década de '30 do século XIX, o que justificará o seu desconhecimento até à actualidade.

A ocasião que provocou o achado dos elementos de cronologia romana correspondeu a uma visita do foro privado pelo signatário, num momento que coincidiu com a remoção de sepulturas de campa rasa num estreito talhão entre as ruas 2 e 2A do cemitério, um espaço confinado por jazigos em todo o seu redor. A visita, ocorrida decerto pouco após a acção intrusiva, permitiu vislumbrar a presença de elementos cerâmicos nas terras removidas, três dias depois reutilizadas para recobrir o coval aberto, não permitindo deste modo a elaboração de registos gráficos. No entretanto, foi possível observar parcialmente um troço da estratigrafia, de limitado significado, mas suficiente para confirmar a origem local dos materiais romanos.

Para além do aspecto anedótico da circunstância do achado, a que se seguiram outras visitas e um mais aturado reconhecimento do entorno (sempre muito condicionado pelos intensos uso e transformação actual do espaço), interessa ressaltar o carácterfurtivo a que equivale a detecção de sítios desta natureza em espaço de há muito urbanizado, principal justificação para o desconhecimento actual sobre os povoamentos mais antigos da área do município de Lisboa.

2. Localização

O morro dos Prazeres integra a linha de festos que, pelo oriente, delimita a bacia de inundação da Ribeira de Alcântara, o mais extenso sistema hídrico do território lisboeta, que abrange também parte do vizinho concelho da Amadora.

A encosta meridional do morro dos Prazeres mostra uma pente suave, sendo do lado oriental do Vale de Alcântara, ou dos Terramotos, a única que apresenta esta característica, dado que aquela contígua para sul, a das Necessidades, é bem mais acentuada, e as que se desenvolvem para norte mostram-se de limite abrupto, com cornija calcária jurássica exposta até à zona de Campolide.

O local do assentamento é, portanto, aquele que mostra maiores aptidões para o padrão locativo de uma unidade de exploração rural romana, de acordo com os preceitos dos tratadistas da Antiguidade Clássica.



Figura 1
Localização do sítio romano de Prazeres no ortofotomapa da cidade de Lisboa.

O ponto onde se verificaram os achados localiza-se administrativamente na freguesia da Estrela do concelho de Lisboa, correspondendo-lhe o CNS 37436.

3. Enquadramento arqueológico

Em 1982, quando decorriam ainda os trabalhos arqueológicos na Casa dos Bicos, Clementino Amaro deslocou-se com a equipa que ali actuava consigo¹ para salvar sepulturas de inumação de cronologia médio-baixo imperial romana na Tapada da Ajuda (AMARO, 1985: pág. 85; CARDOSO, AMARO e BATALHA, 2017), em local fronteiro aos Prazeres, do lado oposto no Vale de Alcântara.

Já Possidónio da Silva havia em 1879 exumado no local uma cista pétrea contendo no seu interior um esqueleto colocado em decúbito dorsal (SILVA, 1879: Est. XXXI). A recolha no interior desta sepultura de uma ponta de seta em sílex, único elemento interpretado como integrando o «mobiliário funerário», valeu-lhe a atribuição cronológica à Idade do Bronze, e assim se expôs no antigo Museu da Cidade até data bem recente.

Recentemente, João Pimenta e o signatário apresentaram estes e outros dados novos sobre as ocupações antigas na Tapada da Ajuda ulteriores à Idade do Bronze Final em comunicação oral intitulada “Tapada da Ajuda (Lisboa): revisão crítica das cronologias e significado de um sítio arqueológico do território olisiponense” no «IV Colóquio “Nova Lisboa Medieval” - Os territórios de Lisboa (Instituto de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa –19/11/2015)». Nela se interpretou a sepultura que Possidónio da Silva escavou na encosta meridional do morro do «Alto da Casa Branca» como correspondente a uma prática da Antiguidade Tardia/Alta Idade Média, dado que a forma de deposição tem bons paralelos regionais nas práticas rituais daquele período (ENCARNAÇÃO e DUARTE, 1999; MEIRA, 2015), devendo a presença do elemento lítico (citado antes) resultar da remobilização resultante da escavação do solo, onde se atesta a bem conhecida e intensa ocupação dos finais da Idade do Bronze (CARDOSO *et. al.*, 1986; CARDOSO, 1995, 2011, 2015; CARDOSO e SILVA, 2004).

Por fim, Clementino Amaro com Guilherme Cardoso e Luísa Batalha publicaram parte dos mesmos materiais revistos em 2015. Os autores “rebaptizaram” a necrópole escavada em 1982 como “do Alto da Casa Branca”, fazendo equivaler a um mesmo espaço funerário a sepultura identificada em 1879 e as escavadas em 1982 (CARDOSO, AMARO e BATALHA, 2017): na realidade, a leitura do texto de Possidónio (que aliás citam- Idem: pág. 36) não autoriza a equivalência, tratando-se de locais distintos embora próximos (distantes cerca de 300 m), de forma plausível atribuíveis a arcos cronológicos diferenciados, como publicamente defendemos em 2015.

Merece de igual modo menção o achado fortuito num prédio da Calçada da Ajuda, em data incerta das décadas de 1970 ou inícios da seguinte, de uma cabeça de estátua romana representando uma figura varonil, em mármore branco (ou líoz?). Seguramente datável do séc. IV d.C., foi entretanto publicada pela sua detentora, Maria da Conceição Rodrigues (1994).

Ora, o espaço do Vale de Alcântara era atravessado pela principal via terrestre que comunicava com os espaços ocidentais da Península de Lisboa das áreas de Oeiras, Cascais e sul da Serra de Sintra, densamente povoados ao longo da Época Romana (CARDOSO, 2002). Um dos principais elementos deste itinerário terrestre era, justamente, a ponte de Alcântara, cuja

¹ Equipa que integrava, entre outros, Luís Oesterbeck, Jorge Raposo, Ana Luísa Duarte. Os desenhos de campo devem-se a António Carlos Silva (cf. AMARO, 1985: pág. 85).

remota origem romana é altamente provável, considerando o próprio topónimo que remete para a sua existência já no período medieval muçulmano. Construída em alvenaria, possuía ainda em 1582, aquando da batalha de Alcântara, 6 arcos, como surge representada em 1662, e os registos de 1727 apontam-lhe 90 metros de comprimento e uma largura de 6,20 metros (SILVA, 1942). Seria depois desmantelada em 1887. Figs. 2-4

Remontando ao século XIV, a Porta de Santa Catarina da muralha fernandina de Lisboa, genericamente localizável na zona do Chiado lisboeta (Largo das Duas Igrejas), dava acesso ao trajecto desta estrada, então nomeada «*caminho da Horta Navia*». Este topónimo aparece em documentação manuscrita medieval já desde o séc. XIII (reinados de Afonso II ou III), sob a forma latina «*Hortus Navia*» (SILVA, 1942: pág. 75), aspecto que já havia chamado a atenção de Leite de Vasconcelos, que supôs a existência na zona da antiga foz da Ribeira de Alcântara de um santuário de origem pré-romana dedicado a *Nabia*, divindade aquática de cariz profilático (REIS 2017: pág. 256; VASCONCELOS 1988 [1905]: pp. 278-279).

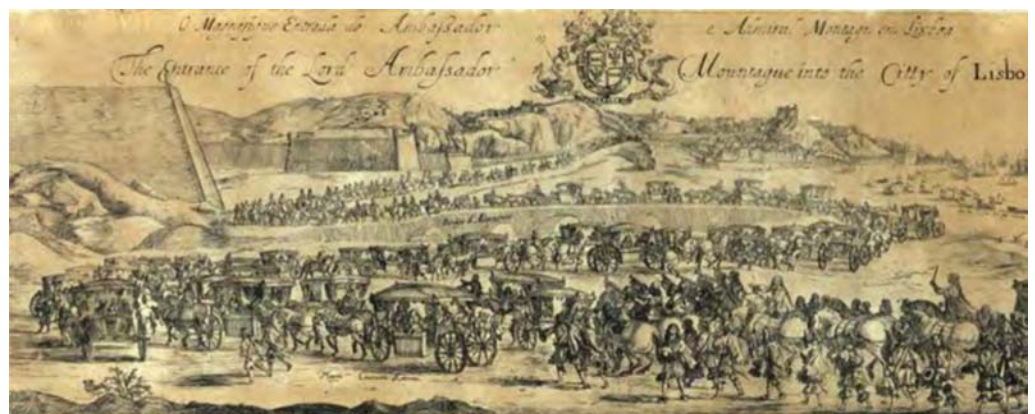
Na esteira daquele erudito português, Vieira da Silva (SILVA, 1942) e, mais tarde, José d'Encarnação (ENCARNAÇÃO, 1975) e José Cardim Ribeiro (RIBEIRO, 1982-83: pp. 6-8), iriam defender a probabilidade da existência de um espaço sagrado devotado à Deusa *Nabia/Navia* nas imediações, possivelmente associado à ocorrência de águas na encosta meridional e ocidental dos Prazeres: ali se encontra ainda hoje o remanescente da «*Fonte Santa*», local alvo de especial devoção popular documentada desde o séc. XVII, depois transformado num cha-

Figura 2
Detalhe de desenho de 1582 representando a passagem da ponte de Alcântara das tropas do Duque de Alba, após a vitória em 1580 sobre as forças de D. António, Prior do Crato (Biblioteca Nacional de Lisboa, seg. SILVA, 1942: pág.74, fig.2).



2

Figura 3
Desenho representando a passagem da ponte de Alcântara pelo embaixador britânico aquando da partida de Catarina de Bragança, em 1662 (Arquivo Municipal de Lisboa).



3

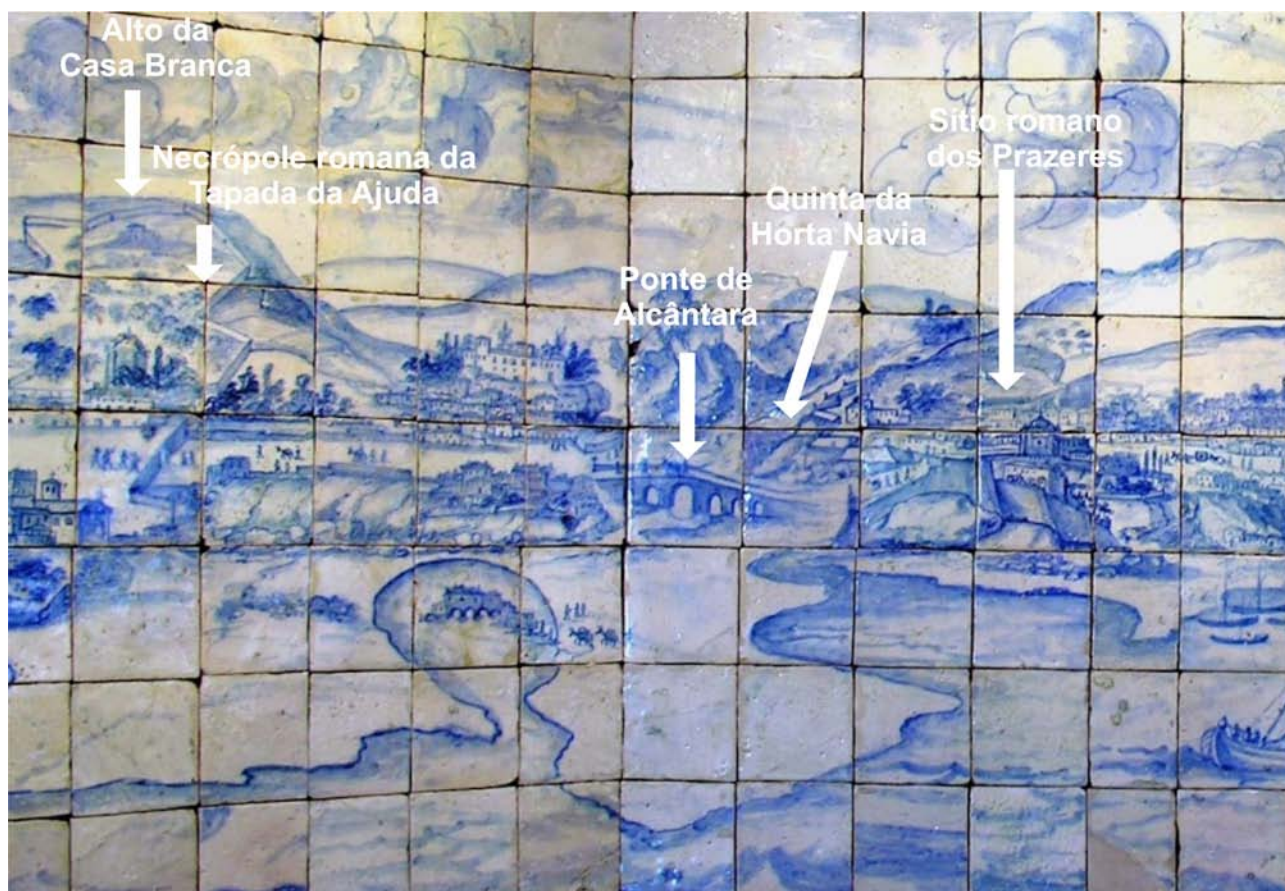


Figura 4
 Detalhe da
 panorâmica de Lisboa
 de Gabriel Del Barco,
 c. 1700, com indicação
 dos sítios romanos
 conhecidos e da ponte
 de Alcântara (Museu
 Nacional do Azulejo e
 da Cerâmica).

fariz na centúria de oitocentos (Figura 5). A estrutura hidráulica ainda hoje subsiste, discreta e com lastimável enquadramento, na actual Rua de Possidónio da Silva, artéria degradada que leva o nome de um dos principais arqueólogos portugueses do séc. XIX.

O sugestivo topónimo de *Horta Navia* era aplicado a uma vasta parcela de terreno no sopé do pequeno vale encaixado entre a vertente norte das Necessidades e a encosta sul do morro dos Prazeres (este, onde se detectou a ocupação romana), em local hoje sobreposto pelas instalações ferroviárias da gare de Alcântara-Terra.

Dois factores geográficos terão polarizado a ocupação do espaço na zona, em Época Romana. Em primeiro lugar, a via romana que de *Olisipo* conduzia aos seus *agri* mais ocidentais, que terá exercido o poder de atracção, como sugerem as ocorrências arqueológicas dos Prazeres, Calçada e Tapada da Ajuda. Por outro lado, deverá notar-se a elevada riqueza e diversidade dos recursos naturais disponíveis, agrícolas, marinhos, silvícolas e, recorde-se, também extractivos.

Entre os primeiros incluem-se os produtivos solos basálticos da zona da Ajuda, explorados até à actualidade no espaço do Instituto Português de Agronomia para o cultivo de cereal e, na vertente oposta, os terrenos calcários do planalto de Campo de Ourique, para os quais se atesta o plantio de olival até à urbanização ocorrida já no séc. XX. Os terrenos da bacia de Alcântara, por seu turno, facultavam o cultivo de pomar e hortícolas, de relevância no abastecimento da cidade até à centúria de oitocentos.

Os recursos extractivos estavam acessíveis nas bancadas calcárias que bordejam o vale, intensamente utilizadas no reinado de D. João V para a edificação do Aqueduto das Águas Livres. Contudo, do aproveitamento da pedra em período romano não dispomos de qual-



Figura 5
Aspecto do Chafariz da Fonte Santa, na primeira metade do séc.XX (Arquivo Municipal de Lisboa) e na actualidade.

quer evidência sólida conhecida, directa ou indirecta, nem sequer para o fabrico de cal, para o qual o material denota reconhecida aptidão comprovada pela documentação portuguesa pelo menos até à primeira metade do séc. XIX.

Os recursos marinhos, cuja utilização pelas comunidades do povoado da Tapada da Ajuda na Idade do Bronze Final está bem atestada, estão também comprovados na área da necrópole romana da Tapada, devendo assinalar-se no sítio romano dos Prazeres a ocorrência de raros elementos malacológicos. A zona assumiu actividade marítima e piscatória notória e relevante em Época Moderna. Neste sentido, a importância militar da zona de Alcântara-Necessidades durante os séculos XVIII e XIX, incluiu a componente naval, e decerto modificou a configuração geral da paisagem. A possibilidade de a antiga Baía de Alcântara ter assumido papel portuário em torno da mudança da Era não é de descartar, como não o é a sua eventual conexão com a produção de preparados piscícolas, à semelhança da verificada noutros sítios análogos das margens do Tejo. Esta última permanece no momento, porém, aqui indemonstrada por qualquer forma.

4. Elementos de caracterização do sítio

Os dados disponíveis para o sítio de Prazeres respeitam, sobretudo, ao conjunto de evidências objectuais e de elementos construtivos identificados no local, sendo extremamente limitados aqueles respeitantes à área de dispersão de vestígios e estratigrafia presente no subsolo.

Começando por esta última, a abertura das sepulturas de campa rasa que motivaram a detecção do sítio em 1996 permitiu um registo declaradamente muito lacunar de uma sequência composta por:

1 – Depósito de matriz areno-argilosa de coloração acastanhada escura, medianamente solta, homogénea, contendo inclusões frequentes de lascas de calcário e pequenos seixos de morfologia irregular de pequena dimensão quartzíticos.

Completam as inclusões nódulos de cal, ferragens em liga de cobre, fragmentos de chumbo, esquirolas de osso, madeira em decomposição, restos de vasos de flores (cerâmicos e vítreos), resultantes da utilização contemporânea do espaço, mas também pequenos fragmentos de *imbrices* e *lateres* e, em menor quantidade, cerâmica comum e fina romana, *tesselae* em basalto e calcário branco e dois fragmentos de placas de revestimento lisas, em lióz rosado, elementos cuja cronologia romana imperial é insegura.

O conjunto das características deste depósito permitem supor resultar de um contributo original de acções de terreplenagens para acondicionamento do local e da sua utilização funerária continuada ao longo do séc. XX.

2 – Depósito de coloração esverdeada-acastanhada, essencialmente argiloso, compacto, não muito homogéneo, com inclusões calcárias muito erodidas e elementos quartzíticos de muito pequena dimensão, alguns dos quais muito eolizados, contendo alguns fragmentos de *imbrex*, rara cerâmica comum romana e dois elementos de ataúde contemporâneo.

Depósito sedimentologicamente bastante distinto do anterior, os elementos arqueológicos nele inclusos permitem interpretá-lo como resultante da afectação da unidade à qual se sobrepõe.

3 – Depósito apenas aflorado, de composição argilosa, coloração esverdeada, compacto, muito homogéneo, apresentando raras inclusões correspondentes a um fragmento de *tegula* (Fig.7, 43), alguns restos de *imbrices* e de paredes de recipientes em cerâmica comum romana.

A unidade, cuja potência não foi possível averiguar, foi interpretada na altura como formação *in situ* de cronologia romana, pese embora esta leitura careça de mais robusta demonstração.

A partir da data de identificação do arqueossítio, procurámos aferir a área de dispersão de vestígios, que se confina aos espaços onde não estão presentes as edificações funerárias ou as vias de circulação interna do cemitério dos Prazeres, umas e outras pavimentadas a alcatrão ou calçada portuguesa, e que condicionam de sobremaneira o conhecimento do local. Ainda assim, em diversos pontos a norte e oeste daquele onde foi inicialmente reconhecida a ocupação da Antiguidade assinalaram-se pequenos e muito erodidos elementos de *imbrices* e de cerâmica comum que prefiguram uma área rondando os 600 m², amostra insuficiente de uma dispersão de vestígios que poderá ser bem mais extensa. Fig. 6

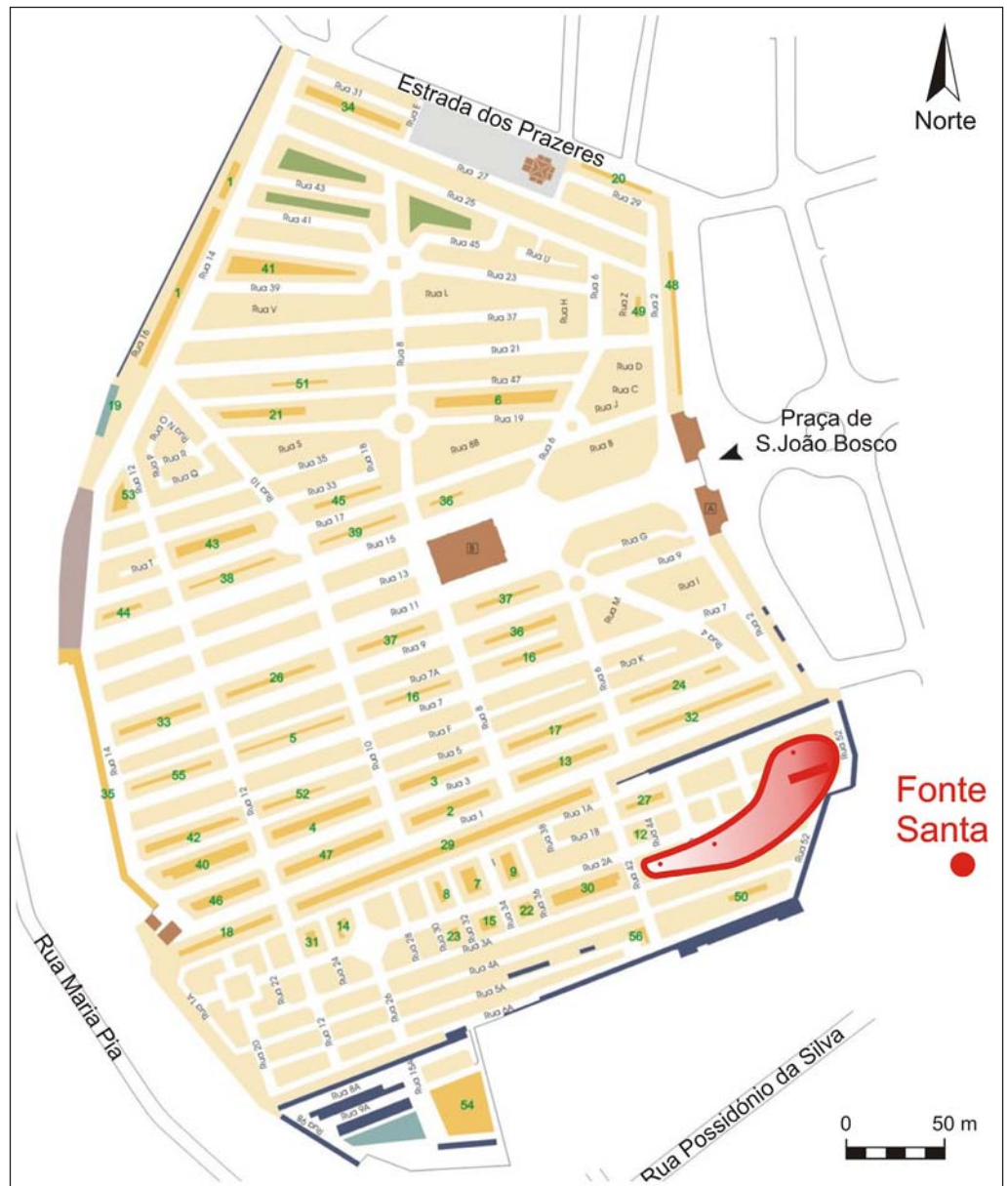


Figura 6
Área de dispersão de vestígios romanos no Cemitério dos Prazeres (Lisboa).

4.1. Cerâmicas Finas Romanas (Figura 7)

No conjunto de cerâmicas finas recolhido nos Prazeres documenta-se um fragmento de cerâmica campaniense, sendo o restante integrável na “família” da *terra sigillata*, elementos materiais que comprovam no seu todo uma amplitude de ocupação do local entre os séculos II/I a.C. e o IV/V d.C., pelo menos.

O n.º 1 equivale a um fragmento em produção etrusca de Campaniense B da forma Lamboglia 4, onde o pé é oco. Encerra uma cronologia que se espalha ao longo dos séculos II e I a.C., muito embora para o caso lisboeta as datas se devam centrar a partir dos momentos da conquista de 138 a.C. e até aos meados do séc. I a.C., pelo mais.

Os números 2 e 3 equivalem a fragmentos do fundo de prato que, pelas características do fabrico apontam uma origem em de La Graufesenque ou seu círculo. A modelação da parede, ainda delicada, fá-los afastarem-se dos modelos mais correntes na fase final da grande difusão

do centro sud-gálico, situável entre Domiciano e Trajano. Ambos mostram uma canelura na face interna do pé, sendo que 3 é classificável como uma forma Drag. 18 de tamanho mediano.

A *sigillata* clara africana domina a amostragem entre as “cerâmicas finas” romanas, com um equilíbrio entre os fabricos A e os mais tardios, em D. O n.º 4 documenta a forma Hayes 14A, o que lhe vale uma cronologia situada entre os finais do séc. II e os inícios do séc. III d.C. (BONIFAY, 2004: pág. 159). Os números 8 e 9, em D, equivalem a duas espécies diferentes do tipo Hayes 59, situáveis entre os finais do 1º quartel do séc. IV e igual segmento do século seguinte (HAYES, 1972).

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
1	Camp. B	Etrúria	Lamboglia 4	fundo		Praz.-18
2	TSSG	La Gra.	Prato	fundo	35?-90? d.C.	Praz.8
3	TSSG	La Gra.	Drag.18	fundo	35?-90? d.C.	Praz.17
4	TSCAF. A	Tunísia	Hayes 14A	bordo	fim II-in. III d.C.	Praz.9
5	TSCAF. A	Tunísia	Indet.	parede	fim I-III d.C.	Praz.28
6	TSCAF. A	Tunísia	Indet.	parede	fim I-III d.C.	Praz.29
7	TSCAF. A	Tunísia	Indet.	parede	fim I-III d.C.	Praz.35
8	TSCAF. D	Tunísia	Hayes 59	bordo	320-420 d.C.	Praz.34
9	TSCAF. D	Tunísia	Hayes 59	parede	320-420 d.C.	Praz.33
10	TSCAF. D	Tunísia	Indet.	fundo	-	Praz.36
11	TSCAF. D	Tunísia	Indet.	parede	-	Praz.2
12	TSCAF. D	Tunísia	Indet.	parede	-	Praz.49

4.2. “Cerâmica Cinzenta”

Somente um fragmento deste grupo regional foi identificado no local, um elemento de pequena dimensão, inclassificável. Por comparação com as produções da Idade do Ferro, o pouco polimento da parede externa e a mais elevada percentagem de elementos não plásticos remete com probabilidade o exemplar para o período alto-imperial, onde estas produções parecem ter conhecido presença significativa ainda nos principados de Cláudio e de Nero (SILVA, 2015, 2018), desconhecendo-se no momento se ultrapassam estas cronologias.

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
13	CCinz	Regional	Indet.	parede	Séc. I d.C. ?	Praz.39

4.3. Ânforas (Figura 7)

O material anfórico dos Prazeres, a despeito da sua escassez, documenta grande diversidade de proveniências, estando representados fabricos itálicos do Tirreno (Dr. 1 ?), lusitanos (Lusitana

3, Almagro 50 e Dressel 14?), béticos (Guadalquivir- Dressel 20) e norte-africanos (da Tunísia actual), cobrindo um espectro máximo de entre finais do séc. II a.C. e o séc. IV d.C.

O fragmento **15** da ânfora oleária bética Dressel 20 mostra uma morfologia que se enquadra no grupo de perfis do bordo que Stephanie Martin-Kilchner (1983: pág. 341, fig. 3) classificou como de data antonina.

16, por seu turno, enquadra-se na morfologia de fundos de várias morfologias de ânforas tunisinas datáveis entre os finais do século II e o IV d.C., como a Africana IIA, IIB, IIC, IID, Keay 25.1, 25.3, etc... (BONIFAY, 2004: pág. 107 e segs.). É por conseguinte arriscado assignar o exemplar a um modelo específico.

O bordo **17** equivale ao tipo Lusitana 3. Trata-se de um tipo anfórico cujos contornos cronológicos permanecem ainda não totalmente delimitados (QUARESMA e RAPOSO, 2014): embora Dias Diogo (1987[1991]), o investigador que primeiro definiu o tipo, situe o início do fabrico ainda no séc. I d.C., este entendimento não se encontra para já suportado por contexto seguro com uma datação tão recuada; em sentido oposto, um final de produção no terceiro quartel do séc. III d.C., definido a partir de contextos de centros produtores taganos, contrasta com estratigrafias muito bem definidas já do último quartel do mesmo século, onde a morfologia parece estar ainda bem representada (por exemplo SILVA e VALONGO, 2016).

18 corresponde a um fabrico lusitano da Almagro 50, documentado quer no Tejo quer no Sado.

19 corresponde a um testo com pasta tagana. Recentemente, o achado de um exemplar similar a fechar uma ânfora Dressel 14 na Praça D.Luis (Lisboa- PARREIRA e MACEDO, 2016) sugere uma associação deste tipo de opérculo a este modelo anfórico. Na realidade, as dimensões do testo como o recolhido nos Prazeres não se adaptam a alguns modelos lusitanos, como as Lusitana 3, Almagro 51a-b ou 51c, que assim se excluem do quadro, mas restam vários outros para além da Dressel 14 onde a solução de fecho com recurso a opérculo cerâmico poderá ter sido adoptada.

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
14	Itálica	Campânia	Dressel 1?	parede	c.140-c.40 a.C	Praz.48
15	Bética	Guadalq.	Dressel 20	Bordo		Praz.4
16	Africana	Tunísia	Indeterm.	fundo	Séc.II-IV d.C.	Praz.1
17	Lusitana	Tejo	Lusitana 3	bordo	Séc.II-III d.C.	Praz.32
18	Lusitana	Tejo	Almagro 50	bordo	Séc.III-IV d.C.	Praz.31
19	Lusitana	Tejo	Testo	pág.compl.	Séc.I-III d.C.	Praz.3

4.3. Cerâmica comum da Idade do Ferro e Romana (Figura 8)

A classe de produções oleiras de uso quotidiano recuperada no local ilustra formas associadas à preparação de alimentos, sua conservação e consumo. Estão presentes em fabricos regionais de panelas/potes, potinhos/pucarinhos, bilhas, jarros, taça, bacia, e testos.

Quatro exemplares (**20-23**) se destacam do remanescente conjunto citado, por mostrarem características que se conectam com momentos mais recuados da produção

oleira, o que comporta significativas implicações cronológicas para a leitura do sítio. De facto, quer a modelação quer o fabrico destes elementos é, ou radica, em tradições regionais bem mais ancestrais, sidéricas, sendo manifesta a diferença no tratamento das pastas, no caso bem mais depuradas. Acresce que, no caso de **20**, parece não oferecer dúvidas que a morfologia do bordo é coincidente com a da empregue para a produção regional de algumas ânforas na Idade do Ferro (SOUSA, 2011; PIMENTA e SOUSA, 2014): trata-se, todavia, de um exemplar de muito pequenas dimensões, pelo que deverá equivaler outrossim a um pote, e, por outro lado, o desconhecimento sobre as cerâmicas comuns regionais elaboradas no lapso de entre o século II a.C. e os meados do seguinte é ainda significativa, pelo que se não pode excluir a sua atribuição ao período republicano romano. O mesmo comentário merecem os dois potes **21** e **22**, que tanto podem equivaler a elaborações ainda sidéricas como inclusive já do Império Romano, comentário extensível à taça que ostenta dois orifícios junto do bordo (**23**): como recentemente se demonstrou a propósito do contexto de data cláudia da Rua dos Remédios (Lisboa), os modelos de recipientes de forte tradição oleira regional ainda circularam no Vale do Tejo durante a primeira dinastia do Principado, pelo menos, e apesar de minoritários eram correntes a par dos mais numerosos protótipos já de declarada matriz itálica (SILVA, 2015).

Entre os elementos já de plena cronologia romana imperial sobressai **24**, um fragmento de taça que mostra uma pasta de origem aluvionar, de coloração rosa claro e cerne cinzento, dura e muito depurada, contendo pequeníssimas moscovites, sem qualquer revestimento mas de muito bom acabamento polido. Pela modelação do pé e sua configuração geral, não somente parece aproximar-se de modelos análogos em *terra sigillata* sud-gálica como antes reproduz fielmente a sua taça Drag.29 em todos os detalhes da modelação do pé (incluindo a frequente canelura interna) e na forma de distinção entre o fundo da peça e a parede. Não mostrando a pasta as habituais características das produções dos vales do Tejo e do Sado, poderá tratar-se de uma elaboração oleira exógena a estas áreas, não se tendo conseguido repertoriar paralelo. Até por contraste, **25** mostra a provável inspiração nos tipos de pé da *sigillata* alto-imperial numa elaboração regional tagana, deles se distanciando pelo pormenor da modelação do pé de prato.

Assoma também com interesse peculiar **26**, um exemplar que imita um tacho em «Cerâmica Africana de Cozinha», aproximando-se dos tipos Hayes 197 ou Óstia II-312 (BONIFAY, 2004: pág. 223-225; HAYES, 1972). É com esse fundamento que se lhe atribui uma datação de entre os finais do séc. II e os inícios do IV d.C.

Um pequeno fragmento de forma fechada (**27**- não ilustrado), possivelmente de um potinho ou pucarinho, apresenta a pasta calcária de tonalidades amarelo-esbranquiçadas típica da vizinha província da Bética.

28 a **42** equivalem às diversas produções regionais de loiça de uso doméstico, ligadas ao consumo e armazenamento alimentar e de água. Dotados, na maioria dos casos, de diacronias longas dentro do período imperial, merece referência a taça **39**: trata-se de morfologia ausente dos contextos alto-imperiais e que está bem documentada em contextos romanos tardios, dos séculos IV aos meados do V d.C., nomeadamente em Lisboa na cerâmica associada ao abandono da cetária da Rua dos Fanqueiros n.ºs 68-76 (DIOGO e TRINDADE, 2000) ou no Núcleo Arqueológico da Rua dos Correeiros (onde Carolina Grilo prefere a designação de prato - GRILLO, 2017).

Nº	PRODUÇÃO	ORIGEM	TIPOLOGIA	PORÇÃO	CRONOLOGIA	N.º INV.
20	Id. Ferro	Regional	pote	bordo		Praz.25
21	Id. Ferro	Regional	pote/Pythos	fundo		Praz.15
22	Id./Trad.I.Fe	Regional	pote	bordo		Praz.16
23	Id./Trad.I.Fe	Regional	taça	bordo		Praz.3
24	Imit.TSSG	Desconh.	taça (Drag.29)	fundo	c.50-90 d.C.	Praz.20
25	Imit.CAC	Regional	tacho	ombro	Fim II-IV d.C.	Praz.24
26	Imit.TS ?	Regional	prato	fundo		Praz.5
27	Bética	Bética	potinho ?	parede		Praz.22
28	CCTag	Regional	pucarinho	bordo		Praz.19
29	CCTag	Regional	potinho/Pucar.	bordo		Praz.10
30	CCTag	Regional	potinho/Pucar.	asa		Praz.12
31	CCTag	Regional	potinho/Pucar.	asa		Praz.26
32	CCTag	Regional	jarro	bordo		Praz.27
33	CCTag	Regional	bilha	asa		Praz.14
34	CCTag	Regional	bilha	asa		Praz.23
35	CCTag	Regional	pote/panela	bordo		Praz.30
36	CCTag	Regional	pote/panela	bordo		Praz.11
37	CCTag	Regional	pote/panela	bordo		Praz.7
38	CCTag	Regional	pote/panela	fundo		Praz.21
39	CCTag	Regional	taça	forro	Séc.IV-V d.C.	Praz.6
40	CCTag	Regional	bacia	bordo		Praz.13
41	CCTag	Regional	Indeterm.	fundo		Praz.37
42	CCTag	Regional	testo de dólio	bordo		Praz.38
43	Ol.Constr.	Regional	tegula	rebordo		Praz.40
44	Ol.Constr.	Regional	tegula	rebordo		Praz.41
45	Ol.Constr.	Regional	imbrex	rebordo		Praz.42
46	Ol.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.43
47	Ol.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.44
48	Ol.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.45
49	Ol.Constr.	Regional	imbrex	parede		Praz.46
50	Ol.Constr.	regional	imbrex	parede		Praz.47

4.4. Olaria de construção (Figura 7)

Embora esteja presente no sítio de forma maioritária, a olaria de construção apresenta-se muito fragmentária, sendo predominantes os *imbrices* (recolhidos cinco fragmentos), com espessuras médias em torno de 1,8 cm, e ocorrentes os *lateres*, neste caso sem formatos discerníveis, com espessuras em torno dos 3 cm.

Também se recolheram dois fragmentos de rebordo de *tegula*, podendo esta circunstância assumir alcance cronológico: de facto, e a despeito da temática estar muito insuficientemente tratada na região, parece sintomático que no único contexto de colapso de telhado tardo-romano divulgado que conhecemos daqui, identificado no interior de uma cetária na Rua dos Fanqueiros (Lisboa) e datado dos meados do século V d.C., publicado por Dias Diogo e Laura Trindade (2000), os *imbrices* sejam ali exclusivos. Significará isto que cerca, ou até este período, cessou o fabrico das *tegulae* nas olarias regionais? Figs. 7-8

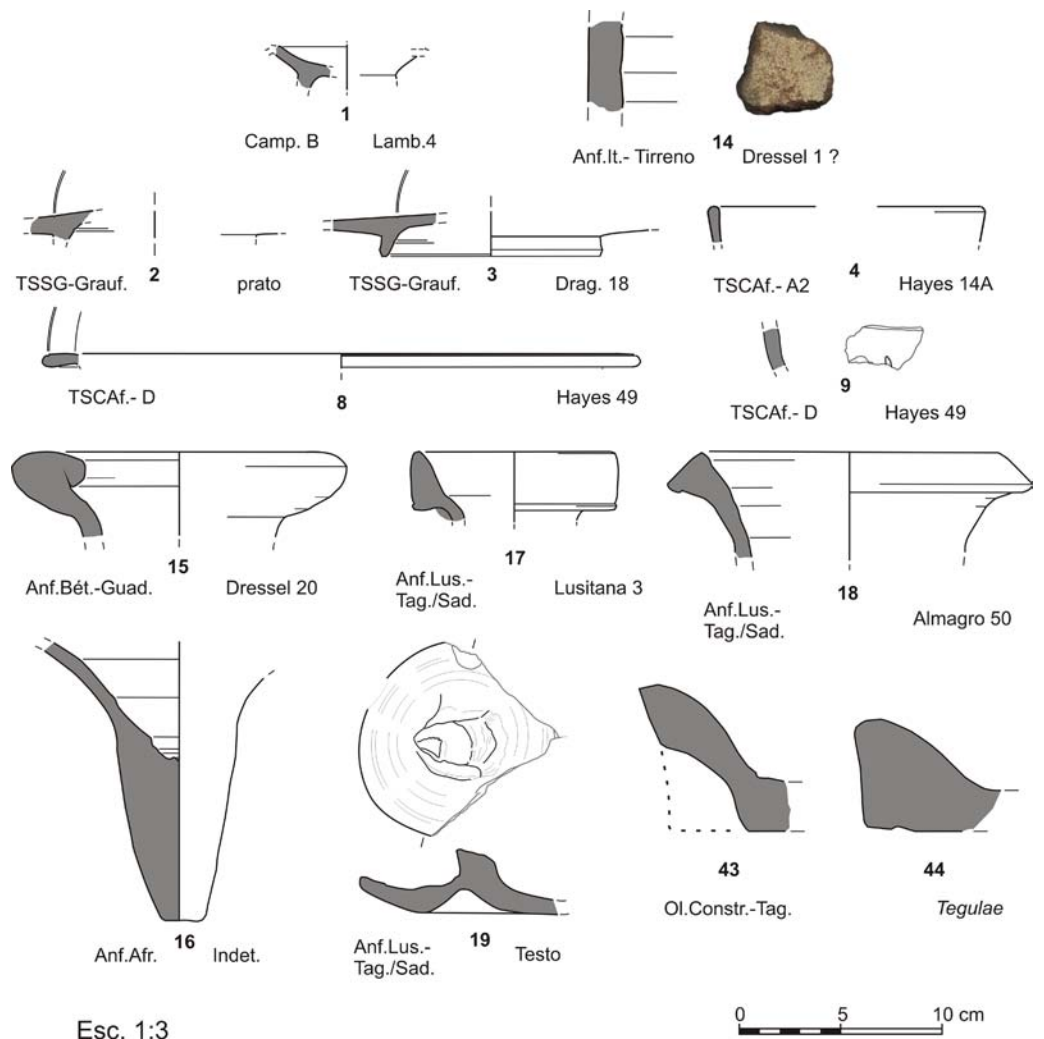


Figura 7
Cerâmica de verniz negro (1), terra sigillata (3-4; 8-9), ânforas (15-19) e olaria de construção (43-44) do sítio romano dos Prazeres (Lisboa).

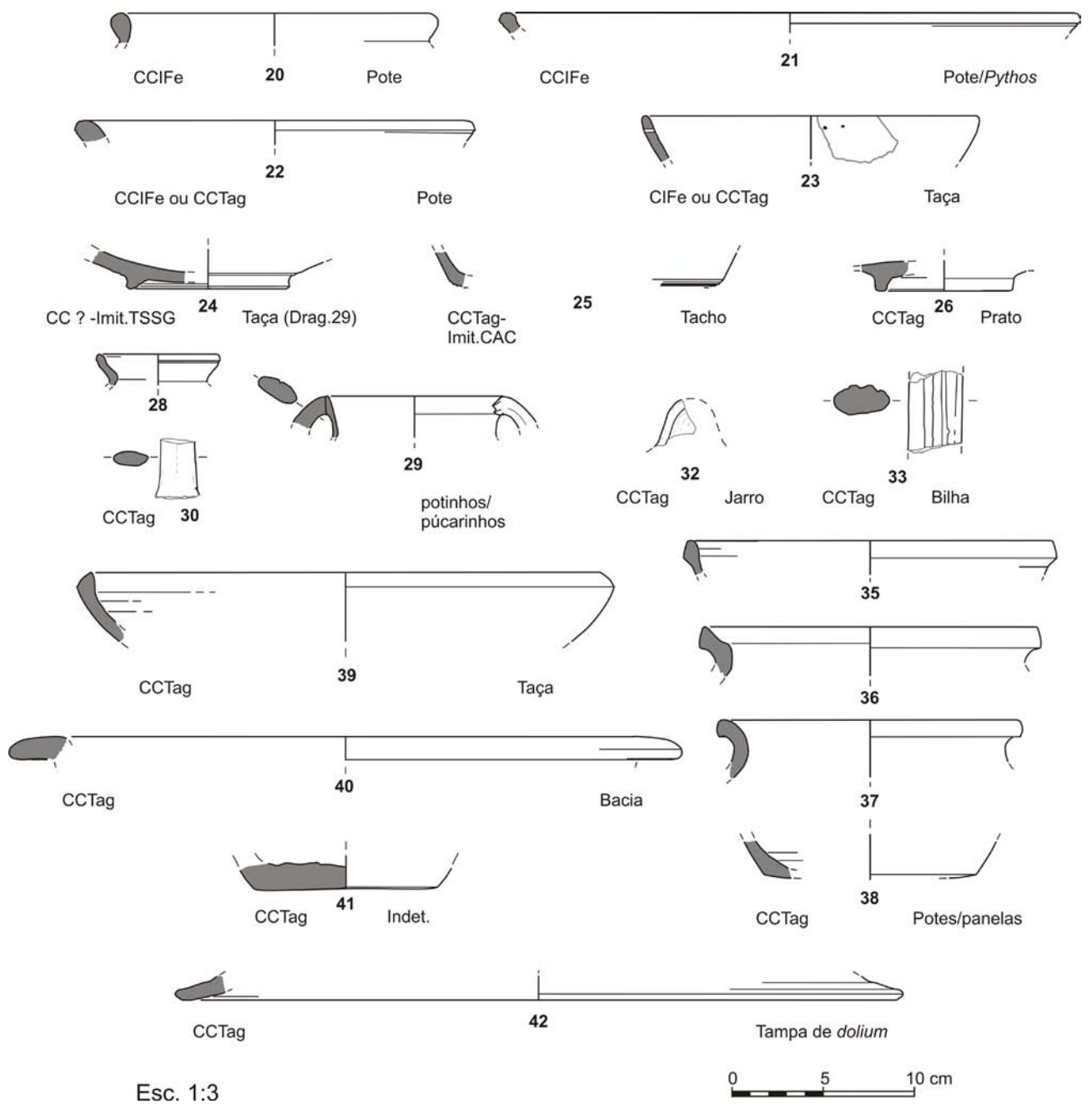


Figura 8
 Cerâmica comum da Idade do Ferro e/ou de tradição da Idade do Ferro (20 a 23), imitações (24-26) e cerâmica comum romana do Tejo (28-42) do sítio romano dos Prazeres (Lisboa).

4.5. *Opus tessellatum*

Este tipo de aparelho de época romana, elaborado sobretudo para a pavimentação, está apenas atestado por elementos soltos de côr branca (calcários) e preta (basaltos), sendo obviamente impossível assim discernir os padrões decorativos originais. De qualquer das formas, e em função do conhecimento actual sobre a musivária olisiponense (CAETANO, 1997, 2006), será de salientar-se a ausência de tesselas de outras colorações bem nos *agri olisiponenses*, nomeadamente na gama dos vermelhos, ocre e castanhos, designadamente

Figura 9
Tesselas do sítio
romano dos Prazeres
(Lisboa).



nos espaços dominiais das *uillae* dos séculos III d.C. e posteriores. Pode, portanto, colocar-se a hipótese de a cronologia do(s) mosaico(s) se situar no século II d.C., ou não o ultrapassar em muito.

As tesselas recolhidas possuem dimensões variáveis, sendo predominantes aquelas com uma superfície em torno de 1x1 cm, em ambas as tonalidades, dado que somente em três dos dezasseis casos a superfície se cifra em c.1,5x1,5 cm, ocorrendo somente em branco.

5. Considerações finais

O sítio romano dos Prazeres corresponde a um assentamento cujas características podemos no momento apenas intuir, sendo provável a sua correspondência com uma unidade de exploração agrícola romana. A aplicação de um termo classificatório ao local terá, porém, de se considerar como prematura e aconselha especiais cautelas, sendo passível de ter encerrado outras funcionalidades, nomeadamente se se tiver em conta o carácter provavelmente sagrado do entorno, relacionado com o hipotético culto a *Nabia* denunciado pelo topónimo.

Ainda assim, os elementos colectados suscitam algumas reflexões sobre a dinâmica do povoamento romano disperso do espaço rural olisiponense.

Guilherme Cardoso, o investigador que mais se tem devotado ao conhecimento desta matéria na área da Península de Lisboa, supôs um aro de 5 Km de fraca densidade em torno da cidade de *Olisipo*, como confessa inspirado pelo modelo de Pierre Sillières defendido para *Emerita Augusta*, explicitando que esta fraca ocupação do espaço se deve-

ria à manutenção no foro das *res publica* dos territórios mais chegados ao centro urbano (CARDOSO, 2002).

O sítio romano dos Prazeres parece, à primeira vista, enquadrar-se na leitura de Cardoso, situando-se no extremo do aro daquela forma definido. Porém, e como a investigação tem sublinhado, este tipo de paisagem arqueológica deverá resultar muito mais do nosso desconhecimento motivado pela intensidade de ocupação urbana posterior de Lisboa, ocorrida desde momentos muito recuados, e da mais que provável ocultação e obliteração de muitos assentamentos de cronologia romana (ALARCÃO, 1994; FABIÃO, 1994; RIBEIRO 1994; CARDOSO 2002, entre muitos outros). A sugerir-lo está o achado de um tesouro de “moeda ibérica” na área da Estefânea, de uma lucerna em 1927 junto da antiga Faculdade de Veterinária (à Rua Gomes Freire; hoje no Museu Nacional de Arqueologia), de moedas do século IV d.C. no cabeço de Sete Moinhos, de epitáfios na Avenida Almirante Reis, Bela Vista e Ameixoeira, de dois outros e restos esqueléticos associados em Entrecampos, de uma necrópole extensa e um provável santuário rural (*fanum*) em Poço de Cortes-Olivais Sul, de uma outra necrópole extensa na área ferroviária de Santa Apolónia (que talvez explique nalguns aspectos parte dos elementos arquitectónicos e epigráficos agrupados no Mosteiro de Chelas), ocorrências de há muito referenciadas por Vieira da Silva (1945). As mais recentes intervenções em Belém (FILIPE e FABIÃO, 2006/2007; FILIPE, 2011), na Rua do Passadiço (a Santa Marta), por Alexandre Sarrazola, como em data bem mais recente em Santa Joana e em Santa Marta, por Artur Rocha (agradece-se aqui publicamente a ambos os investigadores a autorização de as referir), vêm comprovar a muito maior densidade de ocupação do espaço rural mais chegado à cidade, e que, por consequência, a paucidade de vestígios no aro dos ditos 5 Km, entendido como “território próximo”, é muito mais aparente do que real. Será neste quadro que se deverá compreender a ocupação romana que agora se trata.

De entre o conjunto de dados identificados nos Prazeres destacam-se, pela sua segura antiguidade, os fragmentos de campaniense B e de ânfora itálica do Tirreno, que remetem para cronologias anteriores aos meados do séc. I a.C., pelo menos. Trata-se de elementos isolados, a que se juntam outras cerâmicas do local mas de mais controversa datação, que se vêm juntar a uma panóplia de diversas ocorrências encontradas em similares circunstâncias em escavações ou prospecções de sítios localizados na Península de Lisboa (CARDOSO, 2002; SILVA, 2012). Mas, se a título individual cada uma destas ocorrências descontextualizadas pouco significará, perspectivadas no seu conjunto elas compaginam um padrão, informação a que se terá de atribuir o devido significado...

Limitando-nos à parte mais meridional da Península de Lisboa, o conjunto dos locais onde se assinalou a presença de cerâmica campaniense, ânforas, cerâmica cinzenta fina de período romano republicano ou projecteis de funda em chumbo, datáveis genericamente dos finais dos séculos II e do I a.C., inclui os arqueossítios de Outeiro, Freiria (Cascais) (Campaniense indeterminada- CARDOSO, 2002: pág. 62), Leião (Campaniense- CARDOSO, 2011: pág. 132-134), Oeiras (Oeiras- fundo de ânfora Maña C2b- CARDOSO, 2002: pág. 48; CARDOSO e CARDOSO, 1993; GOMES, CARDOSO e ANDRÉ, 1996), Cabanas de São Marcos, Armez (CARDOSO, 2002: pág. 76), Ermidas (Campaniense B- Idem: pág. 78), Funchal (“imitação de campaniense”- Idem: pág. 79), Granja dos Serrões (Campaninense A- Idem), Lugar do Marcador (“imitação de campaniense”- Idem: pág. 80), São Miguel de Odrinhas (Campaniense.-Idem) (Sintra), Unhos (Loures- cerâmica cinzenta com decoração em retícula brunida- SILVA e SANTOS,

2009: pág. 26), Raimona (Maфра- três glandes de chumbo- CARDOSO, 2002: pág. 93), Moinho da Atalaia (Amadora- Campaniense A e B- PARREIRA e PINTO, 1978) e Belém (Lisboa- campanienses- FILIPE, 2011: pp. 87 e 93; FABIÃO e FILIPE, 2006/2007). A esta longa lista poderíamos porventura acrescentar os sítios cascalenses do Alto de Caparide (CABRAL *et al.*, 2002), Tires (CARDOSO, 2002: pág. 64) e Miroiço (Idem: pág. 67), onde a despeito da ausência conhecida de materiais datáveis das duas centúrias antes da Era se documenta a sobreposição de uma presença romana do período imperial a uma anterior, da Idade do Ferro, o que pode sugerir uma continuidade de ocupação nos locais, mesmo que relativa.

O conjunto dos dados configura a já antes assinalada antiguidade dos sítios rurais romanos dos *agri olisiponenses* (ALARCÃO, 1994), que encontra aqui a sua devida expressão material. A amplitude do fenómeno sugere traduzir uma transição pacífica para o mundo romano, presumida (e bem) por João Luís Cardoso como “*sem grandes sobressaltos e tensões sociais*” (CARDOSO, 2011: pág. 123). A epigrafia da região, sobretudo objecto de estudos de maior fôlego por José Cardim Ribeiro (1981, 1982-83, 1994, 2000), mas de igual modo de José D’Encarnação e, em especial, Amílcar Guerra (2002, 2003), deixam transparecer um panorama onde as aristocracias locais são dominantes, onde se promoveram políticas de aliança internas e com elementos recém-chegados itálicos ou outros indivíduos altamente romanizados, leitura histórica denunciada pela onomástica documentada na epigrafia pétrea, conferindo assim maior verosimilhança à perspectiva regional de João Luís Cardoso antes enunciada.

Porém, a um nível arqueológico regista-se o caso de Moinho da Atalaia, sítio sidérico que se interrompe antes do advento do Principado. A ruptura singular verificada neste local poderá ter todavia ter correspondência mais ampla no registo arqueológico, designadamente nas sequências de locais permanentemente ocupados, pois nos poucos casos minimamente escavados de onde se conhecem estruturas anteriores à Época Imperial Romana, como Freiria (CARDOSO e ENCARNAÇÃO, 1999; CARDOSO e ENCARNÇÃO, 2013), Alto de Caparide (CABRAL *et al.*, 2002), Oeiras (GOMES, CARDOSO e ANDRÉ, 1996) e Quinta da Bolacha-Monte do Castelhinho (ENCARNAÇÃO e DIAS, 2015 e 2017: pág. 174; ENCARNAÇÃO *et al.*, 2016), a que se deverá acrescentar Tapada da Ajuda, a descontinuidade construtiva e/ou locativa é manifesta, sendo contudo difícil avaliar o seu real significado a partir da escassez dos dados ou das dificuldades que impõe a sua interpretação.

Estamos, portanto, longe de ter à disposição os elementos necessários que nos permitam discernir se se verificou a apropriação por elementos exógenos de espaços fundiários ao longo do primeiro século de dominação romana, afigurando-se como plausível que esta, a ter ocorrido, não o foi de forma generalizada na totalidade do território.

A partir das etapas imperiais, os sítios dos *agri*, de que Prazeres será um caso, revelam elevada vitalidade económica a que deverá corresponder uma muito maior intensidade na exploração dos recursos naturais. Através das suas evidências materiais, os locais da esfera rural olisiponense manifestam a sua inserção plena nas redes de comércio estabelecidas após o séc. I a.C. No caso presente, a diversidade de origens e cronologias das importações cerâmicas, patentes numa amostragem quantitativamente limitada e colectada em circunstâncias muito condicionadas, sugerem a capacidade aquisitiva pela comunidade respectiva, o que pode implicar um papel portuário complementar para a foz da Ribeira de Alcântara em Época Romana Imperial.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1994) – Lisboa romana e visigótica. In Arruda, A.M. (coord.). *Lisboa Subterrânea*. Catálogo. Lisboa, p. 58-63.
- AMARO, C. (1985) – Necrópole Romana da Tapada da Ajuda-1982. *Informação Arqueológica*. Lisboa, 5, p. 84-86.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. British Archaeological Reports, International Series, n.º 1301. Oxford. Archaeopress.
- CABRAL, J.P.; CARDOSO, G.; ENCARNACÃO, J.D'; NIEUWENDAM, L. (2002)- Sondagens em Caparide“. *Al-Madan*. Almada, II Série, n.º 11, p. 6.
- CAETANO, M.T. (1997) – *Estudo sobre a musivária romana da antiga Olisipo e da «Zona W» do ager (Dissertação de Mestrado em História da Arte)*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- CAETANO, M.T. (2006) – Mosaicos de *Felicitas Iulia Olisipo* e seu *ager*. *Revista de História de Arte*. Lisboa, n.º 2, pp. 24-36.
- CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização do Ager Olisiponensis (Trabajo de Investigación de Tercer Ciclo presentado por Guilherme Cardoso bajo la Dirección del Prof. E. Cerrillo M. De Cáceres)*. Cáceres. Universidad de Extremadura / Departamento de Historia / Área de Arqueología (policopiado).
- CARDOSO, G., AMARO, C. e BATALHA, L. (2017) – O sítio arqueológico do Alto da Casa Branca (Tapada da Ajuda, Lisboa). *Al-Madan on-line*. Almada, 22-1, p. 35-40.
- CARDOSO, G. e ENCARNACÃO, J.D' (1999) – Notas sobre a ocupação proto-histórica na *Villa Romana* de Freiria Norte. *Revista de Guimarães*. Guimarães. *Volume Especial*, II, p. 741-757.
- CARDOSO, G. e ENCARNACAO, J.D' (2013) – O povoamento pré-romano de Freiria-Cascais. *CIRA-Arqueologia*. Vila Franca de Xira, 2, p. 133-181.
- CARDOSO, J.L. R., J.S., M.J., CARREIRA, J.R. (1986) – A jazida da Idade do Bronze Final da Tapada da Ajuda. *Lisboa-Revista Municipal*. Lisboa, 2ª Série, n.º 15, p. 3-18.
- CARDOSO, J.L. (1995) – O Bronze Final e a Idade do Ferro na Região de Lisboa: Um ensaio. *Conimbriga*. Coimbra. Vol. 34, p. 33 – 74.
- CARDOSO, J.L. (2011) – *Arqueologia do Concelho de Oeiras do Paleolítico Inferior Arcaico ao séc. XVIII*. Catálogo. Oeiras. Câmara Municipal.
- CARDOSO, J.L. (2015) – Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Firenze, n.º 65, p. 149-170.
- CARDOSO, J.L. e CARDOSO, G. (1993) – Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, n.º 4.
- CARDOSO, J.L. e SILVA, I.M. da (2004) – O povoado do Bronze Final da Tapada da Ajuda (Lisboa): estudo do espólio cerâmico. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 7-I, p. 227-271.
- DIOGO, A.M.D. (1987[1991]) – Quadro tipológico das ânforas de fabrico lusitano. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV. Vol. 5, p. 179-191.
- DIOGO, A.M.D. e TRINDADE, L. (2000) – Vestígios de uma unidade de transformação do pescado descobertos na Rua dos Fanqueiros, em Lisboa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa, vol. 3-1, p. 181-196.
- ENCARNACÃO, G.; DUARTE, C. (1999) – *A Necrópole Paleocristã do Casal de São Brás*. Relatórios 5. Amadora. ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.
- ENCARNACÃO, G. e DIAS, V. (2015) – *Moinho do Castelinho. Um sítio a descobrir*. Catálogo. Amadora: Câmara Municipal.
- ENCARNACÃO, G. [et al.] (2016) – *Moinho do Castelinho. Trabalhos arqueológicos realizados entre 2011 e 2015*. Relatórios, 9. Amadora: ARQA – Associação de Arqueologia da Amadora.
- ENCARNACÃO, G. e DIAS, V. (2017) – Estado atual do conhecimento acerca do povoamento em Época Romana na Amadora. *Arqueologia em Portugal 2017. Um Estado da questão*. Lisboa. Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 171-183.
- ENCARNACÃO, J.D' (1975) – *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FABIÃO, C. (1994) – Ler as cidades antigas: Arqueologia Urbana em Lisboa. *Penlope-Ler e Desfazer a História*. Lisboa. N.º 13, p. 147-162.
- FILIPPE, I. e FABIÃO, C. (2006/2007) – Uma unidade de produção de preparados de peixe de época romana na Casa do Governador da Torre de Belém (Lisboa): uma primeira apresentação. *Arqueologia & História*. Lisboa. N.º 58/59, p. 103-118

- FILIPPE, I. (2011) – *Casa do Governador da Torre de Belém: o caso de uma unidade de produção de preparados de peixe no âmbito da economia romana (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- GOMES, M.V., CARDOSO, J.L. e ANDRÉ, M.C. (1996) – O mosaico romano de Oeiras. Estudo iconográfico, integração funcional e cronologia. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, n.º 6, p. 367-406.
- GRILO, C. (2017) – A cerâmica comum de produção local e regional do Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Lisboa. Os contextos fabris. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação (Teatro Aberto, 26, 27 e 28 de Nov. de 2015)*. Lisboa, p. 254-271.
- GUERRA, A. (2002) – *Omnibus Numinibus et Lapitearum*: algumas reflexões sobre a nomenclatura teonímica do Ocidente peninsular. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. Vol. 5-1, p. 147-159.
- GUERRA, A. (2003) – Algumas Notas sobre o Mundo Rural do Território Olisiponense e as suas Gentes. In A.R. Santos, N.S. Rodrigues, T. Kuznetzova-Resende e A. Guerra (coord.). *Mundo Antigo Economia Rural*. Lisboa, p. 123-150.
- HAYES, J.W. (1972) – *Late Roman Pottery*. Londres. British School at Rome.
- MARTIN-KILCHNER, S. (1983) – Les amphores romaines à huile de Bétique (Dressel 20 et 23) d' Augst (*Colonia Augusta Rauricorum*) et Kaiseraugst (*Castrum Rauracense*). Un rapport préliminaire. J.M. Blázquez Martínez e J. Remesal Rodríguez (coord.), *Producción y Comercio del Aceite en La Antigüedad- II Congreso Internacional (Sevilla, 24-28 de Febrero 1982)*. Madrid. Universidad Complutense, p. 337-347.
- MEIRA, C. (2015) – *As necrópoles alto-medievais do concelho de Cascais (Séculos VI e VII) (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).
- PARREIRA, R. e PINTO, C.V. (1978) – Contribuição para o Estudo do Bronze Final e do Ferro Inicial a Norte do Estuário do Tejo. *Actas das III Jornadas Arqueológicas (1977)*. Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. 1, p. 147-163.
- PARREIRA, J. e MACEDO, M. (2016) – Lusitanian Amphorae and Transport Coarse Ware from the Roman Anchorage of Praça D. Luís I (Portugal). I.V. Pinto, R.R. Almeida e A. Martin (eds.), *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution*. RLAMP- Roman and Late Antique Mediterranean Pottery, 10. Oxford. Archaeopress, p.167-172.
- QUARESMA, J. C. e RAPOSO, J. (2014) – Ficha Lusitana 3 (Lusitania occidental). *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y consumo* (amphorae.icac.cat), 16 Enero 2014. <http://amphorae.icac.cat/es/topologias?task=idxgeo-lo>.
- REIS, S.H. dos (2017) – *Religião e Sociedade no Municipium Olisiponense (Dissertação de Mestrado em Arqueologia)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- RIBEIRO, J.C. (1982-1983) – Elementos histórico-epigráficos em torno da figura de L.IVLIVS MAELO CAV-DICVS. *Sintria*. Sintra, vol. I-II, p. 151 – 476.
- RIBEIRO, J.C. (1983) – Contributos para o conhecimento de cultos de devoção de cariz aquático relativos ao território do Município Olisiponense. *Boletim da Assembleia Distrital de Lisboa*. Lisboa, 3ª Série, n.º 89 (1), p. 331-369.
- RIBEIRO, J.C. (1994) – *Felicitas Iulia Olisipo* – Algumas considerações em torno do catálogo Lisboa Subterrânea. *Al-Madan*. Almada. II série. N.º 3, p.75-95.
- RIBEIRO, J.C. (2000) – Antroponíma e helenização cultural na Hispânia romana. In M.C. Hipólito, D.M. Metcalf, J.M.P.Cabral, M. Crusafonte, M.I. Sabater (coord.). *Homenagem a Mário Gomes Marques*. Sintra, Instituto de Sintra, p. 419-454.
- RODRIGUES, M.C. (1994) – Nota sobre uma escultura romana da Ajuda-Lisboa. *Actas das V Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (20, 21 e 22 de Maio de 1993)*. Lisboa. Vol. 2, p. 253-260.
- SILVA, A.R. e SANTOS, S.P. (2009) – Acompanhamento de obra revela eventual *Villa* e Assentamento Proto-histórico (Via T5- Unhos a Sacavém) Loures. *Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo em Território Português, Actas das Jornadas de Arqueologia do Vale do Tejo, em Território Português, realizadas entre os dias 3 e 6 de Março de 2008*. Lisboa, Centro Português de Geo-História e Arqueologia, p. 13-27.
- SILVA, A.V. da (1942) – A Ponte de Alcântara e suas circunvizinhanças. Notícia histórica. *Olisipo*. Lisboa. Ano V. N.º 18, p. 63-95.
- SILVA, A.V. da (1945) – *Epigrafia de Olisipo (subsídios para a História da Lisboa romana)*. Lisboa: Câmara Municipal.
- SILVA, J.P. (1879) – Sepultura da Idade da pedra descoberta na Real Tapada da Ajuda. *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e dos Archeólogos Portugueses*. Lisboa. II Série. N.º 11. Tomo 2.
- SILVA, R.B. da (2012) – *As «marcas de oleiro» na terra sigillata e a circulação dos vasos na Península de Lisboa (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (policopiado).

- SILVA, R.B. (2015) – O contexto alto-imperial da rua dos remédios (Alfama – Santa Maria Maior, Lisboa): vidros, cerâmicas e análise contextual. *Monografias Associação dos Arqueólogos Portugueses*, n.º1. Lisboa, p. 41-67.
- SILVA, R.B. (2018) – La facies cerámica de *Olisipo* (Lisboa) en el período julio-claudio: una primera aproximación a partir de contextos suburbanos seleccionados. In P. Ruiz Montez, M.V. Peinado Espinosa e M.I. Fernández García (eds.), *La configuración de las facies cerámicas altoimperiales en el sur de la Península Ibérica. RLAMP- Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*, 11. Oxford, Archaeopress, p.3-31.
- SILVA, R.B. e VALONGO, A. (2016) – A Urbanística do Subúrbio Ocidental de Felicitas Iulia Olisipo (Lisboa): Um Contributo da I.A.U. da Rua do Ouro n.ºs 133-145. *Cira-Arqueologia*. Vila Franca de Xira. N.º 5, p. 116-148.
- SOUSA, E. (2011) – *A ocupação pré-romana da foz do Estuário do Tejo durante a segunda metade do 1º milénio a.C.* (Dissertação de Doutoramento em História, especialidade de Arqueologia). Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (policopiado).
- SOUSA, E.; PIMENTA, J. (2014) – A produção de ânforas no estuário do Tejo durante a Idade do Ferro. Morais, R., Fernández, Sousa, M. J. (eds.), *As Produções Cerâmicas de Imitação na Hispânia. Monografias Ex Officina Hispana II (Actas do II Congresso Internacional de la SECAH – Ex officina Hispana (Braga, de 3 a 6 de Abril de 2013))*. Porto, vol. 1, p. 303- 316.
- VASCONCELOS, J.L. de (1988 [1905]) – *Religiões da Lusitânia (2ª Ed.)*. Lisboa. Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol.II.

➤ **Transição estratigráfica em Almoínhas (Loures, Portugal): evolução das importações finas na Lusitania entre c.100 e c.320 d.C..**

JOSÉ CARLOS QUARESMA

PROFESSOR AUXILIAR CONVIDADO. FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA.
INSTITUTO DE ESTUDOS MEDIEVAIS – FCSH/UNL
JOSECARLOSQUARESMA@GMAIL.COM

RESUMO

O possível *vicus* de Almoínhas (Loures, Portugal) está localizado na Península de Lisboa, junto a um braço do paleo-estuário do rio Tejo, no *territorium* de *Olisipo*. Neste artigo apresentamos o diagrama estratigráfico das importações de cerâmica (*terra sigillata*, cerâmica africana de cozinha, paredes finas, lucernas, almofarizes e cerâmica comum de importação), bem como das formas de cerâmica comum de imitação e dos vidros. Desenvolvemos um primeiro esquema da evolução estratigráfica dos sectores escavados no sítio. A estratigrafia indica uma renovação profunda, provavelmente da segunda metade do século III, razão pela qual os dados alto-imperiais são mais escassos. Os dados sobre a evolução cronológica da *terra sigillata* africana importa A e C (e até mesmo africana D1) são particularmente importantes entre c.250 e c.320 d.C..

ABSTRACT

The possible *vicus* of Almoínhas (Loures, Portugal) is located on the peninsula of Lisbon, next to an extension of the paleo-estuary of River Tagus in the *territorium* of *Olisipo*. In this article we present the stratigraphic diagram concerning the ceramics imports (*terra sigillata*, African cooking ware, thin walls, lamps, mortars and imported common ware), as well as common ware, which imitates fine ware shapes, and glass. We developed a first diagram regarding the stratigraphic evolution of the excavated sectors in this possible *vicus*. The stratigraphy indicates a profound renovation, most probably during the second half of the 3rd century, wherefore data from the Early Empire are scarcer. Also of great importance in this study are data regarding the chronological evolution of imports of African *terra sigillata* A and C (and even African D1) between c.250 c.320 A.D..

1. Introdução

Situado em plena península de Lisboa, o sítio de Almoínhas está implantado na encosta este da serra de Montemor, estendendo-se até à várzea tagana, entre cotas altimétricas que variam dos 0 aos 35 metros de altitude. Em época romana, o paleo-estuário do Tejo teria um braço na actual várzea de Loures, que seria navegável, ainda no século XVIII, até Santo Antão do Tojal, por barcos de alguma envergadura (Silva, 2012; Oliveira, 2001).

Situado em pleno *territorium* de *Olisipo* (Lisboa), principal porto ocidental da *provincia* da *Lusitania*, Almoínhas usufruía assim de uma rede de contactos comerciais privilegiados ao longo de toda a história de ocupação do sítio, reforçada pela proximidade à via terrestre entre *Olisipo*

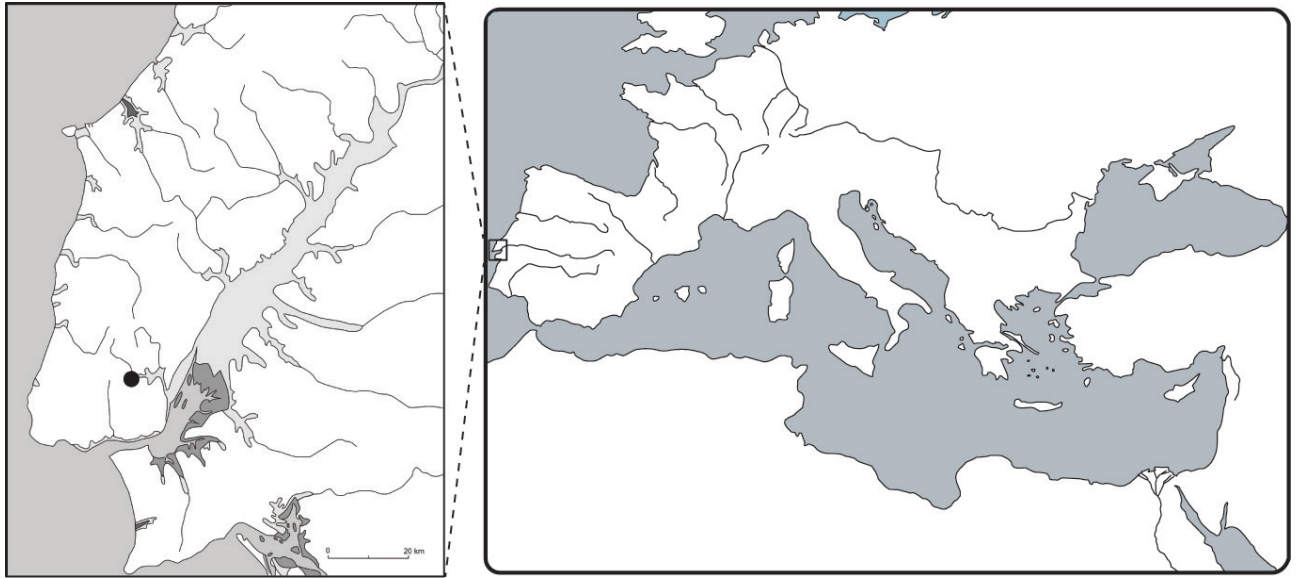


Figura 1
Localização aproximada de Almoínhas na península de Lisboa, Portugal.

e *Bracara Augusta* que, no seu segmento inicial em direcção a *Scallabis*, teria uma variante com passagem por Santo António do Tojal, na periferia de Almoínhas (Oliveira, 2001, p. 71). **FIG. 1**

O sítio de Almoínhas foi identificado através de prospecções do Museu Municipal de Loures nos anos de 1990, estrutura que iniciou escavações em 1995, sob a direcção de Ana Cristina Oliveira, a quem pertence a primeira síntese sobre o sítio, na altura interpretado naturalmente como *villa*, tendo em conta a entretida dimensão dos vestígios, a partir das sondagens de diagnóstico e de uma primeira campanha de prospecção geofísica (Oliveira, 2001. Sobre a numismática, ver Ruivo, 1999).

São os trabalhos da empresa Era-Arqueologia, com vinte e sete sondagens arqueológicas realizadas entre 2005 e 2006, que vão permitir uma complexificação interpretativa do sítio (Brazuna, Coelho, 2012) – hoje tendencialmente considerado um *vicus*, e menos possivelmente uma *villa* – e produzir uma nova síntese interpretativa, na qual consta, para além dos sectores domésticos e funerários já diagnosticados nos anos de 1990, um sector produtivo com três fornos cerâmicos, mantendo-se a dúvida sobre a(s) tipologia(s) neles produzida(s), embora provavelmente nos universos das cerâmicas comuns e/ou de construção, tendo os fornos 1 e 2 laborado possivelmente entre os séculos II e IV e o forno 3 entre os séculos I e III d.C. (Brazuna, Coelho, 2012, p. 105). **FIG. 2**

A cronologia geral do sítio proposta por Sandra Brazuna e Manuela Coelho balizava o sítio entre os séculos I/II e os meados do século V d.C. (Brazuna, Coelho 2012, p. 112). O trabalho por nós desenvolvido de sistematização do espólio fino e de remontagem em diagrama das camadas da escavação do Museu Municipal de Loures e das UEs da escavação da empresa Era-Arqueologia (figs. 3-6: diagrama das UEs da escavação da empresa Era-Arqueologia) permitiu-nos elaborar uma primeira sequência cronológica para estas UEs e com isso fornecer uma primeira visão mais avançada sobre a diacronia do arqueossítio, para o qual, devemos deixar bem claro, falta ainda um trabalho aturado de remontagem de todas as UEs e definição mais avançada das suas fases arquitectónicas, mormente o trabalho profícuo publicado em 2012.

Uma fase alto-imperial, já expressada na referida síntese de 2012, fica também clara na nossa remontagem estratigráfica, onde se conserva algumas UEs anteriores ao século III, mas nunca anteriores a 100+ d.C., parecendo excluída uma ocupação do século I, até pela escassez de *terra sigillata* alto-imperial. Não é, contudo, certo, que não possa existir alguma fase alto-imperial bem preservada numa das muitas áreas não escavadas do sítio.

Figura 2
 Planta das sondagens
 e estruturas do sítio,
 após as escavações
 da empresa
 Era-Arqueologia.
 © Era-Arqueologia.



As próprias UEs do século II são escassas em informação, sendo curiosamente a fase mais antiga, de 100+ d.C., aquela que possui o maior mobiliário. Depois de duas sepulturas que datamos de meados do século III, é sem dúvida na segunda metade deste século que se deve assistir a uma grande remodelação (ou ao seu início) do *vicus*, estando pelo menos a UE 1043 da área 4 associada à desmontagem de um muro. Não será por isso, por acaso, que a fase de 250-300 d.C., com 67 indivíduos, é a segunda mais rica em espólio fino, só ultrapassada pela fase de c. 300 d.C., com 87 indivíduos.

Esta fase de inícios do século IV diz essencialmente respeito aos primeiros níveis de uma lixeira tardo-romana escavada pelo Museu Municipal de Loures, nos sectores S, T e U (Oliveira 2001), níveis aos quais somamos as UEs 2021 e 4029 da escavação da Era-Arqueologia (fig. 6). Esta lixeira revela uma diacronia de cerca de um século, sendo apresentada neste artigo a fase de 320+ d.C., já bastante menos rica em mobiliário fino e contendo no seu topo (ou na transição estratigráfica desta fase para a fase posterior, isto é, da UE 4021 para a UE 4018, que datamos já de 350+ d.C.) dois marcos miliários descartados, estando um deles, legível, datado de 314-324 d.C..

Esta lixeira está implantada na área habitacional da área 4 das escavações da Era-Arqueologia, tendo-se produzido um primeiro estudo da cerâmica comum, para além de uma abordagem às ânforas, com a presença de Dressel 20 bética, e Lusitana 9, Almagro 51 a-b e sobretudo Almagro 51c lusitanas (*apud* Brazuna, Coelho, 2012, p. 111). Não deixa de ser *sui generis* que dois marcos miliários sejam descartados tão pouco tempo depois da sua elaboração, mas também é verdade que se seguissemos um raciocínio preconceituoso baseado num abandono destas duas epígrafes num tempo obrigatoriamente muito posterior à sua data de elaboração (314-324 d.C.), uma cronologia de século V, por exemplo, para a fase de 320+ d.C., chocaria com um panorama de cerâmica comum sem rupturas evolutivas; para além do mais, é na fase seguinte, da lixeira, de 350+ d.C., que encontramos a primeira evidência morfológica de *terra sigillata* africana D1, posterior a meados do século IV (Hayes 67B).

A fase 350+ d.C. já não faz parte deste artigo, para o qual decidimos problematizar apenas as questões estratigráficas entre c.100+ e c. 320+ d.C. que reflectem assim o palimpsesto da ocupação alto-imperial, profundamente remodelada entre 250-300 ou 250-320 d.C.. Num segundo artigo a breve prazo, problematizaremos a estratigrafia entre 350+ e 525+ d.C., naquilo que parece ser uma ocupação contínua, aparentemente na área 1, até 425+ d.C., e sobretudo na área 3, até 525+ d.C.. **FIG.S 3-6**

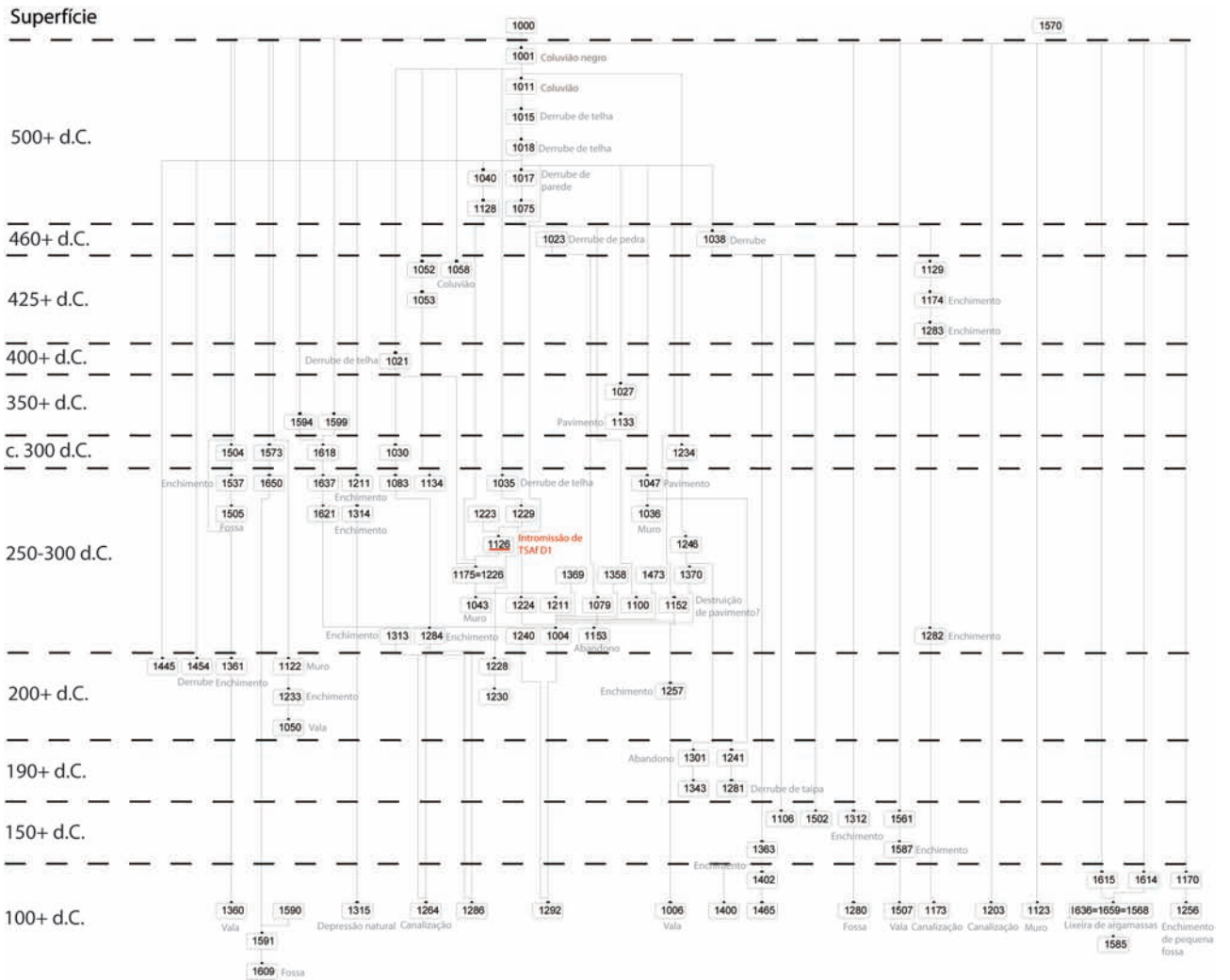
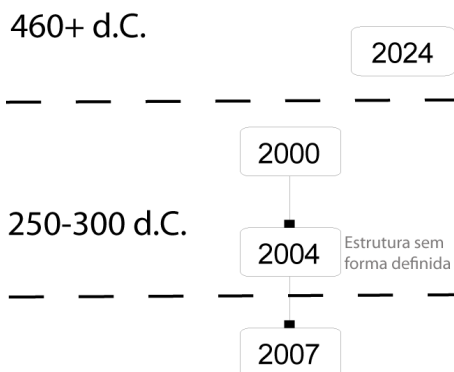


Figura 3
Diagrama parcial das escavações da empresa Era-Arqueologia.

Figura 4
Diagrama parcial das escavações da empresa Era-Arqueologia.



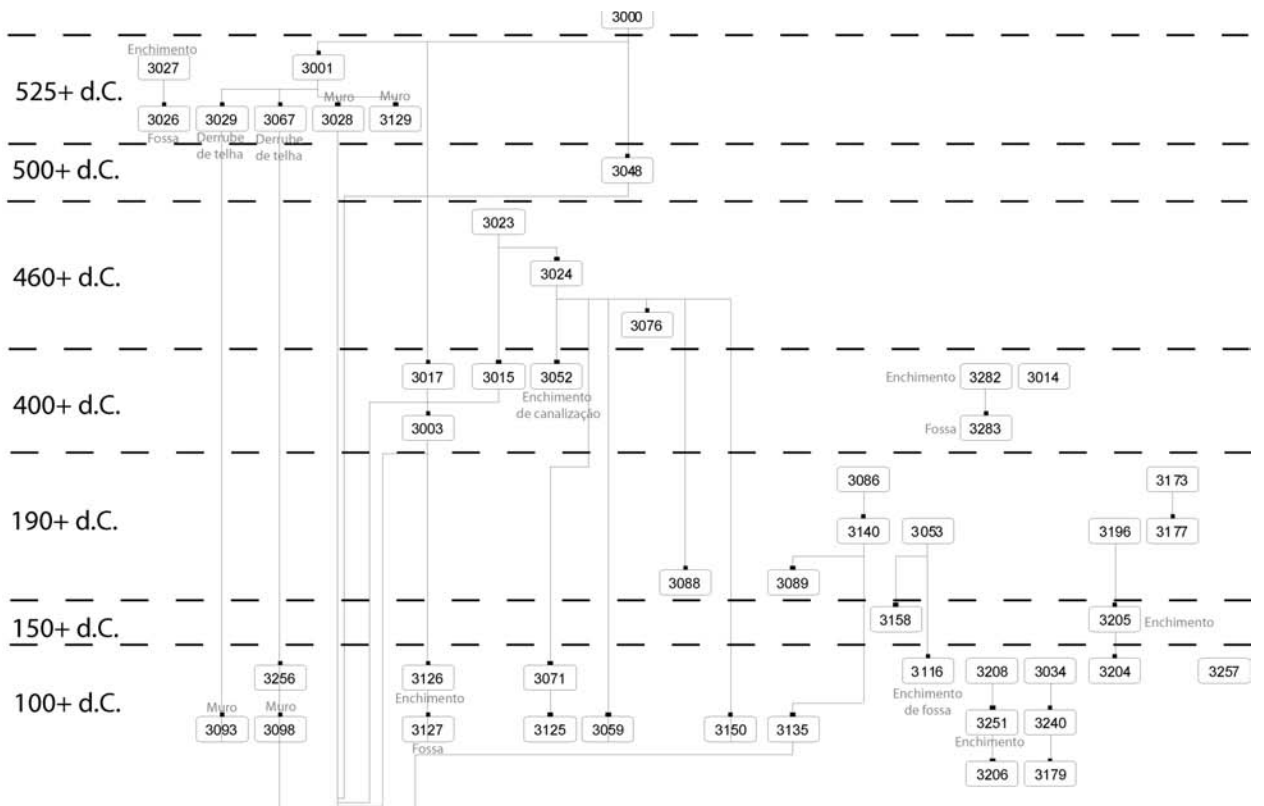


Figura 5
Diagrama parcial das escavações da empresa Era-Arqueologia.

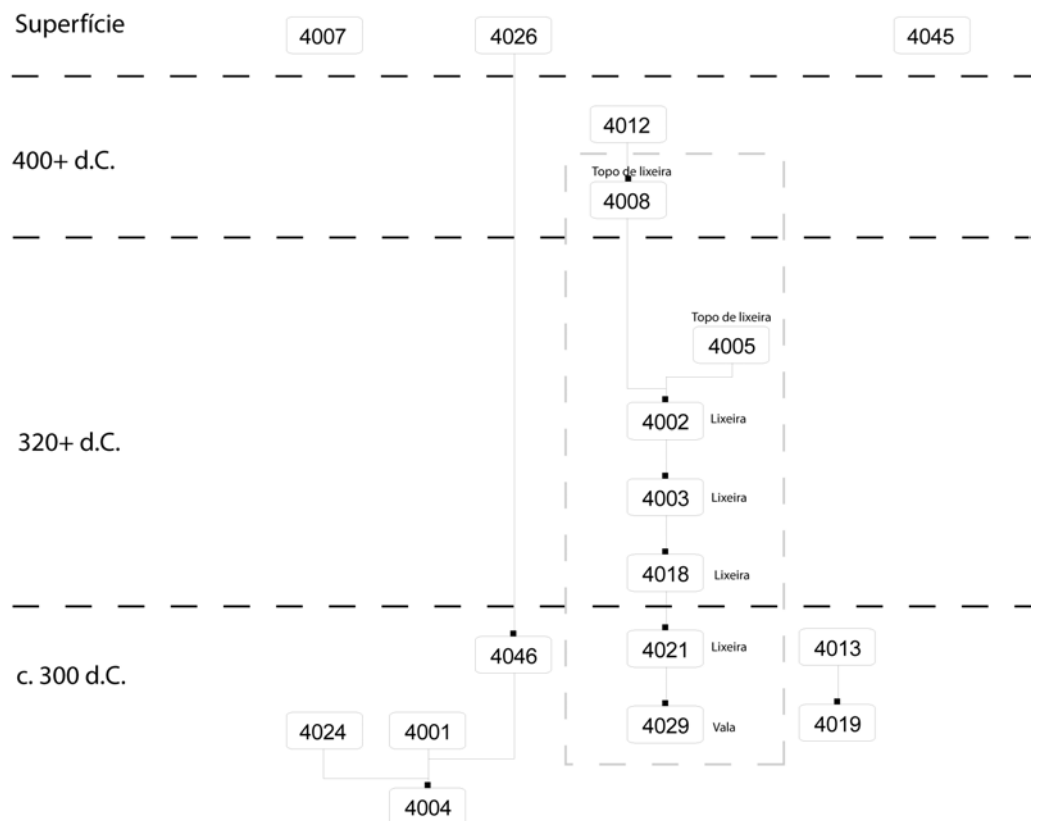


Figura 6
Diagrama parcial das escavações da empresa Era-Arqueologia.

2. Evolução estratigráfica do espólio

2.1. Fase de 100+ d.C.

A primeira fase estratigráfica diagnosticável em Almoínhas aparenta pertencer aos inícios do século II. Com um total de 49 fragmentos e 35 indivíduos, apresenta uma baixa residualidade e um espólio estatisticamente interessante de *terra sigillata* e de vidros, tipologias acompanhadas por algumas outras, em muito menor quantidade.

A cronologia proposta assenta nos seguintes argumentos: a residualidade da *terra sigillata* itálica, tipologia que pode ainda ter cifras importantes (residuais?) na época flávia, por exemplo na *Ammaia*, cidade onde esta produção é residual em 125-150 d.C. (Quaresma, Dias, 2015); a presença conjunta de escassa *terra sigillata* africana A e indirectamente de cerâmica africana de cozinha, através de imitação local ou regional de grande qualidade. Se em *Salacia* e na Ilha do Pessegueiro, a *terra sigillata* africana A surge timidamente na fase flávia (Silva *et Al.*, 1980-81; Silva, Soares, 1993), é na fase de 100-150 d.C. do sítio insular, que esta produção surge de forma mais expressiva, conjugada com cerâmica africana de cozinha; em *Mirobriga*, ambas surgem de forma tímida na mesma cronologia (Quaresma, 2012, p. 335). É verdade que, tanto em *Mirobriga* (100-150 d.C.), como em *Ammaia* (125-150 d.C.) e na Ilha do Pessegueiro (100-150 d.C.), os quantitativos de *terra sigillata* sudgálica da primeira metade do século II são escassos, sendo um pouco mais expressivos em Monte Molião-Silves (125-150 d.C.: Arruda *et Al.*, 2008): esta situação torna, por isso, um pouco estranho o quantitativo sudgálico de Almoínhas, que ainda suplanta sem dúvida os totais hispânicos (La Rioja e Andújar), aparentemente demasiado altos para uma produção em final de difusão no território lusitano. Neste sentido, é a escassa presença de cerâmicas africanas, num sítio integrado na dinâmica litoral meridional da *Lusitania*, como o é Almoínhas, que nos leva a não avançar muito mais do que os inícios do século II para a cronologia desta fase.

No seio da *terra sigillata* hispânica, seria de esperar um equilíbrio entre La Rioja e Andújar, ou mesmo já o predomínio deste último, como acontece em *Mirobriga* e na Ilha do Pessegueiro, nas estratigrafias de 100-150 d.C. (Silva, Soares, 1993; ver discussão de modelo em Quaresma, 2012, cap. IV). Neste sentido, o predomínio de La Rioja poderá ser indicador de estarmos realmente em torno a 100 d.C. e não mais além.

O tipo presente de cerâmica de cozinha reside numa excelente imitação do tipo Hayes 196A (n.º 1: bordo levemente biselado na face externa) de cerâmica africana de cozinha do Norte da Tunísia. Pertence ao fabrico 1 desta tipologia, estabelecida por nós no estudo de Almoínhas, sítio onde esta produção ressurgirá, em pleno *floruit* inaudito, por volta de 500 d.C., num total de 4 fabricos locais ou regionais muito aproximados, sempre sem patina cinzenta no bordo, com faces bem polidas produzindo uma superfície de cor N55 (vermelho-laranja claro: Cailleux, *s.d.*), muito semelhante às produções africanas, mas com pasta em sandwich com exterior P11 (castanho-vermelho) e enp típicos do vale do Tejo (sobre esta tipologia de imitação faremos um estudo aturado no futuro artigo sobre a estratigrafia tardia).

Tal como a cerâmica de cozinha, as outras tipologias finas são escassas. As paredes finas (talvez apenas pelo tipo Mayet 37: Mayet, 1975) parecem ter um primado da *Baetica*, acompanhado pela capital provincial, *Augusta Emerita*, cuja produção de lucernas surge timidamente, na fase 100-150 d.C. de um outro sítio litoral lusitano, *Mirobriga* (Quaresma, 2012, p. 335). Já em Almoínhas, as lucernas são exclusivamente béticas, ainda pelo tipo de volutas. Este aspecto reforça igualmente a cronologia *ante*-150 d.C. da fase, já que em Monte Molião-

-Silves, as lucernas de disco ainda estão completamente ausentes na fase final do sítio de 125-150 d.C. (Pereira, 2008). Os almofarizes e a cerâmica comum de importação reforçam o papel da *Baetica* no consumo de Almoínhas de época antonina inicial, surgindo igualmente o litoral bético na segunda tipologia. No seio dos almofarizes, para além de uma presença significativa desta tipologia, com 3 indivíduos, salienta-se serem todos do tipo de bordo em martelo (Quaresma, 2006).

A última tipologia estudada, os vidros, apresenta um bom conjunto de cores, mas a conservação dos bordos é escassa, tornando difícil a classificação de todos os exemplares: um deles poderá pertencer ao tipo Isings 38, datado da segunda metade do século I e século II (Cruz, 2009, p. 344).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.	
<i>Terra sigillata</i>	TSI		C22	3	3	3	17,6			
	TSSG		D18	2	2	7	41,2			
			D24/25	1	1					
			D27b	1	1					
			D36	1	1					
			Prato	1	1					
			Tigela	1	1					
	TSH-La Rioja			D18	2	2	5	29,4		
				D27	2	2				
				Tigela	1	1				
				Ind.	2					
	TSH-Andújar			D33	1	1	1	5,9		
				Ind.	1					
TSAf A			Ind.	1	1	1	5,9			
Total				20	17	17	100			
CAC	L/R	Fabricao 1	H196A	1	1	1	100		1	
	Total				1	1		1		
Paredes Finas	<i>Augusta Emerita</i>		M37	1	1	1	33,3	Arenosa		
	Baetica		M37	1	1	2	66,6			
			M36, 37 ou 38	1	1				Barbotina: pontilhado	
	Total				3	3	3	100		
Lucernas	Baetica		Volutas	1	1	1	100			
	Total				1	1		1		
Almofariz	Baetica		Bordo em martelo	3	3	3	100			
	Total				3	3		3		
Cerâmica comum	Baetica, litoral		Ind.	1	1	1	50			
	Baetica		Jarro/Cântaro	1	1	1	50			
	Total				1	1	1	100		

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
Vidros	Incolor		Jarro	1	1	1	11,1		
			Ind.	6					
	Incolor branco		Ind.	2	1	1	11,1		
	Incolor verde-gelo		Perfil cerâmico	1	1	1	11,1		
	Incolor verde		Ind.	2	1	1	11,1		
	Azul claro		Ind.	3	1	1	11,1		
			Garrafa cilíndrica?	1	1	1	11,1		
	Verde-gelo		Ind.	1			11,1		
	Verde claro		Ind.	1	1	1	11,1		
	Verde opaco		Jarro?	1	1	1	11,1		
Verde		Is38?	1	1	1	11,1			
Total				20	9	9	100		
Total				49	35	35	100		
Residualidade: 8,6%									
Intrusibilidade: 0%									

Figura 7
Fase de 100+ d.C.
(escavações
da empresa
Era-Arqueologia).

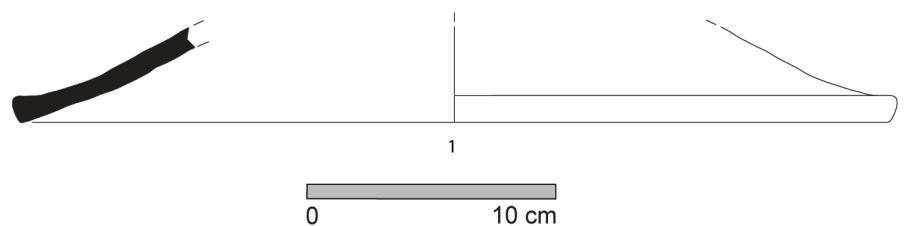
CATÁLOGO

1 – Cerâmica africana de cozinha – Local/Regional – Fabrico 1 – Hayes 196A – UE 1402 – Inv. 13

ERA

100+ d.C.
UE 1402

Figura 8
Fase de 100+ d.C.
(escavações
da empresa
Era-Arqueologia).



2.2. Fase de 150+ d.C.

As possíveis UEs datáveis em torno a meados do século II são escassas e embalam um mobiliário também ele curto. A ausência de *terra sigillata* sudgálica é natural e coerente, mas a ausência de La Rioja será meramente circunstancial, já que ressurge na fase seguinte. Temos assim, para além da *terra sigillata* africana A (novamente com tipo indeterminável), o centro hispânico de Andújar e um bojo decorado com o estilo de círculos de possível Drag. 37 (n.º 2), mas com fabrico alaranjado que o aproxima das produções intermédias do Ebro, datadas a partir de c. 140 d.C., em *Clunia* (Tuset i Beltrán, Buxeda i Garrigós, 1995).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
<i>Terra sigillata</i>	TSH-Andújar		D15/17	1	1	1	33,3		
	TSH-intermédia		D37?	1	1	1	33,3		2
	TSAFA		Ind.	11	1	1	33,3	Círculos denteados	
	Total			12	3	3	100		
Residualidade: 0%									
Intrusibilidade: 0%									

Figura 9
Fase de 150+ d.C. (escavações da empresa Era-Arqueologia).

CATÁLOGO

2 – *Terra sigillata* hispânica intermédia – Drag. 37? – UE 1587 – Inv. 394

ERA

150+ d.C.
UE 1587



2



Figura 10
Fase de 150+ d.C. (escavações da empresa Era-Arqueologia).

2.3. Fase de 190+ d.C.

A fase estratigráfica de finais do século II está um pouco melhor representada em termos de mobiliário e será seguida de uma fase pouco posterior, de inícios do século III. Com uma baixa residualidade (*terra sigillata* sudgálica), tal como em 100+ d.C. (a fase de 150+ d.C. nem terá residualidade), a estratigrafia de 190+ d.C. mantém um possível papel, embora secundário, da *terra sigillata* de La Rioja e Andújar, formando cerca de 1/3 desta tipologia, enquanto a *terra sigillata* africana A se apresenta doravante dominante (50% da tipologia) e representada pelas formas coevas, Hayes 14A, 14B (n.º 4 possui parede muito estreita) e 27 (n.ºs 3-4, 6) (Bonifay, 2004).

A *Baetica* poderá ainda manter um papel comercial apenas através das paredes finas, já que as lucernas pertencem agora, tal como acontece em *Ammaia*, a produções de âmbito hispânico (Deneauve 7 do grupo 2a do estudo da *Ammaia* – Quaresma, 2014; no prelo-, fabrico muito possivelmente originário de *Augusta Emerita*, cidade cujas paredes finas estão presentes em Almóinhas na fase de 100+ d.C.) e de âmbito local ou regional (tipo indefinido), integráveis no seio da plêiade de pastas finas ou médias do baixo-Tejo, região para a qual falta um estudo abrangente para as pastas regionais de lucernas (ver neste sentido, o estudo de Vieira, 2011 sobre *Olisipo*).

O último aspecto é sem dúvida o mais importante: a presença de Imitações de Engobe Vermelho não vitrificado (IEV), sob a técnica de engobe, imitando o tipo africano Hayes

27=Lamb. 9a (n.º 5), embora com morfologia pouco conseguida ao nível do bordo. Com pasta quartzo-micácica típica do estuário do Tejo, nomeadamente as conhecidas no centro produtor de Quinta do Rouxinol e no centro de consumo de *Olisipo* (sector da Casa dos Bicos), este dado estratigráfico de Almoínhas é de momento o mais antigo para o conhecimento desta produção tagana, já que os níveis estratigráficos mais recuados da Quinta do Rouxinol pertencem ao terceiro quartel do século III (Quaresma, 2017; Santos, Raposo, Quaresma, 2015) e os exemplares do sector da Casa dos Bicos em *Olisipo* pertencem a tipos tardo-antigos ou estão em posição estratigráfica pós-romana (Filipe *et Al.*, 2016, figs. 7 e 11).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.	
Terra sigillata	TSSG		D24/25	1	1	1	16,6			
			Ind.	1						
	TSH-La Rioja		Tigela	1	1	1	16,6			
	TSH-Andújar		Ind.	1	1	1	16,6			
	TSAf A			H14A	1	1	3	50		3
				H14B	1	1				4
				H27=L9a2	1	1				6
				Ind.	4					
Total				11	6	6	100			
Paredes finas	Beatica		Ind.	1	1	1	100			
	Total			1	1	1				
Lucernas	Hispania	2a	Den. 7	1	1	1	50			
	L/R		Ind.	1	1	1	50			
	Total			2	2	2	100			
IEV	L/R	Engobe	H27=L9a	1	1	1	100		5	
	Total			1	1	1				
Total				14	10	10	100			
Residualidade: 10%										
Intrusibilidade: 0%										

Figura 11
Fase de 190+
d.C. (escavações
da empresa Era-
Arqueologia).

CATÁLOGO

3 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14A – UE 1435 – Inv. 762

4 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14B – UE 3177 – Inv. 121

5 – IEV – Local/Regional – Engobe – Hayes 27=Lamb. 9a – UE 1343 – Inv. 55

6 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 27=Lamb. 9a2 – UE 3088 – Inv. 788

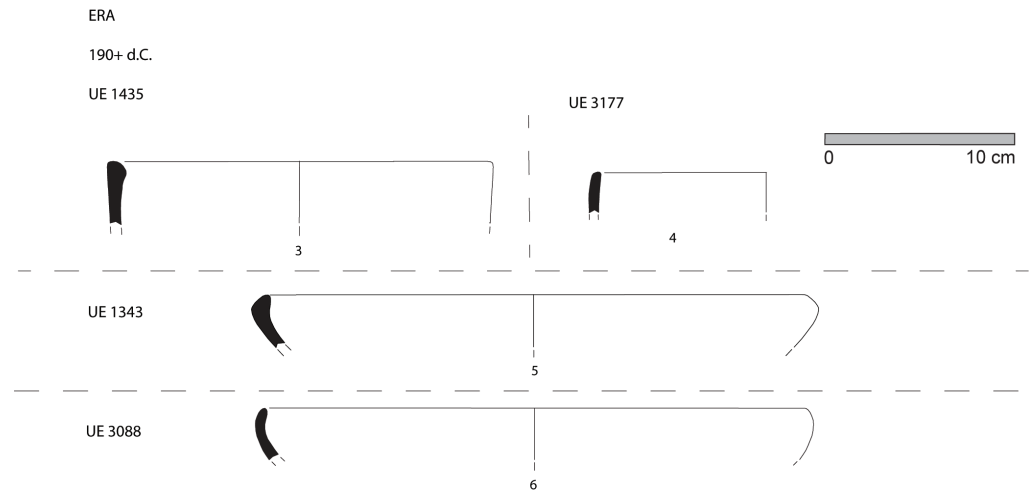


Figura 12
Fase de 190+
d.C. (escavações
da empresa Era-
Arqueologia).

2.4. Fase de 200+ d.C.

A fase de inícios do século III é ainda mais curta do que a de finais do século II, mas inclui apenas materiais contemporâneos à sua formação. Revela um início das importações de *terra sigillata* bizantina (n.º 7), logo nos primeiros momentos da sua produção na área tunisina, embora as produções zeugitanas mantenham o domínio. Ao nível das lucernas, assistimos a um ressurgir (?) da *Baetica*, mas agora com um tipo tardio, Dressel 30, enquanto as produções locais ou regionais, cuja primeira aparição acontece na fase anterior, voltam a surgir com um exemplar de lucerna de Disco.

Figura 13
Fase de 200+ d.C.
(escavações da
empresa
Era-Arqueologia).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
<i>Terra sigillata</i>	TSAf A		H14A, n.4	1	1	2	66,6		
			H14C	1	1				
	TSAf C		H44	1	1	1	33,3		7
			Ind.	3					
	Total				6	3	3	100	
Lucernas	<i>Baetica?</i>		D30	1	1	1	50		
	L/R		Disco	1	1	1	50		
	Total				2	2	2	100	
Total				8	5	5	100		
Residualidade: 0%									
Intrusibilidade: 0%									

CATÁLOGO

 7 – *Terra sigillata* africana C – *Terra sigillata* 44 – UE 1454 – Inv. 124

ERA

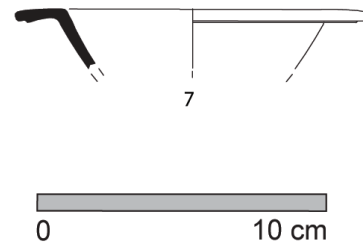
200+ d.C.
UE 1454

Figura 14
Fase de 200+
d.C. (escavações
da empresa Era-
Arqueologia).

2.5. Fase de c. 250 d.C.

A fase de meados do século III está representada por duas sepulturas: a sepultura n.º 1 da escavação do Museu Municipal de Loures e a sepultura n.º 1 da escavação da empresa Era-Arqueologia. O período central do século III só possui assim dados funerários.

A sepultura n.º 1 da escavação do Museu Municipal de Loures possui o maior espólio, no qual a *terra sigillata* está representada por uma única produção, a africana C, através do tipo Hayes 50A (n.º 9), cuja vida começa nesta altura (Hayes, 1972).

Deveras importante é a presença de Imitações de Engobe Vermelho, locais ou regionais (n.ºs 8 e 10), com as pastas quartzo-micácicas do baixo-Tejo, e numa quantidade que duplica a da *terra sigillata*; para além deste aspecto, o tipo Hayes 15 indica-nos uma cronologia nunca anterior a meados do século III, tal como a Hayes 50 de *terra sigillata* africana C. A produção de IEV desta sepultura pertence à técnica de engobe, um dado que reforça esta técnica, já conhecida em Almoínhas desde a fase de 190+ d.C., mas ausente da estratigrafia coeva do centro produtor da Quinta do Rouxinol, como frisámos *supra*. O tipo afim à Hayes 3C africana possui uma aba de fisionomia normal, mas corpo muito desenvolvido e alto, com parede espessa e fundo assaz espesso, com pé-de-anel robusto, que a distingue do protótipo africano. O tipo Hayes 15 apresenta um corpo bastante semelhante ao protótipo africano, embora com parede superior curta e um fundo divergente, desta vez em disco maciço; na necrópole de Tróia, um exemplar em cerâmica comum, mas de fisionomia igual, surge na sepultura 33-A, datada de 150-200+ d.C. (Almeida, 2008, n.º 126). Ambos os tipos de IEV de Almoínhas possuem um engobe de boa qualidade, que imita com grande perfeição as coberturas de *terra sigillata* africana A2 (Atlante, 1981).

A produção emeritense ou bética de lucernas continua presente (no caso de ser da capital lusitana, falaríamos antes de um possível retorno destas importações, conhecidas na fase de 190+ d.C., através do fabrico 2a que estabelecemos em *Ammaia* – Quaresma, no prelo), embora se faça representar agora pela transição morfológica entre o tipo de Disco e a Dres-

sel 28, algo que já estabelecêramos no espólio de *Ammaia* (Quaresma, no prelo). O n.º 11, bastante sobremoldado, apresenta um disco com decoração algo imperceptível, mas enquadrável numa figuração militar, com cabeça e machado-duplo (numa lucerna de volutas do oleiro *Gabinia* do Museu Nacional de Arte Romano de Mérida, conhece-se uma decoração figurativa de corpo inteiro com machado-duplo: Rodríguez Martín, 2002, fig. 11, n.º 145); as rosetas sobre a orla são conhecidas, num punção algo semelhante, numa lucerna igualmente de transição entre o tipo de Disco e a Dressel 28 do Museu Nacional de Arte Romano de Mérida (Rodríguez Martín, 2002, est. XXXVI, n.º 191).

O único exemplar vítreo, tipo AR72 ou 73, de cor incolor esverdeado, tem paralelo cronológico a partir da segunda metade do século III (Rütti, 1991, p. 78) e a pequena bilha em cerâmica comum de origem bética (área já conhecida pelas paredes finas no século II e pelas lucernas nos séculos II e III em Almoínhas) inicia a importação desta tipologia cerâmica. A inventariação de importações de cerâmica comum bética no território actualmente português indica-nos apenas partes superiores de pequenas bilhas (nunca perfis completos), com fisionomias apenas algo semelhantes, e as datações conhecidas são alto-imperiais (Vaz Pinto, Morais 2007, p. n.ºs 130-131). O nosso n.º 13 possui bordo em fita espessado internamente na parte superior, com topo plano, asa em orelha com moldura interna larga, corpo piriforme alto e base em disco.

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
<i>Terra sigillata</i>	TSAf C		H50A	1	1	1	100		9
	Total			1	1	1			
IEV	Local/Regional	Engobe	H3C	1	1	2	100		8
			H15	1	1				10
			Total	2	2	2			
Lucerna	<i>Augusta Emerita ou Baetica</i>		Disco/Dr28	1	1	1	100		11
	Total			1	1	1			
Vidro	Incolor esverdeado		AR 72 ou 73 ou afim	1	1	1	100		12
	Total			1	1	1			
Cerâmica comum	<i>Baetica</i>		Pequena bilha	1	1	1	100		13
	Total			1	1	1			
Total				6	6	100	100		
Residualidade: 0%									
Intrusibilidade: 0%									

Figura 15
Fase de c. 250 d.C.:
sepultura n.º 1
(escavações do MML)

CATÁLOGO

8 – Imitações de Engobe Vermelho – Engobe – Local/Regional – Hayes 3C – UE Sepultura 1 – Inv. RO 6794

9 – *Terra sigillata* africana C – Hayes 50A – UE Sepultura 1 – Inv. RO 6866

10 – Imitações de Engobe Vermelho – Engobe – Local/Regional – Hayes 15 – UE Sepultura 1 – Inv. RO 6143

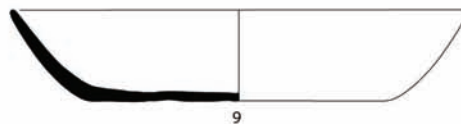
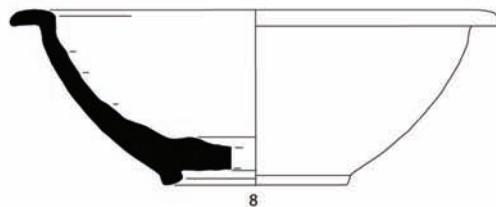
11 – Lucerna – *Augusta Emerita* ou *Baetica* – Disco/Dressel 28 – UE Sepultura 1 – Inv. RO 6870

12 – Vidro – Incolor verde – AR72 ou 73 ou afim – UE Sepultura 1 – Inv. RO 6869

13 – Cerâmica comum – *Baetica* – Pequena bilha – UE Sepultura 1 – Inv. RO 6868

MML
Sepultura 1
c.250 d.C.

0 10 cm



0 10 cm

Figura 16
Fase de c. 250 d.C.:
sepultura n.º 1
(escavações do MML)



Figura 17
Fase de c. 250 d.C.:
sepultura n.º 1
(escavações do MML)

Figura 18
Fase de c. 250 d.C.: sepultura n.º 1 (escavações da empresa Era-Arqueologia)

A sepultura n.º 1 das escavações da empresa Era-Arqueologia possui muito menos material, mas confirma o papel do tipo Hayes 3C (n.º 14), agora em *terra sigillata* africana A (na sepultura n.º 1 das escavações do MML surge em IEV), bem como do tipo lucernar Disco/Dressel 28 (n.º 15), agora em produção local ou regional (na sepultura n.º 1 das escavações do MML é de origem bética ou emeritense). Esta lucerna surge, porém, bastante sobremoldada, sendo impossível diagnosticar o tipo de punção repetido na orla (aparentemente um motivo vegetal). Por último, a presença do tipo Hayes 3C em *terra sigillata* africana A, num contexto fechado desta época, comprova a sobrevivência desta forma muito para lá do século II (Hayes, 1972, p. 25), uma ideia já entrevista por nós anteriormente (Quaresma, 2011, p. 77)

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
<i>Terra sigillata</i>	TSAf A		H3C	1	1	1	100		14
	Total			1	1	1			
Lucernas	L/R		Disco/Dr.28	1	1	1	100	Pasta de grão médio, ocre.	15
	Total			1	1	1			
Total				2	2	2	100		
Residualidade: 0%									
Intrusibilidade: 0%									

CATÁLOGO

14 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 3C – Sepultura 1 – UE 111 – Inv. 805

15 – Lucerna – Local/Regional – Disco/Dressel 28 – Sepultura 1 – UE 106 – Inv. 806

ERA
Sepultura 1
c. 250 d.C.

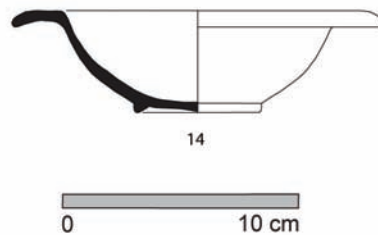


Figura 19
Fase de c. 250 d.C.: sepultura n.º 1 (escavações da empresa Era-Arqueologia)

2.6. Fase de 250-300 d.C.

Esta é sem dúvida a fase melhor representada em mobiliário na estratigrafia de Almoínhas, com um total de 145 fragmentos e 64 indivíduos e uma muito baixa residualidade de talvez apenas 3,1% (lucerna de volutas e a *terra sigillata* sudgálica), cifra optimista que poderá ser superior, se englobarmos as produções canónicas de *terra sigillata* hispânica, tanto de Andújar como de La Rioja, que totalizam 14,6%, o que produziria um total residual de 17,7% para a fase.

Tal como já propuséramos anteriormente (Quaresma, 2011; 2012, p. 280), em relação aos comportamentos comerciais tendenciais da *terra sigillata* africana A e C no Ocidente do Império, Almoínhas apresenta um predomínio da produção zeugitana, que triplica os quantitativos bizacenos.

No seio da *terra sigillata* africana A, os tipos Hayes 14A e 14B estão bem representados, mas são largamente suplantados pelas formas típicas desta cronologia, as Hayes 15, var. precoce e canónica (Bonifay, 2004, p. 157-159). O n.º 26, do tipo Hayes 15, var. precoce, embora com bisel já bem marcado que o aproxima bastante da morfologia canónica, possui o topo do bordo com decoração a punção algo irregular, uma característica incomum nesta forma; enquanto o n.º 29, do mesmo tipo, possui várias incisões no bordo interno, um aspecto que, no n.º 37, de Hayes 15 canónica, surge mais simplificado.

Os tipos Hayes 6A e 6B são escassos e poderão ser residuais, tal como o tipo Hayes 9A (apesar de o n.º 28 estar bem conservado), em ambas as formas estando ausente os subtipos tardios da variante 6C. A presença de Hayes 27 é medianamente importante e a única morfologia diagnosticada é a Hayes 27 = Lamboglia 9a.

Ligeiramente mais expressiva é a forma Hayes 16, datada por Bonifay (2004, p. 157-159) nos inícios do século III, mas que está presente em boas quantidades nos contextos de c. 250-275 d.C. que temos em estudo na área portuária de *Tarraco*. Os dados de Almoínhas indicam algo no mesmo sentido: uma continuidade cronológica da Hayes 16, provavelmente até uma data algures na segunda metade do século III.

As formas presentes da Byzacena dão-nos conta de um repertório ainda limitado, no qual apenas conta a Hayes 45A e sobretudo as Hayes 50A e 50B, em iguais proporções. Já o fragmento isolado de *terra sigillata* africana D1 é considerado uma intrusão na UE 1126, tendo apenas efeito, no caso de não o aceitarmos como intrusão, na UE 1035, onde consta apenas dois fragmentos indeterminados de *terra sigillata* africana A (fig. 3).

É também nesta fase de apogeu da *terra sigillata* africana A que a Zeugitana fornece o primeiro lote de cerâmica africana de cozinha, com o tipo Hayes 197 importado por um único exemplar. Podemos contudo suspeitar que já exista importações de cerâmica africana de cozinha no sítio, tendo em conta a presença da excelente imitação local ou regional de Hayes 196A, na fase de 100+ d.C..

Também local ou regional é o único almofariz presente nesta fase, de morfologia indeterminável; e as lucernas apresentam uma possível importação itálica de volutas, certamente residual (Bussière, 2000), e uma possível continuidade das importações béticas, pelo tipo de disco.

O conjunto de vidros apresenta cores normais para a época e o unguentário presente não é atribuível com segurança ao tipo Isings 15, de cronologia até anterior ao século III (Rütti, 1991, p. 162); já a garrafa prismática Isings 50 assenta perfeitamente nesta cronologia (Cruz, 2009, p. 345).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
<i>Terra sigillata</i>	TSSG		Prato	1	1	1	1,8		
	TSH-Andújar		D15/17	1	1	4	7,3		
			D37	1	1				
			Prato	1	1				
			Tigela	1	1				
	TSH-La Rioja		D15/17	1	1	4	7,3		
			D27	1	1				
			D29 ou 37	1	1				
			Tigela	1	1				
			Ind.	1					
	TSAf A		H6A	1	1	35	61,8		20
			H6B	1	1				27
			H9A	2	2				28
			H14	1	1				
			H14A	5	5				21, 23, 32
			H14B	3	3				22
			H14C	1	1				41
			H15	6	6				16, 34, 37
			H15, var. precoce	7	7				25, 26, 29, 35, 38
			H16	4	4				17-19, 24
			H27	3	3				
			H27=L9a	1	1				30
			Ind.	42					
	TSAf C		H45A	1	1	11	20		
			H50A	5	5				33, 36, 39
			H50A/B	5	5				31, 40
			Ind.	37					
TSAfD1		Ind.	1	1	1	1,8	Intromissão na [1126]. UEs posteriores possuem apenas 2 frags. indeterminados de TSAf A na [1035].		
Total				136	56	56	100		
CAC	<i>Zeugitania</i>	Patina cinzenta	H197	1	1	1	100		42
	Total				1	1		1	
Lucernas	<i>Italia?</i>		Volutas?	1	1	1	50		
	<i>Baetica?</i>		Disco	1	1	1	50		
	Total				2	2	2	100	
Almofariz	L/R		Ind.	1	1	1	100		
	Total				1	1		1	

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
Vidro	Azul		Is50	1	1	1	25		
			Ind.	1					
	Branco		Unguentário/Is15?	1	1	1	25		
	Verde		Ind.	1	1	1	25		
	Verde-azul		Ind.	1	1	1	25		
	Total				5	4	4	100	
Total				145	64	64	100		
Residualidade: 3,1%									
Intrusibilidade: 1,6%									

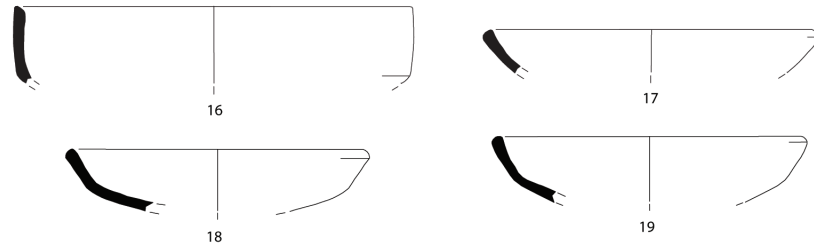
Figura 20
Fase de 250-300
d.C. (escavações
da empresa Era-
Arqueologia).

CATÁLOGO

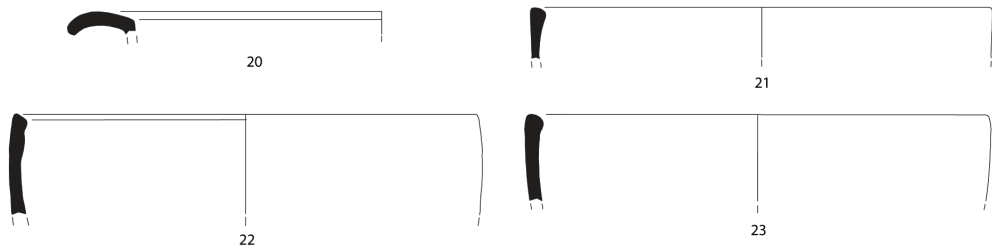
- 16 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15 – UE 1369 – Inv. 95
- 17 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 16 – UE 1369 – Inv. 96
- 18 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 16 – UE 1369 – Inv. 116
- 19 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 16 – UE 1369 – Inv. 117
- 20 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 6A – UE 1473 – Inv. 655
- 21 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14A – UE 1473 – Inv. 25
- 22 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14B – UE 1473 – Inv. 653
- 23 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14A – UE 1473 – Inv. 654
- 24 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 16 – UE 1370 – Inv. 754
- 25 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15, variante precoce – UE 1370 – Inv. 755
- 26 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15, variante precoce – UE 1370 – Inv. 800
- 27 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 6B – UE 2000- Inv. 778
- 28 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 9A – UE 2000 – Inv. 168
- 29 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15, variante precoce – UE 2000- Inv. 779
- 30 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 27=Lamb. 9a – UE 2000 – Inv. 780
- 31 – *Terra sigillata* africana C – Hayes 50A/B – UE 2000 – Inv. 170
- 32 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14A – UE 1100 – Inv. 709
- 33 – *Terra sigillata* africana C – Hayes 50A – UE 1100 – Inv. 254
- 34 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15 – UE 1043 – Inv. 585
- 35 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15, variante precoce – UE 1036 – Inv. 795
- 36 – *Terra sigillata* africana C – Hayes 50A – UE 1211- Inv. 703
- 37 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15 – UE 1224 – Inv. 389
- 38 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15, variante precoce – UE 1284 – Inv. 201
- 39 – *Terra sigillata* africana C – Hayes 50A – UE 1240 – Inv. 88
- 40 – *Terra sigillata* africana C – Hayes 50A/B – UE 2007 – Inv. 793
- 41 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 14C – UE 1246 – Inv. 760
- 42 – Cerâmica africana de cozinha – Norte da Tunísia – Patina cinzenta – Hayes 197 – UE 1246 – Inv. 178

ERA
250-300 d.C.

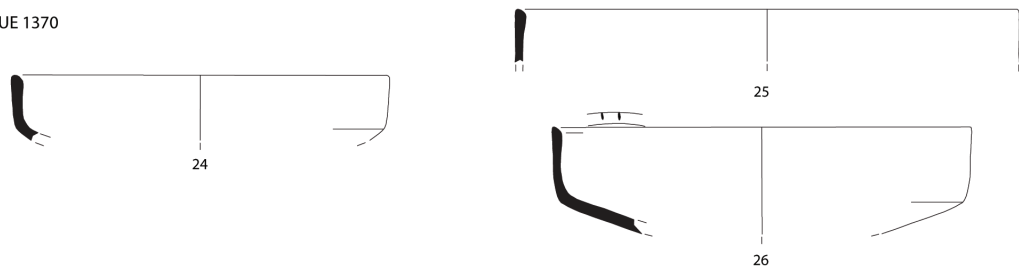
UE 1369



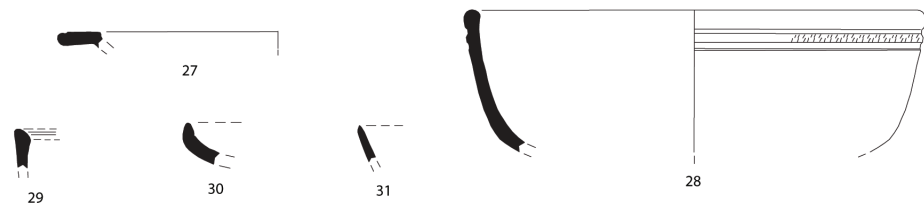
UE 1473



UE 1370



UE 2000



UE 1100



Figura 21
Fase de 250-300 d.C.
(escavações
da empresa
Era-Arqueologia).

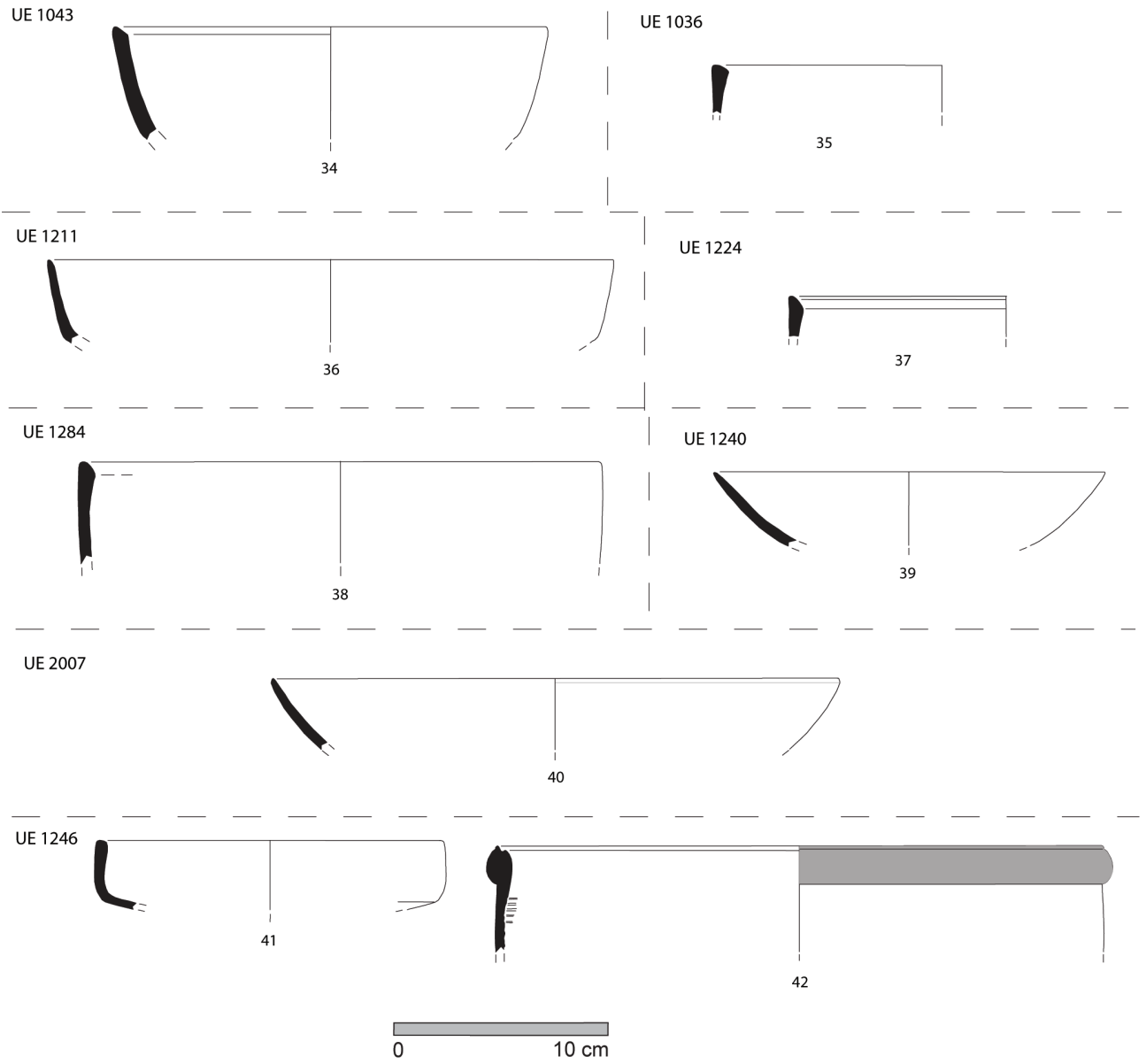


Figura 22
Fase de 250-300
d.C. (escavações
da empresa Era-
Arqueologia).

2.7. Fase de c. 300 d.C.

Para a fase de c.300 d.C. possuímos dados de duas escavações diferentes, que preferimos contabilizar em quadros distintos, já que a própria metodologia de escavação empregue possui diferenças. Começamos por analisar o quadro das escavações do MML.

Encontrar-se níveis de inícios do século IV com grandes quantidades de material do século anterior não é inédito na *Lusitania*, e estará certamente relacionado com as grandes remodelações rurais, mas também de âmbito urbano, que a Tetrarquia impulsionou (veja-se o caso estratigráfico de *Mirobriga*: Quaresma, 2012; 2013). Apesar de tudo, uma aparente taxa de residualidade de 97%, como apresentam os níveis da escavação do MML, é um valor só explicável por uma qualquer remodelação arquitectónica de envergadura, que, no caso estratigráfico vertente, se relaciona com os níveis inferiores da grande lixeira parcialmente escavada nas campanhas do MML, nos quadrados S, T e U, posteriormente concluída nas campanhas da empresa Era-Arqueologia (ver comentário *infra* neste capítulo cronológico). Tal como parece ser típico destes horizontes cronológicos, a forma datante é a Hayes 58B de *terra sigillata* africana D1, produção iniciada em torno a 300 d.C. (Hayes, 1972), presente sempre em escassa quantidade: no caso vertente por dois indivíduos.

Este contexto das escavações do MML exprime assim o quadro comercial da segunda metade do século III vivido em Almoínhas, embora com nuances em relação ao quadro datado de 250-300 d.C.. Desde logo, pelo possível surgimento da *terra sigillata* africana A/D (3,9%), através da forma Hayes 31 (3 indivíduos), típica destas produções, mas num estado de conservação que não nos permite assegurar que não possa pertencer à produção A, zeugitana.

O outro dado relevante é o quase equilíbrio das produções africanas A e C, embora com um ligeiro predomínio da primeira. Neste aspecto, temos uma de duas conclusões a fazer, ou ambas cumulativamente: a) este contexto espelha um maior equilíbrio entre a *terra sigillata* africana A e C em 250-300 d.C.; b) este contexto é um reequilíbrio de um espólio relacionado, não tanto com 250-300 d.C., mas talvez com uma fase mais avançada dentro deste espectro cronológico, como 275-300 d.C.. Esta última interpretação é naturalmente bastante sugestiva ao dar uma proximidade temporal mais coerente entre o grosso do contexto e os 2,6% de *terra sigillata* africana D1 que o data.

Ao nível tipológico notamos algumas nuances em relação à fase de 250-300 d.C.. Na *terra sigillata* africana A, o tipo Hayes 15 e Hayes 15, var. precoce são claramente hegemónicos, relegando os tipos Hayes 16, Hayes 27=Lamb. 9a (o n.º 56 surge porém bem conservado) e Hayes 27=Lamb. 9a2 para uma posição meramente secundária, mais acentuada ainda nos tipos Hayes 14A, 14B e 14C. Este contexto parece assim refletir uma maior longevidade do tipo Hayes 15, ao longo da segunda metade do século III, alcançando o final desta centúria, como propõe M. Bonifay (Bonifay, 2004, p. 157-159), enquanto os tipos Hayes 14A e 14B e Hayes 27 poderão ter uma cronologia final algo anterior, fenómeno mais evidente ainda no tipo Hayes 6, contribuindo assim para afinar as nossas propostas de 2011 (Quaresma, 2011), ao qual acresce novamente a indicação de uma cronologia final da Hayes 16 adentro da segunda metade do século III, como já abordámos aquando do tratamento da fase de 250-300 d.C.. Já a presença expressiva de Hayes 44 na produção zeugitana parece apenas confirmar a datação tipológica de J. Hayes (Hayes, 1972, p. 62), segundo o qual, a Hayes 44 atinge a transição do século III para o século IV.

No seio da *terra sigillata* africana C, os seis indivíduos de Hayes 44 (a terceira forma mais importante) confirmam exactamente os dados da produção setentrional. O domínio formal da

Byzacena pertence no entanto à Hayes 50A, seguida de perto pela Hayes 50A/B, tipo onde se encontra um indivíduo, com espessura de parede entre os 5 e os 7mm (n.º 66), medida que o colocaria potencialmente no subtipo Hayes 50B, embora o leve biselamento externo do bordo e o ainda leve esvasamento da parede o aproxime da variante A/B (Hayes, 1972, p. 73) – não é despidendo porém ser interpretado como uma possível intrusão nesta fase estratigráfica.

Figura 23

Fase de c.300 d.C.
(escavações do MML).

Uma última nota crono-tipológica diz respeito ao n.º 64, Hayes 48A, um exemplar bem conservado que poderá indiciar uma continuidade deste tipo para além de 270 d.C., cronologia final proposta por J. Hayes (Hayes, 1972, p. 67).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.	
<i>Terra sigillata</i>	TSAf A		H3C	1	1	37	48			
			H3 ou H6	1	1					
			H6	1	1					
			H14	2	2					
			H14A	1	1					
			H14B	1	1					
			H14C	2	2				49	
			H15	10	10				43, 44, 51-53, 62	
			H15, var. precoce	7	7				50	
			H16	3	3				54, 55, 63	
			H27=L9a	3	3				56	
			H27=L9a2	2	2				57	
			H44	3	3					
			Ind.	79						
		TSAf A/D?		H31	4	3	3	3,9		47, 59, 60
		TSAf C		H44	6	6	35	45,5		45
				H45	1	1				
				H45 ou 48	1	1				
				H45B	1	1				
				H48A	1	1				64
				H50	10	8				
				H50A	10	10				46, 58, 61, 65
			H50A/B	8	7		N.º 66 com perfil próximo da H50B	66		
		TSAf D1		H58B	2	2	2	2,6		48
				Ind.	5					
		Total			252	77	77	100		
Residualidade: 97% ?										
Intrusibilidade: 2% ?										

CATÁLOGO

43 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15 – UE 5 – Inv. RO 17333
44 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15 – UE 5 – Inv. RO 17347
45 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 44 – UE 5 – Inv. RO 15725
46 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 50A – UE 5 – Inv. RO 15505
47 – <i>Terra sigillata</i> africana A/D – Hayes 31 – UE 5 – Inv. RO 17721
48 – <i>Terra sigillata</i> africana D1 – Hayes 58B – UE 5 – Inv. RO 16699
49 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 14C – UE 4 – Inv. RO 13694
50 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15, var. precoce – UE 4 – Inv. RO 12359
51 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15 – UE 4 – Inv. RO 17918
52 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15 – UE 1d – Inv. RO 2148+2161
53 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15 – UE 4 – Inv. RO 12568
54 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 16 – UE 4 – Inv. RO 12359
55 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 16 – UE 4 – Inv. RO 13358
56 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 27=Lamb. 9a – UE 4 – Inv. RO 14160
57 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 27=Lamb. 9a2 – UE 4 – Inv. RO 13945
58 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 50A – UE 4 – Inv. RO 13702
59 – <i>Terra sigillata</i> africana A/D – Hayes 31 – UE 4 – Inv. RO 12793
60 – <i>Terra sigillata</i> africana A/D – Hayes 31 – UE 4 – Inv. RO 13661
61 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 50A – UE 3 – Inv. RO 15104
62 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 15 – UE 2 – Inv. RO 18311
63 – <i>Terra sigillata</i> africana A – Hayes 16 – UE 2 – Inv. RO 9189
64 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 48A – UE 2 – Inv. RO 8315+...
65 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 50A – UE 2 – Inv. RO 9138+9174
66 – <i>Terra sigillata</i> africana C – Hayes 50A/B – UE 2 – Inv. RO 14887+18210

Os dados estratigráficos dos níveis inferiores da lixeira escavados pela empresa Era-Arqueologia são bastante curtos. Basicamente, reforçam o papel da Hayes 58 na datação de contextos de inícios do século IV, quando surgem exemplares de topo de aba liso (n.º 70), ou com canelura simples (n.º 69) ou larga (n.º 71); reforçam o predomínio da *terra sigillata* africana A com formas do leque tipológico da segunda metade do século III, embora a Hayes 15 não se destaque; reforçam o papel da Hayes 44, única forma bizacena; e voltam a colocar a questão (ausente na parte escavada pelo MML) da continuidade da *terra sigillata* hispânica, tanto pelas produções tarraconenses como béticas, embora a escassa quantidade, a ausência de perfis evolucionados, os fabricos tipicamente alto-imperiais e a ausência de formas importantes no século III, como a Ritterling 8 (Járrega, 2013), nos coloquem sérias reservas quanto à contemporaneidade da série hispânica.

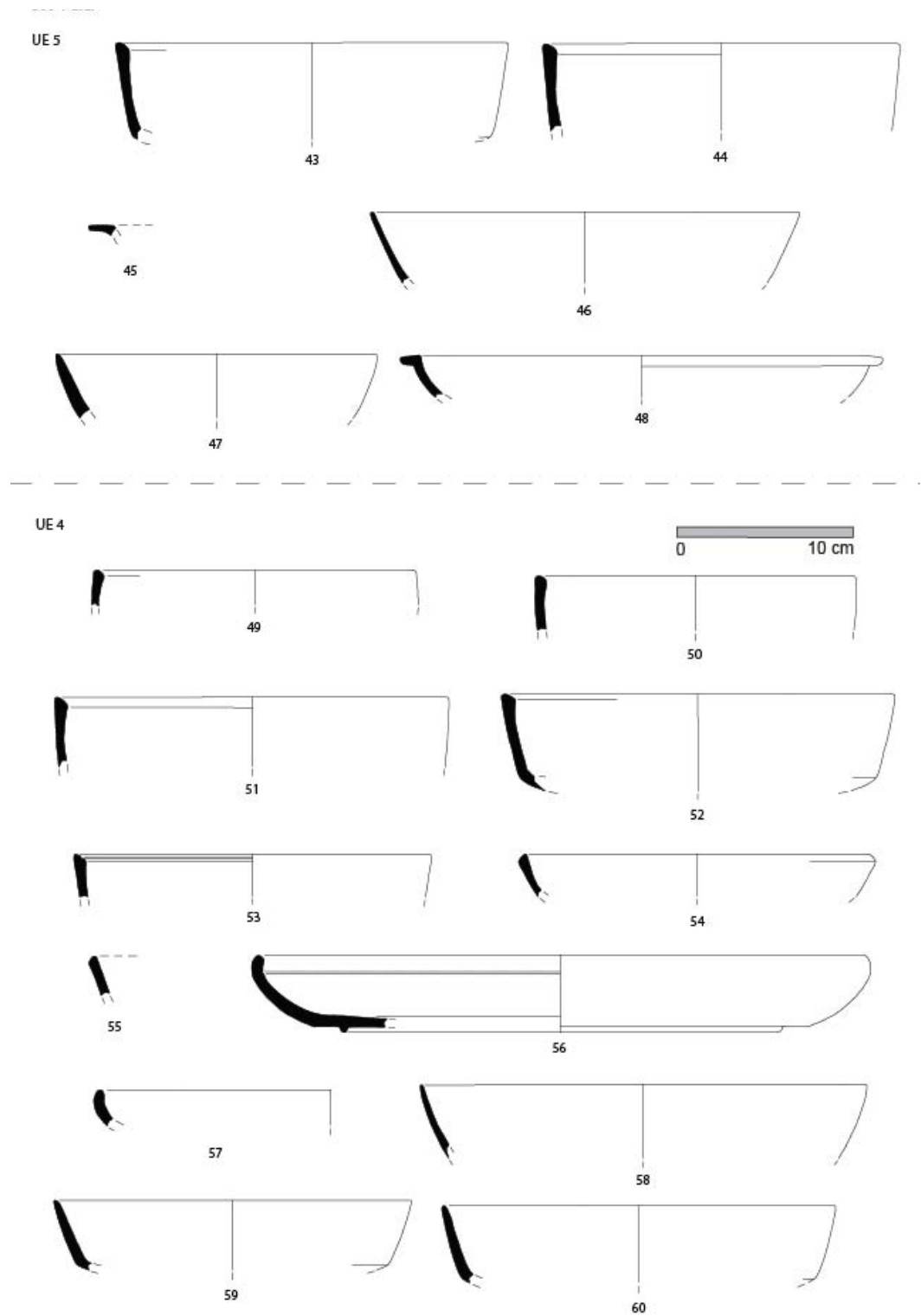


Figura 24
Fase de c.300 d.C.
(escavações do MML).

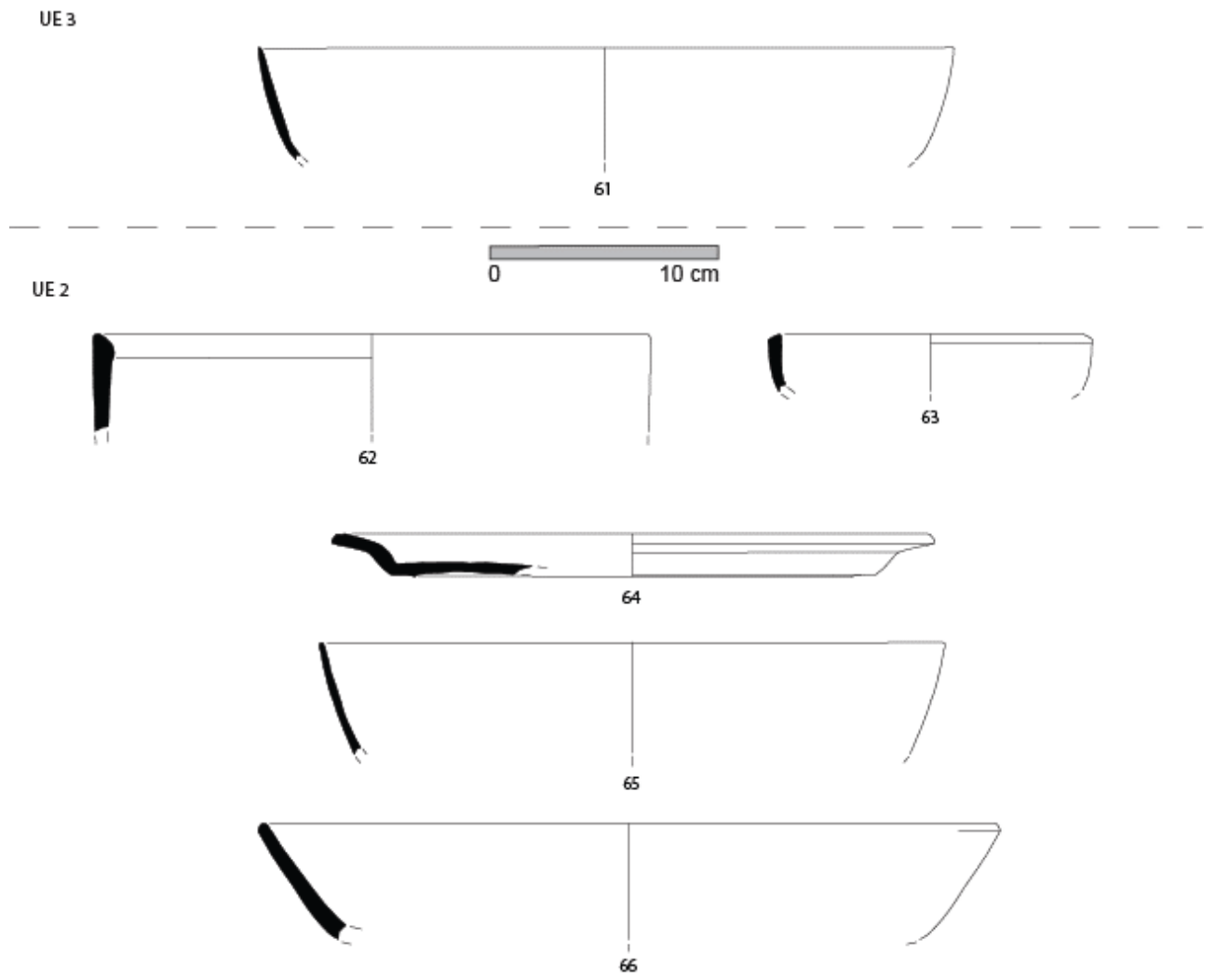


Figura 25
Fase de c.300 d.C.
(escavações do MML).

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.	
<i>Terra sigillata</i>	TSH-Andújar		D15/17	1	1	1	10			
	TSH-La Rioja		D18	1	1	2	20			
			D15/17	1	1					
	TSAf A			H14B	2	2	5	50		
				H15	1	1				67
				H16	1	2				68
				Ind.	2					
	TSAf C			H44	1	1	1	10		
	TSAf D1			H58B	3	1	1	10		69-71
				Ind.	2					
Total				15	10	10	100			
				Residualidade: 30%						
				Intrusibilidade: 0%						

Figura 26
Fase de c.300 d.C.
(escavações
da empresa
Era-Arqueologia).

CATÁLOGO

67 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 15 – UE 4021- Inv. 40

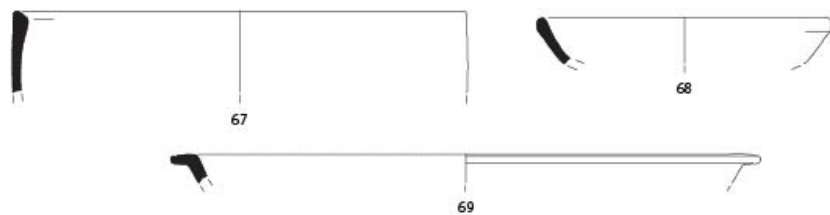
68 – *Terra sigillata* africana A – Hayes 16 – UE 4021- Inv. 39

69 – *Terra sigillata* africana D1 – Hayes 58B – UE 4021- Inv. 57

70 – *Terra sigillata* africana D1 – Hayes 58B – UE 1030 – Inv. 695

71 – *Terra sigillata* africana D1 – Hayes 58B – UE 4001 – Inv. 426

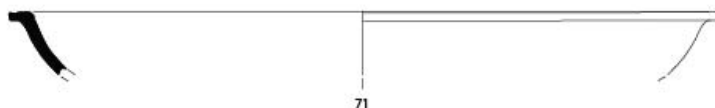
ERA
c. 300 d.C.
UE 4021



UE 1030



UE 4001



0 10 cm

Figura 27
Fase de c.300 d.C.
(escavações da
empresa
Era-Arqueologia).

2.8. Fase de 320+ d.C.

Esta é uma fase complicada de determinar enquanto horizonte cronológico da lixeira, já que o mobiliário não apresenta indicadores seguros para uma cronologia posterior ao primeiro quartel do século IV (mas como dissemos na introdução, no topo desta fase estratigráfica, encontra-se descartado um miliário datado de 314-324 d.C.).

A *terra sigillata* africana D, essencial neste segmento cronológico, não está presente e voltamos a ter as produções africanas A e C, mas desta vez com o predomínio, inédito em Almoínhas, da *terra sigillata* bizacena, facto que parece ser até claro: 46,2 contra 38,5%. Mas neste âmbito cronológico a *terra sigillata* africana A é residual e a africana C é essencialmente coeva, com excepção do tipo Hayes 44, novamente presente. A ausência ou escassez de *terra sigillata* africana D e um domínio claro da *terra sigillata* africana C, durante a primeira metade do século IV, é algo bem expresso na estratigrafia de *Tarraco* e na *villa* de Els Hospitals, na *Hispania*, e na de Beirute, no Mediterrâneo oriental.

Em Beirute, a fase de 325-350 d.C. é claramente dominada pela *terra sigillata* africana C (81,2%), seguida pela produção E (5,75%), tendo a *Zeugitania* (africana D) apenas 4,31 % (Reynolds, 2010, p. 209).

Em *Tarraco*, a fase de 325-350 d.C. da Calle d'Apodeca, 7 possui 41 fragmentos de *terra sigillata* africana C (com domínio da Hayes 50 e presença de Hayes 41, 45A, 48 e 49), enquanto que a *terra sigillata* africana D possui apenas 5 fragmentos (domínio de Hayes 58 e presença de Hayes 61). A fase de 325-350 d.C. da *villa* dels Hospitals-El Morell é igualmente dominada pela *Byzacena*, com a *terra sigillata* africana C (Hayes 45A, 48 e 50A) a duplicar as cifras da africana D (Hayes 58B e 61). Já diferente da fase de Almoínhas, onde a cerâmica africana de cozinha não está presente, é a presença maioritária desta série cerâmica, que quintuplica a *terra sigillata* africana no primeiro sítio e duplica no segundo (Macias *et Al.*, 1997).

Na estratigrafia de Almoínhas, a única forma coeva será a Hayes 50A/B, no seio da qual, o n.º 78, com 5mm de espessura de parede, diâmetro curto de 190mm e parede esvasada, se aproxima bastante do subtipo Hayes 50B. A datação do *Late Roman Pottery* (Hayes, 1972, p. 73), a partir de meados do século IV para esta variante tardia, poderá ter então em Almoínhas possíveis afinamentos quanto à transição do subtipo 50A/B para o tipo 50B, ao longo do primeiro e segundo quartel do século IV, cristalizando em torno a meados da centúria.

Por último, as lucernas, ausentes da fase de c.300 d.C., ressurgem, mas de forma escassa pela produção local ou regional sem forma definível.

CLASSE	ORIGEM	GRUPO	TIPO	FRAG.	NMI	NMI PROD.	% NMI PROD.	OBS.	FIG.
Terra sigillata	TSH-La Rioja		Ind.	1	1	1	7,7		
	TSH-La Rioja?		Pátera?	1	1	1	7,7	Sobrecozedura? Pasta e engobe castanhos.	
	TSAf A		H14B	1	1	5	38,5		74
			H15	1	1				75
			H27=L9a	2	2				72, 76
			H27=L9a2	1	1				
	TSAf C		Ind.	11		6	46,2		
			H44	1	1				73
			H50	1	1				
			H50A/B	4	4				N.º 78 com perfil próximo de H50B. 77, 78
			Ind.	4					
Total				28	13	13	100		
Lucerna	L/R		Ind.	1	1	1	100		
	Total				1	1		1	
Total				29	14	14	100		
Residualidade: 53,9%									
Intrusibilidade: 0%									

Figura 28
Fase de 320+ d.C.
(escavações
da empresa
Era-Arqueologia).

CATÁLOGO

72 – Terra sigillata africana A – Hayes 27=Lamb. 9a – UE 4005 – Inv. 147

73 – Terra sigillata africana C – Hayes 44 – UE 4002 – Inv. 76

74 – Terra sigillata africana A – Hayes 14B – UE 4018 – Inv. 32

75 – Terra sigillata africana A – Hayes 15 – UE 4018 – Inv. 48

76 – Terra sigillata africana A – Hayes 27=Lamb. 9a – UE 4018 – Inv. 30+31

77 – Terra sigillata africana C – Hayes 50A/B – UE 4018 – Inv. 49

78 – Terra sigillata africana C – Hayes 50A/B – UE 4018 – Inv. 386

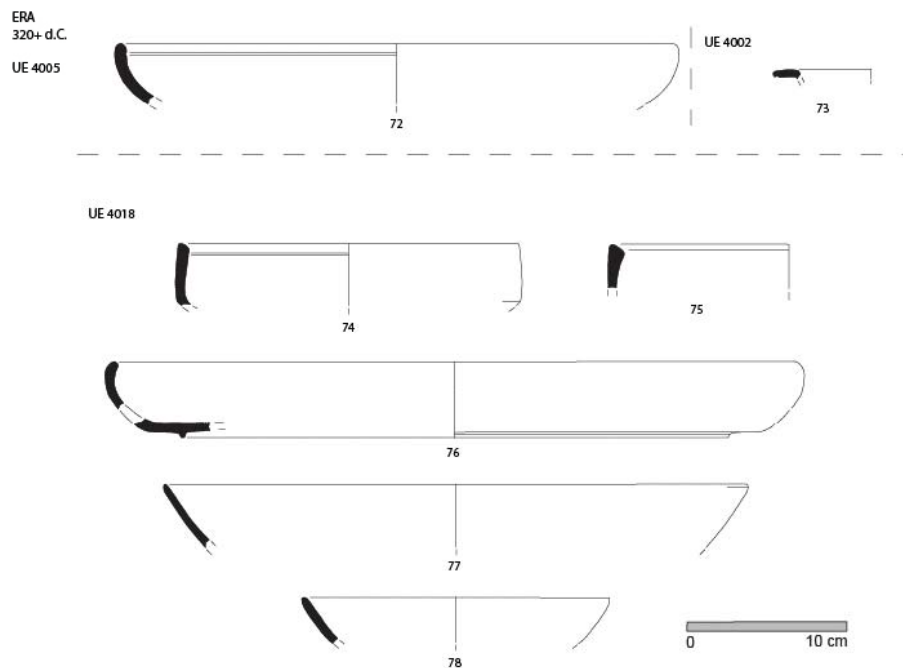


Figura 29
Fase de 320+ d.C.
(escavações
da empresa
Era-Arqueologia).

Algumas conclusões finais

A estratigrafia de Almoínhas fornece uma perspectiva importante do consumo de cerâmicas finas e vidros, em vários segmentos cronológicos da transição do Alto-Império para a Antiguidade Tardia.

Com ausência de informação sobre o século I d.C., os inícios do século II d.C. são o ponto temporal melhor reflectido em relação ao Alto-Império. Destaca-se o predomínio ainda da *terra sigillata* sudgálica sobre as produções hispânicas e a manutenção da hegemonia tarracense, quando seria de esperar, sendo o baixo-Tejo uma área litoral da metade meridional lusitana, uma posição de Andújar bastante mais consolidada. Estes dados poderão assim indicar que a transição do primado de La Rioja para o de Andújar, nos mercados meridionais da *Lusitania* litoral, possa acontecer algo depois de 100 d.C..

As grandes remodelações de 250-300 ou 250-320 d.C. vão produzir as grandes fases estratigráficas do sítio, até à cronologia que nos propusemos estudar neste artigo, o que exclui todos os dados da Antiguidade Tardia plena, objecto de um artigo próximo.

As sepulturas de c.250 d.C. indicam-nos a continuidade do tipo Hayes 3C de *terra sigillata* africana A (embora imitado em IEV local ou regional) e a transição morfológica entre as lucernas de Disco e a Dressel 28, nas décadas centrais do século III, algo que o nosso estudo em curso na área portuária de *Tarraco*, com excelentes níveis de 250-275 d.C., confirma.

Os níveis de 250-300 d.C. são extensos em quantidade de mobiliário e revelam um claro predomínio da *terra sigillata* africana A sobre a africana C, com bons indicadores de continuidade na primeira produção dos tipos Hayes 14A e 14B, mas também da Hayes 27, e, mais importante, da Hayes 16, tida como uma forma mais recuada no século III. Já a continuidade das produções hispânicas é mais problemática de aceitar, ao não se observar qualquer evolução morfológica e técnica nos fabricos atestados.

A fase de c.300 d.C., sobretudo as camadas da escavação do Museu Municipal de Loures, com um grosso de mobiliário da fase anterior (250-300 d.C.) do sítio, reforçam as ideias tipológicas já apontadas, mas observa-se o crescimento da *terra sigillata* africana C, que quase iguala a produção zeugitana (note-se, agora residual ou tendencialmente residual), mantendo-se a *terra sigillata* africana D1 numa posição nascente, meramente embrionária. Ao nível tipológico é de realçar a grande presença de Hayes 44 em *terra sigillata* africana C, mas também em *terra sigillata* africana A, o que parece estender a cronologia deste tipo até c.300 d.C..

A fase seguinte, de c.320 d.C., confirma basicamente as ideias expostas na fase anterior: a *terra sigillata* africana D está até ausente e, sendo a africana A seguramente residual, é a produção C que domina o mercado, numa confirmação de modelo de difusão, tanto a Ocidente como a Oriente, que já havíamos apontado, ou seja, o de que a *terra sigillata* africana D tem de esperar pelos meados do século IV d.C. para alcançar finalmente o domínio dos mercados mediterrânicos e atlânticos.

Com uma segunda metade do século IV d.C. mal representada estratigraficamente, é o século V e a primeira metade do século VI d.C. que voltam a ter informação de extrema relevância para a compreensão das dinâmicas comerciais da península de Lisboa, durante a transição do período tardo-romano para o suevo-visigótico – mas este será então o problema a analisar no próximo artigo sobre este importante *vicus*(?) de Almoínhas.

BIBLIOGRAFIA

- AA.VV. (1981) – *Enciclopedia dell' Arte Antica Classica e Orientale. Atlante delle Forme Ceramiche. I (Ceramica Fine Romana nel Bacino Mediterraneo. Medio e Tardo Impero)*, Roma.
- ALMEIDA, J. (2009) – *A necrópole romana da Caldeira, Troia de Setubal: escavações de Manuel Heleno nas décadas de 40-60 do século XX*. Tese de mestrado, UL/FLUL.
- ARRUDA, A. M. et Al. (2008) – Monte Molião (Lagos): resultados de um projecto em curso. *Actas do 5º encontro de Arqueologia do Algarve (Silves, 25 a 27 de Outubro de 2007)*. *Xelb*, 8, p. 137-168.
- BONIFAY, M. (2004) – *Études sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford (BAR International Series, 1301).
- BRAZUNA, S., COELHO, M. (2012) – A Villa das Almoínhas (Loures). Trabalhos arqueológicos de diagnóstico e minimização. *Cira-Arqueologia*, 1 (Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga), p. 103-114.
- BUSSIÈRE, J. (2000) – *Lampes antiques d'Algérie*. Éditions Monique Mergoil (*Monographies Instrumentum*, 16).
- CAILLEUX, A. (s.d.) – *Notice sur le Code des Couleurs des Sols*. Boubée.
- CRUZ, M. 2009 – *O Vidro Romano no Noroeste Peninsular. Um olhar a partir de Bracara Augusta*. Tese de Doutoramento, Universidade de Minho.
- FILIFE, V., QUARESMA, J. C., LEITÃO, M., ALMEIDA, R. (2016) – Produção, consumo e comércio de alimentos entre os séculos II e III d.C. em *Olisipo*: contextos romanos da Casa dos Bicos, Lisboa (intervenção de 2010). In JÁRREGA, R., BERNI, P. (eds.) – *Amphorae ex Hispania: paisajes de producción y consumo. III Congreso internacional de la SECAH. Tarragona, 9-13 de Dezembro de 2014*, p. 423-445.
- HAYES, J. W. (1972) – *Late Roman pottery*. London, The British School at Rome.
- JÁRREGA DOMÍNGUEZ, R. (2013) – La terra sigillata hispánica tardía (TSHT) en la costa este de Hispania. Una aproximación general. In *Mesa redonda La terra sigillata hispánica tardía y sus contextos: estado de la cuestión. 15 Outubro de 2010*. Madrid (Ex *Officina Hispana/Cuadernos de la SECAH*, 1), p. 67-90.
- MACIAS, J. M. et Al. (1997) – Nous contextos ceràmics del segle IV i inicis del V en la província de Tarragona. In *Contextos ceràmics d'època romana tardana i de l'alta edat mitjana (segles IV-X)*. *Actes Taula Rodona. Badalona 6, 7 i 8 de novembre de 1996*. Barcelona, Àrea d'Arqueologia – Universitat de Barcelona (*Arqueo Mediterrània*, 2), p. 53-178.
- MAYET, F. (1975) – *Les céramiques à parois fines dans la Péninsule Ibérique*. Paris, Diffusion du Bocard / Publication du Centre Pierre Paris (E.R.A., 552).
- OLIVEIRA, A. C. (2001) – A villa das Almoínhas (Loures, Portugal). Apresentação dos trabalhos desenvolvidos entre 1995 e 1996. *O Arqueólogo Português*, 19, p. 65-94.
- PEREIRA, C. S. P. (2008) – *As lucernas romanas de Scallabis*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- QUARESMA, J. C. (2006) – Almofarizes béticos e lusitanos: revisão crono-morfológica de alguns tipos. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 9.1, p. 149-166.
- QUARESMA, J. C. (2011) – Chronologie finale de la sigillée africaine A à partir des contextes de Chãos Salgados (*Mirobriga?*): différences chronologiques entre l'Orient et l'Occident de l'Empire Romain. In Cau Ontiveros, M. A., REYNOLDS, P., BONIFAY, M. (eds.) – *LRFW 1. Late Roman Fine Wares. Solving problems of typology and chronology. A review of the evidence, debate and new contexts*. Archaeopress (*RLAMP*, 1), p. 67-86.
- QUARESMA, J. C. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano. Terra sigillata e cerâmica africana de cozinha em Chãos Salgados (Mirobriga?)*. Lisboa, UNIARQ (*Estudos e Memórias*, 4).
- QUARESMA, J. C. (2013) – Les contextes de Chãos Salgados, *Mirobriga* (Portugal): début du IIIe s. – premier quart du Ve s.. *SFECAG. Congrès International de Amiens. 9-12 Mai. 2013. Amiens*, p. 385-408.
- QUARESMA, J. C. (2014) – Les contextes stratigraphiques des *thermae* de Ammaia (Portugal) : IIe-Ve siècles. In MORAIS, R., FERNANDEZ FERNANDEZ, A. SOUSA, M. J. (eds.) – *II Congresso internacional de la SECAH. As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Braga, 3-6 de Abril de 2013*. Braga (*Monografias Ex Officina Hispana*, 2), p. 347-360.
- QUARESMA, J. C. (2017) – A evolução crono-estratigráfica do atelier da Quinta do Rouxinol (Seixal): segundo quartel do século III aos inícios do segundo quartel do século V. In FABIÃO, C., RAPOSO, J., GUERRA, A., SILVA, F., coords. – *Olaria Romana. Seminário Internacional e Ateliê de Arqueologia Experimental (17 a 20 de Fevereiro de 2010, Seixal)*. CM Seixal, p. 275-306.
- QUARESMA, J. C. (no prelo) – *Le commerce de céramiques fines et de céramique culinaire africaine à Ammaia, une ville à l'intérieur du Sudouest d'Hispania (milieu du Ier s. – début du VIe s.)*. Archaeopress (*Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*).
- QUARESMA, J. C.; DIAS, V. (2015) – Vala do Estacionamento. Um contexto de 125-150 d.C. em Ammaia. In QUARESMA, J. C., MARQUES, J., coords. – *Contextos estratigráficos de época romana na Lusitania (de*

- Augusto à Antiguidade Tardia*), *Actas do colóquio na Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 24 de Novembro de 2012 (Monografias da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1)*, p. 85-104.
- REYNOLDS, P. (2010) – *Hispania and the Roman Mediterranean. AD 100-700. Ceramics and trade*. London, Duckworth.
- RODRÍGUEZ MARTÍN, F. G. (2002) – *Lucernas romanas del Museo Nacional de Arte Romano (Mérida)*. Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (*Monografias Emeritenses, 7*).
- RUIVO, J. (1999) – Subsídios para o estudo da Numismática romana do Concelho de Loures. In *Da Vida e da Morte. Os Romanos em Loures*. Câmara Municipal de Loures, p. 65-74.
- RÜTTI, B. (1991) – *Die römischen Gläser aus Augst und Kaiseraugst*. Augst (Römermuseum Augst, *Forschungen in Augst, 13*).
- SANTOS, C., RAPOSO, J., QUARESMA, J. C. (2015) – Quinta do Rouxinol, Seixal: evolução estratigráfica das cerâmicas finas, cerâmica comum e ânforas entre o segundo quartel do século III e o segundo quartel do século V. In Quaresma, J. C., Marques, J. (coords.) – *Contextos estratigráficos de época romana na Lusitania (de Augusto à Antiguidade Tardia)*. *Actas do colóquio na Associação dos Arqueólogos Portugueses, a 24 de Novembro de 2012 (Monografias da Associação dos Arqueólogos Portugueses, 1)*, p. 117-148.
- SILVA, A. R. (2012) – A villa romana de Frielas. *Cira-Arqueologia, 1 (Actas da Mesa Redonda de Olisipo a Ierabriga)*, p. 88-102.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; BEIRÃO, C. de M.; DIAS, L. F.; SOARES, A. (1980-81) – Escavações arqueológicas no Castelo de Alcácer do Sal (campanha de 1979). *Setúbal Arqueológica, 6-7*. Setúbal, p. 149-218.
- SILVA, C. T., SOARES, J. (1993) – *Ilha do Pessegueiro. Porto Romano da Costa Alentejana*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza.
- TUSET i BELTRÁN, F., BUXEDA i GARRIGÓS, J. (1995) – La ceramica *terra sigillata* hispanica avançada (TSHA) de *Clunia*: segunda metade del s. II – s. III d.C.. In *Congreso de Arqueologia Peninsular, Vol. 5. (Trabalhos de Arqueologia e Etnologia, 35-1)*, p. 355-368.
- VAZ PINTO, I., MORAIS, R. (2007) – Complemento de comércio de ânforas: cerâmica comum bética no território actualmente português. In LAGÓSTENA, L., BERNAL, D., ARÉVALO, A. (eds.) – *Cetariae 2005. Salsas y salazones de pescado en Occidente durante la Antigüedad. Actas del congreso internacional (Cádiz, 7-9 de noviembre de 2005) (BAR IS, 1686)*, p. 235-254.
- VIEIRA, V. A. C. (2011) – *As lucernas romanas da Praça da Figueira (Lisboa): contributo para o conhecimento de Olisipo*. Dissertação de Mestrado da FCSH/UNL.

➤ As ânforas da *villa* romana do Alto do Cidreira (Alcabideche – Cascais)

GUILHERME CARDOSO CAL/CML (CENTRO DE ARQUEOLOGIA DE LISBOA)/ ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE CASCAIS.

RESUMO

Apresenta-se um conjunto de fragmentos de ânfora recolhidos durante as escavações arqueológicas entre 1980 e 1982, na pars urbana e termas da villa romana no Alto do Cidreira, Cascais. Dos materiais deste sítio arqueológico já Jeannette U. Smit Nolen apresentou o estudo das cerâmicas finas e comuns.

Os exemplares encontrados têm origem na Lusitânia, na Bética, no Norte de África e no Mediterrâneo oriental, abrangendo cronologias entre o século I d. C. e o século VII d. C.. Serviram essencialmente para o transporte de vinho, azeite e derivados piscícolas.

ABSTRACT

We present a set of amphora fragments collected during archaeological excavations between 1980 and 1982, in the pars urbana and baths of the Roman villa in Alto do Cidreira, Cascais. The materials of this archaeological site already Jeannette U. Smit Nolen presented the study of the fine ceramics and common ones.

The specimens now presented appear to have origins in Lusitania, Betica, North Africa and the Eastern Mediterranean, covering chronologies between the first century d. C. and the seventh century d. C. They mainly served for the transportation of wine, olive oil and fish products.

Introdução

Localiza-se o sítio arqueológico à cota dos 100-110 m, na envolência do marco geodésico do João Cidreira, no Carrascal de Alvide, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais. Assentam as ruínas sobre calcários, margas, intercalados com manchas de grés e bolsas de argila do Albiano-Cenomaniano.

As ânforas que se apresentam são provenientes das escavações que decorreram na área da pars urbana da *villa* durante os anos de 1980 a 1982, na parte superior, virada a sul da encosta do Alto do Cidreira, de onde ainda se observava em 1975, uma soberba vista sobre a baía de Cascais e a Serra de Sintra, hoje bastante entaipada por moradias ilegais construídas ao gosto e posses dos seus proprietários.

Longos séculos de lavoura, as escavações que Francisco de Paula e Oliveira ali realizou na década de 80 do século XIX e posteriores pesquisas que alguns curiosos ali efectuaram acabaram por revolver pontos do sítio arqueológico, inviabilizando uma antiga leitura estratigráfica integral de todo o espaço, após o seu abandono durante a Antiguidade Tardia.

Para exemplo, diga-se que, quando se escavou a sala identificada em HH'-4, se recolheram sobre a base os restos de uma candeia de azeite de folha-de-flandres, certamente dos finais do século XIX, enquanto na grande sala anexa a sul, em HH'-9, se descobriram

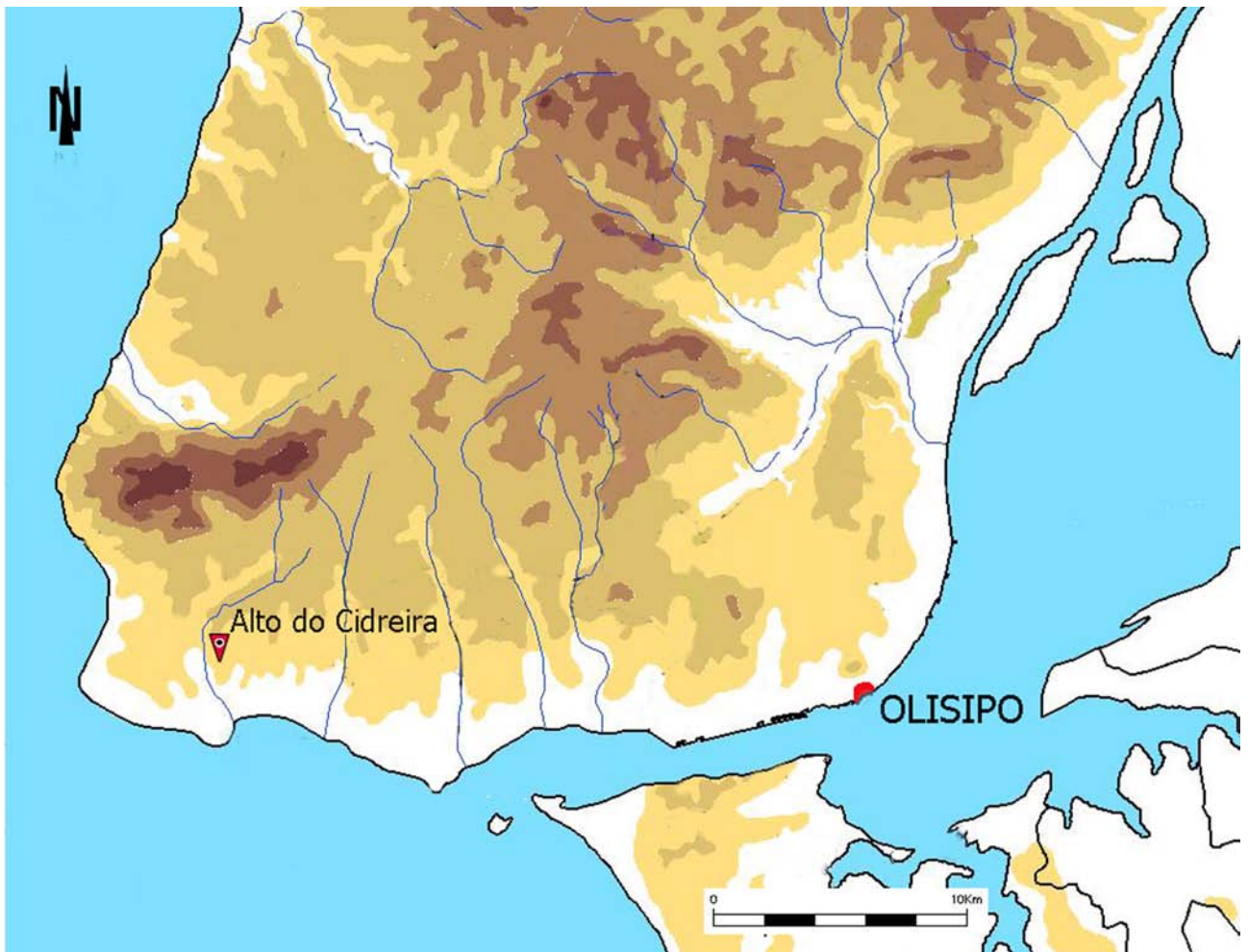


Figura 1
Localização da villa romana do Alto do Cidreira.

inúmeras tesselas e fragmentos de mosaico policromos e a branco e negro, completamente revirados, sem nexos e fora do contexto original, certamente aplicados sobre o piso de *rudus* existente ainda hoje naquela sala, confeccionado com cal, areia e brita de mármore de Porto Covo (Cascais).

As portas de acesso às referidas salas davam para um corredor lajeado que corria paralelo a elas pelo lado nascente, enquanto no lado exterior do edifício, para oriente, se puseram a descoberto os restos de um aqueduto e, sob este, uma cloaca. Um pouco para sudeste identificaram-se as ruínas das termas com um tanque do *frigidarium* (IH'-21) e parte do *hypocaustum* (II'-1 e 2); mais a sul, uma parede a que estava adocada uma sepultura de época tardia com um esqueleto de criança coberto por *imbrex*, no meio dos entulhos do derrube dessa estrutura (II'-16), locais que mantinham a estratigrafia original de abandono. **FIGS. 1-2**

As ânforas

É escasso, mas significativo, o conjunto de fragmentos de ânforas recolhido nas escavações dos anos 80 do século XX, pois abrange um período cronológico compreendido entre o século I d. C. e o século VI/VII d. C., dando uma visão do consumo preferencial dos seus proprietários durante a ocupação do sítio em época romana e na Antiguidade Tardia. Recolheram-se mais de meia centena de fragmentos, dos quais 41 são classificáveis.

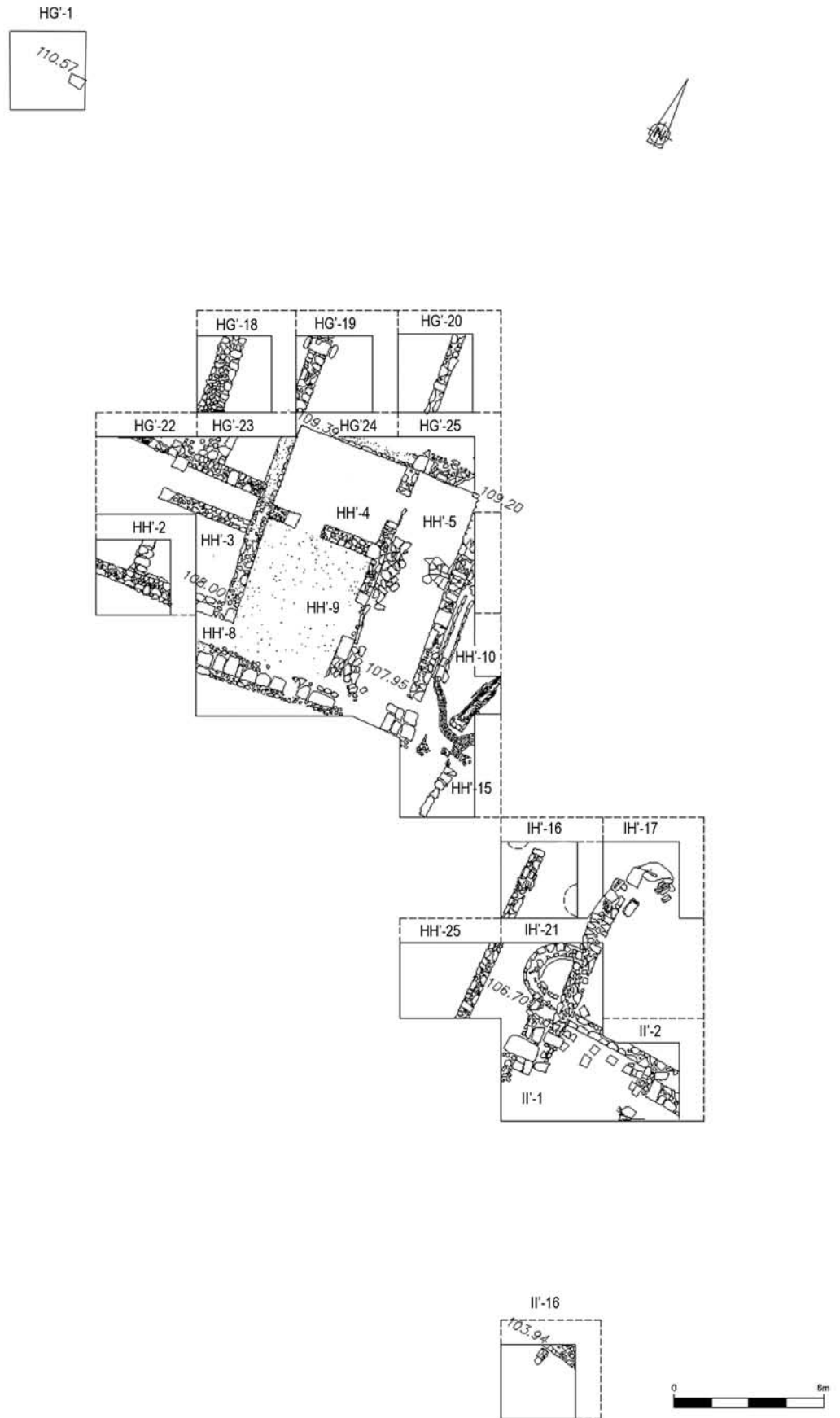


Figura 2
 Planta das ruínas
 romanas do Alto do
 Cidreira, escavações
 de 1980, 1981 e 1982.

Dressel 20

Três fragmentos de asas deste tipo de ânfora, que servia para o transporte de azeite da Bética. Uma das asas apresentava no seu dorso a marca LFFV (n.º 1). Trata-se de uma produção da bacia hidrográfica do Guadalquivir, provavelmente da *figlina* de La Mallena. Na Praça da Figueira, Lisboa, foi recolhida uma marca idêntica, nas escavações de 1999-2001 (Fabião *et alii*, 2016: 44). É uma marca, que para além do seu registo na Lusitânia, apareceu em vários sítios romanos de Espanha, na cidade de Roma e na Alemanha.

Em Villar de Brenes, foi datada da época de Cómodo (Berni Millet, 2008: 246), enquanto outra, proveniente do Monte Testaccio, Roma, está datada de 177-179 d.C.¹



Figura 3
Fotografia da marca
de ânfora LFFV.

Beltrán IIB

Um único fragmento, de bordo, apresenta a característica forma em voluta (n.º 2). Este tipo de ânfora foi fabricado nas olarias da zona de Cádiz e serviu para envasar conservas de peixe no período de 50-225 d. C. (García Vargas, Bernal e Díaz Rodríguez, 2016: Fig. 5).

Dressel 14

É o mais característico tipo de ânfora produzido na Lusitânia durante o Alto Império, desde o principado de Cláudio aos inícios do século III. Serviu essencialmente para o transporte de derivados piscícolas.

Trata-se de uma forma que evoluiu a partir da Dressel 7/11, pelo que se confundem as duas produções, atribuindo-se habitualmente a classificação da forma Dressel 14 precoce às ânforas do tipo Dressel 7/11, de lábio anelar.

Pelas pastas que apresentam, todos os exemplares recolhidos na *villa* do Alto do Cidreira são provenientes de olarias da bacia do rio Tejo ou do Sado. Apresentam a característica boca ligeiramente esvasada, com um lábio mais ou menos arredondado mas sempre boleado (nos 3-5).

No mesmo estrato do exemplar n.º 3 foi recolhido um fragmento de prato de TSSG Dragendorff 15/17, datável dos inícios dos Flávios (Nolen, 1988: 74). Por sua vez, o fragmento n.º 5 estava junto a um fragmento de bordo de taça de TSH Dragendorff 33, de época tardia.

¹ Agradecemos a José Remesal Rodríguez esta indicação.

Lusitana 3

Inicia-se, no século II, nas *figlinae* do Baixo Tejo e do Baixo Sado, o fabrico de ânforas do tipo Lusitana 3, semelhante às ânforas gaulesas do mesmo período. Foi uma forma utilizada basicamente para o transporte de vinho lusitano (Diogo e Alves, 1988-1989: 230). Recolheram-se fragmentos de 12 exemplares, com algumas ressalvas, visto que só existem pequenos fragmentos dos bordos e quatro pés, o que torna difícil classificar com exactidão este tipo de ânfora, que se confunde facilmente com o tipo Almagro 51c, quando não temos exemplares completos (n.ºs 6-14).

Escavações efectuadas na bacia hidrográfica do rio Guadalquivir revelaram uma forte presença deste tipo de ânfora em diversos contextos selados, nomeadamente no sítio arqueológico do Pátio de Banderas del Real Alcázar (Sevilha), em estratos do século II a inícios do III (García Vargas, 2016).

Almagro 51c

Durante o Baixo-Império, apareceram novos modelos de ânforas, que, por razões económicas ou devido ao gosto da época, passaram a ser utilizados maioritariamente na Lusitânia e na Bética: ânforas de pequeno porte e gargalo estreito para o transporte de conservas à base de peixe.

Recolheram-se dez exemplares, que têm origem na Lusitânia (n.ºs 15-22). Um dos fragmentos apresenta a parede externa com engobe branco, característico das produções da *figlina* da Quinta do Rouxinol. Foram recolhidos exemplares completos na Rua de S. Julião, em Lisboa (Amaro, Manso e Sepúlveda, 2013: 756), idênticos aos da produção da subfase 2.2, da referida Quinta do Rouxinol, datada de 350-400 d. C. (Santos, Raposo e Quaresma, 2015: 139 e 141).

Recolheram-se, ainda, dois pequenos fragmentos de ânforas da Bética (n.ºs 23 e 24) que pelas suas características, atribuímos, com muitas dúvidas, a esta forma.

Keay 25P

No quadrado HH-4, recolheu-se, no estrato II, um fragmento de boca de ânfora africana do tipo Keay 25P (n.º 25) que se caracteriza pela sua pasta calcária (Remolà Vallverdú, 2000: 132). É um contentor que servia habitualmente para o transporte de azeite ou de derivados piscícolas. Este tipo de ânfora encontra-se datado dos finais do século IV, inícios do V (Remolà Vallverdú, 2000: 133) ou desde o século IV até meados do V (Keay, 1984: 195).

Keay 53B

Deste tipo temos um pequeno fragmento de bordo vertical (n.º 26). Trata-se da LRA 1, tipo de ânfora da Antiguidade Tardia produzido desde os finais do século V até ao século VII, sendo utilizado habitualmente no transporte de azeite da zona oriental do Mediterrâneo (Keay, 1984: 268-278). No entanto, uma variante desta forma recolhida em Tarraco apresenta nos *tituli picti*, uma provável abreviatura de $\pi\acute{\alpha}\sigma\sigma\nu$, vinho em resina (Remola Vallverdu, 2013: 315).

De Conimbriga, um exemplar semelhante (Alarcão, 1976: 75, 77, Pl. XIX, n.º 65).

Lusitana 9

Três pequenos fragmentos com arranque das asas (n.^{os} 27-29)

As produções da subfase 2.2 a 2.4, da Quinta do Rouxinol, donde se exumaram exemplares da Lusitana 9, têm datações compreendidas entre 350 e 425+ d. C. (Santos, Raposo e Quaresma, 2015: 144).

Dois exemplares foram recolhidos junto a um fragmento de ânfora LRA 1B e a um fragmento de prato covo da forma Hayes 103 B, com uma cronologia de 500-575 (Nolen, 1988: 86).

LRA 1B

Deste tipo de ânfora recolheu-se um fragmento de boca com o lábio perlado e cozedura semi-redutora. É uma forma produzida no lado oriental do Mediterrâneo durante os séculos V a VII d. C., sendo proposta a sua utilização para vinho, no caso dos módulos mais pequenos, sendo os maiores para azeite (Remola Vallverdu, 2013: 313 e 314).

Juntamente a este estavam dois fragmentos de ânforas Lusitanas 9 e um fragmento de prato covo da forma Hayes 103 B, com uma cronologia de 500-575 (Nolen, 1988: 86).

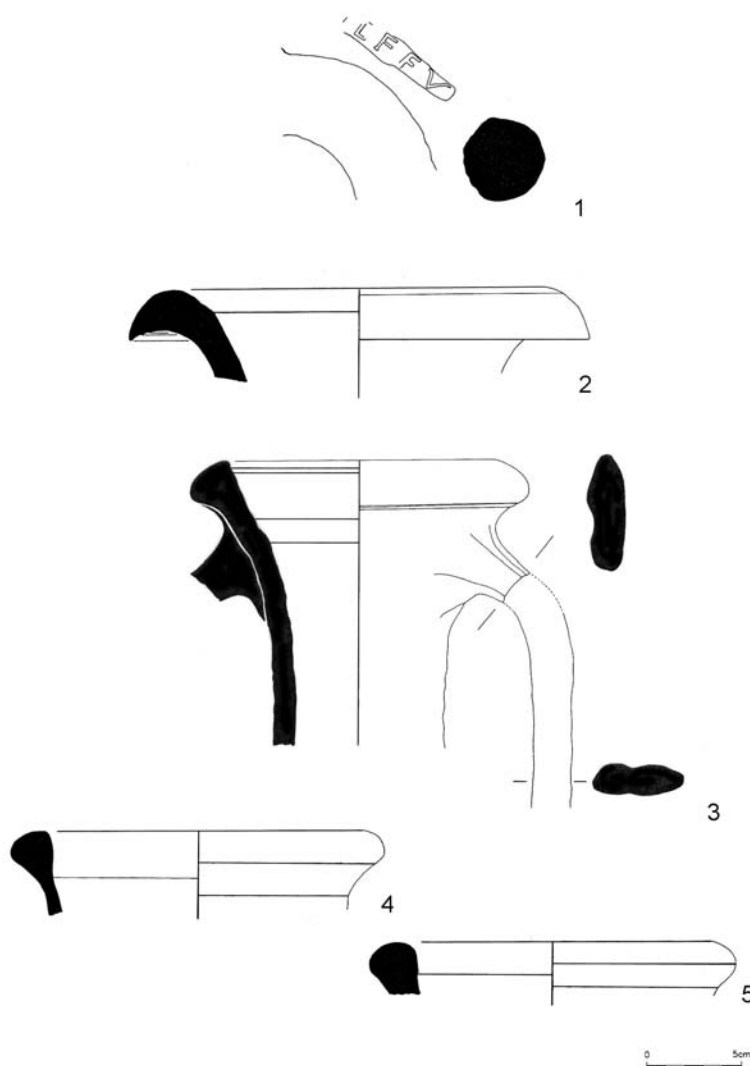


Figura 4
Ânforas:
1 – fragmento de asa do tipo Dressel 20, com a marca LFFV;
2 – Fragmento de boca do tipo Beltrán IIB;
3-4 – fragmentos de bocas do tipo Dressel 14.

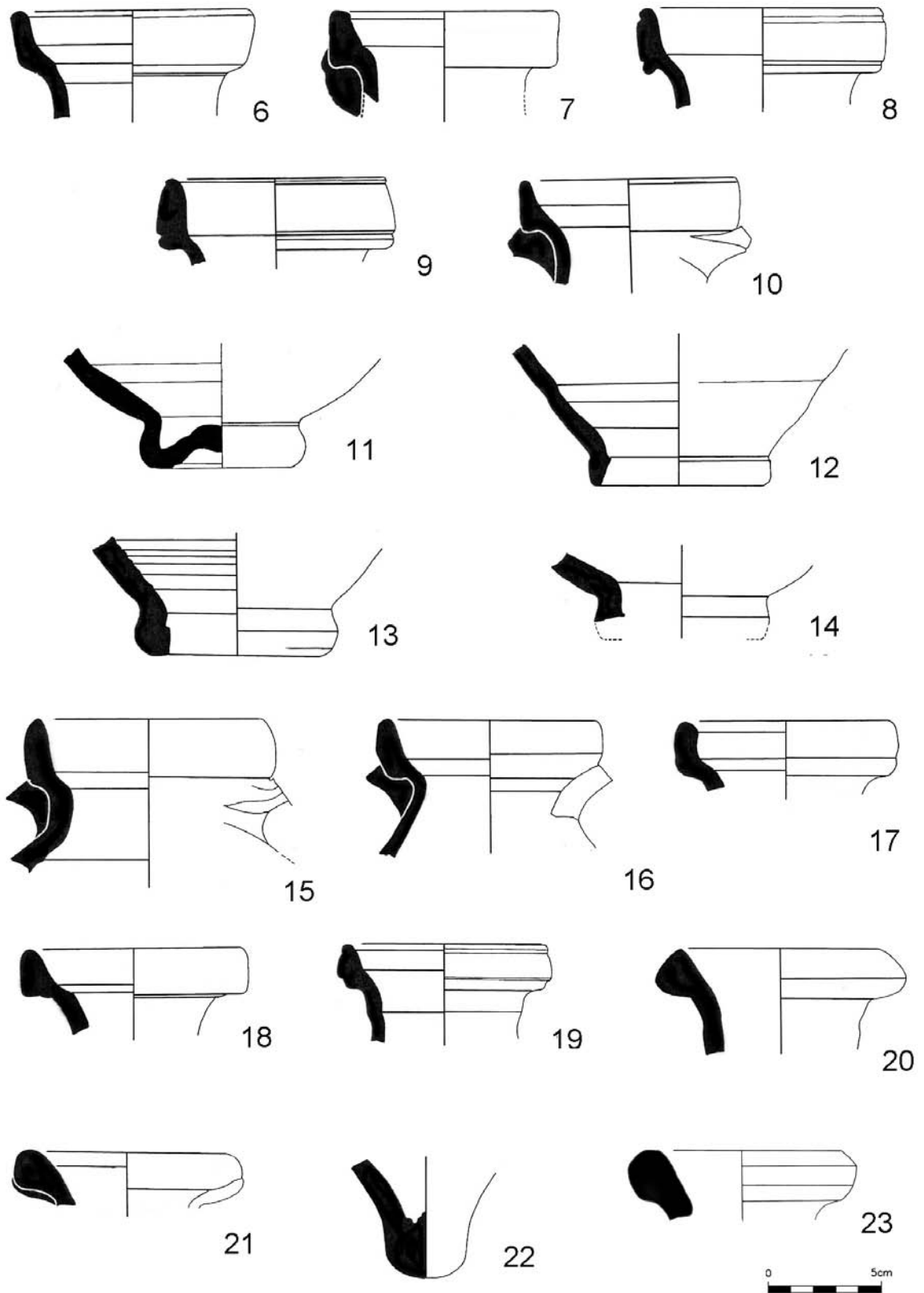


Figura 5
 Ânforas:
 6-14 – Lusitana 3;
 15-22 – Almagro 51C,
 lusitana;
 23 – Almagro 51C,
 Bética.

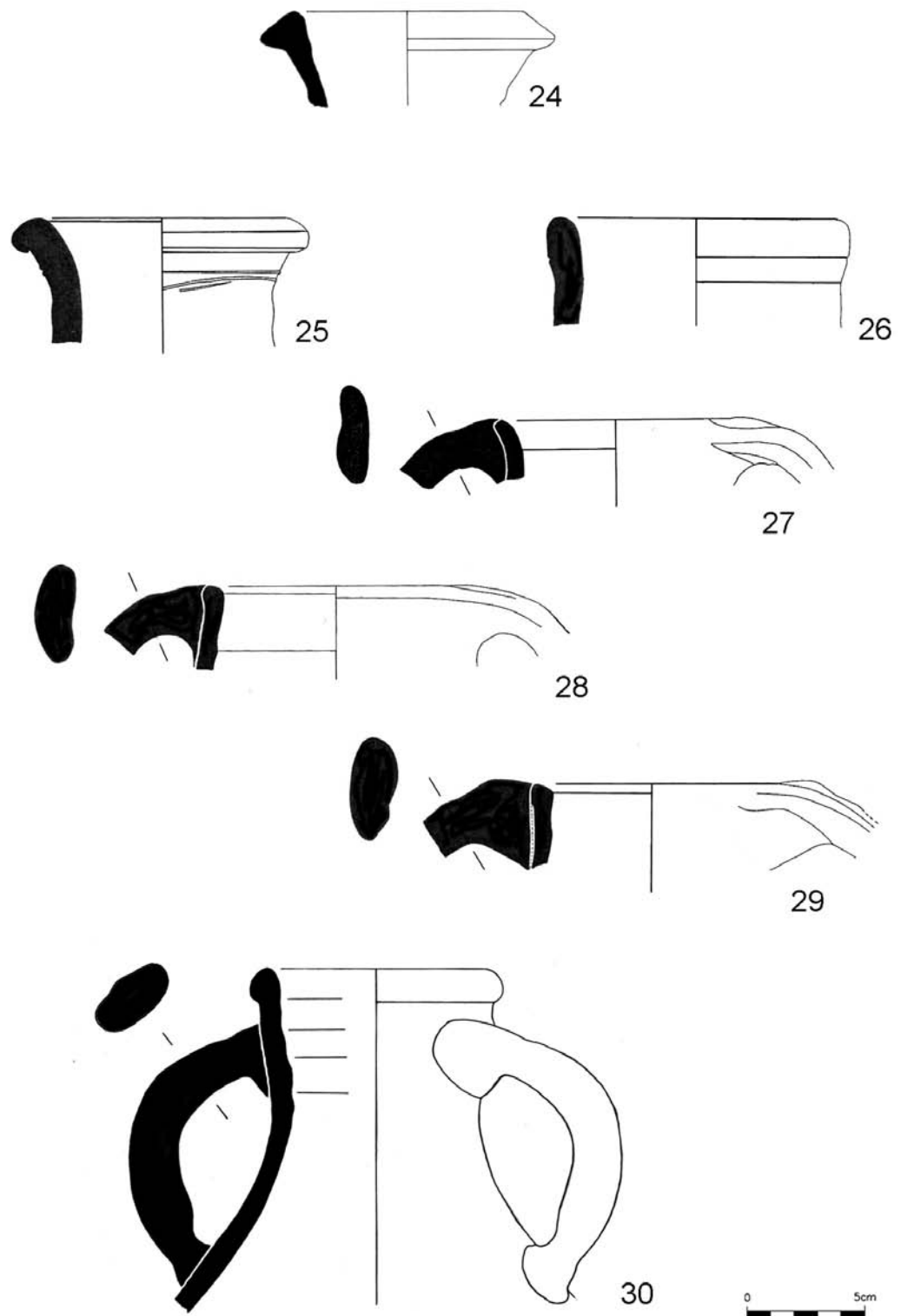


Figura 6

Ânforas:

24 – Almagro 51c (?),
Bética;

25 – Keay 25P;

26 – Keay 53B;

27-29 – Lusitana 9;

30 – LRW 1B.

Conclusões

A análise das ânforas recolhidas na área da *pars urbana* da *villa* do Cidreira possibilitou saber-mos, mais uma vez, que foi essencialmente habitada no século I d. C., ocupação que perdurou até aos séculos VI/VII.

A análise das ânforas permite-nos concluir que aí, durante o Alto Império se consumiram pastas de peixe da Lusitânia e da Bética, vinho da Lusitânia e azeite da Bética. Verifica-se, no Baixo-Império, um aumento do consumo dos derivados piscícolas da Lusitânia e menor consumo dos produtos originários da Bética, transportados em contentores do tipo Almagro 51c.

Durante o período tardo-romano, o azeite provinha do Norte de África, enquanto da área do Mediterrâneo Oriental chegava provavelmente o vinho produzido nas costas da Cilícia e Síria Setentrional ou da ilha de Chipre.

CATÁLOGO

1 – Inv. n.º 49. GH²-1(3).

Fragmento de asa de ânfora Dressel 20. Apresenta a marca LFFV. Pasta siliciosa de cor de rosa (Munsell: 2.5YR7/8). Diâmetro da asa: 70 mm. Bética.

2 – Inv. n.º 7. GI²-área(1).

Fragmento de bordo em voluta de ânfora do tipo Dressel 38. Pasta fina siliciosa, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 5/6); e. n. p. moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 248 mm. Bética.

3 – Inv. n.º 2. HG²-10(1).

Fragmento de boca e asa de ânfora do tipo Dressel 14. Pasta de grão médio, foliácea, cor bege (Munsell: 2.5YR 6/6); e. n. p. óxidos de ferro castanhos e vermelhos, moscovite, quartzo leitoso, fumado e róseo. Diâmetro externo do lábio: 164 mm. Tejo/Sado.

4 – Inv. n.º 21. HG -24(4).

Pequeno fragmento de bordo de ânfora Dressel 14. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha (Munsell: 2.5YR 5/4); e. n. p. moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 202 mm. Tejo/Sado.

5 – Inv. n.º 3. HG²-23 (3).

Pequeno fragmento de bordo de ânfora Dressel 14. Pasta de grão médio, foliácea, cor laranja (Munsell: 2.5YR 6/8); e. n. p. óxido castanho e negro, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio 198 mm. Tejo/Sado.

6 – Inv. n.º 17. GH²-1(2).

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha (Munsell: 5YR 5/3); e. n. p. óxido vermelho, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 108 mm. Tejo/Sado.

7 – Inv. n.º 11. HH²-5SE.

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio dura, foliácea, cor laranja (Munsell: 2.5YR 6/8); e. n. p. óxido negro e quartzo leitoso. Diâmetro externo do lábio: 102 mm. Tejo/ Sado.

8 – Inv. n.º 18. GH²-1(2).

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor bege (Munsell: 2.5YR 5/8); e. n. p. óxido vermelho, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio 110 mm. Tejo/ Sado.

9 – Inv. n.º 47. GH²-1(3).

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor bege (Munsell: 2.5YR 5/8); e. n. p. moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 116 mm. Tejo/ Sado.

10 – Inv. n.º 20. HH²-25(1).

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 5/6); e. n. p. moscovite, quartzo leitoso, fumado e róseo. Diâmetro externo do lábio: 98 mm. Tejo/ Sado.

11 – Inv. n.º 7. Zona do polícia (1).

Fragmento de pé do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor vermelha acastanhada (Munsell 2.5YR 6/6); e. n. p. óxido de ferro vermelho, biotite finíssima, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro do pé: 74 mm. Tejo/Sado.

12 – Inv. n.º 68. HH²-25(2).

Fragmento de pé do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor bege (Munsell: 2.5YR 5/8); e. n. p. quartzo leitoso e fumado. Diâmetro do pé: 81 mm. Tejo/Sado.

13 – Inv. n.º 69. HH²-25(2).

Fragmento de pé do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio dura, foliácea, cor laranja escura (Munsell: 5YR 6/8); e. n. p. óxidos de ferro castanhos, moscovite finíssima, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro do pé: 90 mm. Tejo/ Sado.

14 – Inv. n.º 67. HH²-25(2).

Fragmento de pé do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor bege (Munsell: 2.5YR 5/8); e. n. p. quartzo leitoso e fumado. Diâmetro do pé 77 mm. Tejo/Sado.

15 – Inv. n.º 64. HH²-25(2).

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio dura, foliácea, cor laranja (Munsell: 2.5YR 6/8); e. n. p. óxido de ferro vermelho, moscovite finíssima, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 112 mm. Tejo/Sado.

16 – Inv. n.º 19. HH²-25(1).

Fragmento de boca, colo e asas, do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor laranja (Munsell: 2.5YR 6/8); e. n. p. óxido de ferro vermelho, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 102 mm. Tejo/Sado.

17 – Inv. n.º 39. IH²-21(2).

Fragmento de boca do tipo Lusitana 3. Pasta de grão médio, foliácea, cor bege (Munsell: 2.5YR 5/8); e. n. p. óxido vermelho, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio 100 mm. Tejo/Sado.

18 – Inv. n.º 4. II²-16(2).

Fragmento de boca do tipo Almagro 51c. Pasta de grão médio, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 5/6); e. n. p. óxido vermelho, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 102 mm. Tejo/Sado.

19 – Inv. n.º 65. HH²-25(2).

Fragmento de boca do tipo Almagro 51c. Pasta de grão médio dura, cor laranja (Munsell: 2.5YR 6/8); e. n. p. óxido negro e quartzo leitoso. Diâmetro externo do lábio 95 mm. Tejo/Sado.

20 – Inv. n.º 38. IH²-21(2).

Fragmento de boca do tipo Almagro 51c. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 5/6); e. n. p. óxido de ferro vermelho, moscovite finíssima, quartzo leitoso. Diâmetro externo do lábio: 112 mm. Tejo/Sado.

21 – Inv. n.º 14. HG²-25(2).

Fragmento de boca do tipo Almagro 51c. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha-clara (Munsell: 5YR 6/4); e. n. p. moscovite e quartzo leitoso. Diâmetro externo do lábio: 101 mm. Tejo/Sado.

22 – Inv. n.º 17. IH³-12(2).

Fragmento de pé do tipo Almagro 51C. Pasta de grão médio, foliácea, cor laranja (Munsell: 2.5YR 5/6); e. n. p. quartzo leitoso. Diâmetro do pé: 37 mm. Tejo/ Sado.

23 – Inv. n.º 15. FG-14(2) 80/82.

Fragmento de bordo do tipo Almagro 51c (?). Pasta de grão fino, dura, cor bege (Munsell: 7.5YR 7/4); e. n. p. calcite, óxido de ferro castanho, moscovite finíssima e quartzo fumado. Diâmetro externo do lábio: 100 mm. Bética.

24 – Inv. n.º 12. IH-16(2).

Fragmento de boca do tipo Almagro 51c (?). Pasta de grão fino, dura, de dupla cor, exterior bege (Munsell: 2.5YR 6/4), cerne cinzento (Munsell: 5YR 5/1); e. n. p. calcite, óxido de ferro vermelho, moscovite, quartzo fumado, leitoso e hialino. Diâmetro externo do lábio: 124 mm. Bética.

25 – Inv. n.º 6. HH³-4(2).

Fragmento de boca com pequena aba, do tipo Keay XXVP. Pasta de grão médio, cor laranja (Munsell: 2.5YR-6/8); e. n. p. calcário e quartzo fumado. Diâmetro externo do lábio: 128 mm. África.

26 – Inv. n.º 11. II³-1(bq. E).

Fragmento de boca de lábio cilíndrico, do tipo Keay 53B. Pasta de grão médio, cor laranja (Munsell: 2.5YR6/8); e. n. p. óxido de ferro vermelho, moscovite, quartzo leitoso, fumado e róseo. Diâmetro externo do lábio: 130 mm. África.

27 – Inv. n.º 4. II³-1(2).

Fragmento de bordo e asa de ânfora tipo Lusitana 9. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 5/6); e. n. p. óxido de ferro vermelho, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 104 mm. Tejo/Sado.

28 – Inv. n.º 15. IH³-17(3).

Fragmento de bordo e asa de ânfora tipo Lusitana 9. Pasta de grão médio, foliácea, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 6/6); e. n. p. óxido de ferro vermelho escuro, moscovite, quartzo leitoso, fumado e róseo. Diâmetro externo do lábio: 114 mm. Tejo/Sado.

29 – Inv. n.º 5. II³-1(2).

Fragmento de bordo e asa de ânfora tipo Lusitana 9. Pasta de grão fino, cor castanha avermelhada (Munsell: 2.5YR 6/6); e. n. p. óxido de ferro vermelho escuro, moscovite, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 104 mm. Tejo/Sado.

30 – Inv. n.º 12. II³-1(banq. E).

Fragmento de bordo e asa de ânfora tipo LRA 1B. Pasta de grão médio, cor avermelhada escura (Munsell: 2.5YR 4/8); e. n. p. óxido de ferro vermelho escuro, biotite finíssima, quartzo leitoso e fumado. Diâmetro externo do lábio: 108 mm. Mediterrâneo Oriental?

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1976) – Céramiques communes d'importation. In Jorge Alarcão e Robert Etienne (dir.) *Fouilles de Conimbriga*. VI. Céramiques diverses et verres: Diffusion E. de Boccard, Paris, p. 71-77.
- ALMEIDA, R. R. de; FILIPE, V. (2013) – 50 anos depois: As ânforas romanas da Praça da Figueira (Lisboa). In José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves (Eds.) *Arqueologia em Portugal 150 anos*: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, p. 737-745.
- AMARO, C.; MANSO, C. R.; SEPÚLVEDA, E. de (2013) – Complexo industrial romano de preparados de peixe da Baixa. Sua abordagem a partir de dois novos equipamentos. In José Morais Arnaud, Andrea Martins, César Neves (Eds.) *Arqueologia em Portugal 150 anos*: Associação dos Arqueólogos Portugueses. Lisboa, p. 755-763.
- ANTONELLI, S.; MENOZZI, O. (2014) – Late roman coarse ware and amphorae from Cyrenaica (Líbia): The case of Lamluda. In *LRCW 4 Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean: Archaeology and Archaeometry. The Mediterranean: a market without frontiers*. Volume I. BAR International Series 2616 (I), Oxford, p. 885-895.
- BERNAL, D.; SÁEZ, A. M.; MONTERO, R.; DÍAZ, J. J.; SÁEZ, A.; MORENO, D., e TOBOSO, D. (2005) – Instalaciones fluvio-marítimas de drenaje con ánforas romanas: a propósito del embarcadero Flavio del Caño de Sancti Petri (San Fernando, Cádiz). *SPAL*. 14. Sevilla, p. 179-230.
- BERNI MILLET, P. (2008) – Epigrafia anfórica de la Bética: Nuevas formas de análise. *Instrumenta*. 29. Barcelona, p. 245 e 246, Fig. 121, n.º 5.
- BERROCAL CAPARRÓS, Mª del C. (2012) – Producciones anfóricas en la costa meridional de Carthago-Spartaria. In Darío Bernal Casasola, Albert Ribera i Lacomba (Eds. científicos) *Cerámicas hispanorromanas II Producciones regionales*. Cádiz, p. 255-277.
- CARDOSO, G. (2009) – Ânforas. In BATALHA, L. et al. [coord.]. *AVilla Romana da Sub-Serra de Castanheira do Ribatejo (Vila Franca de Xira)*: Edição de EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres SA. Lisboa, p. 63-88.
- CARDOSO, G.; ENCARNAÇÃO, J. d'; NOLEN, J. (1982) – A villa romana do Alto do Cidreira, em Cascais. *Arquivo de Cascais*. 4. Cascais, p. 9-27.
- DIOGO, A. D.; ALVES, F. J. S. (1988-1989) – Ânforas provenientes do meio fluvial nas imediações de Vila Franca de Xira e de Alcácer do Sal. *O Arqueólogo Português*. Série IV. 6/7. Lisboa, p. 227-240.
- FABIÃO, C.; GUERRA, A.; ALMEIDA, J.; ALMEIDA, R. R. de; PIMENTA, J.; FILIPE, V. (2016) – *Marcas de ânforas romanas na Lusitânia (do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa ao Museu Nacional de Arte Romano de Mérida)*. In FABIÃO, C. e GUERRA, A. (dir.) *Corpus Internationale des Timbres Amphoriques (Fascicule 19)*. Union Academique Internationale/ Academia das Ciências de Lisboa, Lisboa.
- GARCÍA VARGAS, E. (2016) – Amphora Circulation in the Lower Guadalquivir Valley in the Mid Imperial Period: the Lusitana 3 Type. In PINTO, I. V., ALMEIDA, R. R. de, e MARTIN, A. (eds.) *Lusitanian Amphorae: Production and Distribution. Roman and Late Antique Mediterranean Pottery*. 10: Oxford, p. 285-298.
- GARCÍA VARGAS, E.; BERNAL, D. C.; DÍAZ RODRÍGUEZ, J. J. (2016) – Beltrán IIB (Baetica coast). *Amphorae ex Hispania. Landscapes of production and consumption* (<http://amphorae.icac.cat/amphora/beltran-iib-baetica-coast>).
- NOLEN, J. U. S. (1988) – A Villa Romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os Materiais. *Conimbriga*. XXVII. Coimbra, p. 61-140.
- OLIVEIRA, F. de P. e (1888/92) – Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes. *Comunicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*. Tomo II. Fascículo I. Lisboa, p. 85-92.
- REMOLA VALLVERDU, J. A. (2013) – Ânforas Orientales Tardías en Tarraco (Siglos V-VII). In María Paz de Hoz e Gloria Mora (Eds.) *El Oriente Griego en la Península Ibérica Epigrafía e Historia, Bibliotheca Archaeologica Hispana*. 39. Real Academia de la Historia: Madrid, p. 307-330.
- REYNOLDS, P. (2015) – From Vandal Africa to Arab Ifrīqiya: Tracing Ceramic and Economic Trends through the Fifth to the Eleventh Centuries. In Susan T. Stevens and Jonathan P. Conant (eds.). *North Africa under Byzantium and Early Islam*: Washington, D. C., p. 129-171.
- SANTOS, C.; RAPOSO, J.; QUARESMA, J. C. (2015) – Análise crono-estratigráfica da olaria romana da Quinta do Rouxinol (Corroios, Seixal). In QUARESMA, J. C., e MARQUES, J. A. (coord.) *Contextos estratigráficos na Lusitânia (do Alto Império à Antiguidade Tardia)*. *Monografias AAP*. 1. Lisboa, p. 117-148.

➤ **Dois conjuntos de azulejos Hispano-Mouriscos. O Tejo e a Igreja do Senhor da Boa Morte (século XVI)**

TÂNIA MANUEL CASIMIRO (IHC/IAP – FCSH.TMCASIMIRO@FCSH.UNL.PT)
JOÃO LUÍS SEQUEIRA (UMINHO/IHC – FCSH.JLPBSEQUEIRA@GMAIL.COM)

RESUMO

Escavações arqueológicas na igreja do Senhor da Boa Morte, na freguesia de Povos, permitiram a descoberta de vários fragmentos de azulejos hispano-mouriscos produzidos com as técnicas de corda-seca e de aresta. Demonstram a continuidade na tradição muçulmana de decorar paredes com elementos geométricos e florais. Estes podem ser datados de inícios do século XVI e ali colocados aquando da valorização da igreja pela proximidade do palácio dos Condes da Castanheira. A par desta colecção são ainda analisados alguns destes objectos recolhidos nos areiros do Tejo ainda que não seja possível associá-los a um contexto arqueológico.

ABSTRACT

Archaeological excavations made in the Senhor da Boa Morte church, in the Povos parish, found several fragments of hispano-moresque tiles decorated with two different techniques: corda-seca and arista in a clear tradition of Muslim decorative floral and geometric patterns. These, possibly dated from early 16th century, when the church must have been refurbished under the Count of Castanheira Palace influence, were used either to decorate walls of the altar. This paper also includes a few objects recovered in the Tagus Valley sand banks although without an archaeological context

Introdução

O presente trabalho incide sobre dois conjuntos de azulejos hispano-árabes à guarda do Museu Municipal de Vila Franca de Xira. O primeiro, correspondendo a vinte e seis exemplares, provém de um contexto arqueológico e foi recuperado aquando das escavações arqueológicas na Igreja do Senhor da Boa Morte, na freguesia de Povos, nas campanhas efectuadas em 1989 e 2000. O segundo, composto por onze azulejos, ainda que estilisticamente semelhante ao primeiro, não possui um contexto arqueológico bem definido visto que foi recuperado nos areiros do Tejo, próximo de Vila Franca. Finalmente, ainda da escavação do senhor da boa morte foi recuperado um pequeno fragmento de um azulejo alicatado. Neste sentido, aproximações distintas terão de ser realizadas mesmo numa análise conjunta destas colecções.

Este estilo azulejar, profusamente utilizado na Península Ibérica e algumas colónias ibéricas do novo mundo desde finais do século XV, desenvolve-se tendo em conta uma forte tradição da estética muçulmana, onde motivos fitomórficos criam composições geométricas.

Os azulejos apresentam duas técnicas distintas, ambas enquadradas no que se pode designar de azulejo hispano-mourisco. Trinta e três dos objectos aqui analisados foram produzidos com recurso à técnica da corda-seca onde os diferentes vidrados que formam a decoração são separados através da delineação dos motivos através de óxidos de manganês misturados com

gordura que evitava que as cores se misturassem. A segunda técnica corresponde ao que se tem vindo a designar de azulejos de aresta onde as decorações já não são delineadas através da pintura, sendo que o azulejo é produzido recorrendo a um molde onde ficam marcados os motivos decorativos em relevo e posteriormente preenchidos com vidrados de diferentes cores. Estas matrizes podem produzir centenas de azulejos iguais num processo quase estandardizado (Pleguezuelo Hernandez, 2007, 365). Esta segunda técnica, supostamente inventada por Niculoso Pisano, um oleiro italiano estabelecido em Sevilha (Pleguezuelo Hernandez, 2007) vai permitir um grande incremento da produção, dado que um único molde pode produzir centenas de objectos.

O consumo e produção de azulejo hispano-mourisco em Portugal

A importação de azulejos ditos mouriscos em corda-seca ou de aresta em Portugal, deve ter sido efectuada algures durante a segunda metade do século XV atendendo que os documentos mais recuados que se conhecem datam dos primeiros anos da centúria seguinte. Em 1502 um armador de sardinha de Sesimbra mandava vir de Sevilha 200 azulejos pelo valor de 400 maravedis feitos pelo oleiro Pedro Herrera (Correia, 1956, 5). Remonta a 1503 uma escritura feita em Sevilha na qual se manifesta a dívida de um mestre entalhador de nome Olivar, que encomendou cerca de dez mil azulejos para a zona de Coimbra a dois oleiros de Triana, que se crê terem sido usados no revestimento da Sé de Coimbra (Goulão, 1986). É também por esta altura que se revestem as paredes do palácio de Sintra com milhares de azulejos de corda-seca e aresta, tornando-se um dos mais paradigmáticos exemplos da utilização deste tipo de azulejo em Portugal. A primeira metade do século XVI é assim marcada por esta solução decorativa sobretudo em palácios e igrejas um pouco por todo o país. O vale do Tejo não é excepção conhecendo-se exemplos de revestimentos com este tipo de azulejos, ainda hoje in situ, em locais como a Igreja Matriz de Alhos Vedros ou o Paço dos Negros na Ribeira de Muge. Estes revestimentos, altamente apreciados durante a centúria de quinhentos, foram sendo retirados a partir do século XVII quando outras modas azulejares se instalaram. Neste sentido, não é raro o seu aparecimento em contextos arqueológicos demonstrando um gosto esquecido, sobretudo em igrejas e palácios, entre outros tipos de contextos, alguns deles com milhares de exemplares recolhidos (Bargão, Ferreira e Silva, 2017; Pereira, 2009; Mangucci, 2015, 71).

Esta vontade de revestir as paredes dos edifícios levou à importação de grandes quantidades destes objectos, maior parte deles da zona da Andaluzia. Esta foi certamente a razão que deve ter motivado os oleiros portugueses, pelo menos desde meados do século XVI, a se aventurarem nesta produção.

Relativamente ao fabrico produção português encontra-se perfeitamente comprovado tanto do ponto de vista arqueológico como arqueométrico. Arqueologicamente, a evidência mais recuada que se conhece passa pelos achados associados a um forno em Santo António da Charneca (Barreiro), possíveis de datar de meados do século XVI. No interior do caqueiro foram identificados diversos azulejos acabados, bem como alguns ainda em chacota (Cardoso, Barros e Gonzalez, 1997). É provável que esta produção também ocorresse em Lisboa, mas de momento não existem evidências suficientes que a comprovem. Ainda que alguns investigadores já suspeitassem que a produção era feita em Portugal (Trindade, 2007), a confirmação foi obtida através de análises arqueométricas que confirmaram que os azulejos recuperados em Santo António da Charneca apresentavam a mesma assinatura química que

as outras cerâmicas ali fabricadas (Ferreira, et al., 2013). Os exemplares identificados, recorrendo exclusivamente à técnica de aresta, apresentavam decoração vegetalista e geométrica, decorados com vidrados de estanho brancos e vidrados de chumbo verde e amarelo.

No que à técnica da corda-seca diz respeito, a sua produção em Portugal não se encontra ainda comprovada do ponto de vista arqueológico visto que nenhum forno foi encontrado com azulejos no seu interior ou sequer em caqueiros. No entanto, estudos arqueométricos efectuados em azulejos identificados nas escavações arqueológicas do Mosteiro de Santa-Clara-a-Velha, em Coimbra, em comparação a outros azulejos identificados em Sevilha e em Toledo, sugerem que aqueles eram igualmente produzidos em Portugal (Coentro et al. 2014).

Apesar da origem portuguesa destes azulejos se encontrar confirmada, o verdadeiro impacto da sua produção é ainda desconhecido e nem conseguimos afirmar ao certo se teriam um papel importante no fornecimento ou se seriam apenas um pequeno complemento. Independentemente da importância destas produções, Sevilha continuou, pelo menos até meados do século XVI, momento em que a produção portuguesa se consolida, a ser um importante centro de produção. **FIG. 1**



Figura 1
Composição de
azulejos recuperada
na escavação da Igreja
do Senhor da Boa
Morte



Contextos e azulejos

A maioria dos objectos aqui estudados provém das escavações efectuadas na Igreja do Senhor da Boa Morte, local icónico da cidade de Vila Franca, localizado na freguesia de Povos que, ainda hoje, é lugar de culto e romaria. Muito embora os azulejos tenham lá chegado algures na primeira metade do século XVI certificando obras de restauro e revestimento de paredes ou altares no interior do templo, a história do edifício é bem mais antiga. Ainda que seja possível que uma ermida mais antiga ali existisse a primeira referência documental a uma igreja neste local remonta ao século XII com a referência à igreja de Santa Maria de Povos, cronologia possível de confirmar através de intervenções arqueológicas na igreja e sepulturas escavadas na rocha, encontradas nas proximidades (Lucas, 2000, 21). Este deveria ser ainda um lugar extensamente habitado se considerarmos o foral dado por D. Sancho I (1195) aos habitantes do Castelo de Povos, local que se sabe ter sido ocupado durante o período muçulmano. Este seria o sítio certo para construir um edifício religioso que foi sofrendo obras e remodelações durante séculos.

A igreja ganha novamente protagonismo quando os Condes da Castanheira, em inícios do século XVI, edificam nas suas proximidades um novo palácio que influenciava directamente a utilização do templo, pois seria ali que os nobres ocupantes assistiriam ao serviço religioso (Lucas, 2000, 24). Terá sido por esta altura que o espaço foi remodelado e ali foram colocados novos azulejos seguindo um estilo muito em voga noutras igrejas e casas nobres. O palácio ocupou um lugar de destaque até 1755 quando ruuiu devido ao Terramoto de 1 de Novembro.

Os azulejos agora estudados podem ter sido retirados aquando de remodelações que no século XVII colocaram os azulejos que ainda hoje lá se encontram.

A colecção em apreço mostra que os revestimentos das paredes recorreram sobretudo a azulejos de corda-seca, ainda que algumas destas decorações encontrem semelhanças com azulejos de aresta possuindo decoração semelhante. Os suportes medem entre 13 e 13,5 cm de lado com uma espessura média de cerca de 2,2 cm, efectuados com pastas claras bem depuradas. Predominam os motivos geométricos. Reconheceram-se quatro motivos diferentes. A terminologia decorativa dos azulejos hispano-árabes ainda não obedece a critérios bem definidos pelo que a atribuição de um nome ao tipo de decoração é ainda muito genérico, mesmo na bibliografia dedicada às produções de Sevilha, generalizando-se termos como geométrico e vegetalista. Respeitando este critério, a maior parte dos azulejos identificados na escavação da Igreja do Senhor da Boa Morte podem ser designados como geométricos e com apenas um exemplar em corda seca com uma decoração tipo floral. Os mesmos padrões são reproduzidos muitas vezes com alternância das cores utilizadas criando padrões semelhantes com diferentes cores e dinâmicas estéticas. Uma das decorações identificadas trata-se de estrela com as cores azul, amarelo e preto, identificada igualmente nas paredes da Sé de Coimbra (Fig. 2 A). Os azulejos geométricos, ou com laçarias geométricas (Fig. 2 B e C), funcionariam num padrão de 2x2 onde a sua arrumação em conjuntos de quatro produziria uma estrela ou flor central (Fig. 1). Exemplos semelhantes são identificados com frequência nas paredes do Palácio de Sintra, na Igreja do Póculo das Caldas da Rainha, ou recuperados no Paço dos Negros no chamado banco do rei Preto (Meco, 1989, 7; Evangelista, 2011, 153). Foram ainda recuperados no interior da igreja azulejos com padrões geométricos inspirados no quadrifólio (Fig. 2 D), com exemplares semelhantes identificados nas paredes do palácio nacional de Sintra (Trindade, 2007). Recuperaram-se três fragmentos

de azulejo de aresta com decoração floral (Fig. 3C e D). Ainda que não descartando a possibilidade de terem sido produzidos na zona do Barreiro a análise macroscópica da pasta sugere tratar-se uma produção sevilhana. Azulejos semelhantes encontraram-se aplicados em zonas do já mencionado Paço dos Negros, em Almeirim.

Apenas um fragmento de alicatado foi recuperado nesta intervenção tendo, no entanto, perdido o seu revestimento vidrado não sendo possível de inferir a sua tonalidade ou o padrão ao qual estava associado (Fig. 3 B). Ainda que os alicatados sejam conhecidos durante o século XV nada nos leva a suspeitar que este fragmento tenha sido utilizado na decoração da igreja em momento anterior ao da aplicação dos azulejos hispano-árabes. Poderia ter sido usado na formação de grandes painéis ou simplesmente no remate de painéis de azulejos, justificando a recuperação de apenas um pequeno exemplar.

Ainda relativamente aos azulejos identificados, teremos de chamar à atenção de um fragmento de azulejo que faria parte de um padrão de laçarias geométricas (Fig. 3 A). A peculiaridade deste objecto passa por apresentar marcas, em manganês, no tardo, zona que ficaria em contacto directo com a parede e oculta. O facto de apenas possuímos um fragmento deste azulejo não nos permite avançar sobre que tipo de desenho se tratava. Marcas na parte posterior dos azulejos hispano-árabes são conhecidas, mas raras. O Museu Nacional de Arqueologia possui alguns na sua colecção, destacando-se o desenho de um leão quase que desajeitado, revelando uma falta de mestria no seu traço. No Palácio Nacional de Sintra foram reconhecidos diversos desenhos de aves, um dos quais um pelicano (Trindade, 2007) enquanto na colecção do museu de Beja, Abel Viana reconheceu diferentes tipos iconográficos desde zoomorfos e letras. Um azulejo encontrado no Convento de Santa Clara do Funchal apresenta o que Lígia Gonçalves acredita ser um papagaio (Gonçalves, 2017). No entanto, entre as largas centenas de objectos recuperadas no Palácio dos Condes de Penafiel não foi identificado um único exemplar com estas marcas. O motivo pelo qual estes desenhos surgem no tardo dos objectos não é claro. Não fazem sentido serem marcas de olaria visto que ficariam escondidas. Por norma são associados a desenhos de aprendizes que ali treinariam, justificando o seu traço pouco claro, no entanto não podemos ignorar que têm sido registados desenhos de animais, mas também letras e números, o que pode por em causa esta interpretação.

Relativamente à colecção recuperada dos areeiros do rio Tejo acreditamos que mesmo não oriunda de um contexto arqueológico seguro, não deve ser ignorada. Este conjunto reflecte o tipo de azulejos que eram transportados rio acima e utilizados nas casas nobres ou igrejas ao longo do Tejo. Foram reconhecidos quatro tipos de decoração distintas, algumas das quais também identificadas na Igreja do Senhor da Boa Morte. As laçarias geométricas são a decoração mais abundante (Fig. 4 A). Foram ainda recuperados exemplares de outros azulejos geométricos com estrelas centrais nas cores de azul, laranja e preto, semelhante a outros identificados no Palácio Nacional de Sintra, bem como um azulejo de padrão floral que funcionaria num painel de 2x2. De destacar ainda o único exemplar a verde e branco em decoração também ela frequente em contextos de inícios do século XVI (Trindade, 2007). São ornamentações muito frequentes neste tipo de azulejos com peças semelhantes identificadas novamente no Palácio da Vila de Sintra e no Paço dos Negros, bem como em fragmentos recuperados na escavação do palácio dos Condes de Penafiel. **FIGS. 2-3**

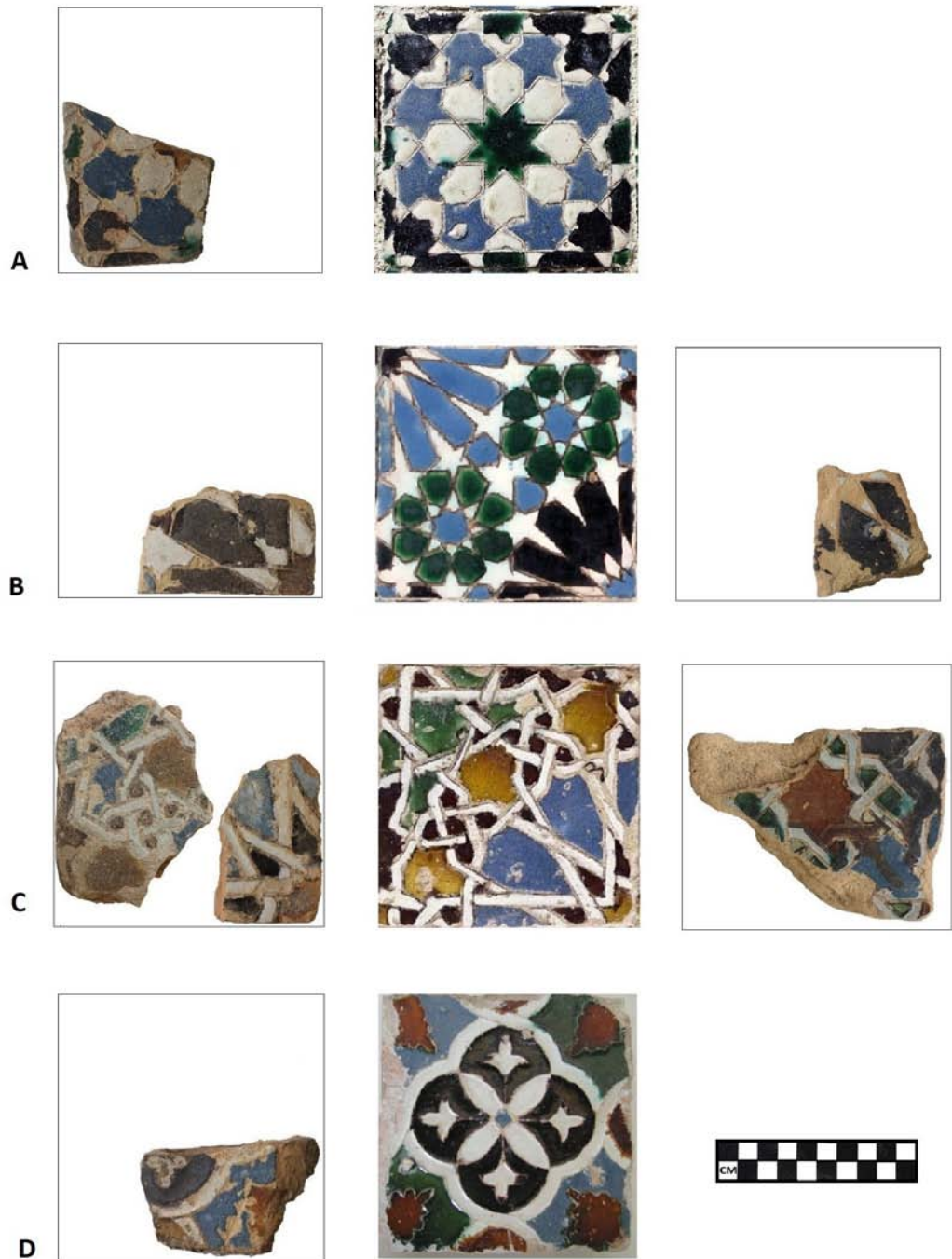


Figura 2
Azulejos em corda-seca recuperados na escavação da Igreja do Senhor da Boa Morte



Figura 3
Azulejos em corda
seca, aresta e
alicatado recuperados
na escavação da Igreja
do Senhor da Boa
Morte

Conclusão

Os azulejos hispano-árabes recuperados tanto nos contextos da Igreja do Senhor da Boa Morte, antiga Igreja de Nossa Senhora de Povos, como nas recolhas dos areeiros do Rio Tejo, correspondem ao tipo de azulejos que, em inícios do século XVI estavam a ser usados nas decorações de relevantes edifícios em Portugal. A sua semelhança com os azulejos que adornam as paredes da Sé de Coimbra, que se julga terem sido encomendados em 1503, e os que ainda hoje estão em exposição no palácio da vila de Sesimbra, mas também no Paço dos Negros, em Almeirim, leva-nos a acreditar que também a sua utilização na Igreja em Povos ocorreu nos inícios de quinhentos. Não será possível afirmar se estariam a adornar as paredes de uma das sacristias ou do altar, visto que nenhum deles é conhecido *in situ*, apesar de ambas serem soluções recorrentes. Seja como for, uma das principais igrejas da zona de Vila Franca, em muito relacionado com a presença do conde da Castanheira e a sua relação directa com as elites, não passou ao lado deste movimento estético.

Correspondem sobretudo a produções que podemos recuar até aos inícios do século XVI com destaque para os azulejos de corda-seca e apenas três fragmentos de aresta, técnica que se acredita ter sido desenvolvida em finais do século XV em Sevilha e com produção comprovada em Portugal em meados da centúria seguinte.

A sua colocação em igrejas ou em palácios directamente relacionados com as famílias mais abastadas do reino, nomeadamente a família real, revela que a sua base social de consumo foi sempre considerada elevada. A comprová-lo encontramos as esferas armilares que se conhecem nos azulejos do Palácio de Sintra ou os azulejos com brasões que estão em exposição no museu do azulejo oriundos de locais tais como a Quinta da Bacalhoa e o Paço Ducal de Vila Viçosa (Goulão, 1986).

É possível que o investimento em azulejos sevilhanos efectuado durante o reinado de D. Manuel tenha suscitado o interesse de diversas igrejas, imitando o que se passava nos palácios mais abastados. A verdade é que estes azulejos estão a ser recuperados em abundância em muitos contextos arqueológicos, por vezes apenas com um ou dois exemplares. Poderá isto querer dizer que algumas casas tinham painéis completos, tais como o Palácio dos Condes de Penafiel, enquanto outros poderiam apenas possuir pequenos apontamentos parietais ou remates, tal como a casa encontrada na Rua dos Correiros (Mangucci, 2015)?

Estes azulejos por norma encontram-se arrumados em padrões que formam grandes tapetes geométricos e vegetalistas. No caso dos azulejos aqui em análise o tipo de padrão será conhecido visto que estes ainda podem ser observados hoje, como por exemplo no banco do Rei Preto no Paço dos Negros (Fig. 5). Arrumações semelhantes seriam usadas na igreja de Povos e noutras igrejas em redor.

Estes padrões azulejares proporcionavam uma experiência visual única aos visitantes daqueles locais que entrariam em contacto com uma realidade cultural que apenas ornamentava os espaços mais abastados, satisfazendo os gostos das elites sociais e religiosas na Península Ibérica. **FIGS. 4-5**

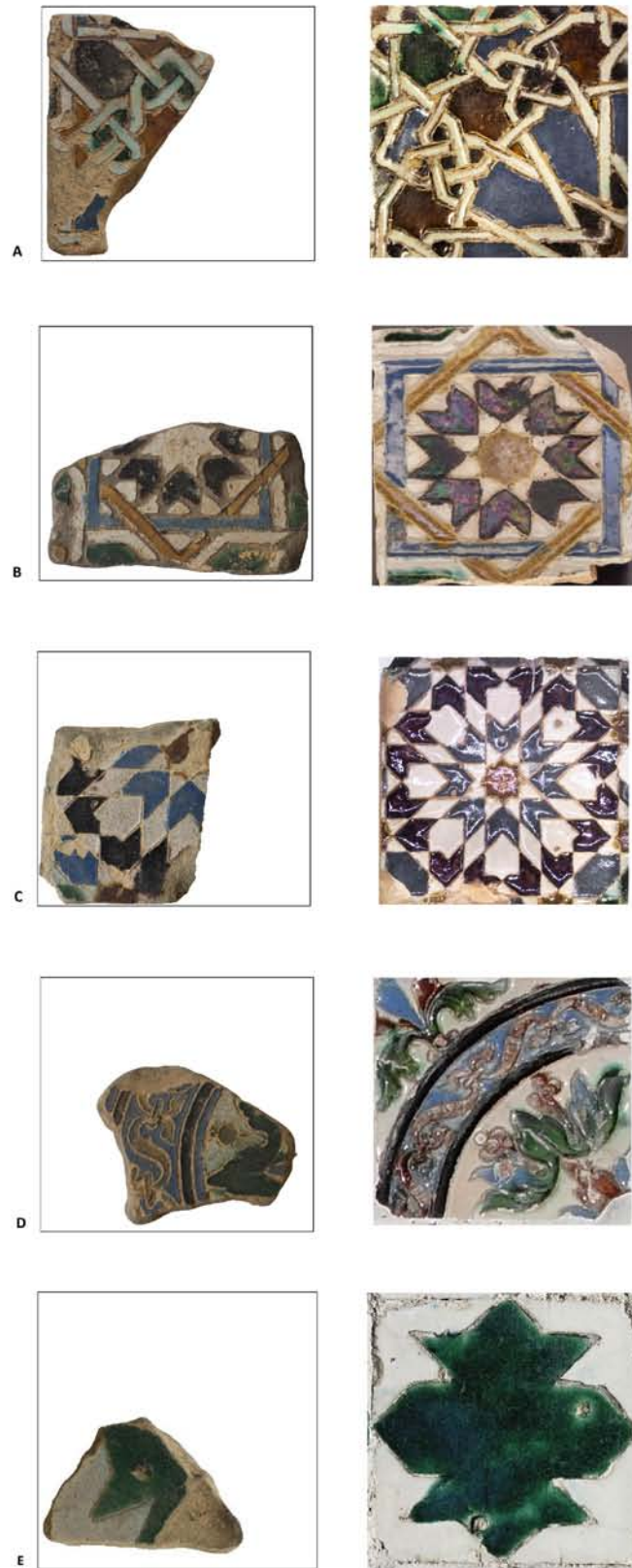


Figura 4
Azulejos recuperados
nos areiros do Tejo





Figura 5
Painel de azulejo
do Paço dos Negros
(Almeirim) – cortesia
de Samuel Tomé.

Agradecimentos

Na demanda por azulejos de tardoz marcado gostava de agradecer à Mariana Almeida, ao Vítor Rafael de Sousa e à Lígia Gonçalves por me ter enviado o seu artigo.

BIBLIOGRAFIA

- BARGÃO, A.; FERREIRA, S.; SILVA, R. B. (2017) – Polícromias e padrões: azulejos de “aresta” e de “corda-seca” do palácio dos condes de Penafiel, Lisboa (séculos XV-XVI). In *Arqueologia em Portugal – Estado da Questão*, Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 1781-1794
- CARDOSO, G., BARROS, L., GONZALEZ, A. (1997) – Primeira notícia do forno de Santo António da Charneca – Barreiro. In *Actas das 3. as Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós Medieval*. Câmara Municipal de Tondela. Tondela, p. 295-307.
- COENTRO, S., TRINDADE, R., MIRÃO, J., CANDEIAS, A., ALVES, L., SILVA, R., MURALHA, V. (2014) – Hispano-Moresque ceramic tiles from the Monastery of Santa Clara-a Velha (Coimbra, Portugal). *Journal of Archaeological Science*. 41, p. 21-28.
- CORREIA, V. (1956) – *Azulejos*, Coimbra: Livraria Gonçalves.
- EVANGELISTA, M. (2011) – Paço dos Negros da Ribeira de Muge. A tacubis romana, Alpiarça: Garrido Artes Gráficas.
- FERREIRA, L.F.V., CASIMIRO, T.M., CONCEIÇÃO D.S., FERREIRA D.P., SANTOS L.F., MACHADO, I. (2014) – Portuguese 16th century tiles from Santo António da Charneca’s kiln: a spectroscopic characterization of pigments, glazes and pastes. *Journal of Raman Spectroscopy*. 45(7), p. 838-847.

- GONÇALVES, L. (2017) – A propósito de um azulejo proveniente do convento de Santa Clara do Funchal. *Isleña*, 61, p. 53-62.
- GOULÃO, M. J. (1986) – Alguns problemas ligados ao emprego de azulejos «mudéjares» em Portugal nos séculos XV e XVI. In *Relaciones artisticas entre Portugal y Espana*. [S.l.]: Junta de Castilla y Leon, p. 129-154.
- LUCAS, M. M. (2000) – Para uma arqueologia da paisagem – o alto do Senhor da Boa Morte, um Espaço vivido. In *Senhor da Boa Morte. Mitos, História e Devoção*, Vila Franca de Xira: Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, p. 13-28.
- MANGUCCI, C. (2015) – O painel de azulejos de composição geométrica do núcleo arqueológico da Rua dos Correiros, in: Bugalhão, J. (coord.) *Uma casa pré-pombalina na Baixa de Lisboa. Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros*, Lisboa: CHAM, p. 67-72.
- MECO, J. (1989) – *O azulejo em Portugal*, Lisboa: Alfa.
- PEREIRA, J. (2009) – *Identidade, História e Memória da Terra de Aveiras de Baixo*. Aveiras de Baixo: Junta de Freguesia de Aveiras de Baixo.
- PLEGUEZUELO HERNANDEZ, A. (2007) – Ceramica de Sevilla (1248-1841). In: Sanchez Pacheco (ed.) *Summa Artis. Historia General del Arte, Cerámica Española*. vol. XLII. Madrid. Espasa Calpe. Madrid, p. 343-386.
- TRINDADE, R. A. A. (2007) – *Revestimentos Ceramicos Portugueses (Meados do seculo XIV a primeira metade do seculo XVI)*. Lisboa: Edições Colibri.

➤ Pelo Tejo acima: dois séculos de porcelana em Vila Franca de Xira

JOSÉ PEDRO HENRIQUES (IAP-FCSH – JPEDRO.HENRIQUES@GMAIL.COM)

TÂNIA MANUEL CASIMIRO (IHC/IAP-FCSH – TMCASIMIRO@FCSH.UNL.PT)

RESUMO

A intervenção arqueológica realizada no número 65 da Rua Serpa Pinto, onde hoje funciona um dos pólos do Museu Municipal de Vila Franca de Xira, permitiu a descoberta de algumas lixeiras de cariz doméstico datadas entre os finais do século XVI e o século XVIII. Associados a esses depósitos foram encontrados cerca de três de dezenas de objectos em porcelana chinesa com diversos estados de fragmentação. A análise das peças revelou que se tratam de importações ocorridas ao longo de 200 anos, demonstrando o consumo dos habitantes daquela área urbana, bem como que tipo de objectos utilizados no quotidiano.

ABSTRACT

The archaeological excavation made in 65, Rua Serpa Pinto, where nowadays the Vila Franca de Xira museum is located led to the discovery of several dumpsters filled with domestic garbage dated from the late 16th to the 18th century. Inside these deposits more than three dozen Chinese porcelain objects were found. The study of the objects demonstrates that these were imported during two centuries revealing the type of objects and consumption made by Vila Franca inhabitants in the Early Modern Age.

Introdução

O sítio arqueológico identificado no número 65 da Rua Serpa Pinto, antiga Rua da Ribeira, foi alvo de uma intervenção arqueológica no ano de 2002 no âmbito da recuperação de edifício da segunda metade do século XVIII com o objectivo de ali funcionar parte do Museu de Vila Franca de Xira. A intervenção arqueológica, levada a cabo pela empresa Crivarque, efectuou o acompanhamento e escavação de diversas áreas.

A história do edifício é parcialmente conhecida. O desembargador Diogo Baracho, membro de família com diversos edifícios em Vila Franca a si associados, mandou edificar aquela casa após o Terramoto de 1755, tendo sido alvo de diversas alterações desde então. Desconhece-se se a propriedade pertencia já à sua família ou se foi adquirida após o cataclismo. A casa, organizada numa estrutura com três naves nunca foi terminada ainda que no seu interior tenha sido edificada a capela de Nossa Senhora do Carmo, por onde se efectuava a entrada.

O que existia previamente no local não é conhecido, mas é provável que ali existissem outras casas, cujos restos estruturais foram reconhecidos aquando da intervenção arqueológica. Em boa verdade a estrutura tripartida deste novo empreendimento sugere que ali pudessem ter existido três diferentes lotes, compridos e estreitos, ao exemplo de diversas

casas que se conhecem para o resto do país obedecendo a esta morfologia e recorrentes desde o final da Idade Média (Cunha, 2006; Barbosa, Casimiro e Manaia, 2009). É possível que a casa edificada no período pós-terramoto se tenha adaptado e respeitado a existência de três lotes mais antigos.

A escavação arqueológica permitiu a descoberta de diversos contextos, possíveis de datar entre os séculos XVI e XVIII. Associados a estes níveis foram recuperados diversos elementos de cultura material sendo o espólio cerâmico, como expectável, o mais abundante. A maior parte dos objectos parece ser de produção local ou regional, destacando-se as produções de Lisboa, tal como a faiança e a maioria da louça vermelha. Associados a estas produções, depositadas em contextos diversos, foram recuperados alguns fragmentos de porcelana chinesa que podemos balizar entre a primeira metade do século XVI e a primeira metade do século XVIII retratando cerca de 200 anos de consumo.

Ainda que apenas parte desta porcelana tenha sido associada a contextos arqueológicos seguros, visto alguns dos objectos estão relacionados a recolhas de superfície ou de peças associadas a zonas de entulhos e revolvimentos, acreditamos que grande parte foi usada pelos ocupantes de pelo menos uma das casas que ali existiam anteriores ao século XVIII. A maior parte das porcelanas é proveniente dos contextos designados como áreas 1 e 7. Se olharmos com atenção para a planta da intervenção arqueológica aquelas duas áreas encontram-se associadas apenas a um dos três possíveis lotes o que nos leva a acreditar que pertencessem todas à mesma habitação (Fig. 1). Os contextos deposicionais nas quais foram exumadas foram classificados como lixeiras formadas algures nos finais do século XVII, datação obtida sobretudo através das faianças ali encontradas. Da área 6 também foram retiradas alguns dos objectos aqui analisados, embora a reduzida dimensão da sondagem não permita concluir acerca da natureza da sua formação durante a segunda metade do século XVII, ou a que casa estaria associada.

É possível que grande parte das porcelanas encontradas nesta escavação pertencessem na sua maioria a esta propriedade. Como será discutido as peças em questão parecem corresponder ao que comumente se interpreta como o espólio de uma casa comum, não correspondendo de forma alguma às colecções que se conhecem dos palácios ou casas nobres ocupadas durante a segunda metade do século XVII em Lisboa (Henriques, 2012).

Ainda que a porcelana chinesa seja uma das categorias materiais de maior destaque dos contextos arqueológicos de época moderna em Portugal, recuperada literalmente em todas as intervenções desta época, associadas a diferentes classes sociais, muito ainda se encontra por fazer. Se tivermos em conta a quantidade de objectos encontrados nas escavações arqueológicas, poucas são as abordagens que se dediquem ao estudo da importância económica, cultural e simbólica destes objectos que Portugal importou em grande escala desde inícios do século XVI, fazendo do nosso país o primeiro grande consumidor do mundo ocidental. Quando o mesmo é efectuado pecam estes estudos, em muito devido à enorme quantidade de espólio recuperado, o que obriga à sua compartimentação, por não apresentar estudos comparativos com a restante cultura material demonstrando a verdadeira importância da porcelana nos contextos domésticos nacionais, tanto urbanos como rurais (Henriques, 2012; Gomes, Gomes e Casimiro, 2015; Casimiro e Henriques, 2017; Casimiro, Boavida e Moço, 2017; Ferreira et al., 2017). **FIG. 1**

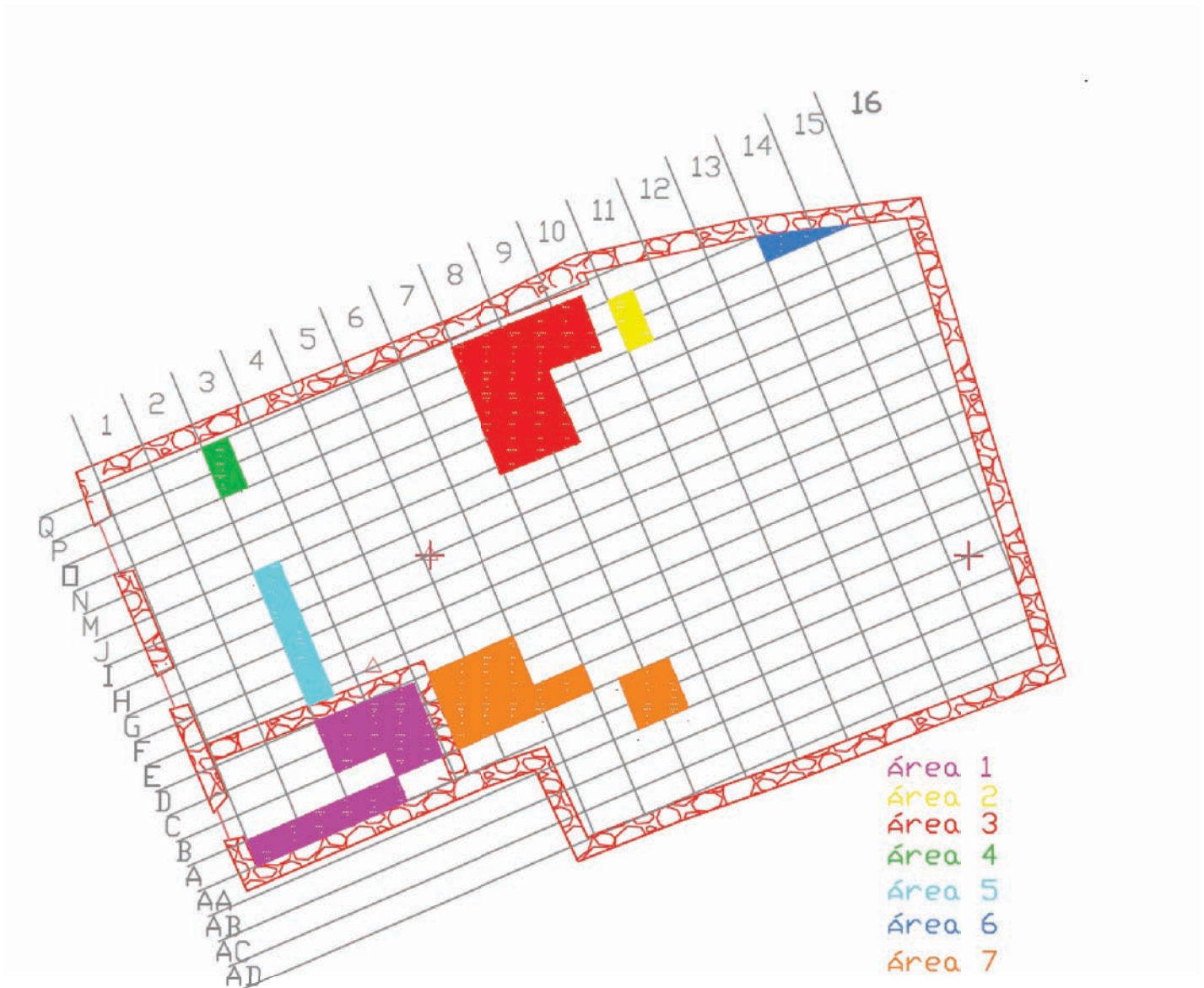


Figura 1
 Planta da escavação
 com referência às
 zonas escavadas (seg.
 Pinto e Santos, 2002)

As porcelanas

Este trabalho incide sobre o estudo de trinta e quatro objectos recuperados durante a escavação do já mencionado sítio. A colecção apresenta um elevado índice de fragmentação, sendo que, para a maioria dos exemplares, apenas dispomos de um fragmento que possibilita a sua caracterização formal, decorativa e cronológica. Morfológicamente os fragmentos correspondem a vinte e um pratos, dez a taças, um fragmento de tampa, sete fragmentos provavelmente pertencentes ao mesmo pires e uma chávena. Outros quatro fragmentos de menor dimensão, por não permitirem uma margem de certeza na sua classificação, foram excluídos deste estudo.

A cronologia alargada destes objectos faz com que os mesmos correspondam a produções efectuadas em duas diferentes dinastias e em diversos reinados.

A dinastia Ming

Neste conjunto, o exemplar de cronologia mais recuada corresponde ao fundo de um prato, de secção subtriangular ligeiramente reentrante, decorado com motivos fitomórficos no interior de medalhão central delimitado por duplo círculo (SP65-2586 – Fig. 2 A), onde apesar de não ser possível discernir a composição decorativa, pode-se atribuir a sua produção aos finais do primeiro quartel do século XVI e início do quartel seguinte, na transição do reinado do imperador Zhengde (1506-1521) para o longo reinado do imperador Jiajing (1522-1566). Um exemplar semelhante, mas de cronologia ligeiramente mais recuada, foi recuperado no Tejo, junto a Vila Franca de Xira (Casimiro e Henriques, 2017, 277, Fig.1C).

Ao longo do segundo quartel do século XVI a produção de porcelana chinesa para exportação conhece significativas melhorias quanto à qualidade da pasta, geralmente muito branca, associada a pintura bastante meticulosa e definida, como é bem evidente no conjunto dos exemplares produzidos ao longo do reinado do imperador Jiajing (1522-1566).

O pequeno fragmento de fundo de taça hemisférica com pé anelar, oferece parte do medalhão delimitado por duplo círculo decorado com pequenas nuvens estilizadas (SP65-7465 – Fig. 2 B). A zona que compõe a decoração central sugere a representação de uma figura antropomórfica. Composições decorativas semelhantes a esta foram recuperadas do remanescente do navio São Bento, que em 1554 naufragou em Msikaba, onde o motivo central é composto por uma águia ou por paisagens vegetalistas (Auret e Maggs, 1982, 30, Fig.29.1).

Também neste naufrágio surgem peças similares ao fundo de taça hemisférica com pé anelar, onde se observa parte do enrolamento do corpo de um dragão, geralmente conhecido por *xiangcao long* ou “dragão folha de orquídea”, símbolo da origem da vida e considerado um espírito do rio, que surge na China durante o século XIV associado à difusão do Budismo (SP65-6991 – Fig.2 C). Um exemplar semelhante foi recuperado na Fortaleza de Nossa Senhora da Luz em Cascais (Rodrigues, et al., 2012, 871 e 873, Fig. 3-35 e 4-46).

O fundo de prato de pé anelar e uma pequena tampa de fecho hermético que provavelmente pertenceu a um pote de pequena dimensão, ambos executados com pintura em azul de cobalto sobre o fundo branco com traços finos e bem delineados, apresentam a mesma temática decorativa, onde se observa um leão, símbolo da sabedoria de Buda e guardião da porta dos templos a brincar com uma bola de brocado (SP65-6206 e SP65-4155 – Fig.2 D,E). Um prato com o mesmo motivo foi recuperado no Largo do Coreto, em Carnide,

nos despejos utilizados para colmatar os silos de armazenamento de cereal ali identificados (Casimiro, Boavida e Moço, 2017, 59, Fig. 1-B), embora neste caso a decoração da aba sugira uma cronologia mais avançada para este exemplar.

Contemporâneo destes é o prato onde se observa o medalhão central, delimitado por duplo círculo, com a representação da pata de um dragão de cinco garras, símbolo do imperador por excelência, enquadra-se perfeitamente nas produções de meados e terceiro quartel do século XVI. A pintura da pata é bastante pormenorizada e executada com recurso a azul de cobalto de boa qualidade sobre pasta branca muito bem depurada, e representa de forma clara a elevada qualidade de alguns destes exemplares, como é atestado por um prato com decoração muito semelhante recuperado no Terreiro do Paço em Lisboa (Ferreira et al., 2017, 464, Est. 1).

Regularmente exportados para o sudeste asiático e para Portugal, os pratos com a representação de objectos simbólicos na aba, geralmente separados por ramos de pessegueiro, encontram-se representados neste conjunto por três exemplares. De dois deles apenas dispomos de pequenos fragmentos de bordo, num dos quais é possível observar a representação de uma folha, um dos oito emblemas budistas, símbolo de bom auspício, capaz de afastar a doença e os maus espíritos (SP65-5785 e SP65-5851 – Fig. 3 A,B).

Por sua vez, o terceiro exemplar deste conjunto, a maior peça identificada nesta escavação, com cerca de 32 centímetros de diâmetro, oferece um estado de conservação extraordinário e uma carga simbólica extensa nos seus elementos decorativos, sendo possível observar na aba, delimitada em ambos os lados por fino traço a azul, três dos oito objectos preciosos, sendo eles a sapeca, símbolo de riqueza, o losango, símbolo de vitória e sucesso, e a folha, emblema budista já supra citado, todos eles envolvidos em laços (Fig. 4). No medalhão central, delimitado por duplo círculo, aparece representada uma paisagem com elementos vegetalistas, provavelmente uma paisagem aquática, onde se distingue a representação de um ramo de pessegueiro, o emblema do casamento e símbolo de imortalidade e da Primavera, sendo também o fruto sagrado taoista, e uma flor de lótus, também um dos oito emblemas budistas como símbolo de pureza, mas também importante para os taoistas pois representa um dos atributos de um dos oito imortais, a jovem He Xiangü. No tardo, a aba é decorada por ramos de ameixeira em flor, um dos três amigos do Inverno e emblema da beleza, pureza e longevidade porque se crê que Laozi nasceu sobre os seus ramos, enquanto na caldeira figura um ramo de pessegueiro com uma pequena ave pousada. Foi certamente uma peça de destaque naquele ambiente doméstico o que se pode inferir não apenas do seu tamanho, que se destacava da restante colecção de porcelanas, mas também pelo facto de apresentar evidências de reparação, vulgo gatos, revelando que o seu proprietário poderia não estar disposto a descartá-la.

Na transição do terceiro para o último quartel do século XVI, coincidindo também com a mudança dos reinados imperiais na China, do imperador Jiajing (1522-1566) e Longqing (1567-1572), cujo reinado é muito curto, para o longo reinado do imperador Wanli (1573-1619), regista-se o aumento exponencial da produção massificada de porcelana no fornos de Jingdezhen, mas também nos centros produtores das províncias do Sul da China, sobretudo em Fujian, de que não encontramos qualquer exemplar nesta colecção.

O fragmento de bordo de prato com decoração de elemento fitomórfico na superfície interna da caldeira uma nuvem estilizada no tardo, merece que nos detenhamos um pouco acerca das suas características decorativas. A ausência de um friso decorativo a emoldurar a zona mais próxima do bordo, extremamente comum nas produções desta época, associada à decoração ali existente, leva-nos a crer, com as devidas reservas que a exiguidade do frag-

mento impõe, que possamos estar perante uma decoração inspirada em peças que tinham como destino o mercado japonês (SP65-6216 – Fig. 3 C). A denominação Ko-sometsuke, de origem japonesa e que servia para designar a porcelana chinesa que chegava ao Japão, com as suas características formas irregulares e decorações livres que fugiam ao reportório formal e decorativo da porcelana chinesa exportada para os mercados do Sudeste asiático e Europa, foi ao longo da segunda metade do século XVI transportada, não em exclusivo, da China para o arquipélago nipónico, por mercadores privados portugueses.

Perante o sucesso que esta decoração obtém ao longo desse período, a sua transposição das estranhas formas destinadas ao mercado japonês, que não conheciam o mesmo sucesso no restante mercado asiático e europeu, para peças formalmente semelhantes à que aqui apresentamos, facilmente comercializáveis nesses mercados onde os mercadores privados actuavam de forma activa, pode justificar o seu consumo em Portugal.

Produzidos desde o final do reinado do imperador Jiajing, temos neste conjunto o fragmento de um prato onde se observa o medalhão central delimitado por duplo círculo, decorado com dois pequenos rochedos de onde surgem elementos vegetalistas estilizados, um pouco acima dos quais se observa parte da representação de um gamo deitado, símbolo de prosperidade e emblema da longevidade pois acredita-se ser o único animal capaz de encontrar o lingzhi, o cogumelo sagrado da imortalidade. O bordo é recortado em forma de chaveta, e a aba, larga, apresenta-se totalmente preenchida por decoração que remete para uma paisagem aquática, com a representação das linhas da água garças brancas que repousam entre vegetação aquática e flores de lótus (SP65-7879 – Fig. 3 D).

Um exemplar com decoração na aba muito semelhante a este foi recuperado perto de Vila Franca de Xira, sem contexto arqueológico associado (Casimiro e Henriques, 2017, 279, Fig.2-A) e no Palácio dos Condes de Penafiel, em Lisboa (Henriques, 2012, 923, Fig. 17).

Contemporâneo da anterior, ou já de transição para o século XVII, é o pequeno fragmento de bordo de prato em aba, decorada por pequenos compartimentos hexagonais, com representação de flores estilizadas no interior (SP65-7534 – Fig. 3 E). Peça com motivos semelhantes foi recuperadas no interior dos silos de Carnide num contexto que tem sido datado entre 1550 e 1650 (Casimiro, Boavida e Moço, 2017).

Os dois fragmentos de fundo de taça de corpo hemisférico assente em pé anelar, ambas com a representação de elemento fitmórfico estilizado, provavelmente uma peónia como motivo central, delimitado por medalhão circular desenhado por duplo círculo, constituem exemplos dos mais abundantes objectos recuperados em contextos arqueológicos nacionais (SP65-6992 e SP65-2194 – Fig. 5 A,B). Peças semelhantes foram recuperadas nos contextos arqueológicos lisboetas de Carnide, no Aljube, junto da Sé de Lisboa (Henriques, 2012, 921, Fig. 7) e no Pátio José Pedreira, junto ao Castelo de S. Jorge. A larga diacronia na produção deste tipo de decoração oferece claros desafios à sua atribuição cronológica precisa, uma vez que tanto na carga da suposta nau Espadarte (1558), como na carga do denominado Wanli wreck (provavelmente na década de 30 do século XVII), foram recuperados exemplares semelhantes (Canepa, 2015, 134, Fig. 3.1.1.8).

De finais do século XVII é o fragmento de fundo de prato com medalhão central delimitado por duplo círculo, no interior do qual se observa decoração em paisagens marítimas e pagodes representados em pequenas ilhas (SP65-4009 – Fig. 5 C). Algumas delas apresentam-se como se estivessem a levitar, o que se pode associar às imagens do paraíso penglai de tradição taoísta, tal como se observa no exemplar existente no Princesshof National Museum of Ceramics (Ströber, 2013, 168, figs. 62 e 63).

Pequeno fragmento do fundo de um prato mostra o duplo círculo que delimita o medalhão central, do qual não se observa qualquer decoração perceptível, mas é na zona de transição entre o medalhão central e a caldeira que se observa uma fina faixa decorada com motivo pseudo-epigráfico, que nos parece remeter para a palavra *Allá*, escrita em árabe, de forma muito esquematizada. São conhecidos diversos exemplares de porcelana chinesa com inscrições em árabe em coleções particulares, museus e contextos arqueológicos no médio oriente, no entanto não conhecemos nenhum exemplar em território nacional semelhante ao que aqui apresentamos (SP65-5520 – Fig. 5 D), sugerindo que não seria uma decoração muito apreciada. Este tipo de composições são comuns em pratos de finais do século XVI e início da centúria seguinte, por norma com a representação de fénix pousada no interior do medalhão central, semelhantes a exemplares recuperados nas imediações de Vila Franca (Casimiro e Henriques, 2017, 277, Fig. 1-B), no Convento de Santana em Lisboa (Gomes, Gomes e Casimiro, 2015, 99, Fig. 7.3 A-B), e também entre a carga recuperada do navio espanhol San Pedro (1595), que naufragou perto da ilha de Bermuda (Canepa, 2015, 149, Fig. 3.1.2.4).

A pequena taça decorada a azul e branco, assente em pé anelar baixo, mostra elemento vegetalista estilizado no interior de medalhão central delimitado por duplo círculo, e decoração na superfície externa, composta por pelo menos dois dragões chi opostos (SP65-6889 – Fig. 5 E). Exemplares semelhantes a este foram recuperados do naufrágio do navio espanhol San Pedro (1595) (Canepa, 2015, 149, Fig. 3.1.2.3) e do Sea Venture (1609), colocando assim este tipo de produção em pleno reinado do imperador Wanli (1573-1619) (Canepa, 2015, 253, Fig. 3.3.3.1.1). Apresenta marca em caracteres de selo, de difícil leitura, em cartela quadrangular no fundo.

No total deste conjunto apenas dispomos de um fragmento de parede de prato, fabricado a molde, onde se observa a decoração em cartelas características da denominada porcelana kraak. Este é um tipo de porcelana frequentemente identificado em Portugal em locais como Vila Franca de Xira (Casimiro e Henriques, 2017, 279, Fig. 2-B), no Palácio dos Condes de Penafiel (Henriques, 2012, 924, Fig. 19 e 20), na carga da nau Nossa Senhora dos Mártires (1606) (Coelho, 2008) ou no Terreiro do Paço, em Lisboa, neste caso já num contexto formado após o grande terramoto de 1755 (Ferreira et al, 2017, 464, Est. 1), para apenas citar os exemplos geograficamente mais próximos.

Um pequeno fragmento de fundo mostra decoração na superfície interna de impossível atribuição cronológica, enquanto no tardo se observa a existência de uma marca apócrifa do imperador Xuande (1426-1435), usuais em peças do século XVI e XVII, que devido à qualidade da sua execução se assemelhavam às produzidas durante o reinado deste imperador, quando se considerava que a produção de porcelana tinha atingido o seu auge (MMVFX ARQ.963 – Fig. 6 A). **FIGS. 2-5**

A dinastia Qing

A dinastia Qing inaugura-se com o reinado do Imperador Shunzhi (1644-1661), mas é no longo reinado de Kangxi (1662-1722) que a produção de porcelana vai conhecer um novo fulgor, após um longo período de guerra civil, durante o qual estas peças sofrem um acentuado decréscimo na produção e na qualidade. Este imperador vai proceder à reconstrução da cidade de Jingdezhen, tentando desta forma voltar a transformar este centro no mais importante abastecedor do mercado europeu e médio oriental, que durante o

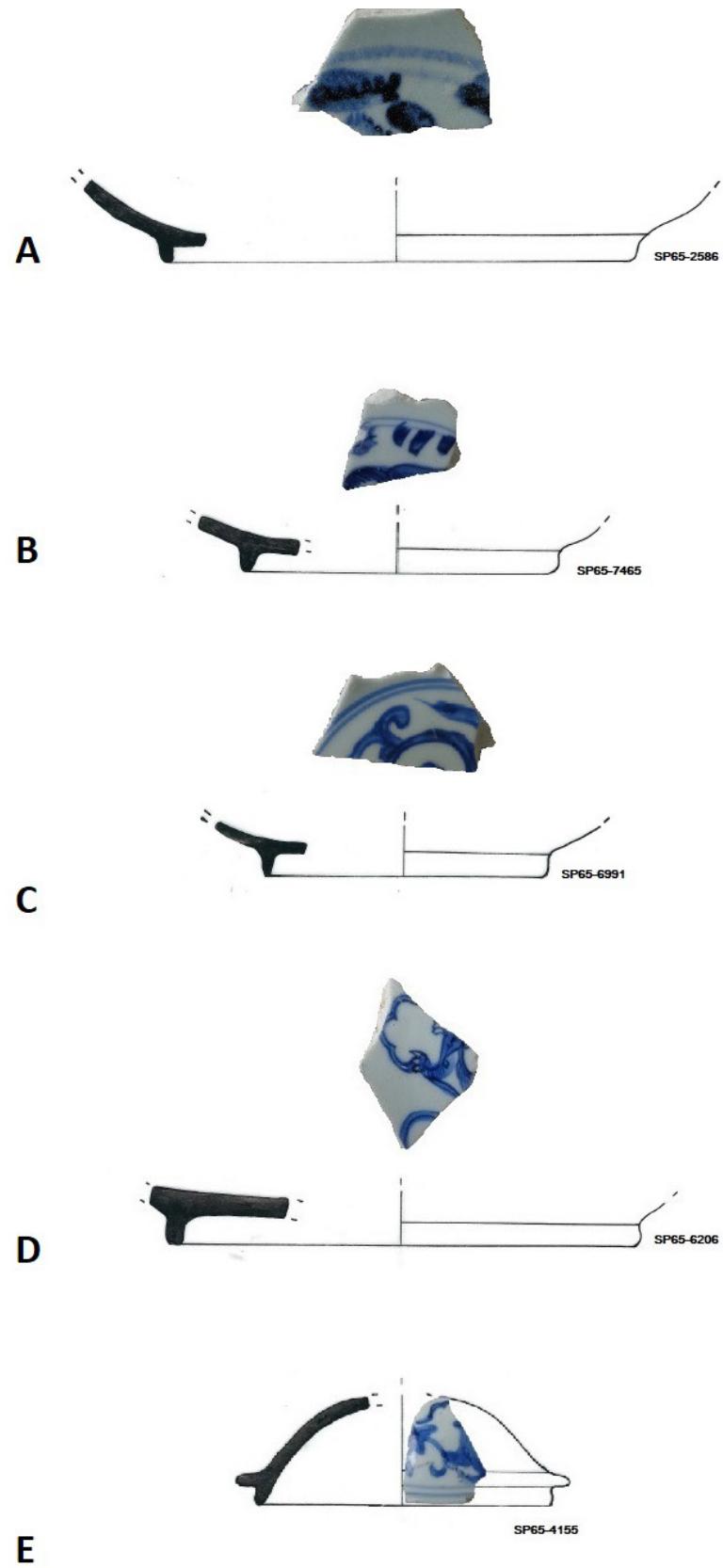


Figura 2
Porcelana Ming
recuperada na Rua
Serpa Pinto 65

0 5 CM

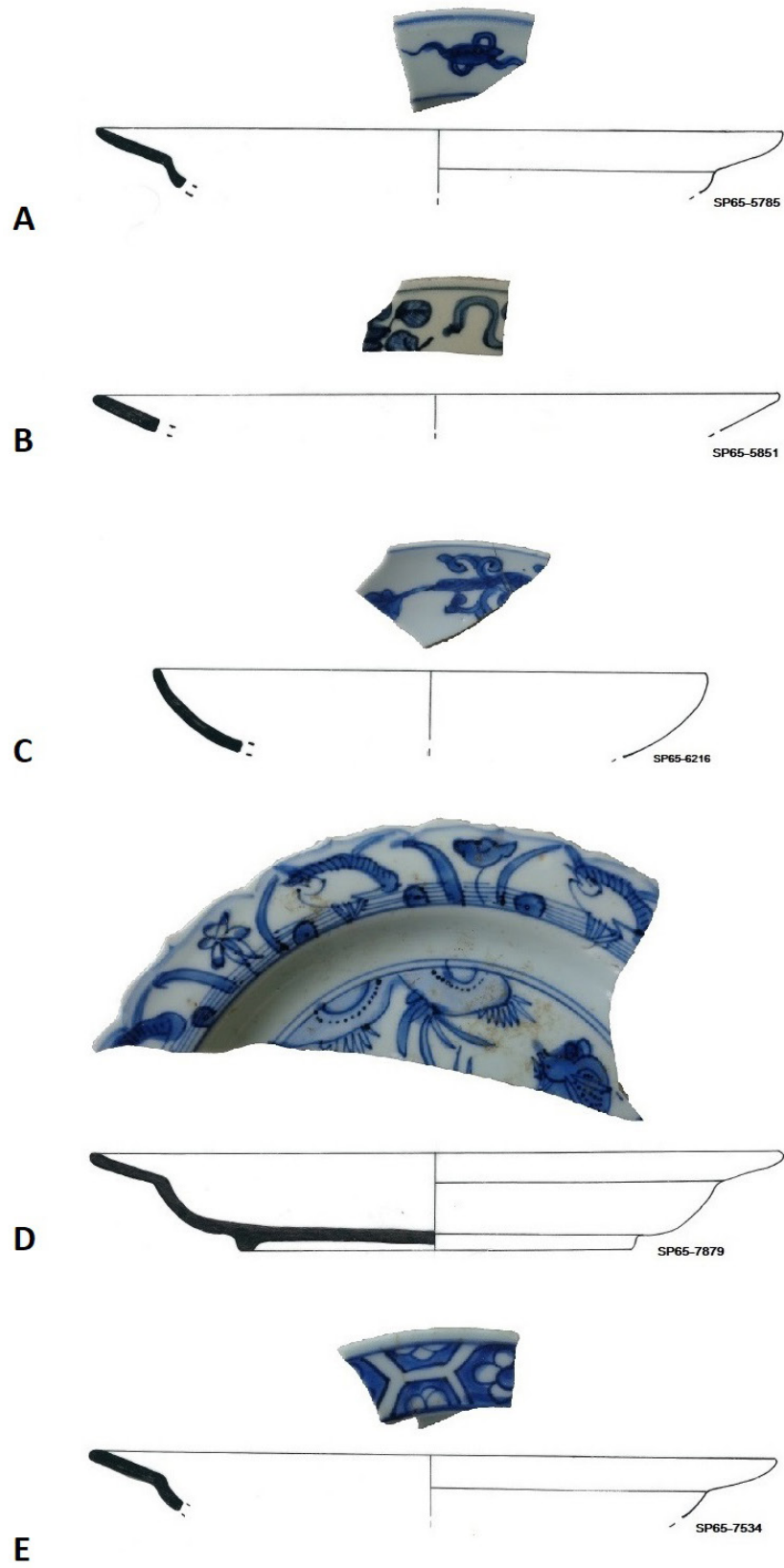


Figura 3
Porcelana Ming
recuperada na Rua
Serpa Pinto 65

0 5 CM

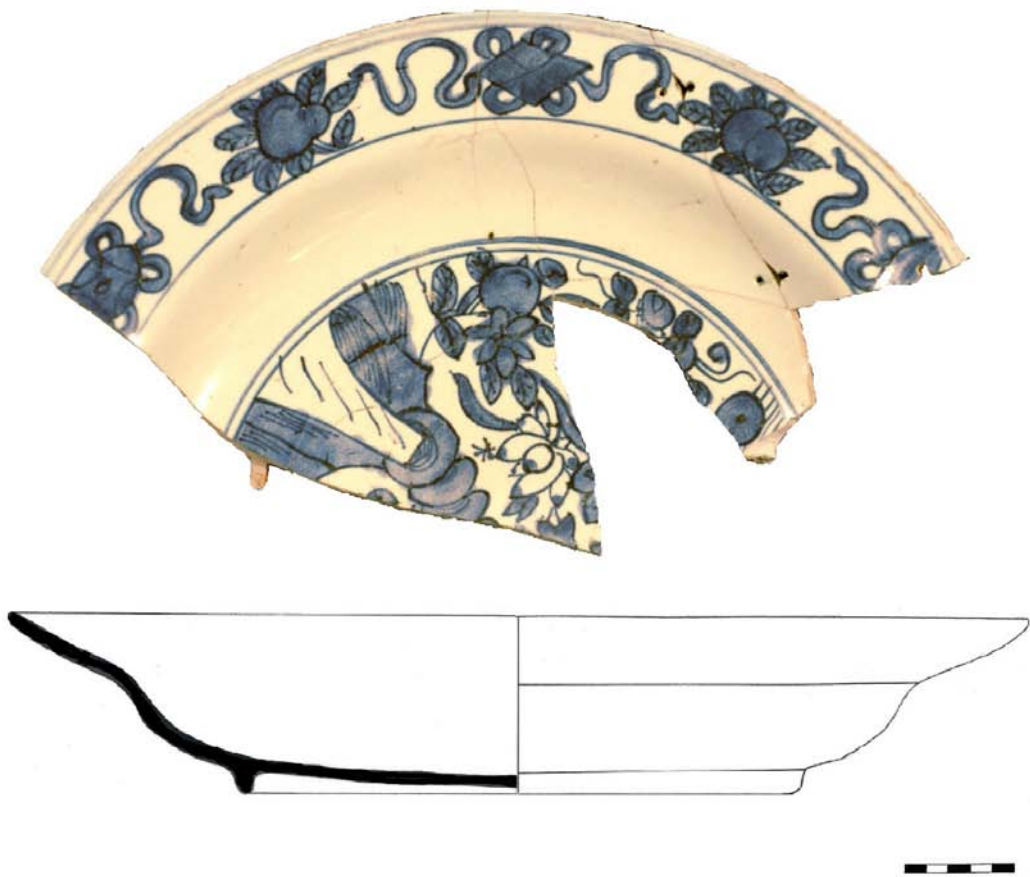


Figura 4
Prato Ming
recuperado na Rua
Serpa Pinto 65

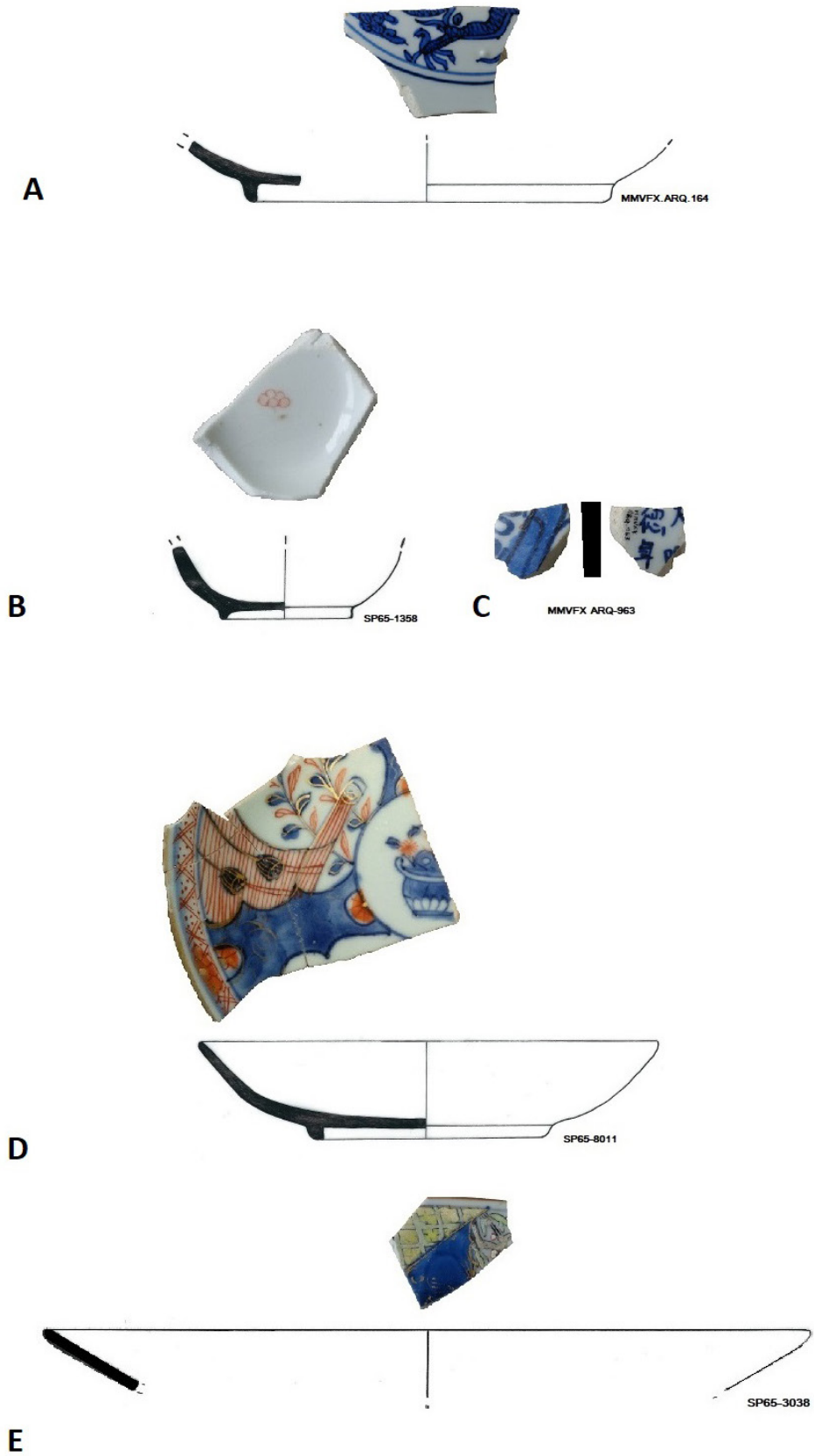
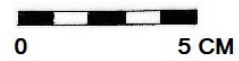


Figura 5
Porcelana Ming
recuperada na Rua
Serpa Pinto 65



período antecedente se tinha abastecido sobretudo com produções das províncias do sul da China e do Japão. Com a nomeação do eunuco Zang Yingxuan em 1683, inicia-se uma época de grande esplendor na produção de porcelana que atinge níveis de qualidade nunca antes vistos, adaptando a sua produção cada vez mais ao gosto europeu e despindo a carga simbólica dos seus elementos decorativos, recuperando assim a sua posição como principal produtor e centro exportador de porcelana.

Surgem na escavação da Rua Serpa Pinto três peças integradas neste tipo de produção, onde a policromia assume um papel de maior destaque nas importações portuguesas, o que não tinha ocorrido ao longo dos séculos XVI e XVII.

O primeiro desses exemplos é o pequeno pires decorado com esmalte vermelho e ouro sobre o vidrado, pintado nos espaços em reserva deixados pela decoração a azul sob o vidrado. A decoração é composta no centro desta peça por pequeno medalhão central de forma circular onde se observa um cesto com pequenas flores estilizadas, de onde partem quatro cartelas polilobadas, das quais apenas sobreviveram duas, preenchidas por ramos vegetalistas e um padrão de linhas horizontais pintadas a vermelho. O espaço entre estas cartelas encontra-se totalmente pintado a azul, com pequenos apontamentos decorativos a ouro entre duas meias flores opostas, uma junto ao medalhão central e outra junto da faixa decorada próximo do bordo, faixa essa preenchida por motivos cruciformes preenchidos por pequenos pontos a vermelho, e novamente meias flores estilizadas (SP65-8011 – Fig. 6 B). Este tipo de decoração é denominado por imari, pois tem a sua origem nas produções japonesas que abasteceram o mercado europeu e que vão agora ser substituídas pelas produções de Jingdezhen que conhecem a sua máxima expansão nos mercados europeus entre 1700 e 1720.

Foi recuperado fragmento de uma pequena taça, contemporâneo da anterior, provavelmente uma chávena, onde apenas se observa a pintura a vermelho de uma pequena flor estilizada no fundo com o caule pintado a esmalte de coloração verde que já praticamente desapareceu (SP65-1358 – Fig. 6 B).

Estas duas peças podiam funcionar em conjunto, embora não partilhem a mesma temática decorativa e por isso não tenham pertencido inicialmente ao mesmo serviço e desempenham uma função específica no serviço de mesa que se relaciona especificamente com uma difusão social mais alargada do consumo de chá na sociedade portuguesa do início do século XVIII. Objectos semelhantes foram recuperados no Palácio do Conde de Penafiel, em Lisboa (Henriques, 2012, 927, figs. 39, 41 e 44).

Por último, apresentamos um pequeno fragmento de bordo de prato em aba, com decoração a azul sob o vidrado, pintado com esmaltes policromos de cor verde, amarelo ouro e negro sobre o vidrado. A decoração dispõe-se aparentemente em cartelas em reserva, de um lado preenchida por ramos vegetalistas pintados a verde e delimitados a tinta-da-china e de outro por elementos geométricos quadrangulares preenchidos por esmalte de coloração amarela. O espaço entre as cartelas encontra-se totalmente preenchido a azul, pintado com pequenos apontamentos de ouros sobre o vidrado (SP65-3038 – Fig. 6 E). A exiguidade do fragmento não permite uma atribuição cronológica fiável, mas corresponderá certamente a uma produção da primeira metade do século XVIII, durante o reinado do imperador Yongzheng (1723-1735) ou já Qianlong (1736-1795). **FIG. 6**

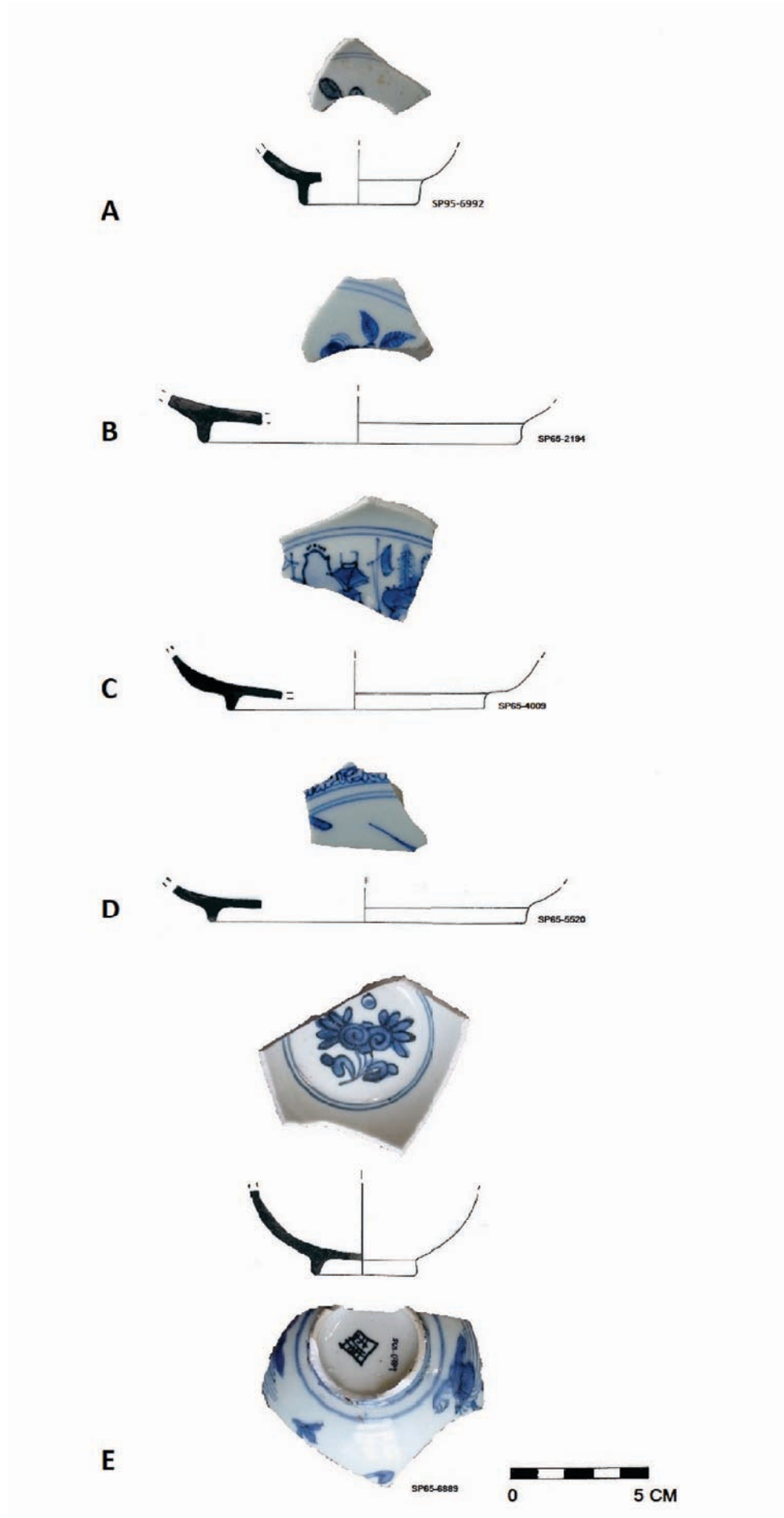


Figura 6
Porcelana Ming e Qing
recuperada na Rua
Serpa Pinto 65

Conclusão

A análise da colecção de porcelana recuperada no número 65 da Rua Serpa Pinto revelou tratar-se de um conjunto formado ao longo de quase 200 anos, obtido e utilizado por diferentes gerações. As peças mais antigas correspondem a produções Zhengde, quando a porcelana começava a entrar em grandes quantidades em Portugal, ganhando destaque como elemento de distinção social e altamente apreciada por quem tinha capacidade económica para a consumir. É o momento de maior importação destes objectos e nos ambientes domésticos irá substituir, quase por completo, importações espanholas e italianas.

As trinta e quatro peças aqui identificadas não se reflectem, em termos comparativos com outras realidades domésticas conhecidas para a cidade de Lisboa como uma colecção de grande dimensão. No entanto, destacam-se as peças de grande qualidade e primor decorativo o que pode evidenciar o carácter sócio-económico do grupo que habitou aquela casa. Longe dos grandes números de objectos recuperados em palácios no centro de Lisboa, associados a famílias nobres, a localização do sítio arqueológico na antiga Rua da Ribeira e a sua proximidade com o Tejo pode indicar estarmos perante um grupo social com algum poder económico, muito possivelmente a casa de algum mercador.

A aquisição de porcelana na zona da grande Lisboa não seria certamente difícil a partir do segundo quartel do século XVI quando o número de exemplares começa a aumentar nos circuitos comerciais, em muito devido às regulares cargas oriundas da China. O aparecimento deste material praticamente em todos os contextos arqueológicos possíveis de datar entre os séculos XVI e XVIII em Portugal mostra como a aquisição não estava apenas reservada às elites. No entanto, estes objectos, mesmo que de fácil aquisição continuavam a ocupar um lugar de destaque no ambiente familiar. Enquanto as peças mais pequenas, tais como os pratos e taças, serviriam certamente para o consumo de alimentos, já os objectos de maior dimensão e aparato poderiam ter outra funcionalidade e simbolismo para os seus proprietários. O maior prato desta colecção mostra sinais de ter sido reparado recorrendo ao lançamento de gatos, observável através de pequenas perfurações circulares em zonas de fractura, possivelmente associados a uma qualquer resina que teria funcionado como cola.

No entanto, o interesse desta peça não se esgota na sua evidente carga simbólica, que acreditamos que dificilmente seria apreendida, no seu sentido original, por aqueles que a manusearam durante o século XVI ou até mais tardiamente. Esta solução de restauro revela sem dúvida alguma que a peça foi reaproveitada após ter fracturado, provavelmente como peça de aparato a que a sua grande dimensão face ao restante conjunto aqui apresentado não deve ser alheia, ou até como peça de servir à mesa sugerindo um consumo colectivo que seria complementado individualmente pelos objectos mais pequenos ou pela faiança portuguesa. Este restauro pode ainda indicar tratar-se de uma peça estimada, que interessava manter na família.

Não se conhece em Portugal documentação acerca da venda, ou revenda, de objectos fracturados em porcelana, podendo provavelmente significar que a reparação seria encomendada pelo seu detentor, tendo em vista manter aquele objecto em sua posse. É ainda possível que o restauro se tenha efectuado após o seu descarte e fosse reaproveitada por alguém que não tinha posses de adquirir um objecto desta dimensão. Não deixa por isso de ser interessante referir que em Espanha, por outro lado, a comercialização de porcelanas fracturadas era uma realidade documentada. Cinta Krahe refere a venda de seis porcelanas partidas, que tinham previamente sido propriedade de Isabel de Portugal, casada com Carlos V, por 12 reais

(Krahe, 2016, 130), o que evidencia a transacção destes objectos danificados por um valor quase simbólico, numa Espanha onde, em meados do século XVI a porcelana não circulava em tanta abundância como em Portugal, contudo, não é evidente se a sua origem num espólio real contribuiu para essa aquisição.

Tal como já foi apontado previamente peca este trabalho por não realizar um estudo comparativo com o resto da colecção. Qual a importância económica, social e mesmo cultural que trinta e quatro objectos em porcelana, adquiridos ao longo de quase dois séculos têm na avaliação global da colecção? A maior parte deles pode ser atribuído a produções Ming, momento áureo do comércio luso-oriental e quando a sua aquisição seria relativamente fácil, mesmo em Vila Franca de Xira. As peças revelam ser de elevada qualidade o que pode indicar algum poder de compra. Por outro lado, apenas foram recuperados três objectos possíveis de atribuir à dinastia Qing e nenhum deles de excepcional destaque. A acreditar que todos eles tenham pertencido ao mesmo ambiente doméstico, ou mesmo à mesma família, que ocupou aquela casa em época anterior ao terramoto, pode isto ser indicativo de um empobrecimento económico?

Apesar de acreditarmos estar perante um ambiente doméstico com considerável poder de compra durante os séculos XVI e XVII, muitos nos surpreenderia se os ocupantes daquela casa tivessem algum título nobiliárquico. Trata-se do que acreditamos ser um mercador local, capaz de adquirir objectos de produção oriental através de Lisboa.

Muito ainda tem de ser feito antes de concluirmos acerca da importância da porcelana chinesa nos contextos domésticos portugueses dos séculos XVI, XVII e XVIII. No entanto, podemos certamente epilogar que se tratavam de objectos disponíveis a diversos estratos sociais e não apenas a nobres endinheirados. O que as evidências arqueológicas mostram é que estas peças têm sido recolhidas, em maior ou menos quantidade, em diversos tipos de casas. A sua novidade e beleza levou a que fosse altamente apreciada desde o seu aparecimento ocupando um lugar permanente nos hábitos quotidianos dos habitantes de Lisboa e arredores, reflexo de um novo mundo com o qual se contactava directamente e através do qual se adquiriam objectos que de exóticos rapidamente passaram a regulares. Eram o reflexo do império e da identidade dos habitantes da Rua da Ribeira, futura Serpa Pinto, nos inícios da modernidade.

BIBLIOGRAFIA

- AURET, C.; MAGGS, T. (1982) – The Great Ship São Bento: remains from a mid-sixteenth century Portuguese wreck on the Podoland coast, *Annals of the Natal Museum*. Pietermaritzburg. Vol. 25(1), p. 1-39.
- BARBOSA, T.; CASIMIRO, T. M.; MANAIA, R. (2009) – A late 15th century household pottery group from Aveiro (Portugal). *Medieval Ceramics*, 30, p. 119 – 136.
- CANEPA, T. (2015) – Silk, Porcelain and Lacquer. China and Japan and their trade with Western Europe and the New World. 1500-1644: A Survey of Documentary and Material Evidence, Leiden: Universiteit Leiden.
- CASIMIRO, T. M.; HENRIQUES, J. P. (2017) – Da China ao fundo do Tejo. Fragmentos de porcelana chinesa dos Séculos XVI e XVII. *CIRA-Arqueologia*. N.º 5, p. 274-282.
- CASIMIRO, T. M.; BOAVIDA, C.; MOÇO, A. M. (2017) – Louça “de fora” em Carnide (1550-1650). Estudo do consumo de cerâmica importada. *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, p. 57-67.
- COELHO, I. (2008) – A Cerâmica Oriental da Carreira da Índia no contexto da Carga de uma Nau. A Presumível Nossa Senhora dos Mártires. Tese de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (texto policopiado).
- CUNHA, R. (2016) – O sítio e a arquitectura de uma casa quinhentista na Ribeira de Santarém: ensaio tipológico das casas urbanas de frente estreita. *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*. 18, p. 13-36.
- FERREIRA, S.; NEVES, C.; MARTINS, A.; TEIXEIRA, A. (2017) – Fragmentos de mesa nobre e de uma cidade em transformação: Porcelana chinesa num contexto de terramoto na Praça do Comércio (Lisboa). *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, p. 459-477.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V.; CASIMIRO, T. M. (2015) – Convents, monasteries and porcelain: a case study os Santana Convent. Lisbon. *Global pottery 1: Historical Archaeology and Archaeometrical for Societies in Contact*. BAR International Series. 2761, p. 93-102.
- HENRIQUES, J. P. (2012) – Do Oriente para Ocidente: Contributo para o conhecimento da porcelana chinesa nos quotidianos de época moderna. Estudo de três contextos arqueológicos de Lisboa. *Velhos e Novos Mundos*. Estudos de Arqueologia Moderna, Lisboa: CHAM, Vol.2, p. 919-932.
- KRAHE, C. (2016) – Chinese Porcelain and other Orientalia and Exotica in Spain during the Habsburg Dynasty. Madrid: CEEH.
- PINTO, M. A.; SANTOS, S. (2002) – Relatório Final Rua Serpa Pinto 65 (texto policopiado).
- RODRIGUES, S.; BOLILA, C.; FILIPE, V.; HENRIQUES, J. P.; RIBEIRO, I.; SIMÕES, S. (2012) – As cerâmicas da Idade Moderna da Fortaleza de Nossa Senhora da Luz, Cascais. *Velhos e Novos Mundos*. Estudos de Arqueologia Moderna. Vol. 2. Lisboa, CHAM, p. 865-876.
- STRÖBER, E. (2013) – Ming: porcelain for a globalised trade. Stuttgart: Arnoldsche. 239 p.

➤ **Leitura do passado. Uma epígrafe Moderna da Rua do Arsenal 148, Lisboa**

ANTÓNIO VALONGO | ANTONIO.VALONGO@GMAIL.COM

RESUMO

O autor publica uma inscrição do Séc. XVII que surgiu em contexto de escavação arqueológica na reconversão de três edifícios junto à Zona Ribeirinha, no Centro Histórico da cidade de Lisboa. Apresenta-se leitura e interpretação e procura-se contextualizar a edificação próxima com enquadramento religioso de admiração e culto à Imaculada Conceição.

ABSTRACT

The author publishes a 17th century inscription that arose in the context of an archaeological excavation in the reconversion of three buildings near the Ribeirinha Zone, in the Historical Center of the city of Lisbon. We present reading and interpretation and we seek to contextualize the nearby building with a religious framework of admiration and worship of the Immaculate Conception.

Introdução e contextualização

O presente trabalho incide sobre uma inscrição do Séc. XVII identificada nos trabalhos arqueológicos da responsabilidade do signatário, quando da reconversão de um conjunto de edifícios Pós-pombalinos, localizados entre o Largo do Corpo Santo e a Praça do Comércio, na frente ribeirinha do centro histórico de Lisboa (Fig. 1). Após a realização do respetivo diagnóstico, a grande intervenção arqueológica sobre o edificado deu-se nos anos 2015 e 2016. Esta escavação trouxe à luz do dia diversos achados das épocas Medieval e Moderna. A reformulação destes edifícios visava a criação de unidade hoteleira extraordinariamente localizada em tão nobre área.

O contexto arqueológico onde foi identificado o elemento epigráfico de época Moderna compreende-se por uma estrutura constituída com pedras de pequeno, médio e grande calibre, fragmentos de tijoleiras e ligante em argamassa esbranquiçada. Corresponhia a um alicerce de grandes dimensões das paredes interiores demolidas do edifício Contemporâneo, de construção datada de 1775, que reutilizou diversas matérias para enchimento das suas sapatas (Fig. 2). A utilização de meios mecânicos na desconstrução destas estruturas de base potenciou a recuperação deste elemento que após a remoção da argamassa envolvente revelou a sua magnificência (Fig. 3). **FIGS. 1-5**

Inscrição

“VIRGO MARIA MATER DEI FVIT CONCEPTA SINE PECCATO ORIGINALI”

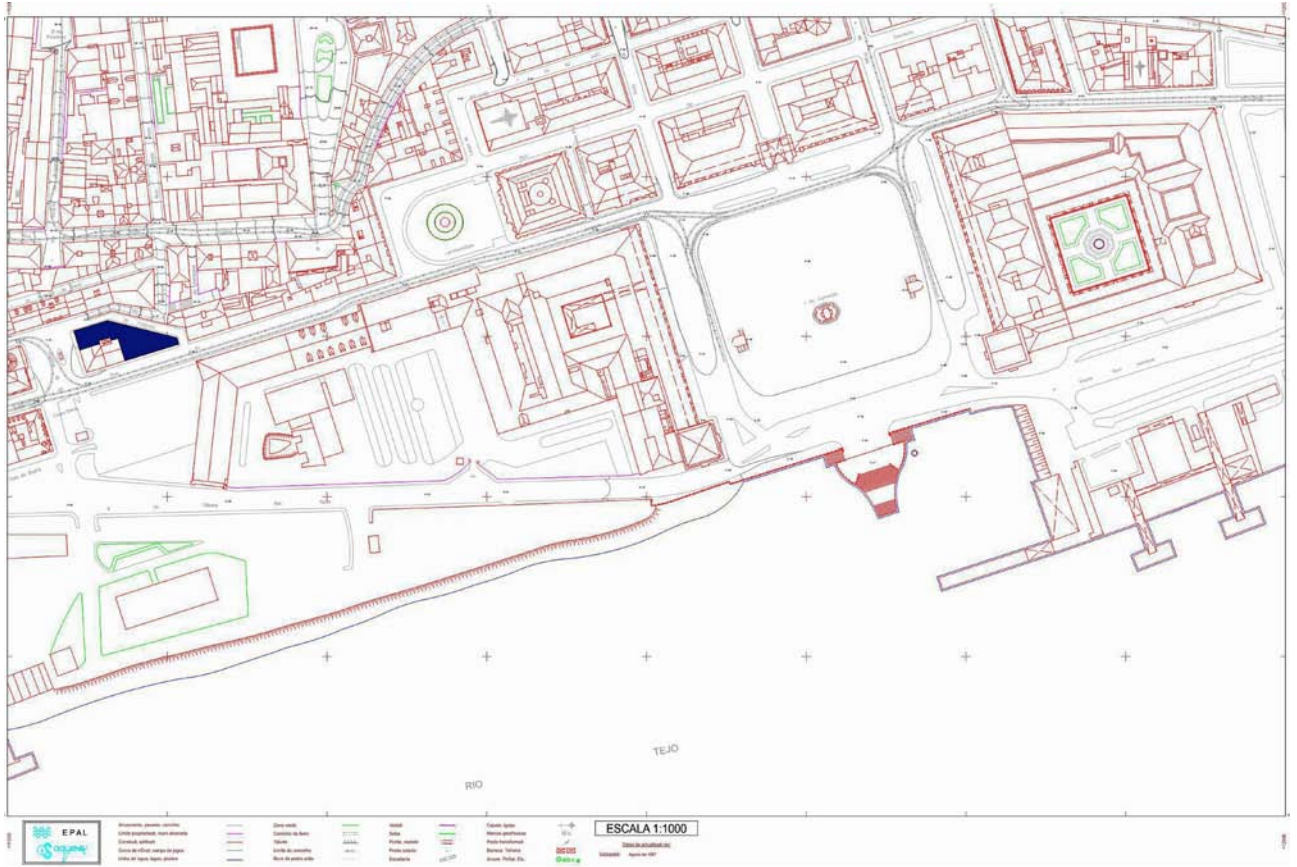


Figura 1
Localização da Rua do Arsenal 148, Lisboa.

Figura 2
Localização da inscrição na Rua do Arsenal 148, Lisboa.





Figura 3
Recuperação da
inscrição.

Figura 4
Desenho da inscrição.

Tradução

Virgem Maria Mãe de Deus foi concebida sem pecado original

Leitura e interpretação

Inscrição Seiscentista recuperada na base de sapata de 1775. É construída em pedra de Lioz branco com laivos rosados apresenta moldura exterior com 100cm de comprimento, 45cm de largura e 7cm de altura, com 4 modilhões não decorados nos cantos de 5,2cm de diâmetro. Paginação cuidada, campo epigráfico limitado por uma linha incisa como moldura interior de 77 cm de comprimento e 22cm de largura, o campo epigráfico constituído por 3 linhas paralelas escritas em latim com letras maiúsculas e sinais de separação gravados através de incisões cinzeladas com evidências de preenchimento com tinta preta (Fig. 4).

A primeira linha com representação de VIRGO MARIA MATER com o V apresentando 5,5cm de altura e as restantes letras com 4,5cm. Apresenta pequenos sinais de separação em formato de losango com cerca de 0,5 cm de cada lado entre palavras. Tem espaço entre a primeira e a segunda linha de 2,5cm. A segunda linha apresenta no início DEI FVIT bem perceptível com pequeno sinal de separação em losango fragmentado depois do DEI com 0,5cm de lado, seguindo CONCEPTA, não sendo possível identificar sinal de separação antes e depois pelo mau estado de preservação mas que se pressupõe, terminando com SINE, apresentando todas as letras perceptíveis com 4,5cm e espaçamento de 2,5cm para a terceira linha. Por fim, na terceira e última linha reconhece-se PECCATO ORIGINALE com letras também de 4,5cm que mesmo estando em relativas boas condições de leitura apresenta o campo epigráfico bastante rasurado, contudo, também foi possível identificar pequeno sinal de separação em losango com 0,5cm de lado entre as palavras que constituem esta última linha epigrafada (Fig. 5).

Figura 5
Fotografia da
inscrição.



A leitura desta epígrafe seiscentista remete-nos para um enquadramento religioso de admiração e culto a Imaculada Conceição. A teoria do Pecado Original foi desenvolvida por Santo Agostinho no Séc. IV para explicar a origem da imperfeição humana, da tentação do Diabo sobre Adão e Eva e a queda do Homem. Considera essa doutrina como o Pecado Original de toda a humanidade que falhou na obediência a Deus. A concepção de Jesus pelo Espírito Santo justifica a criação do dogma em que a Virgem Maria é preservada do Pecado Original.

O culto à Imaculada Conceição é reconhecido desde muito cedo no nosso território como atesta celebração de Acção de Graças após a conquista de Lisboa por Dom Afonso Henriques em 1147. D. Nuno Alvares Pereira reconhece que foi a devoção do povo a Nossa Senhora da Conceição que levou Portugal à vitória na Batalha de Aljubarrota a 14 de Agosto de 1383, na Batalha de Atoleiros a 6 de Abril de 1384, à resistência durante cinco meses no cerco de Lisboa que terminou em setembro de 1384 e ainda na eleição do Mestre de Avis como Rei de Portugal nas Cortes de Coimbra a 6 de Abril de 1385, pondo fim à crise social e política de 1383/85.

De considerar outro momento na afirmação internacional, resultado de grande determinação e fé na Nossa Senhora da Conceição. A Restauração da Independência com a coroação de D. João IV, Rei de Portugal a 15 de dezembro de 1640 em Lisboa. A enorme devoção a Nossa Senhora da Conceição está bem estampada no reconhecimento de D. João IV ao coroar a Imagem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, onde nasceu, como Rainha de Portugal nas cortes de Lisboa em 1646 como agradecimento pela Independência e Liberdade, decretando encargo anual de 50 cruzados de ouro e obrigação de defesa pelos estudantes na Universidade de Coimbra.

Na Bula Papal *Ineffabilis Deus* de 8 de dezembro de 1854 o Papa Pio IX faz a definição oficial do dogma da Imaculada Conceição "... que a doutrina que defende que a beatíssima Virgem Maria foi preservada de toda a mancha do pecado original desde o primeiro instante da sua concepção, por singular graça de privilégio de Deus onnipotente e em atenção aos merecimentos de Jesus Cristo salvador do gênero humano, foi revelada por Deus e que, por isso deve ser admitida com fé firme e constante por todos os fiéis".

O Papa Pio XII na Carta Encíclica *Fulgens corona*, de 8 de Setembro de 1953, celebra o centenário da definição do dogma da "Imaculada Conceição da Bem-aventurada Virgem Maria". Para a Igreja Católica, Maria está diretamente relacionada com o dogma da Imaculada Conceição, foi concebida sem a mancha do pecado original.

Considerações finais

A descoberta desta epígrafe num contexto Pós-Terramoto 1755, reutilizada como enchimento em sapata levanta a questão da sua original localização. A proximidade das Casas Nobres do Infantado poderá indiciar a sua proveniência resultado de alguma remodelação do espaço. Não podemos excluir totalmente a probabilidade de estar na presença de epígrafe solta que resultou da demolição/reconversão de espaço religioso no interior do Palácio dos Corte-Real de construção inicial em 1585. Contudo, a proximidade da antiga Igreja do Corpo Santo poderá apontar como uma das hipóteses mais plausíveis. A Igreja do Corpo Santo foi construída pelos Dominicanos Irlandeses com intuito de instalar um convento e seminário em Lisboa e em segredo formar jovens ao sacerdócio reencaminhando-os para manter a fé cristã na Irlanda. Com início de construção a 4 de Maio de 1659, a antiga Igreja do Corpo Santo

que a bibliografia aponta mais a Este do que a atual no Largo do Corpo Santo, é considerado como um dos prováveis sítios da origem do elemento epigráfico, resultado da destruição causada pelo Terramoto de 1 de Novembro de 1755 e assim reutilizado como material de enchimento nas sapatas dos edifícios das proximidades, neste caso em particular de 1775.

BIBLIOGRAFIA

- Castilho, J. (1981) – A Ribeira de Lisboa. Vol. IV. (4^o ed.) Câmara Municipal de Lisboa
- Corbier, Paul (1998) – *L'épigraphie latine*. Paris, Sedes.
- J. Encarnação (1987) – Epigrafia Latina, Coimbra.
- P. Francisco Couto; P. Senra Coelho (2015) – Agência Ecclesia.
- Vieira, A. (1987) – As Muralhas da Ribeira de Lisboa. Vol. I. Câmara Municipal de Lisboa.
- Vieira, A. (1987) – As Muralhas da Ribeira de Lisboa. Vol. II. Câmara Municipal de Lisboa.
- <https://famiadominicana.wordpress.com/2009/04/17/a-historia-dos-350-anos-da-igreja-do-corpo-santo/>
- <http://ideiasperegrinas.webnode.pt/news/a-imaculada-concei%C3%A7%C3%A3o-na-historia-de-portugal-e-da-igreja/>